

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Entre Ficar e Sair:
uma etnografia da construção social da
categoria jovem rural

Elisa Guaraná de Castro

2005

Entre Ficar e Sair:
uma etnografia da construção social da
categoria jovem rural

Elisa Guaraná de Castro

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em antropologia Social.

Orientador: Professor Doutor Moacir Palmeira

Volume I

Rio de Janeiro
Julho de 2005

Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da
categoria jovem rural

Elisa Guaraná de Castro

Orientador: Professor Doutor Moacir Palmeira

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em antropologia Social.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Moacir Palmeira

Prof. Giralda Seyferth

Prof. Beatriz Heredia

Prof. Maria José Carneiro da Silva

Prof. Regina Novaes

Suplentes:

Prof. John Comerford

Prof. Adriana R.B. Vianna, PPGAS/MN//UFRJ

Rio de Janeiro
Julho de 2005

Castro, Elisa Guaraná de.

Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural/ Elisa Guaraná de Castro. – Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS,2005.
xiii, 380f. 2v.: il.

Orientador: Moacir Palmeira

Tese (Doutorado) – UFRJ/PPGAS/ Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2005.

Referências Bibliográficas: f.382-388.

1. Jovem rural. 2. Jovem. 3. Assentamento rural. 4. Família.
5. Campesinato. 6. Reforma agrária. I. Palmeira, Moacir. II Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. III. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural.

RESUMO

Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural

Elisa Guaraná de Castro

Orientador: Professor Doutor Moacir Palmeira

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em antropologia Social.

O esforço empreendido ao longo desse trabalho foi o de analisar a categoria “jovem rural” no sentido da sua construção como categoria de pensamento, a partir de uma leitura de disputa de percepções sobre as relações pais/filhos e jovens/adultos. Essa construção está informada pelas visões sobre o mundo rural e urbano em que estão imersos: um assentamento rural da Baixada Fluminense e demais áreas próximas interligadas por redes sociais. Observar a categoria “jovem” implicou propor como caminho investigativo uma análise que se debruça sobre a disputa das representações sociais, neste universo, onde, também se disputa, “dentro” e “fora”, os significados de *ser da roça*. As diferentes construções do que é *ser jovem*, para esses indivíduos, variam nos espaços por onde transitam, e de acordo com as posições sociais que ocupam. *Ser jovem* “carrega” a marca da pouca confiabilidade na hierarquia das relações familiares, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade do assentamento. Os que assim se identificam “lutam” para que prevaleça outras representações, acionando significados e leituras distintas sobre as relações entre adultos e jovens. Neste contexto, as percepções nativas sobre “ficar” e “sair” desse universo rural são chave para a compreensão das construções observadas. Por sua vez, essa “disputa”, incide sobre, e é interpenetrada por “jovem” como uma categoria social, materializada em contextos onde esta foi ou é acionada coletivamente. Não se trata, assim, de desvelarmos “a juventude” ou ainda o/a “jovem”. E, sim, de atingirmos, com essa incursão investigativa, dois objetivos: contribuir com a busca de meios para se analisar a categoria “jovem rural” e suas múltiplas construções. Mas, também, tratar de seres humanos com face, anseios, desejos, medos, felicidades e infortúnios, que vivem a experiência da vida como “jovens”, seja como auto-identificação, seja como identidade atribuída; seja, ainda, ao serem excluídos da própria categoria em determinados espaços e momentos. Ao mesmo tempo, o processo de investigação foi, em si, um processo reflexivo de construção e releitura de paradigmas que a pesquisadora enfrentou cotidianamente e que espero possa contribuir para um amplo diálogo sobre o tema.

1. Jovem rural. 2. Jovem. 3. Assentamento rural. 4. Família. 5. Campesinato. 6. Reforma agrária.

Rio de Janeiro
Julho de 2005

ABSTRACT

Between staying and leaving:
an ethnography of the social construction of the category rural youth

Elisa Guaraná de Castro

Orientador: Professor Doutor Moacir Palmeira

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em antropologia Social.

During this work we undertook the analysis of the "rural young people" category in the direction of its construction as a category of thought, from a reading of disputes about perceptions on the parents/children and young/adult relationship. This construction, which implies viewpoints on the rural and urban worlds, emerges from people living in a "rural settlement/assentamento rural" located in the region called "Baixada Fluminense" (on the outskirts of Rio de Janeiro) and other areas interconnected as social networks. To think about "rural young people" as a category in this reality implied studying the dispute about social representations, including the meanings of "*ser da roça*", both "inside" and "outside" this specific universe. The different constructions of "being young", for those people, vary depending on the places where they transit, and in accordance with the social status they occupy. *Being young* on one hand "imprints" the mark of low liability inside kinship hierarchy. On the other hand, the category may assume a position of prominence in the discourse about the continuity of the settlement. Those who identify themselves as *young* "struggle" for the predominance of other representations, setting in motion meanings and distinct readings on the relations between adults and young people. In this context, the native perceptions on "to stay in" and "to leave from" this rural universe are the key for the understanding of the observed constructions. Those disputes act over and are affected by "young people" as a social category materialized in contexts where the category was or is set in motion collectively. Thus, it is not the case of to unveil "youth" but to reach two objectives: to contribute with the search of ways of analyzing the "rural young" category and its multiple constructions. Hence it also deals with human beings with faces, expectations, desires, fears, happiness and misfortunes, who live "the young people experience", either as self-identification, as an attributed identity, or even when they are excluded of the category in some spaces and moments. The enquiry was also a reflexive process of construction and revision of former readings of paradigms that the researcher faced daily and that she expects may contribute for a broad dialogue on the subject.

1. Rural youth. 2. Youth. 3. Rural Settlements. 4. Family 5. Peasantry. 6. Agrarian Reform.

Rio de Janeiro
July 2005

A todos, "jovens" e "velhos", que lutam por terra, pela vida e que acreditam que um outro mundo é possível.

À minha avó Julita, que cedo me introduziu no singelo mundo dos "velhos". Que saudade das nossas deliciosas sessões de tricôt...

Aos "jovens" Luis Antônio e Maria Lúcia, pais maravilhosos que me mostraram um mundo pleno de possibilidades e que me ensinaram a nunca fugir da luta.

Esse é um momento de muita alegria e satisfação. Os "agradecimentos" nos permitem mostrar que a produção intelectual, que parece um trabalho individual e solitário, é fruto de um grande esforço coletivo. Não há como "classificar" ou "medir" o que representou cada um dos que estiveram ao meu lado. Desde a forma como fui acolhida em Eldorado, à possibilidade de troca com meu orientador e meus pares, ao apoio dos parentes, amigos, colegas e mesmo estranhos que estiveram juntos nessa longa jornada - todos foram extremamente importantes para a construção desta TESE. Assim, não terei pressa para agradecer e dividir a realização desse trabalho.

Começo pelos meus "rapazes", que lutaram lado-a-lado para que eu enfrentasse os momentos difíceis da empreitada. Agradeço ao meu grande companheiro Olavo, que com amor e dedicação me incentivou e me ajudou a enfrentar as inseguranças do trabalho acadêmico. Por ser o pai maravilhoso que é, reduziu imensamente a famosa "culpa" de ter que dividir, muitas vezes de forma desigual, o tempo do Olavinho. Ao meu "companheirinho" Olavinho, agradeço os intensos e maravilhosos sorrisos que iluminam os meus dias.

Agradeço a Toda a família, nuclear, estendida, postiça, ampliada... (Luiza, Eli, Eliana, Bianca, João, Sandrinha, Anaís, Tom, Flávia, Sandra, tios e primos), que participaram desse longo processo, nem sempre fácil de ser compreendido, sempre torcendo por esse momento. Mas algumas pessoas foram especialmente importantes: minha tia Lygia, que enfrentou a dura tarefa de aprender a transcrever entrevistas (e realizou boa parte das transcrições e com brilhantismo), as avós do Olavinho, que cuidando do "pequeno", foram fundamentais para o período de finalização, e o meu irmão Victor e minha tia Ana pela força com a revisão final.

Agradeço ao meu orientador Moacir Palmeira, que, não só aceitou o desafio do tema, mas foi incansável para que de fato esse fosse um período de intenso trabalho e crescimento intelectual.

À minha comadre e grande amiga Íris, agradeço a paciência e carinho com que revisou o texto ao longo de todo o processo e me apoiou naqueles momentos de "crise". Agradeço também o carinho do amigo e compadre Luis Edmundo.

Agradeço ao querido amigo Joca, com quem compartilhei momentos muito felizes, e que sempre me deu muita força na empreitada.

Agradeço aos amigos e companheiros do DLCS, que desde o primeiro dia em que lá entrei me apoiaram incondicionalmente com muita compreensão e carinho, e em especial à Margareth, Luciana, Luis e Caetana pelas muitas vezes em que me substituíram em sala de aula.

À "turma da Pesquisa Unitrabalho" : Alcilúcia, Daniel, Diene, Gelma, Gilmara, Igor, Marinete, Priscilla, Salomé, Thiago e Valéria. Devo um agradecimento especial à colega de pesquisa e "bate-papos" Caetana, e aos meus "assistentes de pesquisa": Cloviomar, Simone, Salomé e Olavo. Sem a atuação desse grupo, que "caiu dentro" de corpo e alma, esse trabalho não seria possível.

Agradeço à "irmã de coração" Letícia, que mesmo à distância esteve sempre presente, e aos queridos amigos Patrícia, Gustavo, Cláudio, Elisa, Gabriel, Antônio, Suzana, Vanessa, Bibi, Márcio, Michelle, Erimar, Carlinhos, Luciana Medanha, Diva, Mario, Paola, Gisélia, Regina, Beatriz e Leonilde. Obrigada pelo carinho.

Ao amigo Johnny, agradeço pela leitura e comentários indispensáveis para a reestruturação da primeira parte da tese.

Aos professores das bancas de qualificação Giralda Seyferth e Sérgio Leite Lopes, agradeço pelas valiosas sugestões. Agradeço às Funcionárias Técnico-administrativas do PPGAS Tânia, Cristina e Carla, e ao PPGAS por ter me acolhido e compreendido os percalços do processo. Agradeço o apoio financeiro da FINEP, UNITRABALHO e infra-estrutural da UFRuralRJ.

Devo um agradecimento especial às instituições que me abriram as portas: o Incra/RJ, o Incra/ sede Nacional, as Escolas Municipais Estadualizadas Raythe e Gianotte, e a Igreja Batista Boa Esperança; aos "apoios", que me concederam entrevistas longas e muito ricas, como Irmã Aparecida, Paulo Banana, Fernando Moura, prof. Raul de Lucena, e as ex-estudantes da Rural Shirlene, Patrícia e Carmem; e às professoras Ana Dantas e Edna Rienk, que me cederam documentação de seus arquivos pessoais. Agradeço ao Prof. Baía e à estudante Carla pela realização dos mapas, e ao amigo Cloviomar pelas tabelas. Ao MST e à Pastoral da Juventude Rural, que em todos os contatos foi muito receptivo, contribuindo para aprofundarmos o olhar sobre os "dilemas dos jovens". Aos Funcionários Técnico-Administrativos do Decanato de Extensão, especialmente

Adilson, Mirian e aos motoristas Marquinho e Sr. Elias, que garantiram as nossas idas ao assentamento, mesmo quando isso implicava uma jornada que se iniciava às 4:00 da manhã! Muito obrigada.

Mas de todos os agradecimentos o mais importante é lembrar o carinho com que fui recebida em Eldorado. Todos sempre receberam, a mim, e aos que participaram das outras atividades que lá desenvolvemos, de braços e portas abertas, com um cafezinho fresquinho e suco de acerola. Aos jovens com quem sempre pude conversar com confiança. Devo ainda um agradecimento especial ao primeiro presidente da Associação de Produtores do Mutirão Eldorado, que, mesmo morando em outra localidade, veio ao meio encontro para uma longa entrevista.

A todos que contribuíram para conhecermos um pouco mais sobre os jovens, seus desejos, medos e realidades....

Um grande abraço e muito obrigada

MAPAS E DEMAIS ANEXOS

Anexo – 1 - Mapas

Mapa 1 – Núcleo Colonial Santa Cruz (Seção Lagoa Nova – Morro das Pedrinhas) – Corte do Mapa do Município de Itaguaí – Departamento Geográfico do Estado do Rio de Janeiro –1960.

Mapa 2 – Ocupação da Fazenda Casas Altas – após a desapropriação e anterior a imissão de posse. Base – Carta do PA Casas Altas – Incra/RJ

Mapa 3 – Localização dos assentados das redes dos acampados e dos *meeiros* – em 2001/2002. Base – Carta do PA Casas Altas – Incra/RJ

Mapa 4 – Jovens/Filhos Entrevistados e disposição de equipamentos e serviços

Base – Carta do PA Casas Altas – Incra/RJ.

Mapa 5 – Áreas e circulação.

Mapa 6 – Localização dos Assentamentos e Acampamentos no estado do Rio de Janeiro – Org. Leon Diniz e Paulo Alantejano, 1975

Anexo – 2 - Matérias de Jornal e Outras Fontes

1 – Cartão de Natal – Deputado Paulo Banana, 1992.

2 – Matérias de Jornal – após o ataque armado em Eldorado, O Dia, 27 de agosto, 14 e 16 de outubro de 1992

3 – Matéria de Jornal – “Um modelo de assentamento”, O Globo, 20 de novembro de 1994.

Anexo 3 – Tabelas – 2001/2002 e Listagem Famílias

Tabela – 1 . - População “jovem” – 12-32 anos

Tabela – 2.1. – Escolaridade 12-18 anos

Tabela – 2.2. - Escolaridade 19-32 anos

Tabela - 2.3. - Freqüência Escolar – 12-32 anos

Tabela - 3.1. - Escolaridade – 15-24 anos

Tabela - 3.2. - Freqüência 15-24 anos

Tabela - 4. - Escolaridade 41 anos ou mais

Obs.: Tabelas criadas por Cloviomar Carerine a partir da Base de Dados da Pesquisa UNITRABALHO.

Listagem Famílias Assentadas por Redes (2001-2003)

Anexo 4 – Relatório Sócio-econômico – Projeto “Dilema dos jovens e sua inserção no mundo do trabalho.” (Resumo)

SIGLAS

APPME – Associação Dos Pequenos Produtores Do Mutirão Eldorado
APPROMFIT – Associação dos Pequenos Produtores e Moradores Filhos da Terra
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
Inra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
MST – Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra
NCSC – Núcleo Colonial Santa Cruz
OMS – Organização Mundial da Saúde
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
STR – Itaguaí – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaí
TDA – Título da Dívida Agrária
UFruralRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO.....	3
Jovem, juventude, juventude rural, jovem assentado, jovem rebelde, jovem revolucionário, jovem drogado: A categoria juventude como objeto de investigação.....	18
Juventude: só uma palavra ou mais que uma palavra?.....	30
PARTE I – MEMÓRIAS E CONSTRUÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA CONQUISTA DA TERRA: o dito e o não dito, redes e classificações.....	36
Memórias.....	36
CAPÍTULO I - COLCHA DE RETALHOS: ocupações, histórias e lembranças.....	39
Eldorado: um assentamento da Baixada Fluminense.....	39
O Curral dos Padres e as muitas intervenções na Baixada de Sepetiba.....	40
Cinturão Verde: mudanças e continuidades.....	45
Núcleo Colonial de Santa Cruz: um <i>loteamento do Ministério</i>	45
Morro das Pedrinhas: <i>eu era colono</i>	47
Boi: uma paisagem de ontem e de hoje.....	51
Loteamentos urbanos: Chaperó tão perto e tão longe.....	55
CAPÍTULO II - DE CASAS ALTAS A MUTIRÃO ELDORADO.....	65
A Fazenda Casas Altas: donos, grileiros, arrendatários, meeiros.....	65
A luta de muitas ocupações.....	71
Jacarei e a Fazenda Modelo: caminhos para <i>negociar</i> a Fazenda Casas Altas.....	72
Mutirão Eldorado: organização, conflito e violência.....	82
Assentamento Eldorado: tensões, disputas e construção.....	95
Meeiros e acampados.....	95
Conflito no interior do grupo dos acampados: o caso Sr. Adolfo.....	105
Trajetórias similares, apesar das diferenças.....	108
Assentamento Eldorado: ordenações internas e circulação local.....	112
CAPÍTULO III – “Os jovens não participaram...”.....	118
Acampamento: a luta e o lúdico.....	119
“Aqui dentro” e “lá fora”, “morar bem” e “morar mal”: construções, identidades sociais rurais e urbanas.....	134
PARTE II – FRONTEIRAS E FRONTEIRAS – CIRCULAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS: as percepções sobre a categoria <i>jovem</i> a partir da família.....	147
As “queixas”.....	147
CAPÍTULO IV– <i>A moçada não quer nada com roça...</i> – conflitos, relações familiares e de trabalho.....	153
Composição das famílias.....	153
Relações familiares, casamentos, tensões e controle.....	159
Trabalho familiar.....	171
O trabalho na “roça” e as relações de hierarquia na família.....	173
Jovens: rupturas e continuidades.....	188
Os filhos dos meeiros.....	189
Os filhos dos acampados.....	193
Outros casos.....	197
Construções da identidade rural: <i>ser da roça, boi, morar bem e morar mal</i> e outras identificações.....	199
CAPÍTULO V – HERANÇAS E HERANÇAS: transmissão patrimonial, herança de luta, acesso à terra.....	204
Padrões de herança e transmissão de patrimônio.....	204

<i>Terra de herdeiro</i>	216
“Sem Terra”	219
Titulação e transmissão patrimonial em Eldorado	221
Preparando o herdeiro: a herança em vida.....	233
Herança da luta	239
CAPÍTULO VI – “ <i>FICAR</i> ” OU “ <i>SAIR</i> ”, UM DILEMA?: as múltiplas inserções do “jovem”	245
Escola, Trabalho Externo e o futuro	245
Passado, presente, futuro: os desejos e a realidade.....	255
III PARTE – OS CONTEXTOS COLETIVOS DA CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA “JOVEM”	271
As “queixas” dos jovens e suas construções coletivas	271
CAPÍTULO VII– <i>Liberdade vigiada</i> – mecanismos de controle, autoridade paterna, submissão e transgressão.....	274
Tempo e espaço nas relações de autoridade	276
...até vinte e um anos quem coordenava o meu dinheiro que eu ganhava era meu pai. (Sr.Emanuel, assentado 52 anos).....	277
Ir à igreja, ir à escola, <i>ficar à toa</i> : controle sobre os espaços de circulação dos “jovens”	281
Controle, aceitação, submissão, transgressão: “Quando eu boto uma coisa na cabeça...” 293	
Paquera, namoro, casamento: <i>Era tudo em segredo, né? Tudo entre a gente.</i>	293
<i>A gente fala sobre tudo: a liberdade</i> dos espaços religiosos	308
CAP VIII: CONTEXTOS COLETIVOS DA CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA “JOVEM”	316
“Ninguém ouve a gente...”: autoridade paterna nos espaços de organização e em projetos para jovens rurais em assentamentos e acampamentos rurais	316
O Campo de futebol: <i>nunca vai sair</i>	324
Eleições: um longo processo	328
<i>Assentadinhos</i> : o projeto do Hortão e outros projetos.....	336
Terra Prometida: um acampamento do MST	350
Grupo Jovem da Igreja Batista Boa Esperança - Grupo Jovens Pela Paz	361
A categoria “jovem”: discursos e práticas em contextos “coletivos”	367
CONCLUSÃO	369
BIBLIOGRAFIA	382
Bibliografia Juventude.....	384
Bibliografia Baixada Fluminense e Saneamento	386
Bibliografia Assentamentos Rurais	387
ANEXO 1	389
ANEXO 2	390
ANEXO 3	393
ANEXO 4	408

INTRODUÇÃO

A chegada pela primeira vez ao assentamento *Mutirão Eldorado*, em 1998, foi marcante¹. Eu e o prof. Mario Giuliani (que coordenava uma pesquisa à qual eu estava vinculada) partimos do município de Itaguaí. Quando nos aproximamos do assentamento tivemos que deixar o carro e caminhar a pé – havia chovido muito e parte da Rua da Conquista (Anexo 1, Mapa 4) estava intransitável. Chegamos à Casa de Pedra (sede da antiga Fazenda Casas Altas), que nos indicaram ser a sede da associação, onde estava acontecendo um curso promovido pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Várias mulheres estavam atrás de um balcão que separava o salão principal de uma área com equipamentos de cozinha. Sr. Tadeu², presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Mutirão Eldorado (APPME), estava em uma saleta reservada para a diretoria da associação. Após explicarmos nosso propósito a ele – avaliação dos impactos da instalação do Porto de Sepetiba sobre a área rural da região³ – quis saber sobre as maiores dificuldades que o assentamento enfrentava. E sua resposta foi:

*Nosso assentamento é velho. Os jovens não querem ficar no assentamento e nem querem trabalhar a terra*⁴.

Estranhei a colocação do Sr. Tadeu, pois em outras pesquisas em assentamentos sempre ouvi como resposta a esse tipo de indagação, questões ligadas a problemas infra-estruturais, de produção, de comercialização ou ainda o descaso do poder público. Com sua resposta os *jovens* apareciam ocupando um papel central nos problemas que podiam estar enfrentando na produção, e, ainda, como “pivôs” de uma possível descontinuidade do projeto coletivo que o

¹ O *Mutirão Eldorado*, como é conhecido na região, *Eldorado*, ou ainda *Mutirão*, como os assentados se referem ao assentamento está localizado na antiga Fazenda Casas Altas, no município de Seropédica na Baixada Fluminense/RJ próximo à fronteira com o município de Itaguaí. O assentamento tem como marco de surgimento 1991 – período em que foi formado um acampamento na área – e 1993, “ato de criação do PA Casas Altas” pelo INCRA. Antigo distrito de Itaguaí, Seropédica emancipou-se em 1996, contudo, continua a experimentar indecisões envolvendo, por exemplo, a disputa de fronteiras. Uma variante dessa disputa diz respeito ao próprio Mutirão Eldorado. Localizado, ele mesmo, nos limites dos dois municípios, Eldorado é parte da disputa política por fronteiras entre os dois municípios o que dificulta o acesso de seus moradores às políticas públicas municipais.

² O nome dos informantes são fictícios, ou seja, de todos os assentados, mediadores e demais entrevistados. Já os demais nomes citados e localidades são originais.

³ Projeto de Pesquisa “Observatório Regional: os impactos socioeconômicos e culturais do Porto de Sepetiba”, Coordenado por Gian Mario Giuliani e Elina G. da Fonte Pessanha (IFCS/UFRJ), 1998.

⁴ As palavras ou frases em itálico são reproduções de falas e termos usados pelos informantes.

assentamento representa. O suposto desinteresse dos *jovens* pela terra – compreendendo a dimensão do trabalho familiar no lote e o próprio assentamento como conquista da terra – foi apresentado como um problema crucial, e, portanto, mais valorizado que outros, dos quais só tomaria conhecimento ao longo do trabalho de campo.

Essa situação tornava-se mais dramática com a imagem de assentamento *velho* construída pelo informante. Considerando que o assentamento tinha menos de dez anos, a referência só podia estar mencionando a sua população que seria idosa, apesar de o próprio presidente parecer ter pouco mais de 40 anos. Assim, tínhamos uma contraposição entre “velhos” que não teriam mais condições de manter os lotes e o assentamento, e *jovens* que não assumiam e rompiam com sua responsabilidade de manter o assentamento, e mesmo o próprio lote dos pais. Essa impressão foi reforçada no começo da investigação em conversas com outros informantes, como o Professor (UFRRJ) coordenador de um projeto de horta orgânica para os jovens do assentamento⁵. Segundo o Professor, *é necessário investir nos jovens para garantir a continuidade do assentamento*. Uma de suas preocupações era o ingresso de alguns *jovens* no exército e conseqüente saída do Eldorado. Algumas pistas iam surgindo dessas primeiras conversas, sempre associando a percepção da descontinuidade do assentamento ao desinteresse dos *jovens* e sua atração pela *cidade*, tendência amplamente reforçada em pesquisas sobre juventude rural.

⁵ O Projeto Pró-Gente Rural, que agregou diferentes departamentos, professores e alunos da UFRRJ, propunha uma intervenção mais global no sentido de melhoria das condições de vida e produção do Mutirão Eldorado. Financiado pelo MEC, contava com diferentes áreas de atuação. Coordenado pela professora Ana Dantas, do Departamento de Educação, o principal projeto era de educação. O projeto atuou nas mais diversas áreas, envolvendo um número considerável de professores e alunos, durante o ano de 1997. O subprojeto mais lembrado pelos assentados é o Hortão, ou Projeto de Horta Orgânica, que os participantes chamavam de os “Assentadinhos”. Sob a coordenação de dois professores do Departamento de Fitopatologia. O professor que ficou à frente do projeto também era reconhecido por sua atuação na área de agroecologia, na tese esse será tratado pela denominação de Professor e a coordenadora de Professora. O projeto previa o “Desenvolvimento de ações interdisciplinares que capacitem a comunidade a melhor visualizar os recursos disponíveis, visando a elevação da qualidade de vida e a integração das famílias envolvidas. Estimular o desenvolvimento de alternativas de produção, conservação, utilização e comercialização de recursos da própria região, buscando possibilitar a fixação do homem ao campo, através do Sistema Integrado de Produção Agroecológica e do envolvimento da comunidade em ações efetivas nas diversas áreas que afetam a sua vivência cotidiana.” Juntamente com alunos do GAE (Grupo de Agroecologia da UFRRJ), o sub-projeto implementou uma horta comunitária, sem agrotóxicos, junto com os “*jovens do assentamento*”, a ser mantida por eles, que venderiam os produtos na “Feira da Glória” (conhecida como principal feira que comercializa produtos sem agrotóxicos na cidade do Rio de Janeiro), onde a associação teria uma barraca. Atualmente nenhuma das atividades implementadas pelo projeto está sendo desenvolvida. O projeto foi apontado pelos seus coordenadores e demais entrevistados como voltado para os jovens do Eldorado. Trataremos desse projeto na III Parte.

Ao retornar a Eldorado, dois anos após essa primeira experiência, o cenário havia mudado. Eu e a professora Caetana Maria Damasceno – que estávamos coordenando um projeto de pesquisa – chegamos ao assentamento por outro caminho. Partimos do centro urbano de Seropédica, percurso definido pelo motorista da UFRuralRJ que nos levou (Anexo 1, Mapa 4). Alcançamos a APPME através de indicações de assentados, já que a sede não era mais na Casa de Pedra. Essa segunda “entrada” foi marcada por uma imagem do assentamento menos “esvaziada”, diferente da primeira vez, quando vi poucas casas. Neste outro “lado” as casas estão mais próximas de uma das principais ruas – chamada Estrada do Espigão (referência a uma fazenda vizinha) – que corta o Eldorado. A sede da APPME havia sido transferida para uma construção no lote 15, área coletiva do assentamento que não cheguei a conhecer na primeira visita, onde deveria ter sido instalado um posto de saúde. Mas, ao contrário da primeira vez em que lá estive, não havia ninguém na sede. Délia, uma assentada que morava no lote vizinho à associação, veio conversar conosco e sugeriu que procurássemos sua irmã Dália, que era a presidente da associação. Encontramos Dália vendo televisão e, para minha surpresa, de acordo com minha percepção, ela era “jovem”. Solteira, 27 anos, Dália morava com os pais, Sr. Daniel e D. Dolores⁶. Apresentamos a razão de nossa visita: a realização de um levantamento sócio-econômico do assentamento⁷. Nesse primeiro contato, Dália contou um pouco de sua história e como chegou a Eldorado. Sua família é do Espírito Santo, onde seu pai tinha uma pequena propriedade. Viviam da fabricação de colchão do capim que cultivavam. Quando Dália completou dez anos seus pais perderam a terra, em uma disputa judicial, e a família foi para o Rio de Janeiro. Primeiro moraram no município de

⁶ Um dos casais assentados mais idosos. Sr. Daniel é o patriarca de uma família grande. Dos dez filhos, quatro foram assentados. Diana e Délia haviam sido assentadas com suas respectivas famílias. Délia, seu marido Davi e seus filhos Diogo, Dênis e Denise já deixaram o assentamento. Diego e Dália, os únicos filhos solteiros, moravam com o casal, quando iniciei a pesquisa, na casa também mora o neto Vicente.

⁷ Em abril de 2000 decidi, juntamente com a Prof. Caetana Maria Damasceno, apresentar um projeto intitulado “*O Dilema dos Jovens Assentados e sua Inserção no Mundo do Trabalho*”, para o Concurso de Mini-Projetos da Unitrabalho. Já estava cursando o PPGAS e a idéia inicial, que foi implementada depois, era produzir dados gerais sobre o assentamento e coletar informações sobre as inserções dos filhos de assentados no mercado de trabalho e na escola, através de um levantamento sócio-econômico. Ainda em 2000 outras incursões exploratórias foram realizadas. O projeto foi selecionado e um ano depois dessa segunda visita (março de 2001) demos início a essa pesquisa. Ao longo do ano de 2001 e parte de 2002 foi realizada a aplicação de um questionário que visava levantar informações sobre as condições sócio-econômicas das famílias dos 72 lotes (número informado pelo Incra). Após a aplicação identificamos que o número real é de 69 famílias. Este instrumento permitiu observar as famílias, as redes familiares e uniformizar informações sociológicas centrais para a construção de uma análise sobre essa realidade, não apenas como pano de fundo, mas acrescentando novas questões para o processo investigativo.

Caxias, depois foram para São João de Meriti. Seu pai trabalhou nos dois municípios como vigia. Já Dália trabalhava como doméstica antes de ir para o assentamento. Um irmão (Djalma) soube do acampamento em Casas Altas e ingressou com sua família. Chamou o pai e outro irmão que foram, mas não ficaram. Dália foi, gostou e ficou com esse irmão durante o período do acampamento. O pai, seu irmão mais novo e duas irmãs retornaram depois do assentamento formado. Já Djalma (o irmão que primeiro ingressou no movimento) não ficou em Eldorado. O restante da família hoje está espalhada em vários municípios da Baixada.

Quando entrevistamos o Sr.Tadeu, Dália ocupava o cargo de secretária na Diretoria da APPME. Ao encontra-la para essa conversa ela havia sido eleita para a presidência da associação em um mandato *tampão*, para substituir o Sr.Tadeu, pois esse havia sofrido um atentado e saído do assentamento⁸. Mas, ao contrário da conversa com o Sr.Tadeu e outros informantes, Dália não tocou no assunto *jovens* antes que eu colocasse a questão. Como o assunto não surgia perguntei se havia muitos “jovens” no assentamento e se era comum se alistarem no exército. Ela me respondeu que havia poucos e que dos que se alistaram apenas um tinha sido chamado para servir. O alistamento militar seria corriqueiro, em função da idade dos “jovens”, não fosse pela ênfase negativa dada por Dália ao fato de muitos não conseguirem servir. A “queixa” indicava que ingressar nas Forças Armadas poderia ser o real desejo dos que se alistavam e não mera formalidade. Esse segundo momento trouxe elementos novos para a construção da questão a ser investigada. Afinal, se os *jovens* não participavam e estavam indo embora, o que explicava a presença de Dália na presidência da associação? Assim, por um lado tínhamos a presença de uma “jovem” em um papel prestigiado no assentamento e, por outro, persistia a imagem de que os *jovens*, no caso rapazes de 18 anos, tinham outros interesses que não o assentamento e o lote.

⁸ As razões do atentado sofrido pelo Sr.Tadeu na porta da sua casa no Mutirão Eldorado são contraditórias. Mais de um informante o associa a uma versão que ouvi de um ex-assessor do movimento de ocupação em Casas Altas. Segundo seu relato seria retaliação de uma empreiteira contratada para realizar a manutenção da Estrada do Espigão, que recebeu os recursos do Incra e não realizou o serviço. Sr.Tadeu levou o caso para o presidente do Incra, com apoio do Senador Eduardo Suplicy. “E o pessoal dessas empreiteiras não perdoam. Esse pessoal é muito violento [...] Mexeu com uma empreiteira que deve ser relativamente poderosa, andou fazendo manutenção e recuperação de estradas em diversos assentamentos do estado do Rio. [...] Só fez merda, nós não sabemos se o INCRA também pegava uma caixinha do negócio, isso não sabemos. Sabemos que a empreiteira foi contratada para fazer o serviço dentro de determinados padrões, e... [...] Não fez. E o Sr.Tadeu ficou puto e entrou na briga mesmo, por que realmente era escandaloso, né? Na época de chuva aquela estrada virava um mingau. [...] Eu pessoalmente, e na avaliação um pouquinho mais coletiva que nós fizemos, acho que a coisa foi daí.” (Victor, direção do MST)

Quando finalmente pude regressar, cinco meses depois, para “mergulhar” no trabalho de campo encontrei um terceiro cenário. A presidência da associação havia mudado novamente. Eder⁹ nos recebeu com muita expectativa quanto à realização do levantamento sócio-econômico, ressaltando a possibilidade de mostrar os problemas que estavam vivendo¹⁰. Mas quando perguntei sobre a Dália comentou: *Agora o presidente produz*. Com essa colocação Eder apontava como sua principal preocupação os problemas que podem ser classificados como de produção e de infra-estrutura do assentamento¹¹. Nesse contexto, o problema os *jovens estão indo embora* sequer foi mencionado. Mas, ao se referir à Dália, Eder trouxe novos elementos para a questão. Ele se comparava a ela ao afirmar que a associação agora tinha um presidente que produzia, portanto, que entendia de produção, e que participa da vida orgânica do assentamento. Dália foi assim caracterizada como alguém que não atuava na produção. Restava saber se a declaração se referia a Dália por ser mulher e/ou jovem, e devido a essa classificação seu trabalho não ser considerado; ou se ela de fato não trabalhava e, por isso, a construção de um discurso pautado nesses elementos.

Dália estava morando com Esteves¹² em seu lote. Ao encontrá-la em sua nova casa parecia triste e logo tomou a iniciativa de falar sobre sua saída da diretoria da associação. Ela afirmou que o fato de ela ser mulher pesou para que as pessoas não confiassem no seu trabalho e deixassem de comparecer às reuniões. Essa falta de confiança e de respeito pela sua posição como presidente foi exemplificada pelo fato de que alguns assentados queriam que ela cedesse o trator da associação para arar os lotes sem que cobrasse as taxas regulares de manutenção, o que ela se recusou. Em seguida afirmou estar em outro momento. *Dei muito trabalho pra minha mãe quando eu era jovem, agora to conhecendo o outro lado*. Dália estava grávida e afirmou que iria se afastar da associação por estar cansada e querer cuidar da sua vida. Mas, que continuaria *fazendo a feira da Glória* de produtos sem agrotóxicos, ocupando a barraca da

⁹ Eder participou juntamente com sua segunda esposa do acampamento na Fazenda Casas Altas.

¹⁰ Eder e outros assentados nos informaram que o assentamento estava atravessando uma grave crise na produção e que estavam sofrendo muito com a falta d'água. O assentamento não tem água encanada, na época não tinha poços artesianos e a maioria, se não todas as nascentes da área haviam secado. Havia um projeto em andamento há mais de dez anos para a construção de dois poços artesianos no assentamento. Uma série de entraves burocráticos atrasou o início das obras. Os poços foram finalmente construídos em 2003.

¹¹ Ver anexo 4 para um perfil do assentamento à época da realização do sócio-econômico.

¹² Esteves participou do período do acampamento e de mais de uma diretoria da associação. Tinha sido assentado com sua família. Posteriormente se separou e sua esposa e filhas saíram do assentamento.

associação¹³. Dália, que em nosso primeiro encontro não havia se identificado como *jovem* ou *adulta*, agora “casada” e grávida, fazia questão de se diferenciar da condição de *jovem*. Já a forma como havia sido questionada como presidente da associação, estaria, segundo seu depoimento, relacionada a sua condição de mulher, que lhe colocava em uma posição de inferioridade e de pouca confiança para o papel que veio a ocupar. Nesse caso, seria uma precipitação da pesquisadora tê-la identificado como uma “jovem” presidente de associação? Mas então, o que caracterizava *ser jovem* em Eldorado?

Nas primeiras visitas nesse novo contexto, para a aplicação dos questionários do levantamento sócio-econômico, e após ouvir falar tanto dos *jovens* do Eldorado, a ansiedade em conversar com eles não foi facilmente saciada¹⁴. Em função das “queixas” sobre a *saída dos jovens*, eu imaginava que encontraria poucos que fossem assim identificados e/ou se auto-identificasse como tal, e, inicialmente, essa imagem parecia se confirmar. Mas, ao contrário do discurso da não atuação no lote, os que estavam no assentamento apareciam cuidando da plantação (rapazes) ou atuando em tarefas domésticas para a família (moças). A aproximação se deu pouco tempo depois, através de conversas informais com os netos do Sr. Daniel, Vicente (18 anos), Janaína (15 anos) e Jasmim (14 anos) quando tomei conhecimento, de que muitos não estavam presentes nas primeiras visitas que fiz ao assentamento porque estavam no trabalho, na escola, na igreja, ou em outros espaços dos núcleos urbanos freqüentados pelos *jovens*. Assim, já nas minhas primeiras incursões, a fala do Sr. Tadeu, que seria constantemente reforçada por outros informantes do próprio assentamento, causou estranheza na medida em que o contato visual e as informações colhidas ressaltavam a presença de moças e rapazes nos lotes. Por outro lado, a circulação constante por espaços urbanos poderia indicar que a atração

¹³ Ver nota 5.

¹⁴ A proposta de aplicação desse questionário foi muito bem aceita pela associação e pelos demais assentados, não encontramos resistências, ao contrário, havia forte curiosidade quanto aos resultados. Parece ter havido um entendimento sobre o papel deste instrumento que foi analisado e devolvido em forma de perfil para a associação e apresentado para os demais assentados, em uma reunião específica para isso (esta foi a única cobrança mais constante entre os entrevistados). Este instrumento se configurou como uma fonte importante para que se pudesse formar um quadro mais detalhado da realidade estudada, assim como para aprofundar a análise sobre as percepções nativas da realidade onde viviam. Permitiu ainda uma aproximação lote a lote, sem a necessária introdução do termo *jovem* como orientador da pesquisa. A soma dos esforços em função da pesquisa da UNITRABALHO (os recursos da UNITRABALHO, o apoio do Decanato de Extensão, da Reitoria, a atuação dos estudantes e da prof. Caetana Maria Damasceno) garantiu, ainda, as condições mínimas para a realização do trabalho de campo para a tese. A prof. Caetana Damasceno tinha como interesse as redes religiosas que se desenhavam a partir do assentamento.

pela cidade, tendo como consequência a saída do lote e do assentamento, de fato se constituía como uma tendência.

As conversas informais iniciais revelaram discursos e práticas implicadas na forma como a categoria “jovem” é construída nesse universo. Neste momento tive contato com dois usos do termo *jovem*. Um uso onde *jovem* não aparecia como categoria reificada, como na fala de um assentado sobre um grupo coletivo de produção: *tem quatro participando, o seu Jaques, eu e dois mais jovens, o Diego e o Vicente* (Eder - presidente da APPME e um dos integrantes do grupo coletivo de produção). E outro uso que remetia a uma coletividade, acionado em algumas reuniões da APPME, em função de um debate acalorado sobre a construção de um campo de futebol na área comunitária do assentamento. Esse uso foi reforçado na resposta de um diretor do APPME. Perguntado a quem iria interessar o campo de futebol que estava sendo construído no assentamento, respondeu: *É pros jovens*. Mas apesar desse uso da categoria remeter para uma classificação coletiva genérica, ao solicitar aos mesmos informantes (diretores da APPME) que listassem aqueles que eles consideravam *jovens*, ouvi respostas que os identificavam sempre como: *filhos de, neto de*, como em: *os filhos do Sr. Celso, as filhas do Sr. Jaques* (Janaína e Jasmim, netos de Sr. Daniel), *o filho e o neto do Sr. Daniel* (Diego e Vicente) entre outros. Essas primeiras classificações e usos sugeriram a associação do termo *jovem* a uma determinada coletividade formada principalmente por *filhos, sobrinhos e netos*. No entanto, como veremos, essa “coletividade” está entrecortada pelas próprias relações familiares que distinguem dos *jovens*, genericamente referidos, *o meu filho, sobrinho, neto*. Nesse sentido, por um lado, os *jovens* são localizados através do vocabulário das relações familiares (Comerford, 2003). Por outro, as mesmas falas sinalizam uma classificação composta, quase sempre, pelas mesmas pessoas. Responder à pergunta sobre a quem se referiam quando se “queixavam” da saída dos *jovens*, se tornava cada vez mais complexo – como observado no caso de Dália e no peso das redes familiares na identificação dos *jovens*.

Ao começarmos a aplicar os questionários, entramos em contato com outros informantes – os *meeiros* e assentados que entraram após a formalização do assentamento. Os *meeiros* se auto-denominam assim, por terem trabalhado, até o período da formação do acampamento, em regime de meação para arrendatários que exploravam economicamente

parte da Fazenda Casas Altas¹⁵. Esses produtores já estavam na fazenda antes da formação do acampamento e se consideram do local, em oposição aos que vieram *de fora*. No entanto, como veremos na I Parte, são os *de fora* que passam a ser identificados com o processo de *luta pela terra*. O que logo se tornou evidente foi a importância que os assentados davam as redes de amizade, parentesco, vizinhança e religiosas, e outras que teriam se “materializado” durante o período do acampamento, principalmente duas delas, a rede dos acampados e a rede dos *meeiros*. E, a constatação, que ao ter escolhido, mesmo que não intencionalmente, a “entrada” pela APPME e “início oficial da pesquisa” eu estava privilegiando uma rede social em Eldorado. Qual seja, os que acamparam na Fazenda Casas Altas em 1990, seus filhos, sobrinhos, netos que participaram intensamente desse processo de *luta*, isto é, a rede dos acampados. Os que são constantemente classificados como *jovens* fazem parte desse grupo. Essa constatação indicou um caminho importante a seguir: resgatar o processo de formação do assentamento e a participação dos *jovens*.

Entretanto, na rede dos *meeiros* foi possível detectar outros indivíduos em posição aparentemente similar, que não são identificados pelos informantes da APPME quando se referem aos *jovens*, e, portanto, excluídos por eles da categoria. Mas, a categoria “jovem” é acionada em outros contextos. Os que são identificados como *jovem* e mesmo alguns que não são assim classificados, também usam o termo para se auto-definirem e atuam em outros espaços fora do assentamento e demais áreas rurais estudadas, como nos grupos de *jovens* das igrejas (católicas e evangélicas).

A partir dessas percepções, optei por focalizar aqueles que são classificados como *jovens*, estendendo o olhar para os filhos, sobrinhos e netos de assentados que participam destas redes, mesmo quando excluídos de algumas denominações nativas. O ponto de partida foram as unidades familiares descritas pelos entrevistados nos questionários sócio-econômicos. Isto é: os filhos (morando ou não no assentamento) e aqueles sob responsabilidade dos assentados (caracterizados por morarem com o responsável pelo lote). Para tal, procurei ouvir e observar os mesmos indivíduos no espaço da família, na associação, nos espaços religiosos, festas etc. Neste contexto, os *velhos*, *mais velhos* ou *adultos*

¹⁵ Como veremos no Capítulo II, a Fazenda Casas Altas foi ocupada por *grileiros* e era alvo de uma disputa judicial entre estes e a família que detinha o seu domínio útil, quando foi desapropriada pelo Incra para fins de reforma agrária (Decreto Presidencial de março de 1990).

(denominações nativas) são todos que ocupam uma posição de autoridade em relação aos *jovens* dentro e fora do assentamento.

A identificação, por parte dos que são da rede dos acampados e de outros informantes que atuaram no assentamento, de quem é *jovem* remete ao período do acampamento na Fazenda Casas Altas e início da formação do assentamento, como veremos na I Parte da tese. Esse seria o momento da legitimação de um grupo específico de assentados e de “seus jovens”. A categoria *jovem*, neste caso, estaria associada à atuação na *luta*. A referência a esse “grupo”¹⁶ é recorrente. Muitas reclamações sobre a *saída dos jovens*, referem-se especificamente a esses *jovens*. Acompanhando esse “grupo”, observei que de fato muitos moram fora do assentamento, mas algumas redes formadas por eles permanecem e incorporaram outros *jovens*. Também novas redes foram formadas pelos que ficaram e por outros que não faziam parte desse “grupo”.

As entrevistas e o questionário sócio-econômico foram construídos partindo do marco da “chegada” do entrevistado em Eldorado, ou de sua relação com a região, o que permitiu perceber aqueles que chegaram antes, durante e depois do processo de ocupação, ou aqueles que afirmaram que: *sempre morei aqui* (extensivo às regiões próximas).

Um recorte traçado para definir as redes que seriam trabalhadas foi a partir da identificação de redes “internas” e “externas” ao *Mutirão Eldorado*. Foi possível perceber uma distinção entre as relações ordenadas no assentamento, mesmo cruzando suas “fronteiras”, e as redes das quais participam fora do assentamento, como por exemplo, as formadas a partir do espaço escolar. Um fator marcante é a intensa circulação dos “jovens” entre o assentamento e demais áreas rurais estudadas, e muitos outros espaços considerados *rurais* e *urbanos*. Essa circulação é mais ampla e mais freqüente que a dos *adultos*.

A análise de redes sociais (Gluckman,1976) que convergem para o assentamento ou que se formam/formaram a partir dele; ou ainda outras que existem fora desse espaço, mas que se refletem em seu “*modus operandi*”, foi o primeiro recurso adotado e se mostrou profícuo, permitindo a construção de “mapas” que desenham as relações vividas em Eldorado. Nesse contexto, ocorre a sobreposição de redes nas quais um mesmo indivíduo pode atuar¹⁷.

¹⁶ Não estou caracterizando esse grupo como um grupo formal. Sua delimitação e caracterização serão mais bem exploradas ao longo da tese.

¹⁷ A idéia de redes sociais foi um norteador para o olhar da pesquisadora. Os múltiplos usos do conceito de redes sociais na antropologia já foi muito explorado e aponta a busca de um olhar processual. Não me deterei em um

Conforme ia avançando com a observação e com a própria aplicação dos questionários, pude rever as minhas primeiras impressões e os primeiros discursos coletados, tais como as referências à *saída dos jovens*, que nos remeteu à imagem da existência de poucos jovens no assentamento; o seu desinteresse pelo lote e a atração pela cidade, etc. Aos poucos fui sendo surpreendida pela presença de um número grande de filhos em Eldorado (71 moram no assentamento, representando 55% da população entre 12-32 anos). Assim, optei por analisar todos os identificados como *jovens* e incluí aqueles que tinham um perfil semelhante, assim como as redes nas quais estavam inseridos, buscando compreender até onde essas redes sociais construíam e/ou reforçavam a categoria jovem. Com esse recorte cheguei a uma listagem de 127 “jovens”, com idades entre 12 e 32 anos. Desconsiderei os filhos mais novos – por não participarem das redes levantadas e por serem tratados pelos demais como *crianças* – além de filhos mais velhos que não moram e nem freqüentam o assentamento. Essa definição de corte etário foi ocorrendo de acordo com a composição das redes. É importante ressaltar que esse recorte é instrumental, utilizado para perceber as diferentes identificações construídas nesses contextos e a relação com a categoria “jovem”.

Outras questões também entrecortaram o olhar da pesquisadora. Percepções favorecidas pelo tempo vivenciado em campo – os registros das idas e vindas, saídas e retornos de assentados e, principalmente, dos filhos deles; como também as mudanças de opinião dos “jovens” diante dos variados acontecimentos e intervenções no assentamento – favoreceram o diálogo com uma realidade em movimento. Dessa forma, aos poucos havia configurado, como em um mapa, redes, identificações, papéis sociais que se sobrepõem, se contrapõem, se alternam, de acordo com os espaços em que são ativados. Assim, foi possível

debate conceitual uma vez que o resgate histórico da construção do conceito foi realizado por diversos autores. Um exemplo importante é Bott em sua “*História do Conceito de Rede desde 1957*”, texto que foi acrescentado, em 1971, na segunda edição de “*Família e Rede Social*” (1976). A autora resgata a definição de “Radcliffe-Brown que usou o termo *network* (rede) de uma forma metafórica na sua definição de estrutura social como *a complex network of social relations* (uma rede complexa de relações sociais).” No prefácio a esta mesma edição Gluckman classifica como “nosso grupo”, autores, tais como Epstein, Bailey, Mitchell, Turner, que debatem caminhos metodológicos que utilizam o conceito de rede social. Gluckman esmiúça sua percepção sobre redes sociais, apontando a importância da percepção das relações dos indivíduos nas suas redes familiares e na “*sociedade em geral*” (Op.cit.:20), “O ponto-chave bem pode ser o que as redes fazem em termos da sociedade em geral e em termos do indivíduo. A família produz filhos e filhas, que são recrutados em vários grupos, em várias relações e categorias na sociedade em geral, incluindo outras famílias. [...] estas redes devem ser vistas também nos termos de sua relação com a estrutura institucional total, incluindo o que Barnes veio a chamar de “rede total”. (op.cit.: 20 e 21). Para um resgate mais detalhado do debate ver a “*Introdução*” de Bela Feldman-Bianco (1987), e na mesma obra, Mayer, Barnes e Velsen. Mais recentemente Ana Enne também realiza uma releitura desse conceito (2002).

perceber relações “internas” ao assentamento e espaços de circulação que transpõem a fronteira do assentamento, mas que representam outras continuidades, outras espacialidades e ordenações – como as igrejas, as escolas, espaços de lazer, trabalho e casas de parentes, que configuram universos “urbanos” por onde transitam os assentados, e em especial os “jovens”. Esse olhar contribuiu para analisar, não só as formas de atuação dos “jovens” no assentamento, mas identificar os múltiplos significados de *sair*; assim como a circulação deles por espaços considerados urbanos; os significados dessa circulação e as imagens sobre a cidade.

Em janeiro de 2002 iniciei as entrevistas formais (gravadas ou não), com filhos, e afins, pais, lideranças, mediadores, etc.¹⁸ Todo esse longo processo permitiu que houvesse um grau de confiança estabelecido. Para diferenciar do instrumento questionário e da própria pesquisa UNITRABALHO, eu afirmava que estava interessada na história das famílias e da própria região para o meu trabalho de doutorado (o que talvez pela proximidade com a Rural, era facilmente compreendido), e que era muito importante ouvir o que os filhos, netos e sobrinhos tinham a contar. O curioso é que diferente do tom coloquial das nossas conversas no cotidiano, e até da própria aplicação dos questionários, o ato da entrevista foi muito valorizado, assumindo um certo ar mais “profissional” por parte dos informantes. A pesquisa sobre a “impressão dos filhos, sobrinhos, netos, sobre o passado, o começo e a vida no assentamento”, como era muitas vezes apresentada, gerou forte interesse e cooperação. Encontrava-me naquela confortável situação de muitas vezes ser procurada por possíveis informantes que queriam contribuir porque “ouviram falar da entrevista”. O interesse pela pesquisa também gerou diferentes comportamentos no ato da entrevista. A presença ou ausência dos pais, o grau e o tipo de intromissão, o que também contribuiu para a percepção das relações internas nas famílias e no assentamento, desenvolvido ao longo da tese, especialmente na III Parte (capítulo 7).

Ao começar a observar os espaços freqüentados pelos “jovens” fora do assentamento, e ao mesmo tempo dando continuidade às entrevistas me deparei com uma “armadilha”. Ao

¹⁸ As entrevistas gravadas foram classificadas seguindo um código E de entrevista, seguida do número da entrevista, o nome do entrevistado e a página da versão impressa da entrevista. Exemplo E67 – D. Sofia: 2 e 12 – entrevista número 67, entrevistada D.Sofia, passagens retiradas das páginas 2 e 12. A manutenção do código justifica-se para que o leitor tenha a possibilidade de acompanhar o uso do material ao longo do texto.

construir a primeira versão da estrutura da tese¹⁹, havia organizado esses espaços em uma lógica de soma de pequenas etnografias. Só percebi que estava caminhando para esse impasse quando me deparei com a impossibilidade de observar de forma equânime esses diferentes espaços. O problema se evidenciou no trabalho de campo nas escolas, em função do período em que consegui começar as observações: novembro de 2002. Sabia, assim, que teria que voltar após o intervalo das férias, eis que é deflagrada uma greve nas escolas estaduais que se estendeu por um período razoável. Diante da impossibilidade de avançar na observação direta, decidi fortalecer nas entrevistas o que já vinha sendo explorado: as relações nas escolas; a experiência da entrada e passagem por diferentes escolas; visões sobre a escola; relação escola, trabalho e desejos para o futuro, etc. As falas dos entrevistados me diziam mais do que o tempo que havia passado nas escolas, mas, por outro lado, a minha passagem pelas escolas havia gerado a percepção da ação de diferentes atores e dos próprios “jovens” nestes espaços. Assim, resolvi, e com o reforço do meu orientador, não abandonar esse trabalho, e sim redimensioná-lo, retomando dois casos específicos – uma escola no Km 49 e outra (no mesmo município) próxima ao assentamento. A “coincidência” desse momento, e dessas decisões, contribuíram para que eu presenciasse um momento muito especial: muitos “jovens” do assentamento, ex-assentados e de redes religiosas que acompanhara, voltaram a estudar justamente após a greve, a maioria após um longo período de interrupção, como será tratado na II Parte (capítulo VI). Esse processo foi um dos caminhos que permitiu de fato olhar para além das fronteiras do assentamento e discutir as percepções sobre o “futuro” desses “jovens”.

Realizar um intenso, ainda que entrecortado, trabalho de campo ao longo de mais de 2 anos (2000/2003), se mostrou uma experiência desafiadora. Mas tendo realizado as primeiras incursões ao assentamento Eldorado em 1998 e retornando em 2000, por mais rápidas que tenham sido essas passagens, elas ampliaram essa dimensão temporal da pesquisa. Em se tratando de um assentamento localizado próximo a outro (Sol da Manhã), investigado entre 1993 e 1995 para a minha dissertação de mestrado, o processo etnográfico gerou muitas e felizes surpresas.

Tendo iniciado a investigação em Eldorado, de onde partiu o “mote” do tema a ser pesquisado, evitei, em um primeiro momento, ampliar as investigações para o Sol da Manhã.

¹⁹ Esse roteiro foi apresentado no II Exame de Qualificação do PPGAS, para a banca formada pelos professores Moacir Palmeira, Giralda Seyferth e José Sérgio Leite Lopes, em dezembro de 2002.

Mas a pesquisa de campo gera situações associadas à sorte ou ao acaso, mas que devem ser lidas dentro do contexto do processo etnográfico e da realidade estudada. Por trabalhar “com assentamentos rurais”, fui convidada a integrar o Grupo de Trabalho sobre Políticas Agrárias (Associação Docente da UFRuralRJ) e nessa condição, logo na primeira reunião em junho de 2002, fomos convidados a acompanhar o processo de ocupação da área onde se localiza o acampamento Terra Prometida (Santa Cruz/ RJ). Fui com grande expectativa ao local, pois era uma experiência inédita para mim. A professora Caetana e eu fomos acompanhadas de dois estudantes do DCE/UFRuralRJ, que eram próximos ao MST²⁰. Foi assim que – como uma professora que estava pesquisando “jovens em assentamentos rurais” – fui apresentada a Túlio, definido pelos coordenadores do acampamento como *jovem liderança*. Em rápida conversa soube que ele tem parentes em Eldorado (era tio do Fabiano que eu havia entrevistado pouco tempo antes) e que seu pai é assentado no Sol da Manhã. Diante dessas revelações, combinei de procurá-lo posteriormente. Mesmo assim, em conversa ainda informal ao final da visita, ele foi me apresentando uma série de interpretações sobre as relações entre os dois assentamentos e as dificuldades para os *jovens do movimento* quanto ao espaço de atuação. Mas, ainda estava pouco claro o que esse novo contato poderia trazer para o trabalho. Túlio havia me convidado (reforçado por uma integrante da direção regional do MST, presente no acampamento) para participar do encontro dos Jovens do Campo e da Cidade, que se realizou um mês após esse episódio, no Instituto de Educação, na Tijuca/Rio de Janeiro²¹. No entanto, Túlio não compareceu. Seis meses após o Encontro dos Jovens, soube da ida do Frederico, solteiro, ex-assentado do Eldorado, para o acampamento Terra Prometida²². Foi nesse período consegui entrevistar Túlio e Frederico.

Em uma longa conversa Túlio falou sobre sua vida, sobre o MST, sobre o Sol da Manhã e sua participação no Teatro do Oprimido comandado por Ribamar (presidente da associação do Sol da Manhã à época da pesquisa da dissertação). Como se tivesse caído numa janela temporal fui arremessada à Cinelandia em 1995..., uma das últimas atividades da dissertação do mestrado: uma apresentação do Teatro do Oprimido do Sol da Manhã no

²⁰ Um dos estudantes que inclusive integrava a “equipe da Unitrabalho”, já havia trabalhado como técnico do *movimento* e foi muito bem recebido pelos acampados e principalmente pelas lideranças.

²¹ A ser tratado na III Parte no 8º capítulo.

²² Frederico é sobrinho da D.Emiliana assentada do Eldorado e considerada uma liderança da época do acampamento.

Centro do Rio de Janeiro²³. À época, me impressionou a explicação dos integrantes, sobre os figurinos que usavam, os objetivos e a necessidade de mostrar para *o pessoal da cidade quem era o pessoal do campo*. Três entrevistadas que faziam parte do grupo afirmaram que o objetivo do teatro era mostrar como *vivem os assentados*. Isto seria realizado através da história da formação do assentamento, que não foi vivida pelas entrevistadas, mas que as três foram unânimes em afirmar ser fiel ao acontecido. Dentre essas participantes havia duas “adolescentes”, bastante comunicativas, filhas de recém-assentados, oriundas de Queimados. A família de D. Fátima – que havia entrevistado e que muito se incomodava com a *calma* da vida no assentamento – era, por assim dizer, uma das mais “urbanas” do assentamento e, no entanto, as filhas, com apoio dos pais, estavam empenhadas em fortalecer uma identidade rural, em valorizar o *homem do campo*²⁴. Não me lembrava de Túlio.

Só algum tempo depois, consegui começar a “digerir” como todos esses muitos acontecimentos podiam, de fato, permitir o mergulho e a busca de um entendimento sobre “o que é ser jovem” em um assentamento/acampamento rural na Baixada Fluminense. Sem qualquer planejamento, até porque alguns dos percursos previstos se mostraram pouco elucidativos, pude acompanhar – através dos relatos e das práticas observadas no assentamento, acampamento e demais áreas rurais estudadas: e ainda em encontros organizados pelo MST com *jovens* – a trajetória vivenciada por “jovens”, crianças e adolescentes de ontem, adultos e “jovens” de hoje. Assim, finalmente, foi possível observar os caminhos que escolheram, ou para os quais foram sendo direcionados pela realidade enfrentada cotidianamente.

A tudo isso – e aproveitando o caráter de apresentação deste momento – é importante somar a minha própria trajetória que constrói e reconstrói um olhar sobre essa região. Ser filha de um ex-professor da Rural, onde morei na infância e da qual guardo fragmentos de memória; realizar minha dissertação de mestrado a partir de uma pesquisa no assentamento Sol da Manhã; retornar em um terceiro momento para a realização de uma pesquisa sobre o Porto de Sepetiba, onde conheci Eldorado e o Sr.Tadeu; e finalmente regressar como professora, doutoranda, pesquisadora. Esses muitos “retornos” foram gerando diferentes percepções sobre a Rural, sobre Seropédica e sobre a região em si, que se confronta com o imaginário, bucólico

²³ Faziam parte do Centro de Teatro do Oprimido fundado e coordenado por Augusto Boal.

²⁴ Posteriormente, Fabiana, uma dessas entrevistadas tornou-se militante do MST.

e lúdico, construído a partir da minha infância. A esses momentos sobrepuseram-se as “coincidências” experimentadas na pesquisa de campo.

Entretanto, o mais enriquecedor nesse processo foi o fato de poder acompanhar, ainda que com diferentes intensidades, a mesma realidade entre 1998 (primeira incursão) e 2003, quando já estava escrevendo a tese. As mudanças no cotidiano, as “novidades” foram vividas pela pesquisadora com os assentados. Isso muitas vezes gerou a necessidade de estabelecer posições de distanciamento. Quando me cobravam atitudes quanto às disputas internas à Associação de Pequenos Produtores, por exemplo, eu tinha que lembrar a necessidade de manter uma posição de “não envolvimento”, para que pudéssemos continuar a colaborar com os trabalhos no assentamento, o que sempre foi aceito (mas nunca saberei se isso de fato era compreendido). Posso afirmar agora, sem medo da apropriação fácil de frases de efeito, que nesse processo nada se perdeu, tudo se transformou, inclusive a própria pesquisadora. A pesquisa se configurou como um encontro de “diferentes” abordagens que informaram o meu olhar : a sociologia, definindo questões e o próprio questionário, a busca da antropologia nas entrelinhas, na construção desse objeto e na vivência etnográfica, e o contato com as chamadas ciências agrárias, através principalmente dos estudantes, permitindo uma apreensão informada e contextualizada do cotidiano da produção agrária.

Ao percorrer estes muitos caminhos como uma “de fora” – identificada ora como *professora da Rural, jovem*, ora tratada como confidente, ora como estranha dentre outras formas de ser “localizada” – uma reflexão constante foi sobre como lidar e que caminhos escolher para “chegar mais perto” da complexa realidade e desses “jovens”. Neste trabalho espero ter conseguido explorar como os múltiplos pertencimentos constroem e reforçam identidades, interferindo diretamente nas relações sociais “de dentro” – como nas relações de autoridade paterna – e “de fora” – como nas mudanças nas percepções sobre o Eldorado em função da atuação dos “jovens”.

Definir com clareza um “objeto” de investigação foi árduo e representou um intenso exercício de reflexividade. O “problema” ou a questão central foi resultado desse mergulho em Eldorado, assim como em outros cenários²⁵, e no diálogo com o próprio campo acadêmico,

²⁵ Um evento privilegiado de observação para pensar o tema foi o *I Congresso Nacional da Juventude Rural*, que ocorreu em julho de 2000 em Brasília. Partindo de preocupações encontradas em pesquisas sobre “jovens rurais” coloquei questões específicas para os entrevistados. À pergunta: “qual o maior problema que vocês enfrentam hoje nos acampamentos e assentamentos?”, a maioria respondeu que era a falta de renda própria. Esta

onde a produção sobre o tema jovem/juventude cresce exponencialmente. Esse processo que caminhou a passos lentos, impulsionados pelas inquietudes e questionamentos de meu orientador, foi sem dúvida um processo que surpreendeu a própria pesquisadora, fazendo emergir um “objeto” extremamente instigante. Nessa introdução pretendo pincelar, não só alguns fios condutores da tese, mas também, dividir a experiência da própria construção desse “objeto”. Nesse sentido, o diálogo com o campo acadêmico foi determinante.

Jovem, juventude, juventude rural, jovem assentado, jovem rebelde, jovem revolucionário, jovem drogado: A categoria juventude como objeto de investigação

O debate sobre a categoria “juventude” torna-se central na medida em que as muitas concepções que se entrecruzam definem olhares e mesmo a atuação do poder público. Mas, trata-se também de uma categoria que permite aprofundarmos o próprio fazer antropológico. Permeada de definições genéricas, associada a problemas e expectativas, a categoria tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busque a auto-percepção e formação de identidades daqueles que são definidos como “jovens”. Há muito a ser percorrido neste campo investigativo para nos aproximarmos das muitas juventudes “urbanas” e “rurais”²⁶. O esforço desse trabalho pretende contribuir para a busca de caminhos e olhares que permitam que nos debruçemos sobre diversas formas de construção da identidade “juventude rural” e seus correlatos “jovem rural”, “jovem da roça”, “jovem do campo”. Um grande desafio é dessubstancializar estas categorias e procurar compreendê-las em seus múltiplos significados. Neste sentido, o processo etnográfico tem muito a contribuir.

seria a principal motivação para que os filhos de assentados, mesmo os que prefeririam ficar no assentamento, *saissem* destas localidades e fossem para as cidades próximas. *É pouco dinheiro e todo o dinheiro e fica com o pai*. Outra questão fortemente abordada foi a autoridade paterna no gerenciamento do lote. Mesmo filhos (e especialmente filhas) que haviam feito cursos técnicos em agropecuária, afirmaram ter pouco espaço na terra dos pais para tomarem decisões ou mesmo opinarem sobre o que e como produzir. Organizado pela Pastoral da Juventude Rural (PJR), contou com o apoio de entidades, partidos e movimentos. Apesar de os participantes se identificarem com diversas entidades e movimentos, eram, majoritariamente, membros de grupos da PJR. A segunda “força” política do congresso foram os “jovens” identificados com MST. Havia militantes sindicais em número bem mais reduzido. Durante o encontro realizei entrevistas com participantes oriundos de assentamentos e acampamentos de SP, MS, TO, RS, DF, PR, que, em sua grande maioria eram filhos de acampados e assentados, e confirmaram ser esta a principal composição dos grupos de jovens em suas comunidades.

²⁶ Uma importante contribuição para a percepção da construção de identidades é o artigo de Regina Novaes (1997).

Juventude é um campo de investigação? Quais os principais marcos desse campo? Quais os debates em curso? Existe uma preocupação específica sobre os “jovens rurais”? Embora não pretendesse responder essas questões, ou ainda “avaliar” a consistência de um possível campo temático, o diálogo com essas perguntas e observar, principalmente, como a antropologia trata o tema, foi fundamental para o desenvolvimento da tese. Não realizei um inventário extenso, mas busquei analisar formas de lidar com o tema, visando trabalhar um olhar que permitisse analisar a construção da categoria.

Embora o tema “jovem” e/ou “juventude” seja considerado marginal por diversos autores²⁷, há uma extensa produção bibliográfica, principalmente associada a universos urbanos e, em alguns casos, se referindo a uma sociologia da juventude. Alguns textos remontam ao início do século, havendo uma certa regularidade de produção, sendo as décadas de 60, 80 e 90 momentos de pico (ver, Britto:1968; Flitner: 1968; Thévenot:1979; Bourdieu:1983; Fiúza:1989; Margulis:1996; Levi e Schmitt L.: 1996; Vianna:1997; Peralva e Sposito:1997; Mische:1997; Foracchi:1997; Novaes: 1996,1998, , dentre outros)²⁸. E, apesar de limitado, existe um material empírico considerável, especialmente associado à “juventude urbana”. Mas no que concerne à chamada “juventude rural”, a produção é bem menor. Assim, pode-se falar em um certo campo temático sobre juventude²⁹. Há uma peculiaridade nesse campo de investigação, existe uma gama de recortes e abordagens – atravessada por um processo de transformação no próprio olhar sobre a categoria juventude.

Uma primeira observação é relevante para a análise desse campo temático: ressaltar os recortes mais recorrentes e a própria crítica a esses recortes. Três movimentos ou momentos (que eventualmente são sincrônicos) se desenham: a definição da categoria a partir de elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou

²⁷ Helen Wulff (1995) demonstra como o tema é tratado como secundário, especialmente na antropologia, voltaremos a essa questão à diante. Ao rever a bibliografia, Helen aponta como trabalhos expressivos: Parsons, 1942 e 1964; Coleman, 1961; Stanley Cohen, 1972; Jack Young , 1974 (apud Wulff, 1995). Para a autora esses trabalhos têm em comum o foco na juventude como um processo de aprendizagem para a vida adulta. (op.cit.:3)

²⁸ Vale ressaltar que na década de 90 e início dos anos 2000 há um investimento em pesquisas no Brasil por parte da UNESCO, com ênfase na questão da violência, educação e trabalho, ver Waiselfisz (1998, 2000), Sallas (1999), Barreira (1999).

²⁹ A apresentação de algumas idéias e definições de autores aqui citados é instrumental. O objetivo central não é uma análise extensiva sobre o material levantado e nem um extenso mapeamento histórico dessa produção, mas a apresentação de idéias que refletissem o viés de análise destes autores e o “campo temático”. Mesmo porque diversos autores já fizeram esse levantamento, ver Peralva e Sposito:1997; Foracchi (1997); Wulff (1995). Da mesma forma, uso os termos “campo de investigação” e “campo temático” para designar o conjunto de autores que ao longo de décadas se debruçaram sobre o tema “juventude”.

comportamentais; a definição substancializada/adjetivada da categoria; e a crítica a esses recortes e busca de outros vieses. Atravessando essas abordagens aparece com frequência a associação de “juventude” e “jovem” à determinados problemas sociológicos e/ou como agentes privilegiados de transformação social.

Muitos trabalhos tratam juventude como categoria auto-evidente ou auto-explicativa, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas. Essa concepção de “juventude” é retomada nos anos 90, tanto no campo acadêmico quanto pelas políticas sociais.

Em Flitner (1967) se observa que já nos primeiros estudos de Pestalozzi a “idade” aparece como uma forma de identificação privilegiada. “*Idade juvenil*” surgiu como uma definição recorrente e se referia a um período pós-adolescência, entre 15-17 anos e um limite que variava com a entrada no que seria definido como “*mundo adulto*”. A identificação de uma população como “jovem” a partir de um corte etário aparece de forma mais clara em pesquisas como a de Stoetzel (1968) sobre os “*jovens na sociedade japonesa*”³⁰. O autor define como “jovens”, indivíduos de uma determinada faixa etária e os analisa a partir de recortes como ciclo-de-vida e comportamento³¹.

Para Weisheimer (2004) o recorte de juventude a partir de uma faixa etária específica é pautado pela definição de juventude como período de transição entre a adolescência e o mundo adulto. Essa concepção se estabelece como a mais recorrente a partir da *Conferência Internacional sobre Juventude* (Conferência de Grenoble-1964). Esta primeira classificação que define “jovem” a partir de limites mínimos e máximos de idade é amplamente discutida. Levi e Schmitt (1996) na introdução à *História da Juventude*, afirmam que,

“Juventude caracteriza-se por seu caráter *limite*... situa-se no interior das margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta, entre a falta e a aquisição de poder... Nenhum limite fisiológico basta para identificar analiticamente

³⁰ Encomendada pela UNESCO, a pesquisa foi realizada no começo dos anos 50, com dados estatísticos da década de 40. O autor parte de uma definição biológica/fisiológica, associando *juventude* à puberdade e delimitando uma idade limite de início e fim. Mesmo assim conclui que a leitura das mudanças físicas porque passa o *jovem*, é sociológica e “cada sociedade interpreta à sua maneira as indicações da natureza” (Stoetzel,1968:121). O autor afirma que no Japão diversos elementos, tais como momento do ciclo-de-vida, condição familiar, situação de ocupação (trabalho), combinados com idade e sexo, contribuem para definir diferenças entre quem é “*jovem*” e quem é “*adulto*”. E conclui afirmando que a “*condição de jovem é inferior*” na hierarquia da sociedade japonesa. (op.cit.,1968:131).

³¹ O corte etário de 15-24 anos definido por organismos internacionais como OMS e UNESCO, procura homogeneizar o conceito de “juventude” a partir de limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente, e limites máximos de término da escolarização formal básica (básico e médio).

uma fase da vida que se pode explicar melhor pela determinação cultural das sociedades humanas.” (p.8)

Para estes autores a idade como classificadora é transitória e só pode ser analisada em uma perspectiva histórica de longa duração. Um caminho seria analisar os ritos de passagem que indicam a “entrada” e a “saída” da condição “jovem” e suas construções simbólicas. Bourdieu, em “A Juventude é apenas uma palavra” (1983), relaciona idade biológica e idade social, afirmando que são indissociáveis. Para o autor, a idade é socialmente construída e varia em cada sociedade, nos diferentes momentos históricos e a partir de distinções de idade, gênero e classe.

Thévenot (1979), por sua vez, discute as definições etárias mais recorrentes. Analisando as estatísticas oficiais da França sobre “jovens”, decompõe a classificação utilizada demonstrando que esta parte de uma pré-definição e conseqüente enquadramento de quem são os “jovens”, onde estão e o que fazem³². Mas, para o autor, este recorte estaria baseado em uma classificação fundadora deste tipo de levantamento estatístico: a divisão da sociedade em ativos e inativos. Dessa forma, Thévenot procura demonstrar que o uso de termos como *jovem* e *velho* por este tipo de levantamento estatístico é arbitrário, pois parte de uma definição uniforme da *juventude* construída *a priori*. E pergunta,

“Qui dira qu’un ouvrier de 21 ans, travaillant depuis quatre ans, est plus jeune qu’un étudiant de 23 ans terminant sa maîtrise de psychologie et employé comme pion dans un lycée?” (1979:16)³³.

Os “jovens” estariam em uma situação intermediária, que, para Thévenot, mascara os que poderiam ser classificados como “jovens trabalhadores” ou “jovens desempregados”³⁴.

Outra abordagem recorrente, que também caracterizam a idade como uma construção social são definições que partem do conceito de geração. Para Mannheim (1982;

³² Analisando os censos demográficos, observa que são recenseados “jovens” que estão enquadrados em determinada faixa etária, o principal recorte é de 17-25 anos, e que estão inseridos em certas instituições/ocupações (escolares, serviço militar, “casas” de jovens trabalhadores, estabelecimentos de recuperação ou de saúde, etc.).

³³ “Quem dirá que um operário de 21 anos que trabalha à quatro anos é mais jovem que um estudante de 23 anos que está terminando seu mestrado em psicologia e empregado como peão em um liceu?” (Tradução João Paulo M. Castro)

³⁴ Thévenot ressalta como o recorte por ocupação (empregado/desempregado) só inclui os que têm mais de 17 anos, na medida em que até os 17 anos todos os jovens devem estar na escola, já que o ensino na França é obrigatório. Em recortes que tratam dos que tem menos de 17 anos estes são agrupados por escolaridade e frequência escolar.

Foracchi,1972), duas gerações convivem em dado contexto histórico, “*juventude*”, caracterizada como um momento do ciclo-de-vida de todo indivíduo, em oposição à condição “*adulta*”. Para Foracchi (1972) esta abordagem contribui para se problematizar a definição físico/biológica na medida em que,

“[...] não sendo passível de delimitação etária, a juventude representa, histórica e socialmente, uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema. Sociologicamente ela representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova da existência social.” (op.cit.:160).

Já Bourdieu (1983) argumenta que a vivência geracional é construída a partir de,

“Aspirações sucessivas de pais e filhos, constituídas em relação a estados diferentes da estrutura da distribuição de bens.” (p.118)

No mesmo sentido, estaria associada a diferenças do acesso à formação. Ou seja, as relações geracionais sofreriam influência das mudanças no sistema de ensino que ampliaram o acesso à formação, ao mesmo tempo em que desvalorizaram os títulos que representam cada ciclo de formação³⁵. Assim, a noção de geração seria construída relacionamente, por oposição, mais que por aproximação. Bourdieu questiona os usos de termos como “*jovem*”, “*juventude*” e “*velho*” como dados a priori, a identificação ou auto-identificação é relacional, “somos sempre o jovem ou o velho de alguém.” (op.cit.:113).

A substantivação de termos como “*jovem*” e “*juventude*” pode levar a generalizações arriscadas. Em “*A Juventud es más que una palabra*”, Margulis (1996)³⁶ – respondendo ao texto de Bourdieu citado acima – qualifica “*juventude*” como,

“La juventud se erige en vanguardia portadora de transformaciones, notorias o imperceptibles, en los códigos de la cultura, e incorpora con naturalidad los cambios en las costumbres y en las significaciones que fueran objeto de luchas en la generación anterior; su sensibilidad, sistema perceptivo, visión de las cosas, actitud hacia el mundo, sentido estético, concepción del tiempo, valores, velocidades y ritmos nos indican que está habitando con comodidad un mundo que nos va dejando atrás.” (1996:9)³⁷

³⁵ Bourdieu utiliza como exemplo o ensino secundário que passou a ser acessível para filhos de todas as classes, ao mesmo tempo que passou a ser menos valorizado no mercado de trabalho. (1983:120)

³⁶ A coletânea *A Juventud es más que una palabra*, org. por Margulis reúne textos de diversos autores sobre “*juventude urbana*”. Em seu artigo “*Moda y Juventud*”, analisa o que chama “*tribus juveniles*” a partir da moda e do consumo.

³⁷ “A Juventude se ergue como vanguarda portadora de transformações, evidentes ou imperceptíveis nos códigos culturais, e incorpora com naturalidade as mudanças nos costumes e nos significados que foram objetos de luta para a geração anterior; sua sensibilidade, sistema perceptivo, visão das coisas, atitude frente ao mundo, sentido

Esse olhar quase heróico da “juventude” perpassa muitos trabalhos sobre o tema, nos quais a “juventude” aparece como agente de transformações sociais e o “jovem” como o ator social privilegiado³⁸. Mesmo quando se faz a crítica à substancialização ou à pré-definições etárias, em muitos casos, vemos ser reforçada a característica transformadora inerente ao “jovem”³⁹. Ou ainda, na inversão desse olhar que associa “jovem” à delinqüência, tais como os textos que utilizam termos como “*delinqüência juvenil*” para retratar determinados indivíduos que teriam em comum a idade e uma forma de se comportarem. Diversos estudos tratam “juventude” a partir do problema do aumento da violência⁴⁰. Gluckman, em seu prefácio à 2ª edição de Bott (1976: 22-23), recupera o estudo de Allcorn sobre jovens rapazes nos subúrbios da classe operária londrina, onde criavam elos muito fortes que influenciavam suas outras relações, e questiona essa associação juventude-delinqüência:

estético, concepção do tempo, valores, velocidades e ritmos, nos indicam que estão habitando com comodidade um mundo que nos vai deixando para traz.” (T.A.)

³⁸ Anne Mische (1997) propõe comparar a transformação da “identidade jovem estudante” da década de 60 em “jovem cidadão” da década de 90. Para tal, toma Lindberg Farias (então presidente da UNE), como um exemplo de “*novo militante*”: “Lindberg foi a figura ideal para construir a ponte entre o movimento estudantil tradicional, os projetos de esquerda e as experiências dispersas da geração “*shopping center*.”. Para a autora esta mudança e o surgimento desse novo “jovem”, seria resultado de uma expansão da “cultura jovem” para jovens trabalhadores e das periferias o que tiraria o monopólio da organização política dos “jovens” das mãos do movimento estudantil, forçando uma reformulação. (ver p. 143), onde “ser jovem”, não é mais equivalente a “*ser estudante*”. Resta saber se algum dia foi, já que são poucos os estudos que usam o termo “jovem” para tratar desse “jovem” trabalhador da periferia. A preocupação com esse “jovem” parece ser um movimento mais atual relacionado a preocupação com dados estatísticos e pesquisas que mostram que os “jovens” (geralmente tratados por faixa etária – abaixo de 30 anos) são hoje os que mais morrem assassinados e estão envolvidos em crimes com armas de fogo. A autora trata ainda a categoria como algo que aos poucos vai agregando pessoas e não como processos de formação, apropriação e disputa de identidades.

³⁹ Como em Gonaçalves (2001) que parte da crítica à construção etária e valoriza o “*conteúdo simbólico*” da categoria, principalmente no espaço de política cultural. Mas ao longo do seu trabalho atribui ao “jovem” o “papel de juventude protagonista”, entretanto trata pouco dos processos auto-organizativos. Contudo o trabalho traz uma abordagem instigadora ao analisar as diversas percepções sobre os “jovens” e sua participação na política partidária e no período eleitoral.

⁴⁰ A preocupação com a delinqüência gerou diferentes abordagens em períodos históricos diversos. A associação entre “jovem” e delinqüência foi muito recorrente em pesquisas nas áreas de psicologia e sociologia realizadas na Alemanha, ver Flitner: 1963. Nos EUA a Escola de Chicago privilegiava temas como delinqüência e criminalidade, onde o “jovem” aparece como um personagem em destaque. Segundo Coulon (1995), um dos trabalhos mais marcantes é o de Frederic Thrasher, sobre gangues em Chicago. Publicado em 1923 “*The Gang, A study of 1313 gangs in Chicago*”, mostra que as gangs “agrupavam no início dos anos 1920 pelo menos 25 mil adolescentes e jovens adultos.” (1995:61) No Brasil a UNESCO vem financiando, desde a década de 90, em parceria com outras instituições e fundações, pesquisas que analisam a *juventude* a partir de enfoques que privilegiam questões como “*violência*”, “*cidadania*” e “*educação*”. Fazem parte deste esforço trabalhos como : Minayo, M. C. (et al) (1999); Sallas, A. L. (et al) (1999); Barreira, C. (coord.) (1999); Waiselfisz, J. (1998,2000); Castro, M. (coord.) (2001).

“Será que cada estrato de idade da juventude desenvolve seu próprio código ou é influenciado pelo estrato que imediatamente o precede, de tal modo que cada sociedade contém camadas de códigos, estabelecidos em padrões culturais, para os seus estratos de idade? Esses códigos não são, é claro, todos delinquentes.”⁴¹

Por outro lado, definições como “*jovens em situação de risco*” são a base para alguns programas sociais que pretendem reintroduzir na sociedade esses excluídos⁴². Estas duas perspectivas apontam “jovem” como dotado de características que definem determinados indivíduos a priori.

Apesar de bem menos expressivo, também “juventude rural” ou “juventude camponesa” é objeto de investigações passadas e recentes. Flitner demonstra como “jovem camponês” foi preocupação de pesquisas em diferentes momentos históricos. Em pesquisas no século XVIII, principalmente em abordagens sobre educação, o termo já é utilizado para designar uma população específica. Flitner destaca uma dissertação sobre “*populações camponesas*” de Pestalozzi que se preocupa, mesmo que parcialmente, em uma comparação sobre a situação de vida no campo e na cidade a partir do processo de industrialização na Alemanha (1968:57). No entanto, estes primeiros trabalhos esparsos não se configuram como um campo ou como um sub-campo.

⁴¹ A tese de doutorado de D.H. Allcorn de 1954, “*Young men with money*”, pela Manchester University., segundo Gluckman é reveladora dessa diversidade de padrões culturais, como na passagem “Ele descobriu que os jovens, que não tinham se tornado móveis e mudado da área local para freqüentar a escola e, posteriormente, a universidade, cresceram com um pequeno grupo de amigos, aquilo que os sociólogos chamam um “*grupo de pares*” (*peer group*). Este grupo veio a exercer uma poderosa influência sobre os jovens, durante o período entre a saída da escola e o noivado para casar: “*lar*” se tornou um hotel e todo o tempo disponível era passado entre os “companheiros”, com os quais iam ao cinema, freqüentavam os mesmos clubes e adotavam as mesmas atividades recreacionais, que abandonavam tempos depois. O grupo de pares encorajava, pelo alardeamento e pela excitação mútua, ligações temporárias com mulheres jovens, mas opunha-se à formação de qualquer ligação permanente com elas, uma vez que isso iria destruir o grupo.” (1976: 22-23)

⁴² O PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador) foi um programa nacional elaborado pelo Ministério do Trabalho e desenvolvido pelas secretarias estaduais do trabalho através dos PEQs (Programas de Qualificação do Trabalhador). Nas diretrizes básicas do Plano (Resoluções CODEFAT no 258 – PLANFOR 2000-2001) “A população alvo do PLANFOR prioritária para fins de aplicação dos recursos do FAT, compreende os seguintes segmentos da PEA urbana ou rural : I – pessoas desocupadas, principalmente as beneficiárias do seguro-desemprego e candidatos a primeiro emprego; II- pessoas sob risco de desocupação... III- pequenos e microprodutores, agricultores familiares e também pessoas beneficiárias de alternativas de crédito financiadas pelo FAT (PROGER, PRONAF e outros); IV – pessoas que trabalham em condições autônoma...” Com base nestas diretrizes o PEQ do Estado do Rio de Janeiro, definiu dentro do I segmento a categoria “Jovem em situação de risco” (até 2000) e “jovem em busca do primeiro emprego” (a partir de 2001) e no III segmento – “assentamentos e comunidades rurais”. O termo também foi amplamente utilizado nos projetos da Comunidade Solidária (projeto governamental coordenado por Ruth Cardoso, durante o governo Fernando Henrique Cardoso)

Mais recentemente, principalmente a partir da década de 90, há um aumento significativo do número de trabalhos (além de ong's, sites da internet, etc.), especialmente sobre o chamado Terceiro Mundo (ou os Países do Sul), que abordam “*jovem camponês*” ou “*juventude rural*” (Carneiro:1998; Abramovay:1998; Brkic e Zutinic:2000; Torrens: 2000; Jentsch e Burnett: 2000; Majerová: 2000; Benevenuto:2004; Stropasolas:2004). Relacionando-os menos ao papel de “*vanguarda*” como nos trabalhos sobre “*jovens urbanos*”, os esforços se voltam para analisar “*jovens rurais*” associados ao “*problema da migração rural/urbano*”, da herança e sucessão da pequena propriedade familiar⁴³. E ainda, trabalhos que focalizam “*jovens*” que já migraram de áreas rurais para áreas urbanas⁴⁴.

Assim, ao se analisar as percepções sobre “*juventude rural*”, se observa similitudes com as abordagens sobre “*juventude*”, ou “*juventude urbana*”. Nesse caso, a “*juventude*” deveria ser impedida de completar seu destino: a migração do campo para a cidade e o conseqüente fim do mundo rural, em especial do trabalho familiar. Ao invés, a “*juventude*” pode ser o agente de uma transformação social que resgate o campo. Com base nesta percepção existem alguns programas sociais que visam “*manter o jovem no campo*” e “*empoderá-los*” de capacidade de liderança⁴⁵. No entanto, estes esforços nem sempre

⁴³ Nilson Wiesheimer (2004) realizou um levantamento temático acerca da produção acadêmica brasileira sobre “*jovem no meio rural*”, no período de 1990 a 2004. 50 trabalhos foram relacionados sob os temas: “*juventude e educação*”; “*juventude rural, identidade e ação coletiva*”; “*juventude rural e inserção no trabalho*”; “*juventude e reprodução social da agricultura familiar*”. O autor conclui que a “*migração e a invisibilidade*” da juventude rural são os dois fatores mais marcantes nos estudos. O levantamento reforçou, ainda, a pouca produção acadêmica, sobre o tema no Brasil: menos de quatro trabalhos por ano, no período analisado, sendo que 86% dos trabalhos se concentraram entre 2001 e 2004. Wiesheimer ressalta que esse súbito aumento de produção poderia apontar a consolidação de um campo. Seu estudo reforça a análise de Wulff, H. (1995) demonstrando que há uma concentração de trabalhos na área de sociologia, seguida com um número bem menos expressivo pela antropologia.

⁴⁴ Engelbrektsson (1995) apresenta um estudo, que é parte de uma pesquisa comparativa em três países, sobre filhos oriundos de áreas rurais da Turquia, que vivem na Suécia e são a segunda geração pós-migração. Neste trabalho a autora reforça o desinteresse pelo trabalho rural, e que apesar de um discurso que aponta para o retorno à Turquia, a prática cotidiana reforça a permanência definitiva na capital sueca, principalmente como forma de evitar o retorno para uma área rural empobrecida e fortemente controlada pelos laços familiares. Existem ainda “*redes virtuais*”, como a Rede Latino Americana de Juventudes Rurales, criada em 2002 e que propõe integrar organizações, programas, movimentos e pesquisadores para pensar o papel do jovem no desenvolvimento rural na América latina, e contribuir com as ações de movimentos jovens e políticas públicas. Ver <http://www.ica.org.uy/redlat/>

⁴⁵ Diversos trabalhos tratam da importância de políticas públicas voltadas para o jovem rural, para potencializar sua atuação no desenvolvimento rural, ver Becerra (S/D) e Durston (1998). No Brasil dois programas foram lançados em 2004: o “*PRONAF Jovem*” e “*Minha primeira terra*”. Nas palavras do Ministro do Desenvolvimento Agrário, os programas vem ao encontro dos anseios de parte da juventude, “*a juventude rural tem manifestado a disposição de permanecer trabalhando no campo. “À partir dessa constatação positiva, nós criamos programas importantes que permitem o apoio necessário para a realização desse trabalho. O Brasil deve pensar no futuro e*

consideram que a mudança dessa realidade vai muito além dos esforços individuais, demanda ações coletivas e mudanças mais profundas na realidade⁴⁶. Neste sentido, Stropasolas (2002) está preocupado em debater a categoria também como ator político, em diálogo com as desigualdades sociais no campo⁴⁷.

Dessa forma, a categoria “juventude” aparece associada a determinados substantivos e adjetivos, tais como: “*vanguarda*”, “*transformadora*”, “*questionadora*” (Margulis,1996:9-11). Esta adjetivação subentende papéis sociais privilegiados para os indivíduos identificados como “jovem” e “juventude”, principalmente como agente de transformação social. Mas, “jovem” também é adjetivado como “*em formação*”, “*inexperiente*”, “*sensível*” (Foracchi,1972:161), ou ainda associado à delinqüência, violência, “*comportamento desviante*”. Ou seja, um agente que precisa ser formado, direcionado para assumir seu “papel social” e que neste percurso pode se desviar, portanto, precisa ser “*controlado*” (Bernstein:1977).

Estes adjetivos e estas percepções, aparentemente contraditórios, se aproximam, pois partem da visão do “jovem” como um ator social detentor de certas características e atributos. Embora se discuta se o recorte desse objeto deva ser etário, geracional, comportamental e/ou a partir de algum contexto histórico, o ponto de partida, em muitos casos, é uma categoria genérica ou, como define Bourdieu (1989:28), uma categoria “pré-contruída”. Parte-se de formulações que pressupõem um consenso sobre a existência de um “jovem” e de uma “juventude”. Esta perspectiva homogênea a categoria na busca de construção de um objeto,

criar bases para que o País tenha desde já uma nova geração de agricultores e produtores”. O ministro destacou os programas de apoio aos jovens agricultores como o Pronaf, para financiar investimentos em condições especiais, e a linha Nossa Primeira Terra, que estimula e cria condições para que adquiram o imóvel.” (Notícias/MDA, website, <http://www.mda.gov.br/>), acessado em maio de 2004.

⁴⁶ No caso do campo brasileiro e mais especificamente no universo dos assentamentos, ver, Castro (1995;1998); Guanziroli (1994); Medeiros, et al. (1994); Medeiros (2001); Medeiros e Leite (1997); Palmeira, et al. (2004); Palmeira e Leite (1998), entre outros.

⁴⁷ Em outros contextos observou-se programas onde a categoria *jovem* aparece como ator privilegiado para a transformação do meio rural. O programa chinês “Shang-shau hsia-tisiang”(Subindo as montanhas e descendo para as vilas), que promoveu a transferência de 13,2 milhões de jovens de áreas urbanas para áreas rurais entre 1956-1975 (10% da população urbana da China à época), apareceu como um programa exceção, ao buscar não só coibir a evasão, mas promover uma mobilidade invertida (urbano-rural). O objetivo central, segundo Bernstein (1977), era a preparação de “sucessores políticos”: “Para os jovens se integrarem com os trabalhadores e camponeses é a estrada que a geração mais nova deve tomar para reformar seu olhar para o mundo. Uma medida estratégica para a continuidade da revolução sob a ditadura do proletariado e de uma revolução ideológica profunda.” (p.3) A percepção dos jovens como portadores de um potencial revolucionário foi levado às últimas conseqüências. Mas tratava-se também, segundo o autor, de controlar os “jovens”, como ficou mais evidente quando os que atuavam no programa foram impedidos oficialmente de participarem e se auto-organizarem durante a Revolução Cultural. Apesar da proibição muitos atuaram em organizações de juventude e empreenderam fortes críticas ao próprio programa de transferência. (pp.263-281).

de um conceito que possa ser paradigma. Talvez, por isso, a pouca precisão que alterna, nos mesmos textos, termos como: “*jovem*”, “*juvenil*”, “*juventude*”, “*adolescente*”, etc.

Entretanto, outra peculiaridade se desenhou nesse campo: o fato do tema ter sido abordado primeiro pelas áreas de pedagogia, psicologia e sociologia (Flitner:1968; Amit-Talai e Wulff:1995). Amit-Talai e Wulff analisam os trabalhos que abordam juventude e sustentam o pouco investimento da antropologia neste tema, repetindo as mesmas armadilhas de pré-definição⁴⁸. Wulff (1995:3) afirma que “juventude” foi objeto da antropologia clássica, em estudos sobre parentesco e família, como nos trabalhos de Margaret Mead (1968), Wilson e Turner⁴⁹. Podemos acrescentar que os estudos de campesinato (Bourdieu:1962; Arensberg e Kimball:1968; Heredia:1979; Thomas, W.I. e Znaïnecki, F.:1974; dentre outros) contribuíram fortemente para a análise do tema, como veremos adiante. Embora a categoria não fosse o objeto central, esses trabalhos foram importantes para a percepção das múltiplas construções da categoria juventude no campo. Mas, seria somente a partir de Henry (1965, apud Wulff 1995)⁵⁰ e da Escola de Birmingham⁵¹, segundo Wulff, que juventude, se configuraria como um objeto da antropologia.

Wulff se pergunta,

“If anthropology is the study of humankind, why has it dealt mostly with men, to an increasing extent with women, to some degree with children and old people, but very little with youth as a subject matter?” (p.1)⁵²

⁴⁸ Um recorte antropológico utilizado é o que analisa “jovem” a partir da identificação de um “grupo”. “Grupo” neste caso pode ser tanto no sentido de “*grupo de relações sociais*”, freqüentemente utilizado em pesquisas como as sobre “*gangs*”, quanto ordenado a partir de “*redes sociais*”. Fiusa, em “*Moralidade e Sociabilidade: contribuição para uma antropologia da juventude*”, estuda duas redes de relações sociais de “jovens” pertencentes às “*camadas médias da Zona Sul do Rio de Janeiro*”, buscando estabelecer “*fronteiras simbólicas, diversidade de ethos e visão de mundo no interior das camadas médias urbanas.*” (1989:1). A autora, através da observação participante, analisa um grupo de “jovens” em diferentes espaços, situações pessoais e momentos, valorizando como falam, se comportam, se vestem e se percebem. Mas chama a atenção o fato de Fiusa utilizar termos como “jovem” de forma intercambiável com “adolescente”, sem uma separação clara entre sua definição e as identificações nativas. Ou seja, Fiusa toma “jovem” como uma categoria pré-definida e aplicável ao caso investigado.

⁴⁹ Wilson, M. (1950) “*Good Company*” e Turner, V. (1967) “*The Forest of Symbols*”.

⁵⁰ Henry, J. (1965) “*Culture Against Man*”.

⁵¹ Segundo a autora, embora a Escola não fosse antropológica, Paul Willis, um de seus mais importantes expoentes, com seu “*Aprendendo a ser Trabalhador*”, realizou uma das primeiras etnografias tendo “jovem” como objeto central.

⁵² “Se a antropologia é o estudo da humanidade, porque ela lidou principalmente com homens, em um crescendo com mulheres, em certo grau com crianças e pessoas idosas, mas muito pouco com jovens como objeto de estudo?” (Versão da pesquisadora)

Para a autora duas questões influenciam o pouco interesse pelo tema. A percepção sobre juventude como um momento de transição para o mundo adulto, logo sendo incapaz de produzir uma “cultura” própria⁵³. E ainda, a transitoriedade do tema para o próprio pesquisador. No que tange a primeira questão, Amit-Talai (1995:223) discute que “juventude”, enquanto objeto de análise, é pouco “levado a sério”, tratando-se “jovens” como “adultos em potencial”. Concordando com Wulff, considera a percepção de transitoriedade como um dos principais fatores que constroem essa imagem. Por outro lado, a tendência de se analisar juventude a partir de concepções fechadas sobre comunidade e sociedade, gera duas possíveis leituras,

“... to focus on how children and youths learn or acquire the culture of the society. Another would be to argue that cultural constructions of youths, at most, constitute a variant of the societal or adult cultures, a kind of cultural dialect. (Goodenough,1971, *apud Amit-Talai, op.cit.*)”⁵⁴

Recuperando o conceito de “alteridade radical” de Roger Keesing⁵⁵, Amit-Talai afirma que a produção da “cultura jovem” é sempre marginal. Ou é atribuída a uma cultura mais ampla ou é percebida como exótica (*op.cit.*:224).

Apesar de não pretender focalizar o debate no conceito de cultura, as questões colocadas pelas autoras contribuem para problematizar o tema, na medida em que procuram desenvolver um olhar a partir de construções nativas da categoria. Nesse sentido, perseguir redes sociais, analisar situações históricas e eventos (Gluckman,1966,1976 e 1987) e, principalmente, observar os usos e práticas que envolvem a categoria, como veremos adiante, foram alguns dos instrumentos que favoreceram esse olhar “em campo”.

Mas Wulff traz ainda uma outra questão, que contribui para uma análise reflexiva do próprio campo temático. Ao analisar a produção acadêmica sobre juventude, observa que o tema tende a ser transitório para os pesquisadores, e coincidentemente, a uma idade quando ainda são percebidos (e se percebem) como “jovens”. Teria sido assim no caso da Birmingham

⁵³ Para a autora essa percepção de transitoriedade afeta os financiamentos de pesquisa, que tendem a apoiar, preferencialmente, estudos sobre juventude que tratem de problemas relacionados à educação e à migração, que seriam preocupações percebidas pelos “adultos”. (*op.cit.*:5)

⁵⁴ “...para se focalizar em como crianças e jovens aprendem ou adquirem a cultura de uma sociedade. Outra forma seria argumentar que construções culturais sobre a juventude, no máximo, representam uma variante da cultura societal ou adulta, uma espécie de dialética cultural.” (T.A.) Goodenough, W.H. (1971) “Culture, Language, and Society”.

⁵⁵ Keesing, R. (1994) “Theories of culture revisited”, in R. Borofsky (ed.) *Assessing Cultural Anthropology*”.

School. E torna-se mais evidente no relato de alguns pesquisadores, como McRobbie que confessa ter de lutar muitas vezes para combinar seu interesse sociológico sobre “juventude” e ser mãe de uma adolescente. Ela se sente ao mesmo tempo próxima demais das experiências de sua filha e muito velha para estudar jovens, e cita Dick Hebdige que descreveu como tinha dificuldade de dormir ao som de música alta ouvida por seus vizinhos “jovens”, o que apontou um “gap” entre ele e as pessoas sobre as quais costuma escrever⁵⁶. (1995:7)

E relatando sua própria experiência,

“While doing fieldwork on female youth culture when I was in my late twenties, it was quite useful that I was sometimes taken for a teenager by non-teenagers (such as youth workers and policemen) (Wulff,1988)⁵⁷. A relatively youthful appearance is undoubtedly helpful when hanging around street corners with teenagers. To now and then “go native” opens up vast understandings and rich data that should lead to more intriguing analyses.” (p.7)⁵⁸

Se a autora reforça que não acredita que pesquisadores precisem ser jovens para tratar do tema; no entanto, o fato de muitos o serem, e de que, conforme se tornam mais velhos mudam de objeto, deve ser analisado como um problema do campo. É evidente que a auto-identificação do pesquisador com seu objeto geralmente traz mais problemas que facilidades, mas essa reflexão foi útil, não só no que diz respeito ao tema, como também para qualificar minha própria atuação no trabalho de campo. O fato de muitas vezes ser tratada por “adultos” e “jovens” como *jovem*, certamente me localizou em campo, facilitando em determinados momentos meu trabalho junto aos “jovens”, principalmente em se tratando de um locus marcado pela autoridade paterna. Contudo, também gerou expectativas. Mais de um assentado da diretoria da APPME, assim como outros que atuavam mais intensamente nas disputas internas, valorizavam minha “juventude”, com falas, *Vocês jovens são nossa esperança*. Cobravam uma atuação mais intensa na solução de *problemas* do assentamento por sermos (eu e os estudantes) *jovens*, e sermos aqueles que podem *mudar as coisas*. Essas falas revelaram

⁵⁶ McRobbie, A. (1993) “Shut up and dance: youth culture and changing modes of femininity”, in *Cultural Studies*, 7:406-426; Hebdige, J. (1987) “The impossible object: toward a sociology of the sublime”, in *New Formations*, 1:47-76.

⁵⁷ “*Twenty Girls*”. Stockholm Studies in Anthropology, n. 21, Stockholm: Department of social Anthropology, Stockholm University.

⁵⁸ “Ao realizar um trabalho de campo sobre cultura jovem feminina, quando tinha vinte e tantos anos, era bastante útil que algumas vezes fosse percebida como adolescente pelas não-adolescentes (tais como jovens trabalhadoras ou policiais) [...] Uma aparência jovem é, sem dúvida, uma ajuda quando se quer ficar por aí nas esquinas, com adolescentes. “Se tornar nativa” vez por outra abre uma vasta compreensão e dados muito ricos que podem levar a uma análise mais instigante.” (T.A)

muito da própria construção da categoria e da associação a um potencial de ação transformadora, atribuída igualmente, como veremos, aos “seus jovens”.

O passeio pelo campo temático reforçou a necessidade de se buscar novos caminhos para desubstancializar a categoria. E cabe perguntar o que os “*jovens-estudantes*” pesquisados por Foracchi têm em comum com as “*tribus juveniles*” de Margulis (*op.cit.*:137) ou com os “*juventude japonesa*” de Stoetzel? Talvez, apenas o fato de um certo campo de conhecimento definir que todos são *jovens*. Ou ainda, a apropriação de um senso comum reproduzido em nosso cotidiano, que nos sugere quem é *jovem* e quem não o é. No entanto, essa também pode ser uma conclusão apressada. No decorrer do processo investigativo, mesmo essa marca do campo temático se mostrou passível de problematização.

Juventude: só uma palavra ou mais que uma palavra?

A percepção que associa a categoria “jovem” a problema e/ou à transformação social também é recorrente em programas governamentais ou de ONGs e de outros agentes (como igrejas) que têm o “*jovem*” como objeto central⁵⁹. Mas, também, *jovem*, *juventude*, *jovem rural* são categorias aglutinadoras de atuação política (jovens do MST, Coletivo de Juventude do PT, Pastoral da Juventude, Pastoral da Juventude Rural, Grupo de Jovens de igrejas evangélicas, Juventude do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais)⁶⁰. A

⁵⁹ Tem sido comum o uso de termos tais como “*jovens em situação de risco*” e “*jovens empreendedores*”, onde jovens são definidos, principalmente, a partir do corte etário definido pela OMS (15 - 24 anos). Com esse primeiro recorte, o “jovem”, alvo de políticas públicas ou de intervenções e ações de ONG’s é “escolhido” a partir de características sócio-econômicas. Muitos programas desse tipo trabalham com uma perspectiva de “*empowerment*” (empoderamento) desse “jovem” a partir de uma lógica de resgate individual do caos social, desenvolvendo o “*empreendedorismo*” e o “protagonismo”, isto é, a capacidade do jovem tornar-se agente transformador e de sua realidade. Um exemplo dessa tendência é o Instituto Souza Cruz, que desde 2000 tem como principal objetivo “Contribuir para educar e formar jovens empreendedores no meio rural brasileiro, através de iniciativas que potencializem seu protagonismo nos processos de desenvolvimento local.” Para tal criou em estados onde estão concentrados seus fornecedores de matéria-prima, os CEDEJOR (Centros de Desenvolvimento do Jovem Rural). Não cabe nesse espaço discutir a ação desses programas, mas cabe sim registrar que devem ser alvo de uma análise crítica, na medida em que atribuem ao “jovem” o papel quase “exclusivo” de “transformadores da sociedade”.

⁶⁰ Essa não é uma novidade, as organizações da juventude existem e existiram em diferentes contextos históricos (Ver Maresca, 1983). Mas para o debate que propomos travar, é importante ressaltar uma presença bastante evidente dessas organizações e fóruns no Brasil, em um período mais recente, enfatizando o papel transformador do “jovem”. Em julho de 2000 ocorreu em Brasília o *I Congresso Nacional da Juventude Rural*. Em agosto de 2002 ocorreu em todo o país o *I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade*, organizado pelo MST. Acompanhei o encontro do Rio de Janeiro e foi possível observar que os assentados da Baixada Fluminense tiveram pouca participação. Nenhum “jovem” do assentamento estudado compareceu. Esse não era o foco central da investigação e de forma alguma se pretende dar conta das múltiplas realidades envolvidas nesses diferentes

análise destes diferentes contextos permitiu traçar algumas observações importantes para a delimitação do problema a ser investigado.

De um lado, há uma certa naturalização do uso de termos como “*jovem*”, “*juventude*”, “*jovem rural*”, na qual, nas diferentes inserções e enfoques, a categoria “*jovem*” aparece, com frequência como auto-evidente. Mas pode-se perceber também uma disputa implícita nos discursos e práticas quanto a que “*jovem*” se pretende focalizar, tanto na definição de agentes que atuam com “*jovens*”, quanto os que se auto-identificam coletivamente como tal. Por outro lado, os muitos discursos que valorizam a importância do “*jovem*” para a sociedade e de seu resgate enquanto ator social, reforçam e são reforçados pelas articulações dos que se identificam como “*jovens*”. Ou seja, a presença cada vez mais massiva de organizações de juventude aponta para um fenômeno em movimento. Embora não se possa, no âmbito desse trabalho, analisar qual o grau de interação e impacto das organizações sobre a importância ascendente da categoria como impulsionadora de ações coletivas, e nesse sentido, como categoria social, temos algumas evidências do que pode ser “conseqüência” desse processo, como a intensificação da ação de ONG’s e órgãos governamentais. Um exemplo, é a criação no Brasil, como já havia ocorrido em países europeus e outros países Latino Americanos, de uma Secretaria Especial da Juventude em fevereiro de 2005 (no âmbito do poder executivo federal) e Comissões Parlamentares de Juventude, Federal e estaduais. Com isso, a categoria deve ser percebida como categoria pensamento, no sentido de construir imagens e percepções sobre determinados indivíduos; e como categoria social, na medida em que se percebe a sua configuração como uma identificação que gera coletividades e ações, tanto na realidade investigada, como em organizações que se pretendem atuar em âmbito nacional.

Olhar mais de perto diferentes “realidades”, como o exemplo do *I Congresso Nacional de Juventude Rural*, permitiu perceber a complexidade de se analisar os muitos significados do “ser jovem” e “estranhar” o senso comum. Apesar de o tema ser instigante, como não cair na tentação de tratar “*jovem*”, “*juventude*”, de forma substancializada, carregado de características “inerentes”?

contextos, mas foram espaços importantes de observação e problematização das questões propostas na tese e o material recolhido será utilizado como contribuição ao longo do texto, como na III Parte (cap. 8). Em outubro de 2003 aconteceu o “Salão Nacional da Juventude Rural” com jovens lideranças representantes das Comissões Municipais, Estaduais e Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do movimento sindical.

No assentamento não foi diferente. O uso do termo também aponta em um sentido genérico e naturalizado, como em *os jovens não querem nada....* Aparece, ainda, associado à problemas como em *os jovens estão indo embora e/ou* à expectativas quanto à participação em instâncias de representação formais, como na associação de produtores, e ainda, na reprodução dos lotes. Neste sentido, se empreendeu o esforço de observar de quem se estava falando quando esses termos eram usados, quais os significados e as interações que davam conteúdo a essa categoria.

Etnografias sobre campesinato (Arensberg e Kimball, 1968; Thomas e Zannieck, 1974; Bourdieu, 1962; Champange, 1979; Heredia, 1979; Moura, 1978; Woortman, 1995; Seyferth, 1985) foram uma fonte importante para repensar como trabalhar a investigação, reforçando a necessidade de se focalizar o olhar na própria construção da categoria “jovem” e de como esta é acionada. Pensar “jovem” em determinada realidade implicou observar quem chamava quem de “jovem”, quem se autodenominava como tal, em que situações e espaços, e que códigos estavam sendo acionados através do uso deste termo. E, propor como caminho investigativo uma análise que se debruça sobre a disputa das representações sociais, como em Bourdieu (1977, 1989), da categoria “jovem”, neste universo onde, também se disputa “dentro” e “fora” os significados de *ser da roça*. As diferentes construções do que é *ser jovem*, para esses indivíduos, variam nos espaços por onde transitam, e de acordo com as posições sociais que ocupam. Como veremos, *ser jovem* carrega a marca da pouca confiabilidade na hierarquia das relações familiares, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade do assentamento. Os que assim se identificam “lutam” para que prevaleçam outras representações, acionando significados e leituras distintas sobre as relações entre *adultos e jovens*, no assentamento, assim como, sobre a relação pais e filhos, em que a autoridade paterna aparece como constitutiva da imagem “dominante” do *jovem do Mutirão*. Para essa “disputa” os espaços onde os *jovens* atuam enquanto coletivos organizados contribuem para a construção dessas representações que se opõem às representações dos *adultos*. No entanto, em muitos momentos, percebe-se a reprodução pelos próprios “jovens”, de imagens calcadas, por exemplo, no desinteresse do “jovem” pelo lote e assentamento.

No processo investigativo, a dualidade “ficar e sair”, como denominei ao longo da tese – isto é, o discurso, principalmente de adultos, que questiona a saída do *jovem*, mas, ao mesmo tempo, deseja um futuro melhor para seus filhos, sobrinhos e netos – se mostrou um caminho

que expõe essa disputa de significados. Alguns elementos configuradores dessa dualidade são: a difícil realidade de se reproduzir a pequena produção familiar na região; as tensões a partir das relações de autoridade na família e na “comunidade”; e os diferentes olhares para a realidade e o universo rural e urbano do qual fazem parte esses jovens e adultos; pais e filhos.

De fato, o debate sobre a categoria traz o desafio instigante de se aproximar as duas formulações: “*A juventude é apenas uma palavra*”, e ainda, “*A juventude é mais que uma palavra*”. Diversos autores demonstram - e espero que também o faça o trabalho etnográfico - a necessidade do esforço analítico para se fugir dos caminhos “fáceis” da substancialização e das pré-definições, e se embarcar em uma “*aventura antropológica*”, como condição para se aprofundar a compreensão de processos de construção da categoria. Nessa empreitada parti do debate travado entre as diversas matrizes que apontam a categoria como socialmente construída, permeada por diferentes interesses, realidades e assim, multifacetada. Mas, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a própria produção acadêmica, as propostas e projetos de políticas públicas e as diversas formas de auto-expressão e auto-organização, diacrônica e sincronicamente vivenciadas, reforçam e sustentam uma categoria que se constrói e se reconstrói enquanto ator social.

Ao longo do percurso de campo, aquela primeira visita e conversa com o Sr. Tadeu tornou-se cada vez mais clara e qualificada, assim como novas percepções sobre aquele momento, quem e o que estava sendo dito. Para além do efeito que me causou, gerando o desejo de estudar o “jovem”, problematizar a categoria “jovem” tendo como locus o assentamento e o seu entrono, implicava compreender esta realidade como sendo muito mais ampla que o espaço físico do assentamento. Morar no assentamento onde as relações são mais próximas, e freqüentar outros espaços, considerados urbanos ou rurais, implica constantes negociações quanto a percepções sobre essas diferentes realidades, regras e códigos de como agir. Embora não utilizem o termo “jovem rural”, os que se autodenominam *jovem* constroem sua identidade em diálogo com imagens de um universo rural e espaços “urbanos”, em um “bricolage” que configura auto-percepções sempre em movimento, através de um diálogo marcado pelo tempo e no espaço⁶¹. Esse olhar sobre o “cotidiano” foi perpassado por duas

⁶¹ A reflexão de Clyde Mitchell (1966) para analisar as cidades africanas indica bons caminhos para repensar aqueles que são denominados espaços rurais, interligados, não como part-cultures, mas vividos e construídos a partir de processos históricos, campos e redes sociais. Para Raymond Williams (1990) “cidade” e “campo” são termos poderosos, carregados de múltiplos significados e percebidos relacionalmente.

experiências temporais. Um primeiro, o próprio tempo que envolveu o trabalho de campo, e as mudanças e situações experimentadas pelos informantes e pela própria pesquisadora. E, um segundo, marcado nos relatos sobre o “passado”. Os que são identificados, no assentamento, e a partir dele, como *jovens*, negociam suas vivências e interesses dentro de certas leituras sobre o “passado”, o “presente” e o “futuro”. O grande desafio foi dialogar com esses diferentes registros e responder as perguntas que se alojaram na retina. O próprio texto etnográfico foi parte desse processo, onde ao poucos a construção da categoria se confirmou como um objeto instigante.

A arquitetura da tese pretende alinhar esses diferentes recortes e tratar da problemática proposta. Na I Parte o ponto de partida foi construir um olhar para a história da região que recuperasse os processos de intervenção que marcaram as mudanças na paisagem e na estrutura social. Neste contexto, observou-se os atores envolvidos e as percepções dos adultos e jovens, hoje, sobre a vivência na história recente das áreas estudadas, e de que maneira a construção da categoria “jovem” está relacionada a esses processos. Na II Parte concentrei os esforços em traçar as relações familiares e o trabalho familiar (cap. IV); a problemática da herança, sucessão patrimonial, “gerenciamento” do lote (cap. V); a inserção e relação com a escola e com o trabalho externo ao lote; e por fim relacionar essas questões com os “desejos” e a “realidade” cotidiana desses “jovens” (Cap. VI). Nesse sentido, “ficar” e “sair” como problemas sociológicos apareceram vividos de forma bem mais dramática que uma simples escolha ou imposição, e foram tratados como uma dualidade do discurso dos informantes. Na III Parte procurei retratar como as diferentes formas de autoridade estão diretamente implicadas nas questões tratadas na II Parte, e na própria construção da categoria “jovem” no assentamento. E, ainda, analisar os “conflitos” e “negociações” entre os discursos e as práticas que envolvem essas relações de autoridade (cap. VII). No VIII e último capítulo analiso como diferentes espaços vivenciados pelos mesmos “jovens” podem gerar construções diferenciadas da categoria, e configurar *jovem* como categoria social.

Não se trata de desvelarmos “a juventude” ou ainda o/a “jovem”. E, sim, de atingirmos, com essa incursão investigativa, dois objetivos: contribuir com a busca de meios para se analisar a categoria e suas múltiplas construções. Mas, também, tratar de seres humanos com face, anseios, desejos, medos, felicidades e infortúnios, que vivem a experiência da vida como “jovens”, seja como auto-identificação, seja como identidade atribuída, seja, ainda, ao serem

excluídos da própria categoria em determinados espaços e momentos. Ao mesmo tempo, o processo de investigação foi, em si, um processo reflexivo de construção e releitura de paradigmas que a pesquisadora enfrentou cotidianamente e que espero possa contribuir para um amplo diálogo sobre o tema.

PARTE I – MEMÓRIAS E CONSTRUÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA CONQUISTA DA TERRA: o dito e o não dito, redes e classificações

Memórias

Os relatos dos *acampados*, *meeiros* e outros informantes que participaram do período da ocupação constituem uma coleção de versões sobre o “passado” que valoriza determinados acontecimentos, pessoas e espaços sociais. Através desses relatos a memória e a história são, no sentido atribuído por Appadurai (apud, Enne, 2002:19), objeto de disputa pessoal e de poder. Nesse processo os dois grupos se configuraram separadamente, através de dinâmicas diferenciadas de atuação e representados por duas associações: a APPME e a APPROMFIT. Os próprios nomes das associações revelam a disputa pela legitimidade de liderar o processo, marcado pela desapropriação da fazenda. A denominação Associação de Pequenos Produtores Mutirão Eldorado reforça o nome criado pelo grupo do acampamento para identificar o seu movimento e utiliza termos recorrentes usados para nomear ocupações das décadas de 80 e 90, como *mutirão* e *Eldorado*. Já a Associação dos Pequenos Produtores Filhos da Terra carrega na própria autoclassificação a diferenciação de serem os *filhos da terra*.

Talvez por ter “entrado” via APPME, os relatos que resgatam a história da região tratam principalmente do período do acampamento. O acontecimento mais lembrado por aqueles que vivenciaram esse período de ocupação (e mesmo pelos que não estiveram presentes mas “conheciam a história”) foi o confronto com o *grileiro* – que ocupava parte da área da Fazenda Casas Altas com gado e resistiu com violência à ocupação – e o ataque armado que sofreram ainda durante o período de acampamento. Da forma como é lembrado, reforça e legitima a posição social no passado e no presente dos *acampados*. Já outros eventos reforçam mais o caráter de dois “grupos” que teriam se organizado nesse processo: os *acampados* e os *meeiros*, como os relatos dos *meeiros* sobre os momentos de tensão e conflito com os *acampados*. Nesse caso, lembranças detalhadas sobre o acampamento reforçam o grupo que veio “de fora”; já a fundação da Associação de Pequenos Produtores Filhos da Terra (APPROMFIT), é uma ação que visa legitimar o grupo dos *meeiros*. Da mesma forma, a narração sobre quando *tocaram o gado do grileiro pra fora da fazenda*, após a desapropriação,

é lembrado como um momento em que atuaram juntos⁶². Os “jovens”, não só fazem parte dessas redes, como dos seus conflitos, negociações e suas relações internas e intra-redes, e essa atuação, por sua vez, reforça as relações entre os “jovens”, no passado e ainda hoje.

Se a ocupação e a relação com o Eldorado são temas correntes nas narrativas, um “passado do passado” é pouco tratado pelos ex-acampados e mesmo pelos *meeiros*. Curiosamente a história “pré-ocupação” é pouco lembrada mesmo pelos *meeiros* e só a partir de uma busca da pesquisadora para entrevistar os filhos que não moram no assentamento – porque suas famílias mantiveram os domicílios originais, anteriores ao assentamento, e que estão localizados em áreas próximas – que estes outros quadros começaram a se descortinar, e outras identidades “jovens” puderam ser percebidas. Como em Pollak (1989), o conceito do “não dito” reforçaria a “não presença”, a “não relação” entre determinados “jovens” do assentamento, e até a própria identificação e auto-identificação como tal. Mas, pode também, legitimar um determinado grupo, ou forma de relação com o assentamento.

Ao buscar a história dos *meeiros* e suas famílias cheguei às “matriarcas” que moram no Morro das Pedrinhas, área contígua ao assentamento. E estabeleci contato com Chaperó, loteamento urbano próximo. As redes familiares dos *meeiros* se estendem principalmente, para essas duas localidades e o contato com estas redes descortinou os muitos processos de ocupação da região.

Nas primeiras incursões ao Morro das Pedrinhas (Anexo 1, Mapa 4) – para aplicar o questionário a assentados que lá vivem –, percebi a relação direta entre aqueles moradores e os chamados *meeiros*. Alguns dos que fazem parte da rede dos *meeiros* são moradores ou filhos de moradores do Morro das Pedrinhas. As entrevistas e conversas informais desenham um quadro de circulação e de relações de parentesco da região. Os relatos sobre a chegada de várias famílias na área, há mais de 40 anos (no final da década de 50), através de um loteamento do governo, assinalou a importância de se analisar a ocupação fundiária da região, anterior ao assentamento e a diferenciação dessa forma de ocupação com outras posteriores, principalmente o assentamento⁶³. As falas das entrevistadas sobre a chegada no Morro das

⁶² Essas narrativas também podem ser revistas a partir da colocação de Appadurai “o passado não é uma fonte inesgotável de versões” (apud, ENNE, op.cit. :18), mas um “quadro de acontecimentos”, e um “quadro histórico limitado”.

⁶³ Grynszpan (1987) analisando os movimentos sociais no campo no Estado do Rio de Janeiro e em especial na Baixada Fluminense, pré-64, localiza dois movimentos constantes e muitas vezes circulares : as ocupações e os despejos, “Todo esse movimento nos sugere que havia, no Estado do Rio de Janeiro, um fluxo, de relativa

Pedrinhas direcionaram meu olhar para um resgate desse processo de ocupação, que no plano inicial de redação da tese aparecia na introdução como algo externo, um pano de fundo. Mas as falas dos moradores do Morro sugerem que a própria “história” da ocupação fundiária da região seria um elemento constitutivo das relações que se observa hoje, por exemplo, nas diferentes formas dos filhos e netos se relacionarem com a área e com o próprio Eldorado, e contribuiu para a compreensão do processo que culminou com a formação do assentamento.

Essa memória, construída através de narrativas, é fonte de legitimação de relações presentes. Para tratar desse recorte, além das narrativas dos informantes, seus entrecruzamentos e diferenciações, utilizei outras fontes primárias, e também fontes secundárias. Esse recurso se justifica já que o “quadro de acontecimentos” que se sucederam na área, se não deve ser visto como contínuo, linear e gerador de relações do tipo causa-conseqüência, também não pode ser negligenciado, devido à influência sobre a ação das pessoas, configuração das redes sociais e para a compreensão da própria categoria “jovem”, como veremos a seguir.

intensidade, de populações rurais em busca de terras onde puderem se estabelecer. Um antigo advogado dos lavradores aponta nesta direção quando define os posseiros fluminenses: ‘eram lavradores, eram sujeitos.... Eles eram expulsos, ficavam sem terra, ficavam perambulando. Trabalhavam onde eles encontravam trabalho para a subsistência deles. Então, quando eles encontravam mais terra, eles tornavam a ocupar.’ [...] este quadro ganha mais força, se lembrarmos que a estratégia dos lavradores despejados era a de irem ocupando novas áreas. Muitas vezes voltavam-se, depois de alguma movimentação. Ao ponto de partida, isto é, à primeira área ocupada.’ (p.175).

CAPÍTULO I - COLCHA DE RETALHOS: ocupações, histórias e lembranças

Eldorado: um assentamento da Baixada Fluminense

“[...] de quantas *Baixadas* e de que *Baixadas* estão todos falando? O que se insere nesta noção de matiz geográfico, mas que se desdobra em tantas outras, caracterizada como *Baixada*? Quantas imagens e fragmentos destas encontramos no que se convencionou chamar *Baixada Fluminense*?” (Enne,2002:28)

A área sobre a qual nos debruçamos está localizada no município de Seropédica, na Baixada Fluminense. A região também é conhecida como Baixada de Sepetiba (Jefferson op.cit.)⁶⁴, e é marcada por uma história de ocupação fundiária pautada por sucessivas intervenções do poder público. Apesar de em nenhum momento ter aparecido nas falas dos informantes qualquer identificação com o termo Baixada Fluminense, há a circulação entre Eldorado, Morro das Pedrinhas e municípios considerados, de forma mais recorrente, como parte da Baixada Fluminense – como São João de Meriti, Nova Iguaçu, Queimados, etc. – tanto por serem, para muitos, o local onde moravam antes de irem para a área, quanto por manterem vínculos após terem entrado no assentamento e/ou nas áreas próximas⁶⁵. Sua classificação como parte da Baixada Fluminense inseriu a região no foco de sucessivos projetos de intervenção principalmente voltados para o saneamento. Região sujeita a constantes alagamentos e longas estiagens, tendo sido, ainda, um importante foco de malária, a

⁶⁴ “A Baixada Fluminense é caracterizada pela existência de várias formas topográficas, desde maciços montanhosos à planícies de restinga, entremeadas por formações de morros (os conhecidos “meia-laranjas”). A partir do período colonial, esse território passou por processos de ocupação e exploração (sobretudo da floresta que a recobria) que modificaram radicalmente os ecossistemas em extensos espaços da Baixada Fluminense.” (Fernandes,1998: 3). “[...] ‘Baixada de Sepetiba’ com uma bacia hidrográfica contribuinte de 1500km², formada principalmente pelos rios Guandu e Itaguaí (1934,Góes apud, Fernandes,1998)”

⁶⁵ Enne apresenta um levantamento de diversas definições de Baixada Fluminense, onde a composição mais freqüente é formada pelos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Paracambi, Japeri, Queimados, Magé e Guapimirim.” (op. cit. p.40). Essa definição teria como norteador um recorte tratado como “Baixada histórica”, tendo como ponto de partida o município Nova Iguaçu (que tornou-se município em 1916), como “*terra mãe*”, a partir do qual os demais municípios seriam formados por desmembramento e emancipação entre 1940 e 1980. A autora aponta ainda outras sete definições que utilizam critérios como: a urbanização, a relação com a Zona Oeste, com o entorno da Baía da Guanabara, com a região metropolitana do Rio de Janeiro, com bairros da cidade do Rio de Janeiro, com o município da serra, com a ‘baixada litorânea’(op.cit.:43-53).

história das intervenções na Baixada da Sepetiba está intimamente ligada à introdução da criação de gado, que teve início com a chegada dos jesuítas⁶⁶.

O Curral dos Padres e as muitas intervenções na Baixada de Sepetiba

A partir do século XVI, a região do antigo município de Itaguaí, atualmente Seropédica e Itaguaí, tornou-se domínio dos jesuítas por doação de herdeiros de uma sesmária, sendo utilizada principalmente para a criação de gado. Ao longo de dois séculos foi sendo ampliada, e se estendeu das bacias dos rios Itaguaí e Guandu às Serras da Estrela e Araras, tornando-se conhecida como o “*curral dos padres*”. (Fernandes, 1998)

No século XVII os jesuítas foram responsáveis pela primeira grande mudança na paisagem da região. Em função da exploração da pecuária, realizaram o que ficou conhecido como as primeiras obras de saneamento da Baixada Fluminense⁶⁷. Essas obras tiveram como principal preocupação resolver um dos problemas mais recorrentes na região, e que se perpetua até os dias de hoje: a alternância entre alagamentos e secas. O objetivo central era “*controlar*” as águas, seja o alagamento das áreas de pastagem pelos seus principais rios, na época de cheias, seja permitir a irrigação nos períodos de seca. Os jesuítas não mediram esforços para implementar esse projeto grandioso. Estas ações, segundo Fernandes, promoveram uma “*mudança radical no ambiente*”, contribuindo fortemente para a definição da forma de exploração da terra na região,

“Portanto, a magnitude da transformação ambiental refletiu em uma produtividade que alcançou resultados notáveis na exploração de dezenas de milhares de cabeças de gado bovino – que também atendia à demanda dos engenhos – além de cavalos, cabras,

⁶⁶ Segundo Grynszpan (1987.: 20), por ter sido foco de conflitos por terra, o que era utilizado pelos jornais nas décadas de 1950-1964 para identificar municípios da Baixada Fluminense, Itaguaí teria sido caracterizado como município da região. Já a forte associação de um passado rural idealizado e um presente urbanizado, como aponta Enne (op.cit), pode contribuir para a compreensão da classificação nativa, “rural” e “urbana”, dos informantes, atribuídas a deferentes localidades da região e de outros municípios, ao relatarem as atividades e percursos que realizam na circulação entre a área estudada e outras áreas.

⁶⁷ “Após o envio de dois padres da Companhia à Holanda para aprender as técnicas de dessecamento, os jesuítas empreenderam o controle do sinuoso Guandu. Utilizando seus escravos, projetaram um canal que atendesse dois objetivos: drenar as terras da margem esquerda do Guandu, e possibilitar a navegação por pequenas embarcações. Este canal, por ser aberto em aflorações rochosas recebeu o nome de Ita, estendendo da sua foz na baía de Sepetiba à distância de 13 km. Um segundo canal foi aberto entre o rio Guandu e Itaguaí num comprimento de 10 km, tendo recebido o nome de São Francisco. Uma rede complementar de valas secundárias, perpendiculares aos canais, marcava os limites dos campos, ‘constituíram os limites escolhidos para separação dos rebanhos e convivência do serviço’” (Corrêa Filho, apud, Fernandes, op.cit.).

ovelhas e porcos em conjunto com olarias, oficinas e roças. (Corrêa Filho, 1930 e Mendes, 1940)⁶⁸. [...]” (Fernandes, 1998:23).

A expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal em 1759, associada a mudanças na distribuição das atividades econômicas da Baixada Fluminense gerou, segundo Fernandes, o declínio da atividade pecuarista na área. Assim, desde o Império a região é ‘próprio nacional’ sendo denominada Fazenda Nacional de Santa Cruz, cujo território compreendia parte dos municípios de Itaguaí, Nova Iguaçu, Passa Três e Vassouras, e a totalidade dos municípios de Pirai e Barra de Barrado Pirai. A partir desse período suas terras passam a ser cedida por aforamento a famílias de grandes produtores, tanto para a exploração de monoculturas, quanto para a criação de gado.

A região correspondente ao município de Itaguaí, após a expulsão dos jesuítas, é percebida por este e outros autores como um exemplo de decadência e abandono. A consolidação da economia cafeeira no Vale do Paraíba, aliada a um crescimento populacional expressivo da cidade do Rio de Janeiro, impulsionaram a partir do século XIX a demanda por alimentos. O reaquecimento da Baixada da Sepetiba, ainda segundo Fernandes, ocorreu com a demanda pela produção voltada para o “*abastecimento*” da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Essa imagem que alterna decadência e ascensão é fortemente associada a essa região, tendo como correlata a imagem de uma área ocupada que se “esvazia”, e torna a ser ocupada.

A percepção da Baixada Fluminense a partir das suas bacias hidrográficas e sua história de ocupação é construída simultaneamente com a forma de se “intervir” na região. O que havia sido uma ação privada dos jesuítas, abandonada com sua expulsão, torna-se uma ação de Estado, a partir do séc. XIX⁶⁹. Mas a motivação da intervenção resgatou a associação da Baixada Fluminense com a atividade agrícola, e a preocupação com a migração da população de áreas rurais “*abandonadas*” com altos índices de malária e outras doenças, para uma capital em processo de “*modernização*”. As iniciativas foram se consolidando em ações

⁶⁸ Corrêa Filho, Virgílio. “Santa Cruz d’outrora”, in *Viação*. Setembro-outubro/1930. Mendes, Renato da Silveira. “A conquista do solo da Baixada Fluminense” in *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*. Volume III, 1940.

⁶⁹ Segundo Fernandes (op.cit. p. 66), a iniciativa de projetos de saneamento, ainda no Império, estava pautada pela idéia de obras de “melhoramento”, do inglês *improvements*, e foi voltada para a construção do serviço público de esgotos na capital, através da concessão à companhia The Rio de Janeiro City Improvements (1862), para a realização dessas obras. Posteriormente, em 1874, foi criada a Comissão de Melhoramentos pelo Ministério do Império, para dar continuidade a essas iniciativas.

de estado através de leis, como a que destinou recursos específicos para estudos e obras de saneamento, culminando com a definição de áreas prioritárias para investimento, devido aos relatórios da “Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro” (criada em 1894). A Comissão visava: “[...] analisar quais zonas poderiam ter determinada aplicação agrícola. [...] objetivaram a ‘entrega à agricultura de terrenos fertilíssimos e, valorizados também, pela proximidade de três importantes centros de consumo’” (Fernandes, 1998:75 e76). Duas áreas prioritárias foram definidas, “[...] o recôncavo da baía de Guanabara e de Sepetiba e outra [...] a vertente norte da planície.” (Fernandes, op.cit. p.78)

Nesta perspectiva, a Baixada Fluminense foi caracterizada como uma região própria para a “agricultura em oposição à pecuária, mas também marcada pelo foco da malária, necessitando ser saneada para ser ‘ocupada’ por produtores familiares que produziram para abastecer o mercado interno de consumo.” (Idem) Essa visão atravessou diversos governos estaduais e federais. Assim, a discussão sobre a “vocação” da Baixada de Sepetiba, outrora “curral dos padres”, que contrapunha a “*agricultura de subsistência*” à presença da pecuária extensiva, está diretamente ligada a sua identificação geofísica como Baixada Fluminense⁷⁰. Ou seja, a localização próxima da metrópole e as mudanças nas formas de exploração geraram, segundo autores como Fernandes, uma área marcada por conflitos, sujeita a fluxos migratórias que ora disputavam suas terras, ora convergiam para a capital e para outras cidades menores, em função das sucessivas crises de produção e problemas climáticos que acometiam a região⁷¹. Neste contexto, mais que uma atividade econômica, o gado, muitas vezes, era usado na disputa pela terra.

⁷⁰ É da “Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro” a definição, que divide a Baixada Fluminense em quatro “*seções*”, de acordo com as bacias hidrográficas que as constituem: Baixada de Sepetiba, Baixada Iguassuana, Baixada da Guanabara e Baixada do Campo dos Goytacazes, é oriunda da (1894). E que, segundo Fernandes, “*consolidou-se no espaço de atuação de todas as demais organizações públicas de saneamento que posteriormente viriam a surgir*”, tendo sido seguida em 1933 pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, criada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas (Fernandes, 1998:83).

⁷¹ “[...] é apropriação dos ‘grileiros’ [...] falsos proprietários que exploram de maneira desordenada a terra, fazendo deserto, pela devastação vegetal e revendendo a gleba desnudada para a criação de gado, de maneira dispersiva, sem benfeitorias nem qualquer espécie de aproveitamento racional. Há indivíduos que, por meio de títulos falsificados e da posse ilícita de terras do domínio público, usufruem verdadeiros latifúndios de 2 e 3 mil alqueires (Revista Brasileira de Engenharia, 1938). – Discurso feito no primeiro aniversário do Estado Novo – pelo dignatário. O governo federal outorgou o decreto-lei 893 (26/11/1938), dispondo sobre as terras de Santa Cruz ‘e outros imóveis da União’. A lei obrigou os possíveis donos de imóveis, no interior da Fazenda Nacional, a provar suas titularidades.” (Fernandes, op.cit.:231/232)

A falta de saneamento apareceu desde os primórdios do debate como o principal entrave para o desenvolvimento econômico da Baixada Fluminense. Os muitos projetos de saneamento da Baixada Fluminense, em torno de doze até o início da “Era Vargas”, nem sempre privilegiaram a Baixada de Sepetiba⁷². Até a década de 30 foram muitas iniciativas de saneamento de diferentes áreas da Baixada Fluminense, que implicaram em vultosas somas, mas não produziram os resultados esperados, como a erradicação da malária. Contudo, a Era Vargas marca uma mudança radical na política de saneamento. Se antes se tratava de ações descontínuas dos governos do estado e da União – ora com administração e recursos públicos, ora com concessões privadas – a partir de 1930 a política passou a ser de inteira responsabilidade do Governo Federal. Segundo Fernandes (Fernandes, 1998:121 e 138), é criado um aparato de governo para projetar a intervenção em todas as suas etapas, do planejamento, passando pela execução e até a fiscalização das conseqüências para o meio ambiente. Se as primeiras ações ainda foram descontínuas as novas ações promovem uma profunda transformação da Baixada Fluminense, a partir de uma política pública centralizada no Governo Federal.

Mais que uma centralização administrativa e de gerência, a nova política foi pautada pelo projeto da constituição de um “*green-belt*” (cinturão verde), em torno da capital. Em função disso, exceto pela finalização do aterro de Mangueiras que deu origem à Avenida Brasil, todas as demais intervenções foram em áreas consideradas agricultáveis.

Neste contexto, a Fazenda Nacional de Santa Cruz passa a ser um dos alvos mais importantes de sua política, e termos como “grileiro” e “latifúndio”, passam a fazer parte do vocabulário governamental,

“Em 11/3/1932, o Governo Provisório lançou um decreto passando as terras para a administração do Departamento Nacional de Povoamento, [...]: ‘Encontrada nos arredores da Capital do país as terras tão férteis e tão abandonadas da Baixada Fluminense, desejou [...] começar por elas a experiência prática da sua nova política. A Fazenda de Santa Cruz foi núcleo inicial de experimentação. Convinha, preliminarmente libertá-la dos intrusos, espécie de grileiros, que a tinham invadido, instituído novo regime legal para loteamento e venda de terras, visando combater os latifúndios e obrigar ao florescimento da pequena lavoura.’” (Observador, p. 196/197, apud, Fernandes, 1998: 87).

⁷² Já as Baixadas da Baía da Guanabara e dos Campos dos Goytacazes eram prioritárias. A primeira pela proximidade com a capital e a segunda por ser a “*seção*” economicamente mais importante desde o século XIX, devido à produção agro-exportadora da cana-de-açúcar.

A política central tinha como alicerce três ações: a desapropriação de terras⁷³, o saneamento das áreas agricultáveis e a criação de Núcleos Coloniais⁷⁴. Em 1943 um decreto-lei estabeleceu as características definitivas dos Núcleos. O futuro colono teria que ter mais de 18 anos, não poderia ser dono de outra propriedade agrícola ou de qualquer empreendimento industrial ou comercial e não poderia ser servidor público; estava obrigado a morar no local com sua família e a cultivá-la pessoalmente⁷⁵.

⁷³ Através de decreto lei o Governo Provisório exigiu que todos os proprietários de terras na Fazenda Nacional comprovassem a titulação, caso contrário as áreas seriam utilizadas para projetos como os dos Núcleos Coloniais. Os processos de contestação de desapropriação de áreas dentro da Fazenda Nacional de Santa Cruz se estenderam até 1945. (Galjart, 1968: 18). Ver também, Pedro Pinchas Geiger (1956), p. 66.

⁷⁴ Os Núcleos Coloniais foram criados por decreto lei 9801 de novembro de 1911 e tinham como objetivo, estabelecer imigrantes [...] e apenas 30% dos colonos deveriam ser brasileiros. Formado por um conjunto de lotes de tamanho suficiente, até 25 ha, para que absorvesse o trabalho de quem o adquirisse sob pagamento parcelado, a terra deveria ser entregue preparada (isto é arada) e o lote deveria ter uma casa já construída. [...]. (Galjart, 1968:17). Mas segundo Galjart (1968), a sua definição, no caso dos Núcleos Coloniais da Era Vargas, está mais de acordo com outro decreto lei 9214 de dezembro do mesmo ano que estabelecia a implantação de Centros Coloniais, que tinham como população alvo, brasileiros do estado onde fossem implantados. Se as condições do acesso à terra e dos serviços eram similares aos Núcleos Coloniais, segundo o autor, as exigências eram maiores, como a obrigação do colono ter que morar no lote, caso contrário poderia ser retirado da terra e a proibição da criação de animais que não em áreas cercadas. O colono não poderia vender o lote ou suas benfeitorias enquanto ainda estivesse devendo ao governo e só poderia passar o lote adiante com o consentimento do Ministério e para novos colonos que estivessem dentro do padrão estipulado, principalmente o de ser um trabalhador rural. (Idem). Um decreto de 1930 iguala os Núcleos Coloniais e os Centros Coloniais acabando com a distinção entre as populações que poderiam ser assentadas em um e em outro.

⁷⁵ De acordo com o novo texto, o perfil dos colonos era mais rígido, Novamente o decreto estabelecia a exclusão do colono que não cultivasse seu lote e que desmatasse sem reflorestar (esse último fator era novo), (Galjart, op.cit., p. 18). Os Núcleos Coloniais deveriam conter em seu núcleo urbano: serviços médicos e farmacêuticos, cooperativas de produtores e escolas, além de lojas de ferramentas e campos de demonstração técnica. Ainda segundo o autor, até a titulação o colono precisava de autorização da administração do Núcleo para alienar benfeitorias ou a terra. Os lotes teriam 10 ha em média. Os colonos deveriam receber do governo, similar as condições previstas em 1911: três dias de alimentação; durante o primeiro ano: pagamento de salário equivalente a 15 dias de trabalho por colono adulto nos primeiros seis meses, medicamentos gratuitos, insumos, ferramentas, empréstimo de equipamento e animais (que poderia continuar a ser fornecido a baixo custo após esse prazo); e assistência de saúde até a emancipação do assentamento. Segundo Grynszpan (op.cit.: 46) todos os núcleos coloniais foram criados na Baixada Fluminense: Núcleo Colonial de Santa Cruz, criado em 1930, Núcleo Colonial São Bento em Duque de Caxias (1932), Núcleo Colonial Tinguá em Nova Iguaçu (1938), Núcleo Colonial Duque de Caxias (1941), Núcleo Colonial Papucaia em Cachoeiro de Macacu (1951), Núcleo Colonial Santa Alice em Itaguaí e Pirai (1955) e Núcleo Colonial de Macaé (1951). (Arezzo e Barros apud Galjart,1968).

Cinturão Verde: mudanças e continuidades

“[...] sai de cima do pé dos outros pra mandar no que é meu. Ih! Que prazer que eu tive!” (D.Sofia, moradora do Morro das Pedrinhas)

Núcleo Colonial de Santa Cruz: um loteamento do Ministério

Embora nenhum entrevistado relacione o Morro das Pedrinhas e Santa Rosa ao Núcleo Colonial de Santa Cruz, foi possível localizar estas áreas como parte do Núcleo (Anexo 1, Mapa1). Com efeito, ao ouvir relatos sobre os *loteamentos do Ministério*, como era chamado, fui buscar, para além da pesquisa bibliográfica, outros instrumentos que pudessem confirmar a idéia de que estas duas áreas contíguas faziam parte do projeto de colonização. Através do relato de técnicos do Incra e de mapas encontrados em meio aos documentos da Fazenda Nacional de Santa Cruz, que hoje estão guardados no Incra/RJ, foi possível localizar as áreas⁷⁶. O mais importante, contudo, é compreendermos o que foi esse processo de ocupação e suas relações com Eldorado.

O Núcleo Colonial de Santa Cruz ocupou, segundo Geiger e Mesquita (1956:153), ao todo uma área de 49.096 ha. Este foi o maior Núcleo de um total de 119.000 ha que compreende os sete Núcleos Colônias. Primeiro a ser criado, a sua primeira seção chamada de Santa Cruz, começou a ser ocupada em 1938, antes da conclusão das obras de saneamento. A importância do Núcleo Colonial de Santa Cruz⁷⁷ mereceu uma visita do próprio presidente Getúlio Vargas em (1938) para apressar as obras de saneamento. A Colônia foi inteiramente ocupada até 1943, mas continuava a enfrentar problemas como a malária (só erradicada oficialmente em 1947), e os alagamentos. A maior parte do Núcleo foi destinada a brasileiros da região, e uma parcela na seção de Piranema a colonos japoneses⁷⁸. Em Piranema estava localizado o centro urbano.

⁷⁶ Através do contato com o superintendente do Incra à época da pesquisa, tive acesso a um mapa que confirmou a localização do Morro das Pedrinhas e de Santa Rosa como parte do NCSC. (Anexo 1, Mapa 1)

⁷⁷ Ainda em 1938, e como parte do desenvolvimento do *cinturão verde* pretendido por Getúlio, foi instalado próximo ao local onde seria ocupado o Núcleo Colonial Santa Cruz, a Escola Nacional de Agronomia (ENA), que futuramente se tornaria Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (Fernandes,1998:204).

⁷⁸ Segundo levantamento de Geiger e Mesquita (1956:143), em 1943 havia 4.500 pessoas (dos quais 400 funcionários) vivendo no Núcleo Colonial de Santa Cruz, e ainda 8.000 ha sem saneamento. Em 1951 os lotes variavam de 3-20 ha, com média de 8-10 ha, mas somente 60% da área agricultável do Núcleo era cultivada, “*em 711 lotes rurais devidamente medidos, sendo 507 ocupados por 664 famílias*”. Havia pouca verba para

Geiger e Mesquita (1956:156) afirmam que houve diversificação de culturas na colônia, principalmente fruticultura, hortaliças e verduras, que concorriam com a principal cultura do município que era a banana. Mas para diversos autores, o Núcleo Colonial de Santa Cruz, assim como os outros núcleos, foram considerados problemáticos – entre outras questões – pela dificuldade da regularização fundiária (Grynszpan, 1987: 51), ainda em função das desapropriações das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Para Galjart os maiores problemas diziam respeito às condições de produção. Nos primeiros anos a falta de assistência técnica, as condições difíceis de escoamento da produção e o isolamento devido à falta de estradas, somado aos constantes alagamentos, teriam contribuído para a evasão e uma baixa produção, voltada principalmente para a subsistência. As famílias que não tinham recursos anteriores (ou seja, as que de fato correspondiam ao público alvo do projeto) sofriam com a pobreza, vivendo da venda de lenha e do trabalho remunerado para proprietários fora do Núcleo, para colonos com mais recursos (como discutiremos mais adiante) e até para o administrador do Núcleo (Galjart,1968: 18-20). O esvaziamento do Núcleo é uma imagem recorrente entre esses autores. Um informante privilegiado foi Jorge Guimarães que descreveu o período em que sua família chegou ao Núcleo e as difíceis condições de vida e trabalho. Sua narrativa contribui ainda para fortalecer a percepção de que havia um hiato entre o que estava no projeto inicial para o NCSC e o que foi de fato implementado.⁷⁹

Se, como programa de saneamento, o trabalho do Departamento de Saneamento da Baixada Fluminense (DSBF) foi considerado um êxito, tão grande, que o órgão foi transformado em Dep. Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) (Fernandes, 227), para diversos autores, como política de desenvolvimento rural da Baixada e sua transformação em “*cinturão verde*” o programa foi um grande “*fracasso*”⁸⁰.

assistência técnica e só foram construídas 190 casas de alvenaria, que deveriam ter sido entregues em todos os lotes. Novas exigências foram definidas, como a que estabeleceu que o lote estivesse cultivado em 20% nos primeiros 6 meses e em 50% nos primeiros 2 anos e o governo ampliou o prazo de pagamento das prestações de 10 para 15 anos. Havia três escolas com 1093 matrículas. (Geiger e Mesquita: 155)

⁷⁹ Jorge Guimarães (Presidente da CAPES/2005) morou é filho de pequenos produtores familiares que se instalaram no Núcleo Colonial Santa Cruz, seção Piranema.

⁸⁰ “Novas obras do entorno da baía da Guanabara mantinham a mesma preocupação central – “[...] projeto governamental de constituição do *green-belt* do Distrito Federal, núcleo da estrutura urbano-industrial, intencionada pelas autoridades. Dotar a capital de uma rede de produção agrícola “independente de transportes longos e dispendiosos”(Apud, Soares, 1937) era o objetivo da obra saneadora. Porém, a conquista de terras pelo saneamento produziu um processo de expansão do espaço urbano do Rio de Janeiro. Esse movimento no entorno da baía de Guanabara baseou-se na transformação do seu caráter rural em urbano, através da inversão da forma de ocupação do solo.” (Fernandes,1998:229/230)

No caso mais específico dos Núcleos Coloniais, e especialmente do Núcleo Colonial de Santa Cruz essa avaliação é ainda mais dramática,

“No caso da colonização agrícola da Baixada, a política do governo malogrou. Em Santa Cruz, após a conclusão dos trabalhos de drenagem no baixo Guandu, os governos federais instalaram algumas famílias de japoneses, trazidos de São Paulo e abriu a venda da terra a brasileiros, acarretando numa diferenciação entre estes dois grupos. Enquanto os japoneses recebiam ajuda da cooperativa de Cotia, os colonos nacionais não tinham um apoio eficaz do governo no fornecimento de insumos e financiamento. Agravando a consolidação do empreendimento, a malária não havia sido, integralmente, erradicada na área e, contrariando a legislação sobre colonização, a qualidade de solos arenosos, em alguns loteamentos obrigou, os colonos a seguir a criação do gado (apud, Geiger e Mesquita, 1956). Nos anos 1950, a política dos núcleos agrícolas, por fim, conheceu uma “desvirtuação”: ‘Criados para a formação de uma cinta rural abastecedora do Distrito Federal, tais núcleos converteram-se, na maior parte, em propriedades de recreio, sem atividade agrícola. Os lotes foram concedidos, gratuitamente, ou a preços módicos, a numerosas pessoas, inclusive figurões da administração e da política que puseram prepostos nas terras adquiridas com tanta facilidade. Em consequência, fracassou o sistema de colonização da Baixada, em zona cuja recuperação custou centenas de milhões de cruzeiros do estado. [...] Praticamente, a produção agrícola dos núcleos coloniais foi incipiente, levando em consideração a área reservada pelo governo à atividade. [...] em Santa Cruz, nos 225.000 ha do núcleo, a cifra era ‘pouco superior’ a 1000 ha.’” (Pedrosa, apud, Fernandes, op.cit.: 233/234)

Apesar desse quadro, a partir da implantação do Núcleo Colonial Santa Cruz houve uma importante mudança na região. Algumas das áreas, antes exploradas por grandes fazendeiros e grileiros com gado extensivo, foram ocupadas por pequenos produtores familiares, e a produção agrícola voltada para o consumo local também passou a fazer parte da Baixada da Sepetiba, como veremos a seguir.

Morro das Pedrinhas: *eu era colono*

O Morro das Pedrinhas foi ocupado por famílias de trabalhadores rurais, segundo seus relatos, a partir de meados da década de 50. Seria, assim, uma das expansões do Núcleo Colonial de Santa Cruz, identificado por um técnico do Incra como gleba Lagoa Nova⁸¹ e faz fronteira com a Fazenda Casas Altas (Anexo 1, Mapa 1). A área foi ocupada em duas etapas: a parte alta, do topo do Morro, com lotes de 10 ha, na década de 50, e a parte que faz fronteira

⁸¹ Não foi possível encontrar documentação específica sobre a gleba. Moradores da área também reconhecem o nome “E – Tem quarenta e cinco anos isso, essa área tem outro nome além de Morro das Pedrinhas, é conhecida como que? D.Julieta – Lagoa Nova.” (E28- Juliana:32)

direta com o Eldorado posteriormente, com lotes de 6 ha. Os informantes não souberam precisar os anos em que ocorreu a ocupação dos lotes. O Morro das Pedrinhas – ou na denominação oficial, Seção Lagoa Nova – parece ter sofrido mais que a Seção Pirenema com a falta de serviços e do acesso aos recursos previstos no projeto de implantação do Núcleo Colonial Santa Cruz⁸².

Se há controvérsias na avaliação dos autores tratados quanto aos projetos de saneamento e de colonização na região, para as famílias que hoje vivem no Morro das Pedrinhas, o projeto representou acesso à terra. Essas famílias – que haviam se deslocado de áreas rurais dentro do estado ou de outros estados, principalmente Espírito Santo e Minas Gerais – tinham em comum a experiência da *vida na roça*. Eram trabalhadores sem acesso à terra ou vinham de famílias que tinham pequenas propriedades familiares que não comportavam a reprodução da família.

Um exemplo é a família da D. Sofia, 83 anos, uma das moradoras mais antigas da área, ela destacou a impossibilidade de reprodução da família na propriedade do pai. Na medida em que os irmãos cresceram e novos núcleos foram formados, houve a venda e a divisão do dinheiro apurado com a transação, insuficiente para a compra de outra propriedade. Seu marido, por sua vez, sempre *trabalhou ambulante* e nunca teve terra, como observado no diálogo com sua filha D.Zilda (57 anos),

“D.Zilda – Trabalhamos de meia a vida toda.

D.Sofia – É, porque ele (marido) nunca possui terra não, aqui que ele veio possuir terra. [...] Lá (Espírito Santo) nós nos conhecemos e em três anos nós casamos, e ele trabalhava ambulante, de um pra outro. Então, ele não tinha terreno não. Trabalhava dia, trabalhava de meeiro era assim.

E – Mas mesmo que quisesse ficar na terra da família da senhora, dava?

D.Sofia – Ah, não dava não, não dava porque era pouca terra era um alqueire e seis litros pra todo mundo. (E67 – D.Sofia: 2 e 12)

Um elemento recorrente nas falas sobre a chegada das famílias na área é o acesso à informação sobre o projeto do Núcleo, em função de redes familiares e de compadrio. Essas redes já marcavam os deslocamentos dessas famílias antes de chegarem ao Morro das Pedrinhas, como no caso de D.Vanda, 70 anos, casada com Sr.Thomas, que morou, em

⁸² O fato de Pirenema ter sido escolhido como o centro do NCSC, onde foi implantado uma série de serviços, pode ter contribuído para que sua estrada principal, que ligava a antiga estrada Rio-São Paulo (atual BR465) à entrada de Itaguaí, ter sido asfaltada. Atualmente é conhecida como Reta do Pirenema e é um núcleo urbano freqüentado pelos assentados do Eldorado e pelos moradores do Morro das Pedrinhas e de Santa Rosa.

localidades próximas, com seu cunhado, com seu compadre e seu sogro, sucessivamente, antes de ter seu lote no Núcleo Colonial Santa Cruz.

Segundo os entrevistados, o anúncio do acesso aos lotes foi público – embora não lembrem de que forma ocorreu – mas *ficavam sabendo* através de familiares ou amigos. Essa prática reforçava a importância das relações familiares e de amizade para se estabelecer no local, principalmente para quem vinha de outros estados. Os interessados em ter acesso a um lote deveriam se cadastrar no Ministério⁸³ e, uma vez selecionados, poderiam *escolher* o lote, dentre os que estivessem disponíveis. Mas, o que fez D.Sofia assumir um tom mais alegre e animado em nossa conversa foi contar o que significou se estabelecer no local,

“Eu fiquei satisfeita. Saí de cima do pé dos outros pra mandar no que é meu. Ih! Que prazer que eu tive!” (E67 – Sofia:2)

A importância de ter a terra esteve presente em todas as falas do Morro das Pedrinhas. Mas se a mudança em suas vidas, fruto do acesso à terra, foi marcante nos relatos, também o foram, as difíceis condições encontradas na área. Percebe-se que as famílias que ocuparam o Morro das Pedrinhas pareciam corresponder ao público-alvo previsto no projeto do Núcleo Colonial de Santa Cruz. Mas, as condições da área, quando da chegada dessas famílias, eram ainda mais difíceis que as descritas pelos autores que analisaram o Núcleo Colonial Santa Cruz (Galjart, 1968; Geiger, 1958). Como lembra D. Sofia, que associou a situação da área ao fato de ter sido uma fazenda. Em sua narrativa e de outros informantes o termo *fazenda* aparece associada à criação de gado e por isso *não tinha nada*,

“Quando a gente veio pra aqui isso era uma tapera. Não tinha nada porque era fazenda.” (E67 – D.Sofia:2)

A exigência de instalação e moradia das famílias na área é lembrada como sendo uma obrigação que, caso não ocorresse, poderia gerar a sua expulsão. A construção da casa aparece nestas falas como sendo de responsabilidade dos futuros moradores, ao contrário do que estava previsto no projeto, segundo Galjart⁸⁴. D.Sofia narrou a obrigação da construção da casa e ocupação imediata do lote,

⁸³ Os informantes ora utilizam o termo “Ministério”, ora Inbra, como responsável pelo projeto de loteamento, o que pode ser uma associação em função da presença do Inbra no processo de desapropriação da Fazenda Casas Altas e formação do assentamento Eldorado.

⁸⁴ Ver notas 73.

“[...] fizemos um ranchinho ali dentro de três dias. O finado (X) (vizinho que chegou logo depois deles) falou, - Oh Tadeu, você faz um rancho e entra pra lá. Senão eles vão tomar teu lote. [...]” (E67- D.Sofia: 2)

Já D. Zilda descreveu a primeira casa da família, construída às pressas para que pudessem ocupar o lote. O tom jocoso da descrição – que aliás foi um tom muito acionado nos relatos sobre as dificuldades enfrentadas no passado – não minimizou as imagens das dificuldades enfrentadas,

“De estuque, banhado com barro. Quando o vento dava e chovia caia o barro. (risos) Ai meu pai chegou e fez aquela parte de sapê e pregou nas paredes assim pra quando viesse a chuva.” (E67- D.Sofia: 4)

O processo que gerou uma série de obrigações para o trabalhador, como o pagamento do lote – em condições de financiamento similares as descritas por Galjart (1968) – não foi um processo em que as condições e os direitos envolvidos na entrada do projeto ficassem claros. Ou seja, no caso do Morro das Pedrinhas o projeto de “colonização” se restringiu ao acesso à terra e à equipamentos do Ministério da Agricultura, cujo uso era cobrado⁸⁵. Os entrevistados não relataram ter direito à assistência técnica ou outros serviços, como parte do projeto de colonização. Não pareceram associar o loteamento daquela área aos demais existentes na região ou como parte do NCSC.

A comparação nas falas entre o passado e o presente ressaltou as poucas mudanças no acesso a serviços públicos, antes atribuídos ao governo federal, e hoje ao poder municipal, agravada pela relação dúbia com as prefeituras⁸⁶. Uma das principais reivindicações é o asfaltamento da única estrada de acesso (rua 11), que corta o Morro das Pedrinhas, ligando a

⁸⁵ A aração dos lotes, oferecida pelo Ministério (tratado nesse caso como Incra) que deveria ser paga quando da colheita, como na explicação da D. Vanda de como era o procedimento, “[...] naquela época a gente arava porque o Incra arava. Eles tinham máquina e tudo, então o que arava a terra a gente plantava [...], pagava a eles depois. E – Pagava depois quando? D. Vanda – Quem pudesse pagar antes pagava, nós pagava na colheita, favorecia a gente.” (E66 – Vanda:2)

⁸⁶ Até a época da pesquisa ainda existia a disputa entre as prefeituras de Seropédica e de Itaguaí pelo posicionamento da fronteira. Quando da emancipação do segundo distrito para a formação do município de Seropédica, a área que se estende do assentamento Eldorado, passando pelo Morro das Pedrinhas até metade da reta do Piranema foi definido como Seropédica. A disputa é pela metade de Piranema, que concentra um número importante de eleitores. Ainda que de acordo com representantes das duas prefeituras consultadas sobre a questão, o assentamento e o Morro das Pedrinhas não sejam alvo de disputa pelas prefeituras, era voz corrente nas localidades que nas prefeituras essa era a razão alegada para a não atuação das mesmas nessas áreas. Ou seja, ao solicitarem a atuação de uma ou outra prefeitura sobre alguma questão específica ouvíam que estas não podiam agir enquanto não tivesse a decisão definitiva sobre a fronteira.

área aos municípios de Seropédica e Itaguaí (Anexo 1, Mapa 4), cujas péssimas condições prejudicam a vida cotidiana e a própria comercialização da produção. Outra dificuldade é o acesso a atendimento de saúde pública, já que não foi construído um posto médico na área, o que fortalece a dependência com os núcleos urbanos mais próximos. Mas outra “luta” foi travada para se estabelecerem na região : a “luta” pela lavoura.

Boi: uma paisagem de ontem e de hoje

A presença da pecuária extensiva, seja como atividade produtiva, seja como forma de ocupar a terra, apareceu nos relatos de um passado não tão distante, sempre associada ao termo *fazenda*. Ao descrever a paisagem que encontraram ao chegar no Morro das Pedrinhas, D. Vanda lembrou a presença do *boi* na área que formava o Morro das Pedrinhas e que, de acordo com seu relato, tinha *dono*. Sua fala ressaltou o clima de tensão que envolveu o processo de criação dessa parte do NCSC.

“[...] isso aqui era parte do Zeferino⁸⁷. Ele já faleceu, mataram ele. Ele era dono dessa cerca que faz divisa do Mutirão pra cá. [...] Era pasto. A boiada passava aqui na rua, até que eles dividiram, pra lá ficou ainda do Zeferino. [...] Não era dono. Botava boi porque ele era funcionário do Incra, encarregado, aí ficava fazendo isso⁸⁸. Até quando o Incra liberou aquele lado da cerca pra lá, deu um problema danado porque ele não queria tirar o gado, botou problema. Aqueles que levantou o barraco ele botou fogo em tudo.” (E66- Vanda: 2-3)

O diálogo da própria D. Vanda e de seu marido, Sr. Thomas, narra como os *bois* invadiam e atacavam a casa onde moraram, assim que chegaram ao Morro das Pedrinhas. Apesar de novamente acionarem um tom jocoso, reforçaram a presença ostensiva do gado, que parecia ser um recurso para forçar a saída das famílias no início da implantação do NCSC.

*“D. Vanda – Tinha formiga e boi (risos).
Sr. Thomas – Tinha uns bois que entravam no barraco, batia brincando. No dia seguinte o barraco tava cheio de buraco.
D. Vanda – Brincando? Eu tinha um medo danado, daqueles bois enjoados.
Sr. Thomas – Essa rua de lá pra cá tudo era pasto. Depois que a gente entrou é que separou ali [...].” (E66 – Vanda: 10)*

⁸⁷ Segundo informantes Zeferino se aposentou como técnico do IBRA. Morreu em 2000 e na época ocupava um cargo de confiança na Prefeitura de Itaguaí, onde seu filho Saulo Ramos era prefeito.

⁸⁸ Vale ressaltar a referência ao Incra para identificar os que atuavam no Ministério da Agricultura, o que pode ser decorrência da atuação do Incra no processo de desapropriação da Fazenda Casas Altas.

D. Sofia lembrou das primeiras imagens relatadas pelo seu marido, onde a presença do *boi* foi mais uma vez destacada como a principal característica da região.

“D. Sofia – Aí ele veio aqui, escolheu, sentou ali em cima da pedra, ficou sentado olhando, era tudo boi por aí. [...] Só boi, é só boi. [...] Era da fazenda.” (E67-Sofia:3)

Nesse diálogo, D.Zilda localizou os bois como sendo da Fazenda do Francisco Goulart⁸⁹. Ainda de acordo com os informantes, a retirada do gado pelo Ministério foi realizada após a distribuição da primeira leva de lotes. A luta da pequena produção familiar na região tem sido pelo acesso à terra, mas também pela mudança da forma de utilização da terra. Como afirmou D. Vanda e Sr. Thomas,

“Só veio lavoura quando nós plantamos. E quem formou chácara⁹⁰ aqui foi só nós aqui e o vizinho dos fundos lá. Nós mandamos laranja pro mercado [...].” (E66 – Vanda:12)

E D.Sofia reforçou a imagem de que os novos moradores do Morro das Pedrinhas transformaram a área,

“Ninguém plantava não. Quando nós viemos pra aqui foi que plantamos. (E67 – D.Sofia: 15)”

A lavoura introduzida por eles é muito valorizada, como no diálogo entre D. Sofia e sua filha D. Zilda,

*“D. Sofia – Ih, mas como tinha lavoura e como tinha lavoura.
D. Zilda – Naquela época nós colhia só aqui em casa sessenta, oitenta sacas de arroz.
D. Sofia – Isso aqui dava muito arroz.
D. Zilda – Papai só não plantou aqui pra colher foi feijão, café. [...]
D. Sofia – Ih, aqui pra dar aipim era uma beleza, plantava muito, muito mesmo, enchia o morro de um canto ao outro e descia lá pra baixo também. Dava bom aipim.” (E67- D.Sofia:15)*

A diversificação da lavoura, citada com orgulho pelos entrevistados, corrobora a análise de Geiger sobre como o Núcleo Colonial de Santa Cruz contribuiu para uma mudança na produção agrícola na região. Pode se perceber como a mudança da paisagem foi fortemente

⁸⁹ A família Goulart detinha o “domínio útil” de três fazendas na área, dentre as quais Casas Altas, como veremos no capítulo II.

⁹⁰ Cultivo da laranja, muito presente em outros municípios da Baixada como Nova Iguaçu e que teve seu momento áureo na década de 40. Ver Souza (2002).

demarcada por essa experiência de pequena produção familiar, e como os próprios informantes percebem e valorizam essa transformação, ao oporem, como vimos acima, a lavoura que surgiu com sua chegada, ao pasto e a criação de gado extensivo existente antes.

Por outro lado, apesar de ressaltarem o início penoso com a falta de serviços e infraestrutura, essa época da “chegada” e os anos subseqüentes são lembrados como um passado em que havia piores condições de vida, mas se produzia mais e com mais facilidade. Isso, sem a necessidade de um preparo muito grande da terra e sem a presença de pragas que se tornaram recorrentes nos anos 90. Esse processo foi reforçado pela imagem atual dos informantes de “esvaziamento” do Morro das Pedrinhas ,

*“D. Sofia – Foi embora, só quem ficou foi nós e o compadre Thomas.
D. Zilda – Só os dois primeiros que comprou ficou. [...] Foram os dois vizinhos que permaneceu, começamos e estamos até hoje.” (E67-D.Sofia:6)*

Apesar desse “desânimo” ao descreverem a situação da produção, os mesmos informantes reforçaram o desejo de permanência nos lotes através de uma caracterização do Morro das Pedrinhas como área rural, valorizando os elementos que consolidavam um cenário em oposição a um universo urbano, também vivenciado pelos mesmos entrevistados. A associação da vida rural à agricultura, mas também à *calma, sossego, tranqüilidade* e seu contraste com a vida urbana foram acionados em diversos momentos pelos informantes. Essa “decisão”⁹¹ de permanecer na área ficava mais clara diante do fato de que as duas famílias possuíam casas e/ou terrenos em núcleos urbanos próximos (Piranema ou Chaperó em Itaguaí), ou freqüentavam a casa dos filhos.

*“D. Vanda - É assim, [...] passei pro menino, fui embora pra Santa Cruz. Lá não consegui me apegar de jeito nenhum, vim embora pra aqui de novo”⁹².
E – Porque a senhora não se adaptou lá?
D. Vanda – Porque eu não gosto de comércio, gosto daqui, eu tenho uma casinha em Piranema muito melhor, a Carmosina sabe onde é, fácil de condução e tudo, eu não acostumo lá de jeito nenhum, tô acostumada aqui, é mais sossegado.
D. Carmosina – É, e o barulho né?” (E66-Vanda:4)*

⁹¹ A leitura de que se trata de uma decisão de livre escolha deve ser minimizado pelas condições objetivas de deslocamento da família. Isto é, a decisão pode estar pautada pela percepção de que essa é a melhor situação de vida que poderiam ter acesso.

⁹² D. Vanda e Sr.Thomas transferiram o lote para o filho e foram morar em Satã Cruz/ Município do Rio de janeiro. Voltaram e hoje moram na mesma casa, mas a terra não mais lhes pertence. O filho é dono desse lote e de um em frente. As questões que envolvem herança e transferência de patrimônio serão tratada na II Parte da tese.

Ou ainda na fala do Sr.Thomas,

“Sr. Thomas – Eu não posso ficar muito em lugar perigoso, um lugar perigoso pra mim não...”

E – O que é lugar perigoso?

Sr. Thomas – Pra mim os carros, respiração, é muita falta de ar.” (E66-Vanda:10)

Os núcleos urbanos aparecem identificados como lugares *perigosos* e poluídos, em oposição à área rural onde moram, que é *sossegada*. Assim, essa primeira ocupação da região por parte de trabalhadores sem acesso à terra configurou um espaço definido por relações de produção familiar (que aprofundaremos no capítulo IV). No entanto, novamente se repetiu a experiência da impossibilidade da expansão e reprodução familiar a partir da pequena propriedade. Este foi o caso de D. Sofia: dois de seus filhos, D.Julieta e Sr.Márcio, casaram, construíram casas no seu lote, mas buscaram terra para trabalharem na Fazenda Casas altas, como *meeiros*, onde posteriormente foram assentados. Trabalhavam nos seus lotes e continuavam a morar nas casas do Morro das Pedrinhas.

Mas a experiência da ocupação do Morro das Pedrinhas carregou uma marca de inserção característica que a distinguiu de outros processos, que veremos adiante. A entrada realizada a partir do cadastramento no projeto NCSC foi um processo que se consolidou a partir dos núcleos familiares, não havendo nenhuma forma de organização coletiva. Essa forma de ocupação, a partir de uma ação de Estado, foi apresentada pelos informantes como “legítima”, reforçada pelo pagamento da terra, em oposição ao processo de ocupação do Mutirão Eldorado, que contou com a participação dos seus filhos, caracterizado como invasão, como na fala de D.Vanda que opôs o Mutirão ao processo iniciado através do Governo Federal. Por terem pagado pela terra ela se considerava *livre*.

“O Incra anunciava e a gente requeria, isso aqui não foi tirado desse Mutirão não minha filha. Isso aqui foi pessoas requerentes, pagou direitinho conforme mandava o Incra direitinho, não teve esse negócio de entrar e ficar não, [...]. [...]então o Incra resolveu repartir isso aqui e a gente requereu. Mas graças a Deus não tinha problema nenhum naquela época tinha o prazo de pagar era três anos, graças a Deus a terra produziu e a gente pagou dentro do prazo, até antes, [...] não tem nada pra trás preso, nós não, nós somos livres, pra ser cumprido o filho também tá livre. Não tem nada, não tem nada amarrado aqui dentro.” (E66 –Vanda:2)

E ainda reforçado na fala de D.Sofia, que ressaltou a conquista da escritura,

“D. Sofia – Pagamos. No final de três anos que começamos a pagar.

E – Mas ficou pagando muito tempo?

D. Sofia – Pagou.

D. Zilda – Muito tempo sim, mas pagou tudo.

D. Sofia – Pagou tudo, depois de pago me deram a escritura. Tem a escritura, todos os três lotes eu tenho a escrituras de todos eles. Todos eles eu tenho escritura.” (E67-D.Sofia:12)

Os comentários que “criticavam” a forma de ocupação de Eldorado foram feitos na frente de D. Carmosina, que foi moradora do Morro das Pedrinhas, como trabalhadora em lote de terceiros⁹³, e que só teve acesso a terra com o assentamento. E ainda, na frente da sua filha D.Julieta.

Assim, a relação entre as duas áreas é formada a partir da rede de relações familiares e de amizade, onde os filhos e netos da primeira geração do Morro das Pedrinhas foram assentados, como parte do grupo dos *meeiros*. No entanto, se a forma de acesso à terra em Eldorado era desqualificada pelos moradores do Morro das Pedrinhas, a formação do assentamento gerou expectativa de mudanças para a área, que mais uma vez foi frustrada, como pode ser observado no diálogo entre a D.Carmosina e a D.Vanda sobre a construção do posto de saúde no assentamento,

“D. Vanda – Ele disse que iam fazer aqui no assentamento... Não fez nada.

D. Carmosina – Não, o Posto tá lá feito só não tem médico, o Prefeito não assumiu ainda....” (E66 – Vanda: 10)

Mas, ainda seguindo as redes dos *meeiros* encontramos outro processo de mudança na ocupação fundiária na região: a formação do Parque Primavera e do conjunto Habitacional – Agrovila Chaperó.

Loteamentos urbanos: Chaperó tão perto e tão longe

Chaperó aparece em diversos mapas da região desde o século XIX como uma localidade próxima ao centro de Itaguaí. Já o núcleo urbano que se formou nesta área começou a se consolidar a partir do loteamento de uma área denominada de Parque Primavera, na década de 50. Trinta anos depois, na década de 1980, formou-se o Conjunto Habitacional – Agrovila Chaperó, mas hoje a área toda é denominada apenas de Chaperó⁹⁴. Pode-se afirmar

⁹³ O casal trabalhava como caseiros de um lote no Morro das Pedrinhas.

⁹⁴ O depoimento de um técnico do Incra foi muito elucidativo. Seu pai foi um dos corretores da imobiliária que vendeu os lotes em Parque Primavera, outras informações foram obtidas através de observação e entrevista com assentados que moram em Chaperó. O Conjunto Habitacional – Agrovila Chaperó é composto por três glebas. As glebas A e B foram construído em 1981 pela Caixa Econômica Federal em convênio com o Governo do Estado

que esse primeiro loteamento também foi fruto, ainda que não planejado, do processo de intervenção das obras de saneamento. O “boom dos loteamentos urbanos”, como descrito por Geiger (1955), Geiger e Mesquita (1956), Fernandes (1998), teria sido uma corrida de loteamentos urbanos a partir da valorização de parte das áreas saneadas pelo projeto cinturão verde do Governo Federal. Souza (1992) analisou o processo em Nova Iguaçu e ressaltou que o município,

“[...] até basicamente o início dos anos 1950, era socialmente apropriado segundo os princípios de uma economia agrária e que, a partir daquela década, passou a ter vastas áreas transformadas em *loteamentos*. Ou seja, glebas de terra, várias delas com produção agrícola, tiveram esta produção retirada e foram arruadas e divididas em *lotes*, a fim de serem comercializadas individualmente. Em sua maioria, estes lotes, destinados à ocupação urbana, serviram para o alojamento de população que deslocava-se do *campo* para centros urbano-industriais como o Rio de Janeiro, em busca de trabalho. Através da intervenção de políticas públicas no decorrer do Estado Novo, como o saneamento da *Baixada Fluminense*, a eletrificação dos trens de passageiros, o Decreto-Lei nº 58, que regulamentou o loteamento de terras, foram dadas as bases para a aceleração desta ocupação, que recebeu novos incentivos com a abertura ao tráfego da Avenida Brasil e da rodovia Presidente Dutra. [...] Dentro do quadro da aceleração da acumulação econômica promovida a partir do reordenamento político e econômico iniciado pela Revolução de 1930, o loteamento, sob a forma da venda de lotes sem investimentos de infra-estrutura, articulavam-se com as estratégias de acumulação do período. A compra do lote, pago em prestações durante 12, 15, 20 anos da vida produtiva do grupo doméstico, e a construção da casa, feita pelo grupo, ajudariam a aumentar, conforme Oliveira (1972:31)⁹⁵, ‘a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com a habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas.’” (Souza, 1992:5-6)

do Rio de Janeiro, com 1600 casas, a rua principal pavimentada, um posto médico que funciona 24 horas e uma escola CIEP (Brizolão). Em 1984 foi habitada mediante a compra dos lotes já com as casas. Segundo depoimentos de antigos moradores, o objetivo era incentivar a produção agropecuária na região. Mas, segundo Sr. Joaquim (assentado em Eldorado), muitos dos moradores são policiais, por isso “não é muito perigoso.” A Gleba C foi construída posteriormente, pela Prefeitura de Itaguaí, com 250 casas. Atualmente a Gleba A é toda pavimentada, existem muitas igrejas evangélicas e um comércio local pequeno. Já o Parque Primavera não é asfaltado e tem menos comércio que as outras glebas, mas a principal Escola Municipal da área: Escola Municipal das Acácias, está localizada lá.

⁹⁵ Oliveira, Francisco de (1972) “A Economia Brasileira: crítica à razão dualista.” Estudos CEBRAP, 2: 5-82.

Esse processo foi percebido em toda a Baixada Fluminense, como Fernandes citando Geiger e Góes apontou. Mas o loteamento criou áreas que sofriam com a falta de infraestrutura⁹⁶.

Os entrevistados de Parque Primavera mostraram que, ao chegarem, se depararam com condições de vida precárias e com muitos problemas que persistem ainda hoje. D.Lia lembra desse período,

“Ah muito difícil, muito, não tinha luz, a gente tinha que sair a condução era charrete ou trator, não tinha condução, não tinha nada, tinha só mato.” (E35 – Letícia:2)

A partir da década de 1950 o processo de loteamento se acelerou e Geiger (1955) afirmou que,

“O fenômeno [...] leva ao desaparecimento de espaços vazios entre diversos bairros e entre estes e as cidades vizinhas, muitas vezes à custa da destruição das lavouras. A tendência entre o Rio de Janeiro, Caxias, São João de Meriti, Nilópolis e Olinda é formar uma única massa urbana. [...] O loteamento não se prende somente aos trabalhadores urbanos mas também ao aumento do turismo causado pela elevação do nível de vida nas cidades. [...] O loteamento já vai com intensidade além da cidade de Itaguaí a oeste, no extremo da Baixada [...] O alastramento da urbanização foi facilitado pela existência de latifúndios em torno das cidades. As grandes propriedades pouco produtivas são também a causa do loteamento se desenvolver para tão longe, em lugares onde cedo não haverá construções. Isto é feito somente pelo espírito especulativo numa época de ocupação.” (Geiger, P e Santos, R, 1955:305)⁹⁷

⁹⁶ “Se a venda de lotes era uma forma, pelo Governo, de garantir a implementação da “lavoura branca” (Geiger e Mesquita, 1956), tal empreendimento motivou alguns interesses fundiários: ‘Seguindo o exemplo do Governo, grandes propriedades abandonadas são adquiridas por empresas particulares, que, após os primeiros melhoramentos indispensáveis, retalham as grandes áreas e vendem os lotes, facilitando o pagamento a longo prazo. Várias companhias já se acham organizadas com este objetivo, obtendo resultados completamente satisfatórios.’ (Góes, 1939)” (1998:233) “A ‘febre loteadora’ [...] estava eivado de problemas para os ocupantes pobres da Baixada. A opção pelo transporte mais barato e as condições de habitação produziram um cenário socialmente difícil: ‘[...] os trens correm superlotados. Os altos preços das moradias e a crise da habitação nas capitais obrigaram [...] a esses sacrifícios já que é facilitada aquisição de casas residenciais, a prestações menores do que os aluguéis da grande cidade. Em muitos destes novos bairros, faltam luz, água e esgotos.’ (Geiger e Mesquita, 1956:183) [...] A vitória dos especuladores imobiliários na periferia do Rio de Janeiro, acelerou o processo de loteamento que [...] introduziu [...] na Baixada Fluminense [...] moradias com condições mínimas de infra-estrutura. A precariedade de habitação da população, constituída, basicamente, de trabalhadores pobres, é a tônica desse espaço até os dias atuais (Apud, Oliveira, 1991).” (Fernandes, 1998:236-237 e 239)

⁹⁷ Geiger e Mesquita (1956:38-39) mostraram que o aumento populacional entre 1940 e 1950, na Baixada Fluminense (30%) foi maior do que a média do Estado (20%). População da Baixada Fluminense: 1940 – 910.350 hab. e 1950 - 1.303.797 hab. e representava metade da população do Estado. (op.cit.: 39). E que ocorreu, segundo os dados censitários, tanto na população urbana, quanto rural. O autor construiu um quadro para expressar o aumento populacional, trabalhando com a classificação de: “*diminuição, estacionária, aumento, aumento considerável*”, para os dois períodos (1940-1950), observou, em todos os municípios, tanto separando os dados para a população rural e urbana, quanto agrupando em população total. Chamou a atenção o fato do

Como foi identificado anteriormente, parte dos assentados, principalmente dos *meeiros*, morava em Chaperó e trabalhava na fazenda Casas Altas. Essa relação moradia-trabalho foi mantida depois da formação do assentamento, apesar das cobranças do Incra de que morassem no lote. Conhecer esse núcleo urbano foi central para a compreensão dessa relação. Muitos moradores chegaram nessa localidade na década de 50, junto com a mudança na forma de ocupação de parte da Baixada Fluminense. Mas conhecer a área, por diferentes caminhos, e ouvir as comparações recorrentes, entre Chaperó, como área urbana, e Eldorado, Morro das Pedrinhas e Santa Rosa, como áreas rurais, foi fundamental para analisar o processo de circulação e de formação de identidades sociais. Da mesma forma, contribuiu para compreender as percepções urbanas/rurais, como na definição de Williams (1990), como espaços sociais em relação. Assim, Chaperó é percebido como urbano, mas com divisões internas, “mais” e “menos” urbanas, em comparação com as demais áreas citadas, mas quando comparada com o centro de Itaguaí e Seropédica. Chaperó e principalmente Parque Primavera, são percebidos como “menos” urbanos, e associados a termos que utilizam para classificar áreas rurais, como “tranqüilidade”, “paz”, etc.

Procuramos os assentados que mantinham moradia em Chaperó. Uma entrevista “coletiva” foi muito importante para caracterizar o Parque Primavera e a relação dos *meeiros* de Chaperó com o assentamento. Fui recebida na casa de D.Lia e seu esposo Sr.Lineu são moradores de Parque Primavera e trabalhavam como *meeiros* em Piranema. Havia encontrado o casal em seu lote no Mutirão e pedi para conversar com a única filha que ainda mora com eles. Como havia pedido para fazer contato com outros filhos de assentados dos que tinham lote naquela área do assentamento, estavam na casa de D.Lia, além de sua filha Letícia, dois irmãos, Lucas (18 anos) e Luciano (17 anos), filhos de outro assentado⁹⁸.

D. Lia descreveu a chegada e os deslocamentos até se instalarem definitivamente em Parque Primavera, como uma trajetória macacada pelo trabalho *na lavoura*,

“E – Essas famílias todas estão aqui há muito tempo?”

D. Lia – Há muito tempo. Porque desde que eu cheguei aqui, eu conheci o pessoal daqui, já conhecia os pais dele (Lucas filho de vizinhos) tudo morando aí inclusive, o avô deles tem sítio ali. Eles (vizinhos) são de Pernambuco. Minha família também é

município de Itaguaí ser o único em que tanto a população rural, quanto à população total aumentaram consideravelmente nos dois períodos. (op.cit.:39)

⁹⁸ Filhos do assentado Sr.Lourêncio da rede dos *meeiros*.

de Pernambuco. Eu vim solteira, em 58 eu vim pra cá, aí fui lá no Norte, casei e voltei em 61 e não voltamos mais [...], aí continuamos na lavoura direto. [...] O nome disso aqui é Parque Primavera, agora o nome da fazenda eu não sei, aí depois é que eles começaram a lotear os terrenos [...] Não foi o Incra não, é uma Imobiliária... comprava os lotes, então nós todos compramos. (E35 – Letícia:2)

D.Lia, Lucas e Luciano diferenciaram o lote pra morar e o local onde trabalhavam no Piranema, antes de trabalharem na Fazenda Casas Altas,

*“Lucas – Já morava e comprou um lote aqui do lado.
D. Lia – Mas um lote pequeno assim. [...] Então eles moravam aqui e trabalhavam e cultivavam lá. (Piranema)” (E35 – Letícia:2-3)*

D. Lia e sua filha Letícia retrataram a formação e a relação entre as áreas loteadas em Parque Primavera e o Conjunto Habitacional Agrovila-Chaperó, chamado pelos entrevistados de Chaperó. Mais uma vez a presença do gado foi ressaltada, e o tamanho dos lotes apareceu como a diferença entre as duas áreas. No Parque Primavera os lotes eram maiores, permitindo uma área livre no entorno das casas e com grandes quintais atrás das casas, onde, em alguns casos, os moradores criavam pequenos animais, principalmente galinhas. Já no conjunto Habitacional Agrovila Chaperó, as casas eram próximas e o espaço entre elas era quase inexistente.

“Letícia – Aqui de casa (Parque Primavera) até lá na Gleba A, dá cinco minutos de ônibus.

E – Então aqui ainda não é gleba?

Todos – Não.

D. Lia – Até lá era a fazenda, aí o rapaz que fez a Gleba eles venderam a fazenda... Essa área aqui foi primeiro, aqui é que faz parte da Imobiliária Parque Primavera. O senhor que morava lá, que era o dono do terreno daquele conjunto, então eles criavam muito boi. Depois o senhor foi ficando de idade, mudou pra Itaguaí, aí venderam. [...] acho que foi em 80, porque em 84 eles construíram aquelas casas ali (Glebas A e B)... aquilo ali era pra satisfazer quem não tinha, mas quem tem mesmo é que comprou (ri). Então venderam o gado e fizeram casas lá, as casas pra população, tudo pertinho.

E – Não é assim (como em Parque Primavera em que os lotes são maiores)...

D. Lia – Não, não é assim, lá é tudo junto.

Lucas – É apertado.” (E35 - Letícia:26-28)

Lucas contou uma das versões mais difundidas sobre a ocupação das casas do Conjunto Habitacional, a de que haviam sido *invadidas* e que posteriormente teriam sido regularizadas,

“[...] a maioria das casas ali (Gleba C) foi invadida. Foi uma época que passou uma ventania muito forte em Chaperó, aí derrubou várias casas. As casas da Gleba C eram de uma firma, aí invadiram. O pessoal viu que a casa estava parada, tava sem casa por causa da ventania⁹⁹. Aí depois o pessoal resolveu deixar eles lá e foi dando documentação depois, foi resolvendo.” (E35 - Leticia:26-28)

A circulação de pessoas entre o Conjunto Habitacional e Parque Primavera é menos intensa do que entre essas áreas e o centro de Itaguaí, mesmo sendo o Conjunto onde está localizada a Escola Municipal Acácias, freqüentada por todos os filhos de assentados com residência em Chaperó. A razão alegada é que são pessoas que moram em Chaperó, pessoas que *trabalham*, daí o fato de não terem tempo de se visitarem. Mas, como veremos, os entrevistados também trabalhavam e nem por isso deixavam de visitar parentes em outras localidades e de freqüentar o centro de Itaguaí. Pode-se supor que de fato existam nessas duas áreas redes que não se comunicam entre si, só minimizado quando há parentes nas duas áreas.

“E – Vocês conhecem muita gente de lá do Conjunto?”

Lucas – Não.

E – Vocês costumam ir ao Conjunto?”

Lucas – Não, poucas vezes.

Leticia – É que lá são pessoas diferentes, pessoas que trabalham, é difícil a gente se vê. Se encontrar. [...] A gente conhece o pessoal da época da gente que estudou nas Acácias (Escola Municipal). Que são de lá.

E – E vocês não costumam ir lá pra comércio, ou pra visitar parentes?”

D.Lia – A gente não tem parente lá.

Lucas – De vez em quando eu vou.

Luciano – Eu tenho dois tios que moram lá.” (E35 - Leticia:26-28)

Outra entrevista importante foi com o Sr.Sergio, ex-assentado e morador do Conjunto Habitacional, que caracterizou os *meeiros* como um grupo composto por pessoas *novas*, que por iniciativa conjunta ocuparam uma área na Fazenda Casas Altas como *meeiros*.

“Eram vinte e poucos que hoje estão lá, todos eles praticamente estão lá. [...] Era tudo novo... resolvemos trabalhar na roça, cada um como meeiro, tudo com 18, 20 e poucos anos. O mais velho era o Mauro, o resto era tudo novo. 25 a 30 anos assim.” (E65 – Sr.Samuel/Sr.Sergio:16 e 18)

Ele reforçou a relação moradia-trabalho estabelecida entre Casas Altas e Chaperó. A maioria tem casas em lotes de 12x30 e trabalhavam na Fazenda Casas Altas como *meeiros*. O

⁹⁹ Não ficou claro nos depoimentos quem ocupou as casas, mas parece que os moradores eram todos da região e que existem muitos policiais militares e civis entre os ocupantes.

deslocamento era diário. A sua narrativa, embora identificasse todos como *meeiros*, em seguida diferenciava o Sr.Mauro e o Jorge Garcia como arrendatários e os distinguiu, ainda, pelo uso da terra arrendada. Sr.Sergio descreveu como era o trabalho com o Sr.Mauro,

“[...] cada um catava uma área em torno de 6, 8 a 10 ha. Todos com o Mauro. Tinha o Jorge Garcia que tá preso mas esse só cuidava de boi. Tinha boi, arrendava uma outra parte. [...] Produção agrícola era aipim, quiabo, jiló, maxixe essas coisas assim. [...] Produzia bem. O Mauro preparava a terra, além de já ter a terra arrendada, dava os insumos, sementes, [...] cada um plantava o que bem entendesse. Depois da colheita tinha os compradores, atravessadores, que levavam pro CEASA. E lá vendiam para quem quisessem. O próprio Mauro também levava pro CEASA. Mas não tinha aquela obrigação de plantar pra ele por ele ser o... Então a gente escolhia o comprador que a gente quisesse e ele levava pro CEASA. Acertava com a gente e nós dividíamos com o Mauro. [...] Tinha as notinhas.” (E65 – Sr.Samuel/Sr.Sergio:15-16)

O discurso do Sr.Sergio enfatiza a separação entre produção e comercialização, na relação com o Sr.Mauro, é claro o esforço em distingui-lo dos *atravessadores*, que carregam uma imagem muito negativa na região pelos baixos preços praticados na compra de mercadorias dos produtores. Já Joaquim, *meeiro*, assentado em Eldorado (participa intensamente da organização mais recente do assentamento) lembrou como era quando *“plantava à meia”* e comparou a relação com os atravessadores, que garantia a venda do produto diferente da situação que estavam vivendo naquele momento.

“Sr. Joaquim - A meia, o cara dava o terreno arado, pronto e a semente, você planta e campina e cuida e na hora de colher é meio a meio... a nossa desvantagem aqui só foi a gente sair dos meeiros, porque se nós tivéssemos de meeiro então tava todo mundo bem de vida hoje. Porque o cara se esforça, por exemplo, o Mauro tem um pessoal que trabalha para ele os meeiro. O Mauro ele sai correndo, ele vende a mercadoria dele, pra um, pra outro. Igual o Maurício [atravessador], também. Nós trabalhávamos na época, o cara vendia tudo para o Maurício, que levava lá. O dono do terreno, ele que vendia, a gente não tinha nada a ver, só recebia, fim de semana. A gente tirava a mercadoria, dava pra ele e ele vendia, se levasse cem caixas a gente tinha direito a cinquenta.

E – E o senhor sabia a quanto ele vendia?

Sr.Joaquim - Não, a gente só recebia a nota, quanto tinha pra gente, vinha de geral, dividindo quantas caixas for por dois (E – Vendia no CEASA?) É, mas naquela época tinha muito atravessador, tinha o Japonês, o Maurício, tinha outro rapaz, tinha cinco ou seis. Na época o senhor Jorge tirava caminhão, tirava cento e poucas caixas por mês.”(E31-Joaquim:8-9)¹⁰⁰

¹⁰⁰ “Seu Jorge plantava muito, tinha empregado... depois ele vendeu seu lote em Mangaratiba e veio pra cá (EL – Jorge Garcia?) Não esse Jorge aqui (EL – Esse aqui da frente?) é, na época ele tinha, lá no Morro das Pedrinhas

Assim, categorias como *meeiros*, *arrendatários*, *grileiros*, apareceram mais complexificados quanto às relações internas, quando a fala era dos *meeiros*. Ao contrário, como veremos, os acampados tendiam a identificá-los, em alguns momentos de seus relatos, como parte de um mesmo grupo.

Dessa forma, apesar de morarem e/ou circularem em áreas consideradas urbanas, os antigos *meeiros* mantinham a relação com a terra. Moravam no Parque Primavera e no Conjunto Habitacional e trabalhavam em regime de meação¹⁰¹, em Piranema (onde foi formado o Núcleo Colonial de Santa Cruz), no caso de D.Lia e seu esposo, trabalhavam para os *japoneses*¹⁰² e posteriormente em Casas Altas. Essa era uma forma precária de acesso à terra, que só mudou com o assentamento.

A partir dessa nova paisagem pós-saneamento, configuram-se as múltiplas imagens da Baixada Fluminense. Classificações que associam a região, como um todo ou a partir de divisões internas, a universos urbanos e rurais convivem e passam a ser identificadoras ou diferenciadoras do que é associado à Baixada Fluminense. As intervenções do Estad

o geraram diferentes processos de reordenação e ocupação da área, mas como lembra Souza, não ocorreram sob um “vazio populacional”. Souza (1992) apontou,

“Partindo do suposto que o modelo de urbanização promovido através do deslocamento de população para os grandes centros industriais teve como uma de suas conseqüências a heterogeneidade desse mundo urbano (Park,1979; Wirth, 1979; Velho e Silva,1977), procura-se pensar a **cidade** criada pelos loteamentos como mundo diferenciado, não apenas porque a população que aflui para este tem diferentes origens sociais, mas também porque, [...] os loteamentos não aconteceram sobre uma área de vazio populacional ou sem uma história de apropriação do espaço anterior a eles.”
(pp.12-13)

ele tinha um lote antigo já do Inbra. Tanto agora que ele não pode tirar quem, panhou foi a mulher dele, aí ele vendeu.”(E31-ED:8-9)

¹⁰¹ A relação de meação foi descrita por D. Lia, “E – Como é que era plantar à meia nessa época? D.Lia – O japonês preparava o terreno, dava semente e a gente plantava e cultivava. E – Ele decidia o que se ia plantar? D.Lia – É ele decidia, inclusive a gente plantava aipim, quiabo, maxixe. E – Quem vendia? D.Lia – É, ele vendia e dividia, se desse cinquenta caixa, era vinte e cinco pra um e vinte e cinco pra outro. E – E aí a senhora, o esposo da senhora podia vender? D.Lia – Era meu esposo, mas a gente não vendia o japonês é que vendia, toda a semana somava quanto recebia e dividia.” (E35-Leticia:3)

¹⁰² A colônia japonesa formada no NCSC foi a primeira e maior colônia japonesa do estado do Rio de Janeiro e ainda existe em Santa Cruz, Piranema e em Mazomba (Itaguai).

No entanto, apesar da importância da transformação impetrada em função dessas intervenções, ainda assim se observa a manutenção, segundo Souza “*da velha estrutura agrária*” (op.cit.:306). Para Fernandes, o projeto do “cinturão-verde” teria fracassado não só nas colônias agrícolas, mas em toda a Baixada Fluminense, onde as obras de saneamento teriam contribuído para o processo de urbanização desordenado e com a disputa das terras dos Núcleos Coloniais para sítios de lazer¹⁰³.

O processo não evitou reordenações fundiárias que permitiram a reconcentração fundiária com base nas grandes propriedades, criação extensiva de gado e com a presença de grileiros¹⁰⁴. O caso que chamou mais atenção dos autores foi do próprio Núcleo Colonial de Santa Cruz cuja forma de distribuição dos lotes, a falta de apoio técnico, e as diferenças econômicas entre os assentados geraram novo processo de concentração fundiária. Segundo Geiger e Mesquita (1956), os “*mais prósperos*”, tiveram acesso ao uso de insumos, maquinário, mão-de-obra assalariada, construíram valetas de drenagem, e contaram com caminhões particulares para o transporte e comercialização dos seus produtos. Como o que permitia o titular do lote a ter acesso à compra de um segundo lote, e até mais, era a sua capacidade de cultivá-los, criou-se um “*círculo de concentração*” fundiária no Núcleo. Quanto mais capital, mais acesso às condições de produção e conseqüente compra de um maior número de lotes. Já os que preenchiam o perfil inicial do programa, trabalhadores rurais sem acesso à terra, caracterizado pelos autores como “*menos prósperos*”, na sua maioria não tinham capital para investimento. Com isso dependiam da produção familiar, obtinham pouca produção e necessitavam de complementação de renda que era alcançada com os membros da família

¹⁰³ Segundo Geiger e Mesquita, “No caso da colonização agrícola da Baixada, a política do governo malogrou. Em Santa Cruz, após a conclusão dos trabalhos de drenagem no baixo Guandu, o governo federal instalou algumas famílias de japoneses, trazidas de São Paulo e abriu a venda da terra a brasileiros, acarretando numa diferenciação entre estes dois grupos. Enquanto os japoneses recebiam ajuda da cooperativa de Cotia, os colonos nacionais não tinham um apoio eficaz do governo no fornecimento de insumos e financiamento. Agravando a consolidação do empreendimento, a malária não havia sido, integralmente, erradicada na área e, contrariando a legislação sobre colonização, a qualidade de solos arenosos, em alguns loteamentos obrigou, os colonos a seguir a criação do gado (Geiger e Mesquita, 1956). Nos anos 1950, a política dos núcleos agrícolas, por fim, conheceu uma “desvirtuação”: ‘Criados para a formação de uma cinta rural abastecedora do Distrito Federal, tais núcleos converteram-se, na maior parte, em propriedades de recreio, sem atividade agrícola. Os lotes foram concedidos, gratuitamente, ou a preços módicos, a numerosas pessoas, inclusive figurões da administração e da política que puseram prepostos nas terras adquiridas com tanta facilidade. Em conseqüência, fracassou o sistema de colonização da Baixada, em zona cuja a recuperação custou centenas de milhões de cruzeiros do estado (Pedrosa, 1954).’”(Op.cit.:233-234)

¹⁰⁴ Segundo Geiger (1955) nem o processo de Núcleos Coloniais e nem a urbanização através dos loteamentos mudaram a estrutura agrária. Em 1940 existiam 173 propriedades com mais de 1.000 ha, o que representava 1/3 do total da área da Baixada Fluminense.

trabalhando para os colonos “*mais prósperos*”. Dessa forma os “*mais prósperos*” – muitos proprietários de áreas fronteiriças ao Núcleo – compravam lotes contíguos recompondo áreas médias e grandes.

No entanto, após essas intervenções estatais que observamos mudanças importantes na estrutura social. Não há dúvida quanto às modificações no cenário com o acesso à terra de famílias de trabalhadores. Pode-se afirmar que a disputa pela Fazenda Casas Altas, como veremos a seguir, e o Processo de Desapropriação impetrado pelo MIRAD foram parte desse processo de reordenação. Neste contexto, temos novos atores : *meeiros*, *arrendatários* e *acampados*, disputando com *grileiros* uma fazenda que há décadas era de “domínio útil” da mesma família¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Vale lembrar que a Baixada foi palco de inúmeros conflitos por terra, principalmente a partir da década de 40. Nas décadas de 80 e 90 surgiram os primeiros assentamentos do estado do Rio de Janeiro nos municípios de Nova Iguaçu (Campo Alegre), Seropédica (Sol da Manhã e Eldorado), dentre outros, e foi a região com maior concentração de assentamentos no estado nesse período.

CAPÍTULO II - DE CASAS ALTAS A MUTIRÃO ELDORADO

A Fazenda Casas Altas: donos, grileiros, arrendatários, meeiros

Ao travar contato com o Mutirão Eldorado, no início do processo investigativo, através de informantes que atuaram na região e dos próprios assentados, tive conhecimento da principal versão sobre o surgimento do assentamento. A Fazenda Casas Altas – que desapropriada formou o Projeto de Assentamento Casas Altas (Mutirão Eldorado) – era contígua a outras duas fazendas, Espigão e Noruega, as três de “domínio por aforamento”¹⁰⁶ de Francisco Vieira Goulart. Segundo técnicos que trabalharam na região, Francisco Goulart foi considerado um dos maiores criadores de gado e exportadores de carne do estado do Rio de Janeiro.¹⁰⁷ A Fazenda foi herdada em 1967 por Zeferino Vieira Goulart e, quando da sua morte, teve o “domínio útil” transferido para os seus quatro filhos, Mauro Goulart, Marisa Goulart, Fernando Antônio Goulart e Adriana Goulart. Durante um período foi administrada por Regina Maria Goulart (a viúva e mãe dos quatro herdeiros), por serem os filhos menores de idade¹⁰⁸. A fazenda estava localizada entre as outras duas propriedades que ainda hoje são criadoras de gado¹⁰⁹. Na década de 1980 houve uma primeira disputa pela fazenda, travada entre os herdeiros e um *grileiro* que ocupava parte da fazenda. Nessa época, dois terços de Casas Altas estavam arrendados, sendo que uma dessas áreas fora *arrendada a* Manoel Toledo, um conhecido *grileiro* da região. Os herdeiros tentaram reaver a área após cinco anos de arrendamento.

“Em 10 de outubro de 1985, encerrou-se a Locação de pastos da Fazenda Casas Altas que Vossa Senhoria, como Locatário, mantinha com D. Regina Maria Goulart para

¹⁰⁶ O decreto-lei 9760 do ano de 1946, do Código Civil, estabelece que os terrenos aforados da União ficam sujeitos ao pagamento de um foro no valor de 0.6% do valor do “domínio pleno” atualizado anualmente. Têm direito ao aforamento os “ocupantes inscritos até 1940”. O aforamento é extinto quando do não pagamento do foro por três anos consecutivos ou quatro anos intercalados. Embora a lei não estabeleça o direito à transferência para herdeiros, segundo informantes do Incra e advogados de direito agrário, essa é uma prática recorrente.

¹⁰⁷ “Fazenda Casas Altas”, foreira à Fazenda Nacional de Santa Cruz.” (Processo de Desapropriação/Incra: fl. 13).

¹⁰⁸ “A Fazenda Casas Altas com 113 alqueires [...] foi aforado ao Sr. Francisco Vieira Goulart conforme despacho de 19 de julho de 1933 do Exmo. Sr. Diretor do Domínio da União, [...] Através do processo IBRA [...] Zeferino Vieira Goulart, requereu e obteve a transferência do citado imóvel para seu nome por tê-lo herdado de seu pai Francisco Vieira Goulart. Atualmente, de acordo com informação verbais, o imóvel teria sido transferido aos herdeiros de Zeferino Vieira Goulart, conforme formal de partilha da 2ª. Vara de órfãos e sucessão – Cartório do 3º ofício.” (Processo de Desapropriação” : fl.69)

¹⁰⁹ A Fazenda Espigão, que foi de aforada à Regina Goulart, irmã de Zeferino, p. 7 do documento citado, hoje está sob domínio de Fábio Raunhette (Dep. Federal). Já a Fazenda Noruega, que faz divisa com Itaguaí, é uma das maiores produtoras de gado nelore do município e continua com a família.

abrigar duzentas cabeças de gado. Antes do término do contrato, Vossa Senhoria foi notificado verbalmente pela Locadora [...] de que deveria desocupar os pastos no término da locação [...] No término do contrato, [...] Vossa Senhoria solicitou e obteve um prazo de 30 dias para desocupar os pastos [...] não cumpriu, até hoje, o compromisso assumido, iniciado, inclusive a construção de um casebre [...] no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, DESOCUPE OS PASTOS, sob pena de, [...] sujeitar-se às medidas judiciais cabíveis na espécie [...] conseqüentes do seu reprovável e injustificado comportamento.” (Notificação para a desocupação da Fazenda – 18 de dezembro de 1985: Processo de Desapropriação fl. 96-97).

O *grileiro* se recusou a deixar a área, alegando que o contrato firmado era de dez anos. Com a recusa os herdeiros deram entrada, em julho de 1987, a uma ação judicial de reintegração de posse. A resposta do advogado do Manuel Toledo já apontava o tensionamento existente entre as duas partes,

“Com efeito, jamais o réu “invadiu” a propriedade dos autores, como pretendem fazer crer. Se ocupa uma parte da propriedade, como realmente ocupa, o faz em razão de um contrato verbal firmado com a mãe dos autores, em 1980, pelo prazo de 10 anos e mediante o pagamento de um aluguel anual. [...] Realmente, à data da avença, sendo os autores menores, tinham a propriedade sob administração da mãe, D. Regina Maria Goulart, administração essa perfeitamente legal, pelo exercício do pátrio poder. Por isso, jamais praticou o réu qualquer ato ilícito, [...] não tendo [...] como consta (processo) [...] causado qualquer prejuízo, dizimado as pastagens ou danificado cercas. Pelo contrário, formou novas pastagens e construiu cercas, além de açudes e outras benfeitorias, tudo dentro do contratado [...] Além disso [...] colocou na parte da propriedade que ocupa luz e força, construiu casas e galpões. [...] Por razões que desconhece [...] em abril de 1986, recebeu, através do Cartório do Registro de Títulos [...] notificação de D. Regina Maria [...] reconhece a existência do contrato, mas, [...] o corta ao meio, atribuindo-lhe apenas 5 anos [...] contra-notifica, no mês seguinte [...] no aguardo de que a locadora entrasse em contato para a solução definitiva do impasse, [...] para sua maior surpresa ainda, vê-se réu desta ação. [...] os autores [...] agem de má fé [...] Pretendessem [...] a restituição da parte do imóvel ocupada pelo réu, meios legais haveria [...] rompido o contrato e indenizadas as [...] benfeitorias [...] Como querem, não podem. Pretendem ‘tirar as castanhas com a mão do gato’ [...]” (processo de Desapropriação pp.93 e 95)

No entanto, enquanto a disputa judicial estava se desenrolando, tem-se início, em 1988, um Processo de Desapropriação para fins de reforma agrária, impetrado pela Delegacia Regional do MIRAD/RJ (Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento). À época Agostinho Guerreiro era o Delegado Regional e o advogado Paulo Amaral o Procurador

Regional (INTER/RJ)¹¹⁰, e apresentaram duas versões para se compreender o início do Processo de Desapropriação. De acordo com o então delegado regional a iniciativa de solicitar a abertura do processo teria sido do MST, já para o Dr. Paulo Amaral, a FETAG e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaí teriam lhe apresentado a possibilidade de se dar início à desapropriação. Ambos concordam que a razão apresentada foi o fato de a área estar *grilada*. Uma vez aberto, o processo contatou a falta de pagamento do foro à União entre dos anos de 1981 a 1985, o que configuraria a extinção do foro. A “Vistoria Técnica”, por sua vez, classificou a fazenda como “Latifúndio por Exploração”, e encaminhou sua desapropriação. A disputa dos herdeiros passou a ser em dois flancos, pela reintegração de posse através da retirada desse *grileiro* e contestar a classificação de “latifúndio por exploração”, para evitar a extinção do aforamento.

O início do processo de desapropriação transcorreu rapidamente, entre junho de 1988 (Vistoria Definitiva/ Técnica) e o encaminhamento para a desapropriação em outubro do mesmo ano¹¹¹. Mas, no mesmo ano, Fernando Goulart entrou com uma “contestação” do processo de desapropriação. Assim, esse processo só foi concluído em fevereiro de 1990, com o decreto presidencial, mas o processo ainda se arrastaria¹¹². Em 1991 o “Processo de Desapropriação” registra, pela primeira vez, através de um ofício a Deputada Lúcia Souto, a presença de um acampamento. Os Títulos da Dívida Agrária foram emitidos em março de 1992 e a “imissão de posse” ocorre em novembro do mesmo ano. O que não resultou na criação imediata de um assentamento, isto é, na “imissão de posse”, com isso o *grileiro* permaneceu com seus bois na área e o Incra não procedeu a divisão dos lotes.

A análise do “Processo de Desapropriação” e das disputas travadas foi um revelador das relações de poder local e das disputas que envolveram a criação do assentamento. Um dos elementos importantes a ser analisado é o fato de os atores envolvidos serem classificados de

¹¹⁰ Agostinho Guerreiro é Diretor Coordenador Geral do Instituto de Desenvolvimento Ação Comunitária. O Dr. Paulo Amaral foi assessor da FETAG.

¹¹¹ O “Ofício da Delegacia Regional” (Processo de Desapropriação: fls. 61) concluiu a condição de “latifúndio por exploração”, confirmou o tamanho da área 586,91 ha e a capacidade para 50 famílias e propôs a sua desapropriação.

¹¹² De acordo com os ofícios do ano de 1991 (Processo de Desapropriação: fls 158-160, 164) a demora teria sido devido a um problema com a liberação orçamentária para a emissão dos TDA’s (Título da Dívida Agrária). Em seguida alega que os TDA’s não foram emitidos por não possuírem, no processo, o número do CPF de Zeferino Ferreira Goulart.

diferentes formas, de acordo com quem estavam falando e sobre que contextos construíam as narrativas. Assim, Manuel Toledo, a quem foi concedido o uso da terra pelos *donos*, passa ao longo do processo jurídico entre ele e os foreiros, de *locatário* à *invasor*, como ficou explícito no “Processo de Desapropriação”, o que mudaria sua classificação de *arrendatário* para *grileiro*, termo usado amplamente na região para identifica-lo.

A Vistoria Técnica do Incra mencionou a “pendência jurídica” (fl.69,p.3) e descreveu a fazenda como dividida em três áreas¹¹³.

A área “A” de 171,44 ha,

“[...] está sob domínio do Sr. Manoel Toledo Junior, que teria arrendado as terras da genitora dos atuais detentores do domínio útil, Sra. Regina Goulart`, que informou que o arrendamento não chegou a ser formalizado, sendo apenas um acordo verbal. Atualmente, considerando que o Sr. Manuel recusa-se a liberar o imóvel, há uma ação em andamento na Comarca de Itaguaí visando à retomada do mesmo. O Sr. Manoel mantém no local o Sr. William Mesquita, que é o responsável pela área e quem cuida das 38 cabeças de gado bovino existentes no imóvel.” (Processo de Desapropriação: fl69, p. 3)¹¹⁴

A área “B” de 259,17 ha,

“[...] está sendo utilizada pelo Sr. Eduardo Miguelotti, através de meeiros tais como: 1 - Jorge Garcia Soares, 2 – Mauro Rosa Affonso, 3 – Matias Rosa Affonso e outros. De acordo com informações verbais, o arrendamento ao Sr. Eduardo não foi formalizado, sendo apenas verbal, com pagamento contra recibo aos detentores do domínio útil. Nessa fração do imóvel a área efetivamente explorada resume-se a aproximadamente 44 ha com lavoura de ciclo curto (...), sob regime de meação envolvendo umas 11 pessoas. Excluindo essa parte, o restante da área B está sem qualquer utilização estando com pasto nativo, com algumas manchas de grama Pernambuco e totalmente tomado por capim rabo de burro.” (Processo de Desapropriação, p.5)¹¹⁵

¹¹³ De acordo com os dados gerais da Vistoria: a Fazenda estava localizada, em Seropédica, então 2º distrito do Município de Itaguaí, a 5 km do centro de Seropédica e 30 km do centro de Itaguaí. Não existiam rios cortando o imóvel, mas pequenos córregos que nasciam da serra vizinha formando dois pequenos reservatórios (um deles ainda existe e é conhecido como açude, localizado na área coletiva do assentamento). 32% do imóvel é de morros. As áreas vinham sendo utilizadas “*por meeiros com lavouras de ciclo curto jiló, quiabo, pimentão e maxixe servem de indicativo para futura exploração do imóvel como também confirmam a boa capacidade dos solos com a aplicação de adubo ou, na maioria das vezes, de simples corretivos.*” (Processo de Desapropriação fl. 69, pp. 2 e 3)

¹¹⁴ Benfeitorias nesta área: uma casa, uma garagem e um quarto anexo, um curral, cercas, rede de distribuição elétrica “nesta parte do imóvel não há pasto formado, a pastagem nativa está em péssimas condições, existindo apenas manchas de grama Pernambuco, principalmente nas encostas dos morros, o restante está totalmente tomado por rabo de burro. [...] 38 cabeças de gado de raça nelore.” (processo de Desapropriação pp. 4 e 5).

¹¹⁵ Benfeitorias listadas: curral, cercas, “4,6 ha de pasto formado, [...] brachiaria [...] tomado pelo capim rabo de burro [...]”. (processo de Desapropriação p.6)

A área “C” foi definida como tendo 156,30 ha e,

“[...] vem sendo utilizada pela Sra. Regina Goulart, tia dos detentores do domínio útil e proprietária do imóvel denominado Espigão, vizinha a área [...] Não há construções nesta parte, apenas ruínas de uma casa de pedra, é utilizada apenas como pastoreio, na ocasião da vistoria existiam apenas algumas cabeças de gado eqüino.” (Processo de Desapropriação, p.7)¹¹⁶

Assim, o relatório constata a presença de diferentes atores sociais ocupando e disputando a área. A figura mais polêmica desse processo foi, sem dúvida, Manuel Toledo, identificado por uns, pelo termo *arrendatário*, como também se auto-denomina, e por outros de *grileiro*. Manuel Maluco, como é chamado, é conhecido em toda a região por ter conseguido se apoderar de muitas áreas no município de Seropédica, inclusive da UFRuralRJ (*Rural*)¹¹⁷. Uma categoria usada para descreve-lo é *grileiro do asfalto*, como observado na fala do superintendente do Inbra,

“*Ele é um grileiro do asfalto [...] cria os bois nas margens da rodovia e corta a cerca e deixa os bois entrarem nas propriedades. A “Rural” sofre muito com isso . Ele cria muito boi na Rural [...] nessa época ele devia ter mais ou menos umas 4.000 cabeças de boi. Só criando assim e lá ele estava também com um arrendamento no assentamento e se sentiu prejudicado.*” (E88 – Walter p. 3 e 4)

O processo de desapropriação cita a presença de dois *arrendatários*: o Manuel Toledo e o Eduardo Miguelotti. Este segundo, por sua vez, “utilizava” as terras “através de meeiros tais 1 - Jorge Garcia Soares, 2 – Mauro Rosa Affonso, 3 – Matias Rosa Affonso e outros.” (“Relatório de Vistoria”, Processo de Desapropriação: pp 10 e 11)

O documento é importante para recuperarmos o processo de sucessão da fazenda e a relação entre os diferentes atores envolvidos na questão: “proprietários”, “arrendatários” e os “meeiros”, de acordo com documento. *Donos, grileiros, arrendatários e meeiros*, segundo outros informantes. O documento não usa o termo *grileiro*, mas aponta a dificuldade dos que detinham o “domínio útil”, chamados no documento de *proprietários*, de recuperarem o domínio de fato da Fazenda. O impasse surgiu, segundo o documento, a partir da maioria dos filhos que decidiram reaver a área. Dessa forma, os filhos se estabeleceriam como a

¹¹⁶ Beneficiárias listadas: cerca, pasto nativo (grama Pernambuco) “[...] totalmente tomada por capim rabo de burro, [...]” (processo de Desapropriação p. 7)

¹¹⁷ A grilagem é uma prática comum na região e os que a praticam são definidos como tal. Outro termo associado à grilagem é “criar boi na estrada”, que significa usar a criação para forçar entrada em áreas “desocupadas”, “arrebentando cerca” e ocupando a terra com o gado.

terceira geração da família a aforar a Fazenda. Percebe-se, nesse processo de disputa, a perda de poder dessa família na região, necessitando recorrer a uma ação judicial e ainda assim não conseguindo reaver a fazenda. Mas os relatos do técnico do Incra, já mencionado, e de uma liderança do movimento de ocupação, contribuiu para compreendermos melhor a complexidade e tensão dessa época. O técnico afirmou ter sido ameaçado de morte e de prisão durante o período em que trabalhou na área. A dupla ameaça conjugou o uso do aparato policial, portanto do poder público, e o aparato de força coercitiva paralelo ao poder público, reforçando a idéia de que o *grileiro* tinha influência nessas duas esferas de ação. O fato de o “mensageiro” das ameaças ser ex-funcionário do Incra revela ainda como as relações de poder local permeavam a própria instituição. Esse evento reforçou a percepção da força que o *grileiro* tinha na região, o que contribui para acompanharmos os fatos que se sucederam no acampamento.

“[...] Eu estava trabalhando, um dia chega o advogado dele, que era ex-colega nosso aqui, um ex-procurador nosso, com um rapaz do cartório de Itaguaí e estava levando uma notificação [...] alegando, eu estar invadindo a área (risos...) E eu até respondi um processo na justiça federal, porque ele alegou que eu roubei os bois do Manoel Maluco.[...] Devia ter umas 120 cabeças, ou mais. Ficava na área onde ficava a ocupação, porque ele respeitava os arrendatários... [...] porque eram os arrendatários que estavam ali consolidados.” (E88-Walter pp3-4)

Mas essa fala nos mostra ainda como as relações de poder se davam a partir de determinadas alianças. Isto é, apesar do arrendamento da área ter sido feito por pessoas diferentes e a sua exploração ter sido igualmente diferenciada, como vimos acima, o *respeito* que o *grileiro* tinha pelos *arrendatários* pode ser lido como parte desse processo de “aliança”. Esta possível aproximação se tornaria mais visível a partir das ações do Manuel Maluco contra os acampados, tendo como executor da ação mais violenta Jorge Garcia, identificado como *arrendatário*. Este teria comandado, junto com Manuel Maluco, a ação armada que feriu três pessoas, como será tratado adiante. Uma característica marcante é a de que as classificações não são estáticas nem consensuais, mudam de acordo com o informante e sua posição no processo e ainda são móveis. Isto é, mudam ao longo do processo de disputa.

Pode-se ler essa “pendência judicial” pela terra entre o *grileiro* e a família Goulart como parte da lógica de disputa por terra na região. Mas, também, como uma mudança nas relações de poder na região, na medida em que a família, que antes ocupava as fazendas aforadas, livre de quaisquer “ameaça”, vê-se obrigada a defender judicialmente seu

aforamento. Com o Plano Nacional de Reforma Agrária e a caracterização do MIRAD, que teria como possível consequência a desapropriação, surge um novo quadro de disputa. Nesse caso a presença do *grileiro* pode ter contribuído para os foreiros não terem dado prosseguimento ao pedido de anulação do processo de desapropriação e, sim, do questionamento do valor. Esse procedimento foi lido por informantes do movimento de ocupação e por integrantes da CPT à época, como uma sinalização de negociação entre o foreiro e Incra. Assim, a disputa, sem dúvida, esteve marcada pelo novo cenário nacional da pressão dos movimentos sociais pela reforma agrária, onde uma das ações recorrentes era ocupar terras declaradas pelo Incra como “latifúndio por exploração”. Dessa forma, os relatos dos que participaram do movimento de ocupação de Casas Altas e formação do acampamento Mutirão Eldorado apontaram o processo de desapropriação de Casas Altas e a sinalização dessa articulação e dos problemas com o *grileiro* como elemento motivador da organização de uma ocupação, na área do *grileiro*. Como veremos a seguir, o acampamento deu início a uma nova etapa no processo de disputa : a *luta* pela a imissão dos títulos de posse para os assentados e a formação do assentamento. Através da formação desse grupo foi possível acompanhar a construção de um novo ator social na dinâmica de disputa por terras na área: os *acampados*.

A luta de muitas ocupações

O processo de *luta pela terra* que gerou o assentamento Mutirão Eldorado foi marcado pela situação histórica da região e pela nova realidade dos movimentos que lutavam pela reforma agrária na década de 90. Isto é, podemos ler esse processo como uma continuidade das mudanças ocorridas na região, com as muitas intervenções privadas e públicas que mexeram com a dinâmica local de ocupação fundiária, ainda que marcada por reordenações e reconcentrações de terra, como vimos no capítulo anterior. A organização do grupo que gerou o acampamento em Casas Altas ocorreu a partir de três ocupações sucessivas. O grupo começa a se formar em 1990 em um movimento de ocupação de Conceição de Jacaré¹¹⁸. Em 1991

¹¹⁸ A ocupação de uma fazenda em Conceição de Jacaré não chegou a acontecer, os ônibus que transportavam os futuros acampados foram parados no meio do caminho pela polícia. Este episódio será analisado no I capítulo.

montaram acampamento na Fazenda Modelo (Pedra de Guaratiba/RJ)¹¹⁹, de onde foram expulsos poucos meses depois, e em 18 de dezembro 1990 acamparam na Fazenda Casas Altas. Se essas ocupações foram pautadas pelas transformações e continuidades na ocupação fundiária da região, os relatos sobre os três episódios foram elucidativos para se perceber como através do evento, no sentido atribuído por Gluckman (1978), “ocupação” se configurou o grupo que veio a formar o assentamento. O momento da ocupação é revelador, pois observamos os indivíduos negociando mudanças, acionando diferentes papéis sociais e construindo a legitimação do grupo na disputa pelo acesso a terra, na forma de assentamento.

Jacareí e a Fazenda Modelo: caminhos para *negociar* a Fazenda Casas Altas

Os relatos sobre as três ocupações convergem para uma leitura de que o alvo do grupo teria sido sempre Casas Altas, mas o receio de enfrentar o *grileiro* teria dificultado a ocupação da fazenda. A presença de *grileiros* em Casas Altas apareceu, nesse momento, como o fator que os impediu de ocuparem a fazenda. Sr. Tadeu contou como a intenção era ocupar Casas Altas desde essa primeira tentativa de ocupação em Jacareí. Foram dissuadidos por ameaças do Jorge Garcia e com a presença do então presidente do STR de Itaguaí na reunião, que foi contrário à ocupação da fazenda,

“Só que o pessoal na época tinha muito medo, a gente ia ocupar nessa primeira ocupação a fazenda Casas Altas aí o Jorge Garcia teve lá na reunião com o Samuel, que era o presidente do sindicato, parece que ameaçou ele... [...]. Aí o Samuel na reunião que tava tudo certo pra gente ocupar as Casas Altas conseguiram contornar e passar pra Jacareí.” (E62 – Sr. Tadeu: 1-7)

O grupo que acampou na Fazenda Casas Altas, criando o que denominaram *Mutirão Eldorado* começou a ser formado em 1990 em um movimento de ocupação articulado em Itaguaí, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaí e a CPT. O movimento se reunia no CSU¹²⁰ e se organizou para ocupar uma área em Conceição de Jacareí, perto de Angra dos Reis no Sul do estado, em 31 de março de 1990. Essa primeira tentativa foi frustrada pela ação policial, mas também, segundo os que participaram, devido à pouca

¹¹⁹ A Fazenda Modelo, órgão da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, foi fundada pela em 1984 para abrigar moradores de rua. A área da Fazenda Modelo fazia, na época em que foi ocupada, fronteira com o Centro Tecnológico do Exército.

¹²⁰ Centro Social da prefeitura de Itaguaí.

experiência do grupo. Faziam parte desse movimento inicial Sr.Tadeu, Sr.Gino e os irmãos a D.Emiliana e Sr.Flávio, dentre outros, que foram definidos como lideranças do acampamento Eldorado¹²¹.

Irmã Ivete da Comissão Pastoral da Terra, que acompanhou o grupo desde esse primeiro momento, caracterizou o grupo como tendo sido formado a partir da ação de um rapaz que se identificava como sendo do MST¹²². Wilson, cunhado da D.Emiliana, teria articulado o grupo¹²³. Nesse momento a CPT foi *convidada* para acompanhar o *movimento* de ocupação de Jacareí.

*“E – A Sr^a sabe quem começou a formar o grupo?
Irmã Ivete – [...] ele começou a convidar, ele é bom nisso. [...] Aí ele falou assim: “- Vamos fazer uma ocupação, em tal lugar assim, tem uma área boa e tudo.” E começou a conversar com um, com outro e fazer reunião. [...] Esse pessoal convidou a Pastoral da Terra. [...] Nós éramos uma equipe da Pastoral da Terra. Convidaram e nós começamos a participar.[...] Victor acompanhou¹²⁴. E a partir daí a gente começou a acompanhar.”(E78 – Irmã Ivete:2)*

A Irmã criticou o processo da organização da primeira tentativa de ocupação que ocorreu em Conceição de Jacareí. A falta de preocupação com o sigilo foi atribuída à

¹²¹ Sr.Gino e Flávio apareceram menos nos relatos. Sr.Gino continua no assentamento e assumiu a presidência da APPME em 2005. Já D.Emiliana e Sr.Tadeu, que foram secretária e presidente, respectivamente, em mais de uma diretoria da APPME, são constantemente citados como duas das principais lideranças do movimento. (Anexo 2, n.1)

¹²² Na entrevista ela conta como tem sido sua atuação na região: “na época a gente trabalhava com a CPT, existia a CPT aqui na diocese de Itaguaí. [...] Como Pastoral da Terra, então a gente pegava os 5 municípios que é de Seropédica até Parati. Então não tinha só o Eldorado, tem o Sol da Manhã, tem [...] Mutirão Filhos do Sol. [...] Com o Sol da Manhã foi em 86. Acho que foi 7 de setembro de 86.” (E78 – Irmã Ap.: 1) A continuidade de sua atuação foi relatada pela articulação entre novos movimentos e outros já consolidados. “[...] apareceu um grupo dizendo que queria também se preparar para ocupar uma área. E eles foram... juntar com o pessoal do Sol da Manhã pra ir panhando as experiências. Participavam das reuniões... [...] o grupo dos Filhos do Sol. Então esse pessoal ia pra lá pro Mutirão Sol da Manhã e panhava todas as experiências, participavam de todas as assembleias de tudo. Daí então, eles partiram pro Filhos do Sol pra uma área lá perto do Mutirão mesmo [...] No Sol da Manhã a gente era mais acompanhar mesmo assim..., como Pastoral da Terra. A gente acompanhava... nas reivindicações, negociações, A gente ia pro Incra, ia acompanhar. E também tinha um trabalho com um grupo de mulheres, formação com as mulheres, sócio-político, econômico e tudo. Também essa parte da culinária a gente passava alguma coisa que a gente sabia e passava pra elas e dali então, elas passavam pra outras. [...] Iam aprendendo, depois foi aprender a costurar, fazer bolo, fazer pãezinhos, essas coisas todas. [...] Bom, dali então, surgiu esse outro grupo. Como a gente era da Pastoral, a gente acompanhava também os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da diocese. Mangaratiba, Angra, Parati, Itaguaí. A gente acompanhava nas reuniões, a opinião deles. Eles convidavam a gente para participar. Então, se eles precisassem da gente, a gente estava ali. Pra alguma coisa.” (E78 – Irmã Ap.: 1 e 2)

¹²³ Wilson não chegou a participar do assentamento Eldorado.

¹²⁴ Em 2004 Victor era da Direção Regional do RJ do MST e assessor parlamentar e teve importante participação nas três ocupações.

inexperiência do grupo, mas também, transparece em sua fala, a percepção de que naquele momento não aceitaram o papel de assessoria da CPT.

“[...] Eles faziam reunião assim no aberto, dentro da sala, mas entrava e saía, que lá entra muita gente assim. Eles combinaram ali e saíram. Pediram caminhão, pediram ônibus. E eu falava: “Gente, mas vocês não podem fazer isso, [...] porque vocês estão entregando o ouro ao bandido, de bandeja. Vocês conhecem todo mundo que está aqui? [...] Falava baixinho com o responsável. “Vocês não podem fazer isso, falar que vai fazer isso tal hora assim, assim”. E eles “Não, aqui todo mundo é conhecido”, eu falava “Gente, olha!”. Eles foram.” (E78 – Irmã Ivete:3)

Nesse momento, segundo seu relato, ainda não havia *confiança* no apoio da CPT, como ela exemplificou com o episódio da primeira ocupação,

“No dia aí eu perguntei assim: “Aonde é mesmo que vocês vão?”, na gente eles não confiavam muito sabe? Eles falaram assim “Ah! Nós vamos lá pra cima, pra lá.... Eu disse, “Mas nós não podemos saber? Vocês convidaram a gente. Vocês querem alguma coisa? A gente tem que saber. Vocês não estão confiando, então a gente não volta mais aqui”. Aí eles falaram baixinho. [...]” (E78 – I.Ivete:2-7)

Mas a avaliação de que a ocupação não daria certo devido à inexperiência do grupo foi argumentada pela não compreensão do papel dos *apoios*, o que mudaria ao longo do processo de consolidação do grupo. Nesse primeiro evento a iniciativa culminou com a prisão de alguns participantes, que foram soltos em seguida. Irmã Ivete narrou em detalhes, apesar de não ter presenciado,

“[...] nesse dia nós não fomos não. “Oh, nós vamos ficar por aqui, qualquer coisa, a gente está aqui pra segurar”. Aí não fomos e eles foram. Sabe que horas eles saíram dali? 2 horas da tarde. Pediram ônibus, o prefeito na época era o Tony Rocha [...] Só que ele emprestou o ônibus e a área era dele. Ele tinha uma parte lá que era dele. [...] O pessoal encheu o ônibus e caminhão com enxada, com foíce, com tudo foi entrando pela mata a dentro. Quando chega lá, a polícia já estava lá, o choque já estava lá! E foi uma confusão que eles contaram. Aí o Tadeu foi dentro do camburão, prenderam mais um outro lá..., e eles tiveram que voltar.” (E78 – Irmã Ivete:2-7)

Nesse processo Sr.Tadeu, *convidado* por Wilson, aos poucos foi sendo identificado pelos demais atores como a principal liderança do movimento. Ele contou como foi sua vivência desse processo. No relato sobre o início de sua participação no grupo e a primeira tentativa de ocupação, ressaltou sua inexperiência, reforçando o desconhecimento sobre as práticas que envolviam *ocupar uma terra* e mesmo o que vinha a ser CPT. A entrevista foi feita com a presença de D.Emiliana, do seu esposo Sr.Emanuel, que também participaram

desse momento e da Generosa (que à época da ocupação era da CPT). Apesar da quase prisão, Sr.Tadeu lembrou da experiência de forma divertida e ressaltou o “apoio” que recebeu para que fosse liberado pela polícia,

“Sr.Tadeu – CPT o que que é isso, que que é CPT. [...] Isso foi em 90, 91...

E – Mas como é que você chegou na...

Sr.Tadeu – Uma reunião em Itaguaí, puxado pela Emiliana, o cunhado dela na época o Wilson, fazendo um grupo do Movimento Sem Terra. Um concunhado meu pegou e falou assim “-Pô Tadeu, vamos ocupar uma terra?” Eu disse, “-Cara pra que isso, eu ganhando meu pão aqui, tenho meu dinheiro...” [...] Eu morava em Seropédica, no 49, eu tinha minha casinha...

E – E Emiliana morava aonde?

Sr.Tadeu – Morava em Marapicu. Lá na fazenda, como é o nome daquele sítio do assentamento lá?

D.Emiliana – Campo Alegre.

Sr.Tadeu – Aí nisso aí a gente foi participar do movimento. Aí o Wilson, pá ocupação e tal e a gente foi [...] eu cheguei no CSU (Centro Social/Itaguaí), um mundo de gente, umas trezentas pessoas, falei, caramba vai dar certo [...] aí o Wilson conseguiu com o Antônio Rocha, quatro ônibus [...] Era o dono da empresa, foi prefeito, “-Pra mim liberar o ônibus eu tenho que saber pra onde o carro vai.” “-Então tá bom, nós vamos pra tal lugar.” “-Tá bom.” [...] partimos lá pra Jacareí, lá perto de Angra dos Reis, chegamos lá [...] tava preto de polícia (risos). Meu Deus do Céu, a invasão é de quem é nossa ou da polícia! (risos) Vamos entrar assim mesmo, vamos encarar os homens e tal, aí me jogaram dentro de um camburão aí daqui a pouco o cara abriu a caçapa novamente e falou assim “-Rapaz, como que você faz uma coisa dessa, você, a sua família, seus filhos...” Eu falei “-Minha mulher e meus filhos?” Apareceu mulher, quatro filhos, tava tudo chorando as crianças, na hora arrumaram uma mulher lá com quatro filhos (risos) “-Oh, vou te liberar, mas não cisma, você que tava mais nervosinho mais exaltado.” “-Tá bom, sim senhor.” [...] Aí tivemos que retornar [...]”(E62–Sr.Tadeu:1-7)

Na comparação entre os relatos da Irmã Ivete e do Sr.Tadeu transparece uma “lógica” do evento ocupação. Pode-se afirmar que ambos enfatizaram o que podemos classificar como a valorização do domínio de determinados procedimentos. Isto é, Ou seja, o controle dos procedimentos legais envolvidos em uma ocupação de uma área em processo de desapropriação e das práticas de organização do próprio movimento de ocupação. Sr.Tadeu reforça a imagem de que esse foi um momento em que ainda não dominava os mecanismos de organização de um movimento de ocupação. Isso aparece na forma como narra o episódio de Jacareí assumindo um tom jocoso para ressaltar a *ingenuidade* de terem recorrido, a um empresário dos transportes urbanos, sem saberem que ele era o *dono* da área que iriam ocupar. Percebe-se nos relatos dessa primeira ocupação (em Jacareí) como a Irmã Ivete aciona sua

condição de *apoio* e sua *experiência* com esse tipo de processo. Mas, segundo sua avaliação, obteve pouco reconhecimento da sua condição. O grupo optou por acionar as relações com o ex-prefeito enquanto empresário do setor de transporte, com quem julgavam poder contar. O desconhecimento sobre o fato de esse ex-prefeito também ser dono das terras que seriam ocupadas, talvez tenha permitido que ele mandasse uma mensagem quanto a não aceitação de mudanças na situação fundiária, quer como proprietário, quer como ex-autoridade. Por outro lado, a ausência da Irmã Ivete no ato de ocupação pode ter sido em função da sua não legitimação como mediadora no processo. Já a reação dos que eram mais atuantes no grupo pode ser lido como a crença em um processo que seria facilmente aceito. Os relatos da Irmã Ivete e do Sr.Tadeu classificam esse como um procedimento “equivocado”. Já o episódio da “quase” prisão do Sr.Tadeu e os mecanismos acionados (ser pai de família), apelando para a importância do pai de família e para os próprios policiais, foi revelador do uso de mecanismos que combinavam diferentes registros.

De acordo com o relato do Sr.Tadeu e dos *apoios* – como eram chamados Irmã Ivete e outros representantes da CPT, assessores de deputados e vereadores, advogados, e outros – essa primeira iniciativa frustrada diminuiu o grupo, mas este se manteve unido, agora na casa do próprio Sr.Tadeu¹²⁵. A entrevista do Sr.Tadeu reconstruiu como ele passou de *participante* à liderança. Essa imagem foi também construída por outros informantes, principalmente *apoios* e outros membros do grupo. Ele mesmo narrou como foram as horas que sucederam a tentativa de Jacareí, decisivas para a formação do grupo e de uma *comissão* que passou a coordenar a organização.

“[...] *ai o cidadão* (aponta para o Sr.Emanuel) *marido dessa senhora ai* (aponta para D.Emiliana), “-*Se tem um homem esse grupo vai permanecer aqui e esse movimento vai ter que dar um jeito.*” *Eu falei* “-*Ai meu Deus do céu, se tem homem...*” (risos) [...] “-*Então vamos ficar aqui. Também a gente não tem ônibus pra Seropédica, só as cinco horas.*” *Ai sentei com a turma lá, fizeram uma fogueirinha, ai tá Wilson, Gino Escardine [...] pegou e falou [...]* “-*Cara, se a gente arrumasse um lugar pra ficar, fazer as reuniões à gente continuava.*” *O Wilson* “-*Eu topava.*” *Ai o [...]* *bobão aqui, disse* “-*Oh, vocês quer um lugar discreto, mas com certa segurança, tenho a minha casa.*” (risos) “-*Onde é?*” “-*Em Seropédica. [...] quando amanhecer a gente vai, vamos fazer a comissão aqui, ta bom.*” [...] *ficamos na minha casa [...] marcamos uma reunião, ai foi quando eu conheci a Irmã Ivete.*” (E62 – Sr.Tadeu: 1-7)

¹²⁵ Sr.Tadeu era morador do km 49 da antiga estrada Rio-São Paulo (atual BR 465), Centro de Seropédica próxima à área Casas Altas.

Irmã Ivete considerou esse período na casa do Sr.Tadeu o momento de formação do grupo de fato, usando mecanismos de segurança para manter o grupo protegido de situações como na tentativa de Jacareí, e assim consolidando o controle sobre formas de organização da ocupação,

“Aí fomos lá pra casa do Tadeu, [...] mais escondido assim..., e tudo. E ali que é a organização deles. Eles tinham alguém que ficava na porta vendo quem estava entrando, quem vinha, quem saía. [...] Pedia logo o documento. Faziam a ficha, tudo. Porque depois ele faz aquela ficha, eles vão ver quem é de verdade, quem é a pessoa. [...] Ai depois de tantas reuniões e tudo, fomos ocupar uma terra lá perto de Pedra de Guaratiba. Ali perto da Fazenda Modelo. [...]”(E78 – Irmã Ivete:2-7)

Victor, que também atuou como *apoio* junto com a Irmã Ivete, reforçou a imagem de união do grupo também a partir desse período, ressaltando a atuação do MST, ainda que *precária*, no processo,

“ [...] Nessa tentativa, o grupo se manteve firme, unido e muito organizado nessa altura, na casa de parentes do Tadeu em Seropédica. Se organizaram [...] e com o que existia de organizados do MST, que era uma organização realmente muito precária nesse período.” (E85 – FM: 3-4)

Essa segunda ocupação do grupo foi bem diferente da primeira experiência. Com um maior domínio dos procedimentos legais e com *apoio* da CPT e do MST, planejaram a ocupação como “moeda de troca” para conseguirem ocupar Casas Altas. Sabendo que não poderiam permanecer na Fazenda Modelo optaram por ocupa-la para pressionar a retirada do *grileiro* da Fazenda Casas Altas, já desapropriada. Sr.Tadeu relatou como discutiram no grupo a questão. Estavam presentes na conversa além dele, Gino, Francisco, Davi e Adolfo¹²⁶.

“[...] mas na nossa intenção, nós tínhamos um decreto na época da desapropriação da fazenda Casas Altas, aí sentou eu o Gino, o Francisco, Duda [...] na época o Adolfo era nosso aliado [...] se a gente for pra Fazenda Modelo, já que eles não querem que a gente fique lá, eles podem até botar a gente em outro lugar, mas a gente pode negociar com a fazenda Casas Altas. [...] que ela já tinha um decreto.” (E62 – Sr.Tadeu: 1-7)

A segunda ocupação foi narrada em detalhes por Sr.Tadeu, pela Irmã Ivete, dentre outros informantes. Dessa vez a ação foi coordenada pelo próprio Sr.Tadeu e o pequeno grupo que deu continuidade à organização, com apoio da CPT e do MST. Mas a decisão do dia e

¹²⁶ Os cinco fizeram parte do acampamento na Fazenda Modelo e depois em Eldorado e foram assentados.

local da ocupação apareceu como sendo do grupo. Aos poucos o grupo se configurou como mais próximo dos apoios, mas, de acordo com os relatos, sem se identificar com nenhum movimento específico.

Em 16 de setembro do mesmo ano se reuniram e partiram para a ocupação. Muitos dos chamados apoios, segundo o Sr. Tadeu, foram pegos de surpresa. Até mesmo alguns do grupo, como D.Emiliana não esperava a decisão,

“Chegou no domingo consegui dois caminhões botei na frente da minha casa, mandei arrancar os pneus, pra dizer que tava consertando. Chegou a Elza e a irmã Ivete, aí sentou eu, Gino, Francisco ficou só nós três [...] Aí à Irmã Ivete “-Mas vocês vão ocupar hoje?” Eu disse “-Olha Irmã Ivete à senhora vai sair daqui hoje?” “-Não, não vou ficar aqui até o fim.” “-E a senhora D. Elza?” “-Ah, não eu vou ficar também.” “-E o senhor Dr. Paulo?”(Advogado) “-Eu também.” “-Então eu vou falar pra vocês, nós vamos ocupar hoje.” Dr.Paulo -“-Vocês são malucos!” “-Não, não somos malucos não, nós vamos ocupar, só que eu tô falando e vocês tão me prometendo que não vão sair, e tem pessoas que não vão deixar vocês sair no portão.” Irmã “-Não, mas nós temos que avisar algumas pessoas pra dar apoio.” Eu falei assim “-Olha, vamos fazer o seguinte vocês da apoio amanhã porque de agora não pode.” Aí elas duas “-Ah, mas o Victor tá vindo aí.” A baixinha [Generosa] comandou o Victor pra cá. [...] Nunca empurrou pra gente vir pra baixo, ele sempre “-Oh, com vocês mesmo, agora mesmo que vá morrer, eu tô junto.” Então eu tenho essa admiração por ele, aconselharam e tal, ela [Generosa], a Irmã Ivete, mas quando o pessoal começou a chegar, essa aí [D.Emiliana] quase tem um troço (D.Emiliana -ri) eu disse “-Olha o negócio é o seguinte, vocês tão aqui pra que?” “-Pra apanhar terra, pra apanhar terra!” “-Vocês realmente tão com disposição?” “-Claro! Senão a gente não tava aqui.” “-Quem quer ir hoje, agora ocupar terra, passa pra esse lado, quem não quer, fica desse lado.” Foi uma debandada. Aí ficou os dois baianos, Francisco Bispo e Ivo “-Olha como é que eu to. Tô de bermuda, chinelo de dedo (risos).” Eu disse “-Olha amigo se você não for, você tem que sair agora por aquele portão e o pessoal vai te acompanhar até o ponto do ônibus, caso contrário, se ficar aqui dentro você vai ter que ir.” Eu não me esqueço desse dia [...] D.Emiliana “-Pelo amor de Deus deixa eu avisar meu pessoal, que tá todo o mundo lá esperando e eu vim representando, sabe.” “- Vai, só que você tem até dez horas da noite pra chegar aqui.” [...] tinha umas quarenta e cinco pessoas. [...]aí fomos embora. [...] Aí socamos todo mundo na lona aí ficou eu e meus dois cunhados e lonamos o pessoal [...] chuva que Deus dava, eu falei, “Meu Deus do céu o que que eu tô fazendo aqui!” Quando chegamos [...] tinha um acidente [...] polícia, e a fazenda era cem metros de distância (risos) cara, passamos os dois caminhões, paramos, descarregamos tudo e a polícia não viu. Invadimos, invadimos não, a gente não usa essa palavra, ocupamos a Fazenda Modelo. Construímos as barracas, quando o dia amanheceu [...] já tinha mais de vinte barraca pronta [...]”(E62 – Sr.Tadeu: 1-7)¹²⁷

¹²⁷ Elza também atuava na CPT. Sr.Francisco já não estava mais assentado quando do início da pesquisa, mas atuou nas três ocupações. Já Sr.Ivo ainda estava assentado. Dr.Paulo, advogado, acompanhou todo o processo da ocupação da Fazenda Modelo de Casas Altas.

Nas narrativas dessa segunda ocupação, Sr.Tadeu apareceu à frente do grupo. A presença de crianças foi lembrada pela Irmã Ivete,

“Tinha crianças pequenas, as meninas hoje que são casadas, Tais, eram tudo pequenas.” (E78 – Irmã Ivete:2-7)

Já o Sr.Tadeu relatou essa presença como uma tática na ação,

“Paulo (cunhado), rapaz tem pouca mulher e criança então nem se fala. Quando a polícia chegar vai olhar que não tem mulher, nem criança vai baixar a porrada. [...] O negócio é a gente levar os nossos filhos, o meu, o seu...” [...] Chegou pra mulher, até então tava decidido que elas não iam, nem minha esposa nem minha cunhada. “– Se arruma aí junta os panos de bunda e vamo embora.” Aí a dele tinha três, a outra tinha mais três, tinha nove crianças, o total lá do movimento da ocupação era dezesseis crianças, na época. A única coisa que a gente tinha de bicho, ‘bota o cachorro em cima do Mutirão’[...]” (E62 – Sr.Tadeu: 1-7)

Nessa segunda ocupação o primeiro dia foi lembrado como um momento de muita tensão, com a presença da polícia. O próprio Sr.Tadeu resgatou esse como um momento chave para a configuração do grupo e do fortalecimento de laços de confiança e amizade com os apoios. Como em seu relato, que reforçou a presença dos apoios e o seu processo de aprendizado da prática da negociação,

“[...] aí chegou polícia, agora a porrada vai comer (risos). Olha gente eu tremia de tanto medo [...] aí o pessoal olhava pra mim e eu “–Vamos, gente, vamos.” (risos) O coração tava pequenininho, aí vinha um conversava comigo, vinha outro falava, eu “– Ah meu Deus, alguém me dá uma luz aí porque eu não sei o que que eu faço agora, que que eu faço?” Acho que aí que entrou a participação que eu acho que foi muito importante pra mim, até pro movimento, foi o pessoal de apoio, porque eles já vinham, aquela hora que eu não tinha arma, aí eles entraram. Aí briga daqui. Fala dali. Até então eu tô quieto ali só pegando, consegui aprender mais alguma coisa. Aí entrei no carro pra ir lá na CPT, mostrar documento e tal [...] foi uns dos primeiros dias assim eu perdido sem saber de nada [...]. O que a gente sabia era brigar, com disposição, mas saber negociar, falar com as pessoas, eu começava a gaguejar, queria chorar. Eu sei que foi indo, foi indo aí a gente conseguiu. A atuação do pessoal do apoio foi fundamental. Na época tava recém eleito o Deputado (PT)¹²⁸. [...] um cara que também foi fundamental na nossa briga... [...]” (E62 – Sr.Tadeu: 1-7)

¹²⁸ Esse Deputado Estadual do PT teve forte relação com o processo de formação do acampamento e da formação do assentamento. Apoiou o grupo publicamente, inclusive através de um vídeo sobre a história da ocupação de Casas Altas, e será tratado ao longo da tese por Deputado (PT), embora fosse tratado pelos informantes por um apelido.

Irmã Ivete recordou o episódio e sua própria estratégia de usar símbolos religiosos como recurso para neutralizar uma possível ação da polícia,

“Aí acabou de amanhecer o dia [...]. Aí nós falamos pra eles assim, “Olha vocês vão ter visitas, a primeira coisa que vai aparecer ou a polícia, ou o dono, ou o grileiro vai aparecer por aí”. Aí eles: “Ai meu Deus! O que que a gente faz?” (risos), eu disse, “Vocês não fazem nada, se alguém aparecer aqui, vocês mandem que eles vão lá pra secretaria do estado, que eles lá vão resolver”. Aí olha, isso era 5-6h da manhã. [...] Chegou [...] o exército, que ali era uma área de exército. [...] diz “Aqui vocês não podem entrar não, lá vocês podem fazer o que vocês quiserem, mas aqui não”. [...] Era uma outra área. A que era da Fazenda Modelo mesmo. [...] Daí nós fomos pro outro lado. [...] Quando amanheceu o dia, aí que chegou a polícia, PM. [...] “Vocês vão sair agora daqui”. [...] Sabe polícia quando chega querendo resolver tudo. Aí antes a gente falou assim, que a gente sempre fazia uma oração. Por qualquer coisa fazia uma oração. [...] Então, aí nós começamos a falar da “oração da ocupação de terra”, que era pra isso, pra aquilo, que não era de hoje era desde o antigo testamento e está lá na bíblia. [...] tem tudo sobre ocupação de terra. Então, a gente contando a história do povo de Deus, o povo caminhava e tudo, e por isso que esse pessoal está aqui também. Porque infelizmente, olha a quanto tempo e até hoje ainda não está resolvido. E, aliás, a terra é de todos. Deus quando criou o mundo criou a terra para todos, [...] pra uma minoria, foi pra todos. Só que tem nesse meio, muitos espertinhos que vão pegando e deixa os outros sem nada, e isso é ganância. Aí [...] eu estava falando isso e disse. “Então vamos rezar o Pai Nosso”. Mas aí eu expliquei o Pai Nosso também: “Pai Nosso a gente tem que pensar bem, refletir antes de rezar e abrir a boca pra falar o Pai Nosso, porque a gente está chamando o Pai não de Pai meu, mas de todos. [...] E todo mundo de mãos dadas. E o exército também, menina! O exército, a polícia, todo mundo. [...] Deram a mão, todo mundo de mãos dadas rezamos ali (risos), e começamos a rezar o Pai Nosso “Vamos rezar um Pai Nosso refletindo”. [...] tinha um que era da PM, que ele falou assim (risos), “Isso mesmo. É que não posso, se não eu estava aqui”. (risos) [...] “Então, agora vamos ver o que a gente vai fazer. Que eles estão aqui, sair daqui eles não tem pra onde ir. [...] Então eles têm que ficar aqui até resolver. Então, vocês (Exército e PM) dão um tempo que nós vamos na secretaria do estado, e o governo vai ter que resolver isso”. Aí saiu o Victor e eu. E o exército ficou lá na estrada.” (E78 – Irmã Ivete:2-7)

Os relatos dessa segunda ocupação reforçam a legitimação dos atores sociais envolvidos pelo controle dos procedimentos legais e das práticas de organização reconhecidas pela CPT e pelo MST. Esse processo de legitimação é central na configuração do grupo e na posição assumida diante do Incra. Os desdobramentos até a formação do assentamento em Casas Altas apontam para o mútuo reconhecimento do Incra e do grupo como legítimos interlocutores para o processo. O acampamento na Fazenda Modelo até hoje é lembrado como um dos períodos mais difíceis do processo de *luta*. Sr.Tadeu contou como as condições eram insuportáveis e ainda a terra não era boa pra plantar, como ele recordou ao reproduzir um

diálogo seu com o Victor. Lembrou, ainda, como o processo de negociação para ocuparem Casas Altas foi se consolidando, assim como o controle sobre os procedimentos junto ao Inbra e o seu papel de liderança,

“O Victor falou “-Tadeu analisa esse solo aí.” Tadeu “-Mas como é que tira isso?” Eu não sabia. [...] “F- Tadeu, essa terra não dá nada.” (risos) “-Meu Deus do céu que que eu faço? [...] Aí o pessoal fez um canteiro, as mudinhas chegavam bonitinhas, de couve, por três dias bonito (D.Emiliana ri.- Em vez de crescer diminuía) [...] o pessoal conseguiu material pra dar mais condições.” (risos) Porque tava brabo. Deitava no chão e doía que Deus danava. [...] e tome de negociar, tome de reunião, e tome reunião, e vai e quando foi em outubro, vê, nós ocupamos em setembro, quando foi em outubro, você vê que a pressão foi tão boa, Victor aqui, o Paulo, foi mais um pessoal, na Fazenda Modelo, “-Velhinho, nós precisamos fazer uma reunião, e temos uma boa notícia, as TDA’s foram liberadas” Eu, “-Meu Deus o que que é isso? Que que é TDA?” Aí ele, “Título de Dívida Agrária. [...] é pra pagar a desapropriação, só que nos temos um empecilho, nós temos que brigar, mas eu acho que pra conseguir nós temos que tá dentro da área. (CASAS ALTAS)” “- Ih meu Deus do céu, como que a gente vai fazer isso? Tá bom vamos começar a trabalhar o pessoal então, vamos deixar acertar mais o processo [...]” (E62 – Sr.Tadeu: 1-7)

A Irmã Ivete lembrou momentos difíceis do acampamento na Fazenda Modelo e como reforçavam a todo tempo a necessidade de permanecer no local. Ao relatar a experiência, houve momentos em que emergiu o uso do *nós*, e percebemos como o envolvimento foi se intensificando gerando laços de amizade e compromisso com o Mutirão Eldorado,

“[...] Tinha que sair dali porque ali era horrível. O pessoal dormia dentro d’água. Cortavam capim durante o dia para a noite colocar no chão por que água... umidade... que vinha, o mar era ali perto, restinga, vinha e encharcava aquilo ali e o pessoal dormia no meio da lama. [...] estava todo mundo doido pra sair, mas eu disse “Nós não podemos sair porque era um fato político isso aqui. Não pode sair, porque se sair a gente perde”. Aí agüentou, por que eu acho que nós ficamos lá 4 a 5 meses. E daí que surgiu essa terra aqui no Eldorado, que nós viemos de lá.” (E78 – I.Ivete:2-7)

Nessa segunda experiência, o evento ocupação assume outros contornos. O seu processo mostrou a construção de consensos na atuação e na legitimação de determinados personagens, em especial o papel do *apoio*. Os relatos apontaram uma compreensão de se ter que “jogar” com o aparato legal da disputa pela terra. Por exemplo, para driblar as primeiras 24 horas e o risco legal de despejo acionaram diversas estratégias. A presença de crianças e mulheres, que segundo Sr.Tadeu, seria para diminuir o risco de uma ação violenta da polícia, é um mecanismo que aciona diferentes símbolos comuns aos acampados e aos próprios

policiais, como a família, como já havia ocorrido na primeira ocupação. O recurso utilizado pela Irmã Ivete, através de símbolos religiosos, a reincide no evento, reforçando o papel privilegiado que os símbolos religiosos podem ter como forma de negociação ou mesmo como mecanismo para “adiar”, driblar a reação esperada. Nesse caso, diferente da ocupação em Jacareí, a escolha da área para o acampamento já previa uma reação do exército (vizinho da área), do estado e do município do Rio de Janeiro. Segundo os informantes, essa escolha teria sido parte do processo de disputa por Casas Altas, garantindo espaço nos meios de comunicação.

Assim, a iniciativa da ocupação da Fazenda Modelo se constituiu como um importante espaço de organização do grupo e estreitamento dos vínculos pessoais entre os acampados e entre eles e os *apoios*. Mas os momentos mais difíceis estavam por vir.

Mutirão Eldorado: organização, conflito e violência

A decisão de ocupar Casas Altas, embora estivesse no horizonte desde o início, ainda causava apreensão pela presença do *grileiro*. Sr.Tadeu lembrou a importância do uso do filme Terra pra Rose¹²⁹, nesse sentido reforçou o uso de mecanismos sugeridos pelos *apoios*. O filme pode ter contribuído para reforçar a identidade do grupo como movimento de *luta por terra* e as práticas que envolviam essa *luta*.

“[...]Aí quando chegou em novembro, e tamo em reunião tentando negociar o processo, encaminhar o processo junto ao Incra e fazendo reunião com o pessoal, o pessoal (os apoios) pegou e falou assim, [...] e aí como é que é vamos encarar o Manél Maluco, “Tadeu- Você tá maluco! [...] Meu Deus do céu o que que eu faço, todo o mundo com medo do Manéu Maluco como é que a gente vai...” [...] o Victor[...] “– Qual é o seu problema hoje?” “Tadeu–Meu problema é que o pessoal tá com medo, e eu também, mas se o pessoal me der coragem, eu também tenho.” Eu não tô lembrando quem que deu a idéia, mas foi uma fita de vídeo... [...] Deram a idéia assim “porque você não bota o filme pro pessoal?” Eu falei “–Olha eu tenho um acesso lá, que tá ajudando a gente, um local lá na Fazenda Modelo, ofereceu salão lá, tem televisão, tem vídeo, eles arrumaram essa fita. [...] somos 45, então vai 23 e vai ficar 22 no acampamento [...] na parte da tarde vai o restante do pessoal.” [...] Quando o pessoal chegou, a gente não precisou nem ir “–Vamos juntar as coisa e vamos ocupar a fazenda Casas Altas!” (risos) [...] fiz uma assembléia, teve até festa, todo o mundo animado, todo o mundo com força. [...]” (E62 – Sr.Tadeu:7-9)

¹²⁹ Filme de Tetê de Moraes.

Essa terceira ocupação contou com a articulação de um apoio ainda mais amplo, inclusive do Sindicato dos Metalúrgicos do RJ. O relato dessa terceira ocupação reforçou o domínio, por parte do grupo e principalmente do Sr.Tadeu, dos procedimentos legais que legitimavam o processo de ocupação e as estratégias adotadas,

“ [...] aí quando foi dia 18 de dezembro. [...] na madrugada a polícia fazia uma troca, o carro se deslocava, pá vazou todo o mundo [...] ficou cinco pessoas, ali segurando o acampamento se a gente conseguisse ficar as 24 horas, que é o tempo do prazo que a justiça dá, pra reintegração de posse, na hora assim no estalo, que o juiz pode dar, se a gente perdesse a gente voltaria pra Fazenda Modelo. Se a gente conseguisse permanecer, depois a gente voltaria e buscaria eles, e assim foi feito. Quando chegou a noite pra ocupar a Fazenda Casas Altas... Meu Deus do céu, sabe o que esse pessoal da CPT fez? Olha tinha mais apoio (risos)... do que trabalhador [...] vários deputados, e não era só do PT tinha pessoas envolvidas de outros partidos, que eu olhei aquilo lá, Seropédica virou... Não é pra chamar a atenção, olha como tá isso! (Risos) Chapa disse, chapa branca, eu falei assim “–Olha gente aqui que é a rua da delegacia, não passa na frente da rua da delegacia não.” A maior parte passou pela rua da delegacia (risos)” (E62 – Sr.Tadeu:7-9)

Diferente das duas outras ocupações, consolidou-se o apoio de outros atores sociais que assim legitimavam o grupo e o mecanismo acampamento. O novo acampamento foi montado na madrugada de 18 de dezembro 1990. A primeira noite foi um dos acontecimentos mais lembrados nos relatos. Devido à escuridão “erraram” o lado da cerca, como relatou Sr. Daniel. “De manhã a gente viu o pasto coberto de boi, parecia uma colcha. Eu vi que a gente tava do lado errado da cerca.” A presença dos bois marcou esse momento e todo o processo de ocupação de Casas Altas. O capataz da fazenda expulsou-os para o outro lado. Apesar do perigo enfrentado, esse momento foi tratado pela maioria dos informantes com um tom jocoso, como na fala de Sr.Tadeu, que ainda ressaltou a saída do próprio Sr.Daniel e parte de sua família,

“[...] Chuva que Deus dava, lama. Deus é bom porque aqui, aqui assim é a Fazenda Casas Altas. Esse pedacinho aqui, Fazenda Noruega, mas aqui atrás Casas Altas. [...] Tinha um bico aqui da Fazenda Noruega que entrava dentro da Casas Altas. [...] aí eu sabia que a gente tinha que romper duas cercas, nós entramos aqui, na primeira, na segunda nós paramos, ficamos, uma parte ocupando Casas Altas, e na outra Noruega, mas todos nós passou pra Casas Altas, aí tinha um tal de Fernandão, ferroviário, “–Não! Tem mais uma cerca aqui.” (risos) Aí a gente fez mais umas duas barracas por aqui. [...] A noite toda acordado fazendo barraca, chuva, frio, pessoas vendo monstros no alto do morro (risos) desistindo indo embora, seu Daniel foi um dos que correu. Só o seu Daniel levou mais de quinze pessoas, a família dele era grande, eu falei “–AH, meu Deus do céu, vai acabar com o assentamento.”, Aí o Victor“–Tadeu, agora é

contigo cara.” Aí eu “-Tá bom.” Daqui a pouco chega polícia, reintegração de posse, reintegração de posse da Fazenda Noruega, aí o Victor “-Não tamos ocupando a Fazenda Noruega estamos ocupando a Casas Altas.” “-Não senhor, essa aqui é divisa, Casas Altas é essa aí.” “-Então vamos todo o mundo pra lá.” (risos) Aí os caras da Noruega, os capangas, ajudou, calma, calma, aí ocupamos.” (E62 Sr.Tadeu:9)

Irmã Ivete também lembrou desse momento. Entre risos contou o “equivoco” de acampar do lado errado da cerca,

“[...] aí chegamos lá. Atravessamos a cerca. Fizemos três ocupações. (risos) Passamos uma..., Tinha uma casa lá, que é até uma casinha boa, olha aqui já dá para as crianças ficarem, as mulheres dá pra ficar. Aí já estavam arrumando por ali e eu falei, “-gente não é aqui não, vamos sair daqui porque não é aqui. Aqui está muito bom pra ser verdade.” (risos) Saímos dali fomos para a outra e ficamos. O pessoal começou a fazer barraco lá, e chegou o dono daquela área ali. Aí o dono falou assim: “-olha vocês me desculpem, mas vocês vão passar para o outro lado de lá. Por que aqui esta fazenda é minha, vocês passem para aquela de lá”. E nós, “-E aquela de lá é de quem?”, aí ele “-Eu não sei de quem, mas vocês passem para lá”. (risos) Ele sabia sim, aí a gente passou para o outro lado onde esse Manoel Maluco era o grileiro e a fazenda era de um tal de Goulart. Eles nem vinham aí viu? Tava abandonado aquilo ali, aí consegue passar para o outro lado. Aí esse mesmo que era o dono aí foi lá e disse, “-Não isso aqui é meu, se tem grileiro aí, eu na verdade eu arrendei para ele o Manoel Maluco e ele foi ocupando tudo. Isso é meu, inclusive, o Incra, o Estado, o Brasil ninguém nunca me pagou nada. Eu vou querer meus direitos agora” Aí ele entrou na justiça também.” (E78 I.Ivete: 7-8)

O relato do Sr.Tadeu, resgatando o comentário do Victor sobre a saída da família do Sr. Daniel, procurou consolidar sua liderança. Já na fala da Irmã Ivete há a ênfase na presença do *dono* e do *grileiro* e a relação conflitiva entre os dois. Mas, como veremos adiante, em alguns momentos os dois se uniram para expulsar os acampados.

Após o mal entendido montaram o acampamento novamente. (Anexo 1, Mapa 2) Muitos relatos falam dessa época como sendo a mais dura, o vento forte e as condições difíceis sob a lona são lembrados como um desafio cotidiano. Mas a presença constante do *grileiro* acompanhado de sua esposa e de pistoleiros tornava as condições climáticas adversas um problema secundário. A organização interna do grupo previa rodízio na cozinha e nas demais tarefas do acampamento e tendia a concentrar mulheres nas tarefas domésticas. Somente os homens atuavam nas vigílias.

D.Carmosina, assentada e ex-moradora de uma área próxima (Morro das Pedrinhas), recordou essa época e o início do assentamento como o período mais difícil que enfrentaram, a

ponto de retornarem para o Morro das Pedrinhas onde *cuidavam de um sítio*. Passavam o dia no acampamento, mas não montaram barraca. Esse caso é importante na observação das muitas formas de ser *acampado*,

“Os barracos eram de plástico e capim. O vento deixou a gente no tempo. Voltamos para o sítio (Morro das Pedrinhas), fiquei 4 meses. Toda quarta-feira tinha assembleia. Seu Lopes (outro assentado) ajudava e fez um cômodo. [...] passamos 5 anos sem luz. Foi uma luta horrorosa as vezes eu fico pensando será que eu passei isso tudo?”

A análise de Victor sobre os primeiros dias e a relação com o *grileiro* deixou claro como o conflito foi intenso. Na sua narrativa observa-se o uso dos *bois* como mecanismo de resistência e enfrentamento da ocupação por parte dos *grileiros*. O que reporta aos relatos recolhidos no Morro das Pedrinhas. Teríamos a continuidade do uso de práticas para disputar o domínio da terra.

“E logo no dia seguinte, no primeiro dia que a gente tava realmente dentro da fazenda, há uma tentativa de envenenamento, colocaram uma substância química tipo um agrotóxico na única fonte de água, [...] Era uma fonte, que tinha junto Emanuel. [...] No segundo dia se dá uma cena assim: Manoel Maluco a cavalo, com uma imensa manada de nelore, tentando empurrar os nelores pra cima do acampamento. Só que os bois não gostam disso, mas foi uma cena... eu cheguei no meio daquele espetáculo, uma cena horrível. Aí o Manoel Maluco tentando enganar as pessoas com um imenso papel de baixo do braço a cavalo, tentando dizer que a terra era dele. Só que ninguém se aproximava para olhar os papéis. Que ali o negócio estava bravo. Eu cheguei a conversar com ele. Ele me reconhece desde Campo Alegre (Nova Iguaçu), das brigas de Campo Alegre. Aí ele me disse que nos estaríamos prejudicando ele, disse que a terra era dele [...]” (E85 FM: 4-5)

Sr.Tadeu reforçou a avaliação do clima de tensão e ameaças com o uso dos *bois*, que só foi acalmado com a presença do Deputado Estadual (PT), o que também pode ter contribuído para a ação da força policial a favor dos acampados.

“Dois dias depois, no segundo dia, a área que a gente ocupou tinha um morro na frente, era uma baixada, aí um diquezinho que era divisa da cerca com mais água, a gente fez as barracas ali. Aqui tem uma cerca e aquele vão, aquilo ficou branco de boi e ameaçando passar por cima da gente, passava não passava, passava não passava. Aí foi quando o Deputado (PT) chegou e falou “–Olha o senhor pode até passar, mas primeiro o senhor vai ter que passar por cima de mim.” Aí a polícia chegou na hora, acalmou, os ânimos foi acalmando. [...] Aí conseguimos contornar aquilo ali e passamos um período.” (E62 – Sr.Tadeu: 9-10)

Sr.Tadeu acusou uma aliança entre o Manuel Maluco e a Fazenda Noruega, da mesma família que detinha o “domínio útil” de Casas Altas, através do uso dos bois para assustar os acampados,

“Da Noruega junto com o pessoal do Manuel Maluco que tava na Casas Altas, também pra passar por cima da gente aí não conseguiu.” (E62 – Sr.Tadeu: 9-10)

O Deputado (PT) deu forte ênfase à aproximação entre o *grileiro* e a Fazenda Noruega,

“Tanto é que gerou, porque o gado que Manoel Maluco usava era daquela criação de nelore que tinha do lado, da fazenda Noruega, [...] tinha um pouco de gado de Manoel Maluco, mas era muito pouco. [...]”(E86 – PB:13-16)

Durante um ano de ocupação, o processo de desapropriação transcorreu lentamente e o grupo ocupou o Incra mais de uma vez para reivindicar a imissão de posse e a criação definitiva do assentamento. Homens, mulheres e crianças participaram desses momentos, contaram ainda com o apoio da CPT e do Deputado (PT). Nesse período, viveram momentos de grande tensão, evitando sair do acampamento, pois a área era constantemente cercada por pistoleiros. Além disso, a polícia vigiava um dos acessos e impunha horário limite de entrada na área, como ouvi no relato de D. Carmosina,

“[...] Foi muita luta. Depois que a gente veio, não pude mais sair. A gente já morava há mais de um ano quando saiu a desapropriação. [...] e eles [polícia] tinha ordem de atirar em quem entrar depois das 10h. [...] Tinha a mulher do Manuel Maluco que não deixava entrar ou sair. Ela dizia que a gente era muito atrevido, que era ladrão de terra. Quando as meninas iam buscar água eles ficavam falando. Botaram veneno na água. Pra ir pra escola, na hora de voltar, um adulto ia esperar. A gente tinha medo que pegassem uma criança para fazer de refém pra tirar a gente daqui.”

Mas o andamento lento do processo da imissão de posse (apesar de a área já ter sido decretada como desapropriada há algum tempo) e a falta de posicionamento do poder público sobre as ameaças que vinham recebendo do *grileiro* contribuíram para a fase mais violenta do período de acampamento, como no relatado por Sr.Tadeu,

“Veio o Natal, Ano Novo e tal, e tamos de negociar, aí tinha um caboclo de um juiz aqui que não dava, o processo tava todo certinho, mas tinha um item na desapropriação que ele não dava a imissão de posse [...] e a gente tá ali, negociando, sofrendo ameaça e tal, tivemos várias reuniões com o Secretario de Segurança na época, nos dizendo “–Olha nos tamos sendo ameaçados, vai acontecer.” Ameaças de morte mesmo. Chegavam assim e falavam, “–olha se vocês não saírem à gente vai vim aqui e passar por cima de todo o mundo.” [...] Pra todo o mundo, geral, os mais visados era eu e descobriram achavam que o Victor na época era o cabeça e o

Deputado (PT), [...] Ai ameaçando mesmo e a gente falando da ameaça, da ameaça, aí quando foi em julho...” (E62 – Sr.Tadeu: 9-10)

Os acampados responderam com a tentativa de demarcação técnica dos perímetros da área, contratando um topógrafo. Como conta Sr.Tadeu, que lembrou o deslocamento dos apoios para uma mobilização que estava ocorrendo em frente ao Incra no Rio de Janeiro¹³⁰, o que pode ter facilitado a ação do grileiro,

“[...] aí quando foi 22 de julho de 92, não teve jeito, ‘-se o Incra não quer fazer nada vamos fazer nós vamos demarcar essa Fazenda, fazer a topografia.’ [...] – ‘A gente vai fazer o seguinte, vamos contratar um topógrafo.’ [...] Aí quando o Victor chegou eu disse – Olha Victor, nós decidimos uma coisa na assembléia. [...] Resolvemos fazer uma topografia da Fazenda aí.” Victor “–Ah vocês são doidos, vocês são malucos.” (risos) [...] Mas tava acontecendo um movimento no Rio [...] tinha uma ocupação aqui que tava no Largo de São Francisco (EL - Foi que ano isso?) em 92, então o pessoal entre a gente e o pessoal, o pessoal tava com mais necessidade de força de apoio então, ‘-Victor isso aqui tá tranqüilo não vai dar em nada não, a gente vai fazer uma topografia aí...’ Rapaz... (risos)”(E62 – Sr.Tadeu : 10)

Victor interpretou a atitude como provocação e aumento do tensionamento,

“E essa situação ocorre muitos meses depois [...] o pessoal contrata um topógrafo, imagina o que que passa na cabeça desse pessoal, eles contrataram um topógrafo ali de Itaguaí, estavam medindo as terras. (risos) Quer dizer uma provocação imensa com o grileiro (risos).” (E85 – FM: 5)

Quando a desapropriação estava prestes a ser regulamentada, ocorreu um dos episódios mais lembrados: o ataque dos pistoleiros de Manuel Maluco. Os relatos reforçaram os momentos de maior tensão, tratados como lembranças tristes, mas também de enfrentamento, e até mesmo como engraçados. O que chamou a atenção e foi ressaltado pelos que participaram foi a presença de muitas *crianças* e *jovens* que ficaram na linha de fogo, sendo agredidos e presenciando seus pais, parentes e amigos levarem tiros. As cenas que se seguiram foram difíceis de serem reproduzidas de forma a dar conta do grau de tensão e emoção envolvidas.

O ataque foi rápido e em plena luz do dia. Oito homens a cavalo chegaram atirando e perguntando pelo Victor, pelo Sr.Tadeu e pelas demais lideranças, dentre elas D.Emiliana – a

¹³⁰ Eu acompanhei esse movimento, em mais uma das “coincidências” desse encontro com Eldorado. À época como diretora do CA de Ciências Sociais (CACS/IFCS/UFRJ) contribuimos para cuidar das crianças, e conseguir apoio da direção IFCS para que tivessem como o acesso à água, já que a situação do acampamento era muito precária. Este foi o meu primeiro contato com uma mobilização envolvendo a reforma agrária.

única mulher reconhecida como liderança por todos os informantes. Os pistoleiros atiraram na direção do acampamento. Sr.Tadeu e D.Emiliana se jogaram em uma vala, fingindo-se de mortos. As crianças correram, em meio ao fogo cruzado, em direção à cerca que fazia divisa com a Fazenda Noruega. Os atiradores atearam fogo às barracas de plástico e Denise (neta de Sr. Daniel) relatou, muito emocionada, como ficara paralisada, sem conseguir sair da barraca em chamas. Ela foi retirada pela sua mãe e em seguida assistiu seu pai ser baleado ao socorrer outro ferido, Victor.

Minutos antes, William, filho do Manuel Maluco avisou das intenções do pai, como lembrou o Sr.Tadeu. Nessa reprodução do seu diálogo com o filho do *grileiro*, Sr.Tadeu surge a disposição para a negociação e a busca de alianças mesmo com quem aparentemente estaria em uma posição contrária à ocupação.

“Nós fizemos a topografia na frente na Fazenda e tal quando nós chegamos na parte do seu Manuel Maluco aí a cobra fumou. Pô 45 homens na topografia e 4 só no acampamento, mulheres e crianças, por um azar o Victor me chega, e o pessoal tá metendo o pau. “-Vocês tão fazendo mesmo?” Eu, “-Tamo.” [...] Daqui a pouco vem o William, filho do seu Manuel Maluco, e disse “- Olha Victor daí?” Eu disse, “-Tá.” “- Corre você e ele, porque meu pai tá vindo pra matar vocês dois.” Filho do Manuel Maluco. Ele era assim meio que chegado à gente, ele ia lá no acampamento, o William disse “-Olha pessoal não tenho nada com isso, meu pai não me dá nada, eu só trabalho. Eu queria que você na hora da demarcação deixasse um pedacinho pra mim.” Eu falei “-Olha normalmente isso acontece, as pessoas que tão na Fazenda, os meeiros, arrendatários, normalmente eles levam a parcela deles, não leva maior, nem menor, leva direitos iguais.” “-Ah, que bom, então eu quero meu pedacinho.” [...] Ele era garotão na época tinha uns vinte e pouco anos.” (E62 – Sr.Tadeu: 10-12)

Os detalhes da sua narrativa sobre o ataque são impressionantes, e ressaltam a presença do Jorge Garcia na ação.

“Quando eu olhei não deu tempo nem de falar com o Victor. Não deu tempo de a gente fazer assim nada pra se defender. A única coisa que tinha o Victor mesmo era conversar (risos). Aí, aqui as barracas, ali a linha de cavalo, os caras montados e nós aqui, o Manuel Maluco parou, “-Seu Victor, seu Tadeu, vem cá.” “Sr.Tadeu–Aqui não tem nenhum Tadeu não.” Aí eu consegui botar a mão por trás do Victor assim pra puxar ele pra trás, no que eu puxei, o Manuel Maluco levou a mão pra trás e atirou, aí caiu nós dois, o primeiro tiro pegou no joelho do Victor. Aí o Jorge Garcia: “-Pega o Tadeu que é aquele que tá do lado do Victor.” Aí a cobra fumou mesmo, eu fui prum lado, Victor saiu se arrastando pro outro, ele conseguiu chegar no carro, entrou junto com um companheiro nosso o Davi¹³¹. Rapaz eu vou te falar a verdade, alguma coisa aconteceu ali porque você vê um carro assim mexendo com tanta pressão de bala,

¹³¹ Filho do Sr.Daniel e pai da Denise.

porque eu vi o carro, tava deitado numa vala pra me defender, eu olhava pro carro e via o carro mexer, tremer [...], uns quatro caras atirando, Manuel Maluco e mais uns três atirando, aí depois eu parei de olhar aquilo e voltei pra mim “-Pega o Tadeu, pega o Tadeu.” Olha, tinha uma cerca, que dividia a Noruega, [...], eu não sei se eu passei por cima por baixo pelo o meio (risos) eu não sei, eu sei que eu cheguei. E o cara [pistoleiro] toda a vez que ia lá se amostrando pegava o cavalo e pulava a cerca pra lá e pulava de volta e nesse dia ele esfolou o cavalo de descer sangue e o cavalo não pulou, só conseguiu atirar em mim, mas eu correndo consegui sair fora. Quando eu vou cortando por trás assim, porque tem essa parte que era da Noruega, contornei e sai dentro da Casas Altas novamente, vinha um carro [...] quando olhei o Victor segurando o volante isso aqui tudo ensangüentado [...], aí eu entrei no carro e fomos pra Itaguaí. [...] eu sei que nós entramos na contra mão e paramos em frente à delegacia, dali eu fui e corri pra Diocese e pedi socorro pra avisar o pessoal e o Victor ficou no hospital.” (E62 – Sr.Tadeu: 10-12)

O drama de verem seus filhos ameaçados foi relatado por D.Emiliana, que contou que os pistoleiros chegaram a ameaçar as crianças se as lideranças não aparecessem, provocando um momento de discussão entre os próprios pistoleiros, que culminou com a decisão de não matarem nenhuma criança, pois essa teria sido a ordem do próprio Manuel Maluco. D.Emiliana lembrou os momentos mais dramáticos e a presença das *famílias todas*. Os filhos apareceram no relato correndo risco por serem *filhos da direção*. Com isso percebe-se mais uma vez o peso das relações familiares e a localização dos atores também através da família,

“Muito sofrimento esse ataque do Manoel Maluco atirando na gente. Chamou a gente três horas da tarde e queimou tiro em cima da gente.Tava as famílias toda. Então, nesse dia foi uma tristeza. Além de nós termos sofrido todo o sofrimento já, teve isso que foi oito capanga armado até os dentes e eles dois que é o Jorge Garcia e o Manoel Maluco. Os dois dando ordem, mandou os homens, os caras fazer com a gente judiaria. Nós demos muita sorte que os cavalos empinaram na hora dos tiros. Eles atiravam na gente e os cavalos empinaram com o barulho, quando soltava o tiro o cavalo ficava empinado, então, o tiro passava por cima e nós fingimos que tava morto eu e o Tadeu e a outra diretora que tava dentro da vala [...]. Mas as crianças ficaram na frente dos tiros. E eles queriam nós que era da diretoria. Então, eles queriam acabar com a gente pra acabar com o resto. Sabendo que se acabasse com a direção os outros pessoal ia embora. [...] Minha garota tava junto. Inclusive ela tava na varanda, na barraca, uma distância de 10 metros e vendo eu na frente dos tiros sem poder me socorrer. Ela gritava “-Mãe corre mãe, corre mãe”. Mas eu não podia correr, eu tinha que cair na vala. E eu falava “-fica aí, fica aí, fica aí.” porque sendo minha filha morre também. E o Tadeu, vendo o garotinho dele, desse tamanhinho assim, um ano e três mês, correndo na frete dos tiros e aí o capanga do Manel arrumou um capanga pro garotinho pra acabar com ele. Aí, o Tadeu virou pra mim, chorou e falou “- Eles vão matar o meu filho” e eu ‘- Não vai Tadeu. Firma a fé em Deus Tadeu, não vai.’ ‘-Eles vão matar, vou sair daqui, vou lá buscar o meu filho. ‘- Eles vão é acabar contigo’, aí segurei puxei a camisa dele. Ele levantou e eu puxei a

camisa dele e joguei dentro da vala. Aí, o Manel gritou ‘-Não. Criança não. Só o Tadeu e a diretoria, a diretoria toda. [...] Aí, começaram a botar fogos na barraca. As donas tinham bujãozinho de gás pra esquentar as mamadeiras [...] e aí os bujãozinho começou a explodir. E o barulho igual bomba e eles ouviram os barulhos e falaram “Ih!”; e o Manel deu ordem pra eles ‘-Vamos se retirar porque eles tem arma pesada.’ (risos) Aí, correu foi embora. [...]” (E20- D.Emiliana: 2-3)

Esse foi o momento que mais marcou a todos que o presenciaram e os que “ouviram falar”¹³². Mais uma vez parece ter coincido interesses do foreiro e do grileiro, apesar da disputa judicial entre os dois. Sr.Tadeu contou como o ataque provocou um esvaziamento do acampamento em um momento decisivo na disputa da fazenda.

“E tinha mais um problema nessa semana que a gente tava com um pedido de reintegração de posse do dono da Fazenda, um tal de Fernando Goulart, tava pedindo reintegração de posse e o juiz tinha marcado audiência pra aquela semana [...] Tava na muvuca mesmo, [...] de todo o mundo correr com medo aí debandou... teve nego que falou, vou voltar aqui e vou matar todo o mundo. Esse pessoal que ficou, continuou atirando e tacando fogo nas barracas, eu não vi porque eu sai.” (E62 – Sr.Tadeu: 10-12)

Apesar do sofrimento, os entrevistados lembraram que o episódio trouxe forte visibilidade para o movimento. Mesmo assim Manuel Maluco não foi condenado (Anexo 2, n.2)¹³³. Jorge Garcia foi preso, já Manuel Maluco sofreu processo mas foi absolvido por “falta de provas”. O relato do Deputado (PT) ressaltou a posição assumida pelo poder público local nos momentos de conflito entre *donos* das terras e *grileiros*, e os acampados.

“No início, sobretudo quando se entrou na Noruega, quem veio numa atitude bem repressiva e não foi mais contundente assim na violência por conta da minha presença lá, foi o pessoal da delegacia da polícia civil de Seropédica. Vieram como policiais,

¹³² Sr. Daniel, que partiu com parte de sua família, logo no início do acampamento (retornando após o conflito), lembrou como se tivesse presenciado, “Apareceu o Manuel Maluco e o Jorge Garcia que eram arrendatários na área, os maiores, e disseram que a terra era deles. Mas o dono tinha procurado o Incra antes mesmo da ocupação e tinha negociado a terra, o Incra já tava de posse da terra. Os dois puseram fogo nas barracas, atiraram no meu genro na coxa (Davi), queriam só os homens e mesmo assim acertaram uma menina na perna, não lembro o nome. A polícia chegou com helicópteros e eles fugiram. [...] O Garcia e o Maluco foram presos, nós fomos a uma audiência sobre a briga.” (CC – MIGUEL – 22 E 23). No ataque Victor, Davi (acampado, o marido da Délia, genro do seu Daniel) e Raquel filha da acampada D.Maria (já tinham saído do assentamento à época da pesquisa), foram feridos.

¹³³ D.Emiliana era a que atendia a imprensa, “Daí, a pouco começou a chegar reportagem, até de São Paulo chegou, dos Estados Unidos chegou. Chegou muita raça de reporte. Eu fiquei uma semana... dando entrevista. [...] Só falando, meu Deus do céu. [...] Sei que foi uma luta muito grande.” (E20 – MORENA: 5/6)

dizendo que estava errado que tinha que sair, no primeiro momento da ocupação, no dia que estava do lado da cerca errada. Os caras vieram num número mesmo de bater de frente. Tanto é que nós tivemos, com toda a chuva, montar as barracas do outro lado da cerca, para não ter nenhum conflito maior com eles. Mas na verdade era o gado da Noruega que não deixava a plantação crescer. [...] Itaguaí tem uma estrutura de violência articulada que eu nunca vi em outros municípios aqui no estado do Rio de Janeiro. Tanto é que o Manoel Maluco ganhou um título de cidadão na câmara de vereadores de Itaguaí. Depois do julgamento, do processo, deram o título pra ele de cidadão Itaguaense pô! (risos) Um absurdo [...]. Uma vez eu estava no centro de Seropédica, não sei se eu estava entrando ou saindo lá do acampamento. Parei num bar, tomando água [...] engraçado que ali, logo assim tem uma delegacia da polícia civil, [...]. Eu não sei o que aconteceu, o sujeito olhou pra mim, e falou não sei o que, que eu não entendi. Levantou a camisa, um trabuço assim na cintura e falou: “-cuidado heim!”, e saiu. Eu fiquei meio sem entender a coisa assim, também eu sou muito ingênuo nessas coisas. O motorista que estava comigo, o cara cresceu maior olhão (risos), “-Deputado (PT)! O bicho ta pegando cara, vamos embora” (risos) Falei: “-Embora o que porra! Olha a delegacia ali cara.” E ele “-Ele veio de lá.” (risos) Ele tinha visto, “- E ele veio de lá cara”. Ali é uma doideira sabia?” (E86 – Deputado (PT):13-16)

No relato de Sr. Tadeu percebe-se como nem após o ataque veio a solução definitiva, e houve a necessidade de se mobilizarem ainda mais¹³⁴. A imissão de posse só seria assinada em fevereiro de 1993 e em um ato simbólico, a porteira foi aberta pelo técnico responsável do Incra, pelo Projeto PA Casas Altas¹³⁵.

Para a Irmã Ivete, o *dono* se articulou a favor da desapropriação,

“Ele ganhou nas nossas custas, porque ele ia ficar sem nada. A gente passava e ele dizia: “-Vou lutar também.” (E78-I.Ivete:8)

¹³⁴ “Sr. Tadeu - [...] tivemos o julgamento de reintegração de posse feito pelo dono da Fazenda, mas o juiz não sei porque cargas d’água, deu ao nosso favor não deu favorável ao dono. E – Ele sabia do atentado? Sr. Tadeu – Sabia, por isso que ele deve ter... Isso contribuiu pra que a gente continuasse na fazenda acampado, aí quando foi em fevereiro de 1993, conseguimos imissão de posse, por parte do Incra, aí foi que eu fiz o assentamento Casas Altas. [...]. E – Mas entre esse atentado e a imissão de posse como é que foi o comportamento do Incra? Sr. Tadeu – Neutro. Não posso fazer nada, o Incra só pode entrar na área após imissão de posse, quer dizer, ele tinha essa defesa, é com o Sr. Juiz Wanderlei da vara Federal do Rio [...]. Então já empurrava com a barriga com essa defesa, não faziam nada por nós. E – Vocês chegaram a fazer alguma pressão dentro do Incra? Sr. Tadeu – Pressão, ocupamos, invadimos, no decorrer desse período de 92 nós tivemos duas ocupações no Incra, foi ate registrada e tal. Logo depois do atentado nós fizemos uma ocupação mais forte, tivemos ajuda dos outros assentamentos [...]” (E62 – Tadeu: 12)

¹³⁵ A porteira estava trancada com um cadeado e o técnico responsável pelo processo de desapropriação arrebentou-o com um alicate. Esse técnico era o superintendente do Incra em 2002, e quando entrevistado mostrou que até hoje guarda a corrente e o cadeado. O processo de formação do Eldorado foi descrito por muitos informantes, tanto do Incra, quanto de mediadores que apoiaram o movimento de ocupação, como um caso que marcou a luta pela terra no Rio de Janeiro, tanto pela violência quanto pelo grau de mobilização e repercussão.

Mas apesar da abertura simbólica da porteira, o *grileiro* resistiu e continuou a usar os *bois* como mecanismo de enfrentamento, impedindo que ocupassem de fato o recém-criado assentamento. Mesmo após a imissão de posse, o Incra não forçou a retirada dos bois que o *grileiro* mantinha na fazenda. O grupo decidiu *tocar os bois* do Manuel Maluco para fora do assentamento. Sr.Tadeu lembrou da ação em detalhes, como em acordo com a UFRuralRJ os bois foram levados para lá. Esse momento é lembrado por informantes da universidade como um estreitamento da relação entre a *Rural* e o *Mutirão*. Podemos ler esse momento como demonstração da mudança da correlação de forças na área a partir do assentamento.

“[...] ainda tinha a questão dos bois, plantava, os bois comia, plantava os bois comia. Aí o Incra, “-ah a gente vai tirar, a gente vai tirar.” Não tiraram, “-olha só temos uma solução é nós mesmos tirar esses bois daqui.” “-Mas vai botar esse bois aonde?” Aí conversa vai, conversa vem “-Olha aonde está fazendo a apreensão de animais agora é a Universidade Rural.” [...] Aí marcamos dia e hora, tem até uma fita, uma filme. [...] e tal e conseguimos levar os bois até a Universidade Rural, lá nos fundos.

E – (risos) E alguém da Universidade sabia?

Sr.Tadeu – Não, se soubesse não ia deixar, aí chegamos e fomos lá pro Reitor “-O seu Reitor, sinto muito mas tem uns boizinhos lá nos fundos lá.” (risos) Reitor“-Aí, sai fora todo mundo. Deixa lá, deixa comigo”, acabou nosso problema e conseguimos produzir no assentamento. [...] Foi em 93 que nós retiramos os bois. A desapropriação saiu em janeiro de 93, nós entramos na área em fevereiro de 93, o Incra logo emitiu a gente na posse. Aí os bois ficaram lá até o meado de abril, nós levamos um tempo com os bois lá.” (E62 – Sr.Tadeu:16-17)

Victor comentou o acontecimento, para diferenciar a então reitoria da *Rural* e seu posicionamento político no conflito. A aceitação da *apreensão dos bois*, o que era uma tarefa da universidade na região, foi qualificado como um divisor de águas na relação com o assentamento¹³⁶,

“[...] Há uma ocupação parcial dos lotes, [...] por que tava cheio de gado, e tem uma segunda relação de um certo risco, mas muito interessante. E é aí que entra a Rural na história. A gente pegou os cavalos, só que os cavalos quase não agüentaram, e resolve retirar o gado. Era muito gado, muito arisco, não queriam sair de jeito nenhum, foram horas e horas. (risos) Quando a gente ia saindo estrada a fora encontramos o carro da polícia e os bichos são levados pra Rural. Pra um terreno da Rural. [...] (risos) Os guardas da Rural reclamaram. (risos) No dia seguinte fomos conversar com o reitor. Ele foi inteiramente solidário. Esse cara que era do PPS, como é que era um reitor do PPS ? Acho que é o Manlio, era do partido comunista. Por que aquilo ali foi uma raridade também... É, o vice-reitor [...] ainda obrigou o

¹³⁶ O episódio foi filmado pelo gabinete do Deputado (PT).

Manoel Maluco a pagar uma multa. [...] agora essa questão da retirada dos bois, esse episódio junto com os outros nos leva a concluir, que o processo de conquista da terra ali em Casas Altas, foi um processo de enfrentamento... Enfrentamento direto. Foram situações que tentou acumular forças, pra esse enfrentamento. Por que nós tínhamos a expectativa de que o Incra agisse. Não agiu.” (E85-FM: 7-9)

Sua fala também reforça a situação de enfrentamento, mas podemos analisar os momentos de disputa e a ação dos diferentes atores envolvidos. Nessa terceira e última ocupação, acatar rapidamente a ordem da saída da fazenda Noruega, equivocadamente ocupada, pode ter representado a busca de quebrar a ordem vigente e aproximar *donos* e *acampados*, localizando como inimigo comum: o *grileiro*. No entanto, a realidade violenta vivida no acampamento demonstrou ser difícil a ruptura desses laços (como no caso do uso do gado da Fazenda Noruega pelo *grileiro*, contra os *acampados*). Nesse caso, ao que parece, prevaleceram os papéis que configuravam o conflito, sem espaço para negociações. Isto é, *dono* e *grileiro* em conflito direto e ambos se opondo à presença dos *acampados*. Assim, apesar das críticas ao *grileiro* por parte de diversas autoridades, este pode agir livremente e com conivência uma certa conivência dos poderes constituídos – ativamente, em alguns momentos, no caso das polícias militar e civil de Seropédica ou pela não atuação no caso das demais autoridades – e dos que se colocavam na posição de *donos* das terras.

A repercussão da *luta* desse movimento ganhou espaço internacional com a ECO92, e se tornou um dos símbolos da *luta pela terra* no estado. Aos poucos, alguns mediadores foram se distanciando como o Deputado (PT); já outros continuaram ajudando a consolidar o assentamento, como Irmã Ivete e Victor.

O processo de acesso a terra, que culminou com a formação do Eldorado, foi marcado pelos grupos e indivíduos que nele atuaram. Observar os mesmos indivíduos nas três ocupações permitiu perceber as relações subjacentes nessa situação histórica. As diferentes posições sociais foram negociadas e reforçadas de acordo com a configuração de cada momento. Embora tenhamos centrado a análise no Sr. Tadeu, outros integrantes do grupo também foram construídos como *lideranças* nesse processo. O destaque para Sr. Tadeu deve-se ao fato de ser considerado por todos os informantes a principal *liderança* do *Mutirão*. Mas, também, como veremos ao longo da tese e principalmente na III Parte, Sr. Tadeu era o principal “interlocutor” daqueles identificados como *jovens*.

A análise da ocupação como evento foi reveladora. Observou-se na primeira e na segunda ocupação, como um dos recursos para mediar situações limites (prisão, expulsão) foi buscar valorizar outros papéis sociais dos atores envolvidos (ocupantes, mediadores e policiais). Não valorizar a autoridade constituída, no caso, a Polícia Militar, e sim outros símbolos que pessoalizavam a relação – o sentimento de família, no caso de Jacareí e a religiosidade no caso da Fazenda Modelo – pode significar a tentativa de dialogar com cada homem que compunha a força policial. Isto é, acionar diferentes registros apareceu como recurso para enfrentar situações limites. Já na terceira ocupação, buscou-se acionar os recursos jurídicos e legitimar o grupo dos acampados dentro dos parâmetros previstos pelo Plano Nacional de Reforma Agrária. Por exemplo, na prática dos *apoios* no sentido de articular o grupo com as autoridades competentes.

A constituição do grupo foi marcada pelo evento ocupação, como um elemento novo na disputa por terra na área, e pelas dinâmicas locais¹³⁷. Entretanto, um terceiro elemento é central para a análise e esteve presente em todas as narrativas: as relações familiares. Observa-se, como em Comerford (2003), a forte presença do vocabulário das relações familiares. Os relatos eram construídos a partir dos laços e referências às famílias. Localizava-se “de quem se estava falando” a partir das famílias. A construção do grupo se deu também, a partir desses laços. Como na fala do Sr. Tadeu sobre a saída do Sr. Daniel e sua família, ainda no início do acampamento: *carregou 15, a família dele era grande, eu falei “–Ah, meu Deus do céu, vai acabar com o assentamento.* O próprio Sr. Tadeu chegou ao *movimento* através do cunhado, esse também foi o percurso da D. Emiliana. O drama vivido no ataque do *grileiro* foi relatado com ênfase nos riscos que os *filhos* viveram. Podemos afirmar que se essas ocupações acionaram novos mecanismos na disputa por terra na área, as relações familiares como norteadores da formação do grupo representam um elemento de continuidade dos processos de acesso à terra na região. Mas outros relatos contribuíram para complexificar a história da formação do Eldorado.

¹³⁷ Já existia outro assentamento, Sol da Manhã, fruto de um acampamento na Fazenda Moura Costa. Ainda assim, naquela área específica essa foi a primeira ocupação de que se tem conhecimento e as reações dos *donos* e do *grileiro* foram bem mais violentas do que nessa outra ocupação.

Assentamento Eldorado: tensões, disputas e construção

Meeiros e acampados

Alguns dos antigos *meeiros*, oriundos do Morro das Pedrinhas, Santa Rosa e Chaperó, que trabalharam para os arrendatários de parte da propriedade, viveram o processo de ocupação de forma diferente. A principal “queixa” era quanto à dificuldade de se aproximarem dos demais acampados. Desde a época da ocupação consolidou-se uma divisão interna entre os do “lado de cá” e os do “lado de lá”, que, ainda à época da pesquisa, marcava as relações internas. Como na fala de Sr. Joaquim, um dos *meeiros* mais atuantes, sobre as diversas iniciativas que acontece no assentamento: *É um muro. Tudo que acontece é do lado de lá. Do lado de cá... nada.* A atuação dos *meeiros* durante a ocupação foi tensa. Alguns deles participavam das reuniões que aconteciam todos os dias, à noite, mas se sentiam discriminados e achavam que não conseguiriam ser assentados. Os dois grupos – sendo a principal liderança mais reconhecida socialmente pelos diversos atores envolvidos do grupo dos *acampados* – disputavam o controle dos aparatos legais e procedimentos do novo quadro de disputa por terra. Ou seja, o grupo dos *meeiros* considera que o fato de trabalharem na área e o próprio arrendamento seriam mecanismos para o acesso a terra desapropriada. O grupo dos acampados, por sua vez, acionou mecanismos de ocupação, marcados pela permanência física no local, no caso, em forma de acampamento, amplamente utilizado pelos movimentos sociais para disputar terra devoluta. A própria criação das associações pode ser lido como a busca de um interlocutor reconhecido pelo Inca. Por isso se organizaram separadamente e passaram a ir ao Inca, como dois grupos, junto com a associação dos acampados.

Assim, dois elementos eram acionados, nessa disputa nos espaços institucionais, como no Inca. Os acampados disputavam a legitimidade de negociadores do processo através de mobilizações no Inca e em outros espaços de visibilidade e pressão, e das sucessivas ocupações. Já os *meeiros* procuravam se legitimar por já estarem na área, o que segundo o superintendente do Inca entrevistado, lhes garantia a prioridade de acesso aos lotes¹³⁸. Para tal, foram acionados diferentes apoios. Os acampados estavam articulados com a CPT, o MST, parlamentares (especialmente o Dep. Estadual do PT) e a Universidade Rural. Os *meeiros*, por sua vez, contavam com o apoio do STR de Itaguaí e com o fato de serem

¹³⁸ Segundo o superintendente do Inca (op.cit.), os *meeiros* teriam prioridade no assentamento por já estarem morando e produzindo no local. Embora, os próprios declarassem morar em Chaperó e não na fazenda.

conhecidos na área, o que garantiu o rápido reconhecimento da condição de trabalhadores que atuavam na Fazenda Casas Altas, definindo sua situação na relação com o Incra. A reclamação dos *meeiros* conflitava com o discurso do Sr.Tadeu, que afirmou que os acampados não tinham problemas com os *meeiros*. Em sua fala, Sr.Tadeu classificou os *meeiros* e os *arrendatários* como estando na mesma condição de trabalhador,

“[...] então quer dizer, quando nós ocupamos, nossa questão era seguinte, não se envolver com ninguém, principalmente com trabalhador. O cara planta então ele é trabalhador, se ele é arrendatário, se ele é meeiro, ele é trabalhador. Um trabalhador rural, vive da terra, então nós não vamos brigar com ele [...].”(E62 – Sr.Tadeu: 14-15)

A percepção dos *apoios* dos acampados era da manipulação dos *meeiros* pelo Jorge Garcia. Victor enfatizou essa relação de controle do Jorge Garcia sobre os *meeiros*,

“Nós fizemos um esforço muito grande, no sentido de aliar os meeiros, houve uma campanha, conversas... Eles eram comandados por esse Jorge, e o lado de cá tinha a tentativa de convencimento, argumentação. Do outro lado era na base da porrada mesmo, o cara ameaçava eles... [...] Muito poucos meeiros nós conseguimos efetivamente trazer para o nosso lado.” (E85 – FM:9)¹³⁹

Em sua entrevista Sr.Sergio (ex-meeiro, ex-assentado e ex-presidente da APPROMFIT) reforçou o papel que os *meeiros* e *arrendatários* tiveram na desapropriação,

*“E - Como é que era a relação com o pessoal da ocupação?
Sr.Sergio - A princípio foi difícil até por essa questão de eles achar que nós de certa forma estávamos impedindo a desapropriação. Pelo contrário, nós queríamos também, o Mauro ficou segurando aquele arrendamento ali por muito tempo, já tendo em vista de ter certo conhecimento que aquela fazenda estava em vias de desapropriação. Então ele foi prorrogando o arrendamento e já falando com a gente: -“vamos ficando aí que mais cedo ou mais tarde vai desapropriar isso.” Eu acredito que se não tivéssemos nós meeiros lá dentro seria difícil de ter desapropriado, estaria cheio de boi, do Jorge Garcia como do outro Manoel Maluco que tava lá na época e eu tenho certeza que eles teriam invadido num dia e no outro eles teriam feito uma*

¹³⁹ O Deputado (PT) concordava com essa percepção, mas ressaltou a posterior aproximação dos dois grupos. “E - Como era a relação com os meeiros? Deputado (PT) - Não era boa, porque na verdade esse Jorge articulava os meeiros que se sentiam prejudicados. Porque tinham aquela expectativa de num processo de reforma agrária serem beneficiados com aquela área. Então se criou um distanciamento. [...] articulou os meeiros contra o assentamento. Agora depois desse processo de prisão, de conquista efetiva da terra, do processo de assentamento, eles conseguiram envolver os meeiros. Aí começaram a ganhar um ou outro, o pessoal começou a se aproximar. [...] aí na entrega daqueles títulos provisórios muitos meeiros já estavam lá no processo, com eles recebendo.” (E86 – Deputado (PT):14) Esse momento foi registrado em vídeo pelo Gabinete do Deputado Estadual (PT), mas foi pouco lembrado nas entrevistas.

chacina terrível. O que fortaleceu aquela desapropriação ali foi justamente já ter lá dentro trinta e poucas famílias de meeiros trabalhando.” (E65 – Sr.Sergio:18)

Nessa fala Sr.Sergio identificou os *meeiros* e um dos *arrendatários* como atuantes no processo de disputa pela terra. Para tal, acionou elementos do procedimento de desapropriação e buscou a legitimidade do grupo também através de um tipo de ocupação, *segurando a área* com a relação de meação. O *arrendatário* foi apresentado como parte atuante nesse processo. Mas o próprio fato de os acampados considerarem os *meeiros* distantes e de buscarem legitimar o grupo através do acampamento, segundo Sr.Sergio, contribuía para a cisão. Sr. Samuel, presidente do STR-Itaguaí¹⁴⁰ atribuiu a *negociação* da área ao STR. Sr.Samuel identificou os acampados como *sem terra* e os *meeiros* como sindicalizados. Mas sua fala revelou a disputa pela direção da *luta para conquistar Casas Altas*, que ele também resgata como processo contínuo desde Jacareí.

“Sr.Samuel - Aí participamos [da tentativa de ocupação em Jacareí]. Depois foi pra Fazenda Modelo e já entrou uns líderes lá que era mais individualista. Do grupo daqui, que foi pra lá pra fazer uma comoção justamente por causa das Casas Altas. Aí ficou lá. O sindicato angariava ajuda, os empresários e os políticos daqui mandavam alimentos pra eles. [...] eu apoiei pela SEAF [Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado do Rio de Janeiro]. Aí depois lá eles combinaram lá e deixou o sindicato de lado e invadiu [Casas Altas]. Os que ficaram sabendo depois foi pra lá. Aí começou aquela questão de perseguir, não aceitar eles [meeiros] [...].

E - Os meeiros eram sindicalizados?

Sr.Samuel - A maioria passou a ser sindicalizado e a maioria dos que foram pra lá também eram sindicalizados. Por isso que a gente dava apoio, pra ter uma maneira de trabalhar conjuntamente. Então o sindicato fazia reuniões junto com os sem terras, os sem terras participavam dos trabalhos do sindicato, qualquer trabalho era em conjunto, fizemos muitos trabalhos. Só que sempre tem alguém mais exaltado que quer ser o pai da criança, nós sempre teve influencia. Aí no final que aconteceu, acabou tendo que o sindicato intervir pra eles não excluir os meeiros e inclusive teve até que fazer outra associação que não era necessário. [...].” (E65 – Sr.Samuel:13-16)

Sr.Samuel detalhou o surgimento do APPROMFIT ressaltando que o processo de desapropriação de Casas Altas já estava em andamento quando da chegada dos acampados. A sua fala valoriza a legitimidade do grupo, sob sua condução, como negociador do processo,

“E - Como é que nasce a associação? Ela nasce quando?”

¹⁴⁰ Sr.Samuel participou da direção do sindicato dos Panificadores do Rio de Janeiro, e da fundação do STR de Itaguaí de onde era presidente desde então.

Sr.Samuel - Justamente eles não quiseram acatar por exemplo a questão da política dos meeiros. Quando eles invadiram já era desapropriada. Já tinha sido negociada. Já tinha decreto de lei e inclusive já pago a dívida ativa que eles falam, nós tava aguardando que o Incra ia cumprir aquele critério do Estatuto da Terra de preparar a terra com infra-estrutura, saneamento básico pra que assim que os sem terras chegassem lá os trabalhadores não encontrassem dificuldades.[...] (E65 – Sr.Samuel:13-16)

Sr.Sergio lembrou ainda do processo de aproximação e tentativa de negociar, já que o grupo dos acampados era grande e poderia precisar de toda a área para assentar as famílias. Nessa fala Sr.Sergio parece reconhecer que os acampados tinham um maior controle dos procedimentos junto ao Incra e com isso do processo de formação do assentamento e definição das famílias a serem assentadas. A disputa foi pautada, segundo Sr.Sergio, pela negociação, onde não abririam mão da parte arrendada pelo Sr.Mauro, onde estava a maioria dos *meeiros*. Já a parte do Jorge Garcia e do Manuel Maluco, caracterizada por ter *boi*, poderia ser destinada aos acampados,

“Sr.Sergio – [...] no começo a dificuldade foi essa, que eles não aceitavam a gente, e como o grupo que veio era muito, era um grupo bem grande havia a necessidade de tirar a gente para que comportasse o grupo todo. Nós tivemos que chegar num acordo. Bom, o grupo que já está aqui dentro hoje trabalhando como meeiro, esse grupo não vai sair. Aquela parte que o Mauro tinha arrendado, nessa parte aqui vocês não entram. Se desapropriarem vocês vão ficar com a outra parte que era a parte do Jorge Garcia e do Manoel Maluco tinha boi, que era bem maior que a nossa parte. [...] Ai ficou naquele impasse. Mas a gente sempre procurou uma forma de negociar e eu sempre ia lá na reunião embora não muito bem recebido.

E - Você participava das reuniões deles?

Sr.Sergio - É eu tinha que ir até para ter conhecimento de como estava ficando as coisas. O restante do grupo não ia não, podia até ficar meio assustado com a situação e não ia não.” (E65 Sr.Sergio:19-20)

Aos poucos o próprio arrendatário, Sr.Mauro, e outro *meeiro* Joaquim (ambos estão assentados em Eldorado) começaram a freqüentar as reuniões. Essa aproximação Sr.Sergio denominou de *amizade disfarçada*, onde, apesar de estarem na mesma condição de trabalhadores, os *meeiros* eram desfavorecidos por não conseguirem *ajudas com políticos*.

“[...] o Mauro, depois o Joaquim passou a ir comigo. Ai a gente foi procurando um acordo assim... O contato na época com o Tadeu, que era da liderança nacional e o Adolfo [assentado], na época também era líder do grupo, depois fui pegando amizade com todo mundo. Quer dizer, aquela amizade disfarçada, eles desconfiados de mim e eu desconfiado deles e fomos levando. E depois, a gente procurando se entrosar eles de certa forma procuraram manter uma distância que na verdade a mesma dificuldade

que eles tinham, nós tínhamos. Ai depois eles já bem acostumados com esse movimento e ajudas... Ajudas com políticos e coisa e tal, eles foram conseguindo muitas coisas que embora a gente já tivesse se agrupando muito em uma mesma assembléia, num foram repassando pra gente. Eles recebiam cestas [...] de mantimentos, horas de trator e não repassaram pra gente.” (E65 Sergio:19-20)¹⁴¹

O relato pode ser lido como a consolidação do controle do grupo dos acampados dos aparatos que envolviam o processo de luta por terra. Por outro lado, durante o processo de ocupação e devido à violência e à demora para a formação do assentamento, muitas famílias acampadas foram embora. Mas essa mesma violência pode ter gerado uma certa aproximação dos dois grupos, como no fato dos *meeiros* estarem presentes na topografia durante o ataque do Manuel Maluco e do Jorge Garcia, como relatou Sr.Tadeu,

“Sr.Tadeu - Não, não participava.[...] Nem das reuniões. [...] só o Sergio, o Sergio e os dois irmãos dele, eram as pessoas mais interessadas. O Laudelino [assentado] e o outro eu esqueço o nome dele, era mais destacado. Mas ele ia junto com o Sergio, ficava ali mais ouvindo e tal e o Sergio era a pessoa que mais se aproximava de mim, conversava comigo e tal, mas não se envolvia. Mas nessa topografia eles se envolveram.

E – Era o dia do conflito eles estavam?

Sr.Tadeu – Eles estavam, só que eles estavam na área da topografia não na hora do conflito mesmo, quando eles tavam chegando e escutaram os tiros eles vieram pra ver o que que tava acontecendo, as pessoas foram embora, no caso Manuel Maluco e seus capangas. [...]” (E62-Sr.Tadeu – 13)

Se para os acampados a principal figura que apareceu nos relatos foi o *grileiro*, para os *meeiros* havia diferenciação entre o *grileiro*, Manuel Maluco, e os *arrendatários* para quem trabalhavam. Mas o episódio do ataque armado parece ter se configurado em um divisor de

¹⁴¹ Para o técnico do Incra responsável pelo Projeto de Assentamento houve intensa participação do Incra nessa negociação, “E - E como foi feita a distribuição de lotes? Walter - Na área dos Filhos da Terra, respeitou-se a parte que era do arrendamento. Ficou mais ou menos como já estava. Na área do Mutirão, uma parte houve um sorteio, na outra parte também se respeitou alguma das coisas, então quer dizer houve um mix ali [...]. E - E a relação era o tempo todo com as duas associações? Walter - Sempre com as duas. E - Junto ou, separado? Walter - Às vezes era separado e tal, porque eles nunca se cruzaram muito. Nós sempre pedimos a eles que pensassem, mas eles..., é porque já tinha aquela divisão enraizada., já tinha divisão entre os antigos, e por isso mesmo que o nome deles tem essa denominação de filhos da terra, porque eles eram dali, o pessoal do Eldorado... [...] Inicialmente aquilo tudo lá foi medido na trena depois é que nós fixamos os mapas no local... E - Não teve nenhum momento mais tenso durante a demarcação? Walter - Não. Não porque existia um certo acordo de cavalheiros no início, quer dizer o pessoal dos Filhos da Terra não ocupavam a outra parte deles, nem eles ocupavam” (E88-Walter:2-3,8-9)

águas. Isso pode ser percebido no relato de Sr. Jose¹⁴², que mantinha relação tanto com os demais *meeiros*, como com os *acampados* e com Jorge Garcia, para quem trabalhava, a quem chamou de *grileiro, um tipo de jagunço*. Embora, não tenha ficado claro o tipo de serviço que prestava para o Jorge Garcia, além do trabalho como meeiro, afirmou que foi trabalhar com ele porque *tinha muita coragem*.

“Não, eu entrei aqui, eu tinha muita coragem naquela época, porque tem época que a gente fica meio doido que um parafuso sai da cabeça da gente, [...] aí não quiseram me dar serviço, tinha medo de mim porque eu tinha muita coragem, naquela época eu era muito esquisito. Mas minha família sabe que eu nunca dei tiro dentro de casa, se fosse pra dar tiro eu dava na rua. [...] O Jorge Garcia que era o grileiro, um tipo de jagunço... vim trabalhar com o Jorge. [...] nós plantava aqui aipim. [...] seu Jorge Garcia me protegeu aí.” (E46-Nancy:5-7)

Apesar dos laços estabelecidos com Jorge Garcia, “*é amigo da gente aqui*”, Sr. Newton tomou posição na relação com os diferentes atores ao não participar do ataque ao acampamento e ao socorrer os que fugiram do ataque,

“[...] mas ele me chamou pra fazer as coisas eu falei, - ‘Não Jorge.’ – ‘Zeca, vamos lá fazer com a gente Zeca, essa fazenda nós ganha ela, é só meter bala nessa gente.’ Eu falei, - ‘Não Jorge. [...] Você vai estragar sua vida Jorge, o Sr. (?) deu pra você trinta hectare de terra Jorge, rapaz deixa isso pro lado, Jorge.’ Quando eu tinha certeza que tava resolvido... ele achou que tinha que brigar [...]. Saiu e foi lá no Manéu Maluco, convidou o Manéu Maluco com a turma dele. [...] O pessoal tava acampado. Fiquei pensando daqui, fiquei olhando, meu Deus eles vieram trazendo o gado todinho pra soltar em cima. Aí a Polícia Federal chegou daqui, foi a sorte, chegou encostou ali, aí eles voltaram. Outro dia eles voltaram de novo, meteram bala... e o pessoal correu, socorri o pessoal, a minha nora veio socorrer a criança, uma moça com uma bala de raspão na perna. A Raquel filha da D. Maria. [...]” Aí a polícia chegou e invadiram. A polícia invadiu aqui, caçando o Jorge Garcia. [...].” (E46-Nancy:5-7)

Em seu relato, ele frisou que não tinha terra e nem poder para decidir quem iria ter acesso com o assentamento, e reforçou a diferença entre ter terra e estar “*aqui emprestado*”, demarcando sua condição de trabalhador sem acesso à terra,

“[...] aí vinha um – ‘Ah seu Tadeu segura um pedacinho de terra aí.’ Eu falei, - ‘Eu não tenho terra não minha filha.’ Não morava aqui não eu morava lá (Piranema) e

¹⁴² ‘Sr. Newton, sua esposa D. Nancy e seus filhos, oriundos do Espírito Santo. onde trabalharam como meeiros em plantações de café, se deslocaram muitas vezes entre áreas rurais do Espírito Santo e da região analisada. Foram moradores e trabalhadores “na lavoura” em regime de meação em Piranema, moradores do Morro das Pedrinhas, retornando para o ES e novamente para Piranema. Trabalhavam em regime de meação para o Jorge Guimarães em Casas Altas, á época do acampamento.

tomava conta de um barraquinho que tava aqui velho aqui. –‘Não. Tou aqui emprestado também não tenho terra pra dar a ninguém não...’ [...]” (E46-Nancy:5-7)

Para Victor outro momento de aproximação teria sido a retirada do gado do Manuel Maluco,

“Depois então esse grupo é acrescido, na hora da divisão, com os arrendatários. Que é um processo com o Incra. Não cabe ser como um processo da luta, e são pessoas com uma capacidade de organização muito inferior. [...] A atividade de retirar o gado de lá... Alguns já muito assustados, mas já vislumbavam, pois tinha saído imissão de posse. [...]” (E85 – Victor:9-11)

Novamente se observa como a classificação é móvel em função das relações estabelecidas ao longo do processo. Sr.Tadeu ao descrever quem foram os *arrendatários* classificou na mesma categoria, Sr.Mauro, seu irmão Sr.Matias, Manuel Maluco e Jorge Garcia, mas seu relato demonstra uma mudança de classificação desses atores, por parte dos acampados, ao longo do processo. O que os distinguiu foi a forma como agiram no processo, assim alguns foram descritos como *pacatos, humildes*, sendo mantidos na classificação de *arrendatários*, e posteriormente sendo assentados, em oposição ao Manuel Maluco que *grilava mesmo*. Essa reclassificação foi decorrência das muitas ações do Manuel Maluco, da sua esposa e do Jorge Garcia para expulsar os *acampados*. Apesar da forte atuação do Jorge Garcia, este foi sempre identificado como a mando do Manuel Maluco.

“Era o Mauro junto com o irmão dele (Sr.Matias) e o Manuel Maluco e o Jorge Garcia. [...] a gente com aquele negócio do Manuel Maluco englobou, qualquer arrendatário a gente vai botar pra fora, mas conversando com o Sergio (meeiro), nós tomamos conhecimento que o Mauro era uma pessoa pacata, humilde, que não se envolveria nunca com esse tipo de coisa. Manuel Maluco arrendava pra botar os gados dele só... ele grilava mesmo. [...] só botava boi. [...] O Mauro arrendava para plantar, o Jorge Garcia também, mas tinha uma parte que tinha boi [...] aquela parte ali ele plantava com alguns meeiros e na parte alta ele botava uns boizinhos lá, umas vaquinhas e do outro lado tava o Mauro, ali naquela parte baixa ali era o Mauro o pessoal dele. [...] bem dividido mesmo, e a outra parte que era a Casa de Pedra, pertencia ao dono,[...] ninguém mexia, era o dono mesmo da fazenda. Era usada com boi também, uma meia dúzia de boi.” (E62 Sr.Tadeu:13,14)

Com a desapropriação e a necessidade de se definir quem seria assentado na área, houve uma aproximação entre os dois grupos. Os acampados não eram, segundo o Incra, em número suficiente para ocupar os lotes e com isso os *meeiros* foram incorporados definitivamente, assim como dois *arrendatários*, Sr.Mauro e Sr.Matias. (Anexo 1, Mapa 3) Victor analisou o processo como significando diferentes perspectivas de construção da

conquista da terra, a dos sem terra [que pode ser lido como Movimento dos Sem Terra] e a que era empreendida pelo grupo dos acampados,

“E - O número de famílias que entrou pro acampamento era suficiente para ocupar a área toda? Quantas famílias de fato estavam acampadas no momento da desapropriação?”

Victor - Era suficiente. Até porque a área era relativamente pequena. 500ha e pouco. O problema é que o grupo tem uma definição, a meu ver equivocada, a respeito da conquista da terra. O grupo não faz nenhum esforço no sentido de arregimentar outras pessoas para entrar..., e eu reconheço no Tadeu muitas qualidades de liderança. O Tadeu tem uma função importantíssima por que tinha essa visão, construída por ele, que dava direção ao grupo, que era não aumentar o número, 50 a 60, preocupados que depois da divisão ficasse com uma quantidade pequena de terras para cada um deles. Que era preocupação que a gente tinha, mas nós queríamos mesmo era fazer avançar a reforma agrária, pra nós não existia só aqui um pedaço de terra, mas organizar os sem terra. Mas essa visão que nesse caso, era uma visão também do Tadeu que era a direção de Casas Altas. Ela predomina. Isso só leva aos sucessivos embates e o grupo ao invés de aumentar... vai diminuindo.” (E85 – Victor:9-11)

Segundo Victor, quando saiu a imissão de posses o número de famílias acampadas era menor do que o proposto para o Projeto de Assentamento pelo Incra. Isso contribuiu para diminuir o conflito, já que os *meeiros* e mesmo dois *arrendatários*, Sr.Mauro e seu irmão, seriam necessários para compor o número de famílias previsto. Mas a divisão dos lotes ainda foi um momento de tensão. Para Sr.Tadeu a questão parecia resolvida,

“Então que que nós fizemos, a parte que não pertencia a nenhum trabalhador nós dividimos pra nós, o lote ficou até apertadinho, um pouquinho menor. [...] Então nós dividimos e tal, alguns escolheram, onde é considerado Zona Sul por nós [...] são doze lotes.

E – Os primeiros, do lote 2 ao 19.

Sr.Tadeu – É.” (E62 – Sr.Tadeu: 14-15)

O discurso do Sr.Tadeu reforçou o critério da participação no acampamento e nas mobilizações como definidores da conquista da terra e legitimadoras dos futuros assentados, e o descuido do uso do termo *meeiro* ao invés de *grileiro*, pode ser lido como parte das relações conflitivas entre os dois grupos, e como a classificação não é fixa e muda de acordo com o que é reforçado e legitimado, como na fala

“Foi uma pressão nossa, aquela Fazenda. Era nossa. A gente que brigou a gente que botou meeiro pra correr, a gente que fez tudo e até então convivendo com os bois do Manuel Maluco que continuava lá dentro. [...]”(E62-Sr.Tadeu:15-16)

O Sr.Tadeu se apresentou como o responsável pela definição do destino de cada lote e como o principal negociador com os *meeiros*,

“Sr.Tadeu – [...] aquela frente ali foi considerado por nós do assentamento Zona Sul, chegava escolhia outro lote então não deixamos ninguém escolher, não esses lotes não, vocês podem até andar na Fazenda, vocês vão ver as bandeiras e tal. Aí o Carlinhos, ele chama Carlinhos meeiro, que ele era meeiro na área do Jorge, “-O Tadeu eu já fiz um barracão, eu posso ficar aqui na área do acampamento?” “-Pode.” Aí o Garcia [outro meeiro] “-Eu posso ficar lá?” “-Pode.” E foi assim, 12 lotes, sobrou 12 pessoas. “- Olha só vamos fazer um bolo aí e sorteio.” Aí ficou um lote lá, um desistiu e foi o lote que foi do meu cunhado, Silvinho, o melhor lote, foi o lote 7 [...] mas como o meu cunhado era solteiro e de menor, não podia, mas como ele era um cara que tá aí com a gente...

E – Mas não podia porque ele era solteiro ou...?

Sr.Tadeu – Porque ele era de menor. Se fosse maior solteiro não tinha problema. Aí conversando, negociando, negociando, aí o Incra fez um documento provisório até que ele atingisse maior de idade.” (E62-Sr.Tadeu:15-16)

Entretanto, o episódio do Carlinhos, seu cunhado, nos remete ao peso das relações familiares na formação do grupo, como veremos adiante. Outra informação importante é a possibilidade de pertencer ao grupo de acampados sem ter participado do acampamento, como o caso do Sr.Daniel e de outros que entraram depois do assentamento formado, que, talvez por não serem identificados como *meeiros* e fazerem parte de redes familiares dos acampados, foram incorporados a essa rede. Como na fala do Sr.Tadeu e a explicação da defesa do nome do Sr.Daniel,

“É depois voltaram, aí depois, o linguajar nosso, que viram que a onça estava morta, aí juntou, “-Tem um pedacinho aí?” Aí teve um bocado querendo entrar pela janela. Até eu então fiquei mal visto com eles dentro do assentamento, “-O cara é muito bobo, o Tadeu é muito bobo.” Mas eles não reconheciam o seguinte, que essas pessoas no começo lutaram também e eram trabalhador, então tinha direito. Então ia em Assembléia nunca botei no peito, nunca, fizemos Assembléia a pessoa foi aceita e colocava lá. Passou um tempo aí tava uma das famílias perdidas ali trabalhando um pouquinho aqui, no outro, que era o caso do Jaques. Briguei muito por ele, aquela área que ele tá hoje era uma área comunitária, aí nós em Assembléia, em uma não consegui, aí teve umas duas pra conseguir convencer o pessoal deixar. Todo mundo quer fazer cada um pra si, então pra que eu vou querer ocupar uma área comunitária com mato podendo botar uma família. Aí eu consegui em Assembléia aprovar o assentamento dele.” (E62-Sr.Tadeu:15-16)

Já Sr.Samuel afirmou que a disputa envolvia o tamanho dos futuros lotes. Mas pode-se perceber subjacente à sua argumentação, a disputa pela legitimação dos *meeiros* por já estarem

lá, serem *filhos da terra*, utilizando a imagem de que os *meeiros* “ocupavam” a área antes do acampamento,

“E - Já tinha gente ocupando lá?”

Sr.Samuel - Não, não tinha, tinha os meeiros que inclusive esse que chegou (o Sergio entra no Sindicato onde estávamos fazendo a entrevista) aqui era da família dos meeiros muito antigo que praticamente foram injustiçados. Aí o sindicato comprou a briga dos meeiros, só que a maioria do movimento não queria os meeiros pra administrar. Queria que saíssem e aceitassem a administração que eles queriam no movimento. Tinha meeiro ali de 10 a 15 ha, então o movimento queria determinar em 8 ha, eles seriam beneficiados, eles queriam unificar, nós reconheceu o direito deles por lei adquirido. Já ocupavam e queriam padronizar, aí ficou um conflito também, no final acabou tendo a unidade. (E65 – Sr.Samuel:12-13)

Walter, técnico do Incra que acompanhou o processo, reforçou essa divisão, e pareceu legitimar os *meeiros*, os *antigos* que *produziam* diferente dos *novos acampados*. Nesse relato ele atribui à intervenção do Incra a solução do impasse,

“[...] ali havia uma divisão e até hoje ainda existe, porque tinha os arrendatários que eram filiados àquela associação “Filhos da Terra”... existia os arrendatários, as famílias que ocupavam uma parte da fazenda, daí houve o pessoal do Mutirão Eldorado, que ocupou a outra parte que ficou em barracas. [...]E então houve uma divisão clara, ali, do pessoal Filhos da Terra com o Mutirão Eldorado, quer dizer, os antigos que eram os arrendatários, que produziam [...] com os novos que estavam entrando lá acampados. O Carlos que é nosso empreendedor¹⁴³, era acampado na época. E aí, nós começamos a levantar a situação e começamos a pensar, a fazer um projeto. Então no início eu comecei a medir com trena todas as áreas que estavam ocupadas tanto pelo pessoal da área dos arrendatários como do pessoal que estava acampado. [...] um grupo de técnicos, encabeçados por mim, [...] fizemos o levantamento e um croqui da situação existente [...]. E a partir daí nós começamos a discussão junto as duas associações que foram criadas [...] e houve aquela divisão, tanto é que hoje ainda permanece um pessoal dos Filhos da Terra ficaram de um lado da estrada, um pouco mais ali do lado de Santa Rosa e o pessoal do Eldorado veio um pouco pra cá, porque já estava mais ou menos definido o quadro.” (E88 – Walter:1-2)

¹⁴³ Celso, que é técnico agrícola, participou do acampamento e era apontado como um das lideranças. Quando já estava assentado passou a integrar os quadros do Incra RJ como técnico, através de concurso. Por essa razão passou o lote para o nome de sua mãe e hoje não mora mais na área.

Conflito no interior do grupo dos acampados: o caso Sr.Adolfo

As tensões não existiam apenas entre os dois grupos. Internamente ao grupo dos acampados, um episódio com Sr.Adolfo e sua esposa D.Ana Alice¹⁴⁴ foi recorrente nas falas, como um confronto que gerou cisão no grupo. O relato do Deputado (PT) nos ajudou a conhecer a trajetória do Sr.Adolfo, que como definiu Sr.Tadeu, *ainda era nosso aliado* se referindo ao período do acampamento e da sua participação,

“O Adolfo ele tinha ligações com o sindicato. [...] Fez oposição numa eleição. [...] Acho que não ganhou. [...] O Adolfo por que ele é um cara politizado, tanto é que disputou o sindicato, teve alguma aproximação com o PCB antigo. Ta desde o início da ocupação.” (E86-Deputado (PT):17-19)

Segundo Irmã Ivete, o conflito ocorreu por Sr.Adolfo ter negociado uma área que seria destinada ao uso coletivo do assentamento. Nessa área existia uma casa e uma edificação menor de um cômodo, ambas construídas pelo Manuel Maluco. Sr.Adolfo e sua família teriam ocupado a casa e negociado sua compra diretamente com o *grileiro*. A família teria sido assentada no lote pelo Incra, contra a posição dos demais assentados e da APPME. (Anexo 1, Mapa 4) O episódio culminou com a ocupação da casa pelos acampados. O técnico responsável foi chamado para solucionar o impasse e foi pressionado pelos acampados que exigiam a retirada da família.

“Tem uma casinha em cima onde eles moravam, que ali foi invadido por eles dois [Sr.Adolfo e D.Ana Alice sua esposa] [...] Eles [o grileiro e seu caseiro] fizeram embaixo duas salas. Dava direitinho para o posto ser ali. Em cima ia ser uma sala pré-escola pra crianças menores. Daí a Graça [esposa do Sr.Adolfo] fez aquilo tudo. Aquela confusão que deu. Ela ficou ali, então, eles [Incra] propuseram pra eles [demais assentados]... deixa eles ficarem aí que a gente vai construir um posto de saúde lá, pra vocês. Aí o Tadeu falou assim “A gente só sai daqui depois que tiverem construído lá”. [...] Aquilo foi um erro danado. Porque o superintendente do Incra, aliás, não era ainda, hoje ele é o superintendente [...] Aí foi aquela guerra toda. Ele [técnico] foi cercado [pelos demais assentados do grupo do acampamento]. O pessoal disse que foi ele que falou que podia vender isso aqui. Aí eu peguei e falei assim “Mas como é que pode vender uma coisa que é do Incra, ele mesmo incentivou o pessoal pra vender, pra comprar, como é que é isso não pode acontecer”. Aí ele comprou aquilo ali, eu disse “Não pode, porque se está destinado para um assentamento assim, de trabalhador rural ele não podia vender isso daí, pois já está incluído tudo aí, como é que você vai vender essa parte?” Aí foi aquela confusão danada. Fomos pro Incra lá

¹⁴⁴ O casal participou do acampamento e foi assentado com o filho mais novo Alfredo. O filho mais velho não morava mais com eles e um terceiro filho Adalberto foi assentado em outro lote. Posteriormente Sr.Adolfo foi eleito para a presidência da APPME, como veremos no capítulo VIII.

no centro da cidade, eu falei para o superintendente, “Como é que pode acontecer isso? Eu nunca vi acontecer um negócio desse porque se é tudo do Incra, o Incra não tem que separar isso aqui e vender, por que como é que fica esse grupo?”. Aí menina eu sei que deu aquela confusão todinha, foi uma briga danada da Ana Alice. Ela falou que eu era filha do diabo aquela coisa toda.” (E78-Irmã Ivete.:27-28)

Walter, então técnico responsável pelo Projeto de Assentamento, teve participação direta no caso. Ele foi cercado pelos acampados quando estes ocuparam a casa. Ele descreveu o episódio de assentamento do Sr. Adolfo daquela área como um procedimento normal de distribuição dos lotes,

“E aí nós fizemos o assentamento e aí teve um problema, é a vida da gente é meio difícil. Teve um problema lá na área com a questão daquela casa onde funcionou o posto de saúde, na entrada...[...] Na época aquilo ali era ocupado por um capataz do Manoel Maluco, nós conseguimos tirar o capataz e aí o pessoal da associação resolveu ficar com aquela área, resolveu funcionar um posto de saúde, e nós tínhamos já definido os lotes e aquilo ali não seria da associação, porque pra associação nós já tínhamos doado a casa de pedra... [...] Seria do assentamento e eu fui lá resolver e mais dois colegas, acabamos sendo reféns dele.

E – Por quê?

Walter - Porque eles entendiam que eu estava defendendo o assentado, porque eles queriam que fosse deles de qualquer jeito.

E - Quem era o assentado que ficaria com aquela área?

Walter - Eu acho que o Adolfo mesmo, acho que não era nem o Adolfo, mas o filho do Adolfo. E aí eles começaram aquela guerra toda e resolveram me prender lá, a mim e mais dois colegas. Então fiquei lá de três da tarde até meia noite mais ou menos. “Não porque vocês são reféns nossos”, porque eles atravessaram, a caminhonete chegou e encostou, e atravessaram um caminhão atrás e um trator na frente... não tinha como sair [...].”(E88-Walter:6-7)

Para Walter a ação rompia com laços estabelecidos no processo da formação do assentamento, construídos pela sua postura de *comer junto* com os acampados, comprar carne para as refeições, ou seja, por ter estado *sempre do lado deles*. Essa relação ele caracterizou como *dedicação*. Ao assumir, segundo ele, o seu papel como técnico e a legitimidade que o cargo lhe conferia para decidir sobre a distribuição dos lotes, ele não foi reconhecido como tal, nem como técnico responsável e nem como *amigo*,

“[...] quer dizer, “ - eu sempre tive do lado de vocês”. Porque toda vez que eu estava trabalhando lá, eu ia para o 49, comprava carne, costela, principalmente costela, comprava 10Kg de costela, ia pra lá e eles faziam aquela “boi atolado”, que leva aipim e tal. Eu comia lá com eles, todo dia eu levava alguma coisa pra eles, ia trabalhar e levava, para poder comer lá com eles, “- eu me sinto dedicado à vocês.” Quer dizer, quando nós fomos resolver lá o problema, e que era uma solução que

caberia ao Incra e não à comunidade, por que era uma parte só liderada pelo Tadeu. Eu tomei a posição do Incra, uma posição técnica e nos fizeram refêns. Mandaram chamar a polícia, falei: “a polícia chegou, fica tranqüilo, não tem problema nenhum”, então acabou que nós saímos de lá e resolvemos a parada e até hoje nós estamos lá. Depois disso eu já estava na chefia da divisão de assentamento e aí eu pedi que reformassem aquela casa de pedra e quem doou o material foi o Incra, uma das coisas que nós fizemos na época e a partir daí eu perdi um pouco o contato.” (E88-Walter:6-7)

Assim, percebemos como o assentamento foi sendo construído a partir de diferentes relações de amizade, familiares, de experiências comuns de trabalho entre os *meeiros* e das mobilizações no acampamento. Mas em Eldorado, o que se observa a partir da chamada política de reforma agrária, é uma ampliação de possibilidades de mudança nas relações sociais e da ocupação fundiária, mas ao mesmo tempo, uma luta por parte das elites locais para manterem seu poder político e econômico.

O processo de formação do assentamento envolveu ainda a capacidade de negociação com essas normas, intrinsecamente relacionadas às relações políticas e sociais do indivíduo ou coletivo de assentados e/ou movimento, com as instâncias locais em primeiro plano, estaduais e federais de implementação da política governamental. Um exemplo é a norma que exige que o assentado more no lote, que é cobrada e negociada pela fiscalização local do Incra. A filha dos Sr.Daniel, Deise, que passou a morar no Km 49, foi obrigada a voltar para seu lote, mesmo sem o interesse de seu marido, devido às inúmeras visitas dos fiscais do Incra (que observam, como contou D. Carmosina, se a pessoa vive mesmo na casa, entrando e observando a forma de ocupação). Como o marido não se adaptou, venderam a casa. Já Mauro e Sr.Matias (ex-arrendatários) não vivem no assentamento, sequer têm uma casa em um dos dois lotes de plantação de coco que possuem. No entanto, o Incra não parece importuná-lo. Eles têm forte aproximação com o prefeito de Seropédica e com o Secretário de Agricultura de Itaguaí. O que garante essa diferença de tratamento talvez sejam os diferentes pesos políticos junto às autoridades. Isto é, a observação em campo permitiu distinguir como os irmãos Sr.Mauro e Sr.Matias têm relação direta com a prefeitura de Itaguaí (principalmente com o Secretário de Agricultura), esse fato pode ser um dos elementos a explicar porque não são cobrados como Deise. Contudo, talvez se Deise tivesse peso político no assentamento, houvesse uma possibilidade de negociação enquanto força interna junto ao estado. Ou seja, a

capacidade de negociação com as normas também pode estar associada a sua capacidade de articulação nas formas de organização coletiva.

Por outro lado, os conflitos internos apontaram, no sentido atribuído por Elias, uma busca dos diferentes atores em determinar quem eram os “estabelecidos” e quem eram os “outsiders”. Apesar de estarem na área há mais tempo, os *meeiros* eram tratados pelos acampados como de fora, por não terem participado do movimento de ocupação e luta pela terra. Já os próprios *meeiros* reforçavam sua condição de “estabelecidos” há mais tempo e consideravam os acampados como de fora, mas reconheciam que a disputa por legitimidade foi árdua e que os que participaram do movimento de ocupação eram mais articulados com autoridades envolvidas no processo. Essa busca por legitimação se refletiu na formação das duas associações, o que pode ser percebido mesmo através do nome das associações. Associação de Pequenos Produtores do Mutirão Eldorado (APPME), que reforça a organização coletiva¹⁴⁵. Já a Associação de Pequenos Produtores e Moradores Filhos da Terra (APPROMFIT) carrega a distinção deste grupo e sua busca pelo reconhecimento de sua trajetória como “estabelecidos”.

A disputa pela legitimação dos atores sociais perpassou, também, o discurso das entidades e mediadores envolvidos. Se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaí e a CPT se posicionaram de forma clara na disputa, o primeiro fortalecendo os *meeiros* e o segundo os acampados, o Incra buscou um tom “técnico” para tratar da questão, reafirmando os direitos dos *meeiros*, mas acatando, em parte, a demarcação de lotes dos acampados. A negociação entre os dois grupos gerou uma configuração interna que manteve uma divisão espacial anterior ao processo de ocupação. Apesar de a divisão espacial e de relações de amizade e redes familiares se manterem, a APPROMFIT foi desativada pelos próprios associados, sua sede derrubada e as duas associações foram unificadas sob o nome APPME.

Trajetórias similares, apesar das diferenças...

Assim, vemos a formação de dois grupos, que apesar de se comporem de maneira diferenciada e possuírem diferenças internas, são formados por pessoas que possuem semelhanças em suas trajetórias e com o tipo de trajetória que foi percebido no Morro das Pedrinhas, como veremos. Os *meeiros* em sua maioria vinham das regiões do entorno da área,

¹⁴⁵ É importante lembrar que o assentamento está registrado no Incra pelo nome da antiga fazenda : Casas Altas.

morando em áreas consideradas urbanas e trabalhando na lavoura. Outros tiveram uma trajetória de trabalho urbano antes de se tornarem *meeiros*, esse foi o caso do Sr. Joaquim que – como muitos assentados do Eldorado – migrou de outro estado, onde morava e trabalhava em uma área rural de produção familiar de propriedade de sua família. No Rio de Janeiro trabalhou como garçom em diversos estabelecimentos e morava na Rocinha¹⁴⁶. Se mudou para Santa Rosa e depois para Chaperó através de redes familiares, em busca da possibilidade de voltar a trabalhar na *roça*. Mas esses deslocamentos só ampliaram o alcance da sua rede familiar, já que parte da família permaneceu na Rocinha e comercializam parte de sua produção nessa localidade,

“E - Então o senhor veio da Paraíba com dezessete anos pra passear...

Sr. Joaquim - É.

E - E acabou ficando com seus irmãos na Rocinha... E aí foi trabalhar já...

Joaquim – Trabalhei no Clube Morama [como garçom], trabalhei três anos lá, depois [...] meu cunhado trabalhava no Clube Federal e me chamou para lá. Depois já fui chamado pra trabalhar no restaurante da Globo. [...] Nessa época quando eu trabalhava, eu morava na Rocinha. Aí quando eu saí de lá foi uma época que o meu irmão quis mudar, comprou um bar lá em Santo Cristo, quis mudar pra Benfica, como eu morava com a minha mãe na época, que morava no Rio, eu fui e depois fui pra Santa Rosa.

E – Agora, quando o senhor estava em Chaperó o senhor já trabalhava aqui?

Joaquim – Já, morava lá mas ficava aqui... [...]

E – Quem que arrendava?

Joaquim – O Jorge Garcia, mas só que eu plantava aipim com ele, só que eu era meeiro na época, em 94, em 84, 86 que a gente começou a plantar aqui.” (E31-Joaquim:1,2,8)

Já entre os acampados, se alguns nunca tinham tido relação com o trabalho na terra, alguém da família tinha essa trajetória, foi o caso do Sr. Tadeu,

“Eu nasci em Campina Grande na Paraíba [...]. Vim pra São Paulo quando tinha dois meses de nascido. Sai de São Paulo com cinco anos de idade e vim pro Rio, morei aqui no Morro de São Carlos. Com 13 anos achei que era homem e comecei a trabalhar... Eu trabalhava de office-boy aqui no Rio, aí com 16 anos mais homem ainda inventei de casar, oficialmente só casei com 23 anos, contra a vontade da minha mãe e da minha sogra [...]. E tô até hoje casado. No ano em que eu me envolvi nesse negócio de Movimento Sem Terra e tal em Itaguaí eu tava com meu cunhado que sempre viveu da terra, plantando quiabo e jiló e maxixe. Nunca tinha plantado e eu comecei a gostar, tava ganhando dinheiro, tava plantando... Nessa época eu tava vendendo pão na rua, e acabava de vender o pão sete horas da manhã e ia pra roça. Morava em Seropédica... [...] Lá em Seropédica a gente mora a dezesseis anos. Minha

¹⁴⁶ Localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

esposa é de lá, então meu cunhado conseguiu um pedaço de terra ali com um professor da Universidade [...] km49 mesmo, quase no km50 ali, tem o horto, em frente, tem uma fazenda abandonada enorme, aí o cara liberou uma parte da terra lá pra gente plantar. Aí a gente plantava e dava à meia pra ele, aí plantamos lá um ano, aí meu cunhado correndo atrás e descobriu esse movimento e me levou.” (E62-Sr.Tadeu:42-43)

Outros acampados eram trabalhadores rurais sem acesso à terra, como D. Helena e Sr. Haroldo (essa família ainda trabalha eventualmente pra complementar renda).

“E – Vocês trabalhavam com japoneses lá em Mazomba¹⁴⁷?

D.Helena – Trabalhava. O mesmo japonês que toca a lavoura aqui no Rio da Guarda, em Piranema. Moramos no terreno dele 14 anos. A gente gosta deles. [...] Eles plantam quiabo, jiló. Só de quiabo outro dia nós tiremos 17 caixas. Em Mazomba eu trabalhava direto. Nós tinha o nosso goiabal e eu trabalhava ensacando pros outros direto. E quando aumentava o salário dos homens, eles aumentavam o meu salário também. [...]” (E55-Helena:23)¹⁴⁸

Mas a maioria dos acampados era da região ou de áreas próximas, como Sr. Ivo, que nasceu na Bahia, morava em Chaperó trabalhando como pedreiro e participou do acampamento. D.Emiliana e Sr.Emanuel eram de Santa Cruz (município do Rio). Ambos moravam com suas famílias, que sempre trabalharam com *roça*, como relatado por D.Fátima (irmã da D.Emiliana e ex-assentado de Eldorado),

“D. Fátima - Meu pai era agricultor desde quando nasceu.

E – E seu esposo?

D. Fátima – Ele não, depois que ele casou comigo que ele começou a enfrentar esse negócio de roça. [...]

E – E seu esposo era da onde?

D. Fátima – Santa Cruz. Ele trabalhava com serviço de carteira assinada, não plantava.

E – E aí resolveram entrar no acampamento...

D. Fátima – É mas aí saiu, do Mutirão, que ele enfrentou muita dificuldade.” (Fátima, entrevista não gravada)

¹⁴⁷ Região de produção familiar em Itaguaí onde se localiza uma colônia japonesa.

¹⁴⁸ D.Helena descreveu a diferenças entre trabalhadores homens e mulheres. Segundo D.Helena porque o trabalho das mulheres era *leve* em oposição ao trabalho *pesado* dos homens. “E – Mas o seu salário era menor que o dos homens? D.Helena – Era menos. E – E trabalhava o dia todo? D.Helena – O dia todo. E – Quer dizer que mulher lá ganhava menos que o homem? D.Helena – Ganhava menos. A ensacação de goiaba era barato. E era um serviço mais leve, agora dos homens era mais pesado. Que era roçar, era podar que é do serviço mais pesado. E – Era com carteira? D.Helena – Não.” (E55-Helena:23)

Muitos vieram do Espírito Santo, como Sr. Gino – que, como vimos, participou das três ocupações que formaram o grupo dos acampados – onde trabalhava com o pai “na roça”. Depois veio com a mãe para o Rio de Janeiro e foram morar na região, onde o padraсто trabalhou *de terça*¹⁴⁹. Mas antes do acampamento ele trabalhou vinte e seis anos como eletricitista. Já sua esposa, D. Gisela, era de Chaperó, mas nunca tinha morado ou trabalhado em área rural, e por não ter se adaptado à vida no assentamento, inicialmente continuou morando em Chaperó, mas depois se mudou para o assentamento, onde a entrevistei,

“Nunca peguei na minha vida. Nunca trabalhei fora. Sempre morei, no centro da cidade. Eu não gosto daqui. Eu vou falar a verdade. [...] Não é tão ruim [...]. Ele ficava aqui. Eu morava lá. Eu vinha mas voltava no mesmo dia. Aqui não tinha luz e eu morava mesmo lá dentro do centro ali [Chaperó]. Não sei se você conhece, perto da estrada. Lá em Itaguaí. Eu e ele. Ai tem uns três anos que eu vim pra cá. Eu gosto daqui assim mas é muito difícil, sabe. Eu não posso andar muito. [...] Quando não é a pé, 40 min. ali da estrada pra cá.” (E49- Gisela:28)

Já Sr. Daniel afirmou que sempre trabalhou “na lavoura”, nasceu no ES, Cachoeira de Itapemerim, onde perdeu uma “*questão*” de terra,

“Lá eu tinha uma questão. Ocupava a margem do rio onde tinha passado uma draga, plantava banana e arroz. Foi quando apareceu uma italiana cartomante com jagunços e disse que era dela. A questão foi parar no juiz, eu enfrentei peguei um advogado depois de outro, teve uma audiência e um juiz até desmaiou, o advogado disse que nunca tinha visto isso, mas eu sabia o porque era magia da cartomante. Tive que vender o que tinha, os gados e perdi 160 alq. (Sr.Daniel)

A terra era da família, e Sr.Daniel era um dos filhos de 9 herdeiros. A situação piorou e resolveram vir para o Rio de Janeiro. De lá veio pra São João de Meriti, em Parada de Lucas e queria montar uma fábrica de colchões, que ele já fabricava no Espírito Santo, *É com um capim que você planta e nasce em touceiras com as pontas viradas*, mas não deu certo. Decidiu trabalhar com os parentes como ajudante de pedreiro por um ano. Depois conseguiu um emprego de vigia onde trabalhou por 15 anos, com carteira assinada, o último emprego foi em uma fábrica em Vilar dos Teles/subúrbio do Rio de Janeiro. Aposentou-se com 65 anos.

Dessa forma, observa-se uma mobilidade, entre áreas rurais e urbanas, de algumas das famílias, e outras marcadas por indivíduos em uma mesma família com trajetórias rurais e urbanas diferenciadas, como nos casos do Sr.Gino e D.Gisela e do Sr.Tadeu e sua esposa. Mas

¹⁴⁹ Sistema de meação onde o trabalhador entrega um terço da produção para o dono da terra.

as redes familiares foram muitas vezes determinantes para o deslocamento para a região e para área onde hoje está formado o Mutirão Eldorado. Assim, temos padrões de mobilidade similares entre os dois grupos. Da mesma forma, as famílias que ingressaram posteriormente no assentamento, o fizeram também a partir de redes familiares.

Mas um fato era comum aos dois grupos, os que eram identificados como *jovens* tinham vivência em áreas urbanas, seja porque moravam em núcleos urbanos antes do assentamento, seja pela freqüente circulação por áreas urbanas, após o assentamento. Como veremos, os laços familiares e as diferentes relações estabelecidas nos diferentes processos de acesso à terra na região vão trazer uma configuração específica para os jovens que lá viviam ou mesmo para aqueles que foram embora.

Assentamento Eldorado: ordenações internas e circulação local

Para pensarmos as relações traçadas nestes dois capítulos, vale o esforço de um “sobrevô” sobre a ocupação dos lotes em Eldorado. Para observarmos como as redes dos acampados e dos *meeiros* se mantiveram no desenho da ocupação do assentamento. O mapa 5 (Anexo 1)¹⁵⁰ resume em linhas gerais esta ocupação e mostra suas delimitações com outros espaços do entorno. Quatro áreas se destacam de acordo com redes formadas pelas ocupações (acampamento e *meeiros*), de parentesco, de vizinhança, religiosas, entre outras. As duas áreas circuladas apontam, grosso modo, por onde os assentados dessas áreas costumam circular e por que motivos¹⁵¹. A área “A” é composta pela maioria dos lotes da rua Espigão (nome da Fazenda vizinha), e é delimitada de um lado pela porteira da antiga fazenda “Casas Altas” (e uma estrada que se conecta à “rua 1” do município de Seropédica) e de outro por uma pedreira que faz fronteira com o assentamento. A rua foi construída entre dois morros, assim quase todos os lotes possuem uma parte plana e outra de morro. A maioria das famílias desta área participou da ocupação¹⁵². Espigão é considerada a rua principal do Mutirão Eldorado por seus

¹⁵⁰ Este mapa foi passado pela associação e corresponde a demarcação original dos lotes feita pelo INCRA. O mapa foi retrabalhado para servir de instrumento de análise.

¹⁵¹ Veremos, no capítulo IV, que freqüência à escola não muda constantemente e não segue à risca essa ordenação.

¹⁵² A maioria dos moradores dessa área é evangélica, principalmente batistas, as exceções são as famílias do Sr. Bartolomeu e da D. Alexandra que são católicos.

moradores e é onde está localizada, em um lote comunitário, a sede da APPME, o galpão, a casa de farinha e o *açude*¹⁵³.

A Área B é separada da Área A por um morro entrecortado por uma estrada, o que dificulta o acesso. Esta área é formada por duas ruas que se juntam em uma via em direção à Santa Rosa e Chaperó. Os lotes são ocupados por *meeiros*, por outros que chegaram depois e alguns poucos que participaram da ocupação. Esta área foi onde se localizou o acampamento¹⁵⁴.

A Área C é delimitada por uma curva com a rua principal da Área A em um extremo, e com Santa Rosa e com o Morro das Pedrinhas no outro. Tem o formato de uma rua contínua, Rua da Conquista, que para os que moram nessa área é considerada a principal rua do assentamento. A maioria dos lotes fica em área plana, e são ocupados pelos *meeiros*. A sede da APPROMFIT foi construída dentro do último lote dessa área, e foi demolida posteriormente¹⁵⁵. Uma rua que atravessa o Morro das Pedrinhas, contornando o assentamento, liga as áreas B e C.

Uma quarta área, D, pode ser definida como um espaço intermediário entre as três já descritas. Para chegar nesta área, deve-se entrar pela área “C”, na metade da rua da Conquista existe uma rua perpendicular em forma de “L”, onde estão dispostos os lotes. Nesta área a maioria dos moradores chegou no início da formação do assentamento ou depois. Nesta área também foram assentados, os *arrendatários* (que ocupavam a área C) Sr. Mauro e Sr. Matias¹⁵⁶.

Este mapa não deve ser lido de forma estática. Os últimos anos, por exemplo, vinham sendo marcados por muita rotatividade nos lotes, com a saída de assentados, das quatro áreas.

¹⁵³ As três construções foram realizadas pelo Incra. O *açude*, termo nativo, já existia na fazenda e é usado em momentos de seca para tentar suprir a falta d'água para a criação animal. Na seca que vivenciei no assentamento, esse recurso não foi suficiente e houve perda de criação animal.

¹⁵⁴ A maioria dos moradores é da Assembléia de Deus, e freqüentavam a igreja construída no lote do Sr. Haroldo (mesmo quando eram de outras igrejas evangélicas) alguns freqüentavam igrejas em Chaperó. Todos pareciam se conhecer e eventualmente se visitavam, embora as relações de vizinhança não parecessem tão próximas quanto as da Área A.

¹⁵⁵ Na Área C alguns moradores eram da Assembléia de Deus e outros da Igreja Católica, mas os conflitos entre vizinhos eram mais aparentes, as casas permaneciam quase todas fechadas e o contato entre os moradores parecia restrito. Também criticavam a associação por não atenderem às necessidades desta área. Mais recentemente um dos moradores (Sr. Joaquim) construiu um pequeno bar/mercearia em seu lote, que estava se configurando como um espaço de sociabilidade para os assentados da área.

¹⁵⁶ Participavam de forma diferenciada da APPME, mas também eram críticos à sua atuação. As filiações religiosas variavam, alguns eram evangélicos, mas muitos eram católicos e freqüentavam a igreja em Santa Rosa.

Mas as diferenças internas são reforçadas por essa ordenação física dos grupos, dentre os quais, os acampados e os *meeiros*, ainda são os mais identificados.

A imagem de unidade territorial que o assentamento carrega e que os próprios assentados, e os que lá atuam, reproduzem em determinados momentos, deve ser percebida a partir das trajetórias e da circulação, observada em linhas gerais nesses dois capítulos. O primeiro elemento a complexificar a construção territorial do assentamento foi a própria noção de unidade doméstica. Se, como vimos, os *meeiros* (área C) mantêm uma relação estreita com sua moradia urbana e na maioria dos casos a família permanece em Chaperó, existem ainda outros arranjos. Perguntados se têm outra casa fora do assentamento, as respostas variaram. Alguns da rede dos *acampados* das áreas A e B, por exemplo, afirmaram que não, mas que sua esposa (o) tem, os filhos têm e que passam os fins-de-semana nestas casas, porque vão visitá-los e/ou vão à igreja. Estas casas estão situadas em áreas consideradas urbanas, próximas (km 49) ou mais distante (ex. Nova Iguaçu). Um entrevistado afirmou que sua esposa mora com ele no assentamento, mas desde que ela tinha ficado doente fica em sua casa na cidade (km 49) e que a filha da sua esposa (sua enteada) mora com ela, mas não no assentamento. Assim, a unidade doméstica tem que ser compreendida como abarcando, em alguns casos, dois (ou mais) domicílios e deve ser analisada no sentido da circulação entre estes dois espaços (um percebido como rural e outro como urbano), como aprofundaremos ao longo da tese. Outra entrevistada, D.Romana (área D) – que entrou e saiu do assentamento durante a pesquisa – afirmou ter uma casa que passou a ser de uma de suas filhas, já que nenhuma das duas quis ir para o assentamento¹⁵⁷. A casa está situada em Chaperó, área rural segundo a entrevistada, onde ela tinha *criação* antes de ir para o assentamento, com produção e principalmente com criação. Com a seca na região, nos anos de 2001/2002 e que teve fortes conseqüências em Eldorado, ela levou os “bichos”¹⁵⁸ para a casa em Chaperó, que no questionário sócio-econômico foi apontada como sendo de sua propriedade¹⁵⁹.

¹⁵⁷ As filhas são casadas e têm filhos, mas freqüentavam muito a casa da mãe em Eldorado. Já D.Romana “comprou” o lote com seu segundo marido, Sr. Manuel (pai de outros três filhos). Este veio a falecer em 2002 e alguns meses depois D. Romana “vendeu” o lote, mas os herdeiros de Sr. Manuel estavam movendo um processo contra a viúva, pela “herança”, voltaremos a esse tema no capítulo V.

¹⁵⁸ Termo usado para diferenciar de “animais” de carga ou transporte, cavalo e burro.

¹⁵⁹ A localização da casa, em área urbana ou rural, pode influir no discurso e definição da situação de uma segunda casa, na medida em que a cobrança do INCRA para que comprovem se vivem no lote é cada vez maior, principalmente a partir do início do processo de titulação (vários perderam os lotes antes do começo da titulação).

Outro fator importante para observarmos as redes sociais anteriores ao acesso à terra, e que se mantiveram após o assentamento, é a circulação em Eldorado, e em torno da área. De um lado a BR416, centro do município de Seropédica, de outro o centro de Itaguaí, e ainda Santa Rosa, Chaperó, Piranema, consideradas áreas rurais por uns e urbanas por outros. Relações anteriores ao assentamento, moradia, trabalho, igreja, escola, comércio e outros, permanecem como parte do cotidiano dos assentados e representam muitas vezes, estratégias de manutenção do lote. Um exemplo foi seu Celso e os seus filhos homens, que vão trabalhar em Santa Rosa, onde moraram e trabalharam antes do assentamento. Cortam cana para compor renda ou para alimentar os “bicho”, assim como o inverso, trocam leitões por cana para alimentação dos porcos¹⁶⁰.

Neste sentido, buscou-se pensar para além da demarcação territorial estabelecida na formação do assentamento e, sim, a partir das relações entre os diferentes atores sociais, como construindo e rompendo fronteiras, definindo e redefinindo as formas de ocupação da área. Assim, pensar as múltiplas construções da categoria “jovem” em um espaço denominado de “rural” implicou um olhar que complexificasse a própria percepção de assentamento rural, assim como a observação da circulação dos que são denominados ou se auto-identificam “jovens”, nos diferentes espaços do assentamento e do seu entorno, na escola, na “cidade”, e em outros espaços percebidos como rurais, outros assentamentos, etc. A observação das relações “internas” ao assentamento – família, vizinhança, amizade – foram pautadas por esse duplo olhar “para dentro” e “para fora”, assim como para as fronteiras desses diferentes espaços e suas “transgressões”.

Nesses primeiros capítulos vimos o processo de convergências de diferentes experiências de vida. No caso dos “de dentro”, duas gerações que atuaram em processos sucessivos de luta pela terra, vindos de regiões rurais próximas e distantes, ocupando como assentados (colonos) nos primeiros assentamentos (Núcleos Colônias) promovidos pelo estado e loteamentos urbanos. E seus filhos que utilizaram o sistema de meação para ter acesso à terra, e posteriormente, atuaram junto com os acampados na formação do Eldorado. Por outro lado, os acampados, identificados como “de fora”, muitas vezes vieram de áreas próximas e

De acordo com os técnicos do Inera, é permitido que o assentado tenha outra casa ou propriedade, desde que seja somente residencial (não podendo ser comercial) e localizada em área urbana.

¹⁶⁰ Recebiam parte da cana cortada como pagamento pelo serviço, dessa parcela era vendida no km49 para as barracas de caldo-de-cana e uma parcela era usada para alimentar os bichos do lote..

buscaram se legitimar, como “de dentro, através do acampamento. E ainda os que chegaram após o assentamento formado, reafirmaram laços familiares. Mas pôde se perceber também, pelas diferentes entrevistas, que o acesso à terra não necessariamente transforma as relações.

Trata-se de processos de continuidade e mudança. Se não se pode minimizar a importância do acesso à terra que essa população conquistou, vimos, também, como “*plus ça change, plus c’est pareil*”, na estrutura fundiária local. Os diferentes processos de acesso à terra vividos nessa região são uma oportunidade ímpar para percebermos a complexidade dessas relações. Ou seja, apesar da origem e trajetória similares dos atores que lutavam pela terra, como entre os moradores do Morro das Pedrinhas e de Eldorado, observou-se formas diferenciadas dos indivíduos, grupos, autoridades constituídas, se relacionarem com a disputa pela terra. A presença de *grileiros* na região e o uso dos *bois* na disputa por terra atravessaram a história da região. Mas as mudanças causadas pelas intervenções governamentais, contribuíram para transformações na estrutura social trazendo para um cenário – onde o principal ator social à controlar a ter acesso e controle da terra era o dono de fazenda de gado – a presença de pequenos produtores familiares com acesso legal à terra. Neste caso, a meação e o acampamento, como mecanismos de disputa por terra encontraram um terreno menos “engessado”, onde terras da União sob domínio útil estavam “abandonadas” e em disputa. Mas o movimento de organização de sucessivos acampamentos traz para a área a possibilidade de ser esse um mecanismo de legitimação para a disputa pela terra, o que deve ser lido no contexto das transformações no processo de disputa por terra¹⁶¹. Diferente dos processos anteriores, onde as instâncias do Governo Federal, responsáveis pelos projetos de intervenção, definiam quem teria acesso à terra. Nesse caso, o evento ocupação na forma de acampamento trouxe para o cenário local novos atores sociais, que ocuparam um espaço privilegiado na disputa, por deterem, através dos *apoios*, conhecimento sobre os novos mecanismos de disputa por terra fruto da ação dos movimentos sociais.

No entanto, observaremos no próximo capítulo como não há uma relação mecânica: causa-efeito, entre a forma como os filhos, sobrinhos, netos, assim como os que se auto-denominam e são percebidos como *jovens*, enfrentaram a questão. O “jovem rural” que não quer a vida na “roça” é a imagem “senso comum” dessa categoria. Para se compreender os

¹⁶¹ Esse processo tem como marco abertura política com a Nova República e massificação dos movimentos sociais de luta por terra.

fatores que constituem a categoria e a sua complexidade, deve se observar os mesmos indivíduos nos seus múltiplos espaços de atuação. A recuperação desse processo histórico e suas memórias, que são construídas com referências atuais, são centrais para se compreender como os chamados *jovens* – muitos netos da primeira geração a ocupar a área, outros filhos dos que chegaram com o acampamento, ou que chegaram após o assentamento, como veremos adiante – se relacionam com essas diferentes realidades locais e suas situações históricas¹⁶².

¹⁶² “O Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, instituiu [...] Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta [...] de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Criou-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad), mas quatro anos depois os números alcançados eram muito mais modestos: 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares. Esses números refletiam o intenso debate político e ideológico em torno da reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte. Do embate resultaram a extinção do Incra, em 1987, e a do próprio Mirad, em 1989. A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989 o Congresso Nacional recriou o Incra, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas a falta de respaldo político e a pobreza orçamentária mantiveram a reforma agrária semiparalisada. [...] a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o Incra.”, in Página do Incra/MDA, localizada em http://www.incra.gov.br/_htm/instituicao/historico.htm, acessado em 27 de maio de 2005.

CAPÍTULO III – “Os jovens não participaram...”

O leitor, a essa altura, está se perguntando: e os jovens? Propositadamente eliminei, ao longo do texto, quase integralmente, aqueles que eram ou hoje são identificados como *jovens*. Isso se deveu ao fato de as “histórias” – contadas pelos *adultos* e/ou aqueles reconhecidos como responsáveis por esses processos e pelas decisões – não mencionarem espontaneamente a participação de *jovens*. Essa “não presença” das crianças e jovens nos relatos que resgataram o passado recente da ocupação de Casas Altas poderia ser lida como a ausência deles do processo, seja quanto à presença física nos acampamentos, seja apenas nas atividades e vivências cotidianas. No caso dos filhos dos *meeiros*, com algumas exceções, essa ausência do acampamento pareceu se confirmar. Mas seus relatos apresentaram fragmentos de informações, menção a redes de parentesco e formação de redes de amizade que geraram laços entre os dois grupos, a partir dos que se identificavam como *jovens*. Já no caso dos filhos dos acampados, essa ausência nas falas dos *adultos* entrou em contradição em suas próprias narrativas, onde lembraram de alguns momentos nos quais a presença dos filhos foi marcante – como na entrada na Fazenda Modelo e durante o ataque do Manuel Maluco e do Jorge Garcia. Com essas narrativas tínhamos a impressão de que, fosse de um jeito ou de outro, os *jovens* não só não participavam mais, como de fato nunca haviam participado. Entretanto, os relatos dos filhos são contundentes e resgataram em detalhes a experiência de terem vivido e participado do acampamento.

Da mesma forma, as lembranças dos *adultos* acionavam termos como *filhos* e *crianças* já os próprios utilizavam, além dessas denominações a própria categoria *jovem*. Assim, a construção da categoria “jovem” era permeada pelo não dito e pelo que era lembrado, o que nos levou a resgatar e comparar as “memórias” daqueles que estavam aparentemente “invisíveis” (Stropasolas,2002). Para tal, nesse capítulo, abordaremos o período do acampamento, buscando os diferentes olhares sobre a participação dos jovens e as classificações decorrentes das narrativas dessas “memórias”. Trataremos ainda das percepções sobre o universo rural, marcadas pelos sentimentos de pertencimento e rejeição que envolviam *ser jovem* em Eldorado, Morro das Pedrinhas, Santa Rosa e Chaperó.

Acampamento: a luta e o lúdico

Duas falas do Sr.Tadeu sobre o período de acampamento são um bom ponto de partida para pensarmos a questão proposta. No primeiro caso, perguntado sobre a participação dos *mais novos* (termo mais usado para se referir àqueles que não eram *adultos*), no cotidiano do acampamento, respondeu:

“Não, não participaram diretamente porque não tinham idade e eram coisas muito brutas, tudo na enxada. No acampamento só tinha mato.” (E62-Sr.Tadeu:35)

A segunda passagem foi sua resposta sobre a atuação deles em manifestações, ainda no período do acampamento,

“Sr.Tadeu – Eles acompanhando a gente. Tinha um envolvimento mesmo, de falar, de ir lá na frente.

E – Quem que chamava mais atenção nessa época?

Sr.Tadeu – Olha, tinha o Dênis, o filho da Délia, a Denise [também filha da Délia, ambos netos do Sr. Daniel]. Tinha a minha filha que era muito afoita, é ainda, braba pra caramba, a Tais. A minha nega [...], a Simone que tá com 17 anos agora, mas era mais nova também então ela não. Tinha o Marquinho, tinha o Isaias, do seu Haroldo, e o resto era tudo mais novinho. Tinha o meu cunhado o Silvinho que era novo. A Claudinha, os irmãos dela, eu lembro que tinha um problema lá, mas ele [Cristiano] participava, a gente falava – Deixa o garoto aí, deixa o garoto aí.”¹⁶³ (E62-Sr.Tadeu:37)

Essas duas falas trazem pistas importantes. Primeiro a localização social a partir das famílias (John Comerford,2003), como em *a filha do..., a minha filha...* Esse mecanismo parecia indicar a inexistência de usos da categoria “jovem” no período dos acampamentos. E segundo, a aparente “contradição” entre a enfática negação *não, não participavam*, e a segunda fala: *tinham um envolvimento mesmo*. Mas a classificação em: *mais novos, novinho, novo*, associando uns a algumas formas de *participação* e outros não, em função da idade, trouxe mais um elemento para a análise. Qual seja, algumas *crianças/filhos* são percebidos como mais atuantes no acampamento, o que é associado a um corte etário, ainda que pouco preciso, mais que tem como base ser *mais novo* e *mais velho*.

Essa aparente contradição, entre participar e não participar, ao falarem sobre a atuação dos filhos no trabalho cotidiano no acampamento em Casas Altas, ficou mais evidente no

¹⁶³ Um fator que chamou a atenção foi alguns filhos parecerem ter alguma deficiência mental ou dificuldade de aprendizagem. Um membro da direção do MST/RJ, avaliou esse como um “problema” presente em assentamentos do Estado.

diálogo entre Sr.Tadeu e D.Emiliana. D.Emiliana estava presente na entrevista realizada com Sr.Tadeu e ambos reforçaram a imagem da não participação ou ainda de uma atuação esporádica e pouco útil, nas atividades associadas à *trabalho*.

“Sr.Tadeu– Olha em condições de fazer alguma coisa era a Encarnação e a Raquel¹⁶⁴. E – E elas faziam o que?

Sr.Tadeu– Fizeram um almoço lá uma vez que, meu Deus do céu, (risos)...

D.Emiliana - Elas lavavam mais a louça, fazer faxina [...]

Sr.Tadeu- Vocês duas vão fazer almoço hoje. A Raquel temperou, socou o alho, eu to olhando, botou o óleo, lorou o alho, jogou água e jogou o macarrão dentro, meu Deus do céu!

D.Emiliana - Nem mexeu. Na água fria. (risos) Todo o mundo com fome.

Sr.Tadeu- Meu pai do céu é coisa de doido.

D.Emiliana - E ela diz que fez por desaforo da gente.

Sr.Tadeu- Ela é tihosa. (risos).” (E62-Sr.Tadeu:35)

O tom jocoso e a imagem da atuação episódica das filhas foram relativizados no mesmo diálogo pelo comentário rápido da D.Emiliana, que destacou duas tarefas que elas realizavam: lavar a louça e fazer faxina. Já D.Carmosina recordou outros momentos,

“A polícia mesmo depois do termo de posse derrubava a barraca. A Suely [esposa do Sr.Tadeu] quase foi presa. A mulher do Manuel Maluco não deixava entrar ou sair, ela dizia que a gente era muito atrevido, que era ladrão de terra. Quando as meninas iam buscar água, eles ficavam falando. Botaram veneno na água. Antes do conflito ia pra escola e na hora de voltar um adulto ia esperar. A gente tinha medo que pegassem uma criança para fazer de refém pra tirar a gente daqui. [...] Quando acampamos no Incra (1991/92), um dia pra ter a ordem definitiva, as crianças foram e fizeram muita bagunça na sala de computação.” (E10-Claudinha:11)

Nessa fala, embora o foco não fosse a participação dos filhos no trabalho e sim os momentos difíceis vividos, observamos a atuação deles no abastecimento d'água, sua presença na mobilização no Incra, ainda que só *fazendo muita bagunça*, e ainda como alvo de ameaças. Assim, o trabalho deles no acampamento era pouco valorizado, ao passo que o papel nos processos de enfrentamento e mobilização era mais evidenciado De acordo com os relatos, como vimos no caso da ocupação da Fazenda Modelo, a presença das *crianças* era um mecanismo visando diminuir a ameaça de violência e sensibilizar autoridades. Mas também nos relatos sobre o ataque do Manuel Maluco e do Jorge Garcia e o difícil cotidiano do

¹⁶⁴ Encarnação é filha da D.Emiliana e do Sr.Emanuel e a Raquel, atingida no tiroteio do Manuel Maluco, é filha da D. Maria, que já saiu do assentamento. Encarnação e Raquel já saíram do Eldorado.

acampamento, os *filhos* e outros *mais novos* eram lembrados pelos riscos que sofreram. Como na fala acima, de D.Carmosina, sobre a ida para a escola.

No entanto, pouco foi dito, espontaneamente, quanto ao comportamento, espaço e forma de atuação dos *filhos* e de outros *mais novos*, no processo de *luta pela terra*, que por sua vez não passaram por estas diferentes experiências sem uma leitura sobre o que viveram. Os momentos lembrados em seus relatos são alguns dos mais retratados pelos *adultos*, mas esse outro olhar revelou o quão inseridos estavam nestes processos e o quão marcante foi essa vivência .

Os irmãos Ênio e Encarnação¹⁶⁵ deixaram transparecer em suas falas a complexidade dessas inserções. Ênio lembrou do período do acampamento (tanto na Fazenda Modelo, quanto em Casas Altas) e da decisão de participar,

“Ênio - É foi bem sofrido, pô, a gente pô.. na época foi um tempo frio, muito sofrimento assim, pô, a gente passou fome e tudo [...]. Mas o pessoal queria porque queria, tinha que lutar pra ver. Então na época eu fiquei, pô, eu era jovem, aí eu falei assim pô, será que isso é vida mesmo pra mim cara?”

E - Quê que você fazia na época?

Ênio - Na época eu tinha saído do quartel.

E - O que você tinha vontade de fazer naquela época?

Ênio - É eu tinha vontade de ter um emprego, assim. Mas aí como meus pais também queria [entrar no acampamento], pra dar força pra eles, aí eu entrei junto com eles. (E21-Ênio:1-3)

Nessa fala sobressai uma linguagem, marcada pela gíria, bem diferente da dos *adultos*. Já o uso da expressão *a gente*, para se referir à família e às fortes recordações, apontaram o sentimento de participação e pertencimento. Mas, ao mesmo tempo, Ênio usou o termo *jovem* para se individualizar no processo e destacar as suas angústias pessoais. Nesse caso, o termo também pode ter sido usado como uma referência a “jovens”, no sentido “será que isso é vida para um jovem?”, em oposição ao desejo de um emprego que representaria uma maior autonomia em relação à família, como veremos no capítulo VI.

Já sua irmã Encarnação, que à época do acampamento tinha 14 anos, traz outro processo de chegada no acampamento. Em sua fala pode-se destacar a estratégia familiar para

¹⁶⁵ Filhos de D.Emiliana e Sr.Emanuel. Ênio (31 anos), casado, trabalha na Michelin, participou do acampamento, mas não chegou a ser assentado. Já Encarnação (22 anos), recém casada é dona-de-casa, participou do acampamento e foi assentada junto com os pais. Após se casar saiu do assentamento.

que ela não interrompesse os estudos, aonde novamente vimos as redes familiares em ação¹⁶⁶. Mas as lembranças da Encarnação eram de rejeição à situação do acampamento.

“Encarnação - É ficaram sabendo da invasão de terra. Minha mãe falou: “então eu vou entrar nesse meio.”

E – Quem avisou?

S - Meu tio Flávio. Ai eu falei, num vou entrar não, senão vou perder meu estudo. Ai foi meu pai e ela, ai invadiu [...] na outra terra [Fazenda Modelo], num deu certo.

E - Você ficou com quem em Cabuçu?

S - Eu fiquei com minha tia. Ai depois cabou o estudo, ai eu vim pra cá, ai passou um ano, a gente passou muito sacrificio aqui. [...]

E - Você quis vir pra cá.

S – Quis. Eu pensava, eu quero ver como que era lá. Ai eu fiquei com vontade de vir. [...] A gente passou muito sacrificio aqui [...] tinha cozinheira que fazia a comida bem runha. Aquele dia eu não almoçava, nem jantava, eu ficava com fome. Ai quando era da minha mãe eu comia.” (E22-Encarnação:1-4)

Como nas falas dos *adultos*, o ataque do Manuel Maluco e do Jorge Garcia foi marcante. De todos os relatos coletados, o da Denise (neto de Sr.Daniel e filho do Davi e da Délia) foi o que trouxe em detalhes os momentos mais desesperadores do ocorrido. A emoção dificilmente é captada pela nossa capacidade de “transcrição”, mas suas palavras retratam a intensidade daquele longo “momento”. Seu relato é impressionante e, como outros relatos de filhos que viveram essa experiência, informa muito sobre sua percepção do assentamento hoje. *“Eu só tenho lembranças ruins do Eldorado.”*¹⁶⁷.

“Eu tava junto na hora, e eram muitos homens, assim uns onze,[...] parecia até mais na hora. [...] A cavalo, com armas e alguns paus. [...] A gente tava brincando, [...] Era as meninas, a Tais, a Encarnação, essas meninas brincando junto com os garotos, os meninos. De repente, eles chegaram, e já de cara foram atirando no Victor pegou primeiro no joelho, e eu vi quando ele caiu. E nisso eu tava, num tem essas barracas de quartel, que tem fios trançados? Eu tava com uma perna assim: o fio passava no meio das minhas pernas, e nisso que o cara levou o tiro, eu fiquei tentando sair daquilo ali e parece que eu tava presa, e quando a gente conseguiu [sair], as meninas que tavam soltas correram todas e, um senhor me pegou e me botou dentro de uma barraca. Quando eu olhava assim pra barraca eu só via furo [de bala] [...] Eu fiquei

¹⁶⁶ Esta questão será abordada no capítulo VI.

¹⁶⁷ Como veremos no próximo capítulo, um fato relativiza suas impressões, Denise conheceu seu marido no assentamento e segundo contou, ele freqüentava muito o acampamento por ser um local onde havia muitos “jovens”. Quando falou desse assunto reavaliou suas impressões e disse que apesar de tudo o Eldorado tinha sido um lugar onde viveu muitos momentos felizes. Mas considera que os projetos que tinham para depois de formado o assentamento não se concretizaram e que apesar de ela ter interesse em trabalhar “na produção”, era “muito difícil”. Atualmente sua família não mora mais no assentamento, ela trabalha com uma amiga organizando festas de aniversário e mora no km 49 com seu marido.

sentada no chão [...] E, daqui a pouquinho tava plástico caindo, queimando, eles colocaram fogo em várias barracas, era lona preta, plástico preto, e tinha plástico caindo em cima da cama, perto de mim. E, nisso, eu visualizei minha mãe e gritei. Mas sabe quando você tenta fazer alguma coisa mas você não consegue, você não consegue ir, não consegue. E minha mãe veio e me puxou e falou pra mim corre. Falou pra mim: corre pra algum lugar e não se esquento comigo. E eu chorando porque num queria que nada acontecesse com ela ou com meu pai. Nisso que eu tava correndo, que o meu pai tava no carro pra levar o Victor [...] veio um cara, quebrou o vidro do carro e meu pai só soube se proteger com a mão. Com certeza um tiro pegaria no rosto dele e outro no peito, porque um tiro pegou aqui e outro tiro aqui [apontando para o local dos tiros, no braço e na mão]. [...] A daqui ele ainda tem hoje, ele não mexe a mão, não fecha a mão. [...] E, eu vi ele levando tiro, ele caiu. Minha vontade era... sei lá. Ai meus irmãos me chamando, me gritando e daqui a pouquinho eu vi ele levanto... ele diz que se fingiu de morto, e daqui a pouquinho quando eu vi ele levantando, quando ele tava correndo veio um, um só, foi muita sorte porque se fosse um cara que tivesse armado teria dado outro tiro né. Esse não estava armado, estava com um pedaço de pau bem grande, e foi nas costas dele e sentou uma paulada. E eu senti que ele quase caiu, porque eu tava na frente dele. Mas aonde eu estava não tava tendo tiro, mas estava aquela agitação, gente correndo e, ele fazendo assim pra mim ir, pra mim não ficar. Ai ele também correu, e aonde a gente tava escondida, um meio de aipim, é que aipim fechado não dá pra ver, a gente se escondeu, bastante criança. [...] Bastante criança, bastante gente, tudo ali, e ele chegou de repente com a blusa, a roupa cheia de sangue, e o braço era sangue puro. [...] Meu pai ficou vários meses com a bala no braço que às vezes de noite latejava, doía e... [...] ele mesmo tirou a bala do braço dele. [...] Ele não gosta do Mutirão, nem eu nem meus irmãos, nem minha mãe.”¹⁶⁸ (E63 –Denise:6-9)

Nessa fala Denise traz novamente o termo *criança*, como se auto-classifica, mas principalmente o sofrimento de ver sua família viver tamanha violência. A força dessa experiência parece ter marcado o seu olhar sobre o assentamento, diferente de seu irmão Dênis (Dênis) que enfatizou mais as relações de amizade e a experiência no lote, como veremos mais adiante. Dênis, apesar de lembrar dos momentos difíceis, e do seu olhar também partir da preocupação com a sua família, como quando sua mãe foi ameaçada, assumiu um tom jocoso em sua narrativa sobre a experiência.

“Eu estava ali mesmo, corria pra lá, corria pra cá. Passava debaixo da cerca, ajudava um, ajudava o outro. Ai um cara queria bater na minha mãe com um pedaço de pau. Ai eu virei pra ele "o covarde não tem vergonha de bater numa mulher não", ai ele falou assim "já que você não quer que eu bata na sua mãe então eu vou bater em você" ai ele venho pra cima de mim com um pedaço de pau, né. E ele tava armado,

¹⁶⁸ Apesar do que enfrentaram, a família ficou e foi assentada e participaram intensamente da organização dos primeiros anos. Saíram alguns anos depois e voltaram a morar no km49.

mas acho que ele não queria mais matar ninguém, eles só queriam eles dois. Aí eles vieram para cima de mim, e foi quando eu consegui pular a cerca. Sem saber como eu consegui pular a cerca. [...] Eu sei que eu estava de costa para a cerca. Mas quando eu fui vê eu estava do outro lado. (risos). Eu dei um pulo e cai do outro lado de pé e sai correndo em zig-zag com medo dele acertar um tiro em mim. E aí eu encontrei com o pessoal lá do outro lado já no final, já na outra fazenda.” (E13-Vicente e Dênis:15)

Encarnação também estava presente e o ataque foi relatado novamente marcado pela forte preocupação dos filhos com o que poderia ocorrer a seus pais. Mas nessa segunda narrativa, apareceu com ênfase a preocupação também com o *presidente* [Sr.Tadeu] e com os *apoios*. Encarnação reproduziu, assim, a linguagem do acampamento usando *a gente* não mais para se referir apenas a sua família, mas ao grupo. Nesse caso, o relato assumiu um tom jocoso usado por alguns *adultos* e ainda reforçou esse como um momento da conquista da *nossa terrinha*.

“Encarnação - Aí tem um dia, o fazendeiro falou [...]: “ó, se vocês num saí, vocês vai ver comigo.” [...] aí o filho do fazendeiro falou assim: “gente, ó, vocês corre porque meu pai tá vindo aí, com os empregados dele com arma, e com tudo.” Aí a gente num acreditou muito não, pô, o filho do homem, avisar a gente, num acreditamo muito não. Quando a gente pensou de fugir, o homem já tava lá, e falou assim: “eu quero conversar com o chefe daqui e o apoio, que apóia vocês”. Aí o presidente falou: “tá bom, a gente vai conversar”. Na hora, ó, num deu uma palavra, e o homem já pegou a arma e atirou.

E - Você viu isso tudo?

Encarnação - Eu vi, vi tudinho. [...] A bala passou assim, ó, quase que me matou, eu tava perto do moço assim, aí falou: “com vocês eu não quero conversar, eu quero conversar isso aqui”. “Pá!” [som representando um tiro] Aí acertou o moço, o presidente fugiu num desespero danado, a gente correndo pra lá, correndo pra cá. [...] Aí tinha [...] a cerca [que separava a Fazenda Casas Altas da Noruega] num sei como a gente conseguiu, na hora do nervoso a gente consegue tudo, né? Pulou pro outro lado, e a gente correndo, e a gente preocupado com o presidente, e o outro, coitado, o outro tava caído lá, a gente conseguiu, [...] mas aí os outros queriam matar até criança. O chefe falou assim, “criança não, num quero criança e nem mulher grávida, eu quero um chefe, se vocês matar a criança, eu vou matar vocês também”, falou. [...] a gente correndo muito, meu Deus do céu, foi um desespero.[...]. A nossa sorte foi o bujão de gás que tinha lá, eles colocou fogo nas barracas todas, aí... aí eu fiquei dentro da barraca, eu escondi debaixo da cama assim. Aí o moço falou assim: “sai daí Só, sai daí, eles tá colocando fogo na barraca”. Eu corri desesperada, [...] minha mãe sumiu, “onde tá minha mãe?” Minha mãe já tava do outro lado [da cerca], aí eu falei: ela esqueceu da filha (risos). Eu preocupada com minha mãe e minha mãe do outro lado. Danadinha, [...] se eu morrer, o importante é minha mãe não morrer [...] A sorte nossa é que [...] colocando fogo assim na barraca, o bujão de gás estourou. Eles falou assim: “gente vamo correr porque tem bomba, aqui, eles têm bomba pesada aqui”, rapou fora eles. (risos) E eles são bobo eles, né? [...] A gente

quase perdeu a vida. Parece que foi Deus que colocou a mão dele assim por cima daquele Mutirão, o Mutirão foi abençoado por Deus, senão a gente não ia ganhar nossa terrinha e tava morto.” (E22-Encarnação:1-4)

Mesmo os filhos que não estavam na hora lembraram do sofrimento e angústia que marcaram o ataque. Como na fala do Frederico¹⁶⁹, que ficou com a avó quando os pais foram para o acampamento, e ouviu sobre o ataque no rádio. Nessa entrevista a sua mãe Fátima estava presente,

“Frederico – Eu soube na época porque falaram no rádio. Falaram que morreu todo mundo. Eu até chorei e tudo. Depois explicaram de novo no rádio que só ficaram algumas pessoas feridas e que ninguém tinha morrido. [...]

Fátima – É ele ficou desesperado, por que ele era um pouquinho mais velho e eu deixei ele com a minha mãe. Ele tava com 7 pra 8 anos.” (E25 – Frederico: 1-2)

Ênio também não estava presente no ataque, mas ressaltou o desejo, naquele momento, de que sua família sáisse do acampamento. Mas, segundo Ênio, o fato de decidirem ficar mesmo após o ocorrido foi um sinal de que queriam a terra.

“Nesse dia eu não estava não porque eu tinha saído para namorar. [...] aí foi aí que aconteceu. [...] na segunda de manhã quando eu voltei e fiquei sabendo o que tinha acontecido. É, aí tava aquele desespero. O que eu vou fazer, não sei se tiro minha família daqui. Ai meu pai disse: “não faça isso.” Aí eu vi que eles tavam com tanta vontade, aí eu falei, eles querem, então...” (E21-Ênio:3-4,7)

As falas constroem o olhar sobre o episódio a partir da família onde as relações familiares estão em primeiro plano. Por outro lado, esses relatos são emblemáticos para caracterizar a presença e o envolvimento dos filhos no processo de ocupação, e também, para demonstrar suas percepções. Nessas falas transparecem as diferentes vivências desse período, o que nos deu pistas importantes para analisar as distintas formas de relação com o assentamento. A compreensão de que não havia uma forma comum dos filhos e outros *mais novos* participarem do acampamento foi reforçada nas descrições das tarefas que realizavam. O relato de Ênio das tarefas dos *mais novos* (termo adotado pela pesquisadora por ter sido usado em algumas falas), foi revelador, da atuação deles desde a Fazenda Modelo,

¹⁶⁹ Frederico (18 anos), filho de Feliciano e Fátima (irmã de D.Emiliana), que participaram do acampamento foram assentados, e saíram do assentamento em 2002. À época da pesquisa moravam em Seropédica. Frederico, que morava com os pais, continuou a frequentar o Eldorado trabalhando para os tios (D.Emiliana e Sr.Emanuel), recebendo diária. À época da pesquisa se tornou um acampado, junto com outro tio, no Terra Prometida (Santa Cruz). É o único “jovem” que fez essa trajetória.

“E - Como era o acampamento? O pessoal mais novo participava das tarefas todas?
Ênio - Participava, porque era muita tarefa. Uns tinham que buscar lenha, outros tinha que arrumar alguma coisa pra comer, no caso... lá mesmo, a gente ia pescar. Às vezes tinha que arrumar a barraca, nós armava a barraca e ficava legal, à noite dava um vento... Levava tudo.

E - E você acha que tinha diferença de idade, para cada tipo de tarefa?

Ênio - É até as crianças tinha as tarefas delas também, no caso, lá [Fazenda Modelo] era uma área muito úmida. A área que nós fizemos o acampamento, a gente teve que fazer o quê? Cortar capim para forrar aquilo tudo. Pras crianças num ficar naquela lama, naquela umidade, a gente ia cortando, as crianças carregando aquele capinzinho leve, pra ir espalhando, todo mundo trabalhava. Tinha a guarda à noite, também.

E - Quem participava da guarda à noite?

Ênio - Eu participava da guarda. Eu era o principal. Não sei se era por eu ter vindo do quartel, eles diziam: você é o cara.” (E21-Ênio:1-3)

Encarnação apresentou elementos para se observar a divisão sexual do trabalho entre os *filhos*, que como veremos no capítulo IV, era anterior ao acampamento e teria sido reproduzida tanto no acampamento, quanto no assentamento. Em sua fala apareceu ainda a classificação de quem *trabalhava* e quem *ajudava* para distinguir os *mais novos* dos *mais de idade*,

“E - Você ajudava na cozinha.

S - Ajudava na cozinha, eu era sempre ajudante. Porque pra cozinhar tinha que ser alguém mais de idade. Eu não sabia muito né,... aí

E - Você antes mexia com terra?

S - Não não mexia não, nem sabia mexer com terra, aprendi aqui. Aí a gente pegou chuva, a gente passou muito sacrifício mesmo.” (E22-Encarnação:1-4)

Por outro lado, os *filhos* lembraram a atuação em tarefas específicas do acampamento, como no diálogo entre os irmãos Claudinha, Cristiano e Célio¹⁷⁰ e mãe deles D.Carmosina. Novamente apareceu uma suposta divisão sexual do trabalho. Embora Claudinha tenha se incluído na tarefa de *vigiar o morro*, seu irmão atribuiu esse papel a homens, todos *mais novos*.

“Claudinha - A gente era criança e ficava vigiando o morro.

Célio - Qualquer um que passava a cavalo a gente soltava moiteiro. Soltamo uma vez por causa do filho do Adolfo (Adalberto). Entrou a cavalo e o pessoal não reconheceu, ele não avisou quem era.

¹⁷⁰ Claudinha (27 anos), Célio (24 anos) e Cristiano (23 anos), filhos de D.Carmosina e Sr. Celso, ex-moradores do Morro das Pedrinhas, participaram do acampamento, foram assentados e moravam com os pais até a época da pesquisa.

D.Carmosina – O Celso [seu marido] andava armado, tava ameaçado de morte. Um capanga deles disse “o dia que te ver lá fora eu acabo com tudo.” A gente levantava a cerca e o capanga cortava. O barraquinho do seu João [ex-assentado] não ficava de pé.

E – Quem ficava de vigia.

Célio – Humberto¹⁷¹, Cristiano, eu, Diogo (Filho de Seu Davi e D.Délia), o genro do Seu Daniel. A gente vigiava o dia todo.

E – Quantos anos vocês tinham

Claudinha – 15 anos.

Célio e Cristiano – 13 anos.” (E10-Claudinha:11)

Nessas narrativas não só foram reproduzidos relatos dos *adultos* e as situações mais marcantes na memória coletiva, mas também a sua intensa vivência em todos os momentos e em muitas das tarefas da formação do acampamento. Entretanto, Ênio se diferencia dos demais e separa as suas tarefas das que as *crianças* realizavam. E, ainda, alternou em sua narrativa o uso do termo *jovem* e *adulto* para se auto-identificar, em oposição às *crianças* e aos *mais antigos*, como na fala destacada anteriormente e na fala que segue,

“Dá uma lembrança muito triste. Muito sofrido mesmo, só quem participou mesmo é que sabe. Ainda mais aqui [Eldorado], aqui então, aqui foi brabo. [...] Lá (Fazenda Modelo) nem agradava da terra não sei..., aí teve que sair mesmo, porque a pressão lá foi muita. E viemos pra cá. a terra daqui eles falaram [...] era mais produtiva [...] no dia do acampamento chovia, rapaz, chovia. Cheio de crianças, eu ficava, pô, só pensando nas crianças. A gente adulto, tá na chuva não tem nada. [...] Aí ocupamo, só que ocupamo o lado errado. (rindo) [...] quando amanheceu o dia, “não, não é aí, vocês num pode ficar aqui” e [...] a sorte que tava perto... É, aí nós tivemos que pular a cerca (empolgado) [...]. Aí, amanheceu o dia nós fomos procurar lugar de água, vê uma área melhor pra a gente começar a capinar, pra plantar alguma coisa [...] na área mesmo que nós acampamos, tinha uma área boa pra começar...” (E21-Ênio:1-3)

Mas, apesar de o trabalho na *roça* não ser uma experiência nova para Ênio, que *ajudava* o avô desde os 8 anos de idade,

“[...] eu sempre ajudei meu avô, eu estudava, chegava de tarde, almoçava e ia pra roça.” . (E21-Ênio:1-3)

O plantio ficou ao encargo dos *mais antigos*, os *mais experientes*, e a relação de *ajuda* anterior ao acampamento foi reproduzida. Ênio utilizou o mesmo tipo de classificação de

¹⁷¹ Filho do Sr. Haroldo, família do grupo dos acampados. Foram assentados e parte da família ainda vivia em Eldorado à época da pesquisa. O Miquinho já havia saído e não foi possível entrevista-lo.

Encarnação, associando ser *mais antigo* com ter *experiência e trabalho* em oposição a ser *mais novo e ajudar*.

“E - Quem que participou dessa parte de plantio? O pessoal mais novo...”

Ênio - Os mais antigos, o pessoal com mais idade que tinha mais experiência sobre isso.

E - Os mais novos não?

Ênio - Eles ajudavam a limpar, capinar.” (E21-Ênio:1-3)

Como vimos, a classificação em *criança* e *jovem* foi constantemente acionada nesses relatos. E , ainda, termos como *mais novos, novos, novinhos, pequeno, adulto, mais velho, responsável, mais experiente*. O uso da identificação como *criança* ou *jovem* foi acionado para “explicar” a forma de participação no acampamento. Nesse sentido, ser *criança* é associado a ter pouca responsabilidade com o cotidiano do acampamento ou mesmo para explicar não se lembrar desse período. Como quando perguntei ao Alfredo, filho do Sr.Adolfo, que tinha oito anos à época do acampamento, do que ele se lembrava. *Eu era bem novo*. Ou na fala do Vicente, neto do Sr.Daniel que tinha 8 anos quando participou do acampamento, que lembrou da experiência na Fazenda Modelo onde *brincava muito, eu era criança*. Ou ainda, no relato da Marta, filha do *meeiro* Sr.Márcio, irmã do Mario, que tinha 7 anos à época do acampamento, *eu era muito pequena*. Mesmo assim lembrou *quando tacaram fogo nas barracas*, porque passou na televisão. E também do dia em que sortearam os lotes, quando seu pai chegou em casa com a notícia.

Mas duas falas complexificaram a associação mecânica entre idade e participação. Bernardo, filho do Sr.Bartolomeu, tinha dez anos quando o assentamento foi dividido em lotes. A principal lembrança que o marcou foi ter participado da retirada dos bois do Manuel Maluco, levados para a UFRuralRJ. Nesse relato Bernardo ressaltou que aprendeu a andar à cavalo no Mutirão,

“Bernardo – Tinha resolvido só o negócio das terras, aí depois tivemos que botar os bois pra fora. [...] Ajudei...”

E – Você já sabia montar cavalo?

Bernardo – Já. [...] Aprendi aqui mesmo. Aí nós juntamos os bois, foi lá pra Rural, era pequeno, saí daqui lá na Rural.[...]Que eu lembro, eu acho que a única criança sou eu, eu gostava muito de animal, eu gosto muito de animal, eu vi os outros tocando e fui junto [...] eu vi todo mundo tocando boi... [...] aí eu fui pra lá fui embora a pé nem cansei.”(E04Bernardo:12-13)

Dênis, por sua vez, usou uma classificação que revelou uma transição entre uma auto-identificação como *jovem sem responsabilidade* e *jovem que desenvolveu*. Essa passagem de uma categoria para outra não foi associada a tempo ou idade, e sim ao fato de ele ter se desenvolvido, o que pode significar desenvolvimento físico, mas, como ele mesmo afirmou, os *adultos* passaram a *confiar* nele.

“Dênis - *Naquele tempo [Fazenda Modelo] a gente era mais criança, criança não, a gente era mais jovem. E não tinha mais estas responsabilidades. Era uma coisa mais de brincar, curtir a vida e o rio lá que virava praia, a gente sempre ia para lá. A partir do momento que a gente veio [...] Acampar nessa fazenda Casas Altas e ficamos mais uns 2 anos acampados, na lona assim.*

E - O que você lembra dessa época assim.

Dênis - Ah, eu lembrava de tudo né, do dia a dia. [...]Trabalhava na plantação, da colheita, da campina.

E - Da vigília.

Dênis - Da vigília também,

E - Você estava já com quantos anos?

Dênis - Com pouco tempo, é porque dentro de um ano eu desenvolvi mais. Aí nós começamos lá, aí me colocaram na vigília juntamente com o meu pai, no começo. Aí depois começaram a separar na vigília na noite, aí foi indo. É fiquei lá só uns 2 meses, depois logo me separaram, viram que eu dava né. Confiava.

E - E na vigília tinha que ficar armado.

Dênis - (Fez um breve silêncio) Eu não ficava, só quem ficava armado, porque tinha 2 armas na época era o X e o Y. Só quem ficava era eles, e depois de 2 anos, depois que aconteceu aquele negócio [ataque do Manuel Maluco]”(E13Vicente e Dênis:14)

Participar da vigília noturna foi tratado como uma tarefa para a qual só *jovens* homens que eram *confiáveis* e que não eram mais *crianças* eram chamados, como o caso do Silvinho, cunhado do Sr.Tadeu, o Ênio, que havia servido ao exército e o Dênis, que *desenvolveu* e ganhou *confiança*. Assim, havia forte associação entre a categoria *criança* e mesmo *jovem* à imagem de pouca responsabilidade. A quem as tarefas mais importantes não seriam confiadas e, portanto, não participavam do trabalho no acampamento, só ajudavam. Os próprios *jovens* reproduziam a classificação em *mais velhos* e *mais novos*, ou *adultos* e *jovens*, a partir da qualificação em *responsáveis/experientes* e *não ter responsabilidades/não ter experiência*.

Se o cotidiano do acampamento foi retratado como um período de muitas dificuldades e sofrimento, também foi uma época de recordações marcadas pelo lúdico e pelas novas amizades. Diferente das falas dos *adultos*, em todas as falas dos *filhos*, tanto dos que eram identificados ou auto-identificados como *crianças*, quanto os que se classificaram como *jovem*, ouve referência ao lúdico e às redes de amizade que se formaram a partir do

acampamento. Como vimos na fala da Denise, no momento em que sofreram o ataque estavam brincando. Simone, definida por seu pai Sr.Tadeu e auto-identificada como *criança*, usou a distinção entre *crianças* e *jovens*, tendo a idade como marco de classificação, para explicar porque não se lembrava em detalhes do período do acampamento. No entanto, a vivência no Mutirão foi lembrada, associada à *união*, às *amizades construídas* e às *brincadeiras* com a Carmem¹⁷², no período do acampamento,

“E –Você chegou a participar de todo o começo da ocupação? O que que você lembra dessa época?”

Simone – Desde o começo. Ah, eu lembro de pouca coisa, porque eu era pequenininha eu acho que eu tinha cinco, seis anos só. Tem muita coisa que eu não lembro de lá...

E – Que que você lembra, assim logo do começo ?

Simone – Lembro no começo que a gente ia, a gente foi ocupar a fazenda lá a gente não podia aparecer em foto, por causa do meu pai e tudo, por causa daquele negócio de família de presidente não podia aparecer né... [...] Aí a gente não saía, eu não saía lá de dentro, eu vivia lá dentro. [...] Ih, a gente... lá na Casa de Pedra sempre tinha né que era Carmem e umas outras garotas, toda quarta-feira, final de semana ia pra lá, e fazia coisa assim diferente, brincadeiras. Teve gente que já fez teatro lá dentro, bastante coisa. E sempre teve a união lá dentro. E aquela coisa mais gostosa né que é a união de todo mundo, todo o mundo sempre unido. Sempre quando a gente fazia uma coisa fazia todo o mundo junto, era esse parte boa de lá do Mutirão que eu lembro, lembro com saudades, deixar amiga assim pra trás...”(E61 Simone:1-2)

Muitos filhos tiveram como primeira resposta à pergunta : “o que você se lembra dessa época?” “*As brincadeiras*”. Algumas lembranças remontaram ao período da Fazenda Modelo, como na fala da Denise,

“Hoje em dia elas já estão casadas também com filhos, e a gente se conheceu brincando de boneca, na Fazenda Modelo, a gente brincava muito dentro das barracas, de boneca, de alguma coisa. E, elas hoje cresceram, às vezes eu reencontro alguma, uma tá grávida, a outra já tá com filho.” (E63-Denise:5)

Em alguns casos a família morava em áreas próximas e o pai ou a mãe levava o filho(a) para passar o dia. Nesses casos a *brincadeira com os amigos* ou com primos foi ainda mais presente nas narrativas. Mas *brincar* podia ser acompanhar os pais em reuniões no acampamento. Fabiano, filho dos acampados D.Fabiana e Sr.Florêncio, tinha cinco anos

¹⁷² Carmem era aluna da Economia Doméstica em 1992, durante o acampamento, e desenvolveu um trabalho com outros colegas que envolviam jogos e brincadeiras, inicialmente de maneira mais informal e posteriormente no Projeto Pró-Gente Rural (UFRuralRJ).

quando entraram no acampamento. Ele lembrou em seu relato das reuniões que aconteciam em frente à Casa De Pedra, onde ficavam *brincando*.

Já Ênio analisou o processo destacando momentos *ruins* e associando os *bons* à pesca e à própria conquista da terra.

“Ênio - *Mas foi bom... foi ruim e bom.*

E - *O que que foi ruim?*

Ênio - *O ruim era porque a gente sofria muito. Para conseguir alguma coisa tem que sofrer né?*

E - *E o que era bom?*

S - *[...] pescar era muito bom, na época eu era um cara que não gostava muito de brincadeira, era mais fechado, gostava de fazer o necessário. Ficava ali mesmo doido que a terra saísse. Que o pessoal ganhasse mesmo.” (E21-Ênio:3-4,7)*

Embora o corte etário não fosse preciso, foi recorrente no uso do termo *criança* para aqueles que tinham até dez anos. O termo também foi usado para se referir a atividades organizadas pela Carmem com as *crianças*. Embora tenha havido pouco uso coletivo do termo *jovem*, alguns relatos citaram reuniões com os *jovens* organizadas pelos adultos, com participação da Irmã Ivete. Ela caracterizou essas reuniões como de *formação* para *conscientizar os jovens*, que seriam os que assumiriam no futuro,

“Irmã Ivete – *Inclusive, até tinha reuniões assim..., para a formação deles né.[...] a gente não comandava, a gente estava junto com eles. Quando eles queriam uma coisa mais assim... pra eles aprenderem assim uma formação, então a gente convidava outras pessoas, a gente mesmo, aluno da Rural iam pra lá. Sempre tinha gente da Rural lá com eles né, os alunos né. [...] Pra eles pois justamente eles falavam sempre..., os pais, os adultos falavam sempre que os jovens tinham que ter uma formação para eles gostarem da área. Por que eles passavam, mais os jovens ainda estavam chegando, e quem ia tomar conta depois eram os próprios jovens. [...] Eles pediam pra gente ajudar. Eles colocavam e pediam. Nós fizemos muitos encontros de jovens, com reuniões assim, para conscientização. A gente fazia, o Sr.Tadeu mesmo falava assim, ”A gente queria fazer um encontro com os jovens, uma coisa assim..., pra eles, pra orientar.” (E78 Irmã Ivete:9)*

Dênis lembrou das reuniões ao relatar o ataque do Manuel Maluco. Embora não lembre com clareza, Dênis associou a reunião à *brincadeira jovem* e a *negócio do próprio Mutirão*, o que pode significar que ao falar de *brincadeira* eles pudessem estar se referindo a uma ampla gama de atividades,

“E - *O que você lembra do dia do conflito, o que você estava?*

Dênis - *Nós estávamos, a gente jovem estava numa brincadeira, é numa reunião de jovem no local, a gente ficava discutindo negócio do próprio do Mutirão mesmo do assunto não me lembro bem o quê. De repente eles começaram chegar da parte de*

cima já vindo gritando dizendo que queria o Tadeu, que era o Tadeu e começaram a atirar em tudo em cima da barraca, com tocha de fogo, queimando tudo atirando para tudo que é lado.” (E13Vicente e Dênis:15)

Após a formação do assentamento, o perfil dessas reuniões mudou e elas passaram a ser organizadas somente pela Irmã Ivete, que também organizou eventos, dos quais participava *jovens* de outros assentamentos, como lembrou Mario, filho do Sr. Márcio. Pelo seu relato podemos observar estes como espaços importantes de sociabilidade, onde *discutir* e *brincar* pareciam parte de um mesmo processo ainda que em momentos distintos. Mais uma vez a localização social dos que participaram foi realizada através da família. Mas se a construção desse espaço não partiu dos que se auto-identificam como *jovens*, a participação, que não foi relatada como obrigatória, indica uma auto-classificação. Para muitos foi mais um espaço de lazer, para outros, como veremos na Parte III, foi um espaço de discussão das suas idéias.

A participação de *filhos de meeiros* e acampados, mesmo através de eventos organizados pelos *apoios*, indicou a não reprodução por eles, dos conflitos vividos entre os dois grupos.

“Mario – [...] ai demais fui conhecendo, pegando amizade, com o pessoal aqui do Mutirão, os meninos eu fui participando mais e a gente saia mais para eventos e encontro de jovens em Mangaratiba. [...] No dia a dia era. A gente tinha toda semana uma reunião só dos jovens na Casa de Farinha (na área comunitária do assentamento). Discutindo.

E - Quem é organizava.

Mario - Dona Ivete.

E - E quem participava dessas reuniões?

Mario - Ah, os jovens em geral.

E - Quem eram os jovens.

Mario- É, deixa eu ver se eu me recordo aqui. Bem, Eu, Mario, minha esposa, Denise, meu cunhado, Diogo, meu primo, Jurandir, é, a Taís, a Raquel, Encarnação, é Claudinha, o Célio, o Cristiano, a Diego, não me lembro se tava nessa época também, tava freqüentando a nossa, é eu acho que estava sim, tem o Humberto que o nome dele é Isaias. [...] era uma coisa boa que era criativa que a gente aprendia muito e outra coisa também que a gente não tinha nada pra fazer, e chegava é a tarde a hora que fosse marcada a reunião a gente tava lá porque ali a gente tava com todo mundo, reunia ficava conversando, entendeu brincando e depois vinha a hora certa, era a hora da reunião.

E - Discutia o quê na hora da Reunião?

Mario - Ó pra dizer certo tem muitas coisas que eu nem me lembro a gente discutia muito essas coisas de amizade um com o outro no Mutirão, entendeu? A gente tinha também, a gente tinha aqui no Sol da Manhã. [...] A gente também tinha é reuniões lá. A gente saia daqui e ia pra lá.” (E37Mario:3-5)

Assim, apesar dos conflitos entre *meeiros* e *acampados*, os relatos dos filhos apontam o contato entre os *jovens* dos dois grupos. Em alguns casos o contato com o acampamento foi esporádico, como no caso do Renato, neto de D.Nancy e Sr.Newton, que lembrou da presença da polícia, mas também de *brincar* com outras crianças. Em outros, o contato resultou em laços duradouros. Esse foi o caso do Mario¹⁷³, que começou a frequentar o Mutirão pouco depois da divisão dos lotes *porque tinha muitos jovens*. Esses laços geraram casamentos entre filhas de *acampados* e filhos de *meeiros*, como veremos no capítulo IV. Assim, embora a presença das *crianças* e *jovens* seja pouco mencionada pelos *adultos*, percebe-se nas suas falas uma forte participação no cotidiano do processo de ocupação. Essa atuação foi ainda mais evidenciada com a ocupação definitiva dos lotes a partir da imissão de posse e a formação do assentamento, reproduzindo a divisão sexual de tarefas já vividas no acampamento, e, que será tratado no capítulo IV, que fazia parte da organização da família anterior a essa nova realidade. Mas, como vimos, as falas sobre esse período e já sobre o assentamento implicam em classificações que categorizam as pessoas em *jovens*, *adultos*, *crianças*, *mais novos*, *novos*, *novinhos*, *mais velhos*. Trazendo importantes pistas para as primeiras ordenações sobre a construção da categoria jovem a partir dessas experiências de conquista da terra.

A categoria *jovem* surgiu quase que nas entrelinhas das falas sobre esse passado. O termo *jovem*, para se referirem ao passado, foi associado principalmente pelos que assim se auto-identificam a algumas características: idade, a condição de solteiro e a não ter *experiência*. Nesse primeiro mapeamento três elementos sobressaíram. Primeiro a localização social através da família, que, como vamos tratar na Parte II, contribui para compreendermos uma distinção presente nas falas dos *adultos*, entre *jovens*, em um sentido genérico, e os *meus filhos*, *netos*, *sobrinhos*. Em segundo lugar, a caracterização, principalmente por parte dos *adultos*, dos *filhos* como a não participando do trabalho no cotidiano do acampamento. Essa caracterização gera a classificação *adulto/trabalho* e *filho, jovem, criança/ajuda*. Nesse sentido, categorias como *crianças*, *filhos*, *mais novos*, *novinhos*, são acionados sem distinção no discurso dos *adultos*. Embora os *filhos* também acionem esses termos usam também *jovem* e diferenciam através de cortes etários, ou pelo tipo de tarefas realizadas, essa das demais categorias. Mesmo que também qualificam a sua participação como menos importante, listam

¹⁷³ Mario (21 anos) filho de Sr.Márcio (assentado, ex-meeiro, oriundo do Morro das Pedrinhas, onde ainda moram), irmão de Marta (16 anos), e casado com Denise (20 anos, filha de ex-assentados), o casal mora em Seropédica.

uma série de tarefas que realizavam. A própria presença deles no dia a dia, mas principalmente nas situações de maior tensão, pode ser lida como o processo que contribuiu para uma socialização nesse novo universo. Para a maioria dos *jovens* e *crianças* essa foi a primeira experiência em uma realidade considerada rural. Percebe-se nesse processo a construção de uma identidade social que mistura valores que podem ser classificados a partir da forma como são tratados no discurso nativo, como *rurais* e *urbanos*. Essa “nova” identidade teria como pilar o que pode ser lido como “sentimento de pertencimento” ao Mutirão. Essa identidade se mistura e se confronta com identidades já configuradas no Morro das Pedrinhas e Chaperó, como discutiremos a seguir.

“Aqui dentro” e “lá fora”, “morar bem” e “morar mal”: construções, identidades sociais rurais e urbanas

Os laços de pertencimento ao assentamento ou às demais localidades aparecem com frequência, em identidades contrastivas, como *aqui dentro*, *lá fora*, ou *lá dentro*, onde ser de Eldorado implica reforçar uma imagem rural “positiva”. Duas formas diferentes de se identificar com esse meio rural apareceram ao longo da investigação. Vimos que houve intensa participação das *crianças* e *jovens* no processo de *luta pela terra*. Para muitos, o *acampamento*, a *luta*, a *conquista da terra* e a ocupação dos lotes com a formação do assentamento, representaram um processo de aprendizado e a descoberta de novos interesses, na contra-mão das opções apresentadas pelo mundo urbano. Diego, filho do Sr. Daniel, que lembrou da sua chegada, no início do assentamento, associando essa época à participação de todos, *não ficava ninguém de fora*, tanto para *brincar*, quanto para *trabalhar* nos lotes. O *trabalho* aparece como parte desse novo cotidiano, que comparada à vida que tinha antes, em São João de Meriti, era *mais animada*,

“Diego – [...] aqui nós tínhamos assim uma vida mais jovem, sei lá...

E – É? Como assim?

Diego – Aqui quando a gente se reunia, reunia todo mundo. Quando a gente queria brincar, brincava com todo mundo não ficava ninguém de fora. [...] É entre quatorze e quinze anos. Então a gente ia pro Sá Freire jogar bola, ia todo o mundo junto. As vezes aqui não tinha nada pra fazer a gente ia pro terreno do Davi (tio), a gente ajudava lá, colher quiabo. Então era uma coisa assim mais animada..” (E11-Diego:1-2)

A vivência no acampamento e/ou fazer parte da rede dos acampados é um fator de diferenciação nas percepções sobre Eldorado e pode ter sido o espaço para configuração de uma identidade rural que valoriza elementos “positivos” associados ao meio rural. Essa identidade pode ser lida como tendo sido configurada a partir da “identificação das pessoas de experiências comuns”, no sentido atribuído por Briggs (s/d)¹⁷⁴. Para alguns, como Simone, 17 anos, filha do Sr. Tadeu, que não mora mais no assentamento, o período do acampamento e o tempo em que viveu em Eldorado traz fortes recordações. Em sua narrativa associa essa experiência à laços de amizade que se mantiveram apesar do tempo e da distância, na medida em que não vive mais no assentamento. Essa construção é marcada pelo universo da *luta pela terra* como carregado de significados que dão sentido a *se lutar por alguma coisa*; que gerou valores distantes do mundo urbano em que vive hoje. O processo de socialização através dos movimentos de ocupação vividos por esses “jovens” foi um mecanismo de configuração de identidade social e laços de pertencimento. Para outros, esses laços foram construídos, segundo suas narrativas, participando do assentamento e através, inicialmente, de redes familiares. Na narrativa de Jaqueline, filha de Jaques e D. Diana, neta de Sr. Daniel, aparece o contraste inicial da chegada no assentamento carregando elementos do mundo urbano e sem ter feito parte do acampamento. Isso teria gerado, inicialmente, um processo de exclusão, que foi revertido, por pertencer a uma rede familiar, que como vimos, se consolidou no assentamento. Jaqueline afirmou que após pouco tempo se integrou com os *jovens* e lembrou dos amigos e de como se divertiam indo juntos para a escola.

“E – Tinha gente da sua idade?”

Jaqueline – Tinha, tinha mas [...] eu como nova, ninguém me aceitava, [...] eu tinha uma... sei lá, uma mania de gente da cidade que pra eles [filhos que tinham participado do acampamento] era diferente, o jeito de falar, meu jeito e eu por ter mais estudo que eles [...], ninguém fazia muita amizade. Era mais os meus primos [...] Denise, o Diego, é mais eles. [...] Ai... então, a gente... pra mim foi um pouco estranho, porque eu não queria ficar aqui. Eu tinha lá, minha vida, tinha meu estudo...” (E60Eliane:1-2)

Mesmo após a saída do assentamento, esses laços de amizade parecem ter se mantido, como na fala do Mario, filho do *meeiro* e assentado Sr. Márcio,

¹⁷⁴ Briggs (s/d.:85), se refere ao “problema da identidade urbana” a partir da “identificação das pessoas com o ambiente em que vivem e para os processos através dos quais elas estabelecem uma identificação ou deixam de fazê-lo.” Essa formulação contribui para compreendermos a região investigada, tanto no sentido das identidades “assumidas” por alguns dos “jovens” entrevistados, quanto na forma das rejeições a essas identificações.

“E - Você continua com amizade com o pessoal ali do Mutirão. Mario - Muita. Hoje em dia ali a gente não encontra freqüentemente por que... Até porque eu não vou muito lá para dentro. Quando eu vou, eu vou cedo e volto à noite para casa do meu pai, mas ali todo mundo ainda o Bernardo, o filho do Sr. Bartolomeu, tem os filhos do Sr. Celso, que a gente cresceu juntos, tem muita gente, porque se for parar para analisar direitinho, lá tem muita gente nova que a gente nem conhece. [...]”(E37- Mario:13-16)

Jaqueline (que mora no centro de Seropédica), lembra da sua reação ao chegar no assentamento. Em sua narrativa ela resgata como a plantação de arroz lhe chamou atenção e reforça o seu desconhecimento desse universo por ser da *cidade*. Essa auto-classificação é caracterizada por só conhecer arroz e feijão *no mercado*. Nessa narrativa ela aciona os elementos desses dois universos em um processo de reordenação de identidades. Ao achar graça de não ter familiaridade com os cultivos, Jaqueline aponta o processo de construção de uma identidade rural que nega valores urbanos.

“Eu vim pra cá em noventa e quatro, eu tava com catorze anos. Já era assentamento, cada um tinha o seu pedaço... [...] a gente veio passear, eu vim com meu avô e [...] Meu pai nunca tinha vindo... até então ele dizia que isso aqui era loucura. Que o assentamento era coisa de doido, que ele não ia botar os filho dele, sabe, exposto a isso. A gente falava em vim, ele dizia que não. [...] Aí quando eu cheguei, eu contei o que que tinha, que meu avô tinha arrozal, e eu nunca tinha visto arroz, aquilo pra mim, foi novidade, já pro meu pai, que morou em roça. [...] eu... nasci em Belford Roxo, então pra mim sempre foi cidade. [...] A gente morava em São João. [...] eu nunca tinha visto essas coisa feijão, pra mim era lá no mercado... (risos) Aí o meu pai... eu contando o que que tinha, ele resolveu vim, passear. [...] E nessas de vim passear, ele não quis ir embora, mais. Ele ficou... aí começou conversando com meu avô, que ia prantá isso, que ia prantá aquilo que ia fazê isso e aquilo outro [...]. Aí a gente ficou, ele foi lá, resolveu as coisa, alugou a casa... [...] Essa foi ate a época que a gente veio pra cá fazer colheita do arroz, a gente ajudou a colher arroz. (Ainda não moravam na área) [...] Nunca tinha visto, pra mim foi novidade, sabe [...] ai depois eu comecei a me encantar por aquilo tudo.” (E60Eliane:1-2e 4)

O seu caso é emblemático para acompanharmos esse processo. Ao assumir essa nova identidade, Jaqueline carrega o ônus de uma categoria que é estigmatizada (Goffman,1980) nos espaços urbanos por onde circula. Em sua narrativa resgata a difícil experiência de ser *roceira* entre em duas escolas públicas localizadas no centro de Seropédica. A experiência foi vivida de forma dolorosa, em momento algum de seu relato ela aciona elementos da sua origem urbana como forma de defesa, ao contrário, o processo penoso é enfrentado, reforçando a identidade rural e valorizando o conhecimento que esse universo lhe trouxe.

Jaqueline foi estigmatizada desde que chegou na escola. Esse tratamento que ela descreveu como *humilhante* não foi minimizado por nenhuma intervenção do corpo docente ou da administração da primeira escola.

“E – E você sentiu muita diferença, entre os alunos, no tratamento [ao chegar na escola]? Como que foi a adaptação?”

Jaqueline – A minha coisa dentro da sala de aula era... era assim: Todo mundo me encarnava muito...

E – Por que?

Jaqueline – Por eu morar na roça. (silêncio) Todo mundo...

E – Só tinha você?

Jaqueline – Só tinha eu. Todo mundo sabe? E ninguém se apegava a mim. A única pessoa que eu tinha mais amizade era uma menina que morava em frente a escola e que, as vezes, me via chorando, as vezes ela...

E – A esse ponto?

Jaqueline – Chegava... Poxa! Tinha hora que eles me humilhavam...

E – Tipo o quê?

Jaqueline – Assim: Diziam que eu era roceira, que... que... é...que eu era bicho do mato... Então, aquilo, poxa! Eu era nova, ali. Eu não conhecia nada, não conhecia ninguém. Então as vezes... [...] Aí, as vezes eu reclamava com o professor. Ficava até com vergonha de falar, mas ficava por isso mesmo. Então, ficava por isso mesmo, sabe? Aí...

E – Ninguém percebeu isso? A diretora...

Jaqueline – Ninguém. E eu ficava sem jeito de falar até em casa. Ficava, sabe, com vergonha de falar. [...]”(E60-Jaqueline:16 e17)

No ano seguinte foi transferida para outra escola e continuou vivendo relações de estigma, mas nesse caso a intervenção de um professor foi decisiva na mudança de comportamento dos demais alunos com a Jaqueline. Nesse relato os valores rurais são valorizados e associados a um conhecimento que só é adquirido através da experiência. Essa narrativa reforça o processo de construção de uma identidade rural através da vivência nessa nova realidade,

“Jaqueline - Aí no Dutra foi a mesma coisa, foi pior, ainda, até [...] eles me chamavam de roceira, e, sabe... era as mesmas coisas, só que as vezes até piores. Os meninos, mesmo, ficavam muito no meu pé.

E – Piores, como?

Jaqueline – Assim, a ... implicância deles, comigo. As vezes eu chegava na sala, aí tinha uma turminha rindo, sabe? Às vezes eu tava fazendo uma coisa... depois, de muito tempo, que eu fui me enturmar, depois bem pro final do ano. Aí um dia o professor Alcir... ele tinha um sítio no Sá Freire, tem ainda. [...] E ele um dia chegando em sala de aula, ele me pegou quase chorando. [...] aí ele chegou, que que foi? O que tá acontecendo, tal? Aí eu expliquei pra ele. Ele: “-Ah, é? Per aí.” Aí depois que entrou todo mundo ele: “-Hoje nossa aula vai ser sobre comida.” – “Como

isso, professor? Como é que você vai dar aula de comida em geografia?” Aí ele começou a falar sobre o solo, falar sobre as plantações e as perguntas dele ninguém sabia responder, eu era a única que respondia.

E – Tipo o que, assim?

Jaqueline – Assim: como é que é uma vagem de arroz, como é que se pranta o feijão... [...] E eu explicava. Então ele mandava eu ir no quadro explicar, ele mandava eu fazer desenhos, que eu sempre desenhei.... Então, aquilo, eu comecei a dar aula junto com ele e aquilo me engrandeceu muito. Aí ele falou sobre o aipim [...] aí falaram assim pra ele: -“professor, como é que a gente tira o aipim?” Aí um virou e falou assim: -“Ué! Ce vai lá e quebra ele na folha e pega.” Aí eu...

E – Imagina... como se fosse uma arvore.

Jaqueline – É! Uma arvore! (risos) Aí eu falei assim, não. “Não é assim. O aipim é uma raiz, ele dá na raiz. Você tem que arrancar o pé pra tirar a raiz.” Então, sabe, ele me ajudou muito. [...] A turma ficou toda boba comigo, porque... aí ele começou a dizer que se não fosse pessoas como eu que eles não teriam comida, que eles não iriam comer, que eles tinham que dar graças a mim, às pessoas da roça... aí com isso, todo mundo pegou amizade comigo, todo mundo queria andar comigo, sabe? Tudo mudou, totalmente, naquele dia. Foi ótimo, sabe, eu gosto muito dele até hoje. [...] (E60-Jaqueline:16 e17)

Para quem não fez parte dessa rede e nem conseguiu se integrar, o processo é relatado de forma bem diferente. Essa não inserção de alguns filhos e principalmente filhas, tem como característica a rejeição por esse novo universo, e a imposição dos pais, principalmente do pai em irem morar em Eldorado. Isadora, 30 anos, filha do Sr.Ivan, foi enfática quanto a não querer ter ido para o acampamento e permanecer no assentamento. Morando em Curiaçica, estava passando uns meses no lote do pai, cuidando dele, porque a mãe havia morrido há pouco tempo¹⁷⁵. Perguntei quando sua família foi para Eldorado, e ela respondeu, *Não sei, meu pai que sabe disso*. Em seguida disse que tinha sido há 12 anos. Moravam em Curiaçica, *a gente ainda tem um barraco na favela*. Afirmou que gosta de lá, que nem ela e nem sua mãe queriam ir para o Eldorado, mas que visita o lote no fim-de-semana, pra ajudar o pai. O pai soube das reuniões através do seu tio, e decidiu, *Ele só faz da cabeça dele, não ouve ninguém*. Perguntada sobre relações de amizade no Mutirão, afirmou que nunca teve. Só conversa com o Sr. Haroldo (vizinho), *Não gosto de ficar na casa de um e de outro, tem muita fofoca. Em “Jacaré” é tudo diferente, é muito melhor, onde ela tem amigos*. Apesar da não gostar, afirmou que ia mais ao lote que a irmã. *Por mim não botava mais os pés aqui. Mas minha mãe pediu quando tava falecendo*. Por isso vinha ajudando o pai, capinando, atuando na colheita,

¹⁷⁵ Muito desconfiada, não queria dar entrevista e não permitiu grava-la. Dentre os “jovens” foi o único caso.

alimentando os bichos. Mas enquanto relatava, enfatizou: *detesto enxada*. Nunca tinha plantado antes, prefere cuidar dos bichos, mas também não gosta muito. Em Jacaré frequenta a igreja católica, *tem amigos, sai e passeia*, em Eldorado não, e nem tem coragem de trazer os amigos, *iam desistir no meio do caminho (risos)*.

Essa reação também é presente entre os filhos dos *meeiros*, principalmente os que moram em Chaperó. Variando do total desconhecimento à rejeição explícita, os discursos têm em comum a falta de relação com assentamento. Na casa do Sr. Laudelino (Ex-diretor da APPROMFIT), assentado de Eldorado e morador de Chaperó, fui recebida por Leda 15 anos, sua filha, que foi muito receptiva. Comecei explicando que queria conversar com os filhos dos que tinham lote no Eldorado. Ela fez uma cara de espanto e disse não saber que o pai tinha lote em Eldorado, e nem onde ficava. O sobrinho (Lélio) interrompeu, contando que se tratava das *Pedrinhas* (Morro das Pedrinhas). Mas Leda reforçou que o pai não falava muito dessas coisas com ela, só com a mãe. Já o primo disse conhecer e que gostava de lá, mas que hoje ia pouco. *Gosto de lugar rural*. O fato de os filhos de um dos *meeiros* mais conhecidos dessa rede, e muito atuante na APPROMFIT, mostraram total desconhecimento sobre o assentamento – ainda que o reconhecem como *pedrinhas*, referência ao Morro das Pedrinhas – reforça o distanciamento com Eldorado. Em outros casos a falta de relação apareceu como rejeição ao local associado a um universo rural, como na fala da Maria Cristina, 22 anos, filha do *meeiro* Jurandir, ambos moradores de Chaperó. Ela tratou o tema com irreverência, mas tendo como eixo do seu discurso não se interessar por esse *negócio de roça*, e ainda que tenham parentes em uma área próxima (Santa Rosa), inclusive sua madrinha, nunca foi ao Mutirão,

“E – Então, seu pai trabalha naquela região antes do Mutirão?

Maria Cristina – Acho que foi bem antes, porque sempre foi negócio de roça.

E – A família dele toda? [...]

E – E você?

Maria Cristina – (Rindo) Eu não.

E – Nunca?

Maria Cristina – Nunca. Eu nunca fui no Mutirão.

E – Nunca foi nem uma vez?

Maria Cristina – Não.

E – Nenhum de seus irmãos?

Maria Cristina – Nenhum. [...]

E – Você não conhece ninguém de lá então?

Maria Cristina – Ah, tem alguns parentes que moram lá pra cima. [...] Tem a minha madrinha que mora em Seropédica.

E – Mas lá do Mutirão ninguém?

Maria Cristina – Lá não.”(E61- Maria Cristina:1,6-7)

Mas em alguns casos, não ser *de dentro* não significa não manter relações. Os laços familiares e mesmo laços de amizade são mantidos por visitas ou pelo contato em outros espaços de sociabilidade. Nos casos em que a família, ou parte dela, mora em Eldorado, a ruptura se deu no momento da “entrada”, ao decidirem não ir para o assentamento. Karina, 18 anos, filha do *meeiro* Joaquim, estava namorando e casou, quando o pai estava indo morar no lote, permanecendo em Chaperó: ao final do período da pesquisa, tinha começado uma carreira de modelo, associou, *sossego, tranqüilidade, união*, a Eldorado como características que não são encontradas em Chaperó. Os mesmos elementos acionados pelos “jovens” que se identificam com o local, são usados para explicar não querer morar lá. O fato de *não ter amizade* em Eldorado também influencia não querer morar lá, apesar de ter outros parentes que são assentados.

“E - Quer dizer que aqui é sossegado demais?

Karina - Aqui é. Aqui é para quem gosta de ficar tranqüilo igual meu pai, meu pai gosta de ficar em lugar quieto. [...] aqui todo mundo é muito unido, isso eu já reparei [...] quando precisa de uma coisa... aqui todo mundo é unido. [...] A diferença é que aqui é muito calmo, lá é bem agitado. Aqui não tem ninguém, assim, só vou ver a cara do meu pai dos meus irmãos, né? Das pessoas que vão passando na rua, porque eu não tenho amizade aqui, a não ser o meu tio que mora ali... Antônio. [...]” (E30:4-5, 7)

Ester, 23 anos, separada, mãe de dois filhos, é enteada de Eder, ex-presidente da APPME. Embora nunca tenha freqüentado o assentamento, é *amiga* de muitos *jovens* do assentamento, que conheceu no campo de futebol do Sá Freire (muito freqüentado pelos assentados no início do assentamento), antes de sua mãe se casar com o Eder. Ela é integrante do Grupo Jovem da Igreja Batista Boa Esperança, do qual participam Diego, Vicente, Janaína, Jasmim, Jaqueline e seu marido, Denise e seu marido Mario, todos da família do Sr.Daniel, ou seja, muitos dos que compõem a rede dos acampados ou que vieram a estabelecer laços com àquela localidade.

Mas o desinteresse tratado acima pode ser em função dos fortes laços, como observamos na entrevista com Letícia, Lucas e Luciano (22 anos, 18 anos e 16 anos, respectivamente),

“E – Então você não tem vontade de sair daqui de Chaperó?

Letícia – Não.

E – E vocês?

Luciano – Não.

Lucas - Vontade não tenho não, mas se for pra mim sair é pra Mangaratiba.

E – Porque Mangaratiba?

Luciano – Por causa da praia.(risos)”(E35-Leticia:33-34)

Ou na fala da Maria Cristina, que ressaltou elementos acionados por outros para se referir ao Eldorado, opondo o lugar à cidade, ainda que o tenha diferenciado de negócio de roça,

“E – E é bom morar por aqui?

Maria Cristina – Eu gosto porque aqui pelo ao menos é bem calmo, eu conheço todo mundo.” (E61:2)

Ainda assim, o discurso não é linear como na fala de Lucas, que afirmou que morar em Chaperó *hora que é bom, tem hora que é ruim*, o bom associado ao fato de ainda ser um *lugar tranquilo*, mas que *está ficando perigoso agora [...] a cidade está crescendo...* E ruim porque não tem saneamento básico, não tem asfalto, a iluminação é precária, muitas coisas.

Já se alguns *jovens* filhos dos *meeiros* do Morro das Pedrinhas estabeleceram laços com a rede do acampamento que levaram ao casamento, como será tratado no próximo capítulo, outros não os têm e afirmaram que nunca tiveram um maior contato com o assentamento, para além do trabalho no lote dos pais. Como em Chaperó, estes *jovens* mantêm um vínculo com o Morro das Pedrinhas mesmo quando não moram mais na área, principalmente através das relações familiares. Essa relação também é marcada por caracterizações que valorizam o fato do lugar ser *calmo, tranquilo*, mas ao mesmo tempo, também como visto em Chaperó, formulam “queixas” sobre a falta de transporte, acesso a médico, comércio, escolas, e outros serviços que associam à cidade e que *falta* em Chaperó e no Morro das Pedrinhas, como na fala da Juliana, filha da D.Julieta, neta da D.Sofia,

“E – E aí, aqui é legal?

Juliana – Ah é legal [...] é sossegado. Mas o que falta é ter um ônibus, a pessoa quer fazer uma compra não tem como ir, é sacrificado.

E – E tem muita diferença daqui pro pra Piranema [onde mora]?

Juliana – Tem, por causa do que estou falando, a gente tem recurso, tem medico lá... Aqui se uma pessoa passar mal e o vizinho socorrer não tiver carro você fica aí jogado, não tem um ônibus pra fazer compras, é muito ruim, lá não tudo é pertinho. [...]"(E29-Juliana:1,3)

Também a rejeição à área é recorrente na fala de filhos que acionam elementos associados ao universo urbano para desqualificar o Morro das Pedrinhas e Chaperó, como na fala de Serena,

*“E – Como é morar aqui?
Serena – Ah, eu não gosto. [...]
E – O que você não gosta daqui?
Serena – Ah que é muito parado. (E68 – D.Telma:1,4)*

Ou ainda, na fala da sua prima Marta, que além dos elementos associados ao universo urbano, acionou o “esvaziamento”, isto é a saída de amigos que se casaram e foram morar fora, e a saída da família da D.Carmosina, que moravam na área e hoje estão assentados, como razão para o lugar ter ficado menos atrativo. Nesse caso, embora Marta e Serena freqüentem a casa da D.Carmosina, principalmente por manterem amizade com sua filha, Claudinha, não se identificam com Eldorado, são *do Morro das Pedrinhas*. Na conversa “coletiva”, com Marta, Serena, D.Telma e D.Carmosina, as duas foram enfáticas,

*“Marta – Antigamente era mais animado, era mais agitado.
E – Era agitado como?
Marta – Assim, tinha mais adolescente sabe, assim na época dos nossos primos, dos filhos da D. Carmosina.
E – Antes de eles irem pro Mutirão?
Marta – É isso, tinha mais adolescente aqui dentro, aí todo o mundo foi crescendo, foi casando, foi se mudando aí só ficou a gente mesmo.
D.Telma – Tinha festa também, muita festa.
Marta – É, muita festa. Era festa Junina, de Reis.
E – (Ri) Quer dizer que agora tá tudo meio parado mesmo?
Marta – É.
E – E aí pra se divertir faz o que?
Marta e Serena [falam juntas] – Nada! Fica dentro de casa escutando radio, vendo televisão, enjoa do radio vai pra televisão, enjoa da televisão vai pro radio.”(E68-D.Telma)*

Nessa fala Marta reforçou o que já havia me dito em uma entrevista em sua casa, onde as “queixas” se concentraram mais na falta *do que fazer*,

*“E – E você gosta daqui?
Marta – Não.
E – Porque?
Marta – Muito parado, não tem ninguém pra conversar, tem que dormir muito cedo.
E – Porque?
Marta – Ah, porque aqui todo mundo dorme cedo, da sete, oito horas já tá tudo escuro, não vê mais ninguém na rua.*

E – Tem luz aqui?

Marta – Não, só das casas. Na rua, dá sete, oito horas assim, também não tem ninguém pra conversar, ninguém pra bater papo de noite, essas coisas, muito parado.

E – Que que você gosta de ficar fazendo de noite?

Marta – A única coisa que eu faço é ver televisão e comer. [...] aqui dia de sábado e domingo é um tédio, não tem nada pra fazer. Nossa Senhora, eu não gosto daqui não.”(E36- Marta:5 e 7-8)

Em parte, essa rejeição pode ser um mecanismo de reação ao estigma (Goffman, 1980) que morar nessas áreas carrega nos núcleos urbanos próximos, por onde circulam. Pertencer ao meio rural está marcado pelo que a identidade rural e a identificação com essas localidades carregam de “preconceito” no “mundo urbano” da região, manifestado pela classificação de *morar mal*, para quem é do Mutirão, do Morro das Pedrinhas, Santa Rosa, Chaperó, Sol da Manhã e outras áreas associadas ao meio rural; em oposição a *morar bem*, para quem reside nos centros de Seropédica e Itaguaí e na Reta do Piranema¹⁷⁶.

Lucas e Letícia contaram que o fato de serem de Chaperó lhes atribui o apelido de *poeira*, e que em algumas situações, principalmente na escola de segundo grau (que só existe no centro de Itaguaí), utilizam como mecanismo esconder onde moram. Letícia contou como a *zoação* acontece mesmo em seu local de trabalho, um supermercado na beira da Rodovia Presidente Dutra, bastante afastada do centro da cidade, mas que é um local de sociabilidade freqüentado por “jovens” da região. Todavia, quando perguntei como seus amigos reagiriam se eles morassem no *Mutirão*, a reação foi de que seria ainda pior.

“Letícia – Só quando a gente foi estudar em Itaguaí, - ‘Ih Chaperó chegou a poeira.’

E – É, e é sempre isso?

Letícia – Sempre isso – ‘Ih Chaperó, mora mal.’ Até no Bom Marche tem gente zoando. Chaperó, mora ruim, e não sei o que.... Na maioria das vezes a gente não gosta nem de falar.

E – Se morasse no Mutirão então?

Letícia – Nossa! Aí é que eles iam falar mesmo.” (E35-Letícia:8)

O mesmo tipo de *zoação*, quanto a *morar mal*, isto é, afastado do centro urbano (Itaguaí ou Seropédica), em área rural, foi recorrente nos discursos dos “jovens” de Eldorado, mas os entrevistados afirmaram reagir contra isso. Tal atitude pode ser observada nas falas da Claudinha e na forma jocosa com que Célio tratou o tema, utilizando elementos do universo

¹⁷⁶ No caso de Seropédica essa definição é sempre em relação à proximidade com a estrada que corta o município. Assim, mesmo na parte mais urbana da cidade se ouve essas expressões para se referir a quem mora mais perto da pista, e com isso *mora bem*, e quem mora nos bairros mais afastados, portanto, *mora mal*.

urbano veiculados na televisão. Mas ao discutir o que é *morar mal*, comparam com outros lugares e classificam outros colegas que *moram pior*, no caso uma colega que mora na sua escola, e *mora mal* pela família não ter uma casa. A expressão *mora mal* é associada por eles principalmente a não ter transporte, o que os coloca em situação pior na sua própria classificação do que quem mora em outro assentamento na região, o Sol da Manhã, mas que tem ônibus,

“E – Você visita as suas colegas da escola?”

Claudinha – Visito.

E – Você acha que tem diferença do jeito que te tratam e como tratam quem mora lá no 49?”

Claudinha – Tem diferença. As meninas afasta porque eu sou da roça e elas da cidade. Me chama de roceira.

Célio – Diz que a gente mora lá onde Judas perdeu as botas. Eu respondo que onde Bin Ladin ta escondido, é divisa com o Paquistão. Diziam que quando chove eu vou de canoa. Eu digo que eu vou de jet-ski. Eu digo que leva 7 horas de bicicleta, 2 de avião, canoa, 4 de jegue. Eu brinco, não ligo, ela liga muito (Claudinha).

E – Você tem amigas?”

Claudinha – Tenho 3 amigas. As pessoas sabem que moro nesse Mutirão.

Célio - Uma disse que a Claudinha mora mal.

E – O que é morar mal?”

Claudinha – Morar longe da escola. Pior é quem mora dentro da escola. [...] Aqui não tem ônibus.[...]

Célio – Tem ônibus, esse é o único Mutirão que não tem ônibus. Correu um ônibus por três dias e acabou.” (E10- Claudinha:7)

Breno, filho de Sr. Bartolomeu e que passa boa parte do tempo na cidade, usa como classificação de *morar bem* a Barra da Tijuca (Bairro nobre da Zona Oeste do Rio de Janeiro) em oposição a morar em Seropédica. Com esse mecanismo ele usa como referência percepções que opõem morar em Seropédica e outros municípios da Baixada a morar no Rio de Janeiro e principalmente na área nobre da cidade,

“E – Na escola assim, tem zoeira porque você mora no Mutirão?”

Breno – Tô me lixando, todo o mundo zoa, também zôo eles também.

E – Que que você fala deles?”

Breno – Você mora bem? – “Ah moro.” – ‘Mora na Barra?’ – ‘Não. Então tu mora mal. Seropédica? Grandes coisas, um quilometro a mais um a menos...’”

A relação com o local onde moram e a formação de identidades aparecem de maneira ainda mais complexa entre os que são identificados como *jovens*, por circularem mais em diferentes espaços, como a escola, e por terem vivenciado diferentes trajetórias traduzidas na

construção de identidades que negociam com essas realidades distintas, como foi observado na fala de Daniel (filho de Sr. Eduardo). A família morava em Jacarepaguá (Zona Oeste do Rio de Janeiro), classificado como urbano por Daniel em oposição à Piranema, para onde se mudaram primeiro; mas ao irem morar no Mutirão, Daniel vivenciou uma inversão de identidade. Se na primeira experiência sentiu a rejeição dos colegas da escola por ter vindo *da cidade*, em um segundo momento foi *encarnado* por *estar morando na roça*,

“Daniel – Primeiro eu sofri porque eu vim da cidade, depois por causa da encarnação de estar morando na roça...”

E – Como é que o pessoal encarna?

Daniel – Ah, eu chamei os amigos pra vir aqui, aí começaram a vir. Quando chegou no meio do caminho já começou a quebrar bicicleta, começou gente passando mal [...] teve uma que chegou ali em Santa Rosa, ela começou a passar mal ali mesmo, eu falei – ‘já era!’, nunca mais ninguém vem aqui. (risos) Aí que eles denominaram aqui, lá em Piranema, como selva, tinha sempre zoações, mas não esquento muito não.

E – Te aborrece?

Daniel – Não, não me aborrece não.” (E39-Daniel:7-8)

Mas se o Daniel “brincou” com o preconceito, apontou razões que considera serem um reforço à imagem de *fim de mundo* do Eldorado, qualificando a questão a partir dos problemas que enfrentam e introduzindo o termo *excluído* para caracterizar o Mutirão, no sentido de não ter acesso a serviços básicos. Novamente a falta de transporte foi a principal reclamação, Daniel vai com frequência à cidade de bicicleta comprar alguma coisa de que a mãe precise em casa. Para ele a falta de *transporte* (transporte coletivo) é um impeditivo para que os amigos o visitem e dificulta que ele visite os amigos.

“Daniel - Eles falam mora mal, mora no fim do mundo, aqui também, como se diz, é uma parte excluída, porque não tem transporte, não tem uma estrutura, mesmo que Piranema seja um pouco desestruturada mas aqui também não tem a mesma estrutura que lá. Asfalto e tudo. Comércio, aqui a gente pra poder comprar alguma coisa tem que andar até não poder mais, então você olha aquela reta assim... Desiste e volta.

E – Pois é os amigos não vem te visitar e você vai visitar os amigos.

Daniel – É a maioria das vezes sou eu. É um sacrifício andar dezesseis, dezessete quilômetros por dia pra poder visitar alguém.

E – Tem que gostar muito do amigo né?

Daniel – Tem que gostar muito. (risos)

E – Você costuma fazer muito isso?

D – Ah nas férias não, só quando eu tô em aula.” (E39-Daniel:7-8)

Jovem como forma de identificar alguns moradores de Eldorado, ou outros da região ligados por redes a essa realidade, ainda que não frequentassem o assentamento, é um termo

permeado pela identificação com “mundos rurais” e “urbanos”, que podem ou não ser conflitivos e que fazem parte do seu cotidiano. Williams (1990) contribui para compreendermos a relação com espaços rurais e urbanos, mostrando como as redes pessoais reordenam relações e visões de “campo” e “cidade”. Experiências que mudam com diferentes momentos vividos, as sensações e as conexões com esses espaços¹⁷⁷. Assim, as redes das quais os “jovens” fazem ou fizeram parte são constitutivas dessas identidades, por um lado. Por outro, se percebe de forma mais clara, espaços onde possíveis identidades “jovens” são forjadas, espaços por onde grupos mais ou menos delineados circulam, interagem, negociam suas diversidades, permeados pela experiência dos chamados “mundo rural” e “mundo urbano”. A forte ênfase no *calmo* em oposição ao *agitado*, que apareceu, ora como razão para gostarem do Mutirão, Morro das Pedrinhas ou de Chaperó em oposição a núcleos “mais” urbanos, ora como para justificar não quererem morar nesses locais, demonstra como essas identidades e imagens são construídas relacionalmente. Mas também são permeadas pelas suas trajetórias de vida, redes sociais e pelo momento de vida. Ao acionarem termos como *calmo*, *ar puro*, *natureza* para caracterizar o Mutirão, por exemplo, identifica o local associando-o à espaço de lazer, a à sensação de prazer ou moradia, em oposição à *agitado*, *perigoso*, *drogas*, associado à cidade. O fato de não se ter registro de nenhum caso de violência urbana (assalto, assassinato, etc.) em Eldorado, comuns nos centros urbanos próximos, pode também contribuir para essa imagem. Por outro lado, os mesmos termos são usados para preferir a vida da cidade “*mais agitada*”, “*tem mais gente*”, “*comércio*” – sempre acompanhados pela constatação da falta de acesso a serviços básicos.

Podemos afirmar, nesse primeiro momento, que “ser jovem” em Eldorado, Morro das Pedrinhas, Chaperó, implica diferentes processos de construção e é configurado por múltiplos significados, marcados pelas experiências de *conquista da terra*. Mas também, pela circulação do cotidiano desse “jovens”. Assim, a fala *os jovens não participam e estão indo embora* precisava ser lida por essas diferentes configurações e ainda analisada a partir das relações internas à família.

¹⁷⁷ “Quando nasci, meu pai era sinaleiro, na cabine do vale; integrava uma rede que se estendia a lugares conhecidos, Newport e Hereford, mais ao longe, Londres; ele, porém, continuava um aldeão, com seus jardins e suas abelhas, levando frutas e legumes ao mercado, de bicicleta – uma outra rede, da qual ele participava com sua bicicleta, até um mercado aonde os fazendeiros chegavam em carros e os comerciantes em caminhões: o século em que vivemos. Como seu pai, ele nascera para aquela terra, porém, - como seu pai – não podia viver dela.” (Williams, op.cit.:15)

PARTE II – FRONTEIRAS E FRONTEIRAS – CIRCULAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS: as percepções sobre a categoria *jovem* a partir da família

O uso do termo *jovem* (em um sentido genérico) pelos *adultos* para elaborar as suas “queixas” sobre a *saída* e o desinteresse dos *jovens* pela terra e pelo assentamento foi o que despertou esse estudo. No entanto, as narrativas dos mesmos *adultos* sobre os “seus jovens”, isto é, seus filhos, sobrinhos, netos, afilhados, trazem uma nova dimensão para a construção da categoria. Essa dualidade observada no discurso dos *adultos*, mas também dos próprios *jovens*, e que tratarei daqui para frente como a dualidade “ficar e sair”, está no cerne da compreensão do que é *ser jovem* neste universo rural, permeado pelo universo urbano, no sentido da sua construção como categoria de pensamento em, disputa, e as relações forjadas a partir dessas construções¹⁷⁸. Se, como vimos na Parte I, as relações familiares são localizadoras importantes nas narrativas sobre as pessoas envolvidas e os processos vivenciados, o contexto da família é ainda mais presente ao tratarem dos problemas que envolvem os *jovens* e as percepções sobre “ser jovem” nesse universo. Nessa segunda parte tratarei dos diferentes usos da categoria *jovem*, e seus “não-usos”, na construção de identidades e redes sociais na região estudada, a partir do contexto familiar¹⁷⁹. Nos próximos capítulos abordarei como as relações familiares, de vizinhança, de amizade, de namoro, de trabalho e as circulações internas e externas, nestes contextos, são conformadoras de percepções sobre o “jovem” e informam suas atuações, negociações e decisões. Olhar a partir desse prisma também ampliou o olhar sobre os significados de “ficar” e “sair” e a relação dos “jovens” com a terra.

As “queixas”

Ao longo do processo de trabalho de campo fui bem recebida pelas famílias em locais públicos e em suas casas. Isso me permitiu um convívio muito intenso com o cotidiano das relações familiares e de vizinhança¹⁸⁰. Uma primeira questão chamou a atenção desde o início

¹⁷⁸ John Comerford (2003) trata da relação entre “linguagem, discurso e organização social”.

¹⁷⁹ A análise dos termos acionados para designar e qualificar “jovem”, foi realizada à luz de Palmeira (1976) que percebe como um mesmo termo pode carregar diferentes significados, como em sua análise do termo “*morar*” e “*morada*”.

¹⁸⁰ Ana Cláudia Marques (2002) ressalta que “*A partilha de experiência é de um modo geral intensa por toda uma população em que, basicamente, todos são conhecidos individualmente por cada membro da mesma comunidade moral referida àquela localidade.*”, é ainda mais intenso na medida em que muitos vizinhos são parentes. (p.50)

da investigação e perpassou todo o trabalho de campo: as diferentes “queixas” sobre os *jovens*, tanto formuladas pelos *adultos*, quanto por aqueles que se autodenominam “jovens”. Ao expressarem preocupações gerais com os “jovens”, surgiam falas como a de Sr. Eduardo (assentado), pai de três filhos, que ao se referir aos “*jovens*” do assentamento afirmou¹⁸¹,

“Os jovens têm medo! Falta descaramento, disposição! Não os meus que eu ensinei. Mas a culpa é dos pais que não ensinam, não têm atitude.”

A distinção entre *os jovens* em um sentido genérico e *os meus*, seus filhos, sobrinhos, netos, afilhados, aponta para uma categoria que varia de conteúdo de acordo com o contexto narrativo. Algumas “contradições” complexificavam o discurso. Como vimos acima, o entrevistado usou a categoria *jovem* para caracterizar determinado tipo de indivíduo, mas também utilizou para diferenciar os *meus* jovens/filhos dos demais. Nesse caso, para diferenciar não só os “seus” *jovens*, mas também para diferenciar a sua capacidade de incidir sobre a educação dos “seus” filhos da capacidade dos outros pais no assentamento. Ou seja, “ser jovem” implica em uma formação em casa, que constrói um “jovem de atitude”. Em outros casos a referência aos “seus” é também de “queixa”. Uma das mais recorrentes está calcada na cobrança quanto à necessidade da participação na *roça*. Essas “queixas” podem ser mais contundentes como na fala de Maria Cristina – filha de um assentado, moradores de Chaperó – que lembrou das reclamações de seu pai sobre ela mesma e seus irmãos, e o desinteresse pelo Mutirão,

“Ele fala: ‘Ninguém quer saber de nada.’ Fala pra caramba..” (E61- Maria Cristina:1,6-7)

Ou até adotar um tom acusatório, muitas vezes jocoso, que associa o *jovem* a desinteresse, *preguiça*, como nas falas de D. Vanda, Sr. Thomas e D. Sofia do Morro das Pedrinhas, que utilizaram termos que sugerem uma classificação onde os próprios entrevistados são associados ao universo do *trabalho*, por sua vez representado pelo *trabalho na roça*, e os *jovens* ao “não trabalho”, agravado pela *saída* definitiva da área.

*“D.Vanda – Não querem nada. Ninguém quer mais nada.
Sr.Thomas – Os mais novo quer rapar é fora mesmo.” (risos) [...]
D.Vanda – Os jovens não fica mais não. [...]*

¹⁸¹ O termo foi utilizado pelo entrevistado durante a aplicação do questionário, ao falar sobre os problemas e o futuro do assentamento.

Sr.Thomas – O pessoal mais novo se tiver coragem vem, mas se não tiver coragem não vem não.

D.Vanda – Enfrentar isso que você tá vendo aí, enfrentemos até agora com fé em Deus.” (E66-D.Vanda: 4-6,10)

“D.Sofia - Foram embora. Eu não sei, eu acho que eles não se acostumam com o trabalho (risos), não é acostumar com a roça não, é com o trabalho! A rapaziada não quer nada. A moçada não quer nada com roça. Quer nada. É, tudo embora, meus filhos saíram tudo, casaram e saíram.” (E67–Sofia:7-9, 14)

Entretanto, ao se referirem a casos específicos de suas famílias, filhos, sobrinhos, netos, enteados, muitas vezes os mesmos entrevistados expressaram o desejo de um futuro *melhor* para os “seus”, diferente da *roça*. Nos argumentos, duas inserções são valorizadas: a escola e o trabalho urbano (com carteira assinada, ou pequeno negócio). D. Vanda ao se referir às filhas e à neta, apresentou em sua narrativa essa dualidade. O tom de “queixa” da *saída* massiva dos *jovens*, e a ênfase na falta de *coragem* para enfrentar a *roça*, aparece ao lado da afirmação de preferir que elas tenham um futuro melhor do que o seu. Ter estudo apareceu nessa, e em outras falas dos *adultos*, em oposição a ficar na *roça*. Nesse caso, pode-se ler a sua fala e a da D.Sofia, também como uma distinção entre o desejo de que os filhos homens assumissem o *sítio*¹⁸², e a não associação desse papel às filhas mulheres. Como veremos ainda nesse capítulo, o homem é o responsável pela terra, à mulher cabe o papel de *ajuda*.

“E – A senhora acha que na roça vai ficar alguém?”

D.Vanda – Vai nada!

E – A senhora gostaria?

D.Vanda – Não, não quero, não quero que elas (filhas e neta) passem o momento que eu passei. Eu passei um momento muito difícil. Se eu tivesse um estudo, se eu tivesse família que se interessasse, mas esses mineiros não se interessam por nada só pra roça [...] Eu tinha muita vontade de estudar e não estudei nada.

D.Carmosina - Mas de primeiro as filhas mulher era proibida, minha mãe não estudou.” (E66-Vanda: 4-6,10,14) v

Já Odaléia, filha de D. Nancy e Sr.Newton, comentou a possível saída dos seus próprios filhos de Santa Rosa (área contígua ao Morro das Pedrinhas e ao Eldorado), onde mora atualmente, e colocou dilema entre o desejo de continuidade da relação com a terra e

¹⁸² Termo muito usado pelos filhos dos meeiros e pelos moradores de Chaperó e Morro das Pedrinhas para se referir ao lote em Eldorado ou no Morro das Pedrinhas.

“um futuro melhor” para seus filhos. Nessa narrativa, aparece como opção de futuro, elementos associados a um universo urbano, no caso o futebol.

“E – Você acha que seus filhos... o Pedrinho, por exemplo, ficaria por aqui pra ajudar?”

Odaléia – Olha eu hoje em dia já me preocupo com isso. Eu acho que não. Pro meu gosto eu queria que ele ficasse sim, mas eu penso assim, eu queria o melhor pra ele. Se não tiver futuro pra ele aqui eu até apoio ele a ir embora. O negócio dele é futebol, ele já falou mesmo – Mãe, não adianta o meu sonho mesmo é jogar bola.

E – Ele tá no treino com seu Celso?

Odaléia – Tá, tá lá com seu Celso, é uma coisa que se eu vê que tem futuro eu não sou contra não. Porque aqui na roça não tem futuro não. (Odaléia, 45:12)

Os próprios “jovens” também se referiam à “saída” como a busca de uma *vida melhor*, de um *serviço mais fácil*, como observado na entrevista de D.Julieta, e sua filha Juliana (ex-moradora do Morro das Pedrinhas). Sair do Morro das Pedrinhas e ir para um núcleo urbano é o caminho para conseguir outro tipo de *serviço* diferente do serviço pesado da *roça*, mas é também o acesso a serviços, comércio, escola e lazer, que como vimos são precários ou não existem na área.

“E – Todos os seus filhos trabalhavam com a senhora na roça e quando eles começaram a ir embora?”

D.Julieta – Depois dos estudos, por causa da dificuldade e ...

Juliana – É e também poder ter uma vida melhor.

E – Quem foi primeiro?

Juliana – Meu irmão mais velho. O Júlio?

D.Julieta - Já tava casado também. [...]

E – E já trabalhava?

Juliana – Ele trabalhava aqui mesmo. Meu tio (Hélio que mora com a D.Sofia) trabalha em roça, assim como minha mãe. Ai depois meu tio vende leite e queijo, ele ia entregar em Chaperó. [...]

D.Julieta – Ele (Júlio) trabalhava lá, plantava pra cuidar dos menininhos dele, o que dava, dava, o que não dava ele panhava ali fora pra fazer...

E – Ele saiu porque?

Juliana – Ah porque ele encontrou lá um serviço mais fácil perto de tudo, ele tem criança pequena, escola.” (E29-Juliana:1,3, 6 -7, 9-10)

Mas o que tornou a análise dessas diferentes percepções mais complexa, é que às vezes na mesma família tínhamos “avaliações” distintas, além dos próprios “jovens” apresentarem diferentes arranjos para a relação com o lote. Assim, Mario, primo da Juliana (neto de D. Sofia, filho de Sr.Márcio assentado em Eldorado) que atualmente mora no km49 (Seropédica), perguntado se os filhos ficavam no lote dos pais em Eldorado, construiu uma narrativa que

associou o uso genérico da categoria *jovem* e a sua experiência pessoal, que seria um exemplo da falta de perspectiva de permanência no lote. Nessas construções o tempo aparece como elemento determinante na “escolha” de ir para a cidade. A relação entre “tempo de produção” e *renda mais rápida*, associada ao trabalho urbano, aciona elementos que não fazem parte do discurso dos *adultos*. Neste caso, o tempo aparece objetivado na prática das etapas da plantação do aipim (principal cultivo do assentamento), caracterizado como demorado, ao passo que o trabalho urbano traria um rendimento mais imediato permitindo *ganhar o sustento*. Ainda assim, em seguida contou que estava com um *projeto* com o pai e o um de seus irmãos para retomar a produção de cana-de-açúcar e vender para as *barracas* de caldo de cana no 49. Temos assim uma saída que não representou uma ruptura definitiva.

“[...] cada pessoa tem uma visão do seu futuro. Muita gente tem a visão do futuro que não quer ali o assentamento, pode vir morar ou passear, mas não trabalharia ali dentro, tirar o sustento ali de dentro. Que realmente isso hoje em dia tá sendo um pouco difícil tirar o sustento. Os jovens tão buscando uma coisa fora, que tem uma renda mais rápida para eles. Porque uma pessoa... no caso eu sou casado. Se eu for fazer uma plantação de aipim lá no meu pai, a terra já não ajuda muito, é uma terra cansada, eu vou ter que gastar com adubo. E vou demorar de 10 meses a 1 ano para colher alguma coisa e quando eu colho é aquele preço mínimo [...] quando você vai plantar tá um preço estourando, quando você vai colher, tá um preço reduzido. Então isso desfavorece muito a gente. Então o meu modo de pensar não é esse. Eu não penso assim, ah eu vou fazer uma plantação de aipim pra a gente colher, eu busco mais um trabalho de carteira assinada. Que me dê um futuro melhor... (se) eu perco o trabalho, eu tenho a minha contribuição, tenho meu seguro. Então é coisa que os jovens tão buscando mais, no meu modo de ver é isso.” (E37- Mario-2)¹⁸³

Já D.Julietta, sua tia (filha de D. Sofia, mãe de Juliana) que ficou, lutou pelo lote em Eldorado reforçou a importância da *roça* e do lote da D.Sofia no Morro das Pedrinhas, como uma segurança para toda a família. Quando algum filho passa dificuldades financeiras, pode retornar e morar por um tempo. E inverteu a equação: sair para estudar. Para ela foi a lavoura que *deu o estudo* para seus filhos.

“[...] aqui eles nunca deixam de ser, vai, quando fica ruim lá, volta. É aqui que encosta mesmo, não tem jeito né? [...] Essa aí (Juliana) voltou e a outra (filha) quem sabe... Espero em Deus que não. Mas se precisar a gente tá aí, foi aí que eu criei eles todos, foi de lá que a gente tirou e deu pra estudar e... Todo o mundo fala mal da

¹⁸³ Mario estava com a perna engessada, recém-operado de uma fratura, e se mantinha com o seguro doença do INSS. Recentemente tinha voltado a trabalhar com seu pai no lote.

lavoura, mas aí se não fosse a gente pra cuidar daqui, pra dar pra eles lá fora?”
(E29-D.Julieta:1,3, 6 -7, 9-10)

Essas falas, dentre muitas outras, apontam que a categoria *jovem* é construída a partir de diferentes registros. E que tanto as relações com o assentamento, ou com as outras áreas rurais do entorno, e o próprio sentido do “sair” e “ficar”, precisam ser compreendidas também a partir das relações internas à família, além de em outros espaços “dentro” e “fora” do assentamento. A circulação dos filhos entre as áreas rurais e urbanas tem início na continuação dos estudos (a partir da 5ª série do 1º grau) na medida em que as escolas nestas localidades só oferecem o ensino de 1ª à 4ª séries, e em um segundo momento, na busca de um trabalho remunerado. Essa circulação amplia a relação com as redes de parentesco e constroem novas redes sociais. No primeiro caso, os “jovens” tendem a circular nas áreas urbanas freqüentando a casa de parentes, que, como veremos no cap VII, é uma das formas de controle dos pais sobre as suas atividades em universos urbanos. Mas foi possível perceber outras redes que se ampliam, como as redes religiosas que muitas vezes são um processo de socialização construída pela família, apropriada pelos “jovens” como no Grupo de Jovens das igrejas evangélicas, e na Pastoral da Juventude e na Pastoral da Crisma (Católica). Há ainda a formação de novas redes de sociabilidade a partir da escola. Assim, no próximo capítulo (IV) apresentarei algumas características da composição das famílias e das relações de vizinhança, que serão importantes para analisarmos as relações familiares. Em seguida aprofundarei a organização do trabalho familiar e a atuação dos “jovens”, como processos de configuração de diferentes formas de socialização, e tendo como resultado diferentes atitudes em relação ao lote/sítio. No capítulo (V) serão analisadas as atitudes com o lote/terra na perspectiva da sucessão e os padrões de herança. No capítulo VI abordarei o trabalho externo e a escola. O foco nestes capítulos são as relações inscritas na família marcadas pela circulação nestas diferentes redes. A categoria “jovem” se dilui nestas relações, apesar de se manter forte em outros espaços, onde é utilizada de forma coletiva como veremos na Parte III.

CAPÍTULO IV – *A moçada não quer nada com roça...* – conflitos, relações familiares e de trabalho

Composição das famílias

As redes familiares foram centrais na ocupação do assentamento e em toda a região. De acordo com os dados levantados, em Eldorado, por exemplo, 27,9% dos responsáveis pelos lotes afirmaram que souberam do assentamento através de parentes¹⁸⁴. Como vimos na Parte I, a prática de buscar o acesso a terra seguindo redes familiares apareceu nos relatos sobre a região como um todo. Essa prática se manteve mesmo entre assentados que chegaram mais recentemente em Eldorado, como Sr. Geraldo que foi morar em Eldorado após um convite de seu irmão Flávio, cunhado da D. Emiliania, para conhecer o assentamento. Detectei ainda relações de compadrio, como apontado anteriormente, entre a família de D. Carmosina (Eldorado) e a família do filho de D. Sofia (marido de D. Telma). Dois elementos se destacam na composição das famílias e marcam a relação com a terra : um número significativo de casamentos informais entre os chefes-de-família, e casos de ampliação do núcleo familiar marcados pela incorporação de sobrinhos, netos, filhos adotivos, tanto no assentamento, quanto nas outras áreas. No primeiro caso a razão alegada era o fato de o homem (não encontramos casos em que a esposa estivesse na mesma situação) não ter se divorciado da sua primeira esposa¹⁸⁵. O segundo fator, a ampliação do núcleo familiar por adoção ou agregação, foi justificado por diversos motivos mas, em comum, a decisão, especialmente dos “jovens”, de “ficar” ou “sair”, como veremos a seguir.

A prática da adoção, com ou sem registro civil, ou a agregação de sobrinhos, netos e afilhados, é corrente no Morro das Pedrinhas, onde não foram explicitadas as razões da

¹⁸⁴ Somado às outras informações torna-se ainda mais clara a importância das redes locais. Dentre as outras formas relacionadas a como tomaram conhecimento do assentamento destacaram-se: 29,4% afirmaram que moravam em áreas próximas e 16,2% que souberam através de amigos (dados do Sócio-Econômico).

¹⁸⁵ Em 24% dos lotes têm como titulares mulheres, o que em si já é expressivo, mas as especificidades dessa situação chamam mais a atenção do que o dado em si. De um modo geral tratava-se de casos em que a esposa atual ficava como única titular de modo a impossibilitar problemas com a esposa legal e salvaguardar o novo núcleo familiar. Este foi o caso de D. Carmosina, D. Gardênia, Sr. Bartolomeu (que só assumiu a titulação após a morte da esposa). Não pode ser considerada uma coincidência o fato de nesses três lotes as mulheres terem forte participação na organização do trabalho e da produção. A exceção foi D. Gardênia, que trabalhava na produção mas tinha pouco espaço de decisão sobre o lote. Salgado (2000) apresentando um estudo de caso de populações rurais de Tlaxcala (México) mostrou como as mulheres herdeiras tinham mais autonomia e menor submissão frente ao marido, ou se solteiras, aos demais homens da família. Ter patrimônio ou outros recursos materiais passou a ser uma estratégia das mulheres de gerações mais recentes, assim como dotar suas filhas de condições econômicas favoráveis.

adoção. Já no assentamento, uma das razões alegadas para a ampliação do núcleo familiar, através de adoção ou da agregação de parentes, crianças ou “jovens”, é o fato deles *quererem ficar*. Este foi o caso de Vicente, que participou com sua mãe e seu padrasto do acampamento na Fazenda Modelo, mas não do acampamento na fazenda Casas Altas, e hoje mora com seus avós em Eldorado. Seu primo e ex-assentado Dênis, também participou dessa entrevista. Inicialmente a decisão de morar com os avós, Sr. Daniel e D.Dolores, teria sido uma estratégia da família para que ele pudesse continuar os estudos, em mais uma inversão da oposição área rural e estudo.

“[...] O meu tio tava até querendo me botar, né Roni, e eu era até pequenininho... Meu tio Jaime pensava em me deixar tomando conta do barraquinho dele. [...] só que eu não ia ficar ali sozinho não é. [...] Eu tinha uns 9 a 10 anos. [...] Mas depois ele trouxe o meu avô que cismou de vir, [...] eu vim com o meu avô. Porque na época eu morava com a minha mãe, e não conseguia estudar [...] Eu morava em São João e não tinha vaga. [...] quando ia passar de série [...] já no finalzinho do ano para passar, o meu padrasto brigou com o irmão dele, que era onde ele estava de favor, aí a gente foi obrigado a sair e eu não consegui terminar a primeira série. E aí eu fiquei enrolado um bom tempo. E aí [...] minha avó veio morar aqui, e eu vim morar com ela pra mim poder estudar. [...]” (Vicente, 13:1-6)

Desde que se mudou para Eldorado, o trabalho no lote fez parte de seu cotidiano, e de outros mais novos da família. Vicente, que ainda criança, aprendeu a trabalhar na *roça* em Eldorado, afirmou gostar muito desse tipo de trabalho, e era bastante atuante no lote no início do meu trabalho de campo.

“E - Mas assim que você chegou com 10-11 anos, você já começou lá no lote. [...] Luiz Cláudio - Ajudava Dênis - Desde o momento que ele chegou, ele sempre ajudou, ele sempre foi um moleque pequeno, mas sempre trabalhou [...] até impressionava muita gente. Os outros filhos do meu avô tudo marmanjo chegava aqui na terra e era só farra, fazia nada, só vinha mesmo para visitar. O Diego que é o filho mais novo [do Sr.Daniel] ou novo) dele é que sempre pegava junto, a gente também. [...] Eu era no terreno do meu pai, e as vezes quando tinha tempo eu vinha e ajudava o meu avô. Capinando aqui. [...] sempre o meu avô tinha alguém aqui para ajudar ele. [...]” (Vicente, 13:1-6)

Nesse caso apareceu com ênfase a atuação dos mais novos que *ajudavam/trabalhavam*. Mas o que seria uma estratégia temporária se tornou definitiva, ainda que com interrupções, como quando sua mãe foi busca-lo.

E - E sua mãe? Você tinha contato?
Luiz Cláudio - Não, não tinha. [...] ela venho me buscar falando que precisava de mim, pois estava sozinha e queria que eu ficasse com ela, pois ela tinha brigado com o

meu padrasto. Fui morar com ela e fiz a 6ª série, a 7ª série, mas eu não gostava muito de lá.

E - Não gostava porque.

Luiz Cláudio - Lá (Eng. Pedreira) era um lugar muito feio. Eu gosto de um lugar assim... [olha em volta] E lá era um lugar que só via morte, morte.

Ronivon - Lá é um lugar muito seco. [...] Não é favela, mas é um lugar seco, onde as pessoas só vivem de cara feia. O local é esquisito, é pior do que uma roça [...], porque lá não tem natureza é cheio de poeira.[...].” (Vicente, 13:1-6)

A associação do Eldorado à *natureza, paz, beleza, tranqüilidade*, é recorrente nas falas, mesmo de alguns que afirmam preferir morar na cidade, e acionado constantemente para explicar *querer ficar* no assentamento. Argumentando preferir o assentamento a Engenheiro Pedreira, local onde mora sua mãe, Vicente afirmou que o retorno e a decisão de permanecer no Eldorado teriam sido seus. Mas Vicente também acionou as relações familiares e o desejo de estar *enturmado com a família*. A rede familiar se manteve apesar da distância entre o seu local de moradia (Eng. Pedreira) e o assentamento. Essa rede é fortalecida pela frequência de quase toda a família de Sr.Daniel à mesma igreja (IBBE), em Seropédica, próxima ao assentamento, onde se tornou muito atuante, especialmente no Grupo de Jovens. Assim, nesse caso, e em outros observados no assentamento, a família é uma rede que para além das relações familiares, envolve amizade, religião e outras formas de sociabilidade, mas também controle, como veremos adiante.

“E - Porque você decidiu voltar para o Mutirão?

Luiz Cláudio - Ah. Eu comecei indo ali na igreja (Igreja Batista Boa Esperança) e gostava das pessoas e da amizade.

E - Ainda morando em Engenheiro Pedreira.

Luiz Cláudio - Eu tava lá. [...] Eu gostava de ficar enturmado com a família, aí eu peguei e vim.

E - E sua mãe não brigou não.

Luiz Cláudio - Não, eu falei com ela antes. Aí ela aceitou. Contra a vontade dela, mas aceitou.

E - Você veio com quantos anos.

Luiz Cláudio - Quando eu vim de volta eu tinha uns 14-15 anos

E - Isso tem uns 4 anos já. [...]” (Vicente,13:1-6)

Ficar no lote também teria sido decisão dos casos dos sobrinhos de Sr. Bartolomeu, Breno (16 anos) e Bruno (19 anos), que permaneceram em Eldorado mesmo sem a presença de seus pais, que retornaram para São João de Meriti, onde todos moravam, município onde os filhos consangüíneos do Sr.Bartolomeu ainda moram. Quem primeiro se interessou pelo

assentamento foi seu cunhado Brício (irmão da sua esposa¹⁸⁶) e em seguida a sua esposa, que o convenceu a participar. Juntos, a mãe de sua esposa, os dois casais e um terceiro, outro irmão de sua esposa, Cassiano, sua esposa Cassandra e seus três filhos Caio, Cássio e Carlota receberam um lote. Após o primeiro ano os cunhados e a sogra saíram¹⁸⁷. Só o casal, Sr. Bartolomeu e sua esposa, permaneceu no lote, mas os filhos do seu cunhado *decidiram* ficar. Assim a família que ocupa o lote é formada por Sr. Bartolomeu, seus dois sobrinhos e irmãos Breno e Bruno, e seu filho adotivo Bernardo (20 anos). Dos três *filhos*, como são chamados pelo Sr. Bartolomeu, Bernardo é o mais ativos, e havia assumido o gerenciamento do lote¹⁸⁸, mas os três pretendem permanecer no lote, como contou seu *irmão* Breno,

“Breno – [...] É que esse sítio aqui é dividido por três irmãos, tem lá do meu tio lá e outro meu tio cá, aí esse meu tio cá queria vender [...] aí começou a maior briga, minha mãe [tia] era viva...”

E – Deixa eu ver se eu entendo. É um lote só até lá em baixo?

Breno – É.

E – E o lote tá no nome do seu Bartolomeu?

Breno – Isso.

E – Mas os três têm direito, cada um de um pedaço?

Breno – É.

E – Quem são esses três? Desse lado quem é?

Breno – Sancler e João. [...] Quando viemos morar aqui aí minha mãe, ela não é minha mãe é minha tia (esposa de Sr. Bartolomeu), tava no nome dela. Aí no começo quando viemos pegar o sítio, minha mãe falou: vamos pegar um sítio só [...] porque se cada um pegar um sítio não vai ter como cuidar é muito grande, aí pega um só e divide.” (Breno, 4:6-7)

O discurso que aparece de forma recorrente por parte dos “adotados” e agregados é a “decisão de ficar”. Outros casos, ainda, de tios que “*apanharam*” sobrinhos para criar foram relatados, como D. Nancy e Sr. Newton, que além de seus três filhos consangüíneos, *apanharam* quatro sobrinhos de pais diferentes. Nesse caso, *apanhar* parece ter relação com tirar de uma situação de perigo. D. Nancy contou cada processo de *apanhar pra criar* e trouxe à baila diversas razões para tal, que envolveram casos de maus-tratos e tentativas de infanticídio,

“E – Filho da senhora é o Sergio, o Odilon...”

¹⁸⁶ Esse foi o segundo casamento de Sr. Bartolomeu.

¹⁸⁷ Existia, à época da pesquisa, uma casa parcialmente construída em uma parte do lote, que era de um dos cunhados. Mas nenhum dos dois freqüentava o assentamento.

¹⁸⁸ Ainda quando a esposa de Sr. Bartolomeu estava viva, adotaram Bernardo.

D.Nancy – O Odilon, o Sergio e o Paulo.

E – E a Odaléia?

D.Nancy – A Odaléia eu apanhei com sete mês. É o mesmo que filho [...] Ela é sobrinha, a mãe dela que morreu. Deixou ela com sete mês, é irmã do meu esposo [...] e eu aí apanhei.

E – E o Nicolas e o Olívio?

D.Nancy – Eu apanhei o Nicolas com dez [anos] [...] Apanhei porque a madrasta deles judiava muito. Apanhei o Jairinho com cinco [...] e é tudo filho né. [...] E o outro casado que mora em Itacuruça, o João Batista. [...] também de criação, apanhei ele novinho também, a mãe dele é irmã do meu esposo e eu salvei esse menino. Ela separou do marido e ficou desesperada e quando o trem [não explicou aonde aconteceu o episódio] ia vir, ela ia por ele ali pro trem passar em cima dele. Aí ela chegou assim perto de mim gritando – ‘Eu vou matar esse menino agora, o trem ali... eu vou matar!’ Eu falei – ‘Pelo amor de Deus me dá esse menino aqui. Eu já tenho uma porção pra criar, mas me dá ele, eu não quero ver você matar o menino!’ Aí ele tomou uma raiva da mãe dele, a gente contava pra ele e ele tomou uma raiva da mãe dele. Agora ele mora com a mãe, a mãe cortou a perna coitada, foi preciso, aí ele cuida dela. [...]’ (D.Nancy – 45:6)

Como nos casos anteriores, na entrevista com os filhos adotivos e irmãos, Olívio (45 anos) e Nicolas (46 anos), o processo de ficar foi novamente relatado como uma “escolha”,

“Olívio – Nós éramos muito crianças.

E - Vocês vieram pra cá com quantos anos?

Olívio – Eu vim pra companhia dele aqui com 6 anos. [...]

Nicolas – Ele veio na frente, aí passou um tempo eu vim, [...] porque eu era muito colado com meu irmão [...] Mas só que ao chegar aqui eu não queria voltar porque lá a gente fica muito preso, aqui era mais solto. [...] Essa natureza, esse vento é uma felicidade [...] O dia que meu pai ia embora, eu tive que me esconder.

E – Você se escondeu do seu pai?

Nicolas – É, pra não voltar pra lá. [...] tô aqui mais de 30 anos [...]

E – E aí o pai não sentiu falta dos dois?

Nicolas – Ele ficou revoltado porque eu me escondi.[...] Queria voltar comigo eu não voltei com ele. Hoje em dia eu lamento. Fico até um pouco revoltado com isso pela minha parte.

E - Vocês tem contato com ele? Ele é vivo?

Olívio – Nós imaginamos que sim.

E – Vocês não tem contato com ele então?

Nicolas – Não.

Olívio – Eu da minha parte deve ter uns cinco anos que a gente não se vê. [...] Eu cheguei a viver um pouco com madrasta, mas (ela) judiava. Eu apanhava muito...” (Odaléia – 45:22-23)

Sr.Laudelino e seu sobrinho Lélío (19 anos), de Chaperó também têm uma relação de pai e filho,

*“E – Lélío você é sobrinho?
Lélío– Sou sobrinho dele.
Sr.Laudelino – Sobrinho e filho.” (Laudelino – 33:11)*

De um modo geral os pais adotivos afirmaram não diferenciar no tratamento os filhos de sangue dos demais. A relação foi apontada como tranqüila, e durante o trabalho de campo foi possível perceber, que no convívio diário, de fato não parecia haver diferenciação. Nos relatos observam-se momentos em que há a distinção na narrativa entre o pai/mãe de sangue e o pai por afinidade, aquele que criou, e outros momentos em que chamam tanto os pais de sangue, quanto os por afinidade, de “pai” e “mãe”, como na fala de Breno filho (sobrinho) de Sr. Bartolomeu. Muitas vezes, continuavam a se relacionar com os pais de sangue,

“[...] Meu pai (consangüíneo) nem veio na época, minha mãe chegou pro pai – “oh, vamos morar lá num sítio.” - “vamos embora.” [...] Botou as coisas... E fomos embora. [...] Meu pai (Sr. Bartolomeu) de vez em quando fica falando – ‘oh se você chegar tarde eu vou embora.’” (Breno, 4:3,2)

Mas a condição de adotivo também gera sentimentos de distinção, como expressados por Bernardo, filho de Sr. Bartolomeu, que foi adotado de fato, sem laços consangüíneos,

“Bernardo –É, às vezes meu pai vai pra casa do filho, eu não gosto de ficar na casa de parente do meu pai não. (E – Não? Porque?) Porque minha família eu considerava minha mãe e meu pai, minha mãe faleceu... eu sou filho de criação. Eu não gosto de ficar na casa dos outros não, parente, filho do meu pai, (E - filho de criação porque? Você era filho da sua mãe?) De criação também [...] Eu não gosto de ir na casa dos parentes do meu irmão, do irmão do meu irmão, filhos do meu pai, meu padrasto, eu não gosto não. (filho do Sr.Bartolomeu com sua primeira esposa. Moram em Nova Iguaçu).

E – Mas o Breno e o Bruno [...] não são filhos do seu pai.

Bernardo – Mas são sobrinhos, sobrinhos legítimos. (E – Você acha que isso faz diferença?) Pra mim faz, muita diferença. (E – Porque?) Sei lá, pra mim faz muita diferença. Eu não gosto não. As pessoas são pessoas boas, mas eu não gosto de ficar na casa de ninguém. Eu gosto de ficar no meu lugar. Se depender eu não saio daqui nunca, eu só saio pro meio do mato.” (Breno,4:18)

Em comum nesses e em outros casos, o fato de terem vivido em áreas urbanas antes da experiência do assentamento. A expansão do núcleo familiar a partir desses mecanismos carrega a associação entre ficar com o núcleo familiar “escolhido” e ficar no assentamento/sítio. Mesmo Lélío que mora com o tio em Chaperó, ressaltou *gostar* do Mutirão e era o único *filho* que freqüentava o assentamento e eventualmente *ajudava*. Assim, o acesso

à terra e a valorização da vida na *roça*, parece ter exercido um certo fascínio em crianças e “jovens que nunca haviam tido um contato com a “terra”, voltaremos a esta questão ao longo da tese.

Outro fator importante para a análise das relações familiares foi o encontro, após o assentamento, de assentados de uma mesma família que não se conheciam. Ao longo da pesquisa soube que Sr.Celso (marido de D.Carmosina) e D.Nancy são irmãos por parte de pai. Eles só vieram a descobrir o grau de parentesco após o assentamento, quem fez a aproximação foi D.Carmosina, esposa de Sr.Celso, que costumava conversar mais com os demais assentados e desconfiou do fato dos dois serem do Espírito Santo e terem o pai com o mesmo nome. Ela então conversou com D. Nancy sobre suas suspeitas e descobriu que de fato eram filhos do mesmo pai – um do primeiro casamento e outro de um segundo relacionamento do pai (com quem nenhum dos dois mantinha qualquer contato). Talvez o deslocamento circulação do núcleo familiar de D.Nancy entre o ES, o Morro das Pedrinhas, Santa Rosa, ES, Piranema e finalmente o lote em Eldorado, tenha dificultado uma aproximação anterior. Mas o que deve ser ressaltado é a peculiaridade de após esses deslocamentos, os irmãos finalmente se conhecerem e que em função dessa descoberta hoje as famílias são muito unidas. Esse caso contribui para se analisar em que medida o reagrupamento de famílias rurais – dispersas pelo não acesso à terra – pode ser uma tendência a partir da formação dos assentamentos¹⁸⁹.

Relações familiares, casamentos, tensões e controle...

Em Eldorado a maioria das famílias é nuclear – no sentido da inexistência nos lotes de uma segunda geração, filhos casados e suas respectivas famílias – distinto do que encontramos no Morro das Pedrinhas. Esta tendência pode ser devido ao tamanho dos lotes – média de 6,8 ha, menores que os 10 ha dos lotes do Morro das Pedrinhas. Mas ao se olhar mais de perto, observa-se um outro elemento: diferenças nos tipos de casamento praticados nas duas áreas, e dentro delas ao longo do tempo.

No Mutirão os entrevistados afirmaram predomina o casamento com um rapaz ou moça de fora do assentamento, que more e tenha vida constituída na cidade (casamento

¹⁸⁹ Essa afirmação teria que ser melhor examinada em uma pesquisa comparativa, mas o fato de parentes se encontrarem ou se reencontrarem após o processo de assentamento, pode ser uma consequência do acesso à terra para trabalhadores rurais. A discussão sobre o reagrupamento de famílias a partir dos assentamentos rurais é debatido em *Impactos dos Assentamentos rurais: um estudo sobre o meio rural brasileiro* (Leite, S.; Heredia, B; Medeiros, L; Palmeira, M; Cintrão, B:2004)

exogâmico)¹⁹⁰. Mas ao perguntar sobre casos de casamentos entre filhos e/ou parentes de assentados foram citadas duas exceções: Jurandir (filho de D.Julieta, neto de D. Sofia), que casou com Rosângela (filha do ex-presidente Sr.Tadeu); Mario (filho de Sr.Márcio e neto de D. Sofia), que casou com Denise (neta do Sr. Daniel), os quatro são filhos de assentados que se casaram e se conheceram durante o acampamento. Esses casamentos são associados à um passado onde o *pessoal era mais unido*. Nenhum destes casais permaneceu no assentamento. Como característica, o fato dos rapazes serem filhos de *meeiros* e as moças filhas da rede dos acampados. Esses casos confirmam a aproximação que teria ocorrido entre os filhos das duas redes em conflito. Neste sentido os “jovens” teriam rompido a relação baseada na disputa por legitimidade estabelecida entre as duas redes, construindo, através da sociabilidade, novos laços, que se consolidaram através dos vínculos do casamento. No entanto, embora os casamentos tenham aproximado famílias das duas redes, ainda persistem tensões nos espaços de organização do assentamento.

A principal razão alegada para o casamento externo seria, novamente, a *saída* dos *jovens* do assentamento, principalmente das *jovens*. O tema é tratado em tom jocoso, por Vicente e Dênis,

“Vicente - Namorada é um problema.

E - É um problema!? Por que todo mundo reclama que no Mutirão tá difícil?

Vicente - Lá não tem ninguém (risos).

Dênis - Lá já foi difícil, pois agora tá impossível! (risos) O que tinha já casou.

Vicente - No Mutirão quem quiser casar lá vai casar com os bichos (risos) ...com os passarinhos, por que lá não tem ninguém.

E - E namorada?

Vicente - Namorada só aqui fora, lá no centro de Seropédica.” (Cássio e Dênis, 13:11)

Essa tendência nos colocaria diante de um processo de masculinização (Abramovay:1998), onde a saída seria em função de interesses externos, como a continuidade dos estudos e a busca de trabalho remunerado. De fato, percebe-se um interesse maior das *jovens* do que dos *jovens* de irem morar em núcleos urbanos, como vimos no capítulo III. Como parte desse processo, temos – tanto em Eldorado, como no Morro das Pedrinhas – a tendência ao deslocamento do mercado matrimonial para esse universo, “justificado” pela

¹⁹⁰ Os termos endogamia e exogamia foram utilizados no sentido atribuído por Fukui (1979: 132-133), “...no sentido de casamento entre os membros do próprio bairro e entre membros do bairro com pessoas de fora. Não implica em clãs ou metades como normalmente é tomado em estudos de parentesco.”

desqualificação do universo rural, principalmente no discurso das “jovens”. Contudo, a associação entre namoro e casamento externo e desinteresse pela vida na *roça*, está permeada por outros fatores constituidores dessa prática matrimonial. O casamento “fora” pode ser antes consequência da ampliação da circulação entre a área rural e a urbana, e a consolidação de novas redes sociais, no caso dos “jovens”, redes formadas nas escolas, mas principalmente nas igrejas. Mas essa mudança no “mercado matrimonial” como fluxo de “saída” dos *jovens* do assentamento e do Morro das Pedrinhas, também está associada à própria lógica interna dessas áreas rurais e na organização do trabalho familiar.

No Morro das Pedrinhas, onde os entrevistados afirmaram que *antigamente* era freqüente o casamento entre vizinhos (endogâmicos), principalmente entre os filhos da primeira geração. Mas, a saída ou a permanência do casal na área variou. Algumas famílias nucleares se mantiveram nos lotes dos pais (sogros), como D.Julieta e seu irmão Sr.Márcio que casaram e construíram casa no lote da mãe. Essa situação se manteve mesmo após as duas famílias serem assentadas em Eldorado. Um terceiro filho saiu ao casar e voltou, mais tarde, para morar com a mãe trazendo seu núcleo familiar. Já a terceira geração (“jovens” de hoje) tendia a se casar fora do Morro das Pedrinhas, este foi o caso do 1º e do 2º casamento de Juliana, filha de D.Julieta, neta de D.Sofia,

“Juliana – Não meu namorado não era daqui não, era de Piranema.

E – Você nunca namorou ninguém aqui de dentro?

Juliana – Não, nunca namorei. [...] aí eu tinha me separado e tava solteira. [...]

E – Separou, e agora casou de novo?

Juliana – Isso.

E – E seu primeiro marido era de Piranema e fazia o que?

Juliana – Ah, ele trabalhava com gado, tomando conta de um sítio. [...]

E – E seu segundo marido você conheceu onde?

Juliana – Em Piranema também. [...]

E – Tem muitos amigos aqui em volta?

Juliana – Agora não tenho não porque já se casou e saiu daí. [...] Só ficou os pais, assim eles vem visitar. Agora tô aqui passando uns tempos com a minha mãe, porque estou construindo uma casinha.” (Juliana, 59: 2-3,5, 7)

Muitos da segunda geração e a grande maioria da terceira geração, *jovens*, homens e mulheres, *sairam* da área para regiões mais urbanas. Acompanhando os casos, pode-se afirmar que, mesmo o casamento endogâmico no Morro das Pedrinhas, assim como em Eldorado, não foi decisivo para que os novos casais “ficassem” na área rural,

“E – E ninguém, nenhuma das filhas quis ficar aqui?”

D.Vanda – As filhas não porque elas são casadas. Os maridos todos, graças a Deus, estão tudo colocados.

E – E casou já com gente de fora?

D.Vanda – Não, casou com gente aqui dentro mesmo. [...] com rapaz daqui mesmo...”
(Vanda, 66:4)

Da mesma forma em Santa Rosa, Odaléia (Nega), filha de D. Nancy e Sr. Newton, que morava nessa área, mas trabalhava no lote dos pais em Eldorado, comparou os casamentos “antes” e “agora”, e falou sobre a “saída” dos filhos.

“E – Vocês viram muitos filhos ficarem assim no lugar dos pais?

Odaléia – A maioria dos filhos eu acredito que não fica não. Eu acho que vai chegando a idade deles e vão querendo sair fora.

E – Você acha que sai fora na hora que casa ou sai fora depois? O pessoal casa aqui dentro?

Odaléia – Hoje em dia eu acho que não querem nem casar aqui dentro mais.

E - Casavam antigamente?

Odaléia – Casava, aqui mesmo em Santa Rosa, a maioria desde que eu era criança que eu me lembro, os vizinhos todos casados, o filho de um casado com outro. Formava aqui dentro mesmo, construía família. E tem, até hoje tá aí, os casais mais antigos aí era tudo vizinho da gente.

E – Acabou?

Odaléia – Acabou.” (Odaléia, 45:11-12)

Mas a tendência ao casamento de moças com rapazes *de fora* implica em outras questões. O casamento externo pode indicar uma maior valorização dos rapazes da cidade visando romper com a autoridade paterna (Bourdieu,1968). Ao longo da tese abordamos como a dupla motivação – interesse por serviços e estilo de vida urbano, e a ruptura com a autoridade paterna – contribuiu para o quadro encontrado. Uma exceção ao casamento exogâmico, contribui para compreendermos melhor a “regra”,

Durante o período da pesquisa houve duas exceções, dois relacionamentos envolvendo filhos de assentados, a Dália e o Esteves, e Claudinha (filha de D.Carmosina) e Bernardo (filho do Sr.Bartolomeu). No primeiro caso, o casal foi embora para o Paraná, segundo o Sr. Esteves devido às dificuldades de produção em Eldorado. Mas Dália afirmou que estava *tudo muito difícil* e que havia se *excluído* da igreja (IGGE) junto com o Sr. Esteves porque não eram casados – Esteves estava separado de sua primeira esposa, mas ainda não haviam legalizado a situação – e *na igreja batista não pode. A gente se excluiu, antes que excluíssem a gente. E tava certo. Tem que seguir as regras.* Esse caso é interessante pois os dois eram

muito atuantes no assentamento, na APPME e na igreja (especialmente Dália). Neste caso pode-se afirmar que o casal seguiu as regras do grupo religioso, já que não poderiam se casar. O processo de auto-exclusão os manteve “dentro” da comunidade religiosa, mesmo estando “fora”. Insistir e ser excluído seriam atitudes que denotariam o questionamento dos valores morais que conformam o grupo. O comportamento do casal pode ser percebido como um processo “desviante intragrupal” (Goffman,1980:152-153)¹⁹¹. Mas no assentamento também se observou um auto-isolamento, nesse caso ocorreu uma ruptura. Embora não fosse explicitada, a união com Esteves não pareceu ter sido bem aceita, nem na rede da qual faziam parte, nem na família, culminando com a mudança para o Paraná, sem muita resistência. Isto ficou claro na forma como Dália, antes muito ativa, passou a ficar mais em casa e sozinha. Por outro lado, passou a ser alvo de comentários de outros assentados, que passaram a questionar a sua atuação no passado como presidente da APPME.

Mas o segundo caso de namoro entre filhos da rede dos acampados gerou uma tensão aberta entre duas famílias. Este foi o caso do “triângulo amoroso” formado por Claudinha (filha de Sr.Celso e D. Carmosina), Hugo (filho de Sr. Haroldo e D. Helena) e Bernardo (filho de Sr. Bartolomeu). Os três moravam no assentamento, à época da pesquisa e do ocorrido. Em uma conversa informal Bernardo havia comentado que não se dava mais com o Hugo (que freqüentava sua casa). Perguntei porque e ele mudou de assunto. Durante o I Encontro de Assentados e Acampados da Baixada Fluminense¹⁹², Claudinha e Hugo me contaram que estavam namorando escondido do Sr.Celso desde o ano anterior. No segundo dia fui buscar D. Helena e o Breno (filho). No caminho, antes de busca-los, encontrei o Sr. Bartolomeu, que contou que teve que separar uma briga entre o Bernardo e o Hugo, por causa da Claudinha. Perguntei o que havia acontecido. Ele respondeu, *É uma confusão esses três. Você sabe que a Claudinha e o Bernardo transam, né?* – Respondi que não sabia. *-Ih! Há 4 anos [...]. O*

¹⁹¹ Goffman define esta relação como aquela em que o indivíduo “*se desvia de um grupo concreto e não só de normas, e que sua inclusão intensiva, embora ambivalente, no grupo o distingue de outro tipo conhecido de destoante – o isolado do grupo que está, constantemente, em situações sociais com o grupo mas que não faz parte dele. (Quando o desviante intragrupal é atacado por estranhos, o grupo pode correr em sua ajuda...) Observe-se que todos os tipos de destoantes considerados aqui estão fixados no interior de um círculo no qual a informação biográfica extensiva sobre eles ... é difundida.*” (1980:152-153)

¹⁹² O Encontro, que ocorreu em 01/06/03 na Rural, foi organizado pelo MST/RJ e objetivou reordenar uma coordenação local para os assentamentos e acampamentos da Baixada. A programação foi dividida em dois dias, o primeiro destinado a um balanço sobre as lutas por terra na Baixada Fluminense e os atuais problemas enfrentados pelos assentados e acampados e no segundo dia uma mesa sobre juventude. Trataremos desse encontro, em especial da atuação dos jovens, na Parte III.

passado dela não ajuda [se referindo ao fato de ter namorado muito], isso eu já disse pra ela mesma. Mas eu disse pra ele resolver essa questão e que a Claudinha daria uma boa esposa. Ele não resolveu e ela começou a sair com o Hugo, aí os dois brigaram. O pai dela também não gosta muito dele [Bernardo]. Mas ela também já fez muito. Mas isso também não tem nada demais, eu já vi prostituta dar boa dona de casa e ela daria. Mas o Bernardo fica nessa confusão, diz que não quer. Nos despedimos e continuei meu percurso, havia me comprometido a buscar D. Helena, ela também puxou o assunto, disse que o filho do Sr. Bartolomeu era *louco*, que disse que *ia quebrar os dentes do Hugo*. Algum tempo depois voltei a falar com Sr. Bartolomeu e perguntei como estavam as coisas entre o Bernardo e Claudinha, ele me disse que achava que tinha acabado, que não dava certo, porque a Claudinha não sabia o que queria e o Bernardo já foi muito ameaçado por causa dela. *O sexo é importante, mas não pode ser só isso e ela parece que não quer saber de mais nada. A mulher não pode ser assim, tem que se valorizar.* Soube depois que a Claudinha engravidou, mas só revelou a gravidez quando esta estava bem avançada. Alguns meses depois fui à casa da D. Carmosina, a filha da Claudinha estava com seis meses. Havia muita tensão quando relataram a difícil relação com o Bernardo, filho de Sr. Bartolomeu, que não teria reconhecido e assumido a filha. O Hugo, segundo D. Carmosina, apesar de saber que a filha era do Bernardo havia proposto casar com Claudinha e assumir a criança, mas estava bebendo muito e Claudinha não quis. O que antes era uma relação de muita proximidade entre as duas famílias, deu lugar a acusações (acusavam o Bernardo de querer vender a criança), mesmo assim, Sr. Bartolomeu continuou visitando os antigos amigos e agora a neta e todos continuaram morando no assentamento.

Na fala dos pais sobre o casamento dos filhos transparece a percepção de ruptura com valores que ordenam a reprodução da produção familiar. Essa preocupação com a saída dos filhos para se casarem e “abandonarem” a área rural pode ser lida no sentido definido por Thomas e Znaniecki (1974) como processo de individualização¹⁹³. Para os autores as

¹⁹³ Thomas e Znaniecki (1974) realizaram uma etnografia sobre imigrantes poloneses nos EUA e elaboram uma tipologia da família camponesa: Como instituição, a família controla a vida dos indivíduos e está acima dos interesses individuais e das relações pessoais de seus membros. Predomina a relação de respeito entre todo e qualquer membro, e não a afetiva. A hierarquia interna e autoridade são estabelecidas de acordo com o papel que o membro ocupa na família, ex: pai, mãe, filhos e filhas, seria uma ordem recorrente. Outro elemento central é o controle e o gerenciamento financeiros do patrimônio da família por parte dos homens, do pai e, posteriormente, de um dos filhos. A determinação sobre o casamento dos filhos, ocorre em função dos interesses da família :

mudanças nos tipos de casamentos seriam um indicador desse processo, quanto mais formalismo, mais determinismo social na definição do casamento, mais unidade da família e da comunidade; inversamente, quanto mais afetividade, mais individualização. Isto é, os pais reclamam ao mesmo tempo, de um certo distanciamento dos filhos da terra da família e da dificuldade de controlá-los, diferente da relação que mantinham com seus pais, quando eram *moços*. Nessas narrativas foi lembrado e enfatizado o respeito pelas decisões dos pais e um fato de um pretendente ter que ser aprovado pela família¹⁹⁴. Esse processo foi percebido principalmente na comparação entre os tipos de casamento do passado e do presente, e apareceram em diversas falas, em comparações, muitas vezes feitas espontaneamente. Segundo os informantes, no passado os pais influenciavam ou até mesmo interferiam, principalmente nas escolhas dos futuros maridos. A escolha do futuro esposo(a) a família podia interferir diretamente, até mesmo com interdições. Um caso limite foi relatado por D.Carmosina que quando *moça* teve dois pretendentes rejeitados pela sua família. Um primo tentou matar seu namorado, segundo D.Carmosina, porque ele era padeiro, *pobre*, enquanto sua família tinha uma pequena propriedade. Embora os pais classifiquem essas e outras situações como exageradas, e mesmo erradas, e afirmem que os filhos devem escolher com quem vão se casar com base na afetividade, no *amor*; o que se observou nos discursos deles e dos “jovens” sobre as escolhas matrimoniais foi bem diferente. Como veremos no capítulo VI, as famílias acionam mecanismos de controle sobre essas “escolhas”.

O casamento dentro da “comunidade” e permanecer em Eldorado, e nas demais áreas observadas, tem como conseqüência um maior controle sobre a vida do novo casal. No caso de Dália e Esteves onde o isolamento social, pode ser atribuído ao fato de ter se casado com um

manutenção ou ampliação do patrimônio, status na comunidade, etc. O casamento e formação de um novo núcleo familiar é definido por Znaniecki como um processo de individuação, que reordena e equilibra as relações de hierarquia familiar. No entanto, as mudanças como a proletarianização, mudança de profissão de um indivíduo ou vários da mesma família; a saída de um membro da família; ou chegada de um membro estranho geram processos de individuação. O mais alto grau de desagregação acontece com a imigração individual ou da família como um todo. O tipo de adaptação do indivíduo ou da família a esta nova realidade pode desestruturar a família nuclear ou o grupo familiar mais extenso. Um exemplo seria a desestruturação completa da família com a imigração da Polônia para os EUA, os pais mantêm atitudes tradicionais, mas os filhos não. Isso pode resultar na perda da autoridade e controle dos pais sobre os filhos.

¹⁹⁴ Podemos representar o processo pelo quadro:

(-)	Individuação	(+)
(+)	Formalismo	Amor/afetividade (+)
(+)	Determinismo Social na definição do casamento	(-)

homem separado, o que é reprovado não só na igreja que freqüentam, mas na família e no assentamento. A não aceitação do casal pela rede religiosa, da qual fazia parte toda a família da Dália, teve conseqüências para a convivência no assentamento. A repercussão pode ter se somado à rejeição que sofreu após assumir a presidência da APPME, o que explicaria os novos comentários negativos sobre o período em que ocupou o cargo, que começaram pouco tempo depois a ir morar com o Sr. Esteves.

Dois casos importantes para avaliarmos como é tratado um comportamento “questionável” (como foi tratado pelos que comentaram os casos), e ainda se observar o controle estabelecido através da “fofoca” tanto nas redes dos *meeiros e acampados*, quanto nas redes de vizinhança formadas a partir da formação do assentamento. O primeiro aconteceu com a família do Sr. Geraldo que chegou mais recentemente no assentamento, e se estabeleceu na área dos *meeiros*. Em uma das idas à campo (para entrevistar a família da D. Nancy) soube da saída apressada da família de Sr. Geraldo. Na primeira oportunidade perguntei ao Sr. Joaquim (*meeiro*, vizinho de fundos e amigo da família) o que havia acontecido para a família do Sr. Geraldo sair tão de repente. Sr. Joaquim contou que *Tinha um cara atrás da filha dele. Ele deu parte na polícia o cara até foi preso, mas depois soltaram*. Perguntei se foi o Sr. Francisco (assentado que morava próximo). Ele confirmou. *Ele comprava o Geraldo, dava presentes, começou a rondar aqui por que ela ficava brincando. Ele dizia que não gostava daqui (do lote do Sr. Joaquim) por que aqui só tinha pilantra. Ela ficava muito aqui porque aqui é tranqüilo, tinha proteção, ficava brincando com os meninos. Não mexo com ninguém, se mexer comigo vai levar uma surra. É uma coisa de monstro, se ainda fosse uma menina de 13 anos feita, mas era menina ainda. Resolveram ir embora. Voltaram pro Espírito Santos*. Assim, há comportamentos que são aceitos e outros não. A possível existência de violência doméstica na casa da D. Gardênia, que seria praticada por Sr. Geraldo nunca foi comentada por outros assentados¹⁹⁵. Já a possível molestação de meninas foi amplamente rechaçada.

¹⁹⁵ Em uma das visitas ao lote de Sr. Geraldo e D. Gardênia ela reclamou comigo da violência do marido com os filhos e que o Sr. Joaquim era testemunha, pois ele gritava tão alto que dava para o vizinho ouvir. D. Gardênia lavava roupa para o Sr. Joaquim. Na mesma conversa ela contou que Sr. Francisco, que morava em um lote próximo era muito amigo e sempre presenteava sua filha Nega (comprou o bolo de seu último aniversário e lhe deu uma bicicleta). Gabriel, seu filho de 14 anos e que segundo a mãe tem um retardo mental, reclamou que não ganhava nada e a mãe respondeu que teria que estragar a surpresa, que o Sr. Francisco também iria lhe dar um bolo e uma bicicleta de aniversário. Em outra ocasião, fui com os alunos da Rural em seu lote, acompanhar a

Um segundo caso foi a relação extraconjugal de D.X. Em uma das muitas conversas com D.X, muito atuante no assentamento (essa conversa ocorreu durante uma festa em sua casa), ela me contou que sofreu maus tratos e violência doméstica ao longo dos 30 anos de casamento, *Ele bebia demais e batia em mim. Tive que cortar o cabelo porque ele me arrastava pela cozinha. Tô cansada. Quero ser feliz, ele nunca me assumiu* (não haviam casado no papel). Afirmou que isso a entristecia muito porque a atrapalhava na igreja (IURD de Seropédica). E que inicialmente não assumiu os filhos, que ela teve que brigar para que ele assumisse. *Quero ser feliz, ser amada. Não agüento mais viver com V, a gente já não tem nada há dois anos. Já fui muito apaixonada por ele, de ficar doente quando ele reclamava de alguma coisa que eu tinha feito.* Na mesma noite revelou que vinha mantendo um caso com um conhecido da família, que eu conhecera em outra ocasião pois freqüentava a casa. Que o Sr. Y não sabia, mas que ela não sabia o que fazer porque embora “a casa” (o lote) estivesse no nome dela, *ele nunca vai querer sair.* Que tinha medo que caso ele descobrisse, matasse os dois. E ainda que gostava muito do amante e estava muito feliz. *Vou dar um rumo na minha vida, já faz um tempo que a gente tá junto.*

Algum tempo após essa revelação, no dia em que fomos observar em mais detalhes a produção de seu lote (foi a própria dona X e seus filhos que mostraram e explicaram o processo produtivo), dona X voltou ao tema e me contou reservadamente, que estava grávida do amante. Perguntei como tinha certeza e ela disse que o senhor Y não podia mais ter filhos, e que ninguém além de sua filha e eu sabia da situação. Estava muito apreensiva e pensava em se separar do marido, para viver com o amante. No mesmo dia fui conversar com outra

ordem das vacas no curral, enquanto realizávamos a observação gravávamos a entrevista com o Sr. Geraldo, e tirávamos fotos. O clima estava tenso na casa. D. Gardênia reclamou do Geraldo, disse que tavam brigando “*quer fazer sexo na frente dos meninos, ela já tem 13 anos, não pode.*” Mostrou o único cômodo onde todos dormiam juntos e onde também era a sala, composta de uma cama de casal, sofá, tv de 21”. “*Dois anos e meio que vivemos separados. Eu durmo aqui com o Du (cama) e ele ali (sofá).*” Sr. Geraldo também estava nervoso, mas nos recebeu bem e muito animado para mostrar a produção. D.Gardênia só falava quando se afastava dele, reclamava das brigas (sempre preocupada que ele ouvisse) mas falava na frente dos filhos. Nego (Gabriel), normalmente muito falante estava muito calado e chateado. Em determinado momento, no curral, ele me perguntou “*Você tem um gravador?*”, - “*Tenho porque?*” - “*Pra gravar o que ele diz pra minha mãe, xinga ela.*” Nega também tava muito triste. Todos com medo que ele chegasse perto. No início, Nego não quis ficar conosco no curral. E em dado momento perguntei se gostaria que eu tirasse uma foto sua. Ele chorou. Estranhei porque todos, adultos, jovens e crianças, adoravam tirar fotografias (o retorno das fotos das famílias e da produção foi sempre muito bem recebido). Como estávamos afastados dos demais, perguntei porque ele estava chorando e ele respondeu: “*O Francisco (vizinho) quer me fazer mal. Tirou foto e vai fazer macumba.*” Disse que isso não ia acontecer e que então não tirava a foto dele. Ele se acalmou e conversou mais um pouco.

assentada, que também comentou mais reservadamente: *tão dizendo que a X tá grávida*.¹⁹⁶. Em outra ocasião, acompanhei mais uma parte dessa história. Dona X estava tentando ir encontrar o amante, para isso disse ao seu marido que aproveitaria minha carona pra ver sua filha que estava em um curso no Hotel da Rural e que depois iria para a casa da cunhada, mas me contou que entre uma coisa e outra iria encontrar o amante¹⁹⁷. Na mesma semana reencontrei dona X que me contou que estava muito dividida já que o amante parecia ter outra família. Talvez tenha me contado isso por que eu presenciei seus telefonemas que contradiziam o que ela vinha falando: *Ele gosta muito de mim, é solteiro e quer casar comigo*. Nos telefonemas não pareceu tão amável e a partir desse momento dona X passou a falar que estava pensando melhor pra não trocar o certo pelo incerto.

Alguns meses depois, após uma conversa informal com um vizinho mais velho e sua filha¹⁹⁸, quando já estava indo embora, o vizinho me acompanhou e disse, *Vou te contar uma coisa, mas não falei nada. O Y largou da dona X. Também aquela casa invadida de homem. Se é minha casa eu expulsava de lá. Sempre aquele patrola lá*. (sua filha, que estava mais afastada, consertou: *Maquinista de trator. Ninguém fala mais assim, pai.*). *Mas ele (Sr.Y) dormiu duas noites fora, mas ontem voltou pra lá e dormiu lá... Acho que o patrola vai ver a filha*. (Sua filha interrompeu novamente: *Ela tem namorado, é o Z lá do Sá Freire.*) *Acho que vão voltar, mas os filhos tão do lado dela*.

Nessas situações transparecem o mecanismo da “fofoca” como um controle social. Embora as reações em cada caso tenham sido diferentes houve interferência de outros integrantes das redes de relações principalmente “falando sobre” os casos. Vale ressaltar uma inflexão de “gênero”, se as mulheres são o alvo principal dos comentários, não são as únicas a promover a “fofoca”. Ao contrário do que se observa em outros trabalhos (Bailey,1971), em Eldorado fui constantemente “informada” por homens, como em três dos quatro casos narrados. Não por coincidência os três informantes são reconhecidos como pessoas

¹⁹⁶ Disse que não sabia. O assunto surgiu porque eu me mostrei preocupada com o problema de um mioma da sua filha e sugeri que procurasse dona X porque ela havia operado recentemente. A médica do posto de saúde afirmou que teria que lhe fazer uma esterectomia, que recém-casada e com 22 anos, sem nunca ter engravidado, chorou quando falou sobre o assunto durante a entrevista. Já dona X me contou que retirou um mioma, achou que haviam lhe feito uma esterectomia, mas com a gravidez descobriu que só haviam retirado o mioma. Estes são dois exemplos que demonstraram o serviço precário à que tinham acesso.

¹⁹⁷ Ela falou com o amante através do meu celular, o que foi complicado, mas não tive como recusar.

¹⁹⁸ Tinha ido levar as fotos de suas netas, que haviam se apresentado com sua escola no desfile de 7 de Setembro, no centro de Seropédica. Eram filhas da filha que estava presente na conversa, já que estávamos em seu lote.

importantes na organização do assentamento. Os três, mesmo o Sr. Joaquim que era *meeiro*, atuam na APPME, onde são muito respeitados. A “fofoca” pode ser um mecanismo fortalecido pela autoridade paterna. Ou ainda, a prática da “pequena política”¹⁹⁹. Nesse sentido, não necessariamente provoca alijamento social, ao contrário faz parte das relações internas. Uma forma de manter a “comunidade” unida (Elias,1994). O tom um pouco jocoso da fala de alguns desses informantes demonstrou como, em diferentes contextos, há um certo divertimento em fazer a “fofoca”, pode-se afirmar, como em Elias (1994:91), que o essencial não é o interesse de uma pessoa pela vida de outra, e sim o interesse compartilhado. Ou seja, como observou Bailey (op.cit), não fazer parte da fofoca, nem com uma “boa”, nem com uma “má” reputação, significa de fato o isolamento social. A fofoca mostrou o quão intensa era a vida na “comunidade”. A forma como a fofoca circulava também reforçava essa percepção de uma comunidade ampliada, no sentido de não estar geograficamente circunscrita pelo assentamento, já que algumas “fofocas” envolviam outras redes, como a religiosa como no caso da Dália, e os espaços de sociabilidade, como um campo de futebol em uma localidade vizinha (Sá Freire) ao assentamento, no caso sobre o senhora X. Apesar das tensões e conflitos, não presenciei nenhuma atitude pública de hostilidade, repreensão ou comportamento mais agressivo, nem internamente às famílias, nem entre as famílias, a não ser em função de disputas na Associação²⁰⁰. Mas apesar das “fofocas” há uma “queixa” que atravessa as redes de que o convívio interno está apático, de que as famílias se visitavam cada vez menos e de que não há mais festas como no início do assentamento e como *antigamente*, no Morro das Pedrinhas .

De fato, foram poucas as ocasiões de festa e todas em contextos familiares. As visitas nas casas seguem mais as redes familiares ou a partir de outros laços (como os religiosos), do que o de vizinhança, ou mesmo as redes *meeiros/acampados*. Os “jovens”, por sua vez, tendem a visitar parentes, mas também circulam por novas redes (futebol, escola, igreja), ou

¹⁹⁹ “It is about small politics; it takes place within a community; behind it lies both a set of shared ideas about how life and people are and how they ought to be, and a code for communicating these ideas; it concerns power and solidarity as variables in human interaction; [...]” (Bailey,1971:2)

²⁰⁰ Diferente dos casos analisados por Marques em “Intrigas e Questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco”, em Eldorado parece haver um espaço maior de conciliação. Marques mostrou como os mais diversos motivos relacionados a “*comportamentos reprováveis*”, envolvendo desde relações amorosas, ofensas, disputas por animais e por terra, herança, até mesmo por uma “*recusa de dança*”, eram alegados em processos judiciais para justificar uma ação violenta (ameaça, agressão ou assassinato). Mas essas “ações” e “reações” devem ser observadas a partir dos códigos de convívio social. (2002:58-59)

mesmo ampliam redes no assentamento. A escola foi um dos fortes espaços de sociabilidade. Filhos de assentados que se conheceram na escola passaram a se relacionar e aproximaram famílias que, como veremos no capítulo VI, aproximaram famílias que antes não se “freqüentavam”. Assim, se por um lado os “jovens”, muitas vezes, reproduzem as relações estabelecidas, em outros contextos, podem transformar essas mesmas relações e gerar novas.

Apesar da “saída” após o casamento, tanto em Eldorado, quanto na maioria dos casos da terceira geração do Morro das Pedrinhas e de Santa Rosa, essa mobilidade não representa, necessariamente, uma ruptura com as relações locais. A “saída” é quase sempre para áreas urbanas próximas, ou mesmo em outros municípios da Baixada Fluminense. Com isso a circulação entre as áreas observadas e o seu entorno, se amplia, ou se fortalece com o trabalho externo e a freqüência dos filhos à escola, e a presença desses ex-moradores na casa de seus pais.

No caso dos acampados, as relações familiares anteriores se mantiveram, apesar do deslocamento para o assentamento. Estas, assim como outras redes sociais que já existiam, e novas que surgiram, contribuíam para a forte circulação observada em campo. Já os moradores do Morro das Pedrinhas, que parecem ter vivenciado um período inicial de estreitamento de laços internos entre parentes e vizinhos da mesma área através de casamentos endogâmicos, apontaram, em suas entrevistas, que ao longo do tempo ocorreram mudanças, consolidando uma tendência ao casamento exogâmico. Embora as mudanças na forma de casamento possam ter influenciado em como as famílias se expandiam e se reproduziam nestes dois espaços, elas não geraram, necessariamente, ruptura dos laços familiares²⁰¹. Assim, quanto à composição das famílias, observou-se mudança nas áreas estudadas, mas não uma desestruturação das redes familiares, e a desintegração da própria instituição família. A saída dos filhos para casar (no caso dos casamentos exogâmicos) ou após o casamento endogâmico, não representa, necessariamente, ruptura na família, as relações permanecem estreitas, mas pode representar uma busca de distanciamento da autoridade paterna e do controle da comunidade. As relações estabelecidas entre as famílias, principalmente da rede dos acampados, também não parecem ter sido afetadas pelos casamentos externos. No caso dos “jovens” houve uma ampliação das redes sociais das quais faziam parte.

²⁰¹ Afrânio Garcia (1990) contribuiu de forma significativa para repensarmos as diferentes formas de circulação e “saída” de membros de uma mesma família de trabalhadores rurais, menos como processo de individualização e ruptura, e sim como diferentes estratégias de reprodução da família e de seu patrimônio

De um modo geral observou-se uma hierarquia quanto à posição na família (pai, mãe, filho homem, filha mulher) e uma forte diferenciação e controle maior sobre os solteiros, que será tratado na Parte III. A organização interna e o trabalho familiar contribuem para compreensão dessas relações, como veremos a seguir.

Trabalho familiar

Em Eldorado a maioria das famílias podem ser caracterizadas como produção familiar. Ainda assim é visível a existência de diferenças de condições econômicas das famílias. De um lado, famílias sem outro patrimônio (como uma segunda moradia em um núcleo urbano) e que dependem diretamente do lote (tanto para a sua alimentação, quanto para a moradia e renda). Nesses casos o fato de o filho trabalhar fora complementando a renda da família e suprindo suas próprias necessidades é muito valorizado. Essas famílias têm moradias muito precárias e poucos eletrodomésticos. A difícil condição de vida destas famílias se expressa em estratégias que conjugam trabalho no lote, com trabalhos rurais e urbanos externos (ao lote e ao assentamento). A situação de uma família chamou particularmente a atenção, talvez pelo ciclo-de-vida da família (filhos pequenos), e talvez por terem chegado no assentamento em condições precárias, sem recursos, vindos diretamente do Espírito Santo (foi o único caso). Uma das primeiras vezes que travamos contato com Sr.Geraldo e D.Gardênia, o casal havia chegado há pouco tempo no assentamento e estava colocando moirões no lote do Sr.Francisco²⁰². Esse serviço é considerado pesado, mesmo para homens, e foi a única vez que presenciei uma mulher realizando essa tarefa²⁰³. Há cobrança da atuação dos filhos no trabalho no lote.

De outro lado, famílias que apresentam condições de vida mais estáveis, dentre essas, as que moram em Chaperó, parecem ter condições econômicas mais favoráveis do que as que moram em Eldorado ou no Morro das Pedrinhas. Mas embora tenhamos observado diferenças econômicas importantes entre esses assentados, todos têm em comum o trabalho familiar.

²⁰² Pedaco de madeira, geralmente cilíndrico, pouco trabalhado, de 1,80 a 2,00 metros, colocado na terra manualmente, usado para fixar arames formando cercas limítrofes de propriedades, tanto para delimitação da área, quanto para evitar entrada e saída de animais de grande porte.

²⁰³ Talvez essa primeira relação de trabalho, onde Sr.Francisco era o contratante, tenha sido o início da relação de “apadrinhamento” informal dos seus filhos, constantemente reforçado com presentes, e que culminou com a acusação de molestação e a saída da família.

Assim, mesmo famílias que têm uma renda oriunda de um negócio próprio²⁰⁴, e outras que dependem mais da renda da produção no lote, reproduzem acentuado grau de auto-exploração da família. Três outros exemplos contribuem para se observar as diferentes estratégias de composição de renda a partir do trabalho familiar. Sr. Joaquim, *meeiro*, foi um caso que se destacou. Ele cria e comercializa animais (produz queijo, e atua como intermediário na compra e venda de gado e cavalo). Ao longo da pesquisa construiu um boteco no seu lote, que se tornou bastante freqüentado e onde os filhos ajudam a atender a clientela. No mesmo período acompanhei a construção da sua casa definitiva de alvenaria (até então moravam em um “*barraco*” de estuque de dois cômodos), com dois quartos, sala, cozinha, banheiro. Sr. Eduardo e D. Marileide também se diferenciam por ser a única família a ter um telefone fixo no assentamento (muitos têm celular)²⁰⁵. A família conjuga a renda do trabalho dele de revenda de equipamentos (ele não especificou que equipamentos seriam esses), com o trabalho do resto da família no lote. A família do Sr. Bartolomeu é outro caso de composição de renda, nesse caso com importante participação dos filhos. Ele recebe aposentadoria, os três filhos trabalham fora e o mais novo também cuida do lote. A renda é usada na manutenção da casa e do lote e ainda assim vivem em condições precárias.

Mas em Eldorado existem ainda assentados que conjugam áreas exploradas por meeiros/parceiros, e pequenos negócios; transporte de mercadorias (do próprio assentamento e de outras áreas), dentre outras formas de compor renda. Em comum o fato de não morarem na área, de gerenciarem o lote sozinhos (sem qualquer participação ou presença de outros membros do núcleo familiar), contratarem trabalhadores internos e externos para a produção e manutenção do lote, etc. Em alguns desses casos, a casa é valorizada e recebe investimentos pouco comuns nas demais moradias do assentamento, como antena parabólica e o lote não tem aspecto de *sítio*, com árvores frutíferas, comuns nos lotes de Eldorado. Localizamos cinco lotes que podem ser enquadrados nessa descrição, dentre esses os dois *arrendatários* (que

²⁰⁴ O caso mais importante é o do Sr. Luis. Dono da Rinha de Briga de Galos de Seropédica. A renda oriunda dessa atividade lhe permite uma produção que não demanda retorno imediato, como a criação de cabra, voltaremos a esse ponto mais adiante.

²⁰⁵ A casa de seu Eduardo também tinha dois quartos, mas sem acabamento, luz, um telefone celular, um telefone fixo com fax, um computador Pentium IV (foi o único que vi no assentamento). Durante a conversa falou da pobreza do assentamento e se diferenciou, “*Tem que trazer o Reitor aqui pra ver a situação. Muitos vão embora por falta de condições. Os que estão aqui se desinteressaram pelo assentamento e fazem tudo sozinhos, a maioria é pobre, os que têm alguma coisa não têm vida comunitária. Pra mim é um projeto de vida*”, mesmo com essa afirmação falou, mais de uma vez, ao longo da entrevista, na possibilidade de sair.

ocupavam uma parte da fazenda Casas Altas antes do assentamento). Para os assentados a percepção é diferenciada, estes são tratados como *de dentro*, já os outros três (que entraram mais recentemente) são percebidos como *de fora*. A situação desses três gera forte rejeição dos demais assentados. Principalmente um deles que costuma caracterizar o seu lote como um *sítio só pra lazer*, não havendo qualquer relação com a produção²⁰⁶.

Caracterizadas essas diferenças consideramos como objeto de investigação as famílias que dependem do trabalho familiar para a manutenção do lote/*sítio* e para a composição da renda, mesmo renda. A diferença econômica entre as famílias é um dos fatores que incidem diretamente na atitude dos “jovens” com o lote, gerando expectativas e demandas. Isto é, nos lotes em que a família é “pauperizada” há maior expectativa e necessidade objetiva da atuação dos filhos no trabalho familiar, ao mesmo tempo em que o trabalho externo remunerado compõe a renda da família. Assim, as condições vivenciadas pelas famílias nestas áreas, são constitutivas da dualidade “ficar e sair”, que marca a relação com os “jovens” e estão no cerne da disputa de significados da categoria “jovem”. Neste sentido, é elucidativo analisar a organização do trabalho familiar na área.

O trabalho na “roça” e as relações de hierarquia na família

O trabalho familiar na *roça*, na região analisada, sofreu mudanças no decorrer do tempo. De acordo com os entrevistados, a maioria dos moradores do Morro das Pedrinhas, de Chaperó e de Eldorado (tanto *meeiros* quanto acampados) têm um passado de trabalho familiar na *roça*. Para os que têm uma trajetória marcada pelo deslocamento entre áreas rurais, como as famílias do Morro das Pedrinhas, muitas dos *meeiros* e algumas famílias da rede dos acampados, a valorização da conquista da terra faz parte do discurso, sempre que falam das dificuldades enfrentadas na *roça*. Quando fomos à casa do seu Haroldo²⁰⁷, ele pediu que fizéssemos fotos da produção: *Tem que mostrar o que a gente faz*²⁰⁸. Sr. Haroldo contou que, *a igreja é dela* (Assembléia de Deus que construíram no lote), *ela fez promessa pra conseguir* (a

²⁰⁶ Quando de sua entrada no assentamento, segundo fui informada, houve uma denúncia ao Incra. Vale o registro de que os lotes atualmente são repassados, com o pagamento de benfeitorias para quem neles morava, diretamente no Incra, sem qualquer forma de deliberação da APPME, como foi relatado como prática até os primeiros anos.

²⁰⁷ Sr. Haroldo e D. Helena e seus filhos são da rede dos acampados e trabalhavam como na área dos *japoneses* em Mazomba (região de pequenos produtores em Itaguaí onde existe uma colônia japonesa), como trabalhadores rurais sem carteira assinada.

²⁰⁸ Na hora das fotos, ele “preparou” as fotos: “*Tem que mostrar como a gente trabalha..Olha as minhas mãos são de agricultor, tudo com calo.*”

terra) e disse que fazia uma igreja e eu fiz.” D.Alzir complementou *a gente tava em Mazomba ainda. Eu não agüentava mais sê pisada por patrão*. E Sr. Haroldo completou: *Minha camponesa braba*.

Mas a terra foi valorizada nas falas, mesmo daqueles para quem Eldorado representou a primeira experiência em um meio rural, situação que só foi encontrada na rede dos acampados. Os acampados, têm diversas trajetórias, o que reflete na organização do trabalho familiar. Mas, pelo menos um membro de cada família tem o passado *na roça*. Além do próprio Sr.Tadeu, que como vimos, é de origem urbana, outro exemplo é a família do Sr.Eduardo e D.Marileide. Mesmo com origens distintas, ter a terra foi muito valorizado pelos dois. Ele era bombeiro hidráulico de uma companhia de extração de petróleo²⁰⁹. Já D.Marileide cresceu na roça o pai era pequeno proprietário, trabalhou em *muitas coisas*, é professora mas não leciona, ajuda no trabalho atual do marido (revenda de equipamentos feita pelo telefone em casa) e cuida do lote com a ajuda dos filhos, principalmente do filho. Na conversa com os dois Sr.Eduardo afirmou ser ela a responsável pelo lote. *Minha mulher quis vir. Quando cheguei aqui ajoelhei e disse – obrigado meu Deus pela terra que tu me deste*.

Sobre o período em que entraram nas áreas onde tiveram acesso a terra, os relatos descreveram uma forte inserção da família na produção, especialmente do casal. Isto é, tanto no Morro das Pedrinhas, quanto no regime de meação dos *meeiros*, filhos do Morro das Pedrinhas e moradores de Chaperó, e ainda os assentados, tiveram como padrão de ocupação das áreas exploradas o intenso trabalho de toda a família. Hoje, a atuação mais constante é do casal e dos filhos homens.

Em algumas casas a família usa como estratégia para garantir renda quando a produção *ta fraca* que um ou mais membro da família trabalhem fora em outras áreas rurais. No Morro das Pedrinhas esse tipo de trabalho é chamado de *alugado*²¹⁰, em Eldorado é chamado de *trabalho fora* ou *pros outros*, atualmente tende a ser praticado pelos homens da família. Entretanto, principalmente no período em que chegaram nas áreas, ou em função das secas e enchentes que são recorrentes na região, o mecanismo pode ser, por algum tempo, a única

²⁰⁹ Não quis entrar em detalhes, descreveu vários procedimentos de extração de petróleo e mostrou que detinha autoridade e técnica em outras profissões (mecânico). Não trabalha mais nessa profissão

²¹⁰ Diversos autores tratam dessa relação entre trabalho familiar e “alugado” como uma estratégia para enfrentar as dificuldades da pequena produção ou para ampliar patrimônio. (Afrânio, 1990; Heredia, 1979)

fonte de renda.. D.Sofia e D.Zilda lembraram dos momentos difíceis no Morro das Pedrinhas, sempre associado-os à necessidade do trabalho *alugado*,

“D.Zilda – Nós entramos aqui, papai, trabalhava lá em Piranema pra manter aqui o sítio. [...] A primeira terra que nós aramos aqui foi no enxadão [...] Depois ele arrumou arado de boi pra arar a terra. Ai dessa lavoura em diante é que meu pai começou a arar... [...]

D.Sofia – Quando a lavoura tava dando 15 caixas por semana veio a enchente, chuva de pedra, quebrou tudo. No outro dia a gente foi catar [...] peguemos $\frac{3}{4}$, eu falei, - Agora sou obrigada a ir pra lavoura.

D.Zilda – Nós fomos todo o mundo trabalhar ali, eu, meu pai, minha irmã....

E – Trabalhar pros outros?

D.Sofia – Trabalhar alugado pros outros, pra um e pra outro.

E – Quantos anos você tinha nessa época?

D.Zilda – Eu? Tava quase com treze anos.

D.Sofia – Foi muito brabo isso aqui.

E – Lavoura, é difícil né D.Manoela?

D.Sofia – É muito difícil, quando ela dá de dá certo, a gente acerta. Não é difícil não. O difícil é começo, o começo é que é difícil.” (E67-D.Sofia:24-25)

No entanto, para famílias que têm filhos mais novos, e dependem do trabalho familiar no lote para garantir sua sobrevivência, a cobrança sobre o trabalho no lote pode ser maior. A família do Sr.Geraldo (cunhado do Flávio, irmão da D.Emiliana) e da D.Gardênia estava há pouco tempo no assentamento, quando iniciei o trabalho de campo. Seus filhos Giovana (Nega) e Gabriel (Nego) têm 12 e 13 anos respectivamente (o terceiro filho, Gilberto tinha 3 anos). Os dois ajudam nas tarefas da casa, especialmente Giovana, que afirma não gostar *de trabalhar na roça*. Ela gosta de cuidar da casa, do almoço, lavar a louça. A mãe mostrou-me uma foto onde ela aparece com uma enxada, mas Giovana, depois em separado, disse-me que *foi uma foto armada pelo pessoal da Rural, que pediu pra posar pra foto*. Parece pouco adaptada à vida em Eldorado e preferia onde moravam antes no Espírito Santo, onde costuma *visitar as pessoas*. Afirmou não ter nenhum amigo dentro do Eldorado, as exceções são os filhos do Sr.Joaquim (vizinho), mas que também não são muito próximos, embora fosse sempre vista na casa deles. Gabriel, ao contrário, parece muito adaptado à vida nova, circula muito pelo assentamento – muitas vezes veio ao nosso encontro durante a aplicação do questionário em outros lotes para nos convidar para um café – disse que *ajuda* a mãe na *roça* de aipim e o pai com a criação, mas durante uma das visitas presenciamos muita tensão na sua tentativa de ajudar o pai. Essa tensão parece ser fruto da expectativa do pai quanto a atuação do filho, que para Sr.Geraldo já tem idade para estar assumindo outras tarefas. A base para sua

argumentação é a sua própria experiência de vida – teria começado cedo a trabalhar. Outro elemento tencionador nesta relação pode ser o fato do Gabriel apresentar possíveis problemas mentais (como afirmou sua mãe e que é perceptível nas muitas conversas que tivemos), o que não o impede de um convívio e inserção no espaço doméstico e no assentamento, assim como na escola. Mas o pai parece pouco seguro quanto à sua capacidade para assumir o lote, mas atribui a sua falta de interesse à convivência com outros meninos no Rio de Janeiro, como relatou em sua entrevista,

“E - Sr. Geraldo, o Nego trabalha com o Sr.?”

Geraldo - Olha, agora não. Já trabalhou muito.

E - Com que idade ele começou a trabalhar?

Geraldo - Ele tinha mais ou menos 10 anos, 11 anos.[...] Aqui ele ajuda a capinar, ajudava a plantar aipim, milho, ajudava mais na plantação.

E - Cuidar dos bichos ele gosta?

Geraldo - Olha, pra mim ser sincero, eu não entendo esse menino. Esse menino é o seguinte:- ele gosta de tudo e não gosta de nada. [...] Quando eu trabalhava pros outros, ele gostava de mexer.

E - De que que ele gostava ?

Geraldo - Gostava de ajudar, queria aprender tirar leite. Correr atrás dos bichos.

E - Mas ele aqui não tá tirando leite com o Sr. ?

Geraldo - Não. Aqui não. Nego ultimamente, depois que nós viemos aqui pro Rio, ele não tá querendo muita coisa não. Não sei, eu acho que as moda aqui é diferente. Sei lá. Não sei se é idéia e conversa dos outros, que...

E - Como é que o Sr. fazia? Ele começou a vir com o Sr. para aprender a trabalhar?

Geraldo - O negócio era o seguinte. Por que lá onde eu trabalhava na fazenda, ele ficava doidinho para tirar leite. Aí lá eu não podia aceitar porque o patrão podia chegar e sempre falava - “Oh! Tadeu, cuidado que a vaca pode machucar esse menino.”

E - Mas aconteceu?

Geraldo - Nunca aconteceu. Bicho mais igual vocês tão vendo aqui, manso assim. Mas sabe como é patrão, acha que tá atropelando, tá atrasando, né?[...] Fosse meu, é outra coisa, mas você sendo empregado, fica ruim. [...]” (E28-Geraldo:5-8)

Ele estende sua expectativa frustrada à filha, e reforçou a associação entre a “não atuação dos filhos” e o desinteresse no trabalho, às influências locais. Parte do desinteresse também foi atribuído à participação no PET²¹¹, onde os filhos não podem trabalhar. Sr.Geraldo compreende essa exigência como uma proibição de trabalho no lote da família. Com isso o filho não aprenderia a trabalhar, já que essa é uma tarefa da família. Seu discurso reforça o trabalho familiar como um processo de aprendizado que inculca valores, como o valor do

²¹¹ Programa de Educação para o trabalho, do Governo Estadual.

trabalho. Nesse sentido, o programa promoveria uma ruptura nesse processo de reprodução cultural. Reforçou ainda o trabalho familiar como processo de aprendizagem,

“E - E Nega ajuda ?

Sr.Geraldo - Ajuda nada, ela coitada... (silêncio), eu tinha que sair desse lugar.[...] Esses meninos mudou muito depois que eu vim pra cá. Por causa dos outros, pôxa! Aqui ninguém gosta de trabalhar. Ninguém! [...] Mas tem o PET é proibido trabalhar, não sei o que que tem. Mas eu acho que se um menino pegar uma enxada e puxar esse esterco aqui, botar num montinho ali, ou pegar um esterco e botar em outro canto, isso não mata não. Ele vai é aprender com o pai. Por que o dia que o pai morrer, ele sabe. Olha meu pai me ensinou fazer assim. Mas do jeito que vai aí, ainda acaba amanhã ou depois encravando a filha de um cidadão aí... Não é brincadeira não!”
(E28-Geraldo:9)

Essa conversa com Sr.Geraldo foi travada no curral do seu lote durante a ordenha. Inicialmente estávamos eu, três estudantes e o Sr.Geraldo. Em seguida chegou o Gabriel que “contradiu” o que o pai dizia e afirmou trabalhar muito, tanto na plantação com a mãe, como “separando os bezerros das vacas”. Essa é uma tarefa considerada difícil já que muitas vezes a vaca resiste, mas que todos que lidam com gado leiteiro afirmaram que se aprende desde criança. É uma prática comum no assentamento, filhos homens, principalmente os mais novos, buscarem as vacas²¹². No lote se observa uma divisão entre criação como responsabilidade do Sr.Geraldo e a *plantação* tarefa da D.Gardênia²¹³. Talvez o fato do Nego (Gabriel) *ajudar* na plantação, no caso tarefa da sua mulher, e não com o gado, tarefa masculina no assentamento, gere a tensão entre os dois. Mas na frente do Gabriel, Sr.Geraldo não repetiu as “queixas”, já Gabriel afirmou ter parado de trabalhar quando começou a estudar, mas em outras visitas foi possível observá-lo ajudando os pais.

“E - Eu estou perguntando aqui Nego, quando você começou a ajudar seu pai?

Geraldo - Depois que nós viemos pra cá, né Nego?

Nego – É, assim que nós viemos pra cá. Aí meu pai plantou a moita de aipim é, é..., plantamos aipim, aí eu e minha mãe fomos trabalhar na moita de aipim...

Geraldo - Tem quiabo ali também ...

²¹² Na produção do leite (quando as vacas são criadas “no pasto”, isto é soltas), para comercialização e consumo da família, os bezerros são separados da vaca que está amamentando, passando a noite no curral (também como forma de proteger os bezerros do ataque de outros animais). Devido à baixa produção de leite de boa parte do gado dos assentados de Eldorado, a ordenha é realizada uma única vez por dia (quando a produção é maior pode-se realizar duas ordenhas diárias). Assim, pela manhã se busca as vacas, que foram separadas dos seus bezerros na tarde anterior, que são levadas para o curral. Na ordenha o bezerro de cada vaca é amarrado em uma das patas traseiras da vaca para estimular a *decida do leite*, técnica chamada popularmente de *bezerro no pé*.

²¹³ O passado de *vaqueiro* como definiu o próprio Sr.Geraldo, pode ser a explicação dessa divisão, que não é comum no assentamento.

Nego - Plantamos quiabo, milho, começamos colher. Aí quando foi uns tempo assim, eu parei de trabalhar e comecei a estudar. [...] Nossa! Eu trabalhei muito aqui, nossa!

E - Só com a plantação, Nego?

Nego - Só com a plantação.

E - Com os bichos, não?

Nego - Não. Aí meu pai tava num aperto, aí arrumou uma vaca [...] emprestada e começou a tirar uns leite aí.

E - Mas tirar leite você gosta?

Nego - Não. Eu nem sei tirar leite. Aí meu pai arrumou uma vaquinha e tirou leite pra um fazer um queijinho. Aí Deus ajudou, pegou e comprou a vaca.

E - E queijo você sabe fazer?

Nego - Sei.

E - Você ajuda ?

Nego – Ajudo.” (28-Geraldo e Gabriel: 8-9)

A tensão entre pai e filho pode ser observada quando Gabriel resolveu ir buscar uma novilha que ele deixou escapar pela porteira do curral,

“Geraldo - Agora vamos panhar os bezerros.

E - Mas separar os bezerros da vaca. Você ajuda todo dia ?

Nego - Ajudo. Todo dia não, as vezes meu pai imprica comigo que eu não ajudo ele.

E – Mas geralmente é você que vai lá fora buscar? Como é que você faz? A vaca está lá fora...

Nego - As vacas tá lá. [...] Os bezerros fica preso aqui dentro com ele, aí eu vou lá todo dia de manhã cedo, às vez. Aí eu vou lá toco as vacas pra aqui. Venho aqui, coloco as vacas aqui. Meu pai vem e tira o leite. Aí as vezes eu fico aqui e ajudo a separar as vacas dos bezerros.

E - Que horas vocês separam ?

Nego - Ah, umas 7:30h. [...]

E - Depois que ele tira o leite?

Nego - Fica aqui dentro dessa portinha, aí de tarde eu vou e trago pro curral e prendo eles. No outro dia eu vou lá e busco as vacas...

Uma novilha foge do curral.

Nego grita para o pai - *“Pai! Deixa que eu vou lá buscar!”* (e corre para o pasto)

Nego grita novamente - *“Pai, tem cuidado que ela tem ciúme do bezerro, heim! Ela tem ciúme do bezerro, ela pega.”* (longo silêncio) [...]

Sr. Geraldo (vendo o filho assustado) grita - *“Nego, pode deixar eu vou soltar e meio dia eu boto pra mamar. Eu vou soltar ela.”*. (Com a vaca solta o bezerro volta ao seu encontro para mamar e dificilmente se consegue ordenha-la. A outra preocupação é que tanto o bezerro recém-nascido quanto a vaca podiam estar cansados e o esforço não seria bom)

E - Qual ?

Geraldo - “Aquela que tava junto com a vaca (recém-nascida). Deu bobeira (referindo-se ao Nego), o bezerro escondeu, ela tava aqui junto da vaca.”

Nego Grita - “Pai solta a vaca e trás pra cá.”

Geraldo - É o jeito, eu vou soltar a vaca e deixar pra lá. Tá longe ela vai ter que caminhar. [...] (Nego tava procurando o bezerro que fugiu, vem trazendo o bezerro) - “Oh Nego, olha esse braço (braço engessado), solta esse bezerro”, - Per aí Nego. Pronto agora. (O pai ajuda a prender o bezerro).” (28-Geraldo e Gabriel: 8-9)

Sr. Geraldo alternou momentos de preocupação, com irritação com as tentativas do Nego de achar o bezerro. Esse episódio reforçou a situação de tensão e cobrança do pai com o filho, e ao mesmo tempo as diferenças existentes entre a sua geração e a do filho, que vivenciava outras percepções sobre trabalho.

Além da origem rural, outras características do trabalho familiar podem ser tratadas como “padrão” na região. A organização interna e a divisão do trabalho pareceram comuns a todas as famílias entrevistadas. De um modo geral, a aração e preparação da terra é feita por homens, (que classificaremos como chefes-de-família) e filhos mais velhos, e quando possível, contratam horas de trator para aração²¹⁴. A sementeira, capina e colheita são realizadas por todos da família. O trabalho doméstico é tarefa da esposa com a ajuda das filhas (em alguns casos encontramos filhos mais novos que também ajudam suas mães). A responsabilidade de compra para o abastecimento da casa e/ou comercialização da produção, é do homem (chefe-de-família), mas pode ser transferida para um dos filhos mais velhos, especialmente quando este tem autonomia – quando sabe dirigir e tem acesso a um veículo próprio, emprestado ou alugado – para levar a mercadoria até a cidade.

O que diferencia o padrão encontrado no Morro das Pedrinhas do Eldorado é a comercialização da produção. No caso do Morro das Pedrinhas é uma tarefa atribuída aos homens, já no assentamento, nas famílias da rede dos acampados há a participação da esposa, filhos e filhas, principalmente nas feiras e nas vendas de porta-em-porta. Neste caso levam legumes, verduras, leite *in natura* e queijo, transportado em carroças, para vender nos núcleos urbanos próximos (Chaperó e em Seropédica), onde já têm clientela formada²¹⁵.

²¹⁴ Alguns filhos aprenderam a utilizar o trator e se tornaram tratoristas. Essa é uma ocupação valorizada nas falas dos rapazes.

²¹⁵ Acompanhei o trabalho do Giuliano, filho do Sr. Gino e D. Gisela. Ele e a mãe revezam na venda da produção, a clientela é fixa e formada a partir da rede de amizades estabelecida quando moravam em Chaperó. Mas em outros casos a clientela foi sendo formada pela própria oferta de porta-em-porta, em casas de famílias e pequenos comércios.

Para além do trabalho da família “*stricto sensu*”, observou-se o uso de mão-de-obra externa, que em muitos casos são parentes. A relação pode variar, de uma *ajuda* em troca de moradia – como no caso do irmão do Sr.Emanuel (lote 19) que mora em seu lote, trabalha em todas as tarefas da produção com o próprio Sr.Emanuel – ou o pagamento de diárias. Chamou a atenção nas três áreas, o conhecimento e o envolvimento das mulheres com a produção, como no diálogo entre Sr.Thomas, D.Vanda e D.Carmosina sobre as diferenças na produção entre o passado e presente, tanto no Morro das Pedrinhas, quanto em Eldorado,

“E – Quando a senhora chegou aqui era muito diferente do que se planta hoje? [...] Sr.Thomas – Era diferente sim, a diferença que agora tem que tacar muito inseticida, remédio brabo. Nem se usava adubo, nem inseticida, agora se não usar...”

D.Vanda – Usa adubo, tem que arar.

E – Não precisava nem arar?

D.Vanda – Não. É a diferença que tem.

E – E dava mais bonito do que dá hoje?. [...]

D.Vanda – Eu acho. [...] Se você plantava três sementes de quiabo, três pés soltava galho. Hoje se você plantar quatro [...] dos quatro sobra uma, não dá galho, fica só um pezinho antes ele espalhava, não é Carmosina? Ficava bonito, hoje não.

D.Carmosina – É a mudança de semente.

Sr.Thomas – Não, é a terra cansada mesmo

D.Carmosina – A gente não jogava remédio no quiabo não.

D.Vanda – Agora não tem jeito.

Sr.Thomas – Depois que começaram a trabalhar... tem tudo quanto é praga na lavoura.

Assim, pode-se apontar um padrão de organização do trabalho familiar marcado pelo intenso trabalho da família, onde homens e mulheres estão envolvidos. Se as condições de trabalho e renda da produção são consideradas difíceis, ter a terra justifica o esforço, ainda que sempre acompanhado de manifestações do desejo de que a situação melhore. Em alguns momentos., ao listarem os problemas, falta d’água pra produção, dificuldade de transporte das mercadorias, preço praticado pelos atravessadores, pragas, falta de assistência técnica, os discursos enfatizam a vontade de *vender isso aqui e ir embora*. Nessa construção, é comum se expressar o desejo de que os filhos tenham um futuro melhor. Mas na maioria dos casos, na mesma conversa, ocorria a inversão e se resgatava a *luta* que foi *pra ter isso aqui*. E essa reordenação do discurso vinha acompanhada da preocupação do desinteresse dos filhos e de terem que enfrentar sozinhos. A dualidade entre a conquista da terra como patrimônio e como libertação do trabalho para, ou na terra de terceiros, expressada em falas como, *ter o que é meu e não trabalhar pros outros*, e ainda simbolicamente quando associado à *luta da conquista* de

um lado; e por outro, as difíceis condições da vida cotidianas, enfrentadas para manter o patrimônio e conseguir viver da produção, manifestada em falas como *isso aqui é uma luta*, é chave para a compreensão das diferentes percepções sobre os “jovens”. Essa dualidade pode explicar o porque do uso na mesma narrativa de uma forma genérica da categoria, associada à continuidade do projeto luta pela terra, e de outro uso a partir das relações familiares, que enfatiza as dificuldades cotidianas, vividas desde a entrada na terra. O fato de serem trabalhadores, que em sua maioria não tinham acesso à terra, pode ter gerado expectativas de mudança de condições de vida a partir da conquista da terra que não ocorreram. Ter a terra representa a mudança na relação de trabalho de não trabalharem mais para os outros, manifestada através das muitas falas que colocaram essa como a principal mudança esperada no processo. Mas há uma percepção que podemos tratar como “sentimento de continuidade”, através de falas como a da D.Vanda *enfrentar isso que você tá vendo aí, enfrentemos até agora com fé em Deus*. E ainda, em outra fala da mesma informante, *não, não quero, não quero que elas (filhas e neta) passem o momento que eu passei. Eu passei um momento muito difícil*. Embora afirmem viver melhor, por terem a terra própria, o trabalho que envolve produzir no lote/sítio é intenso e o retorno em renda percebido como aquém do esperado. Somada a isso a frustração de não terem acesso a serviços básicos. Essa dualidade aparece no discurso dos filhos, como no de Lucas, 18 anos, filho de *meeiro* assentado em Eldorado, que para responder se “gosta de trabalhar na lavoura”, despersonalizou a questão e tratou de questões que *desanimam*, que afetam o trabalho familiar e o retorno esperado do lote, mas ter a terra faz diferença na medida em que não há mais o risco da perda.

“Lucas – Em certa parte é bom, mas... hoje em dia assim, não tá dando muito lucro, está desanimando, os remédios pra matar as pragas estão caros, muito caro e isso desanima a pessoa.

E – Depois que passou a ser Mutirão, vocês acham que fez diferença pro pai de vocês lá?

Lucas – Acho que mudou um pouco.

E – O que?

Lucas – Melhorou. [...]

E – E ter a terra, fez diferença.

Lucas – Agora é nossa. Não era. Antigamente não era, agora é nossa mesmo no papel tudo legalizado.

E – E isso faz diferença, vocês acham?

Lucas – Acho que faz sim. É nossa, a terra é nossa agora não tem aquele medo mais de perder aquela terra. [...]”

Mas as relações de hierarquia na família, e que se estendem aos espaços organizativos do assentamento, é outro fator central para compreendermos as diferentes percepções sobre os *jovens* que envolvem essa dualidade. A hierarquia interna à família na organização do lote, do trabalho e da produção é outra característica presente nos relatos dos entrevistados das três áreas. Quando perguntados sobre como se decidem as questões relativas ao lote, a resposta na maioria das vezes foi *a gente conversa*. Mas em caso de discordância, as esposas e os filhos afirmaram ser *dele* a palavra final. No caso, *ele* são homens que podemos caracterizar como chefes-de-família (não existem casos de mulheres sem maridos). Mas, em alguns casos (principalmente quando a experiência com a lavoura, no passado, é das mulheres), as esposas participam da organização do lote. Isso pode ser percebido nas diferenças, tanto na ordenação espacial no lote— localização da produção, do espaço doméstico, do espaço da criação de pequenos e grandes animais – quanto na própria decisão sobre o que produzir²¹⁶.

Algumas situações relatadas ilustram a relação de hierarquia na família, como o caso contado por D.Diana (filha de Sr.Daniel e esposa do Jaques). Jaques é muito atuante na APPME e faz parte do único *grupo coletivo* do assentamento²¹⁷. Jaques cedeu, por algum tempo, o lote para o *grupo coletivo*. D.Diana não gostou, mas só me contou isso quando estávamos sozinhas (conversando no quintal) e afirmou que não interferiu na decisão do marido. Recentemente o casal voltou a plantar sozinho. D.Diana frisou que sempre *trabalhou*, que quando foram para o assentamento o Jaques chegou a oferecer de ela ficar no km49 (onde moravam) e ele ir pra casa nos finais de semana, mas ela não aceitou,

“Cheguei a pesar 50 e poucos quilos de tanto trabalhar, mas não tinha medo do trabalho. Eu sempre trabalhei com ele, sempre enfrentei. Mas com o grupo (coletivo) não dava. Não vou trabalhar pra eles. A gente ajudou umas vezes (ela e as filhas), debulhando milho e ganhou R\$10,00. Mas eu não vou pra roça com homens puro. Se tem mulher a gente conversa. Só com homem não tem graça. Agora se ele for mais eu, aí eu enfrento.”(conversa informal)

Na sua narrativa, D.Diana afirma preferir trabalhar com o marido, o que pode ser lido como “em família e para a família”, em oposição a trabalhar para outros, ainda que seu marido

²¹⁶ Quando há uma maior participação da mulher no lote percebe-se uma valorização de árvores frutíferas, de plantas ornamentais, de ervas medicinais e da horta, mas integrado com as demais culturas e criações.

²¹⁷ Trata-se da prática do cultivo orgânico, sem agrotóxico, ensinado para alguns jovens de Eldorado, através do Projeto de Horta Orgânica (UFRuralRJ), fez parte de um projeto maior, ver nota 5, e que depois passou a ser utilizado por outros assentados, voltaremos a essa experiência na Parte III. A técnica foi adotada por três assentados (Jaques, Esteves, Eder) e pelos “jovens” Diego e Vicente, organizados no *Grupo Coletivo*. Esteves saiu do Grupo, que passou por períodos de desativação.

faça parte do grupo. Isso fica mais evidente nas passagens *sempre trabalhei com ele* [seu marido] e *Não vou trabalhar pra eles*. [grupo coletivo]. Outra passagem importante é não querer trabalhar para *homem puro*, o que pode ser lido como homem de fora da família, ou simplesmente pelo fato de ela ser a única mulher que trabalharia no grupo²¹⁸. Mas, além do peso do trabalho familiar na área, o fator que queremos ressaltar é o fato do Jaques dispor do lote sem consultar a família, nem mesmo sua mulher que sempre participou intensamente da produção.

A tomada de crédito do PROCERA e PRONAF²¹⁹ é outro exemplo. Mesmo sem acordo com suas esposas, muitas vezes os maridos decidem sozinhos os projetos a ser apresentados para a solicitação de crédito e que todos que trabalham no lote vão ter que empreender. Entretanto, quando as mulheres são as únicas titulares, a sua decisão parece ter mais peso²²⁰. Essa hierarquia nas decisões internas é ainda mais marcante na relação entre

²¹⁸ Não será possível aprofundar a análise sobre essa questão, mas são pistas importantes das relações internas à família e sobre a rede de acampados, já que todos do grupo são da rede.

²¹⁹ O PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) foi instituído pelo voto n.º46 do Conselho Monetário Nacional, aprovado em 31/01/1986. Tinha como objetivo atender a duas reivindicações: por um lado, a disponibilidade de recursos aos assentamentos rurais no Brasil, de acordo com o Plano Nacional de Reforma Agrária (1985); e, por outro, responder a pressões dos trabalhadores rurais, pequenos agricultores e suas organizações e movimentos sociais. Após a criação do PROCERA em 1986, os pequenos produtores rurais que não eram atendidos por esse programa, ou seja, agricultores que não eram beneficiários do programa de reforma agrária, passaram a reivindicar também uma política de crédito rural específica para atender a suas demandas. Surge em 1996, através do Decreto n.º 1.946 de 28/06/1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), disponibilizando recursos aos chamados “agricultores familiares”. A partir de 1999, com a execução do projeto “Novo Mundo Rural”, tem-se a extinção do PROCERA e sua integração ao PRONAF, agora representado pelo PRONAF “A”. (Cloviomar, 2004)

²²⁰ Em 1996 participei da pesquisa “Agricultura familiar nos assentamentos rurais : as relações entre as mulheres e os homens - O caso do Pontal de Paranapanema”, coordenado pela Prof. Hildete Esteves de Melo (UFF) em maio 1996. Em um artigo sobre o relatório final, “*Fazer, Pensar e Decidir: os papéis das mulheres nos assentamentos rurais. Algumas reflexões a partir de três estudos de casos*”, in *Raízes* (1997), co-autoria Paola Cappellin e Elisa Guaraná de Castro, desenvolvemos a análise desses diferentes “momentos” nas relações entre homens e mulheres, onde percebemos como “expressões do *fazer*. [...] a distribuição das atividades produtivas — agricultura, gado, horta, pequena criação — das demais fontes de renda internas ou externas ao lote e dos afazeres domésticos. Contribuir diretamente na elaboração do projeto produtivo e do futuro do lote e da unidade doméstica, são expressões do *pensar*. Para tal, é importante perceber a reflexão das mulheres sobre a vocação econômica do seu lote, levando em consideração como a mulheres se percebem, como avaliam a situação atual do lote, os balanço e as perspectivas. A partir deste conjunto pode-se assim aprofundar como as mulheres/trabalhadoras se integram na prática de planejar e elaborar estratégias de desenvolvimento da agricultura familiar. E finalmente participar das tomadas de decisão no que diz respeito à administração e no planejamento econômico dos lotes, assim como nos projetos familiares, são expressões do *decidir*. Para poder ter uma maior clareza dos elementos que constituem a divisão sexual do trabalho e a partir de quais mecanismos esta divisão se perpetua devemos resgatar no tecido das relações familiares quais são as atribuições dos homens e os limites atribuídos às mulheres num contexto importante: as tomadas de decisão.” (1998:113-114) Como conclusão apontamos que apesar da forte atuação das mulheres nas mais diversas formas de composição de renda e de emitirem opiniões claras sobre como desenvolver o lote, no que concerne à tomada de decisão: “Encontramos uma diversidade de relações. As situações limites vão desde as mulheres que afirmaram não

pais/avós/tios, de um lado, e filhos/netos/sobrinhos, de outro, como evidenciado na fala da Jaqueline que ao falar sobre o início no assentamento (quando sua família ainda morava com seu avô) ressaltou a “obrigação” de trabalhar na lavoura. Em passagens como *meu pai botava pra gente ajudar*, nesse caso ela e sua mãe, e no fato de o pai não botar as irmãs menores, transparece quem definia as relações de trabalho. Nesse caso, a análise de Arensberg e Kimball sobre a família irlandesa, contribui para entendermos essa situação, como uma possível relação de obrigação e reciprocidade entre parentes²²¹. Essa leitura é fortalecida pela percepção de uma dinâmica cotidiana, como aparece no relato de vários filhos que afirmaram que trabalhavam no lote de seus pais e, quando terminavam o serviço, *ajudavam, pegavam*, no lote do avô ou de um tio. Nas falas, há ênfase em quererem *ajudar* um parente, mas no relato da Jaqueline há um tom em que transparece a obrigação da *ajuda* por estarem morando na casa do avô, *pra não ter conversa*,

“Jaqueline – Então tinha que ajudar pra num ter conversa, né? [...]

E – Como assim pra não ter conversa?

Jaqueline – Porque [...] a gente tava morando ali na casa do meu avô de favor, então pra não ter uma conversa que um tava parado, outros tavam trabalhando... Porque tinha a Dália, tinha a Deise... (tias) [...] Todo mundo junto. Então todo mundo ajudava. Pra não ter esta história, então meu pai botava pra gente ajudar também. Só quem escapava era Janáina e Jasmim, que eram ainda criança na época em que a gente veio pra cá.

E – Que não são muito chegadas, inclusive.

Jaqueline – É. Também. Porque elas naquela época eram criança, então não acostumou e eu não. Era ajudar a colher quiabo, era aipim... A Dália tinha uma horta. Então a gente começou a ajudar ela na horta. [...]” (E60-Jaqueline:4-5)

participar das decisões, àquelas que afirmaram decidir tudo conjuntamente, àquelas que apontam que “a palavra final é dele”, ou até aquelas que de fato gerenciam os lotes deixando a responsabilidade dos homens à formação da renda provinda dos trabalhos externos aos assentamentos.” (Idem:129)

²²¹ “Segundo os autores, a família camponesa irlandesa era regida por uma lógica de obrigação e reciprocidade entre parentes e vizinhos. Um costume comum nas relações entre as famílias camponesas, relatado na monografia, era a ajuda mútua. A forma como esta acontecia também contribui para aprofundarmos a análise das relações entre pais e filhos, meninos e velhos. A troca geralmente ocorria entre conhecidos e principalmente entre parentes. O que era mais trocado era o uso de máquinas por força de trabalho. Ou seja, uma família que tivesse máquinas e pouca mão-de-obra ativa trocava com outra em situação inversa. Mas a mão-de-obra trocada era a dos filhos. Estes eram emprestados, com certa frequência, para realizarem diversos tipos de serviços: ajudar na produção agrícola, acompanhar na feira, em situações festivas e da vida familiar (casamentos, crismas, funerais etc.). A troca gerava uma relação de obrigação e reciprocidade que, se negada, ocasionava conflitos. Ou seja, a recusa de emprestar um filho ou uma máquina, ou um desentendimento quanto ao que foi acordado, poderia gerar uma má fama para o pai da família.” (Castro, Elisa,2004)

Entretanto, em alguns casos observamos uma atuação maior das mulheres na organização da produção. Dois casos se destacam, no primeiro há uma divisão espacial da produção entre o marido e a esposa. Nesse caso, toda a organização do trabalho e da renda obedece a essa lógica. Tanto a definição da produção, a contratação de mão-de-obra (mais comum com a ausência dos filhos), o uso da renda, por exemplo, são definidos separadamente. Este é o caso de D.Emiliana e Sr.Emanuel, ambos produzem sem agrotóxico, mas os produtos ocupam espaços distintos do lote²²². Os cultivos também são diferentes, D.Emiliana produz hortaliças, beterraba, abobrinha (e mais recentemente clorofila), dentre outros, ao passo que o Sr.Emanuel planta aipim, tomate cereja, milho, cana, banana, faz melado, etc. A diferenciação ocorre também na quantidade de cada produto: Sr.Emanuel trabalha com quantidades maiores, e menos diversificado, já D.Emiliana varia mais, e produz menor quantidade de cada produto. Além do casal, dois sobrinhos (Francisco, 17 anos e Frederico, 18 anos) trabalham no lote, em troca de diárias e o irmão de Sr.Emanuel, que mora com o casal. Toda a produção é destinada à Feira da Glória²²³ e comercializadas por Sr.Emanuel, às vezes com a ajuda de um dos sobrinhos. Mas após pagarem os gastos com o transporte, D.Emiliana e Sr.Emanuel separam a renda de seus produtos²²⁴.

O segundo caso que se destaca do quadro geral é a “sociedade” D.Alexandra 40 anos (esposa do S Alberto, pais do Antônio 14 anos e da Andresa 9 anos) e Odaléia 38 anos (mãe do Pedrinho 14 anos e filha de D. Nancy). As duas são responsáveis pela comercialização de porta-em-porta de produtos de suas famílias. D.Alexandra “gerencia” o lote, apesar da intensa atuação do seu marido no trabalho na *roça*. Ambos trabalham apenas no lote, ao contrário de alguns assentados, que complementam renda com outros serviços. Em mais de uma visita a essa família D.Alexandra tomou a palavra e, na frente do seu marido, mostrou o que plantam e

²²² Sr.Emanuel e D.Emiliana, aprenderam a partir da mesma atuação dos professores do Projeto de Horta para Jovens, e continuaram a produzir agricultura orgânica.

²²³ A Feira da Glória, que acontece aos sábados em uma praça no bairro da Glória (Zona Sul/RJ), é formada por produtores e revendedores de produtos orgânicos, que tenham o selo da ABIO. Observamos a feira e o Sr.Emanuel mostrou como na sua barraca os produtos dele e da D.Emiliana ficam expostos separados.

²²⁴ Não foi possível aprofundar em detalhes a composição da renda e a realização das despesas na casa. Detalhar mais os mecanismos de produção dessa família, especialmente no que se refere à composição da renda familiar, seria necessário um acompanhamento de todo o processo de comercialização e da economia familiar, que não era o objetivo da pesquisa.

como decide o que produzir²²⁵. Durante essa conversa ela utilizou muitas vezes a primeira pessoa, sobre as decisões da produção, o que não é comum de acontecer quando as esposas estão diante de seus maridos²²⁶. A produção da Odaléia (que mora em Santa Rosa, filha de D. Nancy e Sr. Newton) de legumes e frutas no lote dos pais é tratada, por eles, como secundária em oposição à produção do aipim, que é considerada a principal – vendida a atravessadores e de responsabilidade de seu pai. Todos os membros da família que moram no lote ajudam na atividade de produção do aipim. A venda da parceria D.Alexandra/Odaléia obteve os melhores preços por mercadoria de todo o assentamento²²⁷. A comercialização de porta-em-porta é realizada principalmente por elas mesmas e seus filhos mais velhos, Antônio (14 anos) e Pedrinho (14 anos). Em quase todos os lotes, o controle da renda é sempre do marido, o caso de D.Alexandra e Odaléia é uma exceção.

No caso da D.Emiliana e da Odaléia temos áreas de produção separadas do restante do lote. Outros relatos apontaram que no passado essa era uma prática mais comum. Em alguns lotes a esposa e os filhos tinham *um pedaço de terra* (juntos ou separados), com autonomia para produzir o que quisessem, e a renda da venda dos produtos, mesmo quando efetuada pelo pai, era de quem fosse responsável pela produção²²⁸, como apareceu no relato da Simone, 17 anos (filha do Sr.Tadeu e da Dilma que, como vimos, já saíram do assentamento e, hoje, moram em área urbana), que ao contar que trabalhava com o pai na feira, diferenciou os produtos que *ajudava* a comercializar como sendo *as coisas* da mãe. Em sua fala, é explicitado o uso diferenciado da renda dos produtos para a compra de roupas e calçado para a mãe e as filhas, coisas de *fora* das despesas da casa.

²²⁵ Um erro no questionário aplicado ao casal, foi importante para se observar de perto a família. A necessidade de retornar mais três vezes para corrigir informações sobre a produção no lote permitiu confirmar o papel da D.Alexandra na organização da produção e do trabalho da família.

²²⁶ Não há divisão de produção, parte é separada para as despesas da casa, e parte é comercializada semanalmente. Quase todos os produtos são vendidos em embalagens de pequenas quantidades (por unidade ou em sacos de 1 kg), a exceção é uma parte do aipim (e alguns outros produtos, como o milho), vendidos em caixas ou sacas, em grandes quantidades, para o comércio local (não utilizam atravessadores). Segundo o relato dos dois, produziam grandes quantidades de alguns produtos, como o aipim, e vendiam para atravessadores. A idéia de vender de porta-em-porta foi da D.Alexandra, que como deu um retorno melhor do que como viam trabalhando, aos poucos mudaram a produção, aumentando a variedade e diminuindo a quantidade produzida de cada cultivo. O fato de ela ter tido a idéia e ter iniciado o trabalho da venda de porta-em-porta, pode ser um dos fatores que explica o seu controle sobre a produção.

²²⁷ Através do levantamento sócio-econômico, foi possível acompanhar dois anos de produção, quantidade, forma de comercialização e valor da renda da produção, entre outras informações.

²²⁸ Herédia (1979) analisa através dos conceitos de *roçado e roçadinho*, as diferenças internas à produção familiar em Pernambuco.

“Feira eu ia de vez em quando com meu pai. Minha mãe tinha as coisas dela que ela plantava que era de casa. Acho que era berinjela, quiabo e jiló, que ela plantava no morrinho assim. Aí eu levava, dava um dinheirinho a mais, com coisa da roça lá. Que sempre tinha que ter um dinheirinho sobrando pra comprar roupa, calçado pra gente né. Aí ela completava assim coisa fora. [...]” (E61-Simone:2; 10-11)

Outro exemplo foi contado por Jaqueline, que lembrou quando ficou responsável por uma parte da produção do lote da família. Nessa situação teria definido como comercializar a produção e, assim, poderia dispor do que recebeu com a venda.

“Jaqueline – [...] Aí meu pai começou a plantar e tal com meus tio. E nessa época eu colhia muita verdura, a gente tinha uma horta, então quando meu pai não tinha tempo de cuidar quem cuidava era eu. E tinha um pedaço do quiabo também que ele plantou mas não nasceu tudo aí ficou um pedaço pequeno. Aí também eu colhia. Então isso era um dinheirinho pra mim .

E – Ah, aí, isso que você mexia era seu.

Jaqueline – Era meu. Aí, quer dizer, a horta...

E – Você vendia?

Jaqueline – Vendia. As vezes eu vinha fazer a feira com Emanuel aqui na Rural²²⁹, as vezes eu mandava pro Ceasa...

E – Você decidia, vou mandar pro Ceasa?

Jaqueline – É. Eu que fazia. As vezes meu pai dava algum incentivo. Mas era mais eu.

E – E dava algum dinheiro?

Jaqueline – Dava. Um pouquinho, mas dava. Dava assim pra mim as vezes levar para escola, pra comer alguma coisa, pra comprar alguma coisa, algum caderno. Porque meu pai não tinha condições de me dar, né? [...]” (E60-Jaqueline:9)

Segundo a própria Jaqueline, é mais comum filhos (homens) terem uma pequena área para produção individual, o que seria um elemento de diferenciação das relações dos filhos e das filhas nos lotes. Mas à exceção dessa renda específica, toda a renda da produção do lote era controlada pelo chefe-de-família (na maioria homens).

Em alguns casos, a mulher trabalha no lote com os filhos, e o homem tem outra renda, este é o caso, entre outros, de Sr. Eduardo e D. Marileide²³⁰. Ao longo da entrevista, mais de uma vez, ele disse que ela é a *produtora*. Mas ela também valoriza a atuação dele no lote dizendo que ele é *um cientista, inventa coisas*, como alimentações (ração concentrada),

²²⁹ Durante alguns anos funcionou uma pequena *feira* com produtos orgânicos do Eldorado atrás do prédio principal da Rural. A feira também foi parte do projeto de Horta Orgânica com os *jovens* onde eles vendiam alguns produtos.

²³⁰ Ele fazia a revenda de produtos ou de serviços de empresas, que ele denominou multinacionais (seriam duas), para outras empresas (não quis precisar a atividade). Durante toda a entrevista falou ao telefone negociando, com ajuda de Marileide, que tomava notas e comemorava, ou reclamava, de acordo com o negócio fechado.

instrumentos de trabalho. Sem dúvida essa é uma família que se destaca do resto tanto nas condições econômicas, quanto nas relações internas, onde a esposa parece ter uma “voz mais ativa”. Mesmo assim é possível perceber uma diferença de hierarquia entre o casal. Apesar de Marileide ter uma personalidade forte participando da conversa²³¹, servia (café e água) a todos e ao marido (permanecendo de pé boa parte do tempo), não houve discordâncias entre os dois, durante a entrevista. O fato de o lote representar um trabalho com pouco retorno, mantém uma assimetria na casa, na medida em que quem traz os recursos principais para a casa é o marido, como foi frisado pelos dois. Essa assimetria também se reflete na relação com os filhos²³², o grande investimento é no segundo filho, hoje com 15 anos, falou-se pouco das meninas. Em relação à mais nova (9) foi dito “*Ela é muito inteligente, é gênio.*” Mas ao falar dos “*jovens que são o futuro*”, só se falou do filho e não da filha (14 anos), o que pode representar uma valorização do papel masculino.

A hierarquia interna à família aponta um papel determinante do homem “chefe-de-família” e, embora, as mulheres trabalhem intensamente na produção, elas têm, com raras exceções, uma atitude de submissão. Essa relação de autoridade do homem se estende aos filhos, como veremos no capítulo VII. Essas diferenças podem explicar, em parte, as diferentes atitudes dos filhos homens e mulheres com o lote, como veremos a seguir.

Jovens: rupturas e continuidades

Para se avançar na compreensão da dualidade apresentada no discurso dos *adultos* sobre a categoria *jovem*, assim, como a própria percepção dos *jovens* sobre a tendência à saída do assentamento, cabe analisar as atitudes dos filhos em relação ao trabalho no lote. Percebe-se em comum às três áreas estudadas, a diferença de atitude dos filhos homens e mulheres com o lote. Mas há também diferenças e nuances importantes na relação com o lote/sítio entre as três áreas, principalmente entre o Morro das Pedrinhas/Chaperó de um lado e Eldorado de outro. Algumas variáveis podem estar em jogo: a formação diferenciada para o trabalho familiar, com uma divisão que prepara os filhos para a produção e as filhas para o trabalho doméstico. É uma possível diferenciação de demanda dos filhos para o trabalho, de acordo com quem fosse classificado como *criança*. Se os casais, como vimos, atuam intensamente na

²³¹ Em alguns casos as mulheres não se manifestavam na frente do marido ou paravam de falar quando esse chegava.

²³² Não quiseram falar do filho mais velho que saiu de casa e com quem cortaram relações.

produção com a presença, quase sempre, de pelo menos um filho homem, o que chama a atenção é a ausência das filhas no cotidiano desse trabalho. A participação delas ocorre em momentos específicos, como a colheita, e mesmo assim, nem todas. No caso dos *bichos*, *ajudam* na criação de pequenos animais, o gado bovino e os cavalos são responsabilidade dos homens, como veremos ainda nesse capítulo.

Os filhos dos meeiros

No Morro das Pedrinhas os *meeiros* (que trabalharam em Casas Altas) mantêm uma forte relação com a terra e com o trabalho na *roça*, mesmo quando há mão-de-obra contratada em seu lote. Essa relação foi construída quando ainda eram crianças, como pode ser observado no relato de D.Sofia e sua filha D.Zilda sobre o trabalho na propriedade no Morro das Pedrinhas. Na entrevista com as duas, foi reforçada a presença das filhas no trabalho na *roça*.

“D.Sofia – Tudo aqui dentro com os meninos ajudando.

E – Quem trabalhava mais, os meninos ou as meninas?

D.Sofia – As meninas.

D.Zilda – Eu é que tomava conta da lavoura.

D.Sofia – É as meninas, ela que tomava conta, eu e ela.

D.Zilda – É doze anos, o que papai falava, - A gente vai fazer isso, isso e isso amanhã. Quando chegava de manhã cedo eu passava tudo pros pessoal trabalhando.

E – Tinham quantos homens trabalhando aqui dentro?

D.Zilda – [...] era muita gente. [...]

E – O que eram suas tarefas além de ajudar...?

D.Zilda – Era capinar, plantar, é isso. [...]

E – O que os camaradas aí cuidavam, o pessoal de fora?

D.Sofia – Eles plantavam, limpava quiabo, limpava milho, limpava arroz.

D.Zilda – Tinha canavial também.

E – E os filhos cuidavam do que?

D.Zilda – Tudo, tudo ali no bolo.

D.Sofia – Tudo. Fazia tudo junto. Era tudo criançada a mais velha é ela.”
(E67Sofia:5-6)

Segundo esse relato não havia diferenciação entre o trabalho dos filhos homens e mulheres, e todos trabalhavam, mesmo os classificados como *crianças*. A única distinção seria entre a filha mais velha, D. Zilda, e os demais. A relação com as atividades ligadas à produção rural se manteve mesmo quando, mais tarde, os filhos começaram a sair da propriedade. A “saída” da área, como no caso de alguns dos filhos de D. Sofia, muitas vezes foi uma opção por outras atividades rurais, como a criação de gado (*tomar conta de gado*) e pela agricultura

em condições piores que na terra dos pais, mas para formar patrimônio próprio, como se pode observar no relato de D. Zilda, que ao falar sobre sua trajetória de trabalho, ressalta o fato de ter conseguido ser *dona* da casa onde mora,

“D. Zilda – Olha depois que eu casei, eu morei aqui onze meses, trabalhei na roça. Morei quatro anos no lote da minha sogra ali em baixo. Na roça trabalhei criando filho em enxada. Eu fazia ranchinho no mato pra botar os filhos mais velhos quando tratava dos mais novo, eu e marido trabalhando. Ai no fim de quatro anos a sogra vendeu o lote, voltamo pro mesmo lugar de antes, que sou dona hoje.

E – A senhora tá com quantos anos?

D. Zilda – Eu tou com 57 anos.

E – Que luta heim?

D. Zilda – Demais né.” (E67-Zilda:10)

Em outros casos o processo de comercialização dos produtos produzidos pela família, que como vimos pode ser tarefa de filhos homens, contribuiu para uma relação com outras áreas e a mudança de ocupação, como no relato de Juliana, filha de D.Julieta, sobre a mudança do seu irmão Júlio para uma área urbana. Atualmente ele é dono de um comércio de materiais de construção (não ficou claro o tamanho do comércio), e associa essa com outras atividades em áreas rurais (no sítio dos pais e em outras áreas). A circulação nos núcleos urbanos teria começado através da venda do leite e do queijo produzidos por outro irmão na propriedade da mãe. Nas duas famílias analisadas há diferentes arranjos de trabalho entre o “mundo rural” e o “mundo urbano”, ou como classificam, entre a *roça* e a *cidade*. Como filhos que conjugam *negócios* ou um emprego urbano e *criação de gado*. Um exemplo é o filho de D. Vanda, que têm um lote no Morro das Pedrinhas onde cria gado, possui um caminhão e faz serviço de transporte na área, mas principalmente em outras localidades²³³.

Mas se a participação dos que formaram a rede dos *meeiros* e seus irmãos, tanto homens, quanto mulheres, no trabalho familiar no Morro das Pedrinhas é intensa. Já seus filhos, a terceira geração, os “jovens” de hoje, apresentam outra atitude. De acordo com os entrevistados, todos, ou a maioria dos filhos, trabalharam com os pais na lavoura, principalmente nas terras ocupadas em regime de meação, quando crianças. O mesmo ocorreu com os filhos dos *meeiros* oriundos de Chaperó. Mas a partir de um determinado momento,

²³³ Afrânio Garcia (1990) mostra que a conjugação do “negócio” (que na região aqui estudada poderia ser um pequeno comércio ou a comercialização de produtos) e investimento em gado, pode resultar em uma trajetória ascendente para a família. (p.136-137) Júlio conjuga o negócio com a criação (não foi possível descobrir onde mantém o gado) e uma produção de cana no sítio dos pais, em parceria com o irmão que vive com a mãe.

houve uma ruptura e todas as filhas e boa parte dos filhos deixaram de trabalhar na lavoura com os pais. Um diálogo entre D.Sofia, sua neta Serena e D. Telma, sua nora e mãe da Serena, é interessante para observarmos as diferenças entre essas três gerações. Com um tom jocoso D. Sofia e D. Telma responderam a uma pergunta que fiz a Serena, no desenrolar da conversa transparece uma certa tensão ao contradizerem a própria Serena quando essa afirma *ajudar na horta*,

“E – E Serena gosta de roça?”

D. Sofia – Ela gosta. Ih ela adora roça! (Risos)

D. Telma – Mas gosta nada.

D. Sofia – Quem adora roça é a mãe dela. [...]

[Serena fala baixo que ajudava a cuidar da horta]

E – Quer dizer que a horta você ajudava a cuidar?

Serena – Ajudava.

E – Ajudava e gostava?

D. Telma – Mentira.

D. Sofia – Mentira, quem fazia a horta era eu e a mãe dela. (E67-D.Sofia:5)

A razão da irritação da mãe e da avó ficou mais clara ao longo da entrevista onde Serena foi enfática quanto a não gostar de morar e nem de trabalhar na *roça*, e que de fato não *ajuda*²³⁴. Essa mudança apareceu nas narrativas como tendo ocorrido a partir de quando deixaram de ser *crianças*. Isto pode ser observado nas falas em que perguntados se gostam de trabalhar na lavoura e se continuam ajudando os pais, a maioria, principalmente mulheres, afirmou que não. Quando indagados se trabalhavam antes, os mesmos afirmaram que sim, quando eram *crianças*, como no relato de Juliana, em que descreve quais eram as suas atividades. Percebe-se em sua fala uma intensa participação no trabalho familiar, mas quando deixou de ser *criança* parou de trabalhar com a família. Quando perguntei se gostava do trabalho, Juliana frisou *naquela época eu gostava*, e associou não trabalhar mais na *roça*, a buscar uma *vida melhor*. O lote dos pais no Eldorado é percebido como um futuro espaço de lazer. Juliana, como outros filhos e filhas que não moram mais na área, mantém a frequência à casa dos pais, mas associando o *sítio* em Morro das Pedrinhas e o lote em Eldorado ao universo da família, e não como meio de vida.

²³⁴ Assim, nesse início de conversa talvez Serena estivesse querendo responder algo que agradasse a pesquisadora. Com o desenrolar da entrevista, que se tornou bem mais descontraída, principalmente quando a avó não estava participando, ela mudou o tom e assumiu esse segundo discurso, que ouvi dela e de outras filhas em diferentes situações.

*“Juliana – Ah eu ajudei ela a colher quiabo, maxixe, destroncar aipim.
 E – O que que é destroncar aipim?
 Juliana – Ah, quando a gente fica destroncando [...] separando já que vai vender né
 fazer a boca pra os mais bonitos. [...]
 E – Que que é boca?
 D.Julieta – Botar na caixa..
 Juliana – Boca da caixa.[...] A gente faz uma carreirinha daquelas mais bonitas aí a
 outra no meio aí quando vai terminar a boca a gente tinha que botar as mais bonitas
 pra cima de novo..
 E – Então nessa época assim, vocês faziam mais essa parte de arrumar mercadoria
 então.
 Juliana – É. [...] E a gente também ajudava a minha mãe a plantar [...] formava e a
 gente jogava as sementes...
 E – Você gostava?
 Juliana – (ri) Naquela época gostava.
 E – E hoje?
 Juliana – Ah, hoje não. Quero minha vida melhor, como quero pra todo mundo
 aqui...” (E59-Juliana:3-4)*

Já alguns dos filhos homens continuam ajudando os pais. Essa atuação foi descrita como mais pontual que cotidiana, embora em muitos casos pelo menos um filho homem trabalhe com os pais, tanto no Morro das Pedrinhas quanto em Eldorado. D.Julieta narrou a possibilidade de dois filhos, que moram em área urbana próxima, se juntarem com o seu marido e voltarem a produzir juntos no lote em Eldorado, onde hoje só trabalha o casal.

*“D.Julieta – Ah hoje na roça não, agora eles tão pretendendo juntar o pai e dois
 meninos preparar o sitio pra plantar cana.
 E – Hoje quem é que segura o lote?
 D.Julieta – É eu e ele mesmo. [...] Eu não tenho mais chance tenho que trabalhar é a
 única coisa que a gente tem. Se tiver trabalho não esquento não.” (E59-D.Julieta:9)*

Se todos os exemplos da presença dos *meeiros* no trabalho na *roça* na terra dos pais e dos seus filhos homens, *jovens* de hoje, nos lotes em Eldorado apontam na direção de formas de continuidade na relação com o trabalho familiar; há um forte contraste com as narrativas “das jovens”. Muitas “jovens” são enfáticas ao manifestarem sua rejeição tanto ao Morro das Pedrinhas como local de moradia, quanto ao trabalho no lote em Eldorado. A continuação do diálogo entre D. Sofia, sua filha D. Zilda, sua nora D. Telma e sua neta Serena, permite aprofundarmos essa questão.

“Serena – Ah não agüento ficar aqui não, é muito parado.

D. Sofia – Você não gosta daqui não, [...] mas eu gosto daqui. Adoro esse lugar! [...] Quantas vezes ele tava com o lote já vendido, ele [seu marido] resolveu, - Ah não vou vender não.

E – A senhora não queria que vendesse?

D.Sofia – Eu não queria. Ele também não queria não. Ele falava em vender mas ele gostava tanto daqui.

E – E os meninos também não queriam, os filhos?

D. Sofia – Não, não queriam.

D. Zilda – Pra dizer a verdade ninguém queria e ninguém quer que mamãe venda isso aqui.” (E67-D. Sofia:6)

Nessa conversa, se por um lado transparece a tensão entre a avó (primeira geração Morro das Pedrinhas) e a neta (terceira geração), por outro a colocação de que a família não quer vender a terra reforça a dualidade na relação com a terra. Segundo os relatos mesmo filhos que já saíram da área são contrários à venda. Essas duas construções apareceram na fala de informantes do Morro das Pedrinhas. Os “jovens” (terceira geração) principalmente “as jovens” apontaram para a tendência à ruptura com o meio e o modo de vida dos pais. Com raras exceções, a construção dessa ruptura veio entrecortada por falas que enfatizam não *querer vender o sítio* no Morro das Pedrinhas ou o lote em Eldorado.

Em Chaperó percebemos uma relação parecida onde alguns filhos homens mantêm uma atuação no lote em Eldorado, mas as filhas já não se interessam mais. O corte também é apresentado como tendo ocorrido depois do período da infância. Mas nesse caso alguns filhos, especialmente filhas, “jovens” de hoje, nunca trabalharam na *roça*. O fato de morarem em uma localidade considerada mais urbana e afastada do Eldorado, pode ter contribuído para essa diferença mais demarcada entre filhos homens e mulheres.

Os filhos dos acampados

Em Eldorado o que chamou a atenção é a intensa participação dos membros da família – mesmo os de origem urbana – no trabalho no lote. A grande novidade é a atuação de filhos, sobrinhos, netos, oriundos de áreas urbanas, na produção. Sem terem qualquer experiência com o trabalho na lavoura, afirmam que houve forte interesse em *aprender* e trabalhar na *terra*, assim como valorizam em suas narrativas a *vida no campo*, associada à *liberdade, ar puro, natureza, calma*, como no relato de Diego (que mora em Eldorado) filho de Sr. Manuel, respectivamente,

“Diego- [...] Então quando eu vim pra cá eu tinha 14,15 anos.

E – Você saiu de São João, uma área que era urbana. [...] Como é que foi a primeira reação?

Diego – Olha, muito bom, nós tínhamos uma vida muito boa lá. Só que aqui foi melhor porque aquela vida nova né. Aquela vida no campo. Uma vida que onde você estivesse você podia gritar.”(E11-Diego:1-2)

O próprio trabalho nos lotes é percebido como lazer, como na continuação da fala do Diego,

“[...] As vezes aqui não tinha nada pra fazer a gente ia pro terreno do Davi, a gente ajudava lá, colher quiabo. Então era uma coisa assim mais animada. A gente tinha nosso movimento no Ceasa (comercialização).” (E11-Diego:1-2)

O ápice desse processo foi o “Projeto da Horta Orgânica para Jovens”, que contou com a participação de jovens (homens e mulheres) e os instruiu em uma técnica, que nem seus pais dominavam. Posteriormente dois “jovens”, Diego e Vicente (filho e neto do Sr. Daniel) passaram a atuar no Grupo Coletivo²³⁵.

Ainda assim, foram descritas diferenças entre a participação de filhos e filhas. Segundo os relatos, no início do assentamento os filhos homens foram mais solicitados que as filhas mulheres para trabalharem na produção. Retomando a organização interna ao lote, o fato de os filhos homens poderem ter um *pedacinho de terra* foi explicado por Jaqueline e outros *jovens*, como decorrência do fato de as *meninas* freqüentarem mais a escola. Mas pode-se ler como o inverso, as *meninas* freqüentariam mais a escola, por estarem menos envolvidas com a produção e mais com os afazeres domésticos e criação de pequenos animais, muitas vezes substituindo a mãe²³⁶. Esse discurso seria formulado a partir da internalização das probabilidades objetivas (Bourdieu,1962), ou seja, o discurso dos próprios “jovens”, que afirma não participarem mais da produção no lote, porque estudam ou porque não gostam, pode ser fruto da reprodução da divisão sexual do trabalho familiar na área. O caso da família do Sr.Jaques e da D. Diana, e do Sr.Tadeu e da Dilma contribuiu para analisarmos essa questão. Essas duas famílias são as únicas – da rede dos acampados e que foram assentadas –

²³⁵ Trata-se do cultivo orgânico, sem agrotóxico, ensinado para alguns jovens de Eldorado, através do Projeto de Horta Orgânica (UFRuralRJ), que depois passou a ser utilizado por outros assentados, voltaremos a essa experiência na Parte III. A técnica foi adotada por três assentados (Jaques, Esteves, Eder) e pelos “jovens” Diego e Vicente, organizados no que denominaram Grupo Coletivo. Em um segundo momento Esteves saiu do Grupo, que passou por momentos de desativação. O grupo ficou muito tempo inativo, quando estavam recomeçando Diego e Vicente afirmaram que não pretendiam mais participar, a razão seria que nesse meio tempo tinham conseguido trabalho fora do assentamento.

²³⁶ Como veremos no capítulo VI, essa percepção de que as mulheres freqüentam mais a escola não corresponde, em todas as áreas, com os dados coletados no levantamento sócio-econômico.

onde só há filhas. Nos dois casos as filhas mais velhas atuavam intensamente no lote nos primeiros anos do assentamento. A filha do Sr.Tadeu foi apontada por mais de um informante como uma das *jovens* mais atuantes, ao lado de “jovens homens”. A inexistência de filhos homens nestas famílias pode ter gerado a necessidade do trabalho das filhas. As falas de Jaqueline, sobre sua própria atuação e Simone, filha mais nova do Sr.Tadeu, sobre a atuação da sua irmã Taís contribuem para se observar a intensidade da inserção. Em famílias em que existem filhos homens e mulheres – à exceção dos primeiros anos no assentamento, lembrado como de intenso trabalho para todos – aos poucos as filhas se afastaram do trabalho cotidiano do lote.

“Eliana – Alguns que tinha sua própria roça. [...]”

E – Porque você acha que as meninas não se interessavam?

Jaqueline – Eu acho talvez pela diferença de oportunidade porque [...] os meninos tinham deles e cada um tratava o seu. Arrumava as vezes terreno à meia ou do próprio pai. Cada um tratava o seu, colhia o seu, vendia o seu. Ajudava o pai, mas a maioria era dele, ajudava assim, colher a do pai, mas o que ele fizesse o dinheiro era dele. E já as meninas não. Além de ter os afazeres da casa [...] tinha a escola né, a maioria dos meninos não estudavam, é só mais as meninas que estudavam. E quando fazia não tinha aquele dinheiro todo, é seu está aqui, você fez é seu. Eu tive no começo aquela parte da horta, aquele pedacinho ali porque meu pai plantou, a gente ajudando, só que ele não pode, por outras colheitas, ele não pode cuidar daquele pedaço.

E – Mas aquilo não era o normal né, o normal era você ajudar ele ...

Jaqueline – É normal é a gente, as vezes minha mãe ia ajudar eu que cuidava da casa. A coisa também foi assim em vez de eu ir ajudar eu que cuidava da casa e minha mãe ia ajudar ele. Então acho que o mais era isso das meninas, porque as mães iam pra roça e as meninas ficavam em casa.” (E60-Jaqueline:34-35)

Essa necessidade da atuação das filhas nestas famílias fica ainda mais evidente no relato de Simone que diferenciou dois momentos, quando não podia trabalhar por ser alérgica à *coisa de mato*, e quando, com o casamento e saída da irmã do assentamento, mesmo com a alergia teve que trabalhar.

“E – Você ajudava em casa?”

Simone – Ham, ham, eu ajudava.

E – No lote também?

Simone – De vez em quando. Porque era minha irmã mais velha que ajudava lá dentro, antes dela casar. Eu arrumava a casa, que minha mãe ia pra roça ou ia pra Casa de Pedra fazer doce. [...] eu sempre gostei assim de mexer com plantas, os animais. Eu que cuidava dos animais. Era cabrito, porco, galinha e marreco que tinha lá. Eu cuidava de todos eles, acordava cedo e ia cuidar deles depois ia pra escola. Eu tinha alergia negócio de mato.... aí minha mãe não deixava, eu ficava toda empolada. Ficava só indo no quintal mesmo e cuidando dos bichos.

E- E tua irmã? Tua irmã pegava na roça mesmo?

Simone - Minha irmã sempre batalhando na roça, minha irmã e minha mãe, sempre lá. Minha irmã que catava o quiabo, eu ‘- eu vou nada, deixa aqui mesmo...’ (E - ri...) Tá doido! Ela sempre gostou. Minha irmã sempre lutando, sempre lutando lá junto com a minha mãe e tudo. [...] Ai depois que ela casou [...] aí eu tive que ajudar. Tinha que botar roupão tinha que botar casaco, senão eu ficava toda empolada[...].”(E61-Simone:2; 10-11)

A diferença entre o trabalho de filhos menores e maiores também só é acionada em famílias em que a classificação de menores diz respeito às filhas, não foram muito recorrentes relatos de filhos menores homens que, principalmente em momentos de maior demanda de mão-de-obra, como no início do assentamento, *escapassem* do trabalho. Aliado a essa distinção na demanda do trabalho de filhos homens e mulheres, o direito ou incentivo de filhos homens terem um *pedaço seu*, pode ser lido como parte do processo de formação para o *trabalho na roça*, e, como veremos no próximo capítulo, da preparação de futuros sucessores. Essa “criação” diferenciada pode ser uma das razões de hoje só se encontrar filhos homens trabalhando nos lotes.

Apesar do que poderíamos classificar como um maior envolvimento desses “jovens”, mais uma vez percebeu-se um momento de ruptura, que apareceu nos discursos dos mesmos, associado ao processo de autonomia de escolhas atribuído a partir do processo de se deixar de ser *criança*. Isto é, aqueles que afirmam não gostar do trabalho na lavoura (principalmente mulheres) disseram que aos poucos, conforme foram ficando mais velhos pararam de trabalhar. Esse momento é muito associado à mudança de escola, a partir do ginásio, quando passam a estudar mais longe do assentamento. Os próprios pais consideram que o esforço de ir e voltar da escola é muito cansativo e por isso não cobram que trabalhem de forma mais contínua nos lotes. Mesmo assim, muitos filhos homens mantêm a rotina do trabalho diário, ao passo que as filhas aos poucos param completamente. Mas essa relação entre “criação” e interesse pelo lote também não é linear, assim temos exceções que contribuem para percebermos as diferentes nuances das atitudes com o lote. Esse é o caso do Antônio, 14 anos, filho da D.Alexandra, apesar da intensa participação no lote com os pais e de trabalhar com a mãe na comercialização dos produtos de porta-em-porta, Antônio afirmou *detestar a roça*, mas gosta de cuidar da casa e ajuda a mãe com os afazeres domésticos.

Outros casos

Mas em contraste com esse caso, encontramos filhos que nunca moraram no assentamento e que mantêm um vínculo com o Eldorado. Um caso que se destacou dos demais foi da família do Sr. Luiz e da D. Lúcia, pela forma como o vínculo com o universo rural foi sendo construído. A família do Sr. Luis e D. Lúcia é proprietária da única rinha-de-galo de Seropédica²³⁷. A família é formada pelo casal e quatro filhos Luizinho (14 anos), João (16 anos), que cuidava diariamente do lote, cuidava das cabras, a filha mais nova Fernanda (11 anos), não teve acesso ao filho mais velho. A área onde está localizada a Rinha e a casa, foi uma herança do marido. A posse era uma área abandonada da família, que assim que ele ganhou de herança eles ocuparam (estão casados a 20 anos) e começaram a construir, *ele era filho único, filhinho de papai, nunca tinha trabalhado na terra*. Já ela vinha de uma família de trabalhadores rurais. Pouco tempo depois começaram a participar de um movimento de ocupação que formou o assentamento Vitória da União (Paracambi), mas não conseguiram terra. Depois acamparam no Sol da Manhã (Seropédica), onde conseguiram um lote, *mas que era muito ruim porque era próximo ao lixão, dava muita mosca e o lixo invadia o lote quando chovia*. Segundo seu relato, com os recursos da produção do lote do Sol da Manhã construíram a casa onde mora e onde é a Rinha de Galo, que já completou dez anos. O lote em Eldorado foi uma troca de lotes, com o cunhado, em 2000, através da associação.

A participação da família no trabalho na rinha era intensa. Na noite em que fomos conhecer a briga de galos foi possível observar a família em “dia de rinha”²³⁸. O casal e os dois filhos, Luizinho e Fernanda, ficam no bar (tem ainda a ajuda de uma cozinheira). O Sr. Luiz e o Luizinho ajudam D. Lúcia no atendimento no bar, ela também cuidava da cozinha. Já Fernanda é responsável pelo caixa. Apesar do barulho quase ensurdecedor foi possível conversar com a Fernanda e o Luizinho. A Fernanda é muito ativa, faz teatro, participa da fanfarra do município, do desfile da escola de samba local, da rádio local, quer participar do concurso Top Model (concurso de modelo no RJ) e gosta muito do Eldorado. Perguntei se

²³⁷ A Rinha está localizada próxima a um clube chamado Grêmio, do lado oposto da antiga estrada RJ/SP, ao do assentamento. As brigas de galo são às quartas-feiras e aos sábados, sempre à noite, mas os participantes começam a chegar a partir das 16:00. Sr. Luiz me convidou para ir a um desses dias para conhecer. Ao longo do trabalho de campo fiz algumas incursões à rinha, para o preenchimento do questionário, para acompanhar o trabalho da família em um dia de rinha e ainda para entrevistar João o filho que trabalha no lote e na rinha.

²³⁸ O ingresso para entrar era de R\$5,00 (nós fomos convidados e não pagamos), segundo D. Lúcia e Sr. Luiz, a renda principal vinha das entradas e do bar. Sr. Luiz foi categórico em afirmar que não participava das apostas, a não ser quando um de seus galos ou do João (eles têm vários) participavam das brigas.

moraria lá, ela respondeu de pronto que sim. Luizinho, que gosta muito das brigas de galo e já tem dois galos. Afirmou participar de algumas atividades no lote (*sítio*), como *cuidar dos animais... é jogar milho pras galinhas, cuidar do cachorro, botar ração*, e freqüentar mais nos finais de semana. Nem Luizinho e nem sua irmã mantêm relações de amizade com outros filhos de assentados, mas levam amigos da escola para passar o dia.

A grande surpresa foi a atuação do João, presente em uma das rinhas na função de “juiz”²³⁹. Só foi possível entrevista-lo em outro dia, fora do horário da rinha/. No início da entrevista João estava muito fechado, mas sempre que falava sobre a rinha se animava, como o momento em que descreveu suas tarefas,

“E – João, eu queria entender um pouquinho como é que é seu trabalho, eu vi que seus irmãos ficam mais no bar né?”

João – Eu ajudo lá.

E – Você ajuda na rinha mesmo. Como é o trabalho, porque eu não entendo nada disso, [...] como [...] funciona o dia da rinha? No dia da rinha [...] você vai ao lote e volta?”

João – Eu vou (ao lote) aí volto e limpo ali, lavo.

E – Limpa toda a área da rinha?”

João – Ham, ham, lavo. Aí quando o pessoal começa a chegar eu vou e peso os galos... [...] É. [...] Peso, [...] e anoto lá no quadro, o nome dos donos, aí na hora que for brigar eu chamo os caras, aí calça com espora, eu dou espora pra eles...”

E – Você que dá?”

João – Meu pai me dá e eu dou pra eles.

E – Você que define qual o tipo de espora que pode dar?”

João – Ham, ham, o juiz passa, pra ser igual a espora, tem um medidor lá da espora pra ser do mesmo tamanho, aí bota.

E – Aí bota pra brigar. [...]”

João – Vem de São Paulo, de tudo quanto é lugar. Você precisa ver aquele cara de amarelo veio botar uma briga aí num torneio, saiu no outro dia meio dia. Viraram a noite.

E – Mentira! Ai coitada da tua mãe passa a noite inteira de pé.

João – Todo o mundo tem que ficar em pé.[...]”

E – É? E no bar você ajuda João?”

João – Não.[...]”

E – Quando o bicho fica muito machucado, quem é que cuida?”

João – Meu pai, ele tem uns remédios lá.

E – Você não sabe fazer isso ainda?”

João – Não, dá injeção eu sei, é um remédio que é bom. Mas meu pai que dá, ele sabe melhor. [...]” (E19-João:1,4, 9,8,11,18)

²³⁹ Ele é o responsável pela pesagem dos galos realizada antes de cada luta, a verificação das “esporas”, iniciava, controlava e encerrava as lutas.

João contou que sempre gostou de briga de galos, e foi aprendendo com o pai a tratar dos galos. Freqüentando rinhas com o pai e depois ajudando o pai com a rinha da família foi conquistando a posição de juiz que ocupa hoje.

O lote em Eldorado é também um espaço para escolher futuros galos de briga, lá a sua produção é separada da de seu pai. A renda oriunda do trabalho familiar na rinha e da família é controlada pelo pai. Os filhos quando precisavam de algum dinheiro, pediam ao pai, mas o dinheiro que João conseguia com os galos (cuidando de galos dos outros ou com apostas), é seu, com o qual compra, entre outras coisas, cavalos que mantém no lote. Mas apesar de toda intensidade do trabalho na rinha, suas atividades no lote não são poucas, diariamente ele vai ao lote, junto com um empregado, para cuidar da produção de cabras que a família tem e da lavoura.

Apesar da intensa freqüência ao assentamento João não tem muitos amigos em Eldorado, seu melhor amigo é Fabiano (filho de Sr. Florêncio), moradores de um lote próximo, que durante um período morou em sua casa na cidade para poder estudar. João afirmou ser conhecido na escola como o *galo man*, e que a rinha lhe *dá um respeito*. O caso da família da rinha contribui para compreender as relações de trabalho familiar e uma das diversas formas de integração entre o assentamento e a cidade. Apesar da intensa vivência no mundo urbano, todos os membros da família (a exceção era o filho mais velho) mantêm, com maior ou menor envolvimento, uma relação com o lote. E como veremos João é apontado e se percebe como sucessor, incluindo o lote entre seus interesses para o futuro.

Assim, o discurso dos pais que enfatiza a “ruptura” dos *jovens* estaria relacionado a esse corte, mas, como veremos, essa ruptura nem sempre é definitiva e em muitos casos, apesar da saída da área ainda se mantêm formas de continuidade.

Construções da identidade rural: *ser da roça, boi, morar bem e morar mal* e outras identificações

Se a relação com o trabalho no lote está marcada por esse processo de continuidades e rupturas, há outros elos que alinhavam a relação dos “jovens” com os lotes/*sítios*, e contribuem para a construção de uma identidade rural ou uma identidade que aproxima referências urbanas e rurais. Como vimos na Parte I há forte valorização da lavoura em oposição à criação de gado. Na maioria dos lotes do assentamento (como no próprio Morro das Pedrinhas), a produção principal é a lavoura de aipim, mas em muitos, além da

diversificação de produtos agrícolas, existe a criação de pequenos animais (galinhas e porcos) e a criação de gado. O gado aparece como uma atividade masculina, tanto os maridos, quanto os filhos atuam diretamente na criação.

Um fato interessante é que cada animal tem seu dono, e apesar de só os homens cuidarem do gado, em mais de um lote alguns membros da família têm animais. A individualização dos animais é mais comum entre os homens da família, pai e filhos. De um modo geral, o gado dos filhos é tratado como um tipo de poupança, por ser uma *renda mais certa* e uma garantia para o futuro. Assim, segundo relataram, os animais comprados para os filhos não eram vendidos, que não em uma situação definida como de necessidade. Nesses casos o discurso prevê a compra futura de outro animal. Pode ocorrer das esposas terem cabeças de gado, que nesse caso também cuidavam, mas se o trabalho e os próprios animais podem ser distribuídos na família, o gerenciamento é do homem, na compra e venda.

O fascínio pela criação de gado é evidente entre os “jovens” (as “jovens” não demonstraram qualquer interesse), chegando a gerar conflitos entre pais e filhos, como entre Diego e seu pai Sr. Daniel, como contou o próprio Diego,

“Assim, quando nós viemos morar aqui eu sempre dava opiniões que hoje em dia poderia todo o mundo ter feito (E - tipo o que?). Tipo comprar uma criação, um gado. (E – Sr. Daniel nunca quis?) Nunca quis [...] se meu pai no começo tivesse investido na vaca, nós já tínhamos renda nisso.” (E11-Diego:11-12)

Em quase todos os lotes com criação de gado e presença de filhos homens, estes demonstram ter interesse em continuar atuando no lote, conjugando com outras formas de renda. Mesmo quando a relação com o lote não é de moradia, os filhos manifestaram esse desejo. Ítalo, filho de Igor, é aprendiz de padeiro e hoje mora no km49, mesmo assim visita e “ajuda” os pais semanalmente em seus dias de folga. Apesar de não estar no cotidiano do lote, continua responsável pela criação do gado, como relatou sua mãe que enfatizou o envolvimento do filho, com quem contava para acompanhar a vacinação dos animais contra a aftosa que aconteceria no dia seguinte.

“E - Você sempre ajudou?

Ítalo - Sempre ajudei.

E - Qual era o trabalho?

Ítalo - Quase tudo.

E - O que é quase tudo?

Ítalo - Colher, plantar, capinar, dava banho nas roças de... [baixo]

E - De remédio, e com os bichos, você tratava também?

Ítalo - Também. Até hoje...

Idalina(Mãe) - Até hoje ele vem ajudar. O pai sai e ele tando lá..., igual hoje mesmo, eu estava rezando pra ele vim, que amanhã o pessoal vai vacinar os bois né, e só ta eu e o Inácio (outro irmão), né.” (E56-Ítalo:2)

O caso mais evidente da relação com o gado é no lote do Sr. Bartolomeu, que após a morte da sua esposa, e talvez pela sua trajetória (foi ladrilheiro) não tem interesse na produção e cedeu, em parceria, parte do seu lote para um trabalhador externo. Sr. Bartolomeu tinha algumas cabeças de gado antes da morte de sua esposa, que era quem cuidava da produção e da criação com a ajuda do filho Bernardo. Com sua morte Sr. Bartolomeu começou a se desfazer da criação. Bernardo assumiu a organização da produção no lote e principalmente da criação de gado, que vem aumentando com recursos próprios. Bernardo, que trabalha na construção civil, afirmou que emprega tudo que ganha na criação e que pretende ter uma grande criação.

O gado é percebido pelos “jovens” como uma possibilidade real de vínculo dos filhos com o lote, como afirmou Diego, ao falar dos que poderiam permanecer no lote dos pais.

“Diego – [...] muitas pessoas já comentaram que tem vontade de ficar nessa... Porque os pais mesmo cria boi então deve vir um sustento né...”

E – Quem, por exemplo?

Diego – Olha o Joaquim, o filho dele né, tem aquela vontade de ficar com ele. Então é uma boa pra eles, agora pra mim não, que não tive esse lado com meu pai. Eu tenho que me virar.

E – Você acha que a criação dava essa condição?

Diego – Dava, pra poder viver...[...] pelo ao menos pra ficar no terreno pra surgir alguma coisa do terreno. Porque se a gente não tiver, igual meu pai, eu acho que se o meu pai não tivesse a aposentadoria dele e da minha mãe era impossível até viver aqui. Tinha que fazer igual minha irmã mesmo, meu cunhado não era aposentado...(E - Sairam) saíram por falta de condição.” {E11:14-15}

Assim, a relação com o gado contribui para consolidar um vínculo entre os filhos homens e o lote, em uma perspectiva de produção. O cavalo é outro animal muito valorizado no assentamento²⁴⁰, principalmente entre os “jovens” e as crianças (homens e mulheres).

²⁴⁰ Valorizado no sentido de despertar muito interesse. Mas uma pesquisa sobre a produção leiteira realizada em uma parceria entre o Dep. de Medicina e Cirurgia Veterinária e o Sócio Econômico, coordenado por mim e pela prof. Rita Botteon, mostrou que os cavalos apresentam problemas nutricionais e de cuidados (manejo) graves. Já o rebanho bovino do assentamento está em condições nutricionais e sanitárias boas, apesar de parte do queijo produzido em Eldorado apresentar problemas de contaminação. Apesar de o cavalo ter um papel de força de trabalho e lazer, não recebe o mesmo investimento do gado, que tem um papel econômico mais claro.

Apesar de toda a rejeição de algumas filhas pelo universo rural, a maioria afirmou saber e gostar de montar, como a neta de D.Sofia,

“Telma – Ela (Serena) gosta de montar a cavalo.

E – É mesmo?

D.Sofia – Ela gosta muito de galopar a cavalo.” (E67-D.Sofia:4)

Mesmo filhas que não moram no assentamento, como Karina, 18 anos, filha de Sr. Joaquim que mora em Chaperó e que durante o período da pesquisa começou a trabalhar como modelo, afirmou que gostava de ir à *casa do pai* para visitar a família e andar à cavalo.

Como no caso do gado, também os cavalos costumam ter *dono* e alguns “jovens” compram seu próprio cavalo, como João, filho do Luiz da Rinha. Para os filhos homens, além de um lazer no assentamento, o cavalo também representa acesso a um outro universo: os rodeios, “enduros” (cavalgadas por trilhas ou passar por obstáculos) que acontecem em Seropédica, Itaguaí e outros municípios da região. Há ainda cursos para quem quisesse aprender à montar. Mesmo para filhos que trabalham em tempo integral na cidade, como Ítalo, filho do Sr.Igor, o cavalo exerce grande fascínio e o universo dos rodeios aparece como um demarcador na construção de uma identidade onde o universo “rural” é referência até na forma de se vestir. Na entrevista em sua casa Ítalo enfatizou o seu modo de se vestir²⁴¹.

“E - Você sempre ajudou nessa parte da criação dos animais você gosta?

Ítalo - Eu? É só ver o jeito que estou vestido. (risos)

E - Ah! É verdade, você é o próprio boiadeiro né. É isso?

Ítalo - Eu gosto.

E - Mas gosta mais do que da criação? É vaca de leite?

Mãe - O leite é só pro consumo mesmo. Mas o que eles gosta é andar de cavalo... Ele gosta de fazer assim, caminhada entendeu, divertir um pouco com os colegas, “vamos andar de cavalo...”

Ítalo - Sábado vai ter festa lá em Xerém, eu vou com um colega, é rodeio.

E - Você gosta de rodeio?

Ítalo - Gosto.

E - Você sabe fazer essas coisas?

Ítalo - Não, só assisto.

E - Tem vontade de fazer. De aprender?

Ítalo - Tenho, mas não tenho tempo e tem que ter muita coragem. [...]

Sr. Bartolomeu - Agora quem deve ter coragem de fazer isso, é o Bernardo (seu filho).

[...] Bernardo gosta né.

²⁴¹ Nesse dia além de ter marcado a entrevista com o Ítalo fui acompanhar o Círculo Bíblico que aconteceu em sua casa, do qual toda a família participa. Por essa razão a conversa contou com a presença da sua mãe e do Sr. Bartolomeu que organiza o Círculo Bíblico.

Ítalo - Gostar eu gosto.

Sr. Bartolomeu - Ele está amansando cavalo.”(E56-Ítalo: 2-4)

A relação com o gado e especialmente com o cavalo descortinou diferentes maneiras dos chamados “jovens” se relacionarem com o assentamento, representando para alguns, principalmente filhos homens, um vínculo marcado pela produção e a construção de projeções para uma futura sucessão. Mas mesmo para os que não se percebem dessa forma, representa vínculos de lazer e sociabilidade que tem como marca a identificação com esse universo rural, contribuindo para se perceber nuances nas formas de “sair” e “ficar” em Eldorado. Pode-se afirmar que a lógica de formação dos filhos que diferencia homens de mulheres, principalmente observada no assentamento, pode contribuir para a consolidação de novos mercados matrimoniais. Percebe-se uma ruptura de expectativas no discurso de algumas das filhas, entre o processo de *luta pela terra*, e o espaço que passaram a ocupar no contexto do assentamento formado, onde são responsáveis pelos afazeres domésticos, com pouca, ou nenhuma relação com os novos desafios que *a conquista da terra* trouxe para as suas vidas. Os “jovens” caracterizam essa nova realidade através dos elementos associados à *tranqüilidade* da vida no campo, mas também, dão forte ênfase na agricultura e na criação de animais, que aparecem como definidores desse mundo rural, como se observou na fala da Jaqueline. A identificação com esse mundo rural articula elementos como a *luta pela terra*, tratada na Parte I, a nova rede de amizades, o trabalho na *roça* e os “prazeres” desse novo mundo como *andar à cavalo*. Através dessas inserções se pode explicar a caracterização “positiva” que descreve Eldorado, Morro das Pedrinhas e mesmo Chaperó através de adjetivos tais como *bonito, tranqüilo, calmo* e substantivos como *natureza e paz*. Essa caracterização, muitas vezes, é construída em oposição a um universo urbano dos municípios da Baixada Fluminense familiar a esses “jovens” e fortemente associado à *violência, confusão, perigo, lugar feio*. No entanto, em contraposição a esses laços e a essas identificações aparecem discursos, principalmente das “jovens” nas três áreas, que rompem com essas construções. A autoridade paterna e o controle social de um lado, e a criação que distingue filhos e filhas são fatores que podem explicar essas diferentes atitudes de “jovens” que compartilham experiências de vida, em relação a uma mesma localidade. Essa divisão do trabalho se reflete na sucessão e na relação com o lote/terra, que também estão atravessados pela dualidade “ficar e sair”, que será discutido no próximo capítulo.

CAPÍTULO V – HERANÇAS E HERANÇAS: transmissão patrimonial, herança de luta, acesso à terra

A importância de tratar a herança e os padrões sucessórios implicados nas relações de reprodução do assentamento e da região analisada foi retomada a partir das perspectivas adotadas como fios condutores da tese. Isto é, compreender os processos de acesso a terra que envolveram as famílias observadas, a herança patrimonial e o capital cultural, assim como os padrões de sucessão, tornou-se fundamental para problematizar a própria relação com a terra que dos “jovens” hoje, suas estratégias e negociações com este “passado”, “presente” e os possíveis “futuros”. E ainda de que forma esta questão contribui para a construção da categoria “jovem”. Por outro lado, foi um importante recorte para se perceber as transformações entre gerações e em que medida o acesso a terra através da política de assentamento rural representa continuidades ou traz mudanças para padrões pré-existentes.

Padrões de herança e transmissão de patrimônio

O debate sobre a questão da sucessão no meio rural é amplo (Fortes, 1969; Bourdieu, 1962; Champagne, 1979; Carneiro, 1998; Abramovay, 1998; Arensberg e Kimball, 1968; Moura, 1978; Woortman, 1995; Seyferth, 1985). Antes de debruçar sobre a região analisada, vale aprofundar o debate a partir de algumas etnografias (Arensberg e Kimball, 1968; Bourdieu, 1962; Moura, 1978; Woortman, 1995; Seyferth, 1985) que nortearam o olhar da pesquisadora. Segundo Bourdieu (1962), em *Célibat et condition paysanne*, a herança possui uma função social definida, qual seja, dar continuidade à exploração da propriedade familiar. Bourdieu ressalta a importância do direito à propriedade, onde a possibilidade de “agir como proprietário” ou como “futuro proprietário” é valorizado socialmente. A escolha do sucessor, embora o primogênito apareça como possível candidato, cabe ao chefe-de-família²⁴². O escolhido possui, dentro de um padrão sucessório tradicional, um status devido à perspectiva de vir a tornar-se um proprietário de terras, na medida em que se trata de uma herança em vida²⁴³. Este status, no entanto varia de acordo com as influências externas e as novas perspectivas para os filhos na sua relação com os núcleos urbanos.

²⁴² Diversos fatores podem intervir nesta escolha: como a saída de casa de filhos mais velhos, situação em que o mais novo poderia ser designado para assumir a propriedade.

²⁴³ Por herança em vida compreende-se que a escolha do sucessor é realizada antes da morte dos pais e assim o filho escolhido já assume uma série de compromissos em função do seu futuro papel.

Bourdieu (1962), realizou seu estudo em uma aldeia no Maciço Central francês a partir de uma *queixa* recorrente entre seus moradores: a de que o número de filhos celibatários vinha aumentando. Analisando os padrões sucessórios conclui que a leitura sobre o celibato varia de acordo com a posição do filho(a) solteiro(a). Assim, os irmãos mais novos, muitas vezes, tornam-se celibatários como parte do próprio processo de transmissão de patrimônio. Já o primogênito permanecer solteiro gera uma situação de crise de sucessão.

Para analisar esta situação, Bourdieu trata a sucessão a partir de dois eixos: as regras legais e o “costume”. De acordo com as regras legais, qualquer filho pode assumir a propriedade do pai: mas a manutenção da terra é objetivo final da transmissão do patrimônio. Esta manutenção, por sua vez, envolve mais do que não dividi-la ou vendê-la, significa a manutenção da linhagem (da *maison*) através do nome, o que só é passado do pai para os filhos homens²⁴⁴. Assim, o “costume”, associado às regras legais torna o primogênito homem o candidato “natural” à sucessão paterna. Como compensação por não herdarem a terra, os demais recebem uma parte equivalente em espécie ao se casarem, que deve ser paga pela família como dote (uma parte pode ser em forma de enxoval). Os filhos que não se casarem e permanecerem em casa têm seus direitos virtuais reconhecidos mas não concretizados, não recebem em espécie até a morte dos pais. O que garante esta lógica é que a divisão do patrimônio é vista como uma calamidade²⁴⁵.

A condição de herdeiro impõe ao primogênito um papel específico de salvaguardar o patrimônio familiar e o torna mais regulado pelos pais, que os demais irmãos. Para que a propriedade seja passada, o filho deve se casar e constituir família, de modo a garantir a perpetuação do nome. Mas a escolha da(o) futura esposa(o) de qualquer um dos filhos(as) tem como preocupação central a manutenção do patrimônio e da posição social da família na

²⁴⁴ Caso o primogênito não possa garantir a continuidade da linhagem e da propriedade, como no caso de não conseguir se casar, o pai pode escolher outro filho ou mesmo uma filha. Mas deve-se ressaltar que no sistema francês os filhos só recebem o nome do pai, o que implica que a filha não perpetua o nome da família.

²⁴⁵ No momento do matrimônio, idealmente, o filho herdeiro recebe a terra de seus pais e a futura esposa recebe seu dote. Este dote deve ser suficiente para contribuir, completar ou cobrir o pagamento do dote dos irmãos do herdeiro que ficarão sem terra. Essa é uma das razões pelas quais o casamento entre herdeiros (união de propriedades, mas não de recursos financeiros) não é desejável. A outra é que uma das linhagens acaba. Da mesma forma o casamento de dois mais novos sem recursos também é indesejável, pois tendem a migrar. Excepcionalmente a terra é dividida na partilha da herança. O cálculo é efetuado da seguinte forma: quando o 1º filho (a) se casar (não importando se é o primogênito ou não), o patrimônio é calculado, separa-se do valor total, $\frac{1}{4}$ que corresponde a herança do primogênito e $\frac{3}{4}$ são divididos entre os outros filhos em forma de dote, quando do casamento de cada um. Em última instância, quando não há acordo entre os filhos ocorre a divisão, mas pode haver formas intermediárias como a hipoteca para aquele que está se casando.

localidade. O costume sucessório repousa no primado de que o interesse do grupo está acima do interesse dos indivíduos : que o primogênito possa ter que se casar com quem não gosta e que os mais novos se sacrifiquem contentando-se com o dote, em migrar para conseguir trabalho ou permanecerem solteiros e trabalharem na terra dos herdeiros, sem salário. Quanto mais empobrecida a família maior é o sacrifício dos mais novos. Neste caso o celibato dos não herdeiros não se constitui como uma preocupação em relação ao processo de transmissão de patrimônio, já os herdeiros celibatários tornam-se uma ameaça ao sistema e demandam uma mudança no costume.²⁴⁶

Apesar do rigor, em especial com os primogênitos, o sistema não funciona como um mecanismo inflexível existe espaço para os interesses pessoais e afeições. Os indivíduos “*jogam*” dentro dos limites das regras, de sorte que o resultado tende a ficar entre o que se “deve fazer” e o que se “quer fazer”. O autor discute a partir do que seria classificado como exceção, isto é, como este “*jogo*” é vivido. Um exemplo, analisado logo no início da monografia introduz essa dimensão: um irmão mais novo (não herdeiro de terras), com dote e uma herdeira queriam se casar. A situação foi acertada dentro das regras normais de

²⁴⁶ Três princípios regem as trocas matrimoniais: 1) Oposição entre o primogênito e o mais novo; 2) Casamentos de cima para baixo X de baixo para cima – a partir da classificação da casa em “grande” e “pequena”. A definição de casa “grande” ou “pequena” pode ser reforçado por uma situação econômica, mas está mais relacionada ao nome da família (título de nobreza, generosidade, hospitalidade, escrúpulos, honra). O status pode ser mais importante que a situação financeira. Há sempre a preferência por casamentos entre famílias equivalentes, mas a condição financeira é o que garante a lógica da transmissão do patrimônio, sem fragmentação, e portanto é crucial na escolha dos futuros noivos. (1962:39,40); 3) A primazia masculina na gestão dos interesses da família. Mas a condição econômica se impõe na transação. A posição da família – se “grande” ou “pequena” – define um campo de escolhas, mas a situação financeira define qual dos possíveis pretendentes deve ser escolhido, já que implica nas condições objetivas de pagamento do dote e de reprodução do patrimônio. O ideal é o casamento entre “iguais”, em posição social e em condições econômicas. Não seguir esta regra pode acarretar situações não desejáveis nas novas relações familiares que se formam a partir do casamento. Assim, o casamento de uma mulher mais rica com um homem mais pobre pode representar: a) Se forem morar na casa dela (quando o filho não tem terra) uma ameaça à autoridade do marido que fica submisso ao sogro. b) Se forem morar na casa dele (quando o filho tem terra) uma ameaça para autoridade do marido (o dote deve ficar guardado para garantir que podem pagar os irmãos dela, se necessário, ou que possa ser devolvido em caso de separação, ou morte sem filhos - *tourndot*); uma ameaça à autoridade dos sogros, especialmente da sogra. A percepção é principalmente do ponto de vista masculino: o homem não deve se casar com uma mulher mais rica para não ficar sem autoridade em casa e na comunidade. As diferenças econômicas determinam a impossibilidade de fato, as diferenças culturais, a impossibilidade de direito. Mas para garantir a autoridade em casa e a possibilidade de devolver um dote caso seja necessário, o homem não deve se casar nem com uma mulher “*trop haut*” e nem “*trop bas*”. (1962:43). Para maiores explicações sobre o dote (ver, pp.41-43.). Por todas estas razões, a autoridade dos pais é determinante na escolha do noivo(a). O pai e a mãe julgam o pretendente, pela posição de sua família e, também, a partir do que conhecem de seu cotidiano. A “*fofoca*” pode ter um papel central no processo.

casamento, definindo a condição das partes; no entanto na hora de fechar o acordo o pai da noiva recuou. Segundo o noivo, o futuro sogro foi influenciado por,

“[...] mauvaise influence d’une tierce personne familière de la maison; elle pensait que ma présence dans la maison diminuerait l’influence dans la famille de son ‘ami’. ‘La terre est basse, lui va courir, il se promènera par les chemins et vous, vous serez son domestique.’” (1962:35)

Como resultado, o acordo se desfez. Mas o casal resolveu se casar e abrir mão das respectivas heranças e saírem da região. Após um tempo retornam e se estabelecem na comunidade. A filha não teve direito ao enxoval e nem ao dote, por ter saído de casa - o que, segundo o informante, a “libertou da autoridade paterna”. O sogro passou para os netos (filhos do casal) a parte que cabia à filha herdeira, sem que ela tivesse qualquer direito legal, e sua irmã mais nova herdou as terras quando se casou com um ‘domestique de la contrée’²⁴⁷, que seria, segundo o seu sogro “*habitué à être ‘commandé’*” (acostumado a ser comandado). Mas o informante termina o relato contando que o sogro julgou mal o noivo, pois foi obrigado a alugar a propriedade a seu genro e abandoná-la.

Esse caso é paradigmático para a compreensão do padrão sucessório analisado por Bourdieu. Demonstra de um lado que as regras legais são moldadas pelo “costume”, mas também negociadas nas situações concretas do cotidiano. O sistema de transmissão da *maison* é associado ao interesse de manutenção do patrimônio inteiro e de sua ampliação. Os dois movimentos, transmissão de patrimônio e do nome fazem parte do mesmo processo e geram uma tendência à “unigenitura”²⁴⁸. O herdeiro único representa uma estratégia para evitar a divisão da propriedade familiar. No caso analisado por Bourdieu, a “*maison*”, o nome da família, está diretamente ligada à propriedade, tem seu prestígio marcado pela “tradição” e longevidade da propriedade com a família. Para tal, deve ser sempre repassada a um filho homem²⁴⁹. Mesmo assim, os indivíduos “*jogam*” nos limites das regras buscando aproximá-las de suas vontades pessoais. Ao discordarem da decisão dos pais, o casal de noivos rompeu com o “costume” de acatar as decisões familiares sobre questões que envolvem, também,

²⁴⁷ “Empregado do lugarejo”, seria uma tradução possível, empregado reforçando a relação de subserviência ao sogro.

²⁴⁸ Margarida Moura (1978) usa o termo “unigenitura”, um único herdeiro às terras, mesmo quando outros teriam direitos legais, em oposição a transmissão de herança bilateral.

²⁴⁹ A terra é o principal recurso, mas somente quando associado a outros, como a condição social das famílias e a dos futuros esposos, e relações internas às famílias.

interesses pessoais, mas aceitaram as decisões que os excluía de suas respectivas transmissões de patrimônio. Com isso, o “*costume*” prevaleceu sobre qualquer direito legal que tivessem. Dessa forma, as relações familiares são reajustadas, o que ficou evidenciado com as visitas do pai à casa da filha e do genro. Bourdieu reforça, com este exemplo, a complexidade das relações que envolvem a transmissão de patrimônio e valoriza uma leitura processual, onde os indivíduos negociam com as regras.

Arensberg e Kimball, estudando o campesinato irlandês e Margarida Moura, que realizou um estudo de caso em Minas Gerais, mostraram outras estratégias de famílias camponesas para a transmissão patrimonial com base na unigenitura. A principal preocupação é evitar a pulverização da pequena propriedade.

Arensberg e Kimball em *Family and Community in Ireland* (1968) pesquisaram uma comunidade²⁵⁰ camponesa irlandesa e mostram como as relações familiares são reforçadas e reforçam as relações na comunidade. A posição de cada membro na família determina sua posição na comunidade como um todo. A densa descrição sobre o trabalho familiar aponta uma divisão sexual do trabalho no interior da família, centrada na autoridade paterna, que ocupa a mais alta posição nesta hierarquia e que reforça a tendência de se repassar a terra para o filho homem. Essa autoridade só ganha sua plena posição na família e na comunidade, quando associada à condição de proprietário.

Como em Bourdieu, manter a terra é o objetivo central dos esforços da família. Para evitar a divisão em função da herança aciona-se a unigenitura. Da mesma forma o prestígio da família na comunidade depende da manutenção do patrimônio. Segundo os autores, não há regras de primogenitura ou minorato na região, a decisão sobre a sucessão cabe ao pai, e todos os filhos deviam acatá-la²⁵¹. Os filhos que não herdarem a terra devem ser compensados em forma de dote (quando se casarem), ou em custeio de estudos para uma futura profissão. Para garantir os dotes dos irmãos, o herdeiro precisa se casar com uma noiva com posses. Como na etnografia de Bourdieu, novamente o sistema pode gerar conseqüências perversas, e levar ao celibato do futuro herdeiro, mudando sua condição na família. Isso ocorre quando este fica “à espera de fortuna”. A decisão sobre a escolha dos futuros noivos, como no caso analisado por

²⁵⁰ O termo “*comunidade*” é utilizado tanto por Arensberg, quanto por Moura, mas não será objeto de nossa investigação neste trabalho.

²⁵¹ De acordo com os autores esta autoridade está reforçada pela lei de herança inglesa, que concede ao pátrio poder plenos direitos sobre a herança.

Bourdieu, também cabe aos pais²⁵². A transmissão da terra do pai para o filho pode ser feita ainda em vida. O pai se aposenta e continua morando com o filho, mas perde o poder de gerenciamento e de decisão no interior da família e seu espaço nas decisões da comunidade²⁵³. Mas os exemplos descritos por Arensberg e Kimball mostram que a primogenitura tende a prevalecer nas escolhas dos pais. E que os filhos mais velhos, especialmente os homens, tendem a receber melhores compensações, por não herdarem terra, que os mais novos²⁵⁴.

Outro fator que chama a atenção é que as regras e costumes são menos negociáveis que nas relações observadas no estudo do Bourdieu. Os exemplos apresentados por Arensberg e Kimball, mostram como a autoridade paterna não deve ser questionada. Questionar e/ou discordar das decisões paternas pode representar uma ruptura com a família e com a comunidade, através de mecanismos como a fuga para casar, “*runaway matches*”. Os espaços de diálogo para tomada de decisões individuais são restritos, e a discordância com a autoridade paterna implica em conseqüências maiores que a perda dos direitos de herança ou dote²⁵⁵.

Em um terceiro caso, Margarida Moura em *Os Herdeiros da Terra* (1978) analisa a reprodução da produção camponesa em um “*bairro*” no sul de Minas Gerais, focalizando a herança da terra e os mecanismos de transmissão de patrimônio. Como aparece nos outros

²⁵² O acordo é realizado em local público, mas pode ser cancelado se uma das partes considerar que o pretendente não está à “altura” da sua família. Como trocam bens distintos: dote (fortuna) e terras, os pais procuram checar se de fato o que está sendo oferecido corresponda ao que será trocado com o casamento. Um costume é “to walk the land”, o pai que está entregando o dote verifica junto com o pai do possível noivo(a), “andando sobre a terra”, se a terra é o que lhe descreveram. (op.cit.:106)

²⁵³ Essa mudança de posição se reflete na ocupação da casa, os pais mudam do quarto principal para o “west room”, ao mesmo tempo o filho herdeiro e sua esposa assumem o quarto principal. Arensberg e Kimball descrevem detalhadamente a ocupação da casa por cada membro da família, tanto no que se refere ao trabalho, quanto aos momentos de descanso e lazer, o que ilustra com riqueza a divisão sexual do trabalho e das demais funções na família.

²⁵⁴ Os autores descrevem – através de um relato de um “Comissário de Terras” – uma casa em que moravam 6 filhos e apontam a ordem por idade e a ocupação para a qual poderiam ser preparados: 1º filho (+velho) : herdeiro da terra; 2º filho : estudos visando faculdade; 3º filho : negociante ou migrar em busca de trabalho; 4º filho : professor primário ou guarda civil; 1ª filha (não fica claro sua idade em relação aos filhos homens) : receberia um dote; 2ª filha : poderia se tornar professora primária ou empregada doméstica. A preparação dos filhos é feita com o dote que o herdeiro traz para a família, o que reforça o peso da escolha da futura esposa. As possibilidades apresentadas indicam não haver precisão na equivalência quanto ao que significa a “compensação” para os que não recebem terra. (op.cit.;141).

²⁵⁵ O relato de uma viúva de 84 anos, Hannah M., mostra bem os limites de negociação com a autoridade paterna. Sua irmã mais velha fugiu para os EUA, onde ficou noiva. Hannah queria encontrar a irmã e ser professora, seu currículo já tinha sido aceito. A irmã lhe mandou uma passagem, mas a família rasgou e a casou com um pretendente da localidade dono de uma loja. Sua irmã pensou em vir antes do casamento para conversar com os pais, mas seu noivo não permitiu com medo que a família a casasse também. (op.cit. 114)

casos estudados, a principal preocupação é evitar a divisão e diminuição do patrimônio familiar. A autora constata que duas “regras” são articuladas no processo de transmissão: as definidas pelo Código Civil Brasileiro e as regras locais, conhecidos por termos como “*acerto*”, “*união*” e “*consideração*”²⁵⁶. Os dois mecanismos são acionados em momentos específicos da transmissão de patrimônio, mas seguem lógicas diferentes.

Segundo o Código Civil, a herança deve ser repartida da seguinte forma: 50% para o cônjuge (em caso da morte de um dos pais) e 50% entre os filhos²⁵⁷. Este processo é de fato realizado, no entanto esta é só uma etapa da reordenação da propriedade em função da transmissão de patrimônio de uma geração a outra. Para compreender todo o processo a autora analisa o trabalho familiar camponês no “bairro”.

Dois elementos são fundamentais para o processo de herança: primeiro a divisão sexual do trabalho, delimitando o espaço e as atividades das mulheres (mãe e filhas) à unidade de consumo, ou seja, às atividades domésticas²⁵⁸. As mulheres raramente trabalham na terra. Já aos homens cabem todas as atividades relacionadas à unidade de produção, isto é, atividades agrícolas, comercialização e gerenciamento. Esta divisão, segundo Moura, é central para se compreender a lógica dos “*acertos*” que se processam após a partilha da terra entre herdeiros.

O segundo elemento diz respeito à “condição” dos filhos na família e está diretamente relacionado à idade e ciclo-de-vida. Duas condições são possíveis para os filhos em relação aos pais: dependência e emancipação. Estas condições variam por sexo. Para os filhos homens a emancipação ocorre a partir dos 18 anos (com o alistamento militar) e tem como consequência mudanças no tratamento do pai para com o filho. O pai lhe dá “de presente” um pedaço de terra dentro da propriedade, que passa a ser cultivado e cuidado pelo filho²⁵⁹. O que ele obtiver com a produção neste espaço é dele. Mas a submissão ao pai permanece, até mesmo na forma de ceder a terra, como “presente”²⁶⁰. As filhas mulheres só se emancipam ao

²⁵⁶ O “acerto” acontece, entre herdeiros, após a morte dos pais. Trata-se de mecanismos de compra e venda que obedecem o princípio da “preferência”, os familiares, principalmente irmãos e cunhados (maridos das irmãs), têm preferência na compra do lote e o valor da terra, neste caso, é abaixo do mercado. O que conduz a “preferência” é a “consideração” que se tinha pelos familiares em oposição aos que “não são da família”. A “união” é a junção do lote da herdeira a de seu marido.

²⁵⁷ Ver pp. 50-52, para informações mais detalhadas.

²⁵⁸ Beatriz Heredia trata essa divisão a partir da oposição “casa” e “roça”. (1979)

²⁵⁹ Heredia aprofunda essa relação a partir da oposição “roçado” e “roçadinho” (1979).

²⁶⁰ O matrimônio também define a emancipação, mas em condições de maior autonomia, nesse caso o filho pode construir uma casa na propriedade e forma uma unidade doméstica autônoma do pai. Mesmo assim, a terra

se casarem, caso contrário vivem com os pais ou com um dos irmãos casados, em condição de dependência. Esse acesso à terra, antes da morte dos pais, somente para os filhos homens é apontado pela autora como o início do processo de transmissão de patrimônio, orientado pela divisão sexual do trabalho. No processo de herança, com a morte do pai ou da mãe, as mulheres recebem suas parcelas – como determinado no Código Civil – mas tendem a vendê-las aos irmãos, ou melhor os seus maridos realizam a venda, já que às mulheres não cabe negociar terra. Outra alternativa que também confirma a divisão sexual do trabalho é a união de seu lote de herança ao do marido que passa a gerenciá-lo.

Moura afirma que a lógica de reprodução camponesa e transmissão de patrimônio no “bairro” estudado, pode ser lida como uma forma de reação à “*coerção jurídica da sucessão bilateral*”. Apesar de ratificar legalmente a sucessão bilateral, o “*costume local*” através do “*acerto*”, reordena a transmissão em um sentido “virilateral”, reconcentrando em sucessores homens para preservar o patrimônio e dessa forma reproduzir a condição camponesa dentro das práticas de divisão sexual do trabalho.

Os exemplos descritos pela autora em parte reproduzem essa lógica, mostrando como no momento do “*acerto*” (após a morte dos pais e divisão geodésica da propriedade) as filhas mulheres tendem a vender suas terras para os irmãos ou uni-las a dos maridos. Assim, para Moura o processo implica em uma circulação de terras que tem como objetivo final a não fragmentação dos patrimônios familiares. Para isso a irmã (através do marido) vende ao irmão (mantendo a propriedade original unida) e o seu marido, com o dinheiro dessa venda, compra a parcela de herança da sua irmã mantendo sua propriedade original unida²⁶¹. Mas a consequência desse processo é a impossibilidade de a mulher ser proprietária de fato e sua exclusão dessa condição. Uma segunda constatação da autora é que apesar do mecanismo, a análise de casos específicos mostra que a terra continua a ser fragmentada²⁶².

Woortman (1995) e Seyferth (1985) trazem para o debate elementos que contribuem para problematizar a questão da herança. Em sua monografia, Woortman analisa duas realidades distintas²⁶³ desenhando os padrões sucessórios como processos que, dentro das suas

continua no nome do pai, que é considerado o proprietário. Assim, a transmissão de patrimônio só se completa com a morte dos pais.

²⁶¹ Ver regras de transmissão e exemplos nas pp. 61-67, op.cit.

²⁶² Assim, ao contrário do que diz o “costume”, a fragmentação da propriedade pela venda a terceiros, é frequente – na maioria das vezes, para alguém do “bairro” o que é mais bem visto do que vender para alguém de “fora”.

²⁶³ A autora compara municípios do interior de Santa Catarina e de Sergipe.

regras e costumes, envolvem muitas variáveis, mostrando os imponderáveis dos diferentes modelos de herança (partilha igualitária, unigenitura, minorato, primogenitura, etc.), “*É preciso, pois, saber jogar com as cartas de que se dispõe.*” (1995:318)

Mas dois elementos chamam a atenção em sua análise. Primeiro ao tratar do modelo matrimonial e de sucessão patrimonial dos “colonos do sul” mostra que mesmo esse modelo sendo evidente, e a família tendo forte influência sobre o futuro casamento dos filhos, a “escolha” do(a) noivo(a) ocorre seguindo um ritual de “*arranjo*”, onde os jovens são levados a crer que escolhem livremente seus futuros esposos. Mas a opção final, apesar do peso da autoridade paterna, também tem que ter o acordo dos “jovens” esposos. Por um lado, esse processo aponta, como em Bourdieu, que as regras e costumes são “negociados” com os indivíduos envolvidos. Mas, por outro, reafirma, como tratado por muitos autores, que os(as) “jovens” são preparados(as) para perceber e julgar os pretendentes de acordo com as normas estabelecidas pela comunidade. Isto é, o processo ocorre com a internalização das probabilidades objetivas. (Bourdieu, 1962:58) O que nos recoloca a questão das escolhas individuais, como trataremos mais adiante.

O segundo elemento analisado pela autora é a endogamia como prática dos casamentos no “*Sítio*” (SE), tida como tradicional no local estudado. A autora parte do padrão atual (a endogamia) e recupera a construção histórica de um processo que caminha de uma prática de exogamia, para a endogamia preferencial e finalmente para a endogamia. Esta transição é uma resposta às condições materiais e às diferenças, ao longo do tempo, das relações internas, do tamanho das famílias, das relações com a cidade, etc... retomando Leach, a autora afirma,

“... o parentesco não é uma coisa em si, a endogamia, como parte do parentesco, também não o é. A modificação de seu significado, assim como das trocas matrimoniais em geral, correspondem a transformações no processo produtivo e no modo de apropriação da terra. Passa-se, gradativamente, de uma forma comunal de uso e posse para uma forma parcelar, onde cada família possui seu patrimônio. O patrimônio comum se parcela em patrimônios familiares, transmitidos de pai para filho. O *Sítio* como um todo, porém, continua a estar fortemente presente na ideologia do grupo, mesmo porque ele tende a se transformar num isolado matrimonial. Por outro lado, não é possível o acesso à terra por parte de quem não tenha nascido lá.” (1995:261,262)

Desta forma constrói-se a “endogamia de lugar”, onde não só ser de uma família local, mas residir na localidade, pesa na escolha do futuro esposo(a). Ainda nesta análise dos dois casos, a autora aponta as mudanças nesses padrões. Na Colônia ocorre uma tendência ao

esvaziamento das “casas” fortalecendo a “adoção informal”. Em função da tensão e da espera, cada vez maior, pelo processo de sucessão, os casais que precisam residir com o pai do futuro herdeiro “escolhem a liberdade” (saída da terra e abandono do direito à herança) para romper com a autoridade paterna. No caso do “Sítio”, as mudanças em função do que a autora denomina “crise da reprodução social desse campesinato” geram a venda da terra para estranhos. A autora elencou uma série de fatores que contribuem para a intensificação da migração, antes planejada pela família, e que passa a ser uma decisão individual. A inclusão das mulheres no direito à terra e o fim do dote, por exemplo, manteve a relação masculina da herança da terra e teria contribuído para o êxodo feminino.²⁶⁴ A unigenitura, antes aceita, passa a ser questionada, a autoridade paterna passa a ser vista de forma negativa, etc. Com isso se estabelece uma predominância dos projetos individuais. A indivisibilidade da terra é negada e o que antes era lido como patrimônio passa a ser visto como valor imobiliário. No limite, a própria herança é desvalorizada e abandonada no processo de migração para a cidade. Para reverter a situação alguns pais antecedem a transmissão da autoridade sobre o lote para o futuro herdeiro.

Seyferth reforça em seu estudo sobre Itajaí-mirim (SC) o “*direito costumeiro*”, que significa a permissão para excluir da herança da terra um ou mais membros da família. Mesmo a herança sendo “*impartível*” ou “partilhada entre todos os herdeiros” há um acordo prévio que é respeitado e que evita a fragmentação da terra, com a prevalência do minorato e tendo como definição final a autoridade paterna. Segundo a autora, deve-se

“... considerar a herança mais como parte de uma estratégia familiar que assegura a reprodução de parte do campesinato, do que propriamente como prática fixa.” (1985:25)

E conclui que,

“... apesar dos problemas derivados da escassez de terras cultiváveis, parte desse campesinato pode se reproduzir socialmente, desde o século XIX, acionando uma tradição de herança, fundamentada no acordo entre herdeiros, que permitiu evitar o parcelamento contínuo das propriedades agrícolas.” (idem:26)

²⁶⁴ Antes a mulher geria a produção advinda de seu dote (gado, pequenos animais), com o direito à terra, na prática ocorreu perda de autonomia, com a terra sendo passada do pai para o marido, sem a participação da mulher.

Dessa forma também Seyferth trabalha com uma análise de longo alcance temporal para perceber como o modelo atua na passagem de uma geração para outra.

O que permite comparar essas etnografias que tratam o problema da herança e da sucessão patrimonial por diferentes enfoques, são as muitas aproximações quanto à ordenação das relações familiares, a autoridade dos pais sobre os filhos e o próprio processo de transmissão patrimonial²⁶⁵. As cinco monografias mostram negociações e articulações entre direitos legais (específicos de cada país) e costumes locais²⁶⁶. Podemos afirmar que os modelos de transmissão de patrimônio, observados nos casos apresentados, são configurados pelas próprias relações locais, o que leva à variações importantes que têm conseqüências nas relações entre os indivíduos e essas regras no cotidiano. Isto pode ser percebido no fato de que a *maison* é o centro da relação com a terra em uma aldeia francesa, de que a autoridade paterna/proprietário é o que reforça e é reforçada pela relação com a terra em uma comunidade irlandesa, de que a divisão sexual do trabalho determina quem tem acesso à terra de fato em um “bairro” no Sul de Minas, de que a “endogamia local”, em uma região e a condição étnico-religiosa, em outra, são determinantes para a definição dos futuros casamentos e herdeiros em Santa Catarina. Mas alguns elementos comuns a essas monografias são centrais para a análise da realidade observada em campo, como trataremos a seguir.

As etnografias citadas, demonstram como os costumes orientam a propriedade da terra para os homens, mesmo quando legalmente seria possível a mulher ser proprietária. Na definição de transmissão de patrimônio e reprodução social de Fortes (1969) a lógica que determina essa transação é transmitida de geração para geração juntamente com a terra. Um dos aspectos cruciais nesse processo é a divisão sexual do trabalho e as respectivas posições na hierarquia da família. Como em Galeski (1972) o trabalho familiar, base da produção camponesa, está diretamente relacionado à equação consumo e produção da família. Neste sentido, o que também se observa nas etnografias apresentadas é a associação da mulher às atividades relacionadas ao consumo (mesmo que de fato atuem não só nas tarefas domésticas, mas em atividades da produção agrícola ou pecuária) e do homem às de produção. Esta divisão coloca o homem na condição de responsável pelo sustento da família e lhe confere uma autoridade específica, uma posição hierarquicamente superior que a dos demais membros

²⁶⁵ Vale ressaltar que a ordenação do material não pode ser extensiva e que os autores apontam muitas variações em cada “modelo” e mudanças que viam ocorrendo.

²⁶⁶ O termo costume é usado com frequência pelos autores.

da família. Margarida Moura explicita ainda mais esta relação afirmando que com isso a mulher é excluída do que é classificado como nesses contextos como processo produtivo e de sustento da família e conseqüentemente da possibilidade de ser proprietária de terras. Como veremos, no caso estudado (Eldorado e demais áreas), no passado o difícil acesso de algumas mulheres à herança é evidente e, embora não seja explicitado, hoje ainda prevalece a tendência à escolha de sucessores homens.

As regras de transmissão de patrimônio apresentadas nas monografias são semelhantes em alguns aspectos, mas variam quanto ao que é mais valorizado em cada realidade e enfoque apresentados. Assim, analiticamente, pode-se adotar um “modelo” que define a transmissão de patrimônio como parte do processo de reprodução social da família, em especial da família camponesa, e da realidade que a cerca, mas as peças se alternam, de acordo com a forma como as relações sociais são construídas. Essa variação está diretamente relacionada aos espaços de negociação entre vontade individual e necessidades da família, quanto à manutenção e expansão de seu patrimônio e tudo o que implica para a posição que a família ocupa na comunidade.

Assim, a herança aparece para além da transmissão material, mas principalmente como a herança da terra como capital cultural, mesmo que para isso regras sejam criadas de maneira a “driblar” as leis da própria transmissão patrimonial, como apontado por Seyferth. O fundamental é a manutenção do acesso a terra. Para compreender essa relação deve-se olhar para além das peças do tabuleiro de xadrez, ou seja, não só para as regras, mas para as chamadas exceções. Assim, mais que buscar padrões de herança, procurei tratar o tema valorizando os diferentes enfoques sobre a questão dos informantes em Eldorado, Morro das Pedrinhas e Chaperó.

As famílias assentadas em Eldorado têm origens e trajetórias distintas, como vimos na Parte I. Em comum, o fato de pelo menos um membro da família nuclear que ocupa o lote, ter origem rural. Mas as diferentes relações que essas famílias tinham com a terra antes do assentamento devem ser analisadas mais detidamente. Quanto à relação com a terra temos assentados oriundos de famílias que têm ou tiveram terra como patrimônio familiar. Trata-se de pequenas propriedades familiares, na maioria dos casos que estiveram/estão na família a mais de uma geração. Classifiquei esse grupo sob a expressão *terra de herdeiro*, termo nativo

para caracterizar a propriedade da família, e assentados que nunca tiveram terra, que denominei “sem terra”²⁶⁷.

Terra de herdeiro

As famílias oriundas de outras áreas rurais – seja da região ou localizadas em outros estados – que tinham ou têm terra são, em sua maioria, da rede dos *meeiros*, como as famílias da D.Sofia, do Sr.Joaquim, e do Sr.Élceli. Mas, também encontramos casos na rede dos acampados, como a família dos irmãos Fátima, Florinda e D.Emiliana (todos foram assentados) e também a família do seu marido Sr.Emanuel; as famílias do Sr.Gino; do Sr.Daniel e ainda outros assentados que chegaram depois, como a família da D.Marileide. Na maioria dos casos a *terra de herdeiro* foi “perdida”. As razões variaram, perdidas em *questão*²⁶⁸, dividida até se desmembrar integralmente ou vendida sem que o recurso apurado permitisse a compra de outra terra. Mesmo as que ainda existem também deverão, de acordo com os relatos, ser divididas quando da morte dos pais. A exceção da *questão*, os demais processos envolveram herança e transmissão patrimonial. Nesses processos a divisão da terra, apesar de tentativas de alguns membros da família de tentar evitar a partilha, resultou no fim daquele patrimônio familiar²⁶⁹. Em todos os casos, os herdeiros que quiseram continuar a viver e trabalhar na *roça* tiveram que *caçar* outra terra. O caso de D.Sofia é emblemático para a compreensão desse processo.

D. Sofia e seu marido são do Espírito Santo, onde a família de D.Sofia tinha uma pequena propriedade. A terra era herança da família do seu pai e vinha sendo repartida ao longo de gerações. Mas apesar do direito legal, na passagem da geração dos seus avós para a de seus pais houve diferença na divisão. Segundo seu relato, a partilha feita após a morte do avô não garantiu qualquer direito à avó viúva, e sua mãe, também viúva de herdeiro, casada com um dos filhos, recebeu menos que os demais irmãos na partilha final. Após a morte do pai e quando a sua mãe viúva casou-se novamente, ela foi pressionada pelos filhos a repartir a terra. Sua mãe tentou evitar a divisão devido ao tamanho da terra. Mas a pressão levou à venda e a repartição do dinheiro. Neste caso foi seguido o direito legal – a divisão igualitária entre os

²⁶⁷ Tomo emprestado o termo dos movimentos sociais, sem qualquer alusão a relação entre essas famílias ao MST, ou outros movimentos de trabalhadores sem terra.

²⁶⁸ Esse foi o caso do Sr.Daniel que afirmou que perdeu sua terra em uma *questão*, no sentido de disputa judicial.

²⁶⁹ Nos relatos não é possível detectar o patrimônio dos demais membros de cada família, mas as narrativas indicam que alguns irmãos tinham mais bens que outros no momento das partilhas. A terra partilhada é identificada como de todos, o que a diferencia dos patrimônios individuais.

irmãos e a necessidade de que todos os herdeiros estivessem de acordo, inclusive D.Sofia que era a caçula. D.Sofia, que também afirmou ter sido contra a venda relatou o processo,

“Não, ela não queria vender, mas os filhos cresceram tudo e cada um queria panhar seu rumo né. Aí ela casou com outro homem. Depois que casou é que foi que eu me formei e casei também. Aí eles viviam naquela pinimba, queriam ir embora, os filhos queriam um pedaço, [...] ela falou, - O que eu vou dar, pedaço de que? Se é um alqueire e seis litros, vou partir isso pra seis. Seis filhos e a parte dela. [...] Não dava nada né. Aí ela escreveu pro meu velho [marido de D.Sofia] que fosse lá pra vender o terreno que já tinha arrumado comprador. [...] Aí vendeu inteiro e dividiu o dinheiro. [...] Ela ficou com a metade, e nós cada qual com seu pedacinho de terra.” (E67-Sofia:3)

Chama atenção a solicitação da viúva ao genro para que ele efetuasse a transação, o que pode ter sido para contornar conflitos internos entre os filhos homens e ela própria, e garantir a sua parte do patrimônio e da filha caçula (D. Sofia). Já o marido de D.Sofia não tinha terra e por isso saíram do Espírito Santo e foram para a região, *porque ele queria vir, caçar o terreno dele*. Após se instalarem no Morro das Pedrinhas, o casal usou a renda da herança para construir a casa no lote do Morro das Pedrinhas, condição exigida pelo *Ministério*, para se permanecer no Núcleo Colonial Santa Cruz.

Se algumas famílias da geração mais antiga do Morro das Pedrinhas trouxeram um padrão de herança onde a mulher parecia ser desprivilegiada, percebe-se uma mudança importante a partir da geração dos filhos desses pequenos proprietários, que os aproximam dos discursos sobre herança, dos demais classificados sob *terra de herdeiro*. Em todos os casos, as narrativas desenham uma tendência à repartição legal entre os filhos após a morte dos pais. Mais uma vez os relatos da família da D.Sofia caracterizam o que podemos definir como um padrão de herança. Esse padrão tem como característica a divisão e mesmo a venda da terra para permitir a partilha, e não estratégias de manutenção da unidade da terra da família, como nos casos analisados nas etnografias citadas.

Como vimos no capítulo IV, os 8 filhos DSofia (atualmente são 7) sempre trabalharam com os pais *na roça*, mas quatro deles ao se casarem deixaram a propriedade. Com a morte do pai lavraram em cartório a divisão de bens, 50% para a mãe e 50% para os filhos, com *uso e frutos* da mãe (como definiu D.Julieta, filha de D.Sofia)²⁷⁰. D.Julieta e sua filha Juliana

²⁷⁰ Não há consenso nas as entrevistadas se o procedimento em cartório foi encaminhado de fato, mas há acordo no discurso quanto a forma adotada e a necessidade da partilha.

detalharam o sistema legal da herança, enfatizando que até a partilha definitiva, que só ocorrerá com a morte da mãe, todos os irmãos têm direito a morar e construir casa na propriedade, mas não de produzir para além do consumo próprio. Não apareceu nesses relatos qualquer diferença entre herdeiros homens e mulheres na previsão de transmissão de patrimônio da 1ª geração (D.Sofia) para a 2ª geração (seus filhos). Perguntada se os filhos que moram na propriedade da mãe podem plantar, D.Julieta respondeu *poder pode, mas é da mamãe*. A situação do irmão caçula é diferenciada, na medida em que mora com sua família (sua esposa D.Telma e seus filhos, Serena e Rafael) no lote e planta para suas *despesas* e da mãe²⁷¹. Mas D.Julieta afirma que a permanência do irmão não foi uma escolha prévia e sim por se *adaptar mais*. D.Julieta reforçou ainda a diferença entre morar no *sítio* e na casa da mãe, pois tem sua própria residência, ao contrário do irmão.

“E – E é o irmão caçula que ficou porque? [...]”

D.Julieta – Não eu acho que é porque tem gente que se adapta mais com a terra e outras já quer voar lá fora. Ai não adianta você prender. Não fica mesmo.” (E57-D.Julieta e Juliana:13)

D.Sofia descreveu a situação do filho caçula na fala: *não sou eu que mora com ele, é ele que mora comigo*, definindo em sua narrativa, quem detém a autoridade sobre a propriedade (no sentido atribuído por Woortman,1978). É importante observar que D.D.Julieta e sua irmã Sirley moram na propriedade da mãe com suas famílias em casas separadas, mas não plantam. As duas, com seus maridos, foram trabalhar como *meeiras* na Fazenda Casas Altas. Já o irmão caçula não. Talvez pese o fato de serem filhas. Nesse sentido, subjacente à idéia de se *adaptar mais* pode estar a preferência da mãe por um filho homem à frente da propriedade. Os outros irmãos moram em áreas urbanas na região ou em outros municípios da Baixada. Mas, segundo D.Julieta, se precisarem podem voltar. Esse mecanismo é usado em caso de desemprego ou formação de patrimônio. Como Juliana, filha da D.Julieta, recém-casada e grávida, está na casa da mãe *passando um tempo* (2 anos) enquanto seu marido constrói uma casa para o casal em Piranema. No caso narrado, a conquista da terra através do assentamento para uns, e a saída definitiva dos demais irmãos pode ter contribuído para a decisão de dividir a terra no futuro.

²⁷¹ No entanto, foi relatada a existência de uma plantação que pertenceria a esse irmão e a outro que mora em uma área urbana. A produção seria do irmão de fora, assim, parece haver arranjos que flexibilizam as regras associadas.

O padrão de herança relatado é pautado pela aplicação das regras legais, a partilha igualitária e mediada pelo costume de não se dividir a terra enquanto a mãe estiver viva, optando-se pela possibilidade legal do uso fruto. Isto é, de um arranjo legalmente possível. Esse mesmo arranjo é observado nas famílias dos outros assentados que têm terra²⁷². Apesar de falas como da sua filha Zilda *ninguém quer vender isso aqui*, o discurso sobre o *sítio*, isto é, a *terra de herdeiro*, como patrimônio imobiliário (bem material) parece prevalecer, entre os assentados com essas características.

Assim, nestes casos observamos um padrão de herança que aponta para uma tendência de fragmentação do patrimônio familiar, a ser herdado. Mas, ao contrário do caso da avó e da mãe da D.Sofia, não exclui as mulheres da partilha, que como vimos no capítulo anterior em muitos lotes de Eldorado, participam intensamente da produção agrícola e na criação de pequenos animais. Mas se o discurso em relação à *terra de herdeiro* é marcado pela divisão a ser efetuada no futuro, não é reproduzido por seus filhos, *jovens* de hoje, quando se discute o futuro do lote em Eldorado, como veremos adiante.

“Sem Terra”

Para outros assentados o lote em Eldorado é a primeira “terra da família”. Novamente o conjunto de famílias que podemos classificar nessa categoria faz parte das duas principais redes de Eldorado. Da rede dos *meeiros* temos famílias como a de D.Nancy e do Sr.Newton, já na rede dos acampados, a maioria está nessa situação, assim como assentados que vieram depois, seguindo redes familiares, como Sr.Geraldo, cunhado do Flávio (cunhado da D.Emiliana). O caso da D.Nancy e do Sr.Newton ilustram o percurso longo para ter sua própria terra. D. Nancy, hoje com 65 anos, contou sua trajetória e o deslocamento por diferentes áreas rurais Sr. Newton nasceu em Itaperuna/RJ e foi para o Espírito Santo, onde conheceu e se casou com D. Nancy filha de trabalhadores rurais que produziam à meia na lavoura do café. Como na narrativa deles, trabalham na *roça* desde crianças, com os pais e nunca tiveram terra antes do Eldorado.

“Sr. Newton – Trabalho na roça desde seis anos de idade, por isso não sei ler.” (E47-Newton:1)

²⁷² Uma “coincidência” chama atenção, em três dos quatro casos relatados de *terra de herdeiro* que ainda existem, as propriedades estão com as mães viúvas em regime de usufruto.

“D.Nancy - Sou de Guassuí. Lá era roça também, desde de seis anos que eu trabalho na roça. [...]” (E46-Nancy:1-2)

No Espírito Santo trabalhavam como *meeiros* em “regime de barracão” , ou seja, a renda anual do trabalho só era suficiente para pagar as dívidas contraídas no *armazém* do *patrão* (dono da propriedade) onde trabalhavam, como narrou D.Sofia,

“D.Nancy – [...] a gente fazia uma compra naquele armazém o ano todo, porque café só dá assim de ano a ano. Quando colhia aquele café a gente ia no armazém e pagava aquela conta. E começava a fazer outra, então o café que a gente apanhava era a conta de pagar.

E – E o armazém era do patrão?

D.Nancy – Era do patrão, era assim.” (E34-Nancy:2)

O casal foi para a região do Piranema (Itaguaí), com o primeiro filho pequeno, na década de 60. As redes familiares foram novamente decisivas no contato com a nova região. Sr.Newton foi *passar* na casa de uma irmã que morava em Piranema e segundo contou D.Sofia, seu cunhado sugeriu, *Porque você não vem pra cá, fica lá pelejando com lavoura de café. Vem pra cá que você planta quiabo.* Foram para Piranema e moraram com os parentes um mês até *arrumarem uma casa*, e começaram a trabalhar à *meia* na região. Mas segundo D.Sofia era melhor que no Espírito Santo, porque *dava mais dinheiro*. Moraram 26 anos em Piranema e o Sr.Newton resolveu voltar para o Espírito Santo e para a lavoura de café²⁷³. O retorno ao Espírito Santo representou um momento de dispersão da família, só dois dos cinco filhos voltaram com o casal, os demais ficaram morando com parentes. Mas D.Nancy contou que viram que *lavoura (café) não dava resultado mesmo, que nunca que arruma dinheiro. Ai viemos pra cá de novo.* Ao retornarem trabalharam *para os japoneses* em Piranema e finalmente para o Jorge Garcia como *meeiros* em Casas Altas.

Assim, para muitas famílias o lote em Eldorado foi a primeira terra *da gente*, como na expressão usada por D.Nancy, que enfatizou as difíceis condições de trabalho na Fazenda Casas Altas antes do assentamento. Assentados no lote que corresponde à área em que ocupavam como *meeiros*, ter a terra representou não mais trabalhar para os outros e a sensação de liberdade.

“[...] minha neta mesmo tá aí de prova, eu vinha de Piranema a pé pra plantar lavoura aqui [Casas Altas]. De tarde eu tava cansada pra ir a pé e quando eu ganhava

²⁷³ Não foi explicado o porque da volta.

uma caroninha ficava toda alegre. Era todo o dia assim menina, todo o dia, até que Deus ajudou. Aí um dia nós tava ali plantando quiabo, aí um rapaz do Incra me chamou. [...] – ‘D. Nancy vem cá!’ O pessoal tinha falado com ele o meu nome [...] – ‘Tou sabendo que a senhora é muito trabalhadeira, vim aqui pra dar um pedaço de terra aí pra senhora.’ Ah meu Deus, quase que eu caí, e falei – ‘Meu Deus que coisa boa gente, eu tou plantando assim à meia e quase não sobra nada pra gente.’ [...] Aí fiquei muito alegre, fizemos esse barraco de repente e passemos pra cá. Aí eu deitei mesmo na cama e falei – ‘Ah meu Deus amanhã eu vou dormir até tarde, tirar esse cansaço que eu tô muito alegre.’ O pessoal acha longe aqui mas eu gosto, aqui é muito bom. Eu fico pensando é da gente. E eu fico muito alegre por isso os dias que a gente não tá lá... - Hoje eu não vou trabalhar.’” (E46-Nancy:3-5)

Se essas duas “categorias” de famílias, que atravessam a rede de *meeiros* e a rede dos acampados, se distinguem quanto às condições de origem anterior ao assentamento – *terra de herdeiro* e “sem terra” – se reencontram na busca por terra que culmina Mutirão Eldorado. Em comum não ter acesso à terra, isso é, mesmo os que têm “terra de família” não consideram essa terra disponível, e sim patrimônio familiar, e se deslocaram para outras áreas rurais ou para áreas urbanas e finalmente para a área assentamento. Com isso, essas famílias assumem uma nova condição, a de assentados do Plano Nacional da Reforma Agrária, o que traz outros elementos para o debate de herança e transmissão patrimonial.

Titulação e transmissão patrimonial em Eldorado

O debate sobre herança e transmissão patrimonial do campesinato é amplo²⁷⁴, no entanto, ainda não foi plenamente estendido aos estudos sobre assentamentos rurais (do PNRA) no Brasil. Nos assentamentos a questão da herança assume características peculiares devido a uma série de fatores. Em primeiro lugar a relação com a propriedade, ainda em processo de transição, torna o lote uma concessão e não uma propriedade de fato. Esta concessão, enquanto não for avaliado que o assentamento pode tornar-se autônomo, deve seguir regras pré-definidas pelos órgãos governamentais responsáveis (Incra, ITESP, etc.), que proíbem a divisão ou venda.

²⁷⁴ Como vimos, diversos estudos abordam ou contribuem para o aprofundamento dessa problemática da herança e da sucessão patrimonial, e questões correlatas, tais como a “migração dos jovens para a cidade”, problemas de hierarquia enfrentados no interior da família, as diferenças de gênero, ver Aresberg e Kimball (1968); Carneiro (1998); Abramovay (1998); Fortes (1969); Bourdieu (1962); Champagne (1979); Margarida Moura (1978); Woortman (1995) e Seyferth (1985).

Uma funcionária do Incra que atua no setor de assentamentos e titulação, perguntada sobre o processo de herança, afirmou que,

“As normas da instituição não dispõem sobre esses procedimentos de herança, porque são regidos pelo Código Civil. No caso de imóvel já titulado, pais falecidos, o imóvel entra em inventário normalmente e os herdeiros assumem a dívida (pagamento do lote à união). O título passará para o nome do herdeiro. No caso de imóvel não titulado, o Incra deve analisar o perfil do filho, para que este possa assumir o lote observando os critérios de seleção do Incra - não ser funcionário público, assim como seu cônjuge também não, não ter renda acima de 3 salários, não ser inválido, etc.. Caso tenha o perfil, o filho assume o lote e dívidas decorrentes (créditos já concedidos, inclusive o de habitação e o futuro valor a ser pago pela terra). Caso não tenha perfil, como não houve a transferência do domínio, o Incra reverte a posse da terra para si e destina o imóvel a outro candidato que tenha o perfil. Esse candidato assumirá as dívidas já existente de crédito. Quanto às mudanças no procedimento de titulação, não há nada definido pela Autarquia.”²⁷⁵

A forma de exploração, assim como as estratégias adotadas pelas famílias para a reprodução, do lote são intermediadas por definições do que “pode”, “deve”, ser o uso da terra²⁷⁶. A família assentada não tem autonomia plena para determinar suas estratégias de reprodução. Por se tratar de um espaço social coletivo, no sentido de ter sido constituído enquanto um coletivo de núcleos familiares, algumas decisões dependem ainda das relações internas ao assentamento. Por outro lado, a “terra” carrega a *luta* que muitas vezes envolveu a sua *conquista*. Portanto, no que se refere à passagem da “propriedade”, implica na pergunta: o que está sendo repassado de uma geração para outra?

Essa pergunta é crucial para se compreender um fenômeno encontrado no assentamento. É possível demarcar em linhas gerais, duas situações na relação com a terra anteriores ao assentamento, que denominei: *terra de herdeiro* e “sem terra”. No primeiro caso, se observa um certo padrão de herança, o que não é encontrado entre as famílias classificadas no segundo caso. No assentamento há uma constelação de atitudes em relação à terra (lote), à herança e à sucessão. Cruzar o comportamento e/ou discurso dos filhos dos assentados que classificamos como *terra de herdeiros* e os filhos dos “sem terra”, e a classificação anterior

²⁷⁵ Essas consultas foram realizadas em conversas não-gravadas no Incra/Nacional em Brasília em abril de 2003 e posteriormente. A técnica não informou sobre a possibilidade de divisão do lote, como previsto no Código Civil Brasileiro. Não existe referência a esse procedimento na última versão do Plano Nacional de Reforma Agrária

²⁷⁶ Um exemplo é a criação de gado que em alguns estados como RJ, segundo o Incra, não deve representar uma produção para além do autoconsumo, devido ao tamanho dos lotes.

entre “jovens” da rede dos *meeiros* e “jovens” da rede dos acampados foi um caminho encontrado para lidar com essa questão.

De um modo geral o lote como herança não foi tema das entrevistas, que não quando abordado pela pesquisadora. No caso dos filhos dos que têm *terra de herdeiro*, essa “terra da família” não apareceu nas falas dos “jovens”, que não em raras situações. Mesmo assim, não é percebida como do núcleo familiar e sim do *herdeiro* (seu pai ou sua mãe), como pode ser percebido na fala do Lucas e do seu irmão Luciano, filhos do *meeiro* e *herdeiro* Sr.Lourêncio, cuja família tem um lote em Santa Rosa. Na entrevista com os irmãos, os dois contaram que o pai e seus tios herdaram a terra e vão dividi-la. Criticaram a divisão e a associam à falta de *união* entre seus tios,

“E – A família de vocês tem alguma outra propriedade? [...]

Luciano – [...] tem uma de herança que meu avô deixou pro meu pai.

Lucas – Deixou pros irmãos, não só pro meu pai.

E – E aí como é que foi, dividiu?

Lucas – Não, não dividiram ainda não. [...]

E – Vão dividir?

Lucas – Vai dividir. [...]

E – Vocês hoje plantam lá também?

Os dois – Não. [...]

Lucas – Dez filhos. [...] Tem divisão. Da parte do meu pai assim não são muito unidos não.

Luciano – O meu pai com meus tios não são muito unidos não. [...]

E – E depois que dividir, vocês vão trabalhar com essa parte?

Lucas – Não sei. Não pensei.” (E35- Lucas: 23)

Esses filhos que demonstraram pouco interesse pela *terra de herança* dos pais, assumem discurso inverso quando tratam dos lotes no assentamento. Nesse caso há um discurso recorrente contrário à *venda* do lote em Eldorado pelos pais, e a manifestação pela sua indivisibilidade entre os futuros herdeiros (no caso eles próprios)²⁷⁷. Filhos de *herdeiros* ou de “sem terra”, da rede dos *meeiros* ou dos acampados, a maioria, principalmente filhos homens, afirmam a intenção de não dividir a terra do *Mutirão*, após a morte dos pais. Na mesma entrevista com Lucas e Luciano, temos um exemplo desse discurso, onde afirmam que mesmo se casassem *trabalhariam* no lote juntos.

²⁷⁷ *Venda*, ou *passar o lote*, são formas de descrever a transferência do “direito de posse” do lote, que é realizado mediante o pagamento das benfeitorias ao assentado que o ocupa. Apesar do discurso contra a *venda*, a prática acontece.

“E – E teria que dividir ou vocês assumiam [o lote] juntos?”

Lucas – Juntos.

E – É? Mesmo se casar?

Lucas – Mesmo se casar, nossa família é unida.

E – Trabalhando junto?

Lucas – Continuaría trabalhando junto. [...]

E – É bom trabalhar com irmão?

Luciano – É bom.[...]

E – Vocês tem essa discussão de herança na família?

Os dois – Não.” (E35- Lucas,Buno,Leticia:21-23)

Apesar das regras do Incra (pré-titulação, como veremos a seguir) preverem essa indivisibilidade, este não foi o motivo alegado e sim a terra como patrimônio da família, e não como valor imobiliário, representando simbolicamente a união da própria família. Novamente a idéia de *união* associada a trabalhar junto aparece no discurso de “assumir” o lote. Essa construção apareceu em outras falas. Na entrevista com Paulo, Ademi e Odaléia, filhos dos *meeiros* “sem terra” D.Nancy e Sr.Newton, perguntados se com a morte dos pais o lote seria dividido responderam com que não. Por ter formulado mal a questão e ter perguntado “para quem os pais iriam passar o sítio”, o que foi compreendido com *venda*, os irmãos foram enfáticos na sua negativa,

“E – Mas [...] pra quem vai passar o sitio?”

Paulo – Eu não penso ainda nisso. [...]

Odilon – Ah o sitio, não aqui não. Não passa pra ninguém.

Paulo – Não isso não vai acontecer.[...]

Odilon – Porque aqui nos somos filhos né, a gente as vezes tá distante mas nunca se esquece daqui.

E – Mas no futuro vocês pegariam e dividiriam isso aqui, por exemplo?

Paulo, Odilon e Odaléia – Não, nunca.” (E45-Odaléia,Paulo,Odilon:13)

As entrevistas com os *irmãos* Bernardo, Breno e Bruno, filho e sobrinhos do Sr.Bartolomeu (as entrevistas foram individuais), da rede dos acampados, também reforçaram essa percepção, ao afirmarem que os três ficariam no lote. A atitude em relação ao lote e “estilos de vida” dos três sugerem diferentes arranjos que envolvem esse “patrimônio familiar”. Uma passagem do Bernardo, que cuida do lote, trabalha na construção civil e não estudava à época dessa entrevista, expressa o desejo que ouve dos três irmãos,

“Isso aí eu acho que não pode ter briga entre a gente não. Ficaria pros três. [...] porque os filhos dele mesmo não gostam que ele fique aqui.[...] Ele tem casa lá em

baixo. Ele já era pra morar lá, mas fica aqui por causa da gente. [...]”(E04-Bernardo:16-21)

Já Breno, que trabalha em uma rede de lanchonetes²⁷⁸, estuda em uma escola pública no centro de Seropédica e não trabalha na *roça*, também expressou o desejo de ficar no lote,

“E – Você tem vontade de ir embora daqui?”

Breno – Eu não. [...] Eu não saio daqui.

E – E o Bernardo?

Breno – O Bernardo? Piorou... [...]

E – Ele tá comprando boi? Ele tá com quantos hoje?

Breno – Ele tá com cinco. [...] Ele tá pra comprar mais. O dinheiro que ele recebe... ele é diferente de mim. Eu recebo gasto meu dinheiro mais assim com negócio pessoal. [...] Porque tinha muito boi aqui em casa, eu tenho uma raiva de animal.[...]

E – Quer dizer que a tua idéia no sitio é morar aqui?

Breno – É morar, lazer, falta piscina. Esse negócio de trabalhar em roça, prefiro trabalhar numa lanchonete. [...]

E – Quer dizer que o teu negócio daqui pra frente é morar mesmo...

Breno – trabalhar fora e morar aqui.

E – E se um de vocês casarem? Como é que vai ser?

Breno – Quem quiser casar vai construir casa. [...]

E – Mas, por exemplo: quem herdaria?

Breno – Eu, Bernardo e Bruno.” (E04-Breno:3 e 6-7)

E Bruno, de 19 anos, o *filho* mais velho, estuda no pré-vestibular da Rural, estava, no momento desempregado, e embora não trabalhe regularmente no lote, afirmou gostar muito de *capinar*. Encontrei-o no lote do seu pai, cuidando de uma pequena plantação. Nessa entrevista, marcada por forte emoção, afirmou que quando esteve empregado, não gastava o seu dinheiro com o lote. Mas que a atitude do irmão Bernardo que vinha investindo tudo que ganhava com o lote, o fez querer fazer o mesmo,

“E – O que mudou. Porque antes você gastava com farra e agora você tá pensando em botar o dinheiro todo na propriedade, o que que mudou?”

Bruno – Mudou, mudou digamos a minha mentalidade, porque eu vi que o meu irmão tá dando o sangue dele, meu irmão ele já não tem mais gás... Quando você vê que você tá fazendo uma coisa pra alguém, que tá ali, que tá motivando, meu irmão ele tá sendo como um impulso pra mim. Ele chega assim – “Pô Bruno, vem e me abraça, vamos botar isso aqui pra frente. Fazer o que minha mãe falou. Não vamos desperdiçar isso aqui.” Porque esse sitio aqui pra gente tem um valor... Não tem preço... [...] Minha mãe falou – “Olha vocês vão prometer pra mim que vocês nunca

²⁷⁸ Breno trabalha no Bob's do Posto Belvedere que fica logo após a entrada para Seropédica na Rodovia Presidente Dutra.

vão vender isso aqui.” E é essa mentalidade que nós temos de nunca desfazer disso aqui. Vai ser um patrimônio da família. Então criamos esse amor enorme aqui. Por isso que eu digo pra você que eu vinha pra cá e ficava, capinava e tinha aquele orgulho de ficar com o pé sujo de lama assim porque estava trabalhando. Quando começava a dar calo na mão eu gostava daquilo, sentia o poder da enxada. Você sentia assim que você tá fazendo uma coisa pra você. Ai esse amor enorme aqui ao assentamento.” (E05-Bruno:7-8)

Nessa fala Bruno apresenta elementos que reforçam o valor simbólico da terra, com termos usados em conversas com seus irmãos e com outros “jovens”, como a associação do lote com a família, especialmente aos pais; e o *amor* ao lote e ao assentamento, como argumentações para se opor à venda.

Assim, o lote não é percebido como um patrimônio imobiliário a ser vendido no futuro, ao contrário do que encontramos na relação dos pais com a *terra de herdeiro*. O principal argumento para não se dividir o lote ou querer vendê-lo é *luta* para conseguir a terra. Nesse caso a *luta* assume significados diferentes. No discurso dos filhos de *meeiros*, mesmo os que tem *terra de herdeiro*, significa o fim da relação de trabalhar para os outros. Como na fala dos irmãos Odaléia, Odilon e Paulo,

“Odaléia – Eu acho assim, [eles] [...] já tiveram tudo aqui e perderam né. Foram pra fora, perderam o sitio, e ter voltado pra cá de novo do jeito que eles voltaram e conseguir outro, tiveram a sorte de pegar o terreno e tudo. Eu acho que ela não desfaz disso aqui. [...]

Paulo – Isso aqui é nossa vida.

Odaléia – Porque foi uma luta viu, vou te contar...” (E45-Odaléia, Paulo, Odilon:13)

Já no caso dos filhos dos acampados a *luta*, como vimos na Parte I, significa ter enfrentado os acampamentos e *conquistado a terra*. Apesar desse discurso que trata o lote como “da família”, a atitude individual dos “jovens”, variou. Como vimos no Capítulo IV, as filhas não trabalham mais de forma sistemática nos lotes dos pais, como, muitas faziam nos primeiros anos do assentamento. Já entre os filhos homens a participação no trabalho familiar na *roça* variou desde total distanciamento à intensa atuação. A partir do levantamento das diferentes relações com o trabalho familiar e com o lote é possível traçar um “quadro” analítico dessas atitudes, onde se observam arranjos do tipo: filhos que moram e trabalham no lote, que moram e não trabalham, que moram fora e participam do trabalho familiar.

Ao analisarmos as diferenças entre as duas redes observa-se uma maior atuação e interesse pela sucessão entre os “jovens” da rede dos acampados do que dos *meeiros*. Nesse

caso, o fato de atuar no lote tende a gerar interesse na sucessão. Dentre os que trabalham com a família morando ou não no assentamento pelo menos um filho homem se apresentou ou foi apontado como provável sucessor. Como no capítulo anterior – em que tratamos das diferenças entre homens e mulheres no trabalho familiar no lote – encontramos um maior interesse pela sucessão e participação no lote entre os filhos homens dos *meeiros* ou dos acampados, e mesmo dos que não fazem parte delas, do que entre filhas mulheres. Comparando as redes essa diferença fica ainda mais evidente, entre as filhas dos *meeiros* embora algumas afirmem gostar do lote, nenhuma se apresentou como possível sucessora. Como na entrevista com Leticia e D.Lia sua mãe, moradoras de Chaperó, que apontaram os irmãos como prováveis sucessores,

“E – E você Leticia, se o pai chegar – Olha não está dando, a gente tá cansado. Você assume?”

Leticia – Ah, ele (irmão) assume né.[...]

E – Então se alguém tivesse que assumir o lote, quem assumiria?

Mãe – Ah, os dois meninos. [...]

E – E hoje eles ajudam?

Mãe – Não ajuda porque ele trabalha né por conta dele [Licínio, filho mais velho que tem lote em Eldorado]. Tem a família dele. Inclusive o Licínio (filho mais velho) já tem um terreno lá né. [...]. Na mesma rua ali, Rua da Conquista que está cultivando né.[...]” (E35-Leticia, Lucas e Luciano:30)

Ao passo que a maioria dos filhos homens respondeu que assumiria o lote, como na entrevista do Lucas e do Luciano,

“E – Agora, uma hora o pai cansa né? E aí, quem é que vai assumir? Vocês assumiriam?”

Lucas – Assumiria, com certeza.”

Mesmo no “caso exceção” da Odaléia que é mais atuante no lote dos pais, que os irmãos homens, ela não foi apontada como sucessora pela sua mãe D.Nancy,

“E – Agora quando a senhora e seu esposo cansarem quem vai assumir aqui?”

D.Nancy – Vamos ver se um filho né.

E – Quem que a senhora acha que assumiria?[...] Um só que a senhora acha que encararia mais aqui ou o pessoal vinha pra ajudar?

D.Nancy – Até que eles gostam de lavoura né. Mas eles ficam – ‘Ah a lavoura não tá dando dinheiro mais.’

E – Mas a Odaléia tá muito animada né?

D.Nancy – Nossa aquela minha filha é muito animada com lavoura.

E – A senhora acha que ela assumiria o sitio?

D.Nancy – Ah, acho que ela é muito trabalhadeira muito animada. [...] Solão quente você pode vir aqui que ela tá tampada na enxada.

E – [...] se ela assumisse o sitio, a senhora acha que os outros concordariam?

D.Nancy – Assim, o Demir, o Paulo... [...] o Demir tem vontade [...] tem a mulher dele que acha que é muito longe por causa das crianças estudar.”(E46-D.Nancy:12)

Entre os filhos dos acampados Encarnação, filha da D.Emiliana e do Sr.Emanuel foi a única “jovem” a se pronunciar claramente em relação à sucessão. Encarnação também foi a única a tratar do tema antes que eu o abordasse. Sem que eu lhe questionasse a respeito, o lote apareceu em seu discurso representando uma futura segurança e um patrimônio familiar. Brincou propondo uma divisão interna ao lote, onde ficaria com a casa dos pais e seu irmão como uma casa menor.

“Encarnação - E depois, Deus me livre e guarde se meu pai ou minha mãe morrer, a gente já tem o nosso futuro. E depois se a gente tiver nossos fios eles também têm lá o futuro deles.

E - Você e seu irmão? Se vocês tivessem que assumir como vocês fariam?

Encarnação - A gente dividia, porque, uma parte é dele outra é minha. É só um, como é que diz... é só um dono essa terra, né. A gente parte no meio, a casa ali grandona é minha, você pode ficar com aquela ali [casa menor]: ‘ah, sua danadinha...’ (risos).

E - (risos) Mas vender vocês venderiam?

Encarnação - Vendê, não. A gente pode trabaiá prá juntar dinheiro prá arrumar esse sitio. Nós vamo fazer uma área de lazer porque é bom. E porque essas pessoas que moram na cidade eles gostam. Ai a gente arruma isso direitinho.” (E22-Encarnação:5)

Já entre os filhos homens, pelo menos um por família é apontado como provável sucessor. Nesse caso, o filho indicado é o que teria maior interesse no lote, podendo ser inclusive um filho que não mora com os pais, mas que frequenta o lote com certa regularidade.

Coletamos diferentes arranjos familiares no que diz respeito ao lote como herança. Não é possível traçar um padrão de herança no assentamento, até mesmo por uma questão temporal, na medida em que a primeira geração ainda está ativa. Com isso só foi possível trabalhar com o discurso sobre as relações de herança em Eldorado²⁷⁹. Durante a pesquisa

²⁷⁹ Durante o trabalho de campo houve um único caso de morte de um dos cônjuges responsáveis por um lote. O casal não tinha filhos do próprio casamento, mas ambos haviam sido casados antes e tiveram filhos. A esposa, D.Romana, muito ativa no assentamento e no lote, decidiu ir embora quando seu marido Sr.Manel morreu. Passou o lote, mas segundo me informou, os filhos do Sr.Manel estavam querendo *brigar na justiça* pelo espólio. Ainda segundo D.Romana a preocupação não era com a venda do lote e sim com outros bens que ele tinha antes de se casar com ela.

começou o processo de titulação, o que não refletiu em qualquer mudança de discurso²⁸⁰. Mas, pode-se observar discursos recorrentes entre “jovens”, como a defesa da “indivisibilidade”, e de não se querer que os pais vendam o lote. Por outro lado, também se observam posturas comuns entre os pais, como a indicação de um filho que trabalha e/ou mora no lote, mesmo em casos de filhos adotivos e agregados. A tendência é defini-los como herdeiros juntamente com os filhos legítimos que moram, moraram e freqüentam o lote, como no caso da família da *meeira* D.Nancy. Se apenas um filho mantém relação com o lote pode ser tratado como único herdeiro, como encontrado, por exemplo, na família do Sr.Florêncio da rede dos acampados. Pode-se mesmo destinar o lote apenas aos adotivos e agregados, quando os filhos legítimos não têm qualquer relação com o lote, como observado, na família do Sr.Bartolomeu, da rede dos acampados. Esse, aliás, é um caso interessante para se analisar o discurso sobre a sucessão e a questão da herança. Os filhos legítimos do 1º casamento moram em São João de Miriti e não têm segundo Sr.Bartolomeu, qualquer interesse no lote. Nunca freqüentaram o assentamento. Sua segunda esposa também tinha filhos igualmente desinteressados no lote. Mas os sobrinhos do Sr. Arquemínio, Bruno e Breno, como vimos no capítulo anterior, ficaram com ele e hoje o tratam por *pai*, assim como Bernardo, também filho de criação do casal, mas sem laços de consangüinidade. Para Sr.Bartolomeu os três herdarão o lote, ele foi o único a afirmar estar querendo legalizar a situação. Sr. Arquemínio, que transferiu o direito de posse do lote para o seu nome após a morte da esposa, afirmou que está esperando o filho (sobrinho) mais novo, Breno (17 anos), completar 21 anos quando pretende colocar a propriedade no nome dos três *filhos* que moram lá. O acordo entre sua esposa e seus cunhados, à época em que ocuparam o lote, dividiu-o em três partes, mesmo assim o Sr.Arquemínio afirmou que irá passar para os três filhos²⁸¹. Perguntei se isso não pode gerar conflito com seus filhos do primeiro casamento e com os cunhados. Ele respondeu que não. Que o lote era um sonho de sua mulher, que os filhos são os únicos que têm interesse, e que não há nenhum problema com seus filhos legítimos,

“E - Tá no nome do senhor e da sua ex-esposa (1ª esposa)?

Sr.Bartolomeu – Não tá só no meu nome agora. [...] Estou esperando passar uns tempos aí pra ir no cartório ver se eu consigo passar pra eles. [...] Pra esse caso aqui é 21. Se Deus quiser, se eu não morrer até lá.” (E04-Sr.Bartolomeu:10-11)

²⁸⁰ Mas que gerou a venda de alguns lotes.

²⁸¹ Bruno e Breno são filhos do Brício, um dos cunhados que havia ocupado o lote.

Entre os *filhos* também há essa compreensão quanto ao destino do lote, mas Bernardo manifestou o incomodo pelo fato de não ter laços de consangüinidade, o que para ele o diferencia dos demais filhos e sobrinhos do Sr. Bartolomeu, principalmente quanto à questão da propriedade *eles são legítimos, eu não*. Quando perguntei se isso fazia diferença, respondeu, *pra mim faz*. A esposa de Sr. Arquemínio havia falecido há três anos, o que para Bernardo representou uma situação ainda pior na posição dentro da família. Mas essa distinção não foi apontada pelos irmãos, que se consideram iguais e se tratam por *irmão*.

Já o caso de Fabiano, filho de Sr. Florêncio, reforçou a relação entre estar no lote e ser um futuro herdeiro, mesmo quando existem outros irmãos. Nesse caso a unigenitura seria devido ao afastamento dos irmãos após a separação dos pais. Sua mãe Fabiana, que é filha de assentados do Sol da Manhã (Seropédica), foi muito ativa durante a ocupação, mas ao se separar do marido saiu do assentamento com seus outros dois filhos. Fabiano preferiu ficar com o pai, que além do lote em Eldorado, trabalha à meia e mora na reta do Piranema. Fabiano costumava vir cuidar do lote que inicialmente estava em nome da mãe. Após a separação o lote foi passado para o nome do pai, segundo Fabiano, em comum acordo. Fabiano morou por um tempo, com a família de Sr. Luiz da Rinha, para poder estudar no km 49, sempre cuidando do lote, e por fim retornou definitivamente ao assentamento. Aos poucos o pai deixou de ir ao lote e combinou que passaria o *sítio* para o filho, assim que ele completasse 18 anos. Mas para Fabiano qualquer decisão sobre o lote hoje passa por seu aval, como demonstrou na afirmação de que se fossem *vender*, ele também teria que *assinar* (a transmissão da posse). Em seguida “corrigiu” dizendo que o pai tem que assinar, mas ressaltou que ele é quem *toma conta*, como conseqüência do *abandono* do lote pelos pais,

“Fabiano - Meu pai, quando chega, é a noite. Eu venho pra cá, tomo conta do sítio, depois vou lá fora estudar.[...] Eles (os outros irmãos) não querem saber de nada. Por isso que eles foram morar com minha mãe. Minha mãe não quer saber de nada também. De vez em quando ela vem pra cá querendo o sítio pra vender, que ela não tem casa. Fica pagando aluguel. [...] Ela não quis o sítio. Foi lá, falou pro meu pai, entregou pra ele. Aí agora só vende com assinatura do meu pai ou com a minha.

E - Com a sua?

Fabiano - É. Com a dele, né. [...] Só que eu fico aqui direto pra ele. Porque ele abandonou o sítio também. Só eu que tou tomando conta.” (E23-Fabiano -3;4)

Essa relação com o lote pareceu definir a sucessão,

“Fabiano - É porque eles abandonaram. Quando eu tiver 18 anos meu pai passa para o meu nome.

E - Já tá combinado isso?

Fabiano - Agora não pode porque eu sou de menor. [...]

E - Você acha que seus irmãos não vão achar ruim?

Fabiano - Vai, mas se eles não querem cuidar, também não pode reclamar. Se eles tivessem ajudando em alguma coisa, aí sim eles podiam reclamar.

E - E você gosta daqui?

Fabiano - 15 anos aqui, se não gostar, também...” (23-Fabiano -4-5)

As condições econômicas e um maior ou menor grau de “pauperização”, observado no Capítulo IV incidem sobre o significado e a cobrança quanto a participação no lote e a sucessão. Quando os filhos podem trabalhar fora, temos a dualidade “trabalhar fora ou no lote” correlata do “sair ou ficar”, como na fala do Sr.Daniel se queixando que o filho e o neto trabalham fora,

“O Claudinho e o Diego tinha que se envolver com isso. Porque quando a pessoal é rural é rural, quando é industrial é industrial. Eles são rural tem que trabalhar nisso (roça).”

Quando os filhos são mais novos a cobrança pode recair sobre uma maior participação no trabalho familiar, principalmente para os filhos homens, como vimos nos relatos sobre o começo do assentamento, e como observado na relação do Sr.Geraldo com seu filho Gabriel (Nego), que haviam chegado há pouco tempo no assentamento. O fato de o filho não trabalhar na ordenha das vacas com o pai e sim na *roça* com a mãe, pode ser um dos motivos para Sr.Geraldo considerar que o filho *não está querendo coisa nenhuma*, já que não estaria *aprendendo como trabalhar* com o pai e não poderia assumir o lote no futuro, porque *perde tudo*,

“Geraldo - Hoje, pelos tempos que eu estou morando aqui, eu já me embananei todinho aqui. Menino aqui não gosta de fazer nada, não gosta de trabalhar, a verdade é essa. Se a pessoa não tem coragem de trabalhar, o que que ela vai fazer mais tarde? Fazer nada.

E - Mas o Sr. acha que eles vão querer ficar com o sítio?

Geraldo - Eles estão estudando. [...] Mas se ficar, perde rapaz! Perde tudo. Por que não tem coragem, perde. [...] Eu não sei, fica difícil. Por que a pessoa vai trabalhar, mexer sozinho? [...] Eu na idade desse moleque aí, eu era vaqueiro já rapaz! Pegava curral pra tomar conta. Com 14 anos. Pôxa! [...]” (E28-Geraldo:5-8)

Os diferentes arranjos entre trabalho, moradia e lazer geram uma constelação de formas de relação com o lote. Essas implicam em extremos que vão do intenso compromisso

ao total afastamento e desinteresse, mas também em afastamentos temporárias, prevendo um possível retorno futuro em função da sucessão. E mesmo o contrário, filhos que trabalham no lote e não pretendem a sucessão, como muitas filhas, mas também alguns filhos. Antônio, 14 anos, filho da D.Alexandra da rede dos acampados, é muito atuante no lote, como vimos no capítulo anterior, mas manifestou que embora gostasse do assentamento, não gosta de *roça*, e no futuro não pretende trabalhar na *roça* e nem assumir o lote,

“E – [...] você tem vontade de tocar o sítio quando você ficar maior?”

Antônio – Não. Não só se for tocar pra outra pessoa. (risos)

E – É mesmo?, Teu pai sabe disso, tua mãe?

Antônio – Minha mãe sabe. Eu não gosto de roça mesmo. Minha mãe acha que eu sou bom na enxada, mas eu não gosto. Só trabalho quando eu tou com vontade, aí eu trabalho bem, mas quando eu não tou....” (E03-Antônio: 2-3)

Pode-se buscar explicações para essa diversidade de comportamento a partir de alguns fatores. Há uma relação clara entre a participação na rede dos acampados e uma maior interação com o lote e ainda a manifestação de se pretender ser sucessor. A socialização no movimento de ocupação da rede dos acampados e a partir das ocupações do lote constroem um significado onde a “terra” assume um “valor” simbólico associado à sua conquista, que parece ter mais peso que o seu “valor” produtivo ou imobiliário. Ou seja, apesar das “queixas” dos *adultos* e dos *jovens* sobre a dificuldade de se produzir no assentamento, alguns “jovens” afirmaram com veemência que não querem que o lote seja vendido e que vão assumi-lo no futuro, quando solicitado pelos pais ou quando da morte deles. A dualidade entre o discurso da dificuldade de se produzir e não querer se *desfazer* da terra é mais presente na fala dos “jovens” do que dos adultos. Como na fala do Bernardo durante um período de seca que o assentamento estava enfrentando,

“Bernardo – Eu fiz uma plantação de cana... Fiz uma horta ali, mas esta seca, secou tudo. Aí eu comprei meus animais, investir nos meus animais.

E – Como é que você tá fazendo com os animais sem água?

Bernardo – Eu pego água no meu tio. Meu pai pega na casa do vizinho ali. É triste, desanima tudo. As vezes eu quero fazer as coisas, a gente, eu e meu irmão [Bruno], [...] mas essa seca me desanima.[...] Meu pai teve vontade de vender isso aqui, meu pai não gosta daqui... Vender isso aqui eu não pretendo vender. [...]” (E04-Bernardo:16-21)

Em muitos momentos ouvi em tom de desabafo dos *adultos* a determinação de vender o lote, expressa em frases como: *Vou vender isso aqui. Não dá nada.* Essa colocação foi muito

presente entre os assentados da rede dos acampados, mesmo entre os mais atuantes no assentamento. Quando esse tipo de “ameaça” era feita na frente dos seus filhos, muitas vezes, a manifestação contrária era imediata. Esse processo representa uma transmissão de capital cultural, e não apenas material, forjado a partir de sentimentos de pertencimento, construídos no processo de *luta* pra conquistar a *terra*, e ainda, na associação entre lote, assentamento, família e amigos. No discurso desses “jovens” predomina o uso de termos como *união, a luta, todo mundo junto*, e a reconstituição de imagens do acampamento e dos primeiros anos do assentamento associadas à *paz, tranqüilidade, alegria*.

Mas em outros casos, observa-se no discurso a predominância da vontade individual sobre a vontade da família, como, por exemplo, no caso do Antônio e sua disposição para sair, mesmo contra a vontade da sua mãe, que esperava que ele continuasse trabalhando com ela. Seguindo as “queixas” dos *adultos* sobre o desinteresse dos *jovens* poderia se imaginar tratar-se de uma transformação sofrida em modelos de sucessão reproduzidos pelas famílias e da capacidade das famílias de se reproduzirem culturalmente (Bourdieu,1962; Woortman,1995). Entretanto confrontando com os múltiplos arranjos na relação dos “jovens” com o lote e com o patrimônio familiar; e ainda com a organização do trabalho familiar, pode-se buscar outras explicações. Assim, para se compreender porque “jovens” que participaram dos mesmos processos coletivos de socialização, como o acampamento na Fazenda Casas Altas, que têm recordações similares sobre essa vivência, desenvolvem relações distintas com o assentamento e com o lote da família temos que considerar outros fatores.

Preparando o herdeiro: a herança em vida

Um recorte analítico possível para se trabalhar as diferenças entre os filhos homens e mulheres, e ainda a tendência a se apontar um filho homem como provável sucessor, é exemplo do processo formação, “criação”, dos filhos na família. Corrobora esse viés de análise o fato de, apesar de não haver uma definição explicitada nos discursos sobre a herança e a sucessão no lote, há o que podemos denominar de “preparação do sucessor e/ou herdeiro”

A diferença de “criação” entre os “jovens” homens e mulheres é evidenciado na divisão sexual do trabalho no lote, como tratamos no Capítulo IV. A prática de que filhos homens tenham acesso a um *pedacinho de terra*, seria outro elemento diferenciador do tratamento entre filhos e filhas. Esses processos de socialização podem explicar a leitura que

Simone, filha de Sr.Tadeu, faz sobre a participação diferenciada dos *meninos* e das *meninas*, em reuniões da APPME, na época em que ela morava no assentamento. Segundo Simone, os filhos, homens ou mulheres não participavam muito das reuniões, mas os que iam, na maioria homens, eram os que os pais apontavam como futuros sucessores.

“Simone - [...] Eles [os filhos] num ia, num gostava muito não porque tinha uns que os pais botava pra ficar lá e falava – ‘ Você que vai ser dono disso. Isso vai ser seu.’ Ai eles ficavam, a maioria dos meninos, mas as meninas num ligavam tanto, eu ia.”
(E61-Simone: 5-6)

A passagem da herança em vida e da autoridade sobre o lote, antes da passagem legal do lote, apareceu de forma mais explícita em dois casos. No lote de Sr. Bartolomeu e do Sr.Florêncio. No primeiro caso, Bernardo, filho mais novo, é apontado como o que mais se interessa pelo lote e que assumiu seu gerenciamento após a morte da mãe (que era quem tomava conta do *sítio*). Sr. Arquemínio se preocupa mais com a casa e com os próprios filhos. Essa lógica se repetiu no caso do Fabiano (filho mais velho de Sr.Florêncio). Quando o entrevistei, ele estava em fase de transição para essa nova situação e disse que cuida do lote, mas *vou cuidar mesmo quando for meu*.

Assim, observa-se uma diferença na relação com o lote enquanto provável herdeiro e quando falavam sobre o fato consumado. Em Eldorado o provável futuro herdeiro se diferencia dos demais filhos, tanto em termos de prestígio na família, quanto às cobranças e expectativas dos pais, o que pode ser aproximado à análise de Bourdieu (1962) sobre a formação do herdeiro. O principal elemento ressaltado pelos “jovens” é a autonomia alcançada, quando o filho/sobrinho assume o gerenciamento do lote. Isto foi percebido, tanto na postura do futuro sucessor frente ao lote, quanto na fala de outros “jovens” que valorizam esse tipo de atuação. Fabiano, por exemplo, diferencia sua atuação no presente e como será quando assumir o lote,

“Fabiano - Lá (no lote) só tem algumas galinhas, uma égua. Por enquanto não tem nada. Daqui um tempo, a gente começa a plantar lá.

E - Você quer plantar o quê?

Fabiano - Acho que esse ano ainda a gente vai plantar aipim.

E - Nessa hora seu pai te ajuda também?

Fabiano - Me ajuda. Eu ajudo ele lá. [...] Depois que eu assumir, aí eu posso cuidar bem do sítio. Agora tá largado. Mas depois que o sítio passar pro meu nome, eu dou um jeito de cuidar bem dele.

E - Mas aí como você vai fazer? Tem que ter dinheiro, não tem? Que gasta, né?

Fabiano - Mas depois, pouco a pouco a gente vai chegando lá. [...] A gente vai cercando, criando bicho.” (E23-Fabiano -4-5)

Nesse caso, e em outros como do Bernardo e do Diego, filho do Sr.Daniel, a escolha seria atribuída ao fato do filho demonstrar interesse. Diego é muito atuante no lote, mora com os pais e não pretende sair do assentamento. Mas diferente da situação no lote do Sr.Bartolomeu e do Sr.Florêncio, a autoridade do lote é integralmente do seu pai. Há discordância entre os irmãos, quanto ao destino do lote,

“Diego – [...] Quando meu irmão mais velho vem aqui e fala, se meu pai tá magoado, fala pro meu pai vender isso aqui e ir embora...”

E – E você não quer?

Diego – Não quero de maneira nenhuma. Ainda mais a opinião que ele tá dando, vender isso aqui por um qualquer dinheiro. Eu tenho certeza que se meu pai vender isso aqui, meu pai vai se arrepender...” (E11-Diego:11)

Mesmo assim o sucessor já parece escolhido,

“E – Seu pai já tá um pouco cansado né Diego?

Diego – É com certeza ele tá cansado.

E – Quem você acha que assume aqui? Porque daqui a pouco ele tem que se aposentar né?

Diego – Com certeza. Mas eu acho que independente de ele passando pra mim, que ele já falou pra mim, [...] eu sempre tive ao lado do meu pai apoiando ele.” (E11-Diego:12)

Apesar de ser o provável sucessor, não participa da *coordenação* do lote, e manifestou seu incômodo com isso, e exemplificou com a divergência sobre a criação de gado, que o pai não quer.

“Diego - [...] embora, minhas opiniões ele nunca procurou defender. [Eu] Ficava ressentido. Assim quando eu entrei pra cá, nós viemos morar aqui eu sempre dava opiniões que hoje em dia poderia todo o mundo ter feito

E - Tipo o que?.

Diego - Tipo comprar uma criação, um gado.

E - Ele nunca quis?

Diego - Nunca quis. [...]

E - Não ouvia então suas opiniões?

Diego – Não.

E - Você acha que não te ouvia por causa da tua idade?

Diego - Eu acho que sim. Eu acho que por ele trabalhar muito em roça..”

A autoridade do pai é associada à experiência na roça. Mas Diego ressaltou o tempo que vive e trabalha no lote e como faria se o pai permitisse que ele *coordenasse*. A entrevista

foi realizada no lote da família e Diego fez questão de ilustrar o que estava dizendo. Seus pais não presenciaram a conversa.

“Diego [...] você pode ver e reparar que o que tem plantado aqui tá meio junto, fica uma coisa assim meia feia. O sítio lá dentro tá meio vazio. Então se fosse na minha coordenação seria bem diferente porque pôxa tem dez anos praticamente. Se meu pai no começo tivesse investido na vaca, nós já tínhamos renda nisso.

E – Hoje como é que funciona? Quem toma conta da roça?

Diego – Agora tá muito devagar porque a gente não temos roça. A roça que tem aqui nós dois dá conta mesmo...” (E11-Diego: 12-13)

Vicente (que mora na mesma casa), também atuante na produção e Jaqueline, filha do Jaques, que não mora mais no assentamento, netos do Sr.Daniel, também consideram que o avô não ouve opiniões dos outros, especialmente deles, como nessa conversa travada na escola onde estudam,

“Vicente – [...] Quero ajudar a plantar no sítio do meu avô, plantar cana, mas ele é muito teimoso. Eu disse, - ‘ Vô porque não bota uma égua aqui. Gosto muito de cavalo. Ele não gosta.”

Jaqueline - Tudo ele bota obstáculo. Ele se contenta com pouco.

Vicente - Meu avô não concorda com a gente.”

O processo de definição do futuro sucessor, se é descrito de modo pouco formal, parece objetivado nas relações entre pais e filhos, e entre irmãos, e nas mudanças no discurso e nas atitudes daqueles que se percebem e/ou são tratados como sucessores, e os que ao contrário acham que não vão ter esse papel. Nos primeiros contatos com Vicente este valorizava muito sua própria participação no lote, era atuante no assentamento, participava do Grupo Coletivo e das reuniões da APPME. Na primeira conversa que tivemos afirmou que não pretendia ir embora Mutirão – ainda que tivesse na época se alistado nas Forças Armadas – o que significava ficar no lote do avô. Já na última conversa realizada na escola onde estuda, não achava que teria acesso ao lote no futuro e afirmou,

“Não tem futuro. Lá é do meu avô, vai passar pro Diego.”

Essa fala define a sua percepção sobre a escolha do sucessor e pode ter influenciado na decisão de começar a trabalhar fora e buscar se formar em matemática. Mas em nenhum dos casos observados apareceu a definição de uma ou mais mulheres como herdeiras e/ou sucessores no lote. Na família do Diego, por exemplo, outras duas irmãs moram no assentamento e em nenhum momento foram apontadas como possíveis sucessoras. O fato da

divisão sexual do trabalho aos poucos excluir as “jovens” do cotidiano do trabalho no lote, pode ter contribuído para a auto-exclusão de processos sucessórios, já em curso, ou mesmo no âmbito do discurso. Essa ausência das mulheres, que é associado ao desinteresse das “jovens” pelo lote e pelo assentamento foi reproduzido em discursos de “jovens” e adultos, homens e mulheres. Em alguns casos essa diferença é explicitada como na família de D. Marileide que diferencia claramente a atuação do filho e das filhas no lote. Podemos observar esse tratamento como na discussão que travou com sua filha mais nova Tainá, durante a entrevista em sua casa, em que estavam presentes as duas e sua outra filha Gabriela,

“Tainá – Daniel também é bagunceiro, deixa a roupa dele num canto.

Marileide – Não, o Daniel não é bagunceiro. O Daniel trabalha mais que vocês duas, o Daniel ajuda o pai, me ajuda a capinar. O Daniel é pau pra toda a obra. O pai ele ajuda na mecânica. Quando precisa consertar qualquer coisa em casa é o Daniel, o pai ensina, o pai não agüenta fazer (o pai sofria de obesidade mórbida e não saía de casa há dois anos), aí ensina o Daniel fazer.

E – Mas não ensina as meninas?

Marileide – Não. Tem coisas que ele ensina elas fazerem. Mas tem coisas que é muito pesado pras meninas fazerem, então quem faz é o Daniel.

E – Como o que assim?

Marileide – Por exemplo, carregar peça, ferramenta. Então esse negócio de ferramenta é tudo com ele.

E – Você se interessa, Gabriela?

Gabriela – Não.

Marileide – Quando o Daniel não tá em casa a opção é nós três mesmo ou elas duas ou eu. Então todo o mundo aprende mas não é uma coisa que seja agradável de fazer, você meter a mão na graxa, olha minhas unhas. [...] É brabo. Então tem que ser ele. Quando quer comprar qualquer coisa, é ele que vai lá fora. Aqui é longe de tudo. Tudo é Daniel [...] quase todo o dia vai e volta, e ainda vai pra escola [...] e capina [...] tem um trator pequeno, ele que pilota a roçadeira. Então ele faz tudo.

E – Ele aprendeu quando a mexer nessas coisas?

Marileide – Aqui. [...] No começo quem fazia era eu. Mas aí aqui, ele... ele chegou baixinho, aqui ele pegou músculo, capinando, aí pegou a roçadeira e – “A senhora não vai fazer não. Quem vai fazer sou eu, que sou homem.” Começou naquela brincadeira que eu é que sou homem e hoje ele faz tudo.

E – Você acha que ele se interessa de assumir mais tarde o sitio? [...]

Marileide – Ah, talvez ele quer montar um sistema pra informatizar tudo. [...] Mas o interesse dele é informática. Tanto é que o computador agora queimou [...] e ele tá desesperado.” (E40-Gabriela, Tainá, Marileide:16-17)

Ao entrevistar Daniel, sozinho, ele reforçou os interesses apontados pela mãe, e como, apesar de sua origem urbana (vieram de Jacarepaguá), acabou se adaptando e se interessando pelo lote,

“Daniel – De primeira vista terrível né. Você sair da cidade pra vir pro meio do mato. Aí depois acostumei. Comecei a andar por aqui. O primeiro momento foi uma porrada né, foi um baque. [...]”

E – Você nunca tinha trabalhado assim?

Daniel – Eu nunca. Só cidade mesmo, cidade grande. [...] Vir pra Itaguaí já foi um...[...]

E – Como é que foi esse primeiro momento de botar a mão na enxada?

Daniel – Botar a mão na enxada não foi tão ruim, tão desesperador. [...] Acostumou, depois de um certo tempo a gente acostuma.

E – A pergunta mais importante, gostou?

Daniel – 80%.

E – Que quer dizer 80%?

Daniel – É que eu tou acostumado com a cidade. Com outros meios de vida, e aqui... eu não nasci aqui né. Eu vim pra cá com doze, treze anos, se eu tivesse nascido aqui... tem muita gente que nasceu aqui que gosta mesmo do lugar. Mesmo com todas as dificuldades...[...]

E – Você queria sair [do assentamento]?

Daniel – Não eu não queria sair daqui não, eu quero sim evoluir... [...] Nem todos os jovens gostam de lugar calmo né. [...]

E – Se você pudesse escolher você morava aonde?

Daniel – Eu morava aqui com mais condição de vida.

E – Que que é mais condição de vida?

Daniel – Transporte, oportunidades, de tudo, de trabalho de estudo, evolução. Pra evoluir pelo menos alguma coisa nesse lugar.” (E39-Daniel:9-10)

Segundo Daniel ele e a mãe decidiam o que plantar, esse gerenciamento compartilhado não é muito comum no assentamento. A “experiência” da mãe na roça foi acionada como determinante nas decisões finais. Daniel reforçou a idéia de conciliar uma possível sucessão com seus outros interesses para o futuro. Mais uma vez se observa a valorização do lote como uma conquista dos pais e que deve ser mantido pelos filhos.

“E – Mais na frente, se seus pais disserem - ‘A gente tá cansado, eu e tua mãe e a gente quer que os filhos assumam.’ Como herança ia ser [...] pra quem se interessar ou dividiria pelos três?

Daniel – O que se interessar, porque a gente aqui não tem aquela coisa de ganância pra pegar e já vender o sítio e partir em três.

E – Você acha que isso não aconteceria?

Daniel – Não. [...] Mais tarde, aí nós três nos juntaríamos e começávamos a tocar pra também não deixar o que nossos pais construiu se destruir. Se eles demoraram esse tempo todo pra construir pra que a gente vai degradar.” (E39-Daniel:15-16)

Mas ele se considera uma exceção na tendência de “saída” dos jovens de Eldorado,

“E – Porque eu sei que tem muita cobrança aqui dentro, se os filhos vão ajudar a tocar isso aqui ou não. Você percebe se os filhos tão ficando ou estão indo embora?

Daniel – Estão indo embora, tem muita gente indo embora, o pessoal aqui de trás, [...] lá do outro lado, que foi embora. Falta de condições de viver aqui.

E – Os filhos gostam daqui?

Daniel – Tem gente que gosta sim. A gente também gosta, só que não existe, a gente se dá muito pra terra e a terra não tem condições de dar pra gente.” (E39-Daniel:17)

Ao compararmos as narrativas sobre a situação atual, com as falas sobre o período do acampamento, o início de ocupação dos lotes e, ainda, do projeto *Assentadinho*, percebe-se uma descontinuidade entre o entusiasmo nesses relatos e o gradual distanciamento do trabalho familiar na produção. Assim, observou-se uma grande variação de desejos, interesses e relação com o lote por parte dos “jovens”, que ia desde uma ruptura já no presente (mesmo morando) ou como perspectiva futura, até a preparação do herdeiro. Pode-se afirmar, que mesmo não sendo explícito, a preparação do sucessor e/ou herdeiro é orientada para filhos homens, e quase sempre, para um único filho, ainda que os outros não se sintam obrigatoriamente excluídos. Mas, a passagem do gerenciamento da produção ou mesmo do próprio lote, e mesmo o gerenciamento compartilhado, só ocorre onde a autoridade paterna, sobre essas esferas, não está presente. Ou seja, quando o pai não se interessa ou quando *abandonou* o lote.

Herança da luta

Há ainda outra percepção de herança que deve ser tratada. Se a *luta e conquista da terra* são muito valorizadas no discurso dos “jovens”, de que maneira isso se traduz em práticas? No caso dos filhos que permaneceram no Mutirão vimos que há diversas atitudes em relação ao lote, algumas que aproximam o discurso de uma prática, como valorizar a *luta*, e já ter assumido na prática o lote. E outras que traduzem o discurso em uma prática diametralmente oposta, como valorizar a *terra*, mas não trabalhar no lote e nem pretender assumir o lote no futuro, mais comuns entre as filhas. Mas um caso demonstra como o processo de socialização desses “jovens” pode ter gerado uma “herança da luta”, isto é “jovens” que não tinham relação com o meio rural reproduzindo o mecanismo de buscar terra através de movimentos de ocupação.

Frederico, 18 anos, filho da Fátima, e seu primo Francisco, 17 anos, filho do Flávio trabalhavam para os tios D.Emiliana e Sr.Emanuel, *ajudando* na produção em troca de um pagamento diário. Flávio e Fátima, da rede dos acampados, irmã e cunhado da D.Emiliana, saíram recentemente do assentamento. Moradores do centro de Seropédica, junto com seus pais, os dois se deslocavam três vezes por semana para *ajudar no serviço da roça*. Mas,

quando fui entrevista-los só encontrei Francisco, Frederico havia ingressado no acampamento Terra Prometida, do MST, em Santa Cruz. Francisco contou com orgulho que estava feliz pelo primo que teve a *chance de pegar terra*.

Frederico foi participar do movimento através de um tio, que estava acampado, sem a companhia de outros parentes, no Terra Prometida. Encontrei-o na barraca que divide com o tio, no momento em que sua mãe o estava visitando. Nessa primeira conversa prevaleceu o tom de “queixa” quanto às dificuldades da vida no acampamento e afirmou que talvez não agüentasse ficar,

“Frederico - Tô muito sozinho, aqui é muito só. Eles (os pais) disseram que iam ligar todo dia e não ligaram.

Fátima – Eu vim pra fazer companhia, se precisar eu fico com ele. Trouxe as compras.[...] Agora que ele tá aqui o tio se manda e deixa ele sozinho.”(E25-Frederico:5)

Frederico é de origem urbana e descreveu o período do assentamento de forma parecido com os relatos de outros “jovens”, em que a experiência com a *roça* é associada aos pais,

“E- Vocês moravam onde antes do assentamento?

Frederico – Em Santa Cruz era um povoado. Baixadinha.

E – E aí não tinha roça?

Frederico – Plantava não.

E – Como foi ir pra esse lugar que a vida era na roça?

Frederico – Ah, mais ou menos porque eu não era de roça mesmo, minha mãe e meu pai que me botou nesse negócio de roça.

E – Eles já eram de roça.

Frederico – Eram de roça.” (E25-Frederico:2)

Fátima parecia muito orgulhosa do filho estar *acampado* e tanto ela quanto o marido estavam dispostos a dar *apoio* para que ele ficasse. Ela atribuiu a vontade de ingressar no acampamento a uma iniciativa do filho.

Fátima – [...] Aí surgiu esse acampamento (Terra Prometida). Ele (Frederico) se interessou e a gente tá dando um apoio pra ele. Vamos ver até onde dá. Se ele guinar... por que é difícil.

Frederico – Tá difícil.” (CC-p.28)

A primeira impressão, através desse contato, foi de que Frederico estava lá de fato para *ajudar o tio* a conseguir terra. Mas uma segunda conversa com Frederico, algum tempo depois, mudou essa leitura e apontou questões importantes para o próprio dilema “ficar e sair”.

A conversa foi na escola pública em que estudava, em Seropédica. Estava lá para conversar com “jovens” assentados e ex-assentados que freqüentavam a escola e fui surpreendida pela sua presença. Frederico estava morando na casa dos pais em Seropédica e passava os finais de semana no acampamento. Bem mais receptivo do que na primeira conversa no acampamento, agora sem a presença da mãe, e contou-me que ficou um mês no Terra Prometida. A mãe tinha *ficado em seu lugar* e o pai ia ficar nos dias de *vigília*. Associei sua descrição da nova situação à possibilidade de a família ter ingressado no movimento e encaminhei a entrevista nessa direção. Mas sua resposta foi incisiva onde definiu sua condição nessa nova estratégia familiar em um movimento de ocupação.

“E - Mas então seus pais vão voltar a ocupar um lote?
Frederico – Não eles estão cuidando pra mim.”

Insisti ainda quanto ao papel dos pais nesse contexto, se pelo fato de os pais estarem *guardando o lugar dele*, não iriam querer voltar para a terra. A resposta do Frederico caracterizou como percebia a relação : *Esse lote é meu.*, e emendou que os seus pais não poderiam fazer nada que ele não quisesse. Aproveitei para associar a questão à saída de Eldorado e perguntei porque saíram. Frederico afirmou que foi vontade de seu pai, que nem ele e nem sua mãe queriam *vender* o lote do *Mutirão*. Mas o pai quis vender e trocou por uma moto : *um elefante vermelho. Ele não gosta de dirigir moto e o dinheiro se foi. Dinheiro na mão acaba. E a terra não.* No caso do Terra Prometida, a razão da estratégia adotada pela família trazia ainda outros elementos para o dilema “sair e ficar”. Como Frederico ingressou no acampamento no meio do ano letivo, durante uma greve de professores, quando as aulas retornaram esse foi o mecanismo encontrado para que não perdesse o ano e nem parasse de estudar. Ele estava de acordo, queria terminar os estudos fazendo supletivo à noite, mas reforçou que *quer a terra*. Comentei que o achei um pouco triste na nossa última conversa e ele respondeu que tinha melhorado. Que no começo tinha sido muito difícil porque ele é muito tímido, mas que agora o tio o apresentou *pro pessoal*, pescavam muito e participava das reuniões.

Nesse momento sua irmã Cristiane, 16 anos, que também estudava na escola, se aproximou. Perguntei se se lembrava do Eldorado. Respondeu que não lembrava do assentamento porque era muito pequena. Perguntei se visitava o acampamento Terra Prometida e, se caso os pais se mudassem para lá, se ela gostaria de ir junto. Enfática,

respondeu, *de jeito nenhum*. Mas Frederico interveio e disse que se os pais quisessem ir ela teria que ir. Ela pareceu muito surpresa, disse que nem sabia que tinha essa possibilidade, mas que ficaria aqui (Seropédica) na casa dos tios, e do primo Francisco.

Assim vemos atitudes distintas entre irmãos que vivenciaram de forma diferente a experiência no Mutirão e ainda uma inversão do “padrão” familiar da rede dos acampados. Se, de acordo com o discurso dos *adultos*, os filhos ocupavam um papel de pouca importância nos acampamentos que geraram o assentamento, *ajudando* em tarefas menos relevantes, agora os pais têm o papel de *ajuda/apoio*. Esse foi o primeiro e único caso que encontrei no assentamento, de um “jovem” estar participando de outro movimento por terra. Os “jovens” que moram no assentamento não elaboram em seus discursos a participação em outro movimento como uma possibilidade de acesso a terra. Dos que querem continuar no meio rural, Eldorado é o universo de formulação de projeções para o futuro, seja com os pais, ou assumindo o lote. Já entre os que saíram, as reações podem ser de total negação do processo vivido, como Denise, neta do Sr. Daniel, que em sua narrativa apresenta críticas à forma ocupação, atribuindo-lhe o caráter de *invasão do que é dos outros*. Ou de legitimação do processo, como Caio, sobrinho do Sr. Bartolomeu, morador do Centro de Seropédica, e Simone, filha do Sr. Tadeu, que valorizaram a *luta* e a *conquista da terra*, ainda assim, nenhum dos dois pretendia reingressar em outro movimento por terra.

Se o caso Frederico é exceção à regra, desvela um processo de construção de identidade e reprodução de mecanismos sociais coletivos, que os “jovens” de hoje vivenciaram quando *crianças*, e que, nesse caso, inculcou novos valores e referências distintas do universo urbano de origem. No caso de Frederico, e mesmo de Francisco, nem o retorno ao meio urbano desconstruiu as referências no universo rural. Frederico representa ainda um possível processo de individuação (Znaniecki, 1974) onde há a negociação de interesses individuais, que não se chocam com as estratégias familiares. Nesse sentido estaria ocorrendo um processo de reequilíbrio das mudanças experimentadas pela família (Znaniecki, 1974) e não de desestruturação.

Assim, múltiplas formas de relação com a terra foram desenhadas, a partir da observação nas três áreas, mas especialmente em Eldorado, onde apesar do discurso da “saída dos filhos” detectamos o que pode ser chamado de “preparação de futuros sucessores” e ainda

a transferência de gerenciamento do lote com os pais ainda vivos. As monografias analisadas na primeira parte desse capítulo apresentam processos de transformação sofridos por modelos de herança e que contribuem para analisar o material etnográfico. Woortman (1995), Arensberg (1968) e Bourdieu (1962) apontam elementos de mudança, denominadas pelo último de fatores de “bauleversement” do sistema. Nesse caso são ressaltados fatores econômicos que atingem a própria produção familiar, mas também o questionamento da autoridade paterna e a busca da autonomia individual, que provocaria um fluxo maior para as cidades e uma maior dificuldade de manter os filhos na terra. Assim, o problema da sucessão, nos casos analisados por esses autores, antes marcada pela disputa de quem seria o futuro herdeiro, passa a ser, em muitos casos, o problema da falta de herdeiros. Curiosamente, apesar das “queixas” de que os *jovens* estão indo embora, de problemas econômicos enfrentados na produção, das dificuldades de se viver e trabalhar no assentamento, não há, com raras exceções, a reclamação da falta de herdeiros, nem mesmo da falta de um possível sucessor para os lotes em Eldorado.

No caso específico das mulheres, os modelos apresentados por Woortman (1995), Arensberg (1968), e Moura (1978), como vimos, têm em comum a demonstração da exclusão, maior ou menor, das filhas, do processo de sucessão, que só se tornam herdeiras da terra excepcionalmente. A própria separação dos jovens de sexo oposto na convivência cotidiana é outro fator comum tratado pelos autores, que reforça a divisão sexual do trabalho e as diferenças quanto ao *direito costumeiro* à herança e a sucessão. Os autores demonstram como esse processo tende a ser reforçado pelas transformações sofridas ao longo do tempo, mas com uma mudança importante, as filhas passam a se auto-excluir, casando com jovens da cidade, buscando empregos fora da comunidade. O casamento com um camponês passa a ser desvalorizado, como tratado por Bourdieu, o que contribui para a tendência ao celibato do futuro herdeiro que reproduz os valores camponeses²⁸².

Em Eldorado, a definição de mercado matrimonial ainda está em o processo, haja visto a variação de casamentos encontrados, casais formados no assentamento, entre as redes dos acampados e dos *meeiros*, casais aceitos e não aceitos. Mas a “queixa” recorrente dos rapazes

²⁸² Um exemplo é o comportamento nos bailes. Bourdieu observa que os futuros herdeiros não costumam dançar nos bailes e tendem a se auto-isolar, o que dificulta a aproximação com as moças e contribui para serem rejeitados por elas. O que seria uma condição de status e disputa passa a ser motivo de “enrijecimento corporal” e isolamento.

quanto à falta de moças no assentamento pode ser a sinalização de uma tendência. Associado à diferença do “papel” atribuído às “jovens” no lote e na divisão sexual do trabalho, pode-se afirmar que a diferença entre os mecanismos de socialização da família para rapazes e moças contribui para essa mobilidade. Mas, também observamos como o normatizado varia de acordo com as experiências vividas pelos indivíduos e a relação que estabelecem com as regras e normas que regem suas vidas (Bourdieu,1962). Pode-se perguntar, que outros fatores estão em jogo nas escolhas das futuras inserções dos filhos? Até que ponto os interesses individuais, negociações e ações mais drásticas são fruto do “modelo” ou são formas de atuar nos seus limites. Por exemplo, quando determinadas atitudes significam rupturas definitivas ou temporárias, por parte dos filhos, em busca de alternativas diferentes das propostas pelos pais. Em Eldorado o dilema “ficar e sair” é marcado pelo discurso que identifica como problema a “saída dos jovens”, e ao mesmo tempo revela estratégias familiares de manutenção do lote, que envolvem formas de “sair”. De um lado acionam críticas à falta de responsabilidade do *jovem* com o trabalho e com a terra da família, e de outro desejam um *futuro melhor* para *seus filhos*. O dilema “sair e ficar” tem que ser analisado a partir de outros recortes, como a circulação dos “jovens” em função da escola e do trabalho, como veremos a seguir.

CAPÍTULO VI – “FICAR” OU “SAIR”, UM DILEMA?: as múltiplas inserções do “jovem”

A dualidade “ficar e sair” é marcada não só pela cobrança da atuação no lote e pela continuidade do trabalho familiar, como também pela forte valorização da formação escolar e mesmo do trabalho remunerado fora do lote, principalmente com salário fixo, o que, na maioria das vezes implica uma ocupação urbana. Nesse capítulo vamos analisar a frequência e a importância atribuída pela família e pelos próprios “jovens” à formação escolar, e as inserções em trabalhos urbanos ou rurais externos ao lote. Como veremos, há uma grande diferença entre a realidade concreta enfrentada por esses “jovens” e seus sonhos e expectativas a partir do estudo, quanto ao futuro profissional. Por fim, discutiremos como esses “desejos” e as inserções concretas no mundo do trabalho são percebidos pelos *jovens* e *adultos* em relação ao lote e ao assentamento.

Escola, Trabalho Externo e o futuro

Como no Mutirão Eldorado não existem escolas, essa foi uma reivindicação junto ao Incra na época do acampamento – e que envolveu a disputa pelo lote de número 1 e 4 ocupados pela família do Adolfo, como vimos na Parte I –, mas que nunca foi concretizada. Há duas escolas públicas municipais de 1^a a 4^a séries do 1^o grau²⁸³, em áreas próximas ao assentamento, uma em Santa Rosa e outra no Sá Freire (Anexo 1, Mapa4). Não há supletivos nessas escolas, o que significa que não atende “jovens” que tenham parado de estudar e queiram reingressar, ou que estejam atrasados por motivo de repetência e não queiram estudar com as crianças. Como veremos, parte dos “jovens” do assentamento correspondem a esse perfil. O deslocamento das *crianças* é feito a pé ou de bicicleta, percorrendo um trajeto de aproximadamente 1 km, que no caso do Sá Freire envolve uma caminhada íngreme morro acima. Escolas municipais estadualizadas e escolas estaduais de 5^a a 8^a séries do 1^o grau e do 2^o grau só existem nos centros urbanos de Seropédica e Itaguaí. As mais frequentadas são uma escola de Piranema e outra de Chaperó, principalmente pelos filhos de *meeiros* que moram em Chaperó; e duas escolas no Centro de Seropédica, pelos filhos de assentados que moram no assentamento. Há uma escola municipal estadualizada em Boa Esperança, bairro de

²⁸³ Houve uma recente mudança nesta terminologia, onde utilizo 1^o grau, leia-se Ensino Fundamental e 2^o grau, Ensino Médio.

Seropédica mais próximo ao assentamento, que cobre da 1ª a 8ª séries do 1º grau. Em 2002 a escola abriu sua primeira turma da 1ª série do 2º grau e um curso supletivo de 1ª a 8ª séries, ambas iniciativas no horário noturno.

O deslocamento implica longas caminhadas ou no uso de bicicletas, já que não existem ônibus circulando no assentamento. A distância maior é para os que freqüentam aulas no centro de Seropédica, que fica a 6 km, por uma estrada de terra até a rua 1 (rua asfaltada que demarca o início do Centro de Seropédica), por onde passa um volume grande de caminhões que circulam em função das duas pedreiras localizadas nas imediações do assentamento. Enfrentando o risco de atropelamento, os estudantes ainda convivem com a poeira e chegam às escolas, *muito sujos*. Além do cansaço, essa é uma das maiores reclamações, ao chegarem cobertos de poeira nas escolas afirmam que sofrem *preconceito* de colegas e professores que lhes rende a classificação de *morar mal*, ou, como ouvi em Chaperó, *chegou os poeira*, estigma que marca quem morar no meio rural na região. Outra forte preocupação é de os filhos pegarem carona com os motoristas de caminhão. Alguns são conhecidos e prestam *o favor* em acordo com a família, onde eventualmente param e são recebidos com água e café. Mas o trânsito e a rotatividade de caminhões torna a maioria desses motoristas desconhecidos para as famílias, que se preocupam com a possibilidade de os filhos menores *sumirem* ou de as moças sofrerem *algum mal*. A falta de transporte praticamente inviabiliza a freqüência à escola no horário noturno no Centro de Seropédica, na medida em que o percurso não tem policiamento nem iluminação²⁸⁴.

Apesar das dificuldades de acesso, a freqüência à escola é prioridade no discurso das famílias assentadas e nas demais áreas pesquisadas. Entre os *adultos* é comum a comparação entre a importância que hoje as famílias dão à escola, com o passado, quando o ensino não era valorizado no campo, principalmente para as mulheres. Essa constatação é sempre seguida da autodefinição de *não ter estudo* ou da afirmação de *não saber ler*. Um número significativo de entrevistados mais velhos (acima de 50 anos), afirmou não saber ler, ou só saber assinar o nome. De acordo com o levantamento sócio-econômico, 16,5% responderam que nunca freqüentaram a escola e 40,7% têm até a 4ª série. Mais que a porcentagem, é forte a ênfase dada ao fato de *não ter estudo* e a associação entre formação escolar e um futuro melhor; assim como, entre *não ter estudo* e *não ser ninguém*, como nas falas da D.Telma, nora de

²⁸⁴ Em 2003 foi implantado, após reivindicação de assentados, um transporte para os alunos do turno diurno.

D.Sofia e mãe de Serena, e no diálogo entre da D.Vanda e D. Carmosina, no Morro das Pedrinhas,

lote. “D.Telma - [...] eu nunca aprendi. Assinar meu nome eu sei, aí eu falo com ela [filha Serena], poxa, ela tem inteligência, estuda, sabe ler, ela e meu filho têm inteligência, - ‘Estuda minha filha pra você ser alguma coisa na vida. Porque a tua mãe não foi nada. Onde eu estou, eu não quero pra você.’ [...]” (E68-Telma:7)

“E – A senhora acha que na roça vai ficar alguém?”.

D.Vanda – Vai nada.

E – A senhora quer?

D.Vanda – Não, não quero. Não quero que elas passem o momento que eu passei. Eu passei um momento muito difícil. Se eu tivesse um estudo, se eu tivesse família que se interessasse, mas esses mineiros não se interessam por nada. Só pra roça. Então eu teria um estudo porque eu tinha muita vontade de estudar e não estudei nada.

D.Carmosina - Mas de primeiro, as filhas mulher era proibido. Minha mãe não estudou.” (E66-Vanda e Carmosina:15)

Nessas duas falas a dualidade que atravessa a relação “ficar e sair” já se manifesta. Nos discursos dos *adultos*, o estudo é associado a percepções que representam mobilidade social, onde a sua própria condição de trabalhador do meio rural aparece em posição de inferioridade. Isto é, nesse discurso aciona-se imagens e construções do “homem do campo” associado à “atraso”, falta de opção, falta de escolha, opção para quem não é inteligente. A partir da definição classe object em Bourdieu (1977), pode-se afirmar que essa seria a reprodução de uma construção dominante no universo urbano. Essa fala é ainda mais presente entre as mulheres, mas também foi ouvida em entrevistas com homens, o que pode corroborar a leitura de que o trabalho das mulheres é menos valorizado que o dos homens.

O discurso que valoriza o ensino vai ao encontro do intenso esforço da família para garantir que os filhos estudem. As famílias lançam mão de diversas estratégias para enfrentar o risco do trajeto que eles precisam fazer, tais como: levar e buscar os filhos mais novos; garantir que andem em grupo; acionar parentes e amigos que moram em Seropédica, para que os filhos que vão de bicicleta possam tomar banho antes de ir para a aula, e assim minimizar os constrangimentos que enfrentam; diminuir a participação no trabalho familiar, seja pelo cansaço que implica o trajeto, seja para que não se sintam impelidos a estudar à noite, o que é percebido pelos pais como muito arriscado. Outro discurso que envolve a priorização da escola em detrimento do trabalho no lote foi ouvido entre os *meeiros*, principalmente de

Chaperó: a família teria decidido não se mudar para o assentamento a fim de não atrapalhar os estudos dos filhos²⁸⁵.

Mesmo assim, como analisamos no capítulo IV, nos primeiros anos do assentamento, alguns filhos mais velhos tiveram que parar de freqüentar a escola. Apesar da compreensão quanto à necessidade de se dedicarem integralmente ao trabalho no lote naquele momento – já que as famílias não tinham recursos para pagar mão-de-obra externa – até hoje lamentam terem interrompido os estudos, como na fala de Dênis, ex-assentado, neto do Sr.Daniel,

“Eu parei de estudar na 6ª série em São João de Meriti, foi quando a gente veio para o Mutirão. [...] Se eu quisesse estudar, eu tinha como estudar, pois eu tinha bicicleta e eu podia estudar lá fora, que aqui tinha só a 4ª série. [...] Mas se eu saísse da roça quem iria ajudar o meu pai? Meu pai não podia pagar ninguém. Era ele, meu irmão e eu. Era o dia todo na roça. [...]” (E13-Vicente e Dênis:18-19)

Contudo, apesar desse período inicial onde se priorizou o trabalho de toda a família nos lotes, o esforço dos familiares, seja dentro do Mutirão Eldorado, seja na decisão de não entrar no assentamento, em função da escola, apareceu em diversas falas, mas principalmente como interesse dos próprios “jovens”. Esse interesse e esforço dos pais e dos filhos pode ter contribuído para a clara mudança de perfil entre gerações quanto à freqüência escolar. Enquanto as primeiras gerações que vieram a se instalar na região tinham pouco ou nenhum estudo (até a 4ª série), houve um aumento gradual nas segundas gerações e as *crianças* e “jovens” de hoje vinham buscando uma freqüência continuada, sem interrupções. Assim, de acordo com os dados sócio-econômicos, enquanto 57,2% dos *adultos* do Morro das Pedrinhas, Chaperó e Eldorado, principalmente mais velhos (acima de 41 anos), têm nenhum estudo ou só até a 4ª série, apenas 15% têm a 8ª série e 18,7% têm o 1º grau completo ou mais²⁸⁶. Já entre os “jovens” , categorizados pelo recorte da pesquisa (12-32 anos), a situação é bem

²⁸⁵ Embora se percebam outros elementos para essa decisão – como o fato de terem uma casa mais antiga e confortável do que a que seria construída no assentamento, e ainda de terem a relação moradia e trabalho nesses dois lugares, como parte do seu cotidiano, anterior ao processo de assentamento –, observar o uso do argumento da prioridade da escola é relevante para o debate sobre a percepção da importância da ensino formal, na medida em que é uma das primeiras razões utilizadas para “justificar” o não cumprimento da determinação do Incra de que morem no assentamento.

²⁸⁶ Outra categoria que apareceu e foi classificada juntamente com “não ter estudo”, foi leio a bíblia. Nesses casos os informantes contaram *não ter estudo*, e só *saber assinar o nome até se converterem*, quando através da *leitura da bíblia aprenderam a ler*.

diferente²⁸⁷. Entre 12 e 18 anos não há casos de informantes que nunca freqüentaram a escola, 28% têm até a 4ª série (uma parcela importante ainda cursa o primário em função da idade). E entre 19 e 32 anos, encontramos apenas 1 informante que nunca freqüentou a escola, 23,9% que estudaram até à 4ª série, 43% estudaram até a 8ª série e 29% têm o 1º grau completo ou mais (Anexo 3 - Tabelas : 2.1;2.2 e 4)²⁸⁸. Ou seja, podemos falar em um aumento significativo dos anos de estudo dos “jovens” em relação aos mais velhos.

Quando o filho, excepcionalmente, não demonstra interesse pelos estudos, os pais atuam de maneira mais enérgica, seja com medidas de repressão ou através do convencimento, mas sempre demonstrando preocupação. Mesmo no caso de Frederico que, como vimos, está no acampamento Terra Prometida em Santa Cruz (Zona Oeste do RJ), seus pais, que apóiam sua permanência no acampamento, buscaram estratégias para que ele não parasse de estudar²⁸⁹.

Apesar de os pais reforçarem que o estudo é prioridade até mesmo em relação ao trabalho na *roça*, freqüentar a escola não impede de trabalharem no lote. Muitos “jovens”, principalmente homens, que estudam *ajudam* os pais pela manhã ou à tarde, ou nos finais de semana. Como Vicente, neto de Sr.Daniel, a própria decisão de ir morar com os avós em Eldorado foi, em um primeiro momento, uma estratégia da família para que ele não parasse de estudar. Desde que foi morar no assentamento ele trabalha com o avô e estuda.

Embora o interesse pela escola fosse de ambos os sexos, há uma percepção por parte dos assentados de que as filhas tendem a ter mais anos de escolaridade. Como Jaqueline, neta do Sr.Daniel, e filha do Sr.Jaques, que associou o desinteresse das “jovens” pela *roça*, a uma maior permanência na escola. Essa percepção corrobora outras pesquisas realizadas em assentamentos rurais, assim como em áreas de produção familiar, onde se demonstrou existirem diferenças na formação e preparação dos “jovens” e das “jovens” (Moura,1978; Castro:1998b; Abramovay 1997). Em um estudo no Pontal do Paranapanema, por exemplo

²⁸⁷ Como especificado na Introdução, o recorte de 12-32 anos, abarca filhos ou agregados que moram com os responsáveis pelos lotes e demais filhos dos responsáveis. O corte mínimo e máximo de idade, 12-32 anos, foi construído a partir da inserção nas redes de sociabilidade em que “jovens” são identificados ou se auto-identificavam.

²⁸⁸ Esses dados foram levantados através do questionário sócio-econômico. Para possíveis comparações com dados de pesquisas que utilizam a classificação da OMS onde “jovem” é definido na faixa etária de 15-24 anos, ver Anexo 3: Tabela 3.1 e 3.2., que seguem a mesma tendência do corte da pesquisa. Ainda no debate sobre a tendência ao aumento de escolarização em áreas de assentamento rural, ver (Castro,E:1999)

²⁹⁰ Uma terceira opção é o engajamento em um processo de acampamento para a formação de um novo assentamento.

(Cappellin & Castro:1997), as filhas são incentivadas a buscar atividades fora dos assentamentos, em núcleos urbanos, e os filhos a se inserirem em atividades em áreas rurais (mesmo que fora do assentamento), já com vistas ao futuro retorno ao lote ou para outro lote no mesmo assentamento²⁹⁰. A formação escolar também segue estes diferentes direcionamentos, onde os filhos homens tendem a optar por cursos na área de ciências agrárias e as mulheres buscam cursos bem diversificados e que não tenham ligação imediata com a área agrária.

Mas, embora as “jovens” em Eldorado e nas demais áreas investigadas valorizem o estudo, esse pode ser interrompido com o casamento e/ou a maternidade. Esse foi o caso, por exemplo, de Jaqueline, filha do Sr.Jaques, da Deise, filha do Sr.Daniel, ambas da rede dos acampados, da Juliana, filha da D.Julieta e Karina, filha do Sr.Joaquim, da rede dos *meeiros*,

“Juliana – Eu, até a oitava. [...] depois eu parei, fiquei cinco anos parada e....

E – Você parou porque?

Juliana – Ah, eu cansei, parei de estudar. Já não tava mais estudando direito. Aí voltei agora, quando estava casada. Tem uns três anos, agora tem dois anos que eu parei de novo.[...] Porque não tava dando certo. Também engravidei e parei [...] de estudar. [...].” (E59-Juliana:4-5;7)

E, de fato, as percepções de que as mulheres estudam mais, não foi confirmada pelos dados sócio-econômicos, de acordo com os dados levantados, entre 12-32 anos, 63% dos que estudam são homens e 37% são mulheres (Anexo 3, Tabela 2.3). Assim a percepção de que as filhas mulheres estudam mais pode estar relacionada a um período específico, já que se observa que na faixa etária de 19-32 anos, as mulheres que estudam/ou estudaram são em maior número, 56,8%, contra 43,2% de homens.

Para aprofundar a compreensão dessas diferenças entre homens e mulheres e da dualidade “sair e ficar”, é preciso observar as inserções no mundo do trabalho externo ao lote e ao assentamento. A maioria dos filhos homens que atuam nos lotes trabalham fora, regularmente ou de forma eventual “biscate”, “diária”, dentro do assentamento ou em trabalhos urbanos. Em Eldorado, o uso da mão-de-obra externa ao lote muitas vezes representa uma circulação de assentados, e em especial de “jovens”/homens, entre os lotes, trabalhando em regime de diária. Trabalhando em regime de diária, realizam serviços tais como capina, limpeza de terreno, conserto de cercas, colocação de moirões, etc. Essa circulação pode se estender a outras áreas rurais próximas, como Santa Rosa e Morro das Pedrinhas.

Nas entrevistas, a renda do trabalho aparece como central para a autonomia frente à família, e principalmente à autoridade paterna. Mas para alguns, esse trabalho tem como principal objetivo a manutenção do lote, já para outros o trabalho é o começo do processo de “saída” do assentamento. Para outros, ainda, há uma combinação de interesses pessoais e da família. A necessidade de atender seu consumo individual e de *ajudar* em casa foram as razões apontadas por Diego, filho de Sr. Daniel, para buscar trabalho remunerado externo,

“E – E quando é que você foi procurar trabalho fora?

Diego – Olha, quando eu comecei a sentir que eu precisava de uma roupa... [...] [...] na faixa de uns dezoito anos que eu fui trabalhar mesmo. Não foi de carteira assinada, mas trabalhava, eu ia direto pra fora de bicicleta [...].Eu trabalhava em uma lojinha de conserto de ar condicionado, geladeira, máquina de escrever.[...] comprava as coisas pra mim. Até hoje eu sinto assim, que a gente precisa às vezes comprar e não depender dos meus pais com dinheiro.[...] O que ganhava lá a gente ajudava em casa, comprava as coisas pra dentro de casa.” (E11-Diego:9;11)

Se freqüentar a escola não representa, necessariamente, um impedimento para a atuação no trabalho familiar, o trabalho externo, muitas vezes, marca uma ruptura temporária ou definitiva, como nas entrevistas com Vicente, neto do Sr.Daniel,

“Vicente - Ai não, até porque não estou mais trabalhando com ele (com o avô no lote), estou trabalhando ali fora.[...] perto do depósito, ali fora. [...] Estou trabalhando como ajudante de carpinteiro, ele está fazendo um telhado e eu estou ajudando ele. E pedreiro também.” (E13-Vicente e Dênis:8)

Trabalhar na construção civil é a principal ocupação desses “jovens”/homens, seja em pequenas obras, de maneira informal, ou para firmas com carteira assinada. O contato com esse tipo de ocupação tem uma relação direta com o que foi apontado por muitos assentados/homens (pais, tios, avós), como a prática de atividades remuneradas que complementam a renda da família, paralelas ao trabalho no lote²⁹¹. Os filhos começam ajudando os pais na construção da própria casa no lote, ou trabalhando em obras de parentes e se inserem de forma mais definitiva nesse tipo de ocupação. Novamente vemos as redes familiares atuando, nesse caso na socialização dos “jovens” na esfera do trabalho urbano. Outros exemplos de inserção profissional (padeiro, motorista, etc.) através de redes familiares

²⁹¹ Alguns assentados têm outras ocupações remuneradas concomitantes com o trabalho no lote. Essas ocupações são uma continuidade da atividade remunerada anteriores à entrada no assentamento. Muitos assentados, mesmo os de origem rural trabalhavam em atividades ligadas à construção civil antes de entrarem no assentamento, são ladrilheiros, pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricitas, etc..

foram ressaltados. Esse é o caso, por exemplo, tanto do Bernardo, filho do Sr.Bartolomeu, quanto do Diego, filho de Sr.Daniel,

“E – Como é que ele [Bernardo] conseguiu esse trabalho?

Sr.Bartolomeu – [...] o ex-sogro dele, chegou e arrumou pra ele, na época que ele chegou a morar alguns meses na casa da noiva. Aí o sogro arrumou e ele começou a trabalhar. Só que ele trabalhou em Itaguaí, ele ia de bicicleta aqui do sítio até Itaguaí aí depois ele continuou por lá. Aí terminou o namoro. Aí a obra foi pra Bangu, ele vai pra Bangu e fica lá.” (E05-Bruno:7)

“Diego – [...] Então daí pra cá eu comecei a trabalhar com meu cunhado, de ajudante de pedreiro com ele. [...] o Jaques, lá em Engenheiro Pedreiro na casa da minha irmã. Só trabalhando assim pra família porque o Jaques pegou confiança comigo. Ele sabia que o que ele quisesse eu fazia, ele pedia e eu tava fazendo. Então pegou confiança ainda mais sendo na casa da família e dali pra cá já tô bastante tempo com ele [...].

E – Dá certo? Não dá briga não?

Diego – Não, não dá porque eu sou um pessoa assim muito calada.

E – Mas assim, você é mais novo, você acha que isso faz diferença, o pessoal respeita na hora do trabalho?

Diego – Eu acho que por ser mais novo eles imaginam sempre que eu tenho muito que escutar eles...

E – Então eles falam muito...

Diego – Falam muito. Falam o que eu tenho que fazer entendeu, e até mesmo opiniões deles. Quando eu acho que está certa eu pego, mas quando eles falam e eu vejo que é errado eu fico quieto pra não contrariar, mas não aceito. (E11-Diego:9-11)

Além da construção civil, observamos outros exemplos de inserção profissional urbano, como nos casos de Maria Cristina, filha do *meeiro* Jurandir de Chaperó; Dênis, ex-assentado e neto do Sr.Daniel; e Ítalo, filho do Igor, da rede de acampados, o seu relato ilustra como a rede pode operar,

“E - E como é que surgiu essa chance de ser padeiro? Era uma coisa que você queria?

Ítalo - Queria e não queria. Eles vieram me buscar em casa.

E - Quem veio te buscar em casa.

Ítalo - Meu tio. Meu tio é padeiro.

E - Você tinha feito curso?

Ítalo - Não. Fiz depois com a Rosa da Rural.” (E56-Ítalo:4)

Essa inserção, muitas vezes, provoca um gradual distanciamento de uma vida cotidiana no assentamento e no lote, mas não necessariamente uma ruptura. O próprio Ítalo continua *ajudando* os pais com certa regularidade. Um caso que demonstra essa dupla inserção é Bernardo, filho do Sr.Bartolomeu, que assumiu o gerenciamento do lote e trabalha em uma

firma de construção civil. Ele viaja com frequência pela firma, mas procura estar nos finais de semana no assentamento para cuidar do lote. Na sua ausência, aciona o pai, outros parentes e vizinhos para realizar tarefas diárias da produção. Em outros casos ocorre a saída definitiva do assentamento marcada, no discurso, pela busca de autonomia frente à família. Mesmo assim muitos desses filhos mantêm uma certa frequência à casa dos pais e em alguns casos continuam *ajudando* nos finais de semana. Esse também foi o caso dos filhos de D.Nancy, mais velhos que os “jovens” de Eldorado. Com exceção de Odaléia, todos saíram para áreas urbanas próximas e se estabeleceram em trabalhos externos. Todos têm baixa escolaridade, o que pode ter influenciado no tipo de emprego em que estão inseridos: construção civil, motorista, caseiro. Mas continuam freqüentando a casa dos pais.

As filhas seguem outra dinâmica. Elas buscam emprego, principalmente no comércio e em alguns casos, como doméstica/babá, mas têm mais dificuldade de se colocar no mercado. Esse fator se associa a um maior controle da família sobre as mulheres, principalmente “jovens”, que são “proibidas” ou sofrem muitas restrições quanto à circulação dentro e fora do assentamento, como veremos na Parte III da tese. Essa dificuldade de inserção no trabalho externo, aliada ao controle e a uma menor atuação na “roça”, podem contribuir para uma maior permanência na escola.

Ingressar nas Forças Armadas é uma carreira almejada principalmente por “jovens” homens, mas também encontramos um caso entre as “jovens”. O alistamento militar obrigatório para os homens representa um processo de conquista de *liberdade*, mesmo sem sair da casa dos pais, que apareceu em expressões como *assumi minha vida e não era mais mandado*, como na fala do Olívio, filho da D.Nancy

“[...] Eu francamente tomei liberdade das mãos dele com 20 anos, quando fui servir o exercito em 77. [...] Fui pro exercito e tomei liberdade. Ai eu assumi a minha vida fui namorar, procurar me casar, essas coisas todas. Mas mesmo assim ainda continuei vivendo com eles mas com mais liberdade. Não era mais mandado. Eu fazia o que queria. Eu sempre respeitei eles, não fiz malcriação pra eles e tal ai fui vivendo. Namorei, namorei até casar.[...]” (E45-Olívio, Nicolas:23-24; 25;27)

Contudo, ingressar nas Forças Armadas, diferente da construção civil ou outros trabalhos do setor de serviços, também é percebido como carreira.

A inserção em ocupações remuneradas externas ao assentamento e no exército, representa, muitas vezes, um processo de afastamento de espaços de sociabilidade do

assentamento. Já o trabalho com familiares no assentamento pode representar a manutenção de vínculo mesmo após a saída da família nuclear, como foi visto no caso de Frederico e Francisco, que trabalham para seus tios D.Emiliana e Sr.Emanuel. Mas a autonomia e “segurança” (salário e carteira assinada) do trabalho urbano aparece como uma razão a mais para o distanciamento e o desinteresse pelo trabalho no lote, como Hélio e Hugo, filhos de D.Helena, que afirmaram estar procurando trabalho de carteira assinada por ser mais *seguro*.

Enquanto a inserção no trabalho externo, principalmente urbano, ainda que desejada pelas famílias é percebida como um movimento individual, e que pode contribuir para distanciar o “jovem” do assentamento, a frequência na mesma escola pode aproximar e estreitar laços entre filhos de assentados que não se conheciam ou que não eram próximos. Nos relatos, a escola aparece como um espaço de sociabilidade não apenas por gerar novas redes de amizade, mas principalmente por reforçar laços de amizade e de parentesco no assentamento. Daniel, Gabriela e Tainá, filhos de D.Marileide e Sr.Eduardo – assentados que não fazem parte de nenhuma das duas redes –estudavam em escolas de Santa Rosa e Piranema. Na primeira entrevista com as filhas, elas afirmaram ter poucos amigos no assentamento e que não conheciam *ninguém*. Algum tempo depois elas passaram a estudar em escolas de Seropédica freqüentadas pela rede dos acampados e dos *meeiros*, que moram no assentamento. D.Marileide foi à prefeitura e *brigou* para garantir ônibus para as crianças do assentamento irem a escola. Com isso as duas passaram a ir juntas com os filhos de outros assentados à escola. Em uma de nossas idas ao Eldorado, Gabriela e Tainá pegaram carona conosco na Kombi da universidade e a mudança de comportamento foi visível. Contaram que *agora conhecem os filhos da D. Carmosina, a Iele e a Jasmim* [filhas do Sr.Jaques] *e os filhos do Sr. Joaquim*, estavam mais animadas e falantes. Essa mudança parece ter reaproximado até mesmo a D.Marileide dos demais assentados, pois ela voltou a freqüentar as reuniões da APPME, as quais não comparecia há vários meses. Esse processo se aproxima dos relatos sobre os primeiros anos do assentamento, em que muitos freqüentavam a escola no Sá Freire, mais próxima ao assentamento, e iam juntos a pé. Esse período é retratado como o momento de consolidação de amizades.

Mas outro caso ilustra como a frequência na mesma escola aproxima, através de redes de parentesco, filhos de assentados que não se conheciam gerando novos laços de amizade.

Antônio, filho da D.Alexandra, da rede dos acampados, relatou como conheceu e ficou amigo dos filhos do Sr.Joaquim da rede dos *meeiros*,

“E – E lá como é que é no Raiythe?”

Antônio – É bom.

E – Você entrou quando lá?

Antônio – Em 2001. [...]

E – Antes você estudava no Sá Freire?

Antônio – É. [...] Muita, mais gente, na minha sala era três pessoas na quarta serie. [...] Agora na minha sala tem umas quarenta.

E – Foi difícil?

Antônio – Não. Logo no começo eu já fui conhecendo um colega [Leandro filho do Sr.Joaquim] do meu primo [Inácio, filho do Igor], da rede dos acampados], já fiz amizade rápido. [...] Leandro e Lauro de primeiro eu não conhecia.

E – Você conheceu lá?

Antônio – É. [...] meu primo que me apresentou, porque de primeiro eles estudavam junto com meu primo em Santa Rosa. [...] Ai ele me contou o que que eles faziam dentro da sala.

E – É? O que que eles faziam dentro da sala?

Antônio – Um bocado de palhaçada. [...] Você tinha que ver o Eltinho na sala, pô. [...] ele fica falando um bocado de palhaçada assim [...].” (E03-Antônio:7-9)

Nos dois casos analisados, os filhos romperam com as “fronteiras” internas ao assentamento. Antônio, 14 anos, que morava na área A (Anexo 1, Mapa 5), onde se estabeleceram os acampados, através da escola passou a conhecer filhos de assentados da área B, da rede dos *meeiros*. Já Tainá e Gabriela, que freqüentavam escolas em Itaguaí e moravam na área D, passaram a conhecer filhos das outras áreas depois que foram transferidas para as escolas de Seropédica, gerando novas redes de sociabilidade.

Dessa forma, percebe-se uma intensa circulação dos “jovens” em função do trabalho externo e da escola. Ao mesmo tempo as famílias criam estratégias – como reorganizar o trabalho familiar – para que os filhos possam estudar e trabalhar. Neste contexto, o trabalho urbano é valorizado pela renda “mais certa”, que contribui com a renda da família, vista como necessária devido às condições difíceis de retorno financeiro da produção no assentamento. Já o estudo é mais associado a imagens de mobilidade social.

Passado, presente, futuro: os desejos e a realidade

Se o “passado” de *luta*, de *conquista da terra*, e o “presente” da vida no lote, como foi visto, são valorizados por alguns dos filhos, especialmente homens, embora nem por todos, os interesses “futuros” parecem, à primeira vista, contrariar esse desejo de permanecer no lote.

Apesar de a grande maioria dos filhos que trabalham fora do lote estarem inseridos no setor de serviços, este não é o “sonho” e nem o que os mantêm ou os impulsiona para a escola. Assim, apesar de Serena e sua mãe Telma discordarem quanto ao que seria melhor para o futuro da própria Serena, propõem carreiras “tradicionais”, que não tem relação direta com o trabalho na roça e nem com empregos precários ou do setor de serviços.

“D.Telma – Pro futuro meu sonho era ela (filha Serena) ser alguma coisa. professora ou diretora.

Serena – Não gosto.

E - Que você tem vontade de fazer?

Serena – Ser dentista.” (E68-Telma:7)

Na família do Sr.Bartolomeu encontramos duas situações distintas: dois filhos pensam em cursar faculdade, mas Bernardo havia parado de estudar em função do trabalho na firma de construção civil,

“Bernardo – Até a sexta série. Depois quando minha mãe faleceu eu desanimei e parei de estudar. [...] Me dá vontade às vezes, me dá vontade de estudar assim mas depois o desanimo... [...]

E – Lá onde você trabalha não dá pra estudar?

Bernardo –Não dá não porque vai rodando. As vezes eu tô aqui, amanhã eu posso tá em São Paulo, [...] não tem como estudar não. [...] Tinha que parar de trabalhar pra estudar [...] Ai tinha que arrumar emprego por aqui fora, emprego tá difícil... [...] Mas eu queria pelo menos fazer [...] até o segundo grau, minha vontade é começar a estudar no final de ano.

E – Você tem vontade depois fazer algum curso técnico ou faculdade?

Bernardo – É eu tinha vontade. [...] Mas esperar como as coisas andam. [...] Eu tinha vontade de fazer veterinária. [...] mas é muitos anos de estudo.

Pai – Ainda dá pra estudar.

Bernardo – É difícil.

Pai – Difícil é, mas não é impossível.” (E04-Breno e Bernardo:17;22)

Uma das razões para a diferença de atitude pode ser pelo fato de Bernardo querer investir no lote, o que os outros irmãos não fazem. Célio, filho de D.Carmosina, terminou o segundo grau, e quer continuar os estudos, mas a preocupação central é conseguir um trabalho remunerado,

“E – E agora o que você tem vontade de fazer?

Célio – Faculdade, queria Eng. Mecânica. Vou trabalhar em qualquer coisa. [...]” (E10-Claudinha e Célio:8)

A distância entre o assentamento e as escolas de Seropédica tende a afastar muitos que começam a trabalhar durante o dia. Estudar à noite exige que esses “jovens” se desloquem a

pé ou de bicicleta, o que é considerado perigoso e ainda demanda um enorme esforço físico. A abertura de um supletivo noturno de 1º grau e turmas de 2º grau na Escola Municipal (Estadualizada) Gianotti, no Bairro de Boa Esperança, mais perto do assentamento e onde moram muitos ex-assentados, teve resposta imediata. Essa frequência de novos alunos foi percebida por uma funcionária da escola,

“Com o curso supletivo de 2º grau noturno (tem duas turmas, uma de 1º e uma de 2º ano) aumentou muito o número de jovens casais, porque de dia é difícil. Isso aqui é zona rural. Quem vem de lá de longe, Campo Grande, até estranha.”

Muitos que haviam abandonado a escola há anos retornaram. Lá encontrei os filhos e netos de assentados, como Diego, Bernardo, Vicente, Jaqueline; e de ex-assentados, como Frederico e seus irmãos, seu primo Francisco, Denise e seu esposo Mario, Dênis e sua esposa. E ainda, “jovens” que entrevistei no Grupo de Jovens da Igreja Batista Boa Esperança (Melissa, Vladimir, Wagner, Zélia) e que fazem parte da rede de amizade de alguns jovens de Eldorado que frequentam essa Igreja. A “descoberta” dessa novidade aconteceu por acaso. Havia marcado com o Vicente e com o Diego, e me surpreendi ao encontrar um número significativo dos meus “informantes” nessa escola. Ainda no pátio, antes de começar as aulas, encontrei Jaqueline, filha do Sr. Jaques, que também se mostrou surpresa com o fato. Perguntei como aconteceu de todos voltarem sem ninguém comentar um com o outro. Ela me disse que foi *assim mesmo*, que o supletivo à noite na escola perto de onde alguns moram e mais próximo do assentamento ajudou muito e descreveu o seu processo de retorno à escola e o do marido,

Jaqueline – Ele (marido) tá fazendo a terceira serie (1º grau), porque como eu te falei... [...] Ele não pôde, ele teve que parar por causa do outro serviço. Aí eu incentivei muito ele. [...] Ele tá com vinte e oito. [...] Tô com vinte e dois, aí eu ficava sacaneando ele, volta a estudar, ele ficava com vergonha, só que de noite só tem adulto. [...] Aí eu – ‘Eu vou estudar você não vai não? Vou arrumar namorado por lá.’ Aí ele – ‘Então faz matrícula que eu vou.’ (risos) [...] O dele é Supletivo. [...] É terceira e quarta, quinta e sexta, sétima e oitava é o tempo que eu termino o segundo grau. [...] Aí depois quem sabe ele se anima. Também agora vai ficar bom porque o Diego vai voltar a estudar. [...]

E – Ah todo o mundo vai estudar no Gianotti?

Jaqueline – É, Denise, o Mario, marido da Denise, o Ronei mais a mulher dele, a Melissa mais o Vladimir o marido dela, o Alan que frequenta a Igreja com as meninas. [...] Todo o mundo, a Ziana (tia), só que a Ziana vai estudar no Pastor Gerson [outra escola].” (E60-Jaqueline:30-31)

Na primeira conversa com eles nesse contexto, encontrei-os surpresos com a coincidência de tantos amigos estarem voltando a estudar e na mesma escola. Além de conversas individuais, foi possível realizar uma conversa coletiva com boa parte do grupo, o que contribuiu para desenhar uma forte imagem da realidade desses “jovens”. Os seus depoimentos demonstram que parar de estudar por causa da inserção no mundo do trabalho não é regra só para os “jovens” do assentamento, mas para muitos “jovens” da região. Verifiquei que nesse grupo, entre os assentados e ex-assentados, a média do tempo fora da escola foi alta (variando de 7 a 15 anos). Mas mesmo entre os “jovens” que moram em Seropédica e nunca tiveram relação com o meio rural, o perfil é parecido com o dos assentados e ex-assentados. Novamente a necessidade de inserção no mundo do trabalho, em empregos que exigem pouca qualificação e geralmente com uma carga horária elevada, os leva a abandonarem a escola. Estavam presentes nessa conversa : Jaqueline, 21 anos (filha de assentado), Melissa, 23 anos (presidente do Grupo Jovem) – ambas tinham parado de estudar há 7 anos; Wagner, 24 anos (diretoria do Grupo Jovem), 8 anos sem estudar; Vanessa, 23 anos (diretoria do Grupo Jovem e coordenadora do Grupo de Adolescentes), parada há 15 anos; além de Vicente, 18 anos, o único que nunca parou de estudar. Quem não estava trabalhando, estava procurando emprego, como Vanessa que não trabalha, mas trabalhou como costureira terceirizada em São Paulo. Jaqueline alterna serviços em firmas de limpeza terceirizadas, Melissa trabalha em uma loja de doces no centro de Seropédica, Wagner trabalha em uma fábrica de mecânica e lanternagem para Light e Vicente trabalha em uma obra. Todos disseram que pararam de estudar para trabalhar. Perguntei por que voltaram à escola e o que pretendiam fazer no futuro. As respostas apontam “sonhos” fortemente referenciados na educação formal,

“Jaqueline – [...] o meu sonho é Direito, só que acho que aqui (Rural) não tem. Tem que ser pago. [...] O negócio é eu fazer o que tá na minha oportunidade que é o segundo grau, depois quem sabe eu consigo.

Melissa - Necessidade, tenho tantos planos que preciso estudar. Gosto de história. Estudo faz uma falta, pessoas que estudavam comigo já são professoras. Quanto tempo eu perdi. Eu não lamento meu trabalho, meu patrão é bom, mas tava com falta dos estudos. Sonhei que vou ser advogada. A nossa vontade é uma, mas a do Senhor pode ser outra. [...]

Wagner - Quero parar de pintar carro. A minha empresa presta serviço pra Light, mas pra ter um cargo superior, tem que ter um curso técnico, pode ser em administração, segurança, eletrônica, contabilidade. Quero crescer dentro da empresa, tenho 3 anos de contrato. Trabalho em Inhaúma. [...]

Vanessa - Quero deixar de ser só dona de casa. Toda mulher tem que ser dona de casa, mas é bom trabalhar. Ele (Wagner) reclamava que a mulher do amigo tava estudando e que sempre chegava tarde. Mas quando ele resolveu voltar, eu disse que também voltava, a gente deixa os filhos com minha sogra e depois pega. A gente volta e lembra tudo. Quinze anos passou tão rápido, mas parece que foi ontem que parei. Hoje lembrei tudo como se não tivesse parado. (Wagner interveio dizendo que depois conversou com o amigo que disse que era muito ruim casar com uma mulher sem estudo.)

Vanessa - Ai ele mudou de idéia.” [Sobre o futuro vai decidir] “Pelo o que o mercado pedir, não pensei nisso ainda, mas gosto de costura. (Melissa sugeriu à amiga o curso de estilista.)”

Já entre os assentados, o desejo por carreiras na área de ciências agrárias, saúde, engenharia e mesmo Forças Armadas, é impulsionador da inserção na escola ou em cursos de formação complementar (especialmente informática). Mas o esforço não vem revertendo para a concretização desses *sonhos*; muitos se alistam e poucos conseguem ser escolhidos, como Vicente que não conseguiu entrar para o exército e nem para a marinha como desejava. No momento dessa conversa ele ainda aguardava o resultado, que viria a ser negativo. Mas Vicente ainda tem outro “sonho”, o de ser professor de matemática, mas teve que mudar da escola no centro de Seropédica que oferece formação Normal, devido ao trabalho urbano diurno²⁹², em uma obra.

“E - Você tem vontade de servir?

Vicente –É se for como o meu primo (Dênis) que ficou bastante tempo, até que eu queria, pois as coisas aqui fora tá difícil. Eu queria seguir uma carreira militar. Eu queria da marinha, estou estudando, vou vê se eu faço um preparatório. [...] Eu penso em formar e ser professor de matemática. [...] Eu gosto, mas matemática ficou difícil para mim, porque tinha que estudar lá no Dutra para ser professor. O Gianotti o ensino é fraco né.” (E13-Vicente e Dênis:6-7;8)

Observando algumas das manifestações de possíveis carreiras, encontramos muita insistência em profissões como veterinária, agronomia, técnico agrícola, cursos pontuais de técnicas específicas em agropecuária, que, em alguns casos, vão ao encontro da sua relação com o lote, como para João, filho do Sr.Luiz da Rinha; Francisco, sobrinho da D.Emiliana e Inácio, filho do Igor. Em comum, o fato de os três manterem alguma relação direta com o trabalho na terra em Eldorado,

²⁹² Escola que ministra o Curso Normal (formação de professores primários), em horário integral localizado às margens da BR465, em frente a entrada principal da Universidade Rural.

*“João - Tô no 1º ano.
E - E você tem vontade de fazer o que quando acabar aí o 2º grau?
João - Ah, eu queria ir pra faculdade de veterinária.
E - Lá na Rural?
João - É.” (E23-Fabiano e João:22)*

*“Francisco – Ah eu gostei porque era a primeira vez que eu tinha ido na Rural, eu fiquei olhando assim, casa bem grande.
E – Deu vontade de estudar lá?
Francisco – Ah deu, na Universidade lá, dá ainda.[...]
E – Que você tem vontade de fazer?
Francisco – Engenharia Agronomia. Tô no segundo ano. [...]
E – Vai se preparar pra entrar pra lá?
Francisco – Vamos ver né como é que vai ser, eu vou tentar.” (E26-Francisco:10)*

*“E - E terminando a escola você pensa em estudar mais?
Inácio - Aqui, se ganhar uma bolsa, talvez dê pra estudar de novo.
E - Onde você tem vontade?
Inácio - Na Rural. [...] Fazer o curso de piscicultura. [...]
E - É? Já teve curso aqui dentro de piscicultura.
Inácio - Meu pai fez.
E - Você não fez?
Inácio - Não.
E - Você cuida de peixe?
Inácio - Cuido. Eu coloco ração pros peixes.” (E49-Giuliano e Inácio:26)*

Um caso interessante foi o de Giuliano, filho de Sr.Gino, que estava fazendo um curso técnico de segundo grau em solda por vontade dos pais, e acabou reprovado e conseguindo ser transferido para o Raiythe (segundo grau regular em Seropédica), que se aproxima mais do seu desejo de fazer veterinária na Rural,

*“Giuliano - Uma escola empresa. Peças para marinha. [...] Curso técnico pra soldador.
E - Então o que você tem vontade de fazer é mais nessa área?
Giuliano - Não. O que eu gosto mesmo é veterinária.
Mãe - Lá acaba aprendendo...
Giuliano - Solda.
E - Você tá pensando em terminar a 8ª série, fazer o 2º grau e aí tentar veterinária onde?
Giuliano - Na Rural.” (E49-Giuliano:10-11)*

Mas, até mesmo para algumas “jovens” que se colocam enfaticamente contrárias à qualquer relação com o lote dos pais, veterinária é uma carreira desejada, como Maria Cristina

e Karina, filhas de assentados da rede dos *meeiros*, que nunca moraram no assentamento e nem se interessaram pelo meio rural,

“Eu parei [...] na sétima [...]. Aí no ano que vem eu quero de novo estudar e fazer supletivo. [...] Quando eu estava estudando eu pensava em fazer curso de Veterinária.” (E30-Karina:2)

Em outro caso, a situação parece se inverter. Fabiano, apesar de já se considerar sucessor do lote, afirmou que gostaria de seguir a carreira de desenhista, que parece apontar para o distanciamento do assentamento,

“Fabiano - Tem nem um mês que eu tô estudando lá fora.

E - O que você pensa em fazer, assim? Que profissão você tinha vontade?

Fabiano - Que eu mais gostava era de ser desenhista. [...] Você estudando você consegue fazer um trabalho melhor. Na escola que eu estudava lá em Piranema, eu e uma garota tinha que fazer um trabalho, o nosso foi o melhor trabalho. Foi lá pro Rio, aí a gente foi, ganhou um troféu e a medalha do melhor desenho. [...] Aí depois na mudança eu perdi a medalha, perdi o troféu. Porque é direto de um lugar pra outro: Piranema, Sol da Manhã, Jardim Maracanã, pra cá.

E - Perdeu muita coisa? [...]

Fabiano - Muito tempo na vida. É, agora pelo tempo que eu tô aqui eu não tenho coragem de sair daqui não. [...] Trabalhar em obra... só trabalhei de ajudante uma vez só.

E - E gostou?

Fabiano - Não. [...]” (E23-A -7-8)

Já em outras situações, os “sonhos” demarcam o desejo de ruptura com o trabalho no lote, como Antônio, filho da D.Alexandra, e muitas “jovens”. Um caso interessante é o de Diego, para quem os estudos e a inserção profissional são valorizados, mas não no sentido da carreira, e sim da autonomia e possível relação com o lote (pouco tempo após essa entrevista, voltou a estudar no Gianotti fazendo supletivo). Este foi o único a manifestar o desejo de um pequeno negócio e ainda associado ao lote,

“Diego – Eu parei na sétima série. Eu tenho vontade sim, porque nunca é tarde. Eu voltaria a estudar à noite. Porque eu estudei à noite, fazendo supletivo, só que ficou muito cansativo porque eu trabalhava e depois ia estudar, [...] e vai e vem de bicicleta [...]. Agora eu tô dando um pouco de mole, porque o Vicente tem a motinha dele e eu posso vir de carona aí, só que eu deixei passar (inscrição no Gianotti) e aí não teve mais vaga. (Conseguiu a vaga pouco depois) [...]

E – O pessoal precisa buscar trabalho fora?

Diego – É, mas esse plano aí que eu tenho não implicaria largar aqui dentro, podia fazer uma coisa bonita aqui dentro.” (E11- Diego:13-14;17)

A ruptura das “jovens” com o assentamento, manifestada pela idéia de que vão embora, é percebida pelos “jovens” como inevitável, passando pelo estudo, como na fala de Diego, que utilizou como exemplo sua prima Janaína, que sempre manifestou querer sair do assentamento,

“E – Você falou da dificuldade da relação com o pai, se com você já é difícil como é com as meninas?”

Diego – Ah, mais difícil ainda porque, elas sim têm que estudar pra poder tentar alguma coisa lá fora. (E - Porque aqui dentro não tem chance?) Aqui dentro pra elas de maneira nenhuma. Porque os pais tá quase vendendo o almoço pra comprar a janta. Então é meio difícil. A Iele, por exemplo, trabalhando num negócio lá fora, não sei se foi um curso que ela arrumou, então foi muito bom. Ela comprou uns presentes pra ela, teve uma ajuda própria.” (E11-Diego:17)

Uma alternativa considerada pelos filhos é o ingresso nas Forças Armadas, como fonte de renda imediata, mas também como carreira desejada. Mesmo filhas de assentados demonstram esse tipo de interesse, como Tainá, filha mais nova de D.Marileide,

“Tainá – Eu vou ser oficial da Aeronáutica.

E – Você já definiu isso assim, por quê?

Tainá – Usando aqueles uniformes. [...] Meu sonho é pilotar um caça.” (E40-Gabriela e Tainá:6)

Mas a realidade é bem distante desses “sonhos”, e a tendência para esses e os “jovens” das áreas analisadas, é uma inserção em condições precárias no mundo do trabalho, tanto para filhos de assentados, ex-assentados, morando ou não no assentamento, sejam homens ou mulheres, como no relato de Dênis (ex-assentado), da Karina (filha do Sr.Joaquim, assentado da rede dos *meeiros*) e Jaqueline (filha do Sr.Jaques, assentado da rede dos acampados),

Karina apresentou uma situação extremamente precária. Ela vende cigarros em uma banca na rua,

“E - Para o futuro, você pensa em voltar a estudar?”

Karina - Eu quero voltar a estudar. Se der, se eu tiver vendendo cigarro, eu quero arrumar um serviço também, se eu tiver condições de pagar meu estudo...

E - Serviço de quê, você tem vontade?

Karina - Sem ter profissão? Ah, em lojas...

E - Melhor do que vender cigarro?

Karina - Ah é! Porque é só duas vezes por semana que eu trabalho sexta e sábado. Ai eu fico a semana toda à toa.” (E30-Karina:9)

Assim como Jaqueline que não consegue se estabilizar em um emprego,

“E – E aqui [limpeza da Rural] você ganha quanto?

Eliane – Aqui foi um contrato de R\$500,00, em duas parcelas

E – Por quantos meses?

Eliane – Dois meses, dezembro e janeiro, que agora acaba essa semana. [...] Agora estou vendo como é que vai ficar a situação.” (E60-Jaqueline:28)

Mas o caso de Dênis mostra o processo perverso da relação trabalho precário/educação formal vivida por estes “jovens”. Dênis é uma exceção, dentre os entrevistados foi o único que conseguiu servir, mas não pode ingressar na carreira de oficial por não ter o 2º grau. Ele atribui não ter o 2º grau ao período inicial no assentamento em que precisou parar de estudar,

“E - Ai você decidiu ir para o exército, era uma coisa que você queria?

Dênis - Eu sempre quis. Fui sem esperança de servir, mas sempre quis servir. Ai eu me alistei em Itaguaí, [...] e sobrei. Ai eu cheguei para o cara e falei que não queria sobrar e que eu queria servir, perguntei a ele o que ele poderia fazer para mim. Ai ele falou isso é mole, você quer servir. “Quero.” Então ele trocou-me com um cara que não queria servir. Fiquei um ano em Santa Cruz. Seis meses morando no quartel, sem vir em casa. Só vinha em casa de mês em mês e no fim de semana. [...] Na época a gente ganhava meio salário mínimo. [...]

E - Você chegava a mandar alguma coisa para casa.

Dênis - Ajudava a minha mãe, [...] Eu entrei para o quartel em Santa Cruz (BE - Batalhão de Engenharia) [...] Ai eu falei ou eu vou conseguir o PQD (para-quedista) ou me mandam embora. Ai eu consegui, e depois de um ano de ralação, ai eu fiquei PQD [...] ai depois de mais um ano eu fiz um Curso de Formação de Cabo. [...] Não terminei e fiquei mais quatro anos no quartel. [...] Cinco anos e a promoção não vinha, ai eu me formei cabo. [...] Eu tava morando no terreno, na casa ali fora, não era casado. [...] O primeiro ano você ganha uma merreca, ai depois você passa a ganhar hoje em dia mais ou menos R\$800,00, razoavelmente bem. Ai eu comecei a ajudar mais os meus pais. [...] Ai eu conheci a minha esposa. Um ano depois de eu casar eles me deram baixa. Completou cinco anos, disseram que eu não podia ficar mais, eu tinha sido uns dos últimos a dar baixa. Eles não podiam me segurar mais. [...] Eu sempre quis seguir carreira, se eu tivesse estudo para seguir carreira. Se eu pudesse fazer o curso para sargento para ESA. Eu não podia pois tinha que ter o 2º grau. [...] Eu me atrasei muito no colégio aqui no Mutirão, e esses cinco anos que eu fiquei no quartel eu não tinha como estudar. Eu até que tentei estudar, mas não dava. Porque, além de servir na vila militar e morar em Seropédica, todo dia eu tinha que estar em um lugar diferente, acampamento diferente, era impossível estudar [...].” (E13-Vicente e Dênis:18-20)

O fato de não ter o 2º grau o impediu de seguir carreira no exército e contribuiu para a inserção em empregos cada vez menos estáveis, típicos do processo de terceirização da mão-de-obra ocupada no setor de serviços das últimas décadas²⁹⁴.

“E - Você está empregado ainda?

Dênis - Não, eu trabalhava por contrato (por tempo determinado) para a CEG [...] e eles não renovam, eles mandam tudo embora. [...] E eu fui um deles. Aí eu arrumei um outro serviço em outra firma. Também fazendo a mesma coisa, eu dirigia, mas a minha carteira era como encanador. [...] Não reclamei porque era o mesmo salário. Aí também perdeu o contrato com oito meses, [...] eu fui mandado embora. [...] aí eu fiquei oito meses desempregado, só trabalhando de bico [...]. Agora, mês passado arrumei um emprego aqui em Seropédica, na empreiteira [...] Mas não vale nada também, porque é uma merreca. Eu ganho por dia, se for colocar... Acho que estou passando pela maior provação, as vezes pergunto a Deus o que é que eu fiz para merecer.

E - Sua esposa trabalha?

Dênis - Agora está trabalhando [...] em casa de família

E - Ela é formada?

Dênis - Não, ela tem a sexta série também. [...] Agora estou trabalhando nesta firmazinha e correndo atrás e pedindo a Deus para arrumar alguma coisa melhor. Pelo menos R\$200,00 por mês.

E - Você ganha menos do que na época do exército?

Dênis - Ih, muito menos. Quando eu ralo no fim de semana, para melhorar o salário, trabalho sábado, domingo e feriado para conseguir tirar R\$250,00. [...] Um mês que eu tô ralando. Fechou o mês e nem o dinheiro que eu tinha que receber que era de R\$250,00 eu recebi [...]. Recebi um vale de R\$50,00. [...] Você não pode ralar, ralar, ralar sem ganhar nada.” (E13-Vicente e Dênis:21-22;23)

Em Chaperó, entre os filhos dos *meeiros* a situação se repetiu Letícia terminou o 2º grau e trabalha em um supermercado, o que é percebido como um emprego mais estável, apesar de mal pago. Lucas e Luciano vivem de *bicos* como vigilantes no comércio em Itaguaí. A inserção no mundo do trabalho é precária, de baixa remuneração, e a necessidade de manter esse tipo de emprego impede a continuidade da formação escolar ou mesmo de uma qualificação profissional mais específica. Esses relatos corroboram os dados colhidos no sócio-econômico. A pressão do trabalho urbano precário pode explicar o fato de que na faixa etária de 12 a 18 anos, apenas 4% não estudam; já entre 19-32 anos, quase 60% não estudam.

²⁹⁴ De acordo com os dados do IBGE, o setor de Serviço é o que mais cresce, nos últimos anos, no município de Seropédica, ver página IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, endereço: <http://www.ibge.gov.br/>

Mas outro fator pesa na percepção sobre o “futuro”: a impossibilidade de fazerem o terceiro grau. Ingressar em uma faculdade privada é considerado inviável para a renda dessas famílias, e a universidade pública é percebida como inatingível, isso porque é raro o “jovem” da região que consegue passar no vestibular de uma instituição pública.

O baixo número de filhos de assentados de Chaperó, Morro das Pedrinhas e Eldorado, até mesmo do centro de Seropédica, e demais redes pesquisadas, que conseguira passar no vestibular corrobora essa impressão. Em Parque Primavera/Chaperó todos os entrevistados afirmaram ser quase impossível entrar para a faculdade, especialmente pública, e só conhecem uma pessoa que está cursando a faculdade na *Rural* (UFRuralRJ), mas que associam ao fato do seu pai *ter dinheiro*, apesar de ela trabalhar em dois empregos. Essa percepção contribuiu para que muitos sequer prestassem o vestibular. A conversa com Lucas, Luciano, Letícia e sua mãe, Lia, apresentou o quadro que foi encontrado em outras redes,

“E – Pensa em fazer faculdade?”

Lucas – Pensava, mas é muito difícil.

E – O que você tinha vontade de fazer?”

Lucas – Direito.

Lia – Não tem condições de pagar.

Lucas – É caro, muito caro. Estou até perdendo a esperança já.

Lia – Filho de pai que ganha pouco não tem condições de pagar não. Faculdade só pra quem tem dinheiro mesmo. [...]

E – Você tem vontade Letícia de fazer faculdade?”

Letícia – Eu tenho vontade, mas é muito difícil.

E – Você tem vontade de fazer o que?”

Letícia – Fazer Letras.

Lia – Não tem condições. [...]

E – Os filhos costumam conseguir ir pra faculdade?”

Lia – Não é comum, porque ninguém pode pagar. Por aqui mesmo só conheço uma menina que faz faculdade porque ela está trabalhando agora. Ela já se formou em professora e ficou um tempão desempregada [...]. Fez concurso passou e conseguiu o emprego e agora está pagando a faculdade, ela trabalha o dia. Está com dois empregos e estuda à noite. É a única que eu conheço que faz faculdade aqui. [...]

Lia – É, e a Daniela. O pai dela é da Construção Civil, ele tem dinheiro. [...]

E – De todas as suas amigas que você se lembra?”

Letícia – É a única..

Lia – De todas que a gente conhece é a única, só ela. Porque já fizeram concurso (vestibular) e não passa ninguém [...] a maioria até nem faz, porque não consegue. [...] Você pode perguntar. Você não vê uma pessoa daqui de Chaperó, só essa menina e mais ninguém.” (E51-Luciano, Lucas e Letícia:17-19)

Ou no depoimento de Maria Cristina, que mora em outra área de Chaperó,

“Maria Cristina – [...] terminei o segundo grau fiz só um curso de informática só que não consegui serviço ainda, pedem mais experiência. [...] Tô procurando. Currículo é o que mais tem em Itaguaí meu. [...]

E – E tem vontade de fazer faculdade?

Maria Cristina – Tenho vontade de fazer, mexer com animais...

E – Veterinária? Na Rural?

Maria Cristina – Não, só pensei assim... Pra entrar na Rural é bem difícil né?

E – É difícil, algum dos seus amigos conseguiu passar pra lá.

Maria Cristina – Tem uma menina aqui que estudou lá?

E – Como é o nome dela?

Maria Cristina – Daniela, conhece? É a única daqui que estudou lá. [...] A única que conseguiu (ri) [...] Os que tentaram não conseguiram, falaram que é muito difícil.” (E53-Maria Cristina:3-4)

No centro de Seropédica, a percepção é a mesma, como no caso de Ester, enteada do Eder (assentado e ex-presidente da APPME), que prestou vestibular para a Rural, mas não passou,

“Ester – Eu prestei vestibular pra Rural em 95. [...] Educação Física. [...] Não passei.[...] Ninguém entrou na Rural. Eu tenho colegas que fizeram faculdade em Itaguaí mesmo, já são formados.

E – Você não conhece ninguém que estude lá, amigos seus daqui?

Ester – Conheço, tenho duas amigas que são formadas, mas... Só que eu acho que por ser pública é muito concorrido. Então as pessoas que vem pra prestar vestibular aqui já vem com a preparação [...] que tem dinheiro, abrem mão de fazer uma faculdade particular e ocupam a nossa vaga, de quem não tem condições de pagar. [...] Fazem um pré bom e a gente não tem chance, faz um segundo grau público. [...] Muita gente fez junto comigo, ninguém passou da minha época. As pessoas que eu conheço que estudaram na Rural fizeram pré particular. A Carlinha fez o pré-vestibular e a Magda tentou 6 anos. 6 anos pra ela entrar! [...] Entrou, é formada em Economia Doméstica. Agora eu, gostaria muito mesmo, poxa...” (E15-Ester:18-23)

O fato de muitos cursos da Rural serem em tempo integral foi apontado como mais um empecilho. Mesmo os que conseguissem a difícil tarefa de passar no vestibular, na maioria das vezes, não teriam como conciliar a faculdade com o trabalho, como relatou Lucas,

“Não consegue (cursar a Rural) porque não tem dinheiro. Se arrumar um serviço que ganha bem não tem como, não tem tempo.” (E51-Luciano, Lucas e Letícia:19)

Apesar de, muitas vezes, tratarem a questão com um tom jocoso, há uma forte decepção na forma como se referem a impossibilidade de cursar a faculdade, e a impressão deles é reforçada pelo fato de apenas 1 informante entre 19 e 32 anos ter o 3º grau completo, e somente 2 informantes acima de 41 anos disporem da mesma formação.

A descrição dos “sonhos” dos filhos dos assentados, em alguns casos, parece apontar para um desejo de ruptura, no futuro, com o lote e com o assentamento. Já o seu trabalho externo pode promover uma ruptura de fato. Ainda assim alguns “jovens”, principalmente rapazes aproximam o “sonho” “de fora” com o desejo de permanecer no lote. No caso, esse tipo de formulação foi mais encontrado entre os prováveis sucessores, isto é, “jovens”/homens que atuam e/ou gerenciam o lote ou que pretendem assumi-lo no futuro. Alfredo, filho do Sr. Adolfo, da rede dos acampados, contou como pretende conciliar uma carreira no exército com o lote, mas ele também cogita fazer um curso técnico de 2º grau em agricultura,

“Alfredo - Eu penso em [...] entrar no quartel e seguir carreira. E mesmo assim eu vou ficar (em Eldorado). Me alistei. [...] vou tentar seguir carreira. Vou fazer um curso de informática, mas o que eu queria mesmo era técnico agrícola. [...] No CTUR [Curso Técnico em Agropecuária da Universidade Rural] lá de Pinheiral. Porque lá tem mais vagas. [...] Se eu não ficar no quartel, não der pra eu seguir carreira, eu vou tentar no CTUR.

E – Você gosta mesmo de mexer com a terra.

Alfredo – Acho bacana. [...]

E – Se você for pro quartel é uma outra vida. Que quartel?

Alfredo – Aqui em Paracambi. [...] Aí quem mora perto eles mandam pra casa.” {E02-Alfredo:5;10;17}

Já entre os que moram fora do lote há diferenças. Se no Morro das Pedrinhas o desejo de muitos é sair definitivamente da área, em Chaperó encontramos filhos de assentados que pretendem conciliar um trabalho urbano com o lote, como Luciano e Lucas, e continuar a morar em Parque Primavera. Para outros, a única “saída” apontada é ir embora da região, como a percepção do Jairo, filho do Sr. Ivo, que pensa em ir embora de Chaperó e mesmo de Itaguaí,

“Jairo - Ficar em Chaperó pra trabalho não. [...] Teria que sair [...] aqui em Itaguaí é difícil. [...]

E - Você tá trabalhando Jairo?

Jairo - Tô parado no momento.

E - Mas você costuma trabalhar em quê?

Jairo - Trabalho na limpeza, em vários tipos de coisa, supermercado. [...] (E52-Jairo, Jair e Isolda:4-5;8)

Como se pode perceber, há uma grande distância entre o “futuro sonhado” e a realidade vivida. Esses “jovens” tendem a manter, buscar ou só conseguir a inserção em trabalhos externos ao lote, que não demandem uma qualificação específica ou formal. Mas para além das limitações impostas pelo contexto econômico e social em que vivem, esses

muitos “sonhos” descortinam a complexidade do “perfil” dos “jovens”. A multiplicidade de interesses não caminha em uma única direção, ao contrário, ora se aproximam, ora se distanciam do “mundo rural”, apresentando diferentes formas de rupturas e continuidades. Dois casos excepcionais contribuem para análise de diferentes formas como os filhos lidam com o que definimos como a dualidade “ficar e sair”.

De todos os entrevistados, Bruno, filho de Sr. Bartolomeu, foi a grande exceção – principalmente considerando que sua família depende do trabalho externo dos três filhos e da aposentadoria do pai e ainda assim vivem em uma casa muito precária. Bruno pretende conciliar seu sonho de permanecer no lote com uma inserção profissional mais estável. Havia feito um curso técnico de 2º grau em informática, antes de morar definitivamente no assentamento. À época dessa entrevista estava cursando o pré-vestibular da Rural, pretendia ingressar no Curso de Graduação em Agronomia. Paralelamente prestou concurso para auxiliar de epidemias (mata-mosquito) na prefeitura do Rio de Janeiro e foi aprovado, ainda pretendia prestar vestibular para UFRJ²⁹⁵. Mas em sua narrativa, esses interesses não se chocam com o desejo de permanecer no assentamento e investir no lote com o irmão Bernardo.

“Bruno – Agronomia na Rural. Agora também vou tentar esse ano [...] vestibular para UFRJ, só que pra lá eu botei Educação Física. Só que ambos os vestibulares eu vou perder, porque eu vou entrar num concurso e pros cursos que eu fiz opção só tem horário integral. Aí não vai ter como eu permanecer, agora eu planejo o seguinte: continuar estudando na Rural no DIDAQUE, ficar aqui no sítio. Só que trabalhando na prefeitura, aí já continuando os estudos com o mesmo ritmo, com a mesma deposição que eu estudei para o concurso para poder tentar ano que vem, para fazer administração ou outro curso a noite. Eu prefiro aqui a Rural porque aqui é mais perto. [...] sou apaixonado por aqui. É uma paixão enorme. Às vezes as pessoas vem brincar comigo, o que você vai fazer aí, você vem lá de São João para esse fim de mundo aqui. [...] Eu olho lá de cima do morro, [...] e só vejo mato, só vejo aquela coisa bonita e não tem carro, não tem ninguém... [...] Aí agora com a graça de Deus, com todo o meu esforço que eu fiz aqui na Rural, de estudo, eu consegui uma coisa legal, eu passei pro concurso da Prefeitura do Rio, auxiliar de epidemias [...] Mata Mosquitos. [...] tô pra ser chamado [...] agora já vou poder [...] terminar de ajeitar essa casa, construir o curral ali pro meu irmão, e comprar umas vaquinhas. [...] Aplicar boa parte no meu sítio, [...] ver uns animais pro Bernardo, [...] a obra que ele (Bernardo) trabalha tá pra acabar [...].” (E05-Bruno:6-9)

²⁹⁵ Didaque é o pré-vestibular da Rural voltado para alunos de baixa renda. É cobrada uma taxa semestral, podendo o aluno pleitear isenção a partir de uma comprovação de renda. O Pré-vestibular é noturno na Universidade, o que para muitos é um impedimento, devido à distância e falta de transporte.

Já em uma família com condições econômicas mais favoráveis, diferente da maioria das famílias assentados, os filhos da D.Marileide e Sr.Eduardo parecem aproximar “desejos” e realidade vivida. Os três apontam perspectivas de carreiras que demandam investimento de formação e os pais já vêm atuando nesse sentido, envidando esforços na educação formal e profissional dos filhos. Isso se soma ao fato de não precisarem trabalhar para complementar a renda da família. Mesmo assim, as duas filhas e o filho associam o interesse ou desinteresse pelo o lote com a formação profissional. As duas filhas reafirmam o total desinteresse pelo lote, o que se expressou nos seus interesses profissionais futuros: Tainá, como vimos, pretende entrar para Aeronáutica, e Gabriela pretende fazer Biologia Marinha. Já o irmão, apesar de apontar como interesse principal uma profissão que parece bem distante da sua atual realidade, afirmou querer compatibilizar com o lote. A família é a única a ter um computador em casa e ele quer se formar na área de informática,

“E – Sua idéia na verdade é informática, o sítio...?”

Daniel – São os dois meios que eu quero mesmo.

E – Você pensa em fazer curso onde, já começou a pensar nisso?

Daniel – Eu quero a Microsoft na Impacto em São Paulo, tem filial no Rio.

E – Como é que você conseguiu essa informação?

Daniel – Por telefone, Internet. [...] no site.

E – Quer dizer que chegar esse computador aí foi a salvação?

Daniel – A salvação mesmo. Eu comecei a mexer em informática porque esse computador chegou. [...] Eu tava pensando em completar meu segundo e terceiro ano na Escola Técnica mas com nível superior.

E – Tem alguma Escola Técnica de Informática?

Daniel – Aqui não, só em Santa Cruz [...] tem, a FAETEC. [...] Eu quero também continuar aqui, tocando o sítio, tocando a agricultura mas tem que ter um pouco mais de incentivo. [...] Se eu continuar aqui.

E – Se continuar aqui, porque você pode ir pra São Paulo, pra Microsoft ?

Daniel – Posso, porque lá com o terceiro ano eu posso começar. Termina por lá mesmo.

E – E aí eles bancam tudo?

Daniel – Não, meu pai que banca.

E – É pago?

Daniel – É pago. Sai mais ou menos uns R\$5.000,00. São três anos, um ano e meio direto mesmo e um ano e meio de estágio.[...]

E – E aí, a mãe vai deixar ir pra São Paulo?

Daniel – Deixa, deixa e aqui no Rio também tem, eu poderia fazer aqui também. Na Universidade da Cidade.” (E39-Daniel:12-13)

Esses dois casos trazem, mais no discurso do que na prática, construções diferentes sobre a relação mundo urbano e rural, ou mais precisamente, carreiras consideradas urbanas e os novos valores fruto da socialização nesse meio rural. Não se observa a ênfase no tensionamento “ficar e sair”. A vivência pela circulação e socialização em espaços considerados urbanos e rurais aparecem como o somatório de possibilidades e “sonhos” no campo do desejo, ainda que a realidade possa construir outros caminhos. Assim, observou-se a relação do “jovem” com a “terra”, onde a dualidade “ficar e sair”, é mais complexa do que muitas vezes apontada em pesquisas sobre *juventude rural* (DESER:1999), isto é, como uma simples atração pelo mundo urbano e desinteresse pelo trabalho rural. Por outro lado, os interesses, inserções e atitudes em relação ao lote confirmam tendências percebidas no interior da família, nas relações com a herança e a sucessão do lote, que diferenciam “jovens” homens e mulheres.

Mas outras questões estavam implicadas, como a circulação por outros espaços de sociabilidade, externos ao núcleo rural, e a relação/negociação com a autoridade paterna. Trataremos desses temas no próximo capítulo. Ainda na perspectiva da relação com a terra e a construção da identidade, deve-se destrinchar outros elementos.

Entre Ficar e Sair:
uma etnografia da construção social da
categoria jovem rural

Elisa Guaraná de Castro

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em antropologia Social.

Orientador: Professor Doutor Moacir Palmeira

Volume II

Rio de Janeiro
Julho de 2005

III PARTE – OS CONTEXTOS COLETIVOS DA CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA “JOVEM”

O recorte proposto ao longo da tese apontou em duas direções: a percepção da categoria “jovem” inscrita a partir nas relações familiares, tratada na II Parte, e outra “coletiva”. Nesta última parte trabalharemos as formas de construção da categoria “jovem” que classifiquei como “coletiva”, e finalmente juntar os fios do nosso novelo. Na I Parte da tese observamos como o processo histórico de ocupação fundiária da região estudada esteve marcado por algumas características importantes, que atravessaram as diferentes experiências vividas pelos trabalhadores que hoje lá residem, e como situações históricas (Gluckman, 1987, Oliveira, 1977) trouxeram elementos particulares para o caso Eldorado. Na II Parte da tese foi possível perceber como esse contexto histórico configurou, e foi configurado, por redes familiares e de amizade, ao mesmo tempo em que construiu novas redes sociais. A categoria “jovem” aparece permeada por esses processos e, ainda, por discursos e práticas que muitas vezes geram conflitos de percepções sobre *a juventude* em um sentido genérico, e *jovem* em um sentido específico. Nesse contexto, ser da família informa uma construção marcada pela dualidade “ficar e sair”. Esse olhar é entrecortado, também, por importantes variações entre homens e mulheres. O “desejo” de permanecer na área aparece fortemente marcado pela experiência vivida pelos “jovens” no período do acampamento, resultando em um processo de construção de uma identidade “rural” que “apaga” ou reordena, para alguns, o seu passado urbano.

As “queixas” dos jovens e suas construções coletivas

Um elemento fundamental para a análise se delineou ao longo da experiência investigativa, que só foi clareando no processo da escrita. Falas como *respeito pelo meu pai, meu pai é quem manda, meu pai não deixa*, que classificarei como “autoridade paterna”, estiveram presentes em um grande número de relatos. Essas “queixas” indicam o controle dos pais, e *adultos* em geral, sobre os “jovens”. Os discursos e práticas que expressam essa autoridade paterna e os diversos mecanismos de controle repercutem na construção da categoria “jovem”, na atuação e autopercepção dos que assim se identificam. Assim, nesta última parte tratarei das construções em que a categoria representa “coletividades” mapeando, em primeiro lugar, as relações de autoridade que permeiam o cotidiano e interferem

diretamente na forma como os chamados “jovens” se percebem e são percebidos. Esse tema será desenvolvido no capítulo VII.

O Capítulo VIII será dedicado a análise de construções coletivas da categoria, “dentro” e “fora” do assentamento. Se a categoria “jovem” aparece no contexto da família marcada pela dualidade “ficar e sair”, em outros espaços ou contextos percebe-se diferentes construções. Dentro do próprio assentamento há situações em que a categoria “jovem” assume uma identificação coletiva, trazendo novos elementos para a percepção do ser “jovem” em Eldorado. Uma das “queixas” dos *adultos*, traduzida no uso genérico do termo *jovem*, é o que qualifica aqueles assim identificados, como desinteressados pelo futuro do assentamento. Cabia observar como os “jovens” atuam em espaços onde ocorrem disputas pelo controle da organização e reprodução do assentamento. Mas, com o passar do tempo, ouvi “queixas” dos próprios “jovens”, tanto na relação com os pais, quanto a de “não serem ouvidos” nas reuniões da APPME, expressas em falas como *ninguém ouve a gente...* Para investigar os significados dessas “queixas”, analisaremos três eventos: o debate sobre o campo de futebol, travado na APPME; as eleições para a própria diretoria da APPME²⁹⁶ e o Projeto de Horta Orgânica: *Assentadinhos*.

Um outro *locus* de observação servirá como comparação desse tipo de atuação. Trata-se das observações em um acampamento em Santa Cruz, onde também discutiremos os espaços de decisão sobre a organização interna. Mais especificamente, a atuação dos chamados *jovens*, nas reuniões dos núcleos organizativos do acampamento. O que levou a pesquisadora ao acampamento foi a rede formada a partir de uma família de assentados e ex-assentados (família da D.Emiliana) e o fato de Frederico (sobrinho da D.Emiliana e filho de um ex-assentado) ter se integrado ao acampamento. Como foi relatado na Introdução, além de Frederico, a pesquisadora reencontrou o filho de um assentado do Sol da Manhã (outro assentamento de Seropédica), atualmente acampado no Terra Prometida, e que ocupa um lugar de direção no acampamento e no próprio MST. Foi possível ainda entrevistar outros “jovens”, que são identificados como *jovens* do acampamento ou ainda como *lideranças jovens*. Essas experiências trouxeram um olhar que problematiza a atuação dos que se denominam e/ou são identificados como “jovens” em assentamentos e acampamentos e ainda no próprio

²⁹⁶ As eleições para a diretoria ocorreram entre dezembro de 2001 e agosto de 2002. O processo foi rico para observarmos os que são identificados como “jovens” em um momento de intensa disputa pelo controle político da APPME.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Complementando esse material, relacionei observações e entrevistas coletadas no Encontro dos Jovens do Campo e da Cidade e no Encontro dos Assentados e Acampados da Baixada Fluminense, ambos organizados pelo MST.

Entretanto, outros espaços freqüentados por alguns “jovens” de Eldorado merecem especial atenção. Os “jovens” do Mutirão têm intensa atuação religiosa. Eles são católicos e evangélicos (de diferentes matrizes) e muitos integram organizações de juventude das igrejas que freqüentam. Nesses espaços a categoria assume outros contornos – mais ainda, observaram-se discursos e práticas distintas envolvendo os mesmos atores. Isto é, um mesmo indivíduo identificado como *jovem*, é tratado e percebido de diferentes formas pelos *adultos*, no contexto da família, em espaços coletivos do assentamento e nos espaços religiosos que freqüentam.

Embora tenha realizado um número considerável de entrevistas com informantes católicos (assentados, *apoios* e integrantes da Pastoral da Juventude de Seropédica) e evangélicos de diferentes matrizes (Congregacional, Assembléia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Batista), e feito observação em dois espaços religiosos católicos – o Círculo Bíblico (dentro do Eldorado) e a Igreja Santa Terezinha (Seropédica) – optei por concentrar a análise da questão proposta a partir do material colhido na Igreja Batista Boa Esperança (IBBE), especialmente, a atuação do Grupo Jovem: Jovens Pela Paz (GJ). Esse caso será tratado, principalmente, a partir de um evento: a “divisão” da IBBE. A razão desse recorte deve-se a dois fatores: primeiro, ao fato de um número importante de assentados e ex-assentados, *adultos e jovens*, participarem da Igreja e do GJ. E ainda, também pelo caso emblemático do evento citado, que se configurou como um momento ímpar para a percepção da organização e atuação do GJ e em especial de *jovens e adultos* assentados neste espaço.

A análise desse material etnográfico não pretende destrinchar cada um desses “lugares” e sim utilizar essas diferentes experiências para um diálogo com as percepções sobre “jovem” e as construções da categoria. A proposta é perceber como os que se identificam como “jovens”, ou assim são tratados, vivenciam diferentes formas de acionar essa identidade e ainda como as formas coletivas mais, ou menos, formais são atravessadas pelas relações de hierarquia e autoridade onde estão inseridas.

CAPÍTULO VII– *Liberdade vigiada* – mecanismos de controle, autoridade paterna, submissão e transgressão

Como observamos no capítulo VI, uma das principais razões acionadas pelos “jovens”, para procurar um trabalho externo é *ter o próprio dinheiro* e não depender do pai²⁹⁷. Da mesma forma, vimos nos capítulos IV e V que, apesar de algumas exceções, onde o pai não se interessa pelo lote, o gerenciamento do mesmo e a autoridade sobre o trabalho familiar (Champagne,1979) estão ao encargo do pai, que não costuma ouvir nem mesmo os filhos que atuam de forma mais intensiva no lote e são apontados como prováveis sucessores. Essa relação é apresentada em falas dos filhos e mesmo das esposas, através de expressões como *ele não ouve ninguém*. Mas essa mesma autoridade se manifesta, também, no controle sobre a circulação dos filhos e principalmente sobre a prática do namoro. A total proibição ou a interdição específica de um possível pretendente é muito freqüente em todas as áreas estudadas. O controle recai principalmente sobre as filhas, com quem os pais adotam diferentes mecanismos de vigilância, como veremos nesse capítulo.

Para Georges Duby (Apud Champagne:1979) e Patrick Champagne (op.cit), as categorias “jovem” e “velho” são construídas socialmente, a partir de disputas pelo poder²⁹⁸. Ser “jovem” e ser “velho” definem posições socialmente reconhecidas. No caso do campesinato, Champagne afirma estar em disputa não só a autoridade sobre a propriedade familiar, mas também sobre a própria família. Diversas “táticas” são adotadas neste “conflito de gerações”. Os pais procuram formas de retardar ao máximo o reconhecimento da entrada do filho na vida adulta, seja por meio de uma “infantilização prolongada”, pelo controle sobre a “relação entre os sexos” através do impedimento de que os filhos e, principalmente, as filhas saíam sozinhas com possíveis pretendentes, e, ainda, pela intervenção na escolha do futuro

²⁹⁷ Esse também foi o principal motivo apontado nas entrevistas realizadas no I Congresso Nacional de Juventude Rural.

²⁹⁸ Georges Duby em “Les ‘jeunes’ dans la société aristocratique dans la France du Nord-Ouest au XIIème siècle.” (Duby:1964, Apud Champagne:1979), analisa como a definição de classes de idade pode estar no cerne de uma transição de poder. Já Patrick Champagne (op.cit) analisa os clubes de terceira idade, compostos majoritariamente por camponeses idosos, em uma região do departamento Mayenn/França. Para Champagne o problema do envelhecimento não é só produto do avançar da idade. O “envelhecimento social” deve, a maior parte se suas características, aos tipos de relações que são estabelecidas em dada época, por uma classe social determinada, e entre gerações. Ainda segundo o autor, citando Halbwichs, a velhice é sem dúvida um momento no ciclo-de-vida, mas a idade biológica é também objeto de uma percepção e definição socialmente produzidas. No caso da pequena propriedade familiar a entrada dos filhos na vida adulta implica na sucessão da autoridade dos pais sobre os filhos e sobre a propriedade, e sua conseqüente aposentadoria. (pp.84 e 85)

esposo(a). A escolha de um filho mais novo como provável herdeiro também pode contribuir para o prolongamento da autoridade paterna na propriedade. Quando o filho herdeiro se casa ainda são acionados mecanismos que prolongam ao máximo a autoridade do pai, como o repasse de apenas parte da propriedade e do capital a que teria direito. No entanto, o autor também demonstra que a disputa entre as gerações se intensificou na medida em que esses mecanismos, que sempre foram acatados pelos “jovens”, se tornaram pontos de tensionamento com as mudanças sofridas no meio rural. Com o aumento da expectativa de vida dos pais, com o maior acesso à escolarização e à vida urbana por parte dos filhos, o conflito pode se tornar irreversível e os filhos abandonarem os campos ou colocarem os pais em casas de repouso. A “chantagem da partida” é uma forma de ameaça dos filhos quando avisam que vão embora, caso os pais não passem em vida o gerenciamento da propriedade.

Essa manutenção do poder sobre a terra e a família aparece com força nas áreas analisadas, como veremos a seguir. E, embora a disputa seja menos explícita, a “queixa” dos pais quanto à possibilidade de “saída” dos filhos da propriedade aponta um tensionamento sobre a própria autoridade paterna.

A autoridade paterna é tratada por diversos autores, como na descrição de Arensberg (1968) que discute o peso da autoridade paterna na hierarquia familiar e principalmente na relação com o provável sucessor. Seyferth (op.cit) aborda o tema como um elemento central de sua análise sobre herança e no que tange a própria estrutura familiar, onde o poder do pai não é contestado, e é ele quem toma as decisões sobre o patrimônio, a produção e a família. A autora pontua essa relação, através da metáfora usada por um colono, *Aonde vai o pai vai tudo atrás, igual a um ganso quando tem filhote, enquanto ele vai na frente o resto vai atrás.* (op.cit.:19) Da mesma forma a ruptura com a autoridade paterna é tratado como quebra da lógica de reprodução da familiar através da sucessão patrimonial. Em situações limites, futuros herdeiros se casam com alguém de sua escolha e saem da terra do pai, abrindo mão da herança, como descrito por Woortman (1995:196-198). E ainda, rupturas que comprometem menos a reprodução da propriedade e mais a própria autoridade paterna, como visto em

Arensberg com “*runaway matches*”(op.cit.: 114-116) e em casamentos não aprovados pelo pai, como descrito por Bourdieu (1962:35)²⁹⁹.

Em Eldorado, a “queixa” da saída dos filhos não parece associado à falta de herdeiros e sucessores. Considerando ainda a dualidade “ficar e sair” a “queixa” não “condena” aqueles que buscam um emprego ou a continuidade da educação formal para ter *um futuro melhor*. O que pode estar no cerne dessa dualidade, – além das diferentes percepções sobre a relação entre universos urbanos e rurais, como vimos no capítulo anterior – é a perda gradual ou brusca da autoridade paterna, a partir das diferentes formas do “jovem” sair do assentamento e principalmente de casa. No assentamento, como tratado no capítulo IV, as redes internas permitem um maior controle sobre os indivíduos e especialmente sobre os “jovens”. Os que são definidos como *jovens* são cobrados quanto à atuação nos lotes e no assentamento e, ao mesmo tempo, são observados e controlados pela extensa rede familiar e de vizinhança formada no assentamento e nas demais áreas estudadas. Esse controle pode ser caracterizado na expressão *liberdade vigiada*, usada por D. Lúcia esposa do Sr. Luiz da Rinha, sobre a relação com seus filhos. A autoridade, principalmente paterna, e a constante vigilância sobre os “jovens” aparecem como uma característica marcante das áreas estudadas. Essa relação contribui fortemente para a construção da própria categoria “jovem” e tem influência direta no discurso e nas práticas dos “jovens”.

Tempo e espaço nas relações de autoridade

Ao longo da análise do material etnográfico foi possível tratar a autoridade paterna a partir de dois recortes que se destacaram nas falas. O primeiro pode ser caracterizado como geracional: muitos adultos de hoje afirmaram que procuram ser mais compreensíveis com seus filhos, que seus próprios pais haviam sido com eles. Diversos relatos reconstituíram um passado onde a figura masculina, principalmente paterna, agia com forte controle e rigidez na criação dos filhos. Em todos os relatos de atitudes consideradas severas no passado, a figura masculina – pai, tio, avô, ou mesmo irmão – apareceu como protagonista³⁰⁰. Alguns casos são

²⁹⁹ A questão é tratada em diversos momentos ao longo do texto de Seyferth através do uso dos termos e expressões: “autoridade do pai”, “controle paterno”, (op.cit.: 14) “dependência”, “autoridade paterna” (op.cit.: 18 e 19), ou em Woortman “pai patrão” (op.cit.:196)

³⁰⁰ Excepcionalmente a figura materna apareceu também agindo de forma similar.

emblemáticos e servem como referência para a análise de situações observadas em campo, e serão tratados a seguir.

...até vinte e um anos quem coordenava o meu dinheiro que eu ganhava era meu pai.
(Sr.Emanuel, assentado 52 anos)

Eu estava passando a manhã no lote da D.Emiliana e do Sr.Emanuel (da rede dos acampados) para entrevistar seu sobrinho Francisco que lá trabalha. Sr.Emanuel não nos deixou a sós e durante a entrevista fez alguns pequenos comentários. Em certo momento, quando Francisco estava falando sobre como a renda que recebia dos tios era gasta, Sr.Emanuel interrompeu e em tom de mágoa relatou como era *quando era jovem*. Descreveu as atitudes de seu pai que classificou como *ignorância*, e afirmou não pretender repetir esse tipo de tratamento com seus filhos e nem com os sobrinhos que trabalham com ele. Dois elementos sobressaem em sua narrativa, ter que trabalhar intensamente na propriedade da família, mesmo trabalhando fora; e o controle do pai sobre a remuneração que recebia desse trabalho externo, marcante em sua fala, em passagens como,

“Sr.Emanuel – É que a gente já foi jovem e sabe como é que é ficar duro, sem dinheiro. Então o dinheiro sempre faz os outros ficar alegre né? [...] Eu, até vinte e um anos quem coordenava o meu dinheiro, que eu ganhava, era meu pai. [...] Eu trabalhava fora a semana toda, chegava no sábado entregava o dinheiro na mão dele. [...] Dia de sábado eu não tinha um centavo no bolso pra sair.

E – Dava todinho na mão dele e você não via voltar esse dinheiro? Nada?

Sr.Emanuel – Dificilmente tirava dele uma merrequinha. Ele dava. Vinte e um anos de idade.(silêncio)” (E26-Francisco: 15-16)

A atitude é associada à falta de conhecimento e à rigidez de uma criação que ele, Sr.Emanuel, não repete com seus filhos, onde inexistente o espaço da individualidade, expressado na falta de autonomia com a renda do seu trabalho e nas necessidades não atendidas, como ter dinheiro para sair com a namorada. Novamente vemos acionada uma percepção onde o “homem do campo”, nesse caso do passado, é associado à *ignorância*.

“E –Bravo teu pai heim? Mas também as coisas eram difíceis né Emanuel?

Sr.Emanuel – Não era tão difícil nada. É porque as pessoas não tinham muito conhecimento das coisas, pouco estudo entendeu.

E – Teu pai?

Sr.Emanuel – É, ignorante entendeu? Quer dizer, eu não tive estudo mas o que eu tive eu não fiz pro meu filho.

E – Teu pai era muito duro?

Sr.Emanuel – Muito rígido. O meu filho... olha nunca peguei um centavo dele. Se quisesse dar na mão ele dava mas, eu...

Francisco – É igual meu pai.

E – Mas os pais eram mais duros mesmo né, antigamente?

Sr.Emanuel – Eram muito, muito, muito.[...] Era difícil. Muitas vezes num sábado assim queria ver a namorada e não tinha um tostão. Eu não tinha dinheiro da passagem.

E – Nossa! Ai pedia e ele...

Sr.Emanuel – [O pai respondia] ‘Vou olhar. Tem que pagar muita coisa. Tem conta a pagar.

E – E sua mãe?

Sr.Emanuel – Só vivia em casa, né?

E – Ele botava dinheiro na mão dela?

Sr.Emanuel – É ruim heim.

E – E roupa, essas coisas Emanuel?

Sr.Emanuel – Ele comprava né.

E – Você podia escolher?

Sr.Emanuel – Até podia escolher. Mas, não era aquela muita escolha também não.[...]

E – Quer dizer que hoje é mordomia pros jovens né?

Francisco – É.

Sr.Emanuel – Nunca deu um centavo em casa.

E – É Altieles?

Francisco – É, mas se eles quisessem, eu dava.” (E26-Francisco: 15-16)

D.Sofia, 70 anos, relatou a atuação do seu marido como pai e também a considerou severa. D.Zilda, sua filha, participou da conversa e reforçou o que a mãe dizia. Ao responder um questionamento sobre a relação com a renda, novamente o controle é integralmente do pai, e D.Zilda descreveu o recebimento de uma espécie de “dote”. A discussão sobre o uso da renda levou a percepção do forte controle sobre a circulação dos filhos,

“E – E os filhos recebiam algum dinheirinho, assim quando começavam a ficar mais velhos, pra poder passear?

D.Sofia – Não, os filhos não tinham nada.

D.Zilda – Nós tivemos quando casemos, recebemos e fomos embora.

E – O dinheiro ficava todo na mão do pai?

D.Sofia – É, todo na mão do pai.

E – Se quisesse dar uma passeada por aí, não tinha dinheiro.

D.Zilda – Eu nunca passeie.

D.Sofia – Eles nunca passeava. [...]

E – O pai não deixava?

D.Zilda – Não.

E – Ih mais o pai era duro assim? Só com as filhas mulheres ou com os filhos homens?

D.Sofia – Com todos, com todos eles.” (E67D.Sofia e D.Zilda: 16,17)

D.Sofia e D.Zilda, que classificaram as atitudes do pai como *enérgicas*, relativizaram o seu comportamento, atribuindo sua severidade à forma como fora criado,

“D.Sofia – [...] Ele tomou conta da velha mãe dele. [...] Com dez anos de idade, o irmão mais velho botou ele no ermo de mata.[...] longe de casa. [...] Sozinho com a mãe. [...] Então, aquilo é que era bom. [...]

D.Zilda – Tinha razão de ser enérgico com os filhos.

D.Sofia – Por isso é que ele era enérgico. [...]

D.Zilda – Aprendeu assim.[...]

E – Agora com os netos ele era tão duro assim?

D.Sofia – Não, ele só era duro com os filhos.” (E67D.Sofia e D.Zilda:16,17)

Apesar de considerar o pai severo, D.Zilda avaliou como correta a educação recebida, que os preparou para a vida e o trabalho. O *trabalho* é acionado nesse discurso como uma forma de reprodução de valores morais, como ser *humilde*,

“D.Zilda – Com nós foi assim, mas por um lado foi bom, sabe por causa de que? Se todos os pais fossem que nem meu pai, todo o mundo sabia viver.

D.Sofia – E sabia trabalhar.

D.Zilda – E sabia trabalhar... Na roça ensina os filhos a trabalhar, e os filhos que não quer saber de obedecer pai que esperam o dia de amanhã, porque o mundo é uma escola tem que saber essa escola [...]. Quem não aprendeu a escola de casa, quando casa o mundo é a escola lá fora. [...] É muita lambada, e quem quer tomar uma lambada só quem já é humilde de casa.” (E67D.Sofia e D.Zilda:16,17)

Segundo esses relatos, os filhos não rompiam unilateralmente com a autoridade paterna em nenhum momento, mas sim, seguiam os momentos em que a ruptura era socialmente aceita,

“E – Não tinha nenhum filho rebelde não?

D.Zilda – Graças a Deus.

D.Sofia – Não tinha não. [...] todo o mundo casou direitinho. [...] Tudo criado.” (E67D.Sofia e D.Zilda:16,17)

D.Sofia comparou “ontem e hoje”, reforçando a criação diferente da *mocidade obediente* do passado, e a falta de obediência da neta. Na sua fala transparece, segundo seus parâmetros, a perda da autoridade dos pais.

“E – A senhora acha que a mocidade de hoje é muito diferente da época dos seus filhos?

D.Sofia – É muito diferente. Demais. Por isso que eu acho que hoje em dia está tudo mudado.

E – É? Mudado como?

D.Sofia – Sei lá uma criação diferente, muito diferente. O povo, acho que não sabe criar filho forte mesmo.

E – Não, né? A sua neta Serena como é que é? Obediente?

D.Sofia – Obediente nada. [...] Não respeita a mãe... [...] É, por isso que eu digo, a criação de hoje é muito diferente.

E – E ela é difícil?

D.Zilda – É o temperamento né, cada um tem um.

D.Sofia – Temperamento sim.

E – É mais na época do pai da senhora, D.Zilda, não tinha esse negócio de temperamento não, né?

D.Zilda – É levava o couro.

D.Sofia – Levava madeira mesmo. (rindo) [...] Comia madeira. [...] A mocidade de hoje tá tudo à vontade, do jeito que eles pensam quer que seja assim.” (E67 D.Sofia e D. Zilda: 19-23)

Em outro momento, o diálogo entre D.Telma, sua filha Serena, sua sobrinha Marta e D.Carmosina (madrinha de Serena) é revelador para a discussão sobre autoridade paterna e principalmente sobre a percepção de transformações na relação pai e filhos, entre as gerações. O cerne do diálogo é o controle sobre os filhos, e especialmente filhas, mas as falas também são pautadas pela intensa atuação das mulheres no trabalho doméstico. Assim, como em Champagne (1979), essas narrativas reforçaram a separação entre os sexos e a intensa vigilância sobre as mulheres. Retomei com as entrevistadas a questão discutida acima com D.Sofia e D.Zilda,

“E – A senhora acha, D. Telma, que a mocidade de hoje, o pessoal mais novo, é muito diferente da sua época?

D.Telma – É muito diferente.

E – Diferente como?

D.Telma – Ah eu não pensava igual a elas não. Quando eu era mocinha cuidava do serviço, animava as meninas. Porque antigamente o pai da gente era tão severo. Enquanto você não cuidasse daquele serviço você não ia brincar com a sua colega. [...] Quando eu era mocinha reunia aquelas meninas todas, - “Olha quando acabar o serviço eu vou brincar com vocês.” Aí elas marcava no relógio, ia pra casa, cuidava do serviço lá e vinha pra brincar. Aí a gente reunia assim, queimada, tudinho, brincava. [...] Era rapaz de um lado, moça do outro mas...

D.Carmosina – Trabalhava tanto, ficava assim cansada. A gente não agüentava brincar até tarde não. [...] Eu também, se eu tivesse um passeio final de semana, eu tinha que trabalhar a semana inteira, arear panela, lavar roupa, passar, fazer comida. [...] Meu pai falava assim e a gente obedecia... Eu pra encontrar com namorado eu ia a missa duas vezes...

Marta e Serena – (Riem) .”(E68Telma:7-16)

Serena, ao contar sua experiência, *confessa*, na frente da mãe e da madrinha, que enganava o pai, demonstrando a “quebra” da autoridade paterna. D.Telma confirma que a filha desobedece, mas não esconde dela,

Serena – E eu pra encontrar com namorado eu tenho que ir na casa da minha madrinha ou então na casa de Jaconé. (Onde mora a tia)

D.Carmosina – Confessou comadre.

D.Telma – Confessou, ela confessa. Ela não faz nada escondida, quando ela sai assim ela chega...

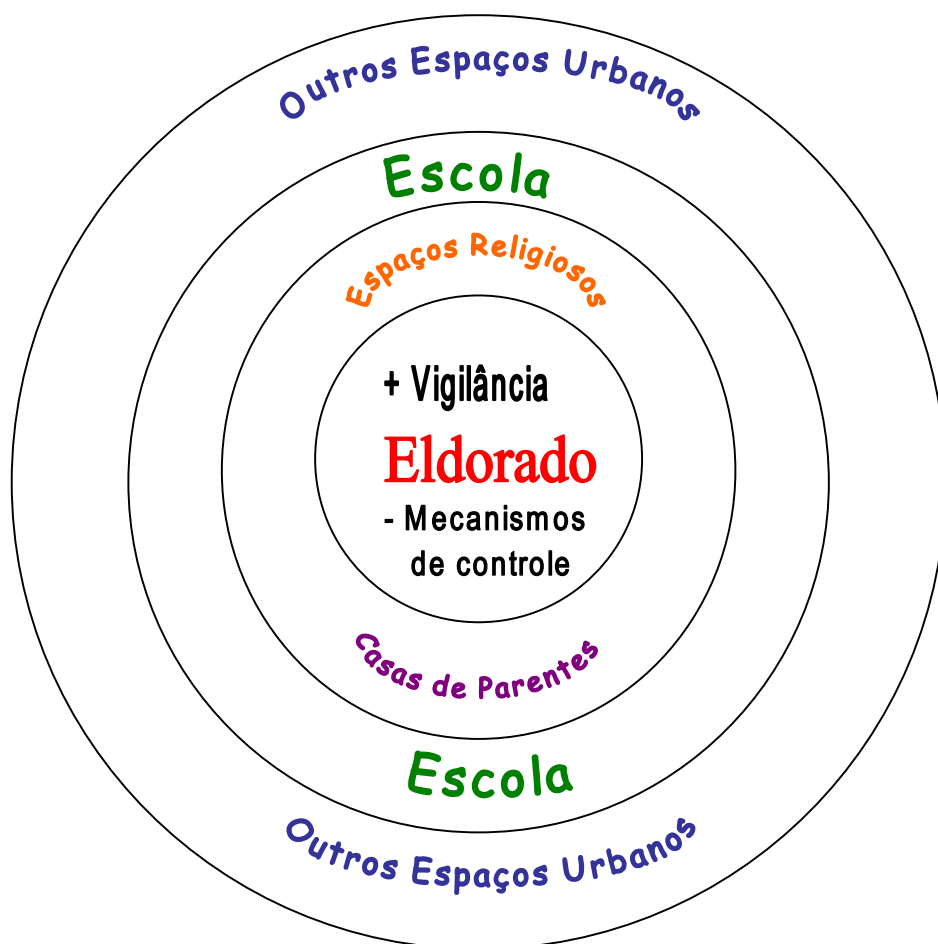
Serena – Quando eu ligo pra ele (namorado) eu falo pra minha mãe.”(E68Telma:7-16)

Muitos relatos podem ser tratados a partir dessa percepção geracional, marcada pela “diferença” entre a criação de antigamente e a de hoje, mesmo os informantes tendo vindo de regiões distintas (Zona Oeste do RJ, Minas Gerais e Espírito Santo). Mas alguns elementos apontam continuidades nas formas de manifestação da autoridade paterna. Se a renda dos filhos, oriunda de trabalho externo, não é mais controlada pelos pais, como vimos no capítulo VI, o controle da organização do trabalho e da produção do lote/sítio é marcante nas relações familiares. Mas, principalmente, o controle sobre a circulação e ação dos filhos fora do espaço doméstico, como trataremos a seguir.

Ir à igreja, ir à escola, ficar à toa: controle sobre os espaços de circulação dos “jovens”

Um segundo recorte observado é espacial, a partir do qual se percebe uma gradação do controle da família, especialmente do pai em relação às filhas/sobrinhas/netas. Essa gradação ocorre em dois sentidos, tendo como referência o assentamento. Nos espaços internos ao assentamento e às áreas onde moram, os “jovens” são mais vigiados pelas redes sociais, mas não necessariamente controlados. Nos espaços externos ao Eldorado a capacidade de vigilância é decrescente: quanto mais distante do espaço doméstico e do Mutirão, menor o alcance das redes internas do assentamento e maior a quantidade de mecanismos de controle acionados.

- Vigilância
+ Mecanismos de Controle



- Vigilância
+ Mecanismos de Controle

Apesar de algumas exceções, como no caso de Serena, há a percepção de que a autoridade paterna é respeitada no espaço doméstico e demais espaços de sociabilidade do assentamento, e que não é necessário acionar mecanismos de controle para além da “vigilância” que já faz parte das relações internas, marcado pelo intenso convívio, mas também pelas redes que se sobrepõem (Bailey, 1971). Ou seja, é comum a situação de os mesmos indivíduos serem parentes, fazerem parte da rede dos acampados ou dos *meeiros*, e freqüentarem a mesma igreja. Dessa forma, como representado na figura acima, alguns espaços são tratados quase como uma extensão do espaço doméstico, no sentido de menor uso de mecanismos de controle, que se evidencia na circulação de “jovens” desacompanhados dos pais e mesmo das “jovens” poderem circular sem a obrigação da presença de um irmão. Esse é o caso dos espaços dentro do assentamento, dos espaços religiosos, principalmente a Igreja Batista Boa Esperança (IBBE), mas também se observou a freqüência de “jovens” desacompanhados, homens e mulheres, a igrejas católicas e atividades de pastorais da juventude, do adolescente, da crisma etc.. E a freqüência à casa de parentes.

O espaço escolar aparece como um espaço intermediário, a confiança na instituição é evidenciada pela forma como os pais se referem à seriedade das escolas freqüentadas pelos filhos, mas é grande a preocupação com o trajeto percorrido entre a casa e a escola, e ainda dos mecanismos reais de controle da escola sobre os filhos. Ou seja, apesar do forte interesse dos filhos, principalmente filhas, pela escola, não há confiança plena de que esses saiam de casa para ir à escola, ao contrário da freqüência à igreja. Ressalta-se que tanto as instituições religiosas como de ensino ficam distantes dos locais de residência e demandam transporte ou longas caminhadas. Já em outros espaços urbanos, como festas públicas e passear nos centros urbanos, são mais controlados. Dois exemplos são particularmente importantes para a análise desse recorte: o caso Jaqueline e o caso Serena,

Jaqueline (21 anos), filha de Sr. Jaques, atualmente casada e moradora do bairro Boa Esperança em Seropédica, contou, com muita tristeza as dificuldades que passou, por seu pai não confiar em suas atitudes, que culminou com sua saída da escola, sintetizada na expressão: *desanimei*. O intenso controle do pai é motivo de sentimentos de *vergonha* e indignação, mas também não impediu uma gravidez ainda durante o namoro com seu atual marido. O mecanismo de controle mais marcante e explícito foi o caso do *caderninho*. Criado pelo pai

após uma suspensão da escola, Jaqueline acatou o mecanismo, mas se sentiu injustiçada. A própria suspensão, para Jaqueline, foi fruto da incompreensão da escola sobre suas especificidades, como morar longe e ir a pé à escola e as dificuldades decorrentes dessa realidade, chegar no horário e manter o uniforme limpo. Da mesma forma o pai não confiava nela e também não compreendia as dificuldades implicadas na distância da escola. Como descrito no relato abaixo,

“Jaqueline – Uma vez eu fui... estudar, fui sem a blusa de escola, tava suja e a diretora não deixou eu entrar. Barraram no portão. Só que pra mim não ir embora sozinha, que eu tinha medo, poxa, eu num conhecia nada, fiquei do lado de fora. Sentei na calçada em frente e fiquei do lado de fora, conversando com o pessoal que também tinha sido barrado. Aí, nisso, a diretora viu a gente ali, chamou a gente na escola e deu suspensão. [...] e falou que a gente só ia entrar de novo com o pai. Com o responsável. E eu com medo de contar aquilo pro meu pai que ele não ia entender de jeito nenhum. [...] Aí eu pedi um primo meu, Dênis, pra ir lá, assinar pra mim, aí só sei que minha mãe ficou sabendo, meu pai ficou sabendo dessa história. Quando meu pai foi na escola, eles colocaram um mês de falta pra mim. [...] Que não era verdade. Que as vezes, na sala professor fazia chamada, [...] nem sempre a gente ouvia. Ou [...] a gente tava do lado de fora, saía, as vezes nem fazia chamada.[...] Aí meu pai começou a dizer que eu ia pra escola e não estudava. Aí ele fez um caderninho. Eu tinha que chegar na escola, assinava a hora que eu entrava e a hora que eu saía.

E – Quem que tinha que assinar?

Jaqueline – A diretora. [...]

E – Isso no Dutra ou no Raythe? [...]

Jaqueline – No Raythe³⁰¹ [...] e a partir do [...] final do ano [...] ele inventou o caderninho. [...] E eu morria de vergonha.[...] Aí eu chegava na escola [...] ia na secretaria, dava o caderninho, a diretora assinava, ficava o caderninho lá. Depois eu saía, ia lá pegava o caderno e ia embora. Então era o seguinte: se eu sáísse seis horas, ele queria que sete horas eu estivesse em casa. Nunca dava tempo. [...] eu ia a pé com medo de passar da hora. Então chegava, ele num... [...] olhava nada não, só que meu medo era de um dia ele pedir e eu... [...]

E – Ele nunca olhou o caderninho.

Jaqueline – [...] De vez em quando ele olhava [quando mudou de escola], não era sempre ali, não. Mais no começo que ele olhava. Aí quando foi no ano de 96, eu falei assim: Não quero saber dessa porcaria mais não! Eu num vou fazer isso mais não! No dia que ele perguntar eu num quero nem saber! Aí eu num levei mais caderno. Aí nisso eu comecei a estudar e comecei a desanimar [...].(E60Eliane: 18-20)

O episódio mostra como a autoridade paterna pode ser exercida através de mecanismos de controle, direcionados principalmente para as “jovens” e que contou com a conivência da

³⁰¹ Jaqueline estudou um ano em uma escola de Seropédica e no ano seguinte foi transferida para outra escola também no centro do mesmo município.

instituição escolar, mas que a relação de controle implica um certo grau de aceitação por parte de quem é controlado.

Já Serena (16 anos) “fugia” ao controle dos pais de forma mais explícita. Serena todos os dias ia para a escola em Piranema com seu irmão. Este tinha a *responsabilidade* de cuidar da irmã. Os dois chegavam juntos à escola, mas Serena enganava o irmão e fugia da escola. Aproveitando a possibilidade de andar de ônibus sem pagar passagem, devido à gratuidade do transporte para alunos de escola pública, ela saía da escola e *passeava* de ônibus por Itaguaí. Essa prática só foi interrompida quando os pais tomaram conhecimento. A atitude do pai foi retirá-la da escola e conseguir um emprego na lanchonete onde trabalhava o irmão. O diálogo entre ela, sua mãe e sua madrinha revela os processos de enfrentamento da autoridade paterna. Diferente de Jaqueline e da maioria das “jovens” em que a relação pai e filha é caracterizada pela obediência em situações públicas, e os enfrentamentos são mais sutis, sempre escondidos. Nessa conversa ao perguntar sobre a sua frequência na escola, as histórias dos passeios foram revelados,

“E – Quer dizer que a mãe acha ela muito rebelde?”

Serena – (Ri)

D.Telma – Rebelde ela é mesmo. [...] Só Jesus mesmo pra me ajudar.

Serena – Quando eu boto uma coisa na cabeça... [...]

E – É? Você estuda?

Serena – Estudo.

E – Aonde?

Serena – Esse ano não vou estudar não, é em Piranema. [...]

E – Mas não vai estudar esse ano porque?

Serena – Meu pai não deixou.

E – Porque teu pai não deixa?

D.Telma – Porque repetiu de ano moça. [...] O ano que o pai dela deu a chance falou com ela, - “Vou dar a última chance a você.” Que o irmão ajudou ela a estudar, ela ficou pra baixo e pra cima andando de ônibus. [...] Passeando minha filha.

Serena – Passeando...

E – Passeando?

D.Telma – Ela ia pra Itaguaí.

E – Você ia pra escola e não ficava na escola? [...] E quando é que descobriram isso?

D.Telma – O [...] professor no dia das provas falou com o irmão dela, - “Porque a Serena não compareceu na sala de aula pra fazer a prova, rapaz, e não tá vindo na aula direto?”

Serena – Perguntaram pro meu irmão...

D.Telma – Ela tava na responsabilidade dele.

Serena – O professor não gostava de mim. [...]

E – E aí agora esse ano não pode estudar? [...]

Serena – Ah meu pai não deixa sair de casa.

E – Agora o pai não deixa nada? (faz sinal negativo) Mas o que era bom de fazer aqui, quando você podia fazer alguma coisa?
Serena – Ir pra casa das minhas colegas ali em baixo.
E – Ali embaixo aonde? [...]
Serena – É, pra casa da minha madrinha.
E – Nem isso pode mais Serena?
Serena – Não.
E – Tá proibida de ir na tua casa também D.Carmosina?
D.Carmosina – Tá proibida.
E – A mãe é menos braba?
Serena – É menos braba. [...] Ela só vive brigando dentro de casa. [...] Não deixa eu sair de casa. .”(E68Telma:1-5)

Mas esses dois episódios corroboram também para a percepção de que “ir à escola” e a própria escola são momentos/espacos menos vigiados pela família. Percebe-se ainda as possíveis rupturas das filhas com os mecanismos de controle, no caso de Serena, ser “vigiada pelo irmão”, no caso de Jaqueline não usar mais o *caderninho*.

Esses dois casos são emblemáticos para observarmos os processos e mecanismos de controle, principalmente como manifestação da autoridade paterna, mas também os espacos e formas de negociação entre a submissão e a transgressão. Esses mecanismos de controle se fazem mais presentes na relação com a escola, devido à caracterização apresentada no capítuloVI. A importância da escola na vida dos filhos não permite o questionamento quanto à sua frequência. Mas o fato da escola estar distante do local de moradia preocupa e demanda diferentes estratégias para garantir o controle e o exercício da autoridade paterna. Como observado na reclamação da D.Zilda comparando a distância da escola de *antigamente* e a de “agora”, e a dificuldade que isso acarreta pra cuidar dos filhos, que passam a ser *criados no tempo*,

“A escola antigamente era pegado em casa e hoje os filhos vão tudo estudar longe. Que cobertura pai e mãe pode dar um filho longe de casa, nenhuma. Quer dizer que mesmo que as crianças quer ser obediente à pai e mãe, mas não é, eles criam no tempo.” (E67 D.Zilda:23)

Por outro lado, nos espacos de trabalho urbano mesmo demandando deslocamentos, e muitas vezes, sendo menos integrados às redes das quais os pais fazem parte, não são associados a esse tipo de preocupação. Não presenciei e nem ouvi falar de mecanismos de controle específicos para esses espacos. Dois elementos podem explicar essa diferenciação, o fato de um número maior de homens do que de mulheres trabalharem. Mesmo assim, algumas

“jovens” trabalham no comércio no Centro de Seropédica e Itaguaí, ainda que por períodos menos extensos e contínuos que os homens na construção civil. Mas, talvez o trabalho urbano esteja associado à responsabilidade e ao universo *adulto*, e possa gerar registros diferenciados dos pais para a escola e o trabalho.

Se os espaços do mundo do trabalho são menos controlados, os espaços da “rua”, onde a única razão da circulação é o lazer, aparecem como grande preocupação dos pais. Diferente das festas na casa de parentes e que não são associados a espaços que necessitam de mecanismos de controle, a “rua” aparece representada pelos “jovens” de três formas nas falas dos entrevistados: materializada nas festas públicas; no passeio pelos centros urbanos, expressado em termos como *andar à toa*; e na prática do futebol. Circular nesses espaços é sempre associado ao desejo de *ver gente*, de *movimento*. As principais festas freqüentadas pelos “jovens” da região são: a “Festa do Trabalhador” (1º de Maio) que acontecem em todos os municípios do entorno e no centro de Seropédica, e às exposições de gado, chamadas de “Expo” seguidas pelo nome do município³⁰². A estas festas as filhas de qualquer idade e os filhos menores só podem freqüentar acompanhadas de um irmão mais velho ou primo.

Em relação aos filhos, de um modo geral, e aos filhos homens, mais especificamente, a questão mais explicitada pelos pais foi a preocupação da exposição a exposição à violência ao freqüentem esses espaços. Os episódios de violência e risco relatados remetem ao tipo de “violência urbana” muito associada à Baixada Fluminense, indo de encontro à imagem de “calma” e “tranqüilidade” sempre acionada nas descrições de Eldorado. Como no diálogo entre Sr.Bartolomeu e o seu filho Breno,

“Breno - Meu pai de vez em quando fica falando – “Oh se você chegar tarde eu vou embora. (do assentamento)” [...] Fala que é mentira minha pai?”

Sr.Bartolomeu – Eu vou embora porque ele tá chegando muito tarde em casa.

Breno – Chantagem. [...]

Sr.Bartolomeu – Faço mesmo. (risos)

Breno – Fazendo chantagem.” (E04Breno:3)

Mas esta impressão foi reforçada tanto pelos *adultos*, quanto pelos *jovens*, que relataram casos de assalto e estupro no trajeto entre o assentamento e o Centro de Seropédica.

³⁰² Ex. EXPOSEROPÉDICA, EXPOITAGUAÍ, etc. “Expo” é uma feira de exposição e venda de gado bovino que ocorre em vários municípios da região e do resto do Estado. Atualmente a comercialização agropecuária é menos importante, o que vem ganhando mais destaque são os shows de cantores e bandas de música.

D.Marileide e sua filha Gabriela reforçam a percepção de perigo nos trajetos externos ao assentamento, considerandos mais perigosos para as “jovens”,

“E – Então quando você quer sair pra se divertir você vai pra Piranema?

Gabriela – É, mas as vezes. Só quando meu pai e minha mãe deixa.

E – Por quê?

Gabriela – Porque é muito longe.

E – E aí você tem que ir a pé?

Gabriela – Não, vou de bicicleta.

E – Sozinha?

Gabriela – Não, vou com o Daniel.

E – Sozinha nunca?

Gabriela – Não.

E – Não pode ainda e o Daniel pode?

Gabriela – O Daniel pode.

E – O Daniel tem quantos anos?

Gabriela – O Daniel tem dezessete.

E – Mas, quando Daniel tinha quinze, ele já podia ir sozinho lá pra Piranema?

Gabriela – Não.

E – Então tem uma idade D.Marileide?

D.Marileide – A idade aqui é responsabilidade de cada um só que elas são meninas e sair sozinha é barra pesada né. (EL- É) Ainda mais nessas estradas muito desertas, não passa um ônibus, não tem transporte nenhum então de bicicleta não vai né, sozinha não vai. Por isso eles estudam juntos no mesmo colégio e agora Tainá também vai pro mesmo colégio que eles estão porque tem que estar os três juntos. Porque aqui tem que ser tipo os Três Mosqueteiros mesmo tem que andar tudo junto, senão... [...]” (E40Gabriela e Tainá:2 e 6)

O espaço de diversão das filhas é a escola, mas para além do perigo de violência urbana, aparece no discurso da mãe a preocupação quanto ao controle sobre as filhas, como na fala do marido que ela reproduz: *Não sou pai de novela, que deixa filho chegar a hora que quer.*

“E – E, em Piranema, o que que você costuma fazer?

Gabriela – Só escola mesmo.

E – Você não disse que lá tinha diversão?

D.Marileide – A diversão deles é movimento, tem gente por perto, tá jogando vôlei, tá conversando, fazendo barulho.

E – Mas tudo só na escola?

Gabriela – Só na escola.

D.Marileide – Só, porque não dá pra sair daqui de noite pra ir numa festa, por exemplo, chegar aqui que horas? Adolescentes, não vou deixar né não sou louca.” (E40Gabriela e Tainá:2 e 6)

O controle em relação às filhas é bastante evidente e pode envolver a circulação por espaços próximos a casa. Como nas falas da Gabriela e da Tainá em um momento em que a mãe não estava presente na entrevista, que contou que o pai a proibia de ir a festas no Morro das Pedrinhas, perto do lote onde mora a família. A obrigação das irmãs andarem juntas e de preferência com o irmão é um mecanismo de controle muito acionado, por essa e outras famílias. Já o irmão pode circular diariamente entre Piranema e a casa da família de bicicleta.

“E – Com o pai e com a mãe é tranquilo?”

Gabriela – Tranquilo.

E – Quem é mais brabo?

Gabriela – Meu pai.

E – Pega mais no pé?

Gabriela – Pega. Ele é mais fechado não deixa a gente sair muito não. Minha mãe já libera. Tem vez que ela dá uns puxões no meu pai e o meu pai deixa.

E – Pra ir aonde assim?

Gabriela – Ali no José Maia (Morro das Pedrinhas) tem duas vezes só que ele deixou a gente sair pra uma festa.

E – Aonde foram as festas?

Gabriela – A festa no José Maia, e a outra acho que foi em Piranema mesmo, foi só essas duas festa. [...]

E – E como é com o irmão? Tem diferença?

Gabriela – Tem. [...] Com o Daniel eles são mais liberais e com a gente eles prendem mais, tem coisas que eles deixam o Daniel fazer e não deixam a gente [...]

E – Tipo o quê?

Gabriela – Assim, como sair, ir para lugares sozinho, e a gente, se eu sair a Tainá tem que ir junto, se ela sair eu tenho que ir junto.

E – Tainá, isso é bom?

Tainá – Não.

E – Não. Por quê?

Tainá – Porque às vezes eu não quero ir e ela vai e tem que me levar, quando eu quero ir ela não quer ir, aí eu não posso ir também.”(E40Gabriela e Tainá:14-15)

A proibição ou a permissão com restrições para se ir a festas, como forma de manifestação do controle da autoridade paterna, apareceu novamente nas “queixas” da Jaqueline. Na única vez em que o pai permitiu que saísse com o namorado para irem a uma festa de aniversário de parentes dele (que também é uma família batista), o medo de não atender o horário estipulado para o retorno causou pânico no casal e envolveu todos que estavam na festa. O risco de exposição a situações de violência urbana foi enfrentado para chegar no horário combinado. Assim, a preocupação não se resume a esse tipo de risco, e sim ao fato de estar com o namorado longe da vigilância paterna.

“Jaqueline – Era assim. Meu pai nunca deixou eu fazer nada! [...] Milagre ainda eu vir pra escola, né, nessa distância!

E – Pois é. Mas à noite não podia sair nunca? Festa, nada?

Jaqueline – Nada! Nada! A gente ia em festa, lá dentro, com ele. [...] Então, quer dizer, e, poxa! Comecei a namorar no primeiro ano que vim pra cá. Aqui em Seropédica sempre tinha festa... [...] Nunca pude ir. [...] Pra não dizer que eu não fui em nenhuma, eu fui em uma festa, que foi o aniversário da minha concunhada, [...] que eu fui lá em Coroadó³⁰³ [...]. Mesmo assim, tive que levar a Iele (irmã) (risos) [...] E o que eu achei engraçado [...] naquele dia, foi que ele falou o seguinte: “Onze horas quero vocês em casa.” Só que lá, o último ônibus era nove horas, poxa nove horas nem... partiu bolo. Teve o culto e tudo, demorou. A gente falou assim depois a gente vai. Só que a gente não sabia que não tinha mais ônibus. Quando deu dez e pouca: “Ah, vou pro ponto pegar o ônibus.” – “Que ônibus? Não tem ônibus mais, não.” [...] Falei assim: “E agora?” Aí eu chorava, eu chorava tanto, de medo! Aí... O meu namorado também, né? Porque... [...] Ele deu a palavra dele pro meu pai que onze horas a gente tava em casa. Aí... só sei que foi aquele desespero. [...] O pessoal ia ficar tudo lá. Foi os irmãos dele com namoradas, as outras irmãs... aí, por minha causa, todo mundo veio embora. Aí, a mulher, que era a dona do sítio, deu carona à gente. [...] Aí veio as meninas no carro dela, e os meninos veio de fusca, que alugaram. Um fusca de um cara que tava lá. Cada um pagou um pouquinho e viemos embora. Sei que tinham cinco meninos e tinha oito meninas [...]. Aí, quando a gente chega [...] na antiga pedreira velha³⁰⁴ [...] o carro do meu cunhado [...] com todo mundo espremido, tava com os quatro pneus vazios. [...] Aí pronto! Aí que eu entrei em desespero. Isso, já tava dando meia noite e pouca. [...] Aí ele (namorado): “Não! Vamo a pé. Vamo a pé. Chega lá a gente vai dizer que foi o carro, mas a gente tem que chegar.” Aí, nisso, ele arrumou uma bicicleta. Ele e um outro menino que tava junto [...] foi levando a Iele e ele me levando. Quando a gente chegou em casa, tava dando uma e quinze. (Silêncio) 1:15 e meu pai dormindo. [...] Dormindo! A gente chamando, aí minha mãe levantou e abriu a porta. Meu pai dormindo!! [...] Aí no outro dia ele (namorado) foi na feira: - Ah! Que a gente chegou tarde porque aconteceu isso e isso... – ‘Ah, tem problema, não.’ Quer dizer, a gente podia ter ficado lá [...] ter dormido lá, tranqüilo, vinha no outro dia, né, [...] Então ele era assim. [...] Ele não deixava mas também não esquentava a cabeça. [...].” (E60Eliane:11-13)

A mãe da Jaqueline também não enfrenta o marido,

“Jaqueline – [...] depois desse dia, também, ele não deixou mais sair. “Num saía mais.” Aí de vez em quando a gente pedia pra ir em festa, ele não deixava. Porque ele tinha mania assim: eu pedia; - “Ah, pede pra sua mãe.” Pedia pra minha mãe; - “Ah, pede seu pai.” [...] Quando começava assim, eu já sabia que não ia. E minha mãe tinha muito receio de falar com ele. Assim, não vou dizer medo, mas não chegava muito pra falar com ele. [...] E [...] Tudo o que ele falava comigo era... ele não se direcionava diretamente a mim. [...] Eu podia tá de frente com ele. Ele nunca falava comigo. – “Você avisa isso pra tua filha! Você fala isso pra tua filha!” Geralmente,

³⁰³ Distrito de Sepetiba, localizado a aproximadamente 40 minutos de Seropédica de ônibus.

³⁰⁴ Na rua 11, a aproximadamente 2 km do assentamento.

quando eu queria alguma coisa, eu já adulava ele. Já dava um café, sabe? Antes de pedir, já fazia uma coisa e outra...” (E60Eliane:11-13)

Observamos que, embora a preocupação dos pais, manifestada em seus discursos, se refira aos filhos e às filhas, os mecanismos de controle e a interdição são mais utilizados com as filhas. Entre os rapazes, apesar da cobrança e manifestações de preocupação, a circulação nas áreas urbanas é grande e o controle bem menor. Como observado nas conversas informais entre os próprios “jovens” ou entre filhos e pais, explicitado no diálogo entre Breno e seu pai Sr.Bartolomeu. Neste caso, a exposição à violência não foi foco e sim o excesso de tempo injustificado que Breno passava fora de casa,

“E – O pai, pega muito no seu pé?

Breno – Nossa Senhora!

E – É? É brabo?

Sr.Bartolomeu – Pego nada, brabo não Elisa, sou um cara muito manso.

Breno – Só porque eu chego meia noite ele me dá esporro.

Sr.Bartolomeu – Mas tem que dar.

E – Por quê? Por que seu Arquemínio?

Sr.Bartolomeu – Ele sai de casa seis e meia, sete horas pro colégio [da manhã]. Vai trabalhar. Sai de lá sete horas[da noite], o que que ele fica fazendo lá fora até meia-noite? É tempo que ele tá tirando pra descansar. Entendeu porque a minha preocupação?

E – Todo o dia?

Sr.Bartolomeu – É quase todo o dia. [...] onde nós vamos ficar?

Breno – Não é não. Olha só? Que graça tem só trabalhar e estudar?

Sr.Bartolomeu – Eu até acho que você tem que se divertir, mas não assim, todo dia. Oh caiu doente essa semana com gripe. Ficou aí dois dias direto na cama parece que tava morto. É cansaço. Cansa né o cara sai de casa seis horas da manhã, chega meia noite.

Breno – Pai, vou falar que hoje vou chegar tarde também (Sr.Bartolomeu - Tá vendo?) hoje é sábado.

Sr.Bartolomeu – Bom tá certo, eu até entendo que um dia e outro tá certo, mas todo o dia...” (E04Breno e Bernardo:10)

Mas o perigo da violência urbana é fortemente associado à região, ainda que não ao assentamento, e envolve espaços, mesmo quando próximos ao Eldorado, considerados externos. Em certa ocasião perguntei ao Vicente (neto do Sr.Daniel) se ele saía para festas. Ele me disse que não gosta *sou muito quieto*, e que o avô também não quer que volte tarde porque é perigoso. *Tem lugar onde matam gente. Se a gente passa na hora pode acontecer alguma coisa.*

Outra forma em que a “rua” aparece representada é em expressões do tipo *andar à toa*, como na conversa informal com Janaína e Jasmim, onde perguntei se gostam de viver no assentamento e a resposta das duas foi que *detestam*. Perguntei o porquê e disseram que *é chato, que não tem nada pra fazer, só ver televisão*. Perguntei: o que gostam de fazer? *Sair, ir pro 49, Centro de Seropédica*.

*“E - E o que gostavam de fazer no 49?
Janaína -andar a toa, ver lojas e ir a igreja
Jasmim - “Lá tem mais movimento.” (CC:33)*

E entre os rapazes, principalmente os que não têm *compromisso*, isto é, não namoram, o programa é ficar em grupos no “49”, como descreveu Bruno,

“No 49, como não tem um shopping e não tem um cinema, o pessoal fica por ali conversando aquele grupinho, os amigos.[...] Cada grupo de jovens fica em uma determinada área. Eu ficava lá em cima da passarela. Só que aos poucos o grupo foi desfazendo, porque cada um foi arrumando compromisso, arrumei namorada, meus primos também arrumaram namorada [...]” (E05Bruno:10-11)

No primeiro caso trata-se de passear no *calçadão* de Seropédica para encontrar as amigas e ver o comércio, atividade diurna, praticada logo após a saída da escola ou nos dias em que são dispensadas das aulas. O caso da Serena apareceu como limite, faltar a aula para passear é reprovado pelos “jovens”, que valorizam em seus discursos ir à escola. A *zoeção* (ficar com os amigos, se divertir) é depois da aula. A atitude de Serena foi recriminada por outras “jovens” do assentamento que souberam do acontecido. Já os “jovens” freqüentam diversos espaços no centro de Seropédica (“no 49”), como o “Zoeção”³⁰⁵ para jogar fliperama, ficar com amigos da escola sobre uma das passarelas (principalmente a que demarca o início do km49, mais próxima da Universidade), na praça e nos quiosques também localizados no centro do “49”.

Uma terceira atividade externa muito mencionada pelos rapazes é o futebol. Jogam em campos improvisados, próximos ou distantes do assentamento. O fato de não terem um campo de futebol no assentamento é motivo de muita discussão, como veremos no próximo capítulo. O campo mais utilizado é o do Sá Freire, localidade que faz fronteira com o assentamento,

³⁰⁵ Bar em formato de galpão, na beira da BR, no centro de Seropédica, muito freqüentado por estudantes da Rural.

onde existe uma escola primária e uma igreja da Assembléia de Deus. Eventualmente o espaço é freqüentado também por moças e pode ser usado para a prática do *namoro escondido*.

A descrição do que “gostam de fazer” já revela a diferença entre os homens e as mulheres. Estas não podem freqüentar programas noturnos, a não ser em raras exceções, como nas festas em que vão acompanhadas dos seus irmãos ou primos. Já os rapazes não parecem ser “proibidos” de sair, e assim programas noturnos apareceram como suas “preferências”, já as moças falaram pouco sobre esses programas. Quanto à questão da exposição à violência, vale ressaltar que os próprios rapazes contaram casos de violência que presenciaram ou ouviram falar, ocorridos no Centro de Seropédica, como: briga entre outros rapazes, roubo de moto ou extorsão da polícia, que não apareceram nos relatos dos pais³⁰⁶. O que leva a crer que, para evitar uma “proibição” de fato, evitam contar para os pais esses episódios. Por fim, um “programa” bem aceito pelos pais é a visita à casa de amigos, embora fosse menos comum.

Controle, aceitação, submissão, transgressão: “Quando eu boto uma coisa na cabeça...”

Paquera, namoro, casamento: *Era tudo em segredo, né? Tudo entre a gente.*

O namoro na região e em Eldorado aparece como muito controlado. Essa seria uma relação de continuidade entre as gerações, como no relato de D.Zilda que lembrou como era o namoro quando era *moça*. Ela e sua mãe D.Sofia contaram, em um tom de brincadeira, como o pai/marido tomava conta dos namoros, ressaltaram que ele não interferia na escolha dos futuros esposos, mas só permitia o namoro associado à proposta de casamento,

E – E na época de casar o pai escolheu, ajudou a escolher marido?

D.Sofia – Não.

E – Nunca implicou com o marido que vocês escolheram?

D.Zilda – Não.

E – Tem pai que até isso quer resolver.

D.Sofia – Que até isso quer resolver, mas não pode, isso é uma coisa que não pode. O pai não pode mandar na idéia dos filhos nesse ponto de casamento, eu acho que não pode né. [...]

D.Zilda – O rapaz veio me pedir em casamento, aí papai falou que eu era muito nova, eu falei, - “Não é ser nova é ter juízo”.

³⁰⁶ “Drogas” foi um tema abordado pela pesquisadora, não surgiu espontaneamente, mas ao ser colocado nas entrevistas, surgiram casos que presenciaram ou ouviram falar, em suas escolas ou no 49. Não foram relatados casos de jovens do assentamento que utilizassem drogas ou que este seja um “problema” na localidade.

E – Quantos anos a senhora tinha?

D.Zilda – Eu tinha 17 anos. Aí papai falou, pra mim: - “Você é de gosto?” – “Ah gosto muito dele.” – “O senhor é de gosto?” – “Gosto dela também.” – “Se vocês quiserem o casamento, aprovo o namoro.”

E – E namorou muito tempo?

D.Zilda – Namorei dois anos assim e casei.

E – Namorando em casa?

D.Zilda – Nós não namorávamos não, nós via um ao outro só. (risos)

E – Não chegava nem perto?

D.Zilda – Deus me livre!

E – O pai não deixava? [...]

E – Quer dizer que namoro pro pai da senhora era um olhar pro outro assim?

D.Zilda – Era.

D.Sofia – Com um caminhão no meio.[...]

E – E ele vigiando?

D.Sofia – Não ele não era de vigiar não, ele ia pra dentro, eu é que ficava de estaca ali, segurando vela. [...] eles não conversavam não. Ficavam quietos. Só esperava eu sair pra poder conversar. [...]” (E67D.Sofia e D.Zilda:16,17)

Mas ainda hoje uma das principais motivações do uso de mecanismos de controle dos pais é a regulação da relação entre rapazes e moças, com regulações que acionam desde a vigilância direta de irmãos e primos, até a total interdição. Os pais evitam que as filhas freqüentem espaços onde não possam exercer controle ou que não existam redes de vigilância. O mecanismo dos “jovens” usados para contornar o que consideram um excesso de controle é o *namoro escondido*. No entanto, o *namoro escondido*, e a gravidez antes do casamento são recorrentes na área. E embora não tenha presenciado nenhum caso de casamento forçado, os “jovens”, principalmente as mulheres são muito vigiadas e como veremos, alguns pretendentes são rejeitados. O namoro já aparece como *proibido* nos relatos dos “jovens” sobre a época do acampamento e início do assentamento, o que não impediu a prática constante da *paquera* e do namoro entre eles. Sempre *escondido*, o namoro só se torna público quando fica *sério*, caso da Denise e do Mario, que após uma conversa com os pais e com o avô, oficializaram o namoro, e hoje estão casados. Esse também foi o caso da Taís (filha do Sr.Tadeu) e Jurandir (filho da D.Julieta da rede dos *meeiros*),

“Jaqueline – Era tudo em segredo, né? Tudo entre a gente.

E – Nunca em casa.

Jaqueline – Nunca em casa. Só quem namorava em casa era a Denise. Denise começou a namorar em casa com ... o Mario. Aí depois disso eu conheci, né, meu marido que... [...]” (E60Eliane:6,18-20)

No caso Serena, a proibição dos passeios de ônibus em Itaguaí aconteceu também, pela suspeita de que Serena ia *namorar escondido*. Ela afirmou que, quando dizia em casa que ia visitar a madrinha (D.Carmosina), de fato ia ver o namorado no Centro de Seropédica.

“Serena – Eu ia encontrar com meu namorado.

E – Ah, quem é o namorado?

Serena – Lá em Seropédica, o Silvio.[...]

E – Ele faz o que lá?

Serena – Ele é policial.

E – Namorou ele quanto tempo?

Serena – Vai fazer três meses.

E – E o pai proibiu?

Serena – Proibiu.

O argumento do Sr.Hélio (pai da Serena), segundo D.Telma, para a oposição ao namoro naquele momento é o investimento nos estudos para um futuro melhor. Mas no relato transparece o fato de que o pai *não faz gosto*,

“E – Mas será que o pai vai dar uma relaxada daqui a pouco e deixar ela sair mais.

D.Telma – Dá nada.

Serena – Ele não tá falando comigo.

D.Telma – Ela nem conversa com o pai.

E – Nossa! E agora o irmão pelo visto também dá duro em cima né?

D.Telma – Tá, o Rafael está.

Serena – Só saio com ele. [...]

D.Telma – Ele tem muito carinho por ela, e vê ela chorando pelo canto, ainda ontem ela queria sair pra comadre lá e eu não deixei, né.

E – Mas não deixou por quê?

D.Telma – Por causa desse motivo, porque ela é assim, ela vai sozinha pra lá, corre o risco de até os outros talvez até pegar ela né. [...]

Serena – Aquele dia fui sozinha e ninguém me pegou.

D.Telma – Mas não é isso...

D.Carmosina – Eu tenho medo só dos caminhos, morro de medo.

D.Telma – Então, ele já tá sem falar com ela, o meu esposo [...] morre por ela. Ele já sentou com ela e já falou, - “Você é uma jóia que eu tenho dentro de casa. Jamais eu vou abrir mão de você assim de qualquer jeito.” Agora ele já explicou desse namoro que ela tá com esse rapaz, que ele é policial, que ela é nova, que queria que ela estudasse né pra ser alguma coisa na vida primeiro, pra não pensar em namorar agora... Aí falou com ela, o futuro dela, não queria que ela namorasse e ele não faz gosto .”(E68Telma:7-16)

O rapaz não foi aceito pela família por ter uma filha, o que leva os pais a se preocuparem com a possibilidade de uma gravidez indesejada,

“E – Conheceu o rapaz?

Serena – Ele não quer nem falar com ele.
D.Telma – Ele já veio uma vez aqui o rapaz.
Serena – Duas.
D.Telma – Duas, mas assim o Hélio só viu de vista, ele nunca conversou.
E – Ele veio pedir pra namorar?
Serena – Veio.
E – Teu pai não deixou.
D.Telma – Não aceita.
Serena – Não quer nem sentar pra conversar com ele não quer.
E – Ele é mais velho?
Serena – Tem vinte e sete anos.
D.Telma – Porque tudo tem problema, vou logo ser franca pra senhora... [...] Porque olha, ele tem uma filha. [...] Nunca teve nada com a mulher não, só teve essa filha. Então meu esposo revoltou com isso, chega pertinho dela e explica, - “Você tá nova.” Ela não aceita, não quer aceitar, ficou de mal com o pai dentro de casa. Não posso fazer nada, eu a única coisa que eu posso fazer é dar conselho a ela porque as primas dela todas, a de Itaguaí tá lá sofrendo lá com um filho no colo, eu sento com ela, explico ela, - “Minha filha, não quero isso pra você.” Eu não quero.”(E68Telma:7-16)

As festas de aniversário e a ida para a escola são os momentos do *namoro escondido*. O que “confirma” a preocupação dos pais e a vigília em relação a estes “espaços” e “percursos”. As narrativas de Jaqueline são uma fonte importante para aprofundarmos essa questão, seja por seu pai ser classificado como um dos mais severos da área, seja pelas reações que aparentemente contradizem essa classificação. A proibição do pai que a impedia de sair para se *divertir*, era muito anterior ao namoro, e como vimos, envolvia mecanismos de controle em todas as esferas em que ela circulasse. Nesse contexto, diferente de Serena que *namorou escondido* do pai, mas com certo grau de conhecimento da família, Jaqueline de fato *namorou escondido* com seu atual marido, por algum tempo. O *namoro escondido* acontecia no trajeto da casa para a escola, segundo Jaqueline, porque era muito perigoso andar sozinha,

“Jaqueline – [...] eu ia mais com meu namorado [...] ele... ficava me esperando lá no 49, de lá eu ia com ele. [...] Só que meu pai também não sabia que era só ele. Ele ia comigo até um certo ponto, depois ia embora. Porque meu pai não podia saber que ele ia todo dia me buscar.
E – Preferia que você fosse sozinha.
Jaqueline – Preferia que eu fosse sozinha. [...]”(E60Eliane:6,18-20)

Mais uma vez no relato da Jaqueline transparece que o “perigo” de estar com um rapaz era maior que os riscos da violência urbana a que pudesse estar exposta. O caso Claudinha (27 anos), filha de D.Carmosina. que acompanhei por algum tempo, contribui para se observar a

prática do *namoro* e como o *escondido* nem sempre é tão escondido assim... Claudinha *namorava escondido*, por não ter o consentimento do seu pai, um caminhoneiro bem mais velho do que ela. Ele a visitava freqüentemente – quando passava em frente à casa de seu pai e pedia um café ou um copo d’água³⁰⁷ - gerando muita discussão na família. O pai e os irmãos não aceitavam o possível namoro. Claudinha comentou sobre o namoro após certa insistência da pesquisadora. Sua queixa é que não há rapazes da sua idade no assentamento. Ela afirmou ser mais velha, e de fato, muitos a consideram assim, como ouvi em diversos relatos. O diálogo travado entre ela e seus irmãos ilustra os elementos de “interdição” acionados contra o possível pretendente, ser mais velho e separado, e ainda o “sistema de vigilância”, que faz com que toda a família interfira na sua decisão de namorar,

“E – Claudinha, do jeito que você fala, parece que não namora nunca.

Claudinha – Nunca.

Célio e Cristiano – (Risos .)

E – Mas tem gente de fora, passa caminhão por aqui, o pessoal para...

Claudinha e Célio – (Risos).

Célio – Ela pega muita carona nesses caminhões. (risos)

E – Como assim, quer dizer que tem alguém?

Claudinha – Tem.

Célio – Mas ele é um velho.

E – Velho? Quantos anos?

Claudinha – 50.

E – E é solteiro?

Claudinha – Separado.

Célio – Não dá não.

Claudinha – Todos pegam no meu pé, até o pequenininho. O pai não quer nem ouvir falar.”(E10Claudinha,Célio e Cristiano:6)

Para analisarmos o caso, vale a observação em sua festa de aniversário. As festas na casa de parentes que poderiam ser momentos de intensa vigilância, ainda que sofressem menos a ação de mecanismos de controle, foram tratados como espaços privilegiados para o *namorar escondido*, e principalmente para a *paquera*. Na festa de aniversário da Claudinha foi possível observar a movimentação dos “jovens” e, também, mesmo com a presença dos *adultos*, as práticas da *paquera* e do *ficar*³⁰⁸. Cheguei às 19 horas em sua casa, acompanhada

³⁰⁷ Prática comum dos caminhoneiros com os moradores do assentamento, que em troca dão carona para o centro da cidade.

³⁰⁸ Prática muito comum entre “jovens” e associada ao universo urbano. Ficar em uma festa com uma ou mais pessoas tem como característica não representar compromisso.

de um dos estudantes que atuava no projeto UNITRABALHO. A casa estava toda preparada, ao lado da casa havia um pátio – que eu nunca tinha reparado por não ser muito freqüentado nos momentos em que estivemos na casa – onde estava a mesa do bolo e os doces, cadeiras em frente à mesa, e na parede, atrás do bolo, um enfeite de balões. Esta era a única parte que estava enfeitada para o aniversário. Dentro da casa não havia nenhuma modificação, exceto na cozinha onde aumentaram o número de cadeiras e a ausência da mesa, usada para o bolo. Atrás da casa, no quintal estava o aparelho de som, que normalmente ficava na sala. Nós chegamos no início da festa. Estavam presentes vários conhecidos do assentamento: D. Helena e seus filhos; Nega (Odaléia, filha da D.Nancy); Serena (afilhada da D.Carmosina e muito paquerada pelos rapazes), D. Nancy (Tita) e seu neto Paulo, o Giuliano filho do Sr. Gino, Leandro e Lauro, filhos do Sr. Joaquim, além de primos de Japari. Havia mais “jovens” homens (dez) que mulheres (quatro). O lugar mais ocupado foi o quintal de fora, onde ficava a música, e a cozinha, onde salgados estavam sendo preparados ininterruptamente por D. Carmosina. Mas a ocupação foi diferenciada, os “jovens” ficaram no quintal e os mais velhos na cozinha.

D.Carmosina estava cuidando dos salgadinhos e nos serviu primeiro. Em seguida Claudinha me levou até o quintal para conversar e me contou que quem pagou pelo bolo foi o *velho* (como ela chamava o namorado caminhoneiro). Apesar de o pai, segundo ela, continuar a não querer sua presença na casa, não questionou quem havia pagado o bolo. O fato de o namorado ter pagado o bolo mostra o quão “frágil” é a “proibição”. Ela estava muito chateada porque o namorado disse que não ia comparecer, porque teria que trabalhar, mas ela estava desconfiada de que ele estava mentindo. Apesar disso, estava contente com a festa. A divisão entre homens e mulheres ocorreu como observado em outros espaços de sociabilidade. As meninas dançavam no quintal ao som do CD de uma novela da época e imitavam a dança que as atrizes faziam na televisão³⁰⁹. Os rapazes ficaram em uma roda do outro lado do quintal conversando. Alguns *adultos* foram para o quintal, mas sem se misturarem com os “jovens”, e também conversavam animadamente. É evidente que a própria presença dos *adultos* representava vigilância, mas não houve nenhum episódio que demonstrasse o controle

³⁰⁹ A novela “das 20 horas”, exibida na Rede Globo, era “O Clone” e a música e a dança remetiam à cultura árabe e à dança do ventre.

explícito. Por exemplo, Serena e um dos primos da Claudinha conseguiram *ficar* “escondidos” na frente da casa, enquanto os *adultos* estavam na cozinha.

O assunto, tanto dos rapazes, quanto das moças, foi *namoro*, *paquera* e *ficar*. Contaram diversas histórias, mostrando como o namoro era “escondido”, mas amplamente praticado. A festa também contribuiu para se observar a diferença do uso de linguagem dos “jovens” do assentamento e dos primos da “cidade”, manifestado principalmente no maior uso de gírias por parte dos primos. Mas as músicas e os comentários que faziam alusão à novela aproximava os dois universos, assim como os termos *namoro*, *ficar* e *paquerar*. Assim a festa em casa ou na casa de parentes apareceu como um espaço onde os “jovens” pareciam se sentir mais à vontade e menos vigiados, ainda que mantendo a prática do *namoro* ou do *ficar escondido*.

A diferença de idade apareceu como um fator a mais para se esconder o namoro, o que pode gerar uma estratégia, esperar a *menina se formar*, como contou Diego sobre sua namorada. *Ela era muito nova*, então combinaram que não iriam contar nada até ela ficar mais velha (somente a mãe dela e o avô dele souberam), não queriam contar para não ter *fofoca*. Quando se conheceram, ela tinha 13 anos. Esperaram dois pra contar para todos. *Ela ainda era muito nova pra namorar em casa*, por isso só se encontravam na igreja. À época da pesquisa o namoro era público. Antes de namorarem, Diego namorou outras duas moças, uma *de fora* da igreja e outra *de dentro*, mas que se *perdeu*,

“No meu caso, por exemplo, a Andréa antes da gente namorar, ela tá com dezesseis anos, então [...] a gente tá com um ano e cinco meses de namoro. [...] Então assim, eu com dezoito, dezenove anos eu já pensava em namorar só que ela não, muito criança ainda ela tava com treze anos. [...] Entendeu, ela era um tipo assim criança e tal e ela tava na Igreja, conheci ela, fiz aquela amizade com ela mas não formava né. É, o meu interesse não era por ninguém da Igreja, porque não tinha, era com uma pessoa de fora [...] era da Igreja Congregacional, mas de fora, só que eu fui vendo que não tinha nada a ver e tal. Aí surgiu também um outro amor por outra garota da minha Igreja, mas que já veio... Porque ela tinha lá o namorado dela, também eu fui vendo [...] que não tinha nada a ver. Ela hoje tá num caminho tão perdida, tem que orar muito por ela. E graças a Deus transformou a Andréa, ela se formou de uma maneira tão rápida, e Deus uniu assim, uma amizade tão grande. Porque eu acho que a família dela influi muito também, a gente conhecer a família. Porque a gente conhecer só a pessoa se apaixonar pela pessoa e não conhecer a família dela é difícil.” (E11Diego:1)

Dessa forma, o namoro, quando público, passa pela relação entre as famílias dos envolvidos. Principalmente no caso dos membros da Igreja Batista Boa Esperança.

Mas o controle dos pais sobre os filhos, especialmente sobre a questão do namoro, ficou evidente até mesmo no comportamento dos pais e dos “jovens” durante as entrevistas. Um exemplo foi a entrevista com Claudinha, Célio e Cristiano, filhos de D.Carmosina e Sr.Celso. Embora os pais tivessem dito que iriam deixá-los a sós comigo – já que o tema proposto para a entrevista foi a experiência do Projeto de Horta Orgânica, do qual participaram – entraram e saíram do cômodo, onde estávamos, diversas vezes. Em uma das interrupções estávamos falando sobre namoro, mas com a chegada dos pais rapidamente mudaram de assunto. Quando os pais saíram, eu retomei o tema e voltaram a falar animadamente. Reclamaram que o pai controla muito, principalmente a Claudinha, que também se queixou da vigilância dos irmãos, até do menor. Quando estávamos falando sobre a relação com o Sol da Manhã (outro assentamento do município), o Sr. Celso, que estava na cozinha, entrou na sala, para contestar o que estavam dizendo, demonstrando estar atento à conversa, (nesse momento D. Carmosina também estava na sala).

Em mais de uma ocasião a presença ou intromissão dos pais nas entrevistas reforçou essa percepção sobre os mecanismos de controle. Em outra entrevista, Gabriela também falou sobre namoro nos poucos momentos em que a mãe e o pai não estavam presentes. Na situação que será descrita a seguir, o pai estava deitado em seu quarto e a mãe acompanhava a entrevista que fora marcada com as suas filhas. Só nos momentos em que foi preparar café ou foi buscar um copo d’água para a pesquisadora, foi possível conversar mais reservadamente, usando um tom de voz quase de sussurro. Essa presença da mãe não ocorreu na entrevista com o filho Daniel, que foi feita no quintal da casa, sem a presença de ninguém e com o consentimento dos pais.

“E – E namorado lá na escola?

Gabriela – Meu pai não pode escutar.

E – (baixinho) Você tem namorado? Ele é de onde?

Gabriela – Ele é da escola.

E – Já veio aqui?

Gabriela – Não. (rindo) [...]

E – Nem pensar, né?

Gabriela – Nem pensar. [...]

E – Por isso que seu pai não pode ouvir mesmo. (risos) E aí, é só na escola que vocês se encontram, não saem nunca?

Gabriela – Não, ele já pediu pra sair mas não dá.” (E40Gabriela,Tainá e Marineide:12)

Assim, um dos focos centrais dos mecanismos de controle é o namoro, mas principalmente no caso das filhas. A severidade de alguns pais/avôs – que não aceitam qualquer negociação quanto ao controle sobre as filhas/netas – as exclui de atividades externas, mesmo organizadas pelas igrejas. Mas não há uma explicação clara por parte dos pais e nem dos “jovens” sobre a razão da proibição do namoro. A principal questão associada ao namoro é a preocupação com a gravidez das filhas. Os pais utilizam os exemplos de casos reais, embora não nominalmente apontados, para justificar o controle. Apesar de todo o controle, mesmo nas famílias consideradas mais rígidas, ocorreram casos de gravidez durante o namoro ou mesmo sem um namorado oficial. Esse foi o caso Deise, filha de Sr.Daniel, Jaqueline neta do Sr.Daniel e filha do Sr.Jaques, todas da rede dos acampados, Karina, filha do Sr.Joaquim, da rede dos *meeiros*, e Rosali, filha da D.Romana, que não é de nenhuma das duas redes. No caso das duas primeiras chamou atenção o grau de controle da família sobre elas. Como vimos, Jaqueline, quando solteira, era intensamente vigiada. Deise, embora menos vigiada, também era controlada por seu pai, que cobrava uma disciplina rígida de acordo com os preceitos da Igreja Batista que freqüentavam³¹⁰. Após a revelação do fato, as filhas foram acolhidas por seus pais e receberam apoio. Esse foi o caso de Jaqueline que engravidou durante o namoro que escondia do pai. Sua narrativa recupera a relação difícil com o pai, e o processo de negociação para oficializar o *namoro escondido*,

“Jaqueline – Foi escondido. Ai... ai... até que minha mãe falou pra mim. [...] “Ó, se você não terminar com ele vou contar pro teu pai.”

E – Sua mãe já tinha percebido, né?

Jaqueline – Já. [...] Ai, um dia, cheguei e falei com ele que não dava certo e tal. Ai quando foi dia 30 de dezembro ele apareceu lá em casa. Ele tinha quebrado o braço [...] jogando bola [...]. Ai minha mãe viu, né aquele meu cuidar dele, correndo porque ele tava com o braço quebrado.

E – Foi aí que ela percebeu.

Jaqueline – É. Ela percebeu. Ai eu peguei e falei com ele que não dava certo. [...] Por causa do meu pai. Porque todo mundo dizia, meu pai tinha fama de bravo. Meu pai ali dentro era terrível. Então ninguém podia chegar perto.

E – Ele ainda tem fama.

Jaqueline – É. Agora ele melhorou mais, né? Então ninguém podia chegar perto. Eu, ali com os meninos, a gente brincava, mas eu tinha que tá sempre afastada, não podia ter aquela amizade, que ele sempre pegava no meu pé. [...] aí quando foi no dia 30 ele

³¹⁰ Onde a união de um homem e de uma mulher tem que ser sacramentada, sendo que a futura esposa deve ser virgem e a separação, embora tolerada, gera um afastamento das atividades internas da igreja (exclusão).

foi lá e pediu meu pai pra namorar em casa.[...] Meu pai deixou. Meu pai tal, na hora assim conversou com a minha mãe e depois deixou, resolveu deixar.

E – E sua mãe, nessas horas?

Jaqueline – É. Minha mãe, ela falava: “Poxa! Que filhos de seus amigos, mais novos que ela, já tão namorando. Que a Denise (prima) namora, que que tem? Que proibir é pior...” Então, minha mãe deu mais força.” (E60Eliane:7)

Apesar da proibição e dos fortes mecanismos para evitar que ficassem sozinhos, Jaqueline engravidou durante o namoro, o que trouxe muito medo, tanto para Jaqueline quanto para sua mãe, acerca de qual seria a reação do pai,

“Jaqueline – [...] quando descobriu que eu tava grávida, foi aquele bafafá todo, né? Então, meu pai como tinha fama de ser durão, aquela fama dele de ser brabo, minha mãe falou [...] “Oh, se acontecesse?” Ele falou, que se acontecesse ele botava eu e ela pra fora de casa. Então aquilo foi medo. Tanto meu como dela. E ela começou a suspeitar porque eu sempre vinha junto com o dela. Aquela coisa ali era controlado, meu e dela junto. [...] Então ela começou a suspeitar, começou a desconfiar.

E - Era ela que comprava absorvente?

Jaqueline – É. Essas coisa. Era sempre ela.

E – Então ela percebeu que você não tava.

Jaqueline – Ela percebia. Então, quer dizer, às vezes eu disfarçava pegava jogava fora pra... Mas mesmo assim teve uma hora que não deu pra esconder mais. (risos)³¹¹ E começou negócio de enjôo, essa coisa toda, e ela percebeu. Aí foi até engraçado que ela virou pro meu namorado e falou assim, “Oh, se você tem sua consciência limpa, fica na tua. Agora, se você não tem, cê leva ela no médico.” “Ah pode deixar que amanhã eu levo.” (risos) [...] Ele já entregou de bandeja, né? E com isso ela teve certeza.” .”(E68Telma:7-16)

Mas o pai reagiu muito diferente do que as ameaças que sempre fazia,

“Jaqueline – Aí fui no médico fiz um exame. Aí ela (mãe) chegou pro meu pai conversou. Aí foi aonde ele falou, né, que botava eu e ela pra fora de casa. Aí quando foi no dia que eu peguei o exame, ele tava construindo aquela casa deles. [...] A gente tava morando na casa do meu avô. [...] A gente tava mudando aquele dia pra casa do meu avô, cá em cima. Aí meu marido ajudando ele e eu ajudando aí ele num deixava eu pegar peso, aquela bobeira e eu com aquele medo. Quando foi de noite ele viu o exame, minha mãe mostrou, num falou nada, viu que deu positivo,né? [...] Meu marido dormiu (na casa deles).

E – Dormiu onde?

Jaqueline – Meu marido dormiu na cozinha, na minha cama e eu dormi no quarto com eles [pais]. Aí quando foi no outro dia, acordou chamou a gente conversou. “Oh, a única coisa que eu quero, dá teu jeito e arruma uma casa pra vocês. Cês vão casar e arrumar uma casa pra vocês morar.” Aí mesmo correu atrás, arrumou dinheiro pra

³¹¹ Mais de uma entrevistada citou a compra do absorvente íntimo pela mãe, como forma de controle do período menstrual das filhas. A não utilização do absorvente, segundo Jaqueline foi o que denunciou sua gravidez.

poder pagar cartório, pagou, a gente casou. Meu marido foi e arrumou um sítio pra gente tomar conta no Fonte Limpa. Aí a gente casou, aí a gente foi morar lá em novembro. Cheguei pra ele falei que a casa tava arrumada. Fui pra lá morar com ele, nem esquentou, ia lá em casa sempre, aí em dezembro a gente casou, tinha um mês que a gente tava morando junto, a gente casou, fez almoço, fez festa, ele tinha pegado um dinheiro, deu pra gente, sabe? Junto ali, aquela bobeira, foi ele até que foi meu padrinho, né do casamento, então foi totalmente diferente do que a gente pensava. [...] Eu até lembro uma vez, ele saiu pra ir em Campo Grande, não sei fazer o que, minha mãe ficou lá com as meninas, aí quando ele chegou trouxe um monte de roupinha de neném, trouxe mosquiteiro... [...] Então, aquilo, poxa! Foi totalmente diferente do que...

E – E Sr. Daniel? Seu avô?

Jaqueline – Meu avô num... pelo menos comigo, num comentou nada.”(E68Telma:7-16)

Apesar do controle, a gravidez antes do casamento é comum na família, o que pode significar que a gravidez precoce, ou da “jovem solteira” e o casamento podem ser formas de se libertar da autoridade paterna

“[...] Porque lá em casa, eu falo pra minha mãe, “isso é mal de família”, porque todo mundo ali, aconteceu isso. Todo mundo engravidou. [...] Que nem eu falo pra minha mãe, né, [...] “Oh, eu num sei, se aconteceu. É só você que sabe, porque a única ali que a gente sabe que não aconteceu nada foi a Délia e com a minha mãe, porque o restante foi todo mundo. Todo mundo, né, teve filho, todo mundo engravidou antes. [...] E ele aquela bobeira comigo, sempre levava fruta...” (E60Eliane:23-24)

Esse também foi o caso de Claudinha, que, diferente das outras “jovens” mães solteiras, permaneceu solteira morando com os pais. Após terminar o namoro com o *velho* passou a namorar o filho do Sr. Haroldo e da D. Helena, também escondido do pai. Já a mãe D. Carmosina costumava ser informada e tende a ajudar a *esconder* os *namoros*. Pouco tempo depois apareceu grávida do Bernardo com quem, segundo o Sr. Bartolomeu (pai do rapaz), mantinha um relacionamento há quatro anos escondido de todos (mesmo da sua mãe).

A gravidez antes do casamento também foi observada no caso de Karina filha do Sr. Joaquim, que não mora com o pai desde que engravidou e foi morar com o namorado. O pai não aprovou o “casamento” da filha, e sugeriu que não casassem definitivamente, se ofereceu também pra cuidar da neta. Mas o seu relato sobre como resolveu a questão e como se relaciona com a filha também revela os conflitos cotidianos, marcados pelo *namoro escondido* e as formas de negociação,

“Sr. Joaquim – Eu morava em Chaperó. Um dia ela começou a namorar, aí eu tinha horário de chegar, ela não aceitava [...] Tinha que chegar dez horas senão no outro

dia ela não saía. Mas só que em vez de ela ir estudar ia namorar, passou a ter esse problema (E - Na hora da escola?) É na hora da escola. Como eu não podia estar... Aí depois foram embora. Saíram, fugiram os dois. Foram lá pro Paraíba do Sul. Aí com uns seis meses voltaram.

E – Mas o senhor chegou a proibir o namoro ou não?

Sr.Joaquim – Não, eu não proibia, eu só conversei com eles, que ela era muito nova [...] Aí ela achou que eu [...] não tava aceitando, fugiu mesmo. Depois de cinco meses voltaram. “-Vamos casar.” Eu falei, “Não primeiramente eu não sou burro, eu vou fazer o casamento de vocês, daqui a um mês, dois meses vocês vão separar. Aí vai ficar amarrado você e ele, negócio de documento sabe com é que é? Não vocês ficam do jeito que tá. Agora, se vocês der certo, quando você tiver de maior de idade e quiser casar, a gente faz o casamento.” Foi isso que eu fiz, se eu tivesse feito o casamento que eles queriam, tá ó, separado.

E – Separaram logo depois?

Sr.Joaquim – É, um ano e pouco depois teve uma filha. Três anos que eles viveram juntos.

E – E a filha, quem é que cuida hoje?

Sr.Joaquim – A vó dela. Eu queria ficar, mas na época eu morava sozinho aqui não tinha ninguém...[...] Já tava aqui.” (E31Sr.Joaquim:5-7)

Sr.Joaquim também não aprova o segundo “casamento” da filha, e tinha sérias restrições ao rapaz. Mas, talvez pelo fato de a filha já estar fora de casa, não “proibiu” ou interveio, o que poderia provocar uma “ruptura” de fato. Suas críticas são quanto ao “estilo de vida” do rapaz, que considera reprovável. A única proibição é de que o genro conviva com seus filhos, irmãos de Karina.

“Joaquim – Ela ia morar com um cara que não tinha nada, não trabalha, [...] entendeu?

E – Mas eles vivem do que seu Joaquim?

Joaquim – Eu não sei inté hoje. Fica difícil. Ele trabalha lá, ele toma conta de um bar e acho que eles comem no bar. E ela também, deve ser isso, eu não procuro saber porque eu não gosto do padrão de vida do cara. O cara tem carro do ano, o cara tem tudo, mas não trabalha... eu num güento, não gosto disso. Eu gosto das minhas coisas bem... e eu não aceito. Ele só vem na minha casa quando eu não estou em casa. [...] quando eu tou em casa, fica na rua, [...] Eu não tenho nada contra ele, é o que ele faz. Se eu der apoio dentro da minha casa tou dando apoio pra ele ficar conversando com meus filhos. De repente meus filhos começam a acompanhar e fazer a mesma coisa. Eu não quero que os meus filhos façam o que ele faz. [...]” (E31Sr.Joaquim:5-7)

Os processos de negociação entre pai e filha incluíam a sua aparência,

“E – E ela vem ver os irmãos?

Joaquim – Vem, mas sempre ta ligando pra mim quando ela não vem passar aqui, quando ela ta fazendo coisa errada assim de... às vezes, uma tatuagem, um brinco no coisa, aí ela some. – “Não pai eu tava doente e tal.” Tudo bem. Outro dia ela veio

com coisa no umbigo, eu falei: -“Pode tirar isso aí.” –“Não pai.” –“Tira isso aí.” [...] (E - E ela obedece?) Obedece, tirou, ela tira. Ela tira, ela pode até botar de novo mais na hora aqui, ela tira. Aí outro dia ela chegou com coisa no nariz. [...] “Tira isso aí. Tira e guarda depois quando você for embora...”, aí ela foi. É assim eu sempre levei assim.” (E31Sr.Joaquim:5-7)

Mas apesar da relação conflituosa, foi com muito orgulho que Sr.Joaquim contou que sua filha havia se tornado modelo. Ela ganhou um concurso e ia fazer um teste para desfilar em São Paulo. Assim, a busca de emprego ou qualquer atividade remunerada também aparece como um caminho de autonomia frente à autoridade paterna.

As mães também exercem controle sobre as filhas, mas tendem a ser mais complacentes. De um modo geral, como no caso relatado no capítulo IV sobre adultério e ainda sobre a gravidez da mesma assentada, observa-se forte controle da comunidade principalmente sobre a vida das mulheres, “jovens” ou não, embora no caso das “jovens” fosse mais evidente. Da mesma forma, há processos de “aceitação” por parte dos próprios “jovens” da autoridade paterna. Muitos filhos, principalmente homens, concordam com os pais quanto ao controle sobre a circulação externa, devido à violência e tendem a *vigiar* suas irmãs em relação aos namoros, fortalecendo as redes de vigilância, como no relato de Serena que, além de ser vigiada pelo irmão, também é vigiada pelo filho mais novo de sua madrinha,

“Serena – (Rindo) É assim, domingo que eu vim de lá com a Cláudia, ele (Cleber, 8 anos, irmão mais novo da Claudinha), - “Você não vai na casa da Ema não. [...] Você não vai. Oh tô de olho em você, você não vai encontrar com o cara não, tô de olho em você.”

E – Cleber? Com aquele tamanhinho. [...]

D.Telma – Vigiano a Serena.

Serena – A Cláudia também, - “Serena eu sei que o seu namorado tá lá em baixo, mas você não vai encontrar...” Eu ria, - “Calma Cleber, não vou encontrar com ninguém não.” (E68Telma:16)

Mas os rapazes reclamam da dificuldade de namorar no assentamento devido à “proibição”, que restringe a possibilidade das moças namorarem. Ou seja, os “jovens”, e mesmos crianças, agem de forma diferenciada com a sua irmã/prima/agregada, participam das redes de vigilância, mas se queixam quanto aos mecanismos de vigilância e controle que criam barreiras e impedimentos para que se aproximem das “jovens” do assentamento. Já as filhas discordam de tanto controle, mas quase sempre se submetem, reproduzindo uma relação com

o pai marcada pelo medo e a angústia. Um dos casos mais fortes foi relatado pela Jaqueline, que contou quando foi perseguida pelo amigo do seu cunhado Edson (já falecido), no caminho para a escola, e se escondeu do pai por estar com o namorado e temer a sua interpretação dos fatos,

“Jaqueline - [...]E teve uma vez que um colega do Edson me seguiu. [...] O Edson levou o cara lá em casa e eu tinha mania de ficar de shortinho curto, de blusinha, lavando roupa. Que eu sempre lavava roupa antes de ir pra escola. Então o cara chegou assim, me viu daquele jeito, eu corri fui botar outra roupa. O Edson entrou dentro de casa, a casa era do Edson. Mostrou a casa toda. O cara começou a fazer um monte de pergunta e eu como uma boba respondendo: onde eu estudava, que horas que eu ia... e depois que eu fui, o cara foi me seguindo. O cara tava até com um fusca. E foi me seguindo e eu com medo. Quando chegou na entrada do Sá Freire eu fiquei com medo de ir e ele... fizesse o que queria,né? [...] Que ali era deserto. Agora inda tá mais movimentado, mesmo assim, aquele caminho inda é o mais perigoso. Aí que que eu fiz? Em vez deu ir direto, eu entrei pro Sá Freire. Quando eu entrei, que cheguei bem lá em cima, o meu namorado vinha descendo que ia encontrar comigo, foi minha sorte. E o cara parou na entrada do Sá Freire e começou gritando. Me chamando que queria conversar comigo, que não sei o que... Aí, quando ele viu meu namorado,foi embora. Nisso meu pai vinha de caminhão com o Tadeu. Eu me escondi. Ele nem sabe dessa história. Mas eu me escondi com medo por ele pensar que eu tava vindo do Sá Freire. Ele podia pensar o contrário. Aí, eu fui pra escola, [...] eu fiquei super com medo. O cara começou a rodear a escola. O cara veio parar aqui no Dutra (escola em que estudava), eu vi ele do lado de fora, fiquei com medo de sair. Nesse dia até meu namorado veio me buscar aqui de bicicleta. [...] Aí cheguei em casa contei pro meu pai. Falei assim: -“Oh, aquele cara que o Edson trouxe aqui me seguiu.” Aí teve uma briga. Meu pai falou um monte de besteira pro Edson. Disse que se acontecesse qualquer coisa comigo no meio da rua a culpa ia ser dele, meu pai ia botar ele na policia. [...]” (Jaqueline, 60:21)

Mas mesmo Jaqueline – que, contra a sua vontade, se submeteu a um ano do controle através do *caderninho* – transgrediu o mecanismo de controle ao mudar de escola e não levar o *caderninho* para a nova diretora. Jaqueline ficou surpresa ao perceber que o pai não cobrou mais o *caderninho* e não mencionou nada sobre a ruptura com o mecanismo de controle. O *caderninho*, apesar de imposto, não era cobrado com muito rigor pelo pai, mesmo assim Jaqueline obedecia e passava, pelo que classificou de situação *vergonhosa*, apresentado-o diariamente à diretora para ser assinado. Ao transgredir a ordem do pai disse sentir-se mais *livre*. Mesmo termo usado por Serena para justificar seus passeios de ônibus e por um dos filhos de D.Nancy ao ingressar no exército.

Janaína e Jasmim, irmãs de Jaqueline, ressaltaram o controle constante que o pai exerce. Ele não gosta que saiam. Assim mesmo, eventualmente, saem sem o seu consentimento, - *porque se pedir ele não deixa*. Querem participar do time de vôlei ou handball do colégio, mas o pai não deixa, porque teriam que ir sozinhas e voltar no fim do dia, o que é considerado perigoso. Durante uma conversa informal perguntei se o pai não *gosta* que saiam sozinhas nem para ir à igreja. Ao que responderam que ele não é muito religioso e que ele não deixa *porque ele é assim mesmo, não gosta nem que a gente ouça música*. Janaína afirmou querer arrumar um emprego qualquer no 49 para poder *ficar por lá*, mas o pai não quer nem ouvir sobre essa possibilidade.

Em alguns casos, principalmente entre os filhos dos *meeiros*, o trabalho associado à *namoro sério* gerou mais autonomia às “jovens”, concedida pelo próprio pai,

“E – Finge que sua mãe não está aqui, os pais controlam muito essa coisa de sair.

Letícia – Sempre controlou.

E – Quando é que você pode começar a sair mais assim?

Letícia – Depois que comecei a namorar é que comecei a sair e a trabalhar também.

E – Quantos anos você tinha?

Letícia – Na época eu tinha uns dezesseis anos.

E – Ah também não foi tão tarde assim né?

Letícia – Não, não, sair assim né, só com a minha cunhada...

E – Mas pra sair mais sozinha com os amigos só quando estava namorando?

Letícia – É, quando eu comecei a namorar. [...]” (E35Letícia:16-17)

Assim, o casamento precoce – às vezes antecedido pela gravidez – e a saída do assentamento, principalmente das filhas, seria uma forma de ruptura com a autoridade paterna e não necessariamente com as redes familiares, de vizinhança e de amizade, nem um afastamento do próprio assentamento, na medida em que vão para o núcleo urbano próximo e continuam a freqüentar a casa dos pais. Esse processo contribui para explicar a percepção, corroborado pelos dados que levantamos, de que saem mais moças que rapazes do assentamento. Do total de 127 “jovens” (12-32), 22,8% mulheres e 33,1% homens moram com suas famílias, já 44% dos “jovens” não vivem mais com a família. A porcentagem é mais expressiva, na medida em que 52% dos 127 “jovens” são mulheres. (Anexo 3, Tabela 1) Repensar a dualidade “sair e ficar” a partir do prisma da autoridade paterna traz novos significados para a questão. Pode-se estar diante de uma situação vivenciada em outros contextos familiares (urbanos e rurais), em que os pais resistem à saída dos filhos de casa, não só como processo de entrada deles na vida adulta e as mudanças decorrentes na relação a partir

desse “rito de passagem”, mas pela possibilidade da perda da posição de autoridade sobre a família. Dois fatores compõem a leitura sobre as relações de autoridade. A autoridade paterna é exercida e legitimada na relação pais e filhos, aparentemente sem o uso de violência³¹². Em alguns casos a relação é triangulada: pai, mãe, filhos, ou seja, a mãe reproduz a autoridade do pai. A mãe também pode atuar como mediadora no caso de provável ruptura e às vezes de “cúmplice” ou “negociadora” para conseguir atender um pedido dos filhos (principalmente filhas ou ajudar a esconder um namoro). O segundo fator é que os “jovens” buscam, cotidianamente, espaços e formas de negociação, o que não evita situações de transgressão e mesmo rupturas, como narrado por Serena e Jaqueline, que adotaram posturas de transgressão – os casos do caderninho e dos *passeios de ônibus* –, e de ruptura, como o caso da gravidez de Jaqueline. Este último tratado na fala de todos os envolvidos como uma situação que provocaria a sua expulsão de casa. Daí a estranheza de todos quanto à reação do pai, que culminou com a aceitação do casamento e a saída da filha do assentamento, sem que se configurasse uma ruptura com as redes das quais ela faz parte. Também nesse caso ocorreu a triangulação, com a mãe assumindo o papel de negociadora. O fato de o casamento de Jaqueline não configurar uma ruptura definitiva com a família – apesar da transgressão dos padrões impostos pelo pai – demonstra que a “saída” das filhas do assentamento, mesmo para casar e morar em locais próximos, é um momento de mudança que afeta mais as relações com o lote, que com a própria família. Isto porque a saída do lote representou para Jaqueline a ruptura definitiva com o trabalho familiar.

A gente fala sobre tudo: a liberdade dos espaços religiosos

Os espaços religiosos são menos controlados pela família e apontados como espaços bons para namorar e paquerar. Embora o material etnográfico sobre a atuação em espaços religiosos e mesmo da própria organização dos jovens na Igreja Católica e na Igreja Batista seja extenso, optei, em função do recorte proposto neste capítulo, tratar o tema da autoridade paterna em dois espaços. Privilegiei o Grupo Jovem da Igreja Batista (GJ) e um evento organizado pela Diocese da região. A busca de espaços onde tenham mais liberdade frente à autoridade paterna pode ser uma das razões que torna o GJ da IBBE tão atraente para os

³¹² A exceção foi na família de D.Gardênia e Sr.Geraldo, como vimos no capítulo IV, através dos relatos da própria D.Gardênia e dos filhos.

filhos(as) de assentados e ex-assentados. A própria reprodução das hierarquias internas e das redes sociais contribui para um cotidiano aonde a presença dos pais é mais distanciada. Os pais, embora freqüentem regularmente a igreja, têm a presença mais restrita aos cultos e atividades que envolvem toda a Igreja, ou de seu grupo de “classe” específico³¹³. No dia-a-dia o espaço do GJ é menos vigiado, mesmo tendo a supervisão de um *irmão* da diretoria da igreja responsável pelo Grupo Jovem. O grupo tem espaços regulares, organizativos como reuniões que ocorrem aos domingos, e, na agenda da igreja, o Culto Jovem (um domingo por mês). O Culto Jovem se diferencia pouco da dinâmica dos cultos regulares, já as reuniões do GJ são um espaço onde seus integrantes têm autonomia para planejar suas ações sem interferência dos *adultos*. Outros dois espaços regulares são os ensaios da banda e das *louvações* (canto dos hinos religiosos), e *estudos* encontros para discutirem temas religiosos e do cotidiano. Os ensaios acontecem uma vez por semana à noite e os *estudos*, aos domingos pela manhã. Todos os espaços são na igreja, mas à exceção do culto, nos demais a presença dos *adultos* acontece só eventualmente³¹⁴.

Apesar do controle que existe quando se circular no espaço da igreja, durante as muitas atividades que acompanhei foi possível perceber que quase todas as iniciativas do GJ são do próprio grupo, cujas decisões quase sempre são respeitadas pelos demais membros da igreja. As atividades maiores contam com apoio de toda a igreja, como as festas jovens. O grupo promove muitos eventos que visam trazer novos integrantes para a igreja e para o grupo jovem. Mas, esses eventos são também espaços de “lazer autorizado”. Como a coreografia nos

³¹³ Classe dos homens e das mulheres, divisão interna da igreja (comum em igrejas evangélicas).

³¹⁴ Como ressalta Fernandes, “a igreja consegue “agendar” seus membros todos os dias com pelo menos uma atividade. É claro que nem todo mundo participa de tudo, mas, todos têm à sua disposição grupos onde podem e são chamados a incluir-se, atividades em que podem e são chamados a engajar-se...” (1992:67). Na IBBE o *louvor* é o canto que ocorre durante os cultos *quando estamos com Jesus* e os ensaios acontecem uma vez por semana. A Banda Alfa das adolescentes também se apresenta nos cultos e ensaia uma vez por semana. Há ainda o Grupo de Coreografia que também se apresenta durante os cultos, integrado por adolescentes. Os estudos bíblicos acontecem por “classe”: classe dos jovens, classe das senhoras e classe dos senhores. Todos os integrantes da igreja são chamados também para a evangelização, visita à casa de pessoas que ainda não são convertidas, mas podem se converter, que estão em processo de conversão ou que tinham se afastado da igreja. Geralmente acontecem aos sábados, pela manhã. Fernandes apresenta em seu estudo uma classificação a partir do estado civil e gênero “estar casada e ser homem ou mulher, definia estar na classe dos senhores (as) ou dos jovens.” Na IBBE a decisão da passagem de uma classe para outra depende da pessoa. Assim, muitos dos integrantes do grupo jovem são casados. As reuniões do GJ acontecem aos domingos antes do culto da noite. O culto jovem acontece uma vez por mês no domingo à noite, quando os jovens definem a estrutura do culto (o tema a ser abordado e os convidados). As visitas dos jovens a outros grupos e igrejas, acontecem com freqüência e incluem visitas a Grupos Jovens de igrejas evangélicas de outras matrizes. Foram relatadas visitas à Assembléia de Deus e a outras Igrejas Batistas, etc. Além das atividades diretamente relacionadas aos cultos há as atividades lúdicas e de sociabilidade. Assim, a “agenda” é repleta e demanda uma intensa participação.

cultos e nos shows *gospels*, ou na resposta do Vicente à pergunta sobre o que gostam de fazer fora do assentamento. Vicente afirmou que não gosta de sair, que vai só à igreja, onde faz aula de violão e ensaia com a banda da qual faz parte³¹⁵. Nos *estudos*³¹⁶ organizados pelo GJ, segundo afirmaram, pode-se discutir qualquer tema. *Política, sexo e namoro* foram alguns dos temas citados como polêmicos, mas que são discutidos.

O namoro interno ao grupo é o mais comum. Quando surge um casal formado com alguém de fora da igreja, a tendência é a prática entrada no grupo ou a separação. Os casais “mistos” que permanecem enfrentam a dificuldade de equacionar os espaços de sociabilidade, como se observa no relato da presidente do GJ, se referindo a amigas nessa situação,

“Melissa – Porque [...] sempre que eu chamo tem aquela coisa, ‘eu não vou porque meu marido não vai deixar’. Ou ‘não vou porque não posso porque meu marido não vai.’

E - Você é casada né?

Melissa – Eu sou, mas tem as outras que são, mas os maridos não são evangélicos. Fica mais difícil pra ir.” (E76Melissa:1)

A prática do namoro é intensa e, na maioria das vezes, pública, podendo até ser fonte de desentendimentos no grupo, como relatou Melissa,

“Melissa – Às vezes é, porque, por exemplo. Essas brigas já vêm do passado entendeu. Às vezes já teve algum problema até do passado; aí fica aquela coisa assim parece que fica pendente ainda. Porque tem, tem muita coisa que aconteceu no grupo jovem porque às vezes tem jovens que já teve um passado com outro, um passado que não foi muito agradável. Coisa assim.

E – Namoro.

Melissa – É. Namoro.[...] Aí, já vem e aquilo já fica uma situação muito difícil porque você fica assim “meu Deus quem tá certo” [...] também às vezes envolvendo pessoas mesmo que já foram amigas; muito amigas mesmo, antes e que agora não é mais. Entendeu. Então aí aproveita a situação pra as vezes agredir com palavras, entendeu. Fala alguma coisinha que às vezes a pessoa não quer ouvir e aí fica aquela coisa difícil. Você fica assim, “meu Deus o que eu vou fazer”.” (E50GJMelissa: 21-22)

Por outro lado, embora no discurso os integrantes do GJ casados reforcem valores que regem o matrimônio, onde a esposa deve obediência e submissão ao marido, na convivência foi possível observar um forte diálogo entre os casais. A participação intensa das mulheres na

³¹⁵ Apesar de ser do GJ participa da única banda da igreja, que é a Banda Alfa, do Grupo dos Adolescentes.

³¹⁶ Ver Cabral, Simone (2003)

organização dos eventos e mesmo ocupando cargos de direção do grupo não reforça a autoridade masculina (a presidente é a Melissa e exerce o cargo com autoridade)³¹⁷.

A saída à noite é mais comum entre os “jovens” da igreja que moram no 49. As adolescentes saem apenas com casais do GJ, que são vistos pelos demais membros da igreja, como mais responsáveis que os solteiros. O fato de diversos integrantes de o GJ serem casados e saírem com frequência corrobora a análise de que o casamento gera autonomia frente à autoridade paterna, na família e mesmo como passagem de uma classificação de menos, para mais responsável, ainda que identificados como *jovens*. Esta percepção é reforçada pela solicitação de *irmãos mais velhos* e até mesmo a proibição de alguns pais quanto a seus filhos solteiros, considerados “jovens” ou “adolescentes”, participarem de eventos noturnos. O GJ organizava atividades noturnas que, devido à reação destes pais, tiveram que passar a ocorrer durante o dia. Melissa contou como eram esses encontros, que aconteciam sempre na casa de um casal do Grupo,

“Melissa - A primeira vez foi na casa da Vanessa [integrante do GJ e responsável pelo Grupo de Adolescentes], alugamos fita, foi churrasco também.

E - Que filme vocês viram?

Melissa - Nós vimos a fita "Diante do Trono" uma fita evangélica. Todas as três que foram alugadas eram evangélicas, foi fita de clipe, de pessoas evangélicas.[...] com músicas evangélicas e coreografias, essas coisas.

E - O pessoal faz coreografia?

Melissa - Faz ih! Na segunda vez foi na casa do Elton [ex-presidente do GJ, durante a pesquisa passou para a Classe dos Senhores], ai já viu um filme e não era evangélico não, era um desenho que passou e nós vimos. Mas tava tão bom. [...] ficou todo mundo ali, sabe, um pertinho do outro tudo quietinho assistindo o filme. Foi muito bom ai chegamos duas horas da manhã em casa.

E - Teve bronca?

Melissa - Da minha parte não.

E - Vocês não porque vocês moram sozinhas.

Melissa - As meninas [do Grupo de Adolescentes] também não porque os pais delas não falaram nada não, mas sempre tem aquele irmão de igreja sabe, mais idoso que não gosta dessas coisas de jovens com essa força que jovem tem de querer ficar acordado, de fazer coisas diferentes. [...] ai comenta alguma coisa, entendeu. Ai a gente decidiu não fazer mais a noite, fazer assim de dia, no domingo depois do culto, porque ai todo mundo pode participar as crianças podem participar, os adolescentes.” (E76Melissa:2-3)

³¹⁷ Foi possível acompanhar uma boa parte de sua gestão de um ano, ao longo do qual ocorreram reuniões e ensaios (louvação) e eventos. Presenciei diversas discussões e tensões, embora sem exaltação, que a presidente conseguiu contornar. Suas intervenções são muito respeitadas.

Assim, observamos uma intensa vida social dos chamados *jovens* em função da atuação no GJ, que lhes permite uma autonomia relativa criando espaços freqüentados quase exclusivamente por eles³¹⁸, onde é possível namorar em público, mesmo que não resulte em casamento. Nestes espaços não percebemos mecanismos de controle, e notamos menos vigilância, já que muitas atividades não têm participantes ou a presença de *adultos*. Pode-se atribuir essa maior liberdade ao discurso recorrente entre *adultos* e *jovens*, que classifica o *evangélico* como dotado de um padrão moral de conduta³¹⁹. No entanto, não explicaria o porquê de uma “jovem” de Eldorado ser vigiada e controlada em outros espaços e não neste. Assim, podemos atribuir essa diferença à sobreposição de redes e a uma maior “segurança” nesse universo que em outros espaços não domésticos.

Mas não só a IBBG é percebida como um espaço com menos vigilância, também os encontros promovidos pela Irmã Ivete, ainda que mais fluidos e organizados por *adultos*, foram retratados dessa forma. A atuação da Igreja Católica aconteceu, como pudemos ver, desde o processo de organização do assentamento, mas um dos focos centrais de Irmã Ivete era os *jovens*. A organização de encontros de *jovens*, *assentados* do Eldorado e de outros assentamentos, como o do Sol da Manhã, reunia *jovens* de diferentes religiões, apesar de a organizadora ser católica. Uma característica do grupo de *jovens* do Eldorado que participaram desses encontros era o fato de todos serem da rede dos acampados (a exceção foi Mario, que depois se casou com Denise, neta do Sr. Daniel). Estes encontros promoveram a aproximação destas duas realidades (Eldorado e Sol da Manhã) e Horácio, filho do Sr. Haroldo, e Hortência, filha de assentados do Sol da Manhã, se conheceram e se casaram. Os encontros são lembrados, por quem participou, com muita saudade. Muitos informantes lembraram do maior desses eventos, o *Encontro de Jovens* promovido pela Irmã Ivete. Realizado no período inicial do assentamento, o Encontro aconteceu em Mangaratiba, reunindo *jovens da diocese*

³¹⁸ Eventualmente o *irmão* responsável pelo GJ também participa, mas não interfere na organização e nas formas de diversão do Grupo. Os encontros podem ser mensais, de menor vulto, e o encontro anual no *Dia do Jovem*. No ano em que acompanhei o Grupo foi realizado um mês inteiro para comemorar o *dia do jovem*. Os eventos são espaços organizados em campos de futebol, sítios ou casas, sempre com atividades esportivas, principalmente futebol e vôlei. O almoço é feito pelo GJ e em eventos maiores contam com a ajuda da *Classe das Mulheres*.

³¹⁹ Não é possível aprofundar, nesse momento, essa questão, mas vale pensa-la a partir do extenso debate sobre o ethos protestante, como em Weber, M. (1983), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Ed. Livraria Pioneira, SP.

(que compreendia os municípios de Seropédica, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati) de diversos assentamentos com o objetivo de permitir que os *jovens* debatessem a sua realidade³²⁰, como no relato da própria Irmã Ivete,

*“Irmã Ivete – É. Aí eu falei assim, com a equipe, por que não era só eu tinha mais gente né. “Vamos fazer um encontro com esses jovens, quem sabe assim eles animam né, vê outras coisas, tem outros temas né”. Não lembro mais qual o tema que nós discutimos lá. Aí juntamos os jovens todinhos da diocese. Jovens da roça, do campo e não tinha nem Pastoral.” (E78Ivete:11)*³²¹

Apesar da intensa vigilância da Irmã e demais integrantes da Equipe da CPT que promoveram o encontro, o encontro foi lembrado pelos *jovens* do Eldorado que participaram como um raro momento de *liberdade*. Irmã Ivete relatou a dificuldade em manter rapazes e moças separados à noite, onde se percebe a dificuldade da transferência de autoridade dos pais para a Irmã Ivete.

“Aí começamos, só que na primeira noite eles não deixaram ninguém dormir. Acho que eles nunca ficaram..., Se endoideceram. [...] Então era assim, a casa assim tem duas alas né, ala dos homens e ala das mulheres né. Então colocamos os rapazes pra lá e as moças pra cá.

E – E deu certo isso?

Irmã Ivete – Aí os rapazes né, “deixa a gente dar uma olhadinha pra ver o que que tem” (risos), mas isso foi à noite inteira viu! Aí tivemos que pedir os casais que foram pra ajudar a gente pra segurar, ‘vocês seguram daí, que a gente segura daqui’ (risos). [...] Que os pais deixaram ir e tudo né. Ah! tá indo junto então não tem problema. Mas eles fugiam e olhavam lá. Teve um que entrou “deixa eu só dar uma olhada”, entrou no corredor correndo, foi no fim do corredor, olhou em todos os quartos e as meninas

³²⁰ A entrevista com a Irmã Ivete foi realizada com a participação da Gilmar, então aluna de Economia Doméstica da Rural e integrante do Grupo da Pesquisa UNITRABALHO.

³²¹ Nessa entrevista Irmã Ivete relata os detalhes da organização do Encontro. Irmã Ivete – Aí a gente fez o contato com o pessoal responsável lá da paróquia. Eles iam falando pros grupos o quê que eles achavam, se eles gostariam de ter e tudo. Então, a resposta eles escreviam cartinhas e mandava se eles gostariam de ir pra um encontro, discutir : qual o valor dos jovens né, o que eles pensavam e tudo né. Eles respondiam e seria ótimo, isso nunca aconteceu. Nós também convidamos adultos, casais pra vir ajudar a gente, por que senão já pensou? (risos), tinham mais de 80 jovens. Jovem da área rural né. E – E tinha idade mínima? Irmã Ivete – De 15 anos pra cima. E – Tinha casados? Irmã Ivete – Não. De jovens não. [...] E – E mais velhos? Tinha um limite de idade? [...] Irmã Ivete – Ah! Os mais velhos [...] devia ter uns 25 por aí, mais ou menos, por aí. Então fomos, conseguimos juntar os jovens pra ir pra Mangaratiba. [...] É uma casa de encontro que tem lá da diocese. [...] Nós fomos pra lá. A pessoa que toma conta lá falou vocês propõem pra eles trazerem alguma coisa da roça né, alguns legumes. Se tiver arroz traga, se tiver feijão e faz dessa forma assim né. Aí foi tudo novamente, “o que vocês podem trazer daí”, um “a gente leva aipim”, outro “a gente leva batata”, “a gente leva banana”, “a gente leva laranja”. Ótimo, então foi assim, menina, mas tinha tanta coisa. E – E isso a Sr^a acha que isso foi uma coisa importante eles levarem produtos... Irmã Ivete – Nossa! Foi a maior alegria deles. Eles poderem chegar com aquilo ali né, chegar com o saco cheio assim nas costas, “aqui a banana”, então da onde é? “Mangaratiba”, e isso aqui: “É lá de Parati”. Eles iam trazendo né.” (E78Ivete:12)

“ai!”, fazia aquela gritaria, aquela coisa toda, aquela bagunça, mais foi uma festa. A noite inteirinha.” (E78Ivete:12-13)

Mas o encontro foi lembrado não só por poderem *paquerar*, como contou Célio (filho do Sr.Celso e D.Carmosina), mas também por poderem tratar de temas que normalmente não discutiam. E ainda por poderem fazer suas próprias “queixas” e emitir suas opiniões sobre a realidade em que viviam. Irmã Ivete relatou os principais temas debatidos e ressaltou as “queixas” dos *jovens*,

“Irmã Ivete – O que eles falavam muito, [...] reclamam ainda até hoje né.[...] que os adultos não valorizam eles, não tem confiança neles né, sempre eles falavam muito isso. [...] Que os adultos não deixava eles caminhar sozinhos assim..., que ajuda sim mas não tinha confiança neles.

E – Mais isso tanto para participação em associação ou também na lógica da família mesmo, no trabalho na família eles se queixavam?

Irmã Ivete – Queixavam também, assim na associação né, por que tinha uns que falavam, por exemplo, no Eldorado aquela turma toda falava. Lá em Angra o pessoal tudo com a boca fechada.

E – É mesmo, teve essa diferença a senhora percebeu?

Irmã Ivete – É fechada né, custou pra um ou outro falar. Então, tinha uma que falava, de Angra a menina. A menina falava que parece que tinha engolido uma agulha de vitrola. A menina falava tanto, acho que ela nunca tinha falado no meio dos outros...

E – A senhora acha que tinha muita repressão dos adultos em cima deles?

Irmã Ivete – Eles falaram que tinha né, repressão e tudo né. Ah! não pode sair pra lugar nenhum. Não pode isso, não pode aquilo e eles só ali pra capinar, olha era muita queixa mesmo. Eles queixavam mesmo viu.

E – E em relação à renda também? Do pai controlar dinheiro?

Irmã Ivete – De controlar dinheiro assim e tudo né, eles queriam trabalho pra poder ser livres né. [...] ‘A gente ter o dinheiro pra fazer dele o que quiser.[...] Então, eles queixavam muita coisa assim, que dava impressão que era muita pressão em cima deles né. Ai eles falavam muito.

E – E aí a senhora achou que o pessoal do Eldorado mesmo se queixando, pelo menos era um pessoal que falava, comparado com outros assim...

Irmã Ivete – Se colocavam, tinha umas meninas aqui do Sol da Manhã, elas falavam muito também [...].” (E78Ivete:14)

Pode-se afirmar que dentre as redes sociais estudadas, os espaços religiosos frequentados pelos *jovens* são apresentados como espaços onde eles têm mais *liberdade*. Principalmente os espaços onde a categoria representa uma coletividade que identifica quem pode participar, como os grupos jovens das igrejas e o próprio Encontro de Mangaratiba. Talvez devido a isso observamos a forte participação de *jovens* em grupos jovens de igrejas evangélicas e católicas. Em alguns casos, o filho mudou de igreja em função do interesse por

determinado grupo jovem³²². Assim, os espaços religiosos freqüentados pelos “jovens” são espaços que têm menos interferência da autoridade paterna, apesar da forte hierarquia da própria instituição religiosa, presente em todos os casos analisados, e como contrapontos, reforçam a intensa ação da autoridade paterna em outros espaços freqüentados por “jovens”. A principal razão dessa diferença pode ser uma crença nas instituições religiosas, mesmo porque as famílias, de um modo geral, freqüentam as igrejas. O caso Jaques contribui para essa leitura. Por ser o único da sua família no assentamento a não freqüentar a igreja, não permite que suas filhas participem de atividades sozinhas. Ou seja, não parece confiar nas redes de vigilância da instituição, acionando mecanismos de controle ou parentes homens para exercer a vigilância quando vão à igreja sem a mãe. Mas a própria sobreposição das redes familiares e religiosas pode justificar o menor uso de mecanismos de controle nesses espaços.

A autoridade paterna também se estende como forma de controle da atuação dos *jovens* nos espaços coletivos de organização freqüentados pelos *adultos*, ou em projetos planejados por *adultos*, tendo como público alvo os *jovens* do assentamento, como veremos a seguir.

³²² Esse foi o caso de um dos filhos do Sr. Haroldo que apesar – do pai ter construído uma igreja da Assembléia de Deus em seu lote, onde ministra cultos todas as semanas – prefere freqüentar uma igreja Congregacional, em uma localidade próxima, que tem um Grupo de Jovens. Esse também foi o caso do Alfredo, filho do Sr. Adolfo e D. Ana Alice, católicos, que “*se converteu*” para igreja Assembléia de Deus e freqüenta o Grupo Jovem de uma igreja em Seropédica.

CAP VIII: CONTEXTOS COLETIVOS DA CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA “JOVEM”

“Ninguém ouve a gente...”: autoridade paterna nos espaços de organização e em projetos para jovens rurais em assentamentos e acampamentos rurais

A categoria *jovem* passou a ser acionada nas narrativas dos *adultos* que lembraram a *história de luta* do Mutirão Eldorado, quando se reportavam à oficialização do assentamento. Ou seja, as principais lideranças reconhecidas, assim como atores externos utilizaram em suas narrativas, termos como *os jovens*, *a juventude*, ao tratarem do que denominaram de *começo do Mutirão*. Isso foi observado nas falas do Sr.Tadeu, da Irmã Ivete, do Professor, entre outros. Essa é uma questão crucial para a análise da construção da categoria “jovem/juventude” no assentamento Eldorado, na medida em que ao introduzirem esses termos, associam-nos a determinadas preocupações. Uma das mais recorrentes é *despertar o interesse dos jovens pela lavoura*. Essa preocupação reforça a identificação dos que seriam percebidos como *jovens* como aqueles que têm uma trajetória urbana. Outro fator central nessas falas é que ao perguntar para esses informantes quem são *os jovens* aos quais estavam se referindo, recebi respostas similares que desenharam um “grupo”. Ainda que não seja um “grupo formal”, o grupo também se auto-identifica. Muitos dos que são apontados como *jovens* se auto-identificam como tal e identificam os demais que haviam sido mencionados³²³, como na fala do Sr.Tadeu que localiza quem são e como agiam os *jovens*,

“Sr.Tadeu – [Os jovens] *Tinha um envolvimento mesmo, de falar, de ir lá na frente.*

E – Quem chamava mais atenção nessa época?

Sr.Tadeu – Olha, tinha o Dênis, o Dênis o filho da Délia. [...] a Denise, tinha a minha filha que era muito afoita é ainda, braba pra caramba, a Taís. A minha nega que era mais calminha, mais tranqüilinha, Simone, ela tá com 17 anos agora, mas era mais nova também. Tinha o Heraldo, tinha o Humberto, do seu Haroldo e o resto era tudo mais novinho, tinha o meu cunhado o Silvinho que era novo. [...] a Claudinha, os irmãos dela, eu lembro que tinha um problema lá, mas ele participava, a gente falava – ‘Deixa o garoto aí, deixa o garoto aí’³²⁴. (E62Sr.Tadeu:37)

O que caracteriza esse “grupo” é o fato de fazerem parte da rede do acampamento, ou por terem sido acampados, ou por terem entrado ainda no *início* do assentamento e se

³²³ Este grupo também foi identificado como “os jovens” do Eldorado por Mônica Benevenuto (2003).

³²⁴ D.Carmosina contou que o Cristiano tinha problemas de “nervos”, tendo sido internado algumas vezes.

aproximado da rede, tanto pela localização do lote, quanto na ação interna no assentamento. (Anexo 1, Mapas 3 e 4) Todas as famílias a que pertencem esses *jovens*, fazem ou fizeram parte da APPME, e participam das atividades que a associação promove, tais como projetos, festas e mobilizações. A idade dos que participam/participavam desse grupo, hoje varia de 16 a 31 anos. No Projeto *Hortão* a idade variou entre 10 e 21 anos³²⁵ e todos eram solteiros. Os organizadores, principalmente nas realizadas pela Irmã Ivete e pelo Sr. Tadeu, definiam quem podia participar dos projetos, reuniões, viagens e encontros, como se observa na fala da Claudinha.

“Claudinha - Tinha reunião na Casa de Pedra, encontro, desde o acampamento. Teve a Romaria em Angra. Teve encontro de jovens em Mangaratiba e Piranema.

E – Pra que era o encontro?

Claudinha – Pra conhecer outros jovens de outros mutirões. Foi a Irmã Ivete que chamou para um grupo do assentamento.

E – E tinha idade?

Claudinha – 13 anos.

E – Quem definiu?

Claudinha – A Irmã Ivete.

E – Podia todo mundo?

Claudinha – Só solteiro. Reunião dos jovens à noite no dia da assembléia.”
(E10Claudinha e Célio:3)

Entretanto, outros indivíduos em condições similares, solteiros e dentro da faixa etária definida, não participaram dessas atividades e nem são apontados como *jovens*. Os “excluídos” da classificação, em sua maioria, são filhos de *meeiros*, moram em Chaperó, Morro das Pedrinhas ou no 49 e freqüentam menos o assentamento. Ou, ainda, são de famílias que viveram situações de conflito interno ao assentamento, principalmente com o “grupo” dos acampados. O caso mais importante foi o dos filhos do Sr. Adolfo e D. Ana Alice, que foram “excluídos” dessa rede após o conflito descrito no capítulo II. Mesmo morando na área onde se localiza boa parte dos integrantes de rede do acampamento, não mantêm relação com os demais “jovens”, não atuam e nem são convidados para participar de projetos e atividades.

Assim, a categoria *jovem*, em algumas narrativas no assentamento, delimita um grupo de indivíduos que é socialmente identificado (Champagne, 1979), e que carrega determinados atributos. Por serem os que têm relação com as famílias que formaram o acampamento e que

³²⁵ Mônica Benevenuto (2003) trabalha com um corte geracional tratando os mais antigos de I geração e os mais novos como 2ª geração.

“controlam” politicamente o assentamento³²⁶, recaem sobre eles determinadas expectativas. Essas “expectativas”, como traçadas nas partes I e II da tese, dizem respeito não só à continuidade produtiva do assentamento, mas também dessa hegemonia política, como na fala do Sr. Tadeu sobre o Diego,

“[...] aí assim minha pessoa chave estaria sendo o Diego, porque ficou aquela promessa da gente trabalhar ele um futuro motorista, um futuro tratorista, e ele ali com o pai dele ajudando. O pai dele que tá velho ele é um garoto muito consciente. Então eu tinha aquela visão que ele seria a minha pessoa pra... [...] Tava preparando ele, entendeu, seria essa pessoa pra desenvolver ali.” (E62 Sr. Tadeu:40)

As narrativas que tratam a questão colocavam um problema concreto a ser resolvido: aqueles identificados como *jovens* são, na sua maioria, de origem urbana e precisavam ser introduzidos no trabalho e na vida rural. Mais que isso, precisavam valorizar a conquista da terra e do trabalho na lavoura.

Como abordado na Parte I, ao longo do processo de *luta*, ou nos primeiros difíceis meses do assentamento, os “jovens” experimentaram um processo de construção de identidade que valorizava a conquista da terra. Isso foi relatado com orgulho ao falarem sobre a participação na *luta* e nas mobilizações. O fato dos pais desejarem conquistar a terra teria fortalecido esse vínculo, e que teria sido um *incentivo* para *lutarem* juntos com os pais e aprenderem o trabalho na lavoura. Aparentemente os atores que se preocupavam com os *jovens* não observaram esse processo, na medida em que tratavam da questão como algo a ser “gerado” pelas ações propostas.

As ações organizadas nos primeiros anos do assentamento estavam voltadas para essas duas expectativas. Mas houve diferenças, da parte do APPME, buscou-se realizar reuniões com os *jovens*, separadas das reuniões ordinárias da associação; viabilizar formas de lazer, como partidas de futebol em outras localidades; e um projeto de produção orgânica chamado de *Hortão* ou *Assentadinho* (como era conhecido pelos “jovens”). Um exemplo é a descrição

³²⁶ Considero “controle político”, no sentido da disputa interna pela representação da área junto ao Incra, aos movimentos sociais reconhecidos no estado e aos chamados “apoios”, tais como CPT, parlamentares, etc. Nesse sentido, como tratado no cap. I, a APPME se estabeleceu como entidade representativa do assentamento, cuja legitimidade foi construída a partir da valorização do processo de acampamento e não da ocupação por meação que já ocorria na região.

do Sr. Emanuel sobre as reuniões na Associação só para “jovens”, sua fala introduz as expectativas dos *adultos*³²⁷,

“Sr. Emanuel – Era ensinando, explicando: como o que era o Mutirão, como tinha que ser, entendeu, e os jovens criados aqui dentro não podiam ir lá pra fora, não devia de trabalhar lá fora, sempre trabalhar aqui dentro [...]” (E26Francisco:11-12)

Já as ações organizadas pela Irmã Ivete visavam, além da *valorização da conquista da terra* e da condição de produtor, também, como vimos no capítulo anterior, teriam como objetivo que se *expressassem com mais liberdade*. Na descrição e na análise dessas ações por parte dos *jovens*, novamente surgiram referências à autoridade paterna e também à direção da APPME.

Após muitas conversas e entrevistas gravadas sobre o assentamento e sobre o Projeto *Assentadinho*, aqueles que fazem parte do “grupo” começaram a se manifestar sobre os problemas enfrentados por causa da autoridade paterna. A principal “queixa” é a falta de espaço para se expressarem e o fato de não serem ouvidos. Segundo disseram, não são ouvidos nem em casa quanto à produção, como vimos na II Parte da tese, e nem na associação. O Projeto *Assentadinho* foi analisado como um caso limite dessa autoridade, como veremos ainda nesse capítulo. As assembléias ordinárias da APPME são descritas como espaços pouco favoráveis para a sua participação e por isso freqüentam pouco *Não adianta. Ninguém ouve o jovem.*, como podemos perceber no diálogo entre o Sr. Emanuel e seu sobrinho Francisco,

“E – Nas reuniões normais da Associação os jovens podiam falar?”

Sr. Emanuel – Também.

E – E falavam?”

Sr. Emanuel – Não porque nas reuniões normais era mais pros adultos né, sempre que os jovens falassem não ia ser muito aproveitado.[...]”

Francisco – Ninguém escutava (fala baixinho).” (E26Francisco:11-12)

Ou na fala do Bruno, filho do Sr. Bartolomeu,

“Bruno – Assim diretamente não, mas de vez em quando eu ia [nas reuniões da APPME] com meu pai, na época na Casa de Pedra³²⁸.

E – O que você lembra dessa época assim, os filhos participavam das discussões?”

Bruno – Não.

E – Não, mas não participavam você acha por quê?”

³²⁷ Fala-se pouco dessas reuniões, que teriam ocorrido ainda durante o acampamento e principalmente no primeiro ano do assentamento.

³²⁸ Aonde ocorriam as reuniões da APPME antes da construção da sede.

Bruno – Não tinha muito espaço porque pegava mais o pessoal... ficava mais os pais ali conversando, entendeu. O grau de influência dos filhos, a escolaridade, uma série de coisas e o pessoal aqui já tinha... os filhos basicamente não participavam.

E – Sempre foi assim Bruno ou teve algum momento que os filhos puderam participar?

Bruno – Que eu me recorde foi sempre assim. De vez em quando tinha uma participação, mas era muito fraca em relação aos próprios pais.

E – E aí quem participava, os filhos mais velhos?

Bruno – Era digamos os filhos que já tinham mais escolaridade que já tinham mais... (silêncio)

E – Quem que você se lembra assim que chegava a participar na hora da discussão?

Bruno – Assim eu não me recorde.” (E05Bruno:2)

O fato das reuniões ocorrerem às quartas-feiras à tarde também foi apontado como impedimento para a participação deles, como comentou Bruno e seu irmão Bernardo, na medida em que muitos estudam e/ou trabalham à tarde.

“E – Vocês têm [...] participado das discussões que estão acontecendo na Associação? [...] Você, o Bernardo ou o Breno?

Bruno – Não, porque todo mundo aqui trabalha, eu já estudo. Quem vai mais, assim, é o meu pai. Meu pai questiona bastante.” (E05Bruno:14)

“E – Você chegou a participar de alguma reunião da Associação?

Bernardo – Já participei, quando eu não trabalhava participava de todas as reuniões.

E – É? Daí, de dois anos pra cá você parou?

Bernardo – É. De vez em quando eu participo. Aquela reunião que teve da votação [eleições para a diretoria que ocorreu em um sábado], eu participei [...] se tiver reunião dia de sábado eu participo, mas a maioria das reuniões aqui é quarta-feira, não dá pra participar.” (E04Breno e Bruno:15-16)

Ou como na queixa de Pedrinho que afirmou sequer ser informado,

“E - Você já participou das reuniões da associação?

Pedrinho - Não.

E - Não gosta?

Pedrinho - Eu gosto, mas é muito difícil eu ir.

E - Por quê?

Pedrinho - Porque quando eu saio pras reuniões é tarde demais. Quando eles avisam das reuniões já é tarde demais.

E - Nunca te avisam antes?

Pedrinho - Não.

E - Você acha que os filhos acabam não indo às reuniões?

Pedrinho - Não.” (E48Pedrinho:5)

Essa fala mostrou como a relação entre os identificados como *jovens* no assentamento é permeada por relações de autoridade: adulto X jovem/criança. As falas do Cássio e do Dênis também contribuem para analisar essa atuação,

“E - Na associação você está participando?”

Cássio - Eu me afastei legal.

E - Por quê?”

Cássio - Porque, na maioria das vezes eu estou aqui fora, trabalhando, na escola, na igreja. E quase não tenho tido tempo aqui para dentro.[...]

E - Mas lá, quando você participava, você achava que o pessoal lá ouvia o que o pessoal mais novo tinha pra dizer? Tinha espaço para vocês falarem?”

Dênis - Não. Porque acho que eles achavam que a voz do mais novo não valia nada.”
(E13Cássio e Dênis:12)

Mas a principal reclamação é o fato de não serem ouvidos e de serem tratados como *crianças*, isto é, não terem suas opiniões valorizadas. Diego relatou um tipo de episódio que teria se repetido várias vezes e contribuído para a situação de desinteresse dos “jovens” pelas reuniões, e que pode ser lido como a desqualificação da participação daqueles identificados como *jovens*.

“E - Eu só vejo, na verdade, vocês e os filhos da D.Carmosina participando de reunião da Associação. Foi sempre assim?”

Diego - Não, antes não tinha nem jovens que participava de reunião. Porque uma vez o Tadeu quando presidente, o filho do seu Haroldo queria dar uma palavra e ele lá. (E - qual filho?) O Horácio [17 anos, solteiro, à época da reunião]. E não era totalmente jovem, criança, era assim o mais novo na reunião, mas não era criança praticamente, porque eu quando entrei pra cá o Horácio já era bem adulto. Então o seu Tadeu falou que criança não podia opinar. Então ficou assim muito marcante, a pessoa querer dar a opinião e não ser escutada, e afastou bastante os jovens da reunião.

E - Nessa época os jovens participavam mais?”

Diego - Participavam mais. Afastou bastante os jovens porque [...] não tinha espaço, era uma coisa assim meio critica, até hoje... [...]

E - Agora, os filhos vão votar na eleição. Vão todos?”

Diego - É, votar pode.

E - Por que que você acha que isso acontece?”

Diego - Não sei.

E - Votar pode?”

Diego - Votar pode.

E - Falar não pode?”

Diego - Falar não pode. Votar eu acho que é porque... Porque antes o jovem era um pensamento ao contrário dos adultos, os adultos se sentiam meio pressionado.”
(E11Diego:7-8)

Essa fala nos trouxe pistas para a caracterização da categoria “jovem”, que não obedece a um corte etário, mas sim é associado a filhos, construída por oposição às categorias *criança* e *adulto* ou *mais velho*. Mas, também essa fala, introduz a participação na Associação como um espaço controlado. Diego, e depois outros “jovens”, apontaram que não há interesse na participação cotidiana dos *jovens*, mas os *filhos* são convocados a participarem das eleições.

O relato da Jaqueline reforça a distinção desses espaços de participação, há uma expectativa de participação em eleições para a diretoria, mas não nas reuniões. Ela lembrou de um episódio onde diante de uma pergunta que fez sobre dívida de crédito do PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), os *adultos* riram.

“E – Mas antes, quando você era do Mutirão, se você desse um palpite, as pessoas ouviam?”

Jaqueline – Eles não dá muita trela pros jovens não sabe. A gente não tinha muita voz ativa não. Era assim, eles queria a gente pra votar, mas pra falar alguma coisa não.

E – Eles reclamam que vocês não participavam.

Jaqueline – E quando a gente participava eles não deixavam fazer nada.

E – Teve alguma situação assim que você se lembra?

Jaqueline – Eu lembro que uma vez, foi depois da morte do Edson [...] porque eu já tinha casado, teve uma reunião pra falar sobre negócio de pagamento do PROCERA essas coisas assim. Então escutando ali a conversa eu peguei e falei assim, perguntei se eu podia falar. Até o Tadeu ainda tava e tal. “Vem cá uma pessoa quando morre a dívida morre ou a família tem que...?” [...] Uma pergunta que eu acho que interessava a todo o mundo.

E – E interessa.

Jaqueline – Poxa qualquer um está arriscado a morrer da noite pro dia. Aí riram de mim, riram de mim.

E – Quem?

Jaqueline – O pessoal que estava na reunião, riram de mim. [...] “Não eu quero saber. Eu quero saber porque meu pai está aí, amanhã ou depois o meu pai pode morrer e quem vai assumir essa dívida? Eu, minhas irmãs, minha mãe?” É isso que eu queria saber.

E – E o presidente?[Sr.Tadeu]

Jaqueline – Tirou por menos e não respondeu. Então quer dizer muitas das vezes era isso que acontecia, a gente falava alguma coisa...” (E60Eliane:33-34)

Nesse mesmo relato Jaqueline classificou como *jovem* a Dália – a ex-presidente da APPME com que tínhamos travado contato no início do trabalho de campo. Jaqueline ainda relatou projetos coletivos que os *jovens* tinham para o assentamento. Ao tratar desse contexto se referiu a existência de um *Grupo Jovem*. O principal projeto – a transformação do açude

localizado na área comunitária em um espaço de lazer – teria sido rejeitado (ouvi esse projeto em relatos de outros “jovens”).

“E – E tinha mais jovens ali nesse dia?

Jaqueline – Tinha, tinha sim, Dália, Diego, os filhos do seu Haroldo. Então quer dizer quando a gente falava as pessoas achavam que a gente só falava bobeira, não tinha interesse. Então muitas das vezes não ligavam muito pro que a gente dizia. Porque a gente tinha muita idéia a nossa idéia ali era transformar aquele açude numa praia. [...] Nosso projeto ia ficar uma coisa linda.

E – Nós quem? Você e quem mais?

Jaqueline – O Grupo Jovem que tinha lá, nosso projeto era esse.[...] a diretoria não incentivou, ninguém incentivou.[...] Então o que desanimou mais a gente foi o projeto que a gente tinha do açude que poderia estar muito diferente hoje em dia. Porque o projeto da gente era limpar aquilo tudo. Os jovens depois que a gente colocasse em reunião acho que foi colocado [...] mas ninguém [...]. Achava que a gente queria ter um ponto de lazer pra gente. Era um ponto de lazer, mas não só pra gente, pra visitante pra qualquer pessoa. Porque aquilo ali o projeto da gente era limpar ele todinha, pegar um pedaço e encher todo de areia. A gente ia plantar flores, plantas pra ficar bonito em volta, ia ficar muito bonito.

E – E pegar dinheiro onde?

Jaqueline – Não, a gente queria, não era nem dinheiro, a gente queria que eles a diretoria em si arrumasse alguma coisa por fora, com a Universidade, com a Prefeitura, qualquer coisa que fosse assim, como é que eu digo, talvez não uma verba, mas talvez o material, máquina pra aplainar, uma coisa assim. Pra gente, talvez nem dinheiro a gente pensasse, uma coisa assim, mas ninguém deu muita...” (E60Eliane:33-34)

A imagem desses *jovens* sobre o primeiro presidente é complexa, ao mesmo tempo em que ele é visto como alguém que *ajudava* e se interessava pelos *jovens*, é também quem não *dava espaço* para a participação deles, como na fala de Diego, cuja principal “queixa” é de não poderem atuar como tratoristas da associação. Operar trator é muito valorizado entre os “jovens” homens e alguns, de fato, aprenderam³²⁹.

“Diego - Porque, é aquela coisa. Quando ele tá ajudando... em um ponto não vamos crucificar ele não, porque senão ele não vai ajudar.

E - Ajudar em que ponto?

Diego - Porque o presidente ele ajudou a gente aqui em muitas coisas, vacilando em outras partes, mas ajudou em muita coisa e era uma boa pessoa.

E – Então, por isso vocês não criticavam?

Diego – Eu não né, porque era mais assim meu pai, meu cunhado. Veja bem ele podia tá em qualquer parte, podia tá até doente [...] mas se dependesse dele pra poder levar

³²⁹ Esse interesse foi encontrado em outros assentamentos, como no Pontal (Cappellin & Castro:1997).

uma pessoa no médico, ele pegava o caminhão e... [...] ele ajudava muita a gente. Com muitas falhas dele, mas ele ajudava muito a gente. [...]

E – E quais os problemas com ele? Essa coisa do espaço?

Diego - É e varias outras coisas porque os jovens muitas vez pensava, pensa de uma maneira no trabalho também porque a gente não pensa só na área esportiva, só na brincadeira... A nossa conversa também muitas das vezes a gente gostaria de falar e ser escutado porque muitas das vezes a gente tem aquele interesse de trabalhar no trator, trabalhar na área da Associação como tratorista, como qualquer coisa e... [...] Não acontecia, surgiam muitas oportunidades, mas não levava pra frente.” (E11Diego:7-8)

E no relato do Dênis a imagem também aparece permeada por essa dupla leitura,

“E - E na associação de produtores vocês chegavam a participar.

Dênis – Não. [...] Não. Não tínhamos esse espaço.

E – Por quê?

Dênis - Não sei.

E - Como era a relação com o Tadeu?

Dênis - O Tadeu era um cara ótimo. Como eu havia te falado ele era um cara bacana um cara gente fina.[...] Mas ele não dava espaço para gente jovem, era medo, medo, não sei. Talvez um receio de expor muito a gente. Sabia que quando a barra pesava eu era o único que ele confiava às vezes, ele chegava e: “Dênis faz isso, faz aquilo, vamos fazer isso.” Se ele tivesse que chegar e por uma arma na minha mão ele fazia. Já com os outros ele não fazia, pois além de serem mais jovens ele não confiava. Era um cara com um pouco mais de receio de expor a galera.” (E13:Cássio e Dênis:24)

Três eventos (Gluckman,1987) são centrais para compreendermos essas falas: o debate sobre o campo de futebol, as eleições para a diretoria da APPME e o projeto *Assentadinho*.

O Campo de futebol: nunca vai sair...

Já nas primeiras visitas, ouvi o intenso debate sobre a construção de um campo de futebol no assentamento. A reivindicação movida pelos filhos homens que, em sua maioria, *jogam bola* em campos fora do assentamento, no Sá Freire ou em Santa Rosa,

“E – Você tem jogado bola?

Antônio – Hum, hum.

E – Onde?

Antônio – Aqui não tem muito lugar. Tem que ir lá pra Santa Rosa pra poder jogar bola. [...] Longe pra caramba, mas dia de domingo eu não tou fazendo nada, aí eu vou passear.

E – Aí, o pessoal vai aonde, joga bola aonde?

Antônio – Lá perto da Escola de Piranema, pra cá.” (E03Antônio:5)

O campo de futebol no Sá Freire é um espaço de sociabilidade, freqüentado desde o primeiro ano de assentamento pelos “jovens” e *crianças* do Mutirão, seja para *jogar bola* (rapazes) ou para assistir (moças). É também um espaço de *paquera* e *namoro escondido*. Mas segundo os rapazes que jogam futebol, não ter um campo em Eldorado os coloca “em desvantagem” em relação às outras áreas, como expressou Diego. Jogar em “seu campo” é considerado melhor que jogar no campo *dos outros*, definido como *território dos outros*, onde se está sujeito a normas locais que têm que ser seguidas mesmo que não se esteja de acordo.

“E – A vontade de fazer o campo [...] é bem grande entre os jovens?”

Diego – Com certeza, com certeza.

E – Você acha que ia ser bom pra vocês?”

Diego – Muito bom.

E – Por quê?”

Diego – Olha, uma área atrativa né, precisa pros jovens daqui. Porque domingo passado mesmo eu jogando bola no Sá Freira então, assim eu tô no território dos outros eu tenho que respeitar mesmo, e respeitando lá, a gente não é respeitado. [...] Então o rapaz me machucou uma coisa à toa. Aí eu... aquele sangue quente eu falei – “Poxa tá jogando que nem um animal!” Então ele novamente me agrediu, na bola, mas me agrediu. Então a gente fica meio constrangido né, a gente não tá na nossa área...” (E11Diego:8-9)

Mas mesmo as “jovens” concordam que o campo de futebol seria um importante espaço de lazer, que também poderia ser aproveitado para jogarem vôlei (muito praticado pelas “jovens”). A “promessa” do campo de futebol, segundo Sr. Celso e o Sr. Tadeu, vem desde o acampamento. A própria localização do campo de futebol foi motivo de debate,

“Sr.Tadeu – E a cobrança deles comigo era fazer um campo lá dentro. Eu tava prometendo esse campo deles e no caso a Emiliana e o Emanuel cederam até a área pro campo. Eu tava com dificuldade de máquina pra fazer o campo, mas eu já tinha até a área” (E62Sr.Tadeu:38)

No entanto, os “jovens” preferiam uma área perto da Associação, que *não era de ninguém*,

“E – E o campo de futebol?”

Celso – O campo vem desde o acampamento. Ia ser em frente à Casa de Pedra, os jovens não aceitou.

E – Quem não aceitou?”

Celso – Os meninos do seu Haroldo, do Davi, o Carlinho, os meus filhos.” (E10Claudinha e Célio:13-14)

Mas não apareceu uma explicação clara sobre o porquê do campo não ter sido construído. O Sr. Tadeu afirmou que ia construir, quando teve que sair do assentamento. Alguns pais não só concordam como têm se empenhado para que a Associação construa o campo em uma área contígua à sede. Mas há forte resistência. Um momento importante foi o debate travado em uma assembléia da APPME. Segundo o relato de Sr. Bartolomeu, então tesoureiro da gestão, contra a construção do campo – que seria uma obra da prefeitura – a principal argumentação de um diretor é de não ser prioridade para o assentamento hoje e, principalmente, reforçar a difícil relação que tinham com a prefeitura. Por isso, a Associação não devia se meter. Sr. Celso³³⁰ teria defendido com a fala: *Você tem filhos? Eu tenho. Onde você quer que os jovens se divirtam? Lá fora?*. Mas os que são citados como *jovens* — e que seriam, segundo os diretores que defendem o projeto, os principais interessados no campo de futebol não estavam presentes nesse debate. Sr. Bartolomeu, ao relatar a reunião estava indignado, disse que se desligaria da diretoria caso o campo não fosse aprovado. Afirmou que não compreendia a reação do diretor contrário, já que ele tinha filhas que também aproveitariam o campo para jogar vôlei. Mas, ainda de acordo com seu relato, o então presidente da associação, que também se manifestou contrário ao campo, afirmou que não poderia se opor: *não vou correr atrás, mas se vier acho bom*. Pouco tempo depois o terreno ao lado da Associação começou a ser preparado para o campo de futebol com máquinas da prefeitura e sob a supervisão do Sr. Celso.

Aos poucos alguns argumentos contra o campo de futebol ficaram mais claros. Segundo Diego, a principal preocupação de um dos diretores é a presença de estranhos,

*“E – E aquela discussão sobre o campo de futebol? Você tava nesse dia?
Diego – Não, não tava. Eu conversava muito com o Tião (presidente). A gente conversava fora da reunião, porque o Jaques, meu cunhado ele é uma pessoa assim muito, muito... como se diz, medrosa com relação às pessoas de fora. Ele diz que se tem um campo ali vai vir muito bandido, muitas pessoas de fora... [...] Eu falava com ele – “Jaques não é assim. Porque só vai vir pessoas praí se a gente convidar. Porque pra brincar eles não vão brincar aí sozinho, e se brincar aí sozinho o problema é deles. A gente não vai tá no meio. E também se a gente quiser é só não deixar o campo aberto,” Pra tudo tem jeito.” (E11Diego:7-8)*

³³⁰ Assentado, ex-jogador de um time profissional do Espírito Santo, e treinador de uma escolinha de futebol do município, onde jogam e treinam além do seu filho mais novo, Cleber, Lauro e Leandro, filhos do Sr. Joaquim e o Pedrinho, filho da Odaléia,

Após o longo período de trabalho de campo, apesar da área destinada ao campo ter começado a ser preparada, a obra nunca foi concluída. Giuliano (filho do Sr. Gino, da rede dos acampados) acha que falta interesse dos assentados, e que seria necessário a participação de todos para construir o campo.

“E - E, será que aquele campo de futebol vai sair?”

Giuliano - Está pretendo, né. Mas para sair precisa da ajuda da prefeitura e do pessoal, mas a prefeitura não ajuda e nem o pessoal quer ajudar também. [...] A máquina só vem quando pode ser liberada pra cá. O prefeito não libera. Se todo mundo fosse e ajudasse, pelo menos levava o carrinho, o enxadão, começasse a cavar e juntasse. [...] É. Saía até mais rápido que ficar esperando a máquina da prefeitura.

E - Você acha que não tem jeito de convencer as pessoas de fazerem um mutirão?

Giuliano - Ah, não tem.” (E51Giuliano:5-6)

A forte irritação e frustração dos *jovens* os levaram a uma medida desesperada: tentar terminar o campo *no braço* (expressão do Célio). O que logo se mostrou inviável,

“Pedrinho – [...] Fazer o campo que a gente estava até começando a fazer, mas...”

E - Vocês mesmos?

Pedrinho - É, fizemos um pedaço lá, depois desistimos.

E - Por quê?

Pedrinho - Porque, como se diz, era muita coisa pra fazer cinco pessoa.

E - Quem é que estava fazendo?

Pedrinho - Era eu, os dois filhos do Sr. Celso, três né e o Hugo. [filho do Sr. Haroldo] [...]” (E 48Pedrinho:5)

Algum tempo depois dessa última tentativa Claudinha tornou a reclamação pública. Ao participar de uma mesa de debates sobre juventude no Encontro de Assentados da Baixada (junho de 2003, que contou com a participação de outros assentados), disse,

“O jovem não quer ficar ali dentro. A maioria dos jovens quer ter lazer e mais coisas pra ele aí, mas não tem. O campo de futebol até hoje não foi construído.”

Os “jovens” acionaram constantemente esse episódio do campo de futebol como um exemplo do que pode ser lido como a falta de espaço nas instâncias de decisão, pois apesar do forte interesse deles, não conseguiram que o campo fosse construído.

Uma das eleições para a direção da APPME foi outro episódio que podemos classificar de evento (Gluckman, 1987), mesmo tendo evoluído em diferentes momentos, e que permitiu acompanhar a atuação dos chamados “jovens” em uma situação de decisão. Neste caso

também a autoridade paterna foi central na relação dos “jovens” com o processo eleitoral, como veremos a seguir.

Eleições: um longo processo

As inúmeras redes de relações que *costuram* os moradores de Eldorado, e os vinculam a outros espaços, são difíceis de serem aprisionadas em um quadro de descrições que sempre fotografa fragmentos. Mesmo assim, foi possível traçar algumas dessas redes, como tratado na I Parte da tese. Mas, a complexidade dessas relações é mais visível quando tratada em um contexto onde estas são acionadas e postas “à prova”. Isto é, observar essas redes de relações em momentos cotidianos, contribuiu para compreendermos como regras de conduta e formas de negociação são estabelecidas e ordenadas. Vivenciar momentos em que se disputa prestígio e poder, em um espaço de representação política formal – um exemplo foi a eleição para a diretoria da Associação de Pequenos Produtores do Mutirão Eldorado (APPME) – foi uma oportunidade ímpar no processo etnográfico. Foi possível observar os termos acionados, as lógicas e estratégias de intervenção, as diferentes formas de atuação. Ou seja, foi possível vivenciar essa realidade para além do que tínhamos ordenado a partir das narrativas, como redes sociais na I Parte da tese, mas, ao mesmo tempo, demonstrou a existência das diferentes formas de ordenação nativa, construção de identidades e seus reflexos nas atuações desses indivíduos.

E quanto à categoria “jovem”? Quando a avalanche de informações e acontecimentos que envolveram o processo eleitoral (tratada a seguir) tomou conta da pesquisadora, o primeiro impulso foi o de abandonar as preocupações que me levaram até o campo e abraçar um novo objeto. Pensei que estava diante do que relatou Renato Rosaldo³³¹, e que deveria tomar essa decisão o quanto antes. Mas, o acompanhamento continuado do processo eleitoral com seus desdobramentos e a realização de entrevistas com os filhos dos assentados permitiu um distanciamento saudável da situação que causava tanta atração. Esse movimento gerou uma retomada do objetivo central, a partir de novas referências. Nesse caso, a relação com a “política” e as muitas redes que conformam relações de poder e autoridade, tanto no

³³¹ Renato Rosaldo (1980), relata como o seu processo de pesquisa é transformado através da intervenção dos informantes. Ao invés de responderem a questões propostas pelo pesquisador, seus relatos tratavam de outro tema. Após retornar do trabalho de campo, Rosaldo muda seu objeto em função destas narrativas. Inicialmente pretendia realizar um estudo sincrônico da estrutura social, e termina por elaborar uma etnografia sobre o sentido culturalmente distinto da narrativa e história dos ilongot. (1980)

assentamento quanto para fora dele. No processo eleitoral o termo *jovem* foi acionado em diversos momentos. O mais importante, porém, foi a atuação dos que são identificados como tal, assim como daqueles que estão em condições similares - filhos de assentados – não identificados como “*jovens*”. A forma como atuaram ao longo do processo e suas opiniões sobre os acontecimentos apontaram a riqueza do recorte analítico proposto. Assim, esse sub-capítulo propõe uma abordagem da eleição da diretoria da APPME, através de um olhar que enfatiza a sua excepcionalidade, como um momento extra-cotidiano, e dessa forma como ritual, no sentido inferido por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (1995)³³².

No Estatuto da APPME, há a “cobrança” de uma atuação na *vida e na luta da associação*, e a obrigação da moradia e trabalho. O Estatuto da APPME define 16 anos como idade para ser associado,

“ART. 5º - Compõem o quadro social da Associação todos os posseiros: homens, mulheres, jovens a partir de 16 anos que aceitarem o presente estatuto se comprometendo a respeitá-lo, os sócios não respondem pelas obrigações sociais.

ART. 6º - Os novos associados [...] precisam preencher os seguintes critérios:

- a. Que se comprometam com o presente estatuto assinando-o
- b. Que sua renda mensal não seja superior a 03 (três) salários mínimos.
- c. Que não possuam outro imóvel rural.
- d. Que morem e trabalhem no Mutirão.
- e. Que participem das Assembléias, da vida e da luta da Associação.”
(Estatuto, Capítulo IV – quadro Social)

No entanto, a exigência de moradia no assentamento parece mais evidente em relação aos filhos, já que muitos assentados, pais de família moram em Chaperó, e não há qualquer interdição para que votem. Embora não esteja no Estatuto somente filhos podem participar das assembléias com direito a voto, o que exclui os agregados, mesmo com laços de consangüinidade,

“E – A idade mínima de 16 pra votar na assembléia, quem definiu e o que vocês acham?”

Sr.Celso – Foi o Tadeu que definiu a idade. É uma idade boa, até o governo usa essa idade.

³³² No artigo “*Os Comícios e a Política de Facções*”, os autores, tratam o comício como um ritual, utilizando a definição de Roberto da Matta em *Carnaval, Malandros e Heróis*. (ver Palmeira,M. e Heredia,B, 1995: 37)

Carmosina – [...] os jovens já tão aprendendo a decidir. Votaram o Collor e votaram o Impeachment. Aqui também tem que ser. Só pode votar filho e só proprietário.

E – Mas, por exemplo, a situação do Cássio ele participa tanto de todas as atividades...

Celso – Se liberar o Adolfo traz os filhos de fora.

Carmosina – Antes tinha que ter carteirinha, todo mundo tinha, quem fosse de maior, mais de 16 anos. Hoje basta o proprietário.” (E10Claudinha e Célio:13-14)

A eleição em Eldorado para a diretoria da APPME que sucedeu a presidida por Eder começou em novembro de 2001, em uma reunião que definiu o calendário do processo³³³. Três chapas se apresentaram. Uma com o Eder, então presidente, para sua reeleição e com participação de Diego, neto de Sr. Daniel, representando a situação, isto é, os acampados que sempre estiveram à frente da APPME. A segunda encabeçada por Sr. Ivan (também da rede dos acampados e crítico à gestão do Eder) que buscou incluir *meeiros*, membros da APPROMFIT³³⁴, na sua chapa. E a terceira que se colocou em franca oposição e tinha na presidência Adolfo que, como vimos no capítulo II, foi pivô de um conflito com a maioria do grupo dos que tinham sido acampados³³⁵.

No dia marcado para a eleição descobriu-se que o processo de extinção da APPROMFIT e entrada de seus associados na APPME não havia sido concretizado e, conseqüentemente, eles não poderiam votar e nem participar de chapas. Isto gerou um problema com a Chapa 2 e foi proposto, pela Chapa 3, o adiamento para uma nova eleição em fevereiro de 2002. A decisão foi aceita após um caloroso debate entre os membros das chapas 1 e 3. Os filhos, sobrinhos e netos acompanharam toda a discussão e em muitos momentos intervieram a favor de seus parentes. No dia da nova eleição, novamente, as três chapas se

³³³ Estou usando como marco 12 de dezembro, assembléia ordinária que deu início ao processo de formação de chapas para a eleição da diretoria.

³³⁴ Nesse período se deu início ao processo de unificação da associação, através da extinção da APPROMFIT e da migração dos seus filiados para a APPME. A razão alegada é que não fazia mais sentido essa divisão e que era melhor juntar forças. O fato de estarem em uma situação de dificuldades na produção e de nenhuma das duas associações terem conseguido “resolver” problemas básicos, como a falta de acesso à água, também podem ter contribuído para esse processo. Ainda assim percebe-se tensão entre as duas redes.

³³⁵ O discurso da terceira chapa durante a campanha foi a distância que o então presidente mantinha em relação a prefeitura e que sua chapa tinha um integrante, vice-presidente Serginho (assentado há pouco tempo), que era “próximo” ao prefeito. Isso foi demonstrado na véspera da eleição quando presenciei a colocação de vários postes de luz no assentamento, com o acompanhamento do Serginho. Esse argumento foi repetido por muitos que tinham apoiado a diretoria que concorreu à reeleição e que decidiram votar na chapa 3, o que refletiu no resultado final da eleição.

apresentaram, mas com algumas modificações e só quem pôde votar foram os associados da APPME, já que, apesar do adiamento ter sido motivado para regularizar a fusão das associações, isso não ocorreu. Mesmo assim, a chapa 3 ganhou as eleições com maioria confortável.

Tanto na primeira tentativa de eleição, quanto na eleição em fevereiro, os filhos estavam presentes de forma massiva, mas, se em alguns casos, os filhos pareciam estar apenas acompanhando os pais, quando entrevistados sobre o processo discutiam a situação e explicavam a razão por que pensavam em votar em tal chapa.

A participação dos “jovens” foi muito referenciada na posição que os pais assumem na disputa política, mas, mesmo assim, os “jovens” avaliaram o processo, e criticaram os próprios pais pelas tensões e brigas internas, mas tinham expectativas com a eleição da próxima diretoria, que prometeu terminar o campo de futebol. Alfredo (18 anos), filho de Sr. Adolfo – que à época não se relacionava com os demais “jovens” e atribuía esse afastamento ao episódio descrito no capítulo II – estava especialmente satisfeito por poder apoiar o pai e por este estar sendo eleito (no dia da eleição o resultado parecia previsível para muitos assentados), após *muita perseguição*.

A primeira reunião após a eleição confirmou a presença dos “jovens”, alguns já frequentavam as reuniões antes, mas os episódios que se seguiram podem ter sido importantes no processo de um novo afastamento desses mesmos “jovens”. Esta reunião foi coordenada por dona Ana Alice, esposa de Adolfo, durante a qual houve muita discussão. A principal reclamação dos associados após a reunião era a atuação da dona Ana Alice, que não fazia parte da diretoria. Outras duas reuniões (que são mensais) ocorreram em formato similar – coordenação da dona Ana Alice – e as tensões aumentaram. Já na segunda reunião os “jovens” que haviam participado da primeira não estavam mais presentes, perguntados sobre a reunião afirmaram que *não vale a pena participar. Muita briga*. Outro fator que teria afastado os “jovens” teria sido a suspensão das obras do campo de futebol por parte da direção da APPME.

Em maio começou uma articulação do vice-presidente e dos demais diretores para derrubar o presidente. Afirmavam não ter nenhum controle sobre as decisões tomadas pelo presidente e que não haviam conseguido realizar nenhuma reunião oficial da diretoria. O

problema central seria a relação com o prefeito. D. Ana Alice teria centralizado a gerência do maquinário e o combustível cedido pela prefeitura (promessa de campanha), o vice-presidente sentiu-se desrespeitado e deu início ao que chamou de *impeachment* do presidente. O termo, aliás, foi amplamente utilizado. Uma primeira reunião extraordinária foi convocada, mas não foi votado o afastamento. Os “jovens” estavam presentes, nesse caso alguns afirmavam estar lá para *cuidar dos pais*, com medo de brigas. A família do Sr. Adolfo é associada a atos de violência e muitos afirmam que um dos filhos que mora fora do assentamento, anda armado. Assim, nesse caso, o papel de filho parecia pesar mais no próprio discurso dos chamados “jovens”, do que a sua participação em um espaço de decisão sobre a vida organizativa do assentamento.

Uma segunda reunião extraordinária foi convocada, dessa vez por um abaixo assinado de toda a diretoria e de muitos assentados que afirmaram ter votado na chapa. Dessa vez não houve participação dos filhos. O presidente e um diretor, que ficou do lado do casal, foram afastados, e foi instalada uma junta governativa. Novas eleições foram marcadas, para o dia 17 de agosto de 2002, uma única chapa se apresentou encabeçada por Serginho (vice-presidente da diretoria) e com alguns integrantes da chapa 1 do Eder, que perdeu a primeira eleição. O processo reaproximou o grupo que havia perdido a eleição e se afastado das reuniões da associação³³⁶. Os mesmos “jovens” que estavam presentes no dia da primeira eleição, voltaram a comparecer e afirmaram que achavam que a mudança iaria ser boa pra associação. Claudinha e seu irmão Célio foram escolhidos como fiscais, pela Comissão Eleitoral composta por D. Carmosina (mãe de Claudinha e Célio); D. Romana (recém viúva e muito atuante junto à diretoria anterior) e Diego, que dessa vez não foi convidado para compor a chapa. Assim, a atuação dos que são identificados como *jovens* foi mais visível nesse processo, inclusive desempenhando papéis reconhecidos como de responsabilidade na eleição.

³³⁶ O afastamento da diretoria eleita e a formação da chapa nova aproximaram, como já foi dito, o então vice-presidente, Serginho, e o ex-presidente, Eder. Este reapareceu, pois não havia participado de nenhuma reunião após a primeira eleição, dizendo que “*agora dá pra trabalhar*.” Reforçando a posição que vinham defendendo afastar o presidente e convocar novas eleições a reordenação pode ser lida como abordado por Palmeira, “...a disputa eleitoral é exatamente uma disputa para incorporar o maior número possível de pessoas, o maior número de apoios a cada facção. É o seu lado da sociedade que tem que ser aumentado. Está em jogo, pois, uma disputa que é mais ampla que a disputa eleitoral *stricto sensu*. Está em questão tanto a tentativa de acesso a certos cargos de mando, quanto o peso relativo de diferentes partes da sociedade, o que é decisivo para a ordenação das relações sociais durante um certo período de tempo.” (1996:45)

A presença dos filhos novamente foi massiva. Conversei com todos, perguntei o que estavam achando da eleição. O clima era de que as coisas *iriam se resolver*. Os filhos pareciam bem descontraídos e ficaram separados e conversando boa parte do tempo. Como na outra eleição formaram-se rodas e o clima foi de muita proximidade entre os *jovens*. Essa proximidade não é percebida no cotidiano e todos afirmam que normalmente não se visitam e nem se divertem juntos. Havia uma separação espacial entre os adultos homens e mulheres, mas os filhos ou ficavam com as mulheres ou em rodas sozinhos. Mesmo ex-assentados, como Denise, neta de Sr. Daniel, e seu marido Mario estavam presentes. Os assuntos foram as brigas na APPME, namoro e *paquera*.

O longo processo de eleição da diretoria e a proximidade com as eleições para presidência, geraram um espaço maior de discussão sobre a “política formal” – por estarem, por assim dizer, no “tempo da política”³³⁷ – o tema apareceu com mais frequência nas conversas. Da mesma forma, os conflitos internos geraram análises dos filhos e ex-assentados sobre o assentamento, como a de Denise,

“Achei que assentamento era assim: lutava junto e depois cada um pra si. Mas não. Fica todo mundo nesse negócio de confusão. Vi o caminhão da Associação lá fora com placa de frete. Meu pai foi o primeiro a por a mão no caminhão tava ainda com plástico, agora tá todo maltratado.”

A eleição transcorreu sem surpresas. Se no início da eleição muitos filhos estiveram presentes, no momento da apuração, que confirmou a eleição da chapa única, apenas Diego e os filhos do Sr. Celso ficaram até o final. Voltei a conversar com alguns filhos e eles voltaram a assumir a postura de não querer participar, mesmo os que acompanharam o processo eleitoral, com o Célio, Diego e Claudinha. Apesar de terem vivenciado o processo não sentiram diferença na possibilidade de participação dos “jovens” nas reuniões.

Acompanhar um processo em andamento contribui para uma análise reflexiva sobre o trabalho etnográfico. O processo de eleição da APPME foi um momento rico para desnaturalizar o discurso da não participação e aprofundar a compreensão dos significados das falas dos pais que associam aos que são percebidos como *jovens*. Por outro lado, os que se

³³⁷ O termo apareceu com frequência em conversas informais com os assentados. Para uma análise aprofundada ver Palmeira (1996).

autodenominam “jovens”, utilizavam a identificação em determinados espaços, como ao se referirem aos problemas da associação para explicarem seu desinteresse, *não tem espaço pros jovens*. Em outros momentos, a participação deles, como vimos nesse cenário, apareceu na relação direta com os pais e ir a uma reunião podia ser para dar apoio ou proteger o pai e a mãe. Nas reuniões da associação essa participação varia, mas parece associada à atuação dos pais. No entanto, segundo o filho de um assentado, um fator os afasta das reuniões: *as brigas é muita confusão!*. Essa colocação foi repetida por outros filhos. Para os mais novos, a própria participação nas reuniões é intermediada pelos pais, como na fala do Sr. Joaquim, falando dos seus filhos que têm 12 e 13 anos (embora Sr. Joaquim tenha sido da APPROMFIT, é muito atuante na APPME): *Tá muito confuso. Acho perigoso levar os meninos. Eu quero que eles participem, mas não pode ser assim.*

Apesar da resistência à participação dos “jovens”, Claudinha integrou como secretária, a chapa da direção anterior, cujo presidente foi o Eder. Sua participação foi negociada com seu pai. A proposta de integrar a chapa, segundo relatos de sua mãe e dela própria, deveu-se a sua intensa participação nas *atividades dos jovens* (encontros e projetos). Mesmo assim, seu pai – que atuou junto com a esposa nas mobilizações após a formação do assentamento – resistiu à sua participação, pois considerava muita *confusão*. Claudinha debitou essa resistência ao fato de ser filha mulher e avaliou que se fosse um dos irmãos não haveria problemas. Apesar da sua participação, nem ela e nem os demais “jovens” perceberam um maior espaço na diretoria ou na associação. A posição que ocupou na diretoria, secretária, foi a mesma que outras mulheres, como Dália na última gestão do Sr. Tadeu e D. Emília na própria diretoria em que Dália foi presidente. Esse fato pode contribuir para se entender a resistência à única vez que uma mulher ocupou o cargo de presidência da APPME. Retomando os encontros com Dália e as impressões que ouvimos sobre sua gestão, pode-se afirmar que embora a própria Dália não tenha se identificado como *jovem*, ela era percebida assim à época em que ocupou o cargo e, como tal, tratada a partir de referências de pouca confiabilidade que os *jovens* afirmaram experimentar como tratamento recebido pelos *adultos*.

O evento eleição é importante para qualificar o discurso dos pais sobre a não participação dos filhos no assentamento e à sua saída em busca de trabalho, como em *os jovens não participam*. As idas e vindas dos “jovens”, que “apareciam” e “desapareciam” dos espaços da APPME, podem ser lidas a partir de dois eixos, um movimento individual que os

afasta em função da forma como são percebidos, isso é, por sua atuação não ser valorizada no cotidiano e uma participação marcada pelas relações familiares, onde o voto é definido na família.

Diego, filho mais novo de seu Daniel e integrante do “Grupo de Jovens da Igreja Batista”, estava na primeira chapa que se formou para a última eleição. Sua participação não pareceu ter criado qualquer problema na família, mas afirmou que só agora sentia mais liberdade pra pensar “a política”. Antes o pai interferia, *votava no que ele mandasse, não tinha pensamento. Votava dependente*. Diego achava que esse era o comportamento da maioria dos “jovens”, tanto nas votações no assentamento, quanto em processos eleitorais externos ao assentamento, em um mecanismo em que os pais *dão os votos* dos filhos para quem apóiam. Esse comportamento foi observado no processo eleitoral que acompanhei. Todos os filhos votaram nas chapas que seus pais votaram,

“E³³⁸ - Mas aí nós estávamos conversando... na época de eleição os filhos vão todos votar. Eles não participam tanto das reuniões, mas vão votar. O que você acha disso? Diego – Eu acho que é incentivo dos pais né. Porque é assim, precisa de voto então os pais eles gostam da pessoa que tá lá como presidente então se ele pode dar dois, três votos melhor né. [...] comigo era assim. [...] É aqui dentro não cheguei a votar muito não.” (E11Diego:22)

Segundo Diego essa prática se estende para os demais processos eleitorais. Esse mecanismo foi chamado de *voto de dependência*, e a razão dos filhos atenderem ao pedido dos pais, seria a falta de conhecimento dos filhos sobre a *política*,

*“E – Mas lá fora ele falava?
Diego – É, meu pai falava em quem ele ia votar, no que ele ia votar ele indicava porque se era melhor pessoa pra ele, pra mim também seria, mesmo tando errado.” E – E durante um tempo você fez isso?
Diego – É, durante um tempo, umas duas vez.
E – Você falou que os filhos eram voto de dependência do pai. O que é isso?
Diego – É, de dependência, dependência dos mais velhos, dependência, né, ele não tá interagindo na política...
E – E você acha que tem muito jovem ainda. (Diego - Muito) Lá no teu grupo jovem [IGBBE] e aqui dentro também?
Diego – Com certeza. É por isso que eu não sou a favor do adolescente de dezesseis anos acho que seria bom não votar não. Porque uma coisa parte do amadurecimento do compromisso, você se interar na política e conhecer, saber, estar vivendo né aquela pessoa olhar no olho. Porque tem muito político aí que tá na prisão mesmo. Não consegue, não consegue enxergar no olho dele aquela verdade.” (E11Diego:22)*

³³⁸ Nesta entrevista busquei aprofundar opiniões que o Diego já havia expressado em conversas informais.

Assim, Diego considera que o melhor é o “jovem” de 16 anos não participar do processo. Para Palmeira (1996),

“Há uma adesão (e o termo aqui não seria muito adequado) vinculado a certas ‘lealdades primordiais’, à solidariedade familiar, aos laços de parentesco, amizade, vizinhança. Nesse tipo de sociedade, a vinculação familiar é particularmente importante. Mesmo quando não está em jogo a militância permanente numa facção, as obrigações sociais que alguém tem para com membros de sua família estendem-se à esfera política.” (1996:46)³³⁹

Mas para Diego há diferenças entre o espaço da Associação no passado e a situação atual,

“E – Na última eleição, você teve uma participação muito importante. Entrou na primeira chapa, depois você foi comissão eleitoral. Foi uma opção sua? Uma vontade sua?”

Diego – Olha, eu nunca assim me indicaria, mas eles chamaram, entendeu, foi muito bom.

E – Quem chamou?”

Diego – O Jaques chamou, o Tião. Então Tião até me chamou pra vice-presidente, só que eu não quis porque eu achava que eu ia me prender muito e eu não queria. Por querer me envolver em outras coisas. Mas é muito bom a gente estar lá, envolvido lá levando até idéias pro Tião que é uma pessoa muito legal, aceita opinião.

E - Você acha que te respeitaram na eleição, no processo todo de eleição? Porque você era um dos mais novos se não era o mais novo na chapa não é?”

Diego – É.

E – E depois, na mesa, tinha você, a Claudinha e o Célio estavam de fiscais, mas você estava na mesa, num papel difícil. D.Carmosina e D. Romana respeitavam a sua posição ali?”

Diego – Respeitavam.” (E11Diego:22)

Assim, a imagem de não participação dos *jovens* deve ser lida dentro de um contexto mais complexo das diferentes relações que se entrelaçam no assentamento e da própria relação pais/filhos. A seguir, veremos outro “evento” que contribuiu para aprofundarmos nossa compreensão sobre a “queixa” dos “jovens”.

Assentadinhos: o projeto do Hortão e outros projetos

Dentro dos eventos analisados o Projeto da Horta Orgânica, ou *Assentadinho*, foi sem dúvida o mais emblemático para tratar a questão da atuação dos *jovens* e a construção coletiva

³³⁹ Palmeira trata das eleições de representantes de executivo e legislativo, mas sua análise contribui para compreendermos situações como as vividas no processo eleitoral para a APPME.

da categoria. O projeto “Horta Orgânica” foi um desdobramento da atuação no assentamento da UFFRJ, através do projeto Pró-Gente Rural³⁴⁰. O “Hortão” como era tratado pelos estudantes e professores envolvidos, aconteceu em 1997, alguns anos após o término do Pró-Gente, mas se adequava aos objetivos do mesmo³⁴¹. Segundo o Professor, o objetivo era,

“A estruturação do mutirão Eldorado, o assentamento Casas Altas em bases agroecológicas.” (E89Professor:3)³⁴²

Inicialmente o público alvo do projeto era os *adultos*, mas logo optaram pela *garotada*, como foi relatado na entrevista com um dos coordenadores e duas ex-estudantes que participaram do projeto,

“Estudante P – Aquela área [onde foi realizado o projeto] foi cedida pelo Carlos né?

Estudante S – Pelo Carlos.[...] A garotada ganhava uma bolsa.

E – Mas aí por que a opção [...] de trabalhar [...] com os filhos ou vocês pensaram em trabalhar com os adultos?

Professor – Não, não, isso foi depois que... [...] Anos depois né, que a gente chegou a essa triste conclusão, que não dava pra trabalhar com o pessoal mais velho.

E – Mas por quê?

Professor – Acho que eles não tinham mesmo saúde, não tinham pique, vontade de trabalhar, trabalho na roça é muito duro. [...] Nos tentamos, por exemplo, nos fizemos lá uma baita duma plantação de arroz, ficou bonita aquela plantação. [...] Todo mundo trabalhava lá no sítio do Sr. Daniel. [...]

E – Nessa época os filhos participaram, Professor, os mais novos, eles participaram?

Professor – Não. Os filhos começaram a participar quando a gente instituiu esse programa [...] que deu noção... [...]

E – É, mas de onde veio a idéia de trabalhar com o pessoal mais novo?

Professor – Ah! É aquela esperança né, já que o pessoal mais velho não dava no couro, então vamos tentar o pessoal mais novo.”(E89Professor, Estudante S e Estudante P:3-4)

Com a participação do Grupo de Agroecologia (GAE) da Rural, o projeto foi proposto ao então presidente da APPME³⁴³. A APPME definiu os participantes e a área a ser utilizada,

³⁴⁰ Ver nota 5.

³⁴¹ Coordenado por dois professores contou com o financiamento do Banco do Brasil, concedendo bolsas de extensão para parte dos alunos envolvidos e uma ajuda de custo de R\$50,00, por 3 meses para os “jovens” participantes.

³⁴² Essa entrevista foi realizada com o professor coordenador do projeto e duas ex-estudantes da Rural que atuaram no projeto.

³⁴³ A entrevista com esses informantes detalhou o funcionamento do projeto, “Professor – Aí a (professora) pagava um meio salário mínimo para as crianças. Pagamos ao Ernane que era técnico agrícola da Fazendinha (Fazenda Modelo Orgânica da Embrapa), competente, que ia lá todos os sábados [...] E – o GAE. R – E aí, e aí, eles tinham bolsa também. [...] Estudante P – Só que a gente [...] comprava ferramenta... Professor – O Ernane também não ganhava um tostão.. Estudante P – Comprava garrafa térmica, lanche,...o dinheiro do GAE era... E –

parte de um lote do assentado Carlos, que embora fosse considerado “jovem” por alguns, não participou do projeto. A participação no projeto era *cobrada* pelo Sr.Tadeu, então presidente da APPME, e por um assentado que recebia um salário mínimo para atuar diretamente no projeto, assim como estudar. O projeto contou com o apoio da Rural e apesar da falta de *planejamento* os envolvidos consideraram que o retorno foi importante, o que resultou na venda dos produtos em uma feira agroecológica no bairro da Glória/RJ. A renda era revertida para os *jovens*. Mas o retorno não era só financeiro, segundo os entrevistados houve mudanças nos tipos de culturas plantadas no assentamento,

“E – [...]Eles sabiam plantar?

Professor – Não, justamente aí, não fizemos o planejamento.

Estudante P – (Risos) Nem eles e nem nos.

Professor – [...] Tinha uma baita de uma experiência já na fazendinha, isso aí já foi em 97. Então a gente fazia um planejamento né, produzia mudas na Rural, eles não tinham condições de produzir mudas lá. Levava as mudas, eu só me preocupava com a parte técnica né, só, mais nada, nunca tive nenhuma inserção aí com essa parte social, era com eles aí [os estudantes], nosso negocio era técnico, fazer produzir né, para depois eles conseguirem vender na feira.

E – E chegou a acontecer?

Professor – Chegou, eles foram lá...esse menino que foi na excursão com você como é que...

Estudante S – Venderam bem. Era o Humberto.

Professor – Tomava conta da banca lá, foi um tempaço que eles ficaram vendendo lá, tinha muita produção. [...] Todo tipo de produção eles vendiam na feira.

Professor – Tinha de tudo.

Estudante S – Um lugar que só produzia aipim, só essas culturas assim mais resistentes, tava produzindo alface, produzindo jiló, tava produzindo tudo. [...]

Estudante P – Nós chegamos até a fazer feira com eles né? [...]

Professor – No início era a Kombi da Rural que levava.

Estudante P – E ficamos lá, ajudando a vender.

E – A Kombi da Rural levava vocês?

Professor – Um bom tempo.”(E89Professor, Estudante S e Estudante P:4-5 e 10)

Ah! Vocês usavam o dinheiro da bolsa para fazer isso? Estudante P – Pra comprar coisas pra lá. [...] E – E quantos estudantes participavam nessa época, Estudante S? Estudante S – Ah, era uma galera. Estudante P, Larvinha, Simone, André, Denis, Claudemar... [...] Eu. E – Vocês chegaram a discutir como é que iam ser os trabalhos? Estudante S – Não, o projeto foi construído com o Professor, a Professora, mais esse pessoal, e foi apresentado ao GAE pra gente ajudar. E – Vocês eram do GAE? Estudante S- Isso. Pra gente ajudar no trabalho. Agora com relação às atividades a gente conversava a respeito nas reuniões do GAE. Estudante P – E com eles também. Professor – Reuniões ali atrás do P-1. Estudante S – Quarta- feira o Sr.Emanuel tinha uma banca de vender verdura, legume, ali atrás do P-1 [prédio principal da UFRurlaRJ], e no final da tarde ou hora do almoço, reunia todo mundo, o pessoal que tava envolvido com o Hortão, pra conversar. Estudante P – É, o pessoal do GAE, o Professor, a Professora. Estudante S – Era um ponto de encontro... (E89Professor, Estudante P e Estudante S:4-5)

Apesar dessa análise os entrevistados não consideram o resultado final positivo. A idéia era que o projeto duraria um ano e depois se auto-reproduziria,

“Professor – [...] A proposta do projeto era iniciá-los na agricultura orgânica, os jovens, né, do assentamento e que eles vendiam, na feira e que eles continuassem produzindo... porque no início cada um ganhava lá um tanto né, cada Assentadinho daquele ganhava um tanto. Mas eles sabiam que aquilo era finito né, que ia durar, depois eles teriam que assumir o...[...] Continuar produzindo nas suas próprias áreas.

E – E não aconteceu?

Professor – Não. [...]”(E89Professor, Estudante S e Estudante P: 6-7)

Apesar de o professor considerar diversos fatores como tendo contribuído para “*não dar certo*”, tais como a chegada da luz e como conseqüência a televisão e ainda, o alistamento militar e a freqüência à igreja, ele ressaltou o problema do baixo retorno financeiro da agricultura familiar como mais importante.

A relação entre o GAE e o Eldorado já existia antes do projeto, e foi fortalecida com a participação em uma excursão, de dois *jovens*, o Humberto filho do Sr. Haroldo e o Silvinho,

“Estudante S- A gente foi convidar[para participar de um evento sobre agroecologia] E, ‘ah! não posso porque produz, não posso deixar meu sítio.’ Então manda os representantes, que era a garotada nova que não tava...

E- O que o Tadeu escolheu?

Estudante S - Não sei como isso foi...

E- Mas não foram vocês?

Estudante S - Não.

Professor- Acho que foi na assembléia deles.

E- Ai tiraram o Humberto e o Carlinhos? Como é que foi a atuação deles?

Estudante S - [...] Foi uma discussão do GAE, em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi muito boa... [...]

Estudante P- Foram duas semanas. Era um, dois dias em cada lugar e visitando sindicatos...

Estudante S - Visitando produtor rural, visitando ONGs, visitando sindicatos... [...] E então por isso, a gente voltou numa empolgação total. Ai chegamos aqui eles também tavam envolvidos, tanto que eles participaram de reuniões do GAE com a gente. [...] Eu acho que eles nunca tinham viajado tanto e viram a realidade de produção orgânica que tava dando certo. Então, acho que se envolveram porque também ficaram bastante empolgados. [...] participaram de algumas reuniões do GAE, aí surgiu...

E- Como é que eles participavam nas reuniões?

Estudante S - Dando opinião... [...] A gente está falando, falando..., o que vocês acham já que vocês estão morando lá dentro...[...] como a gente poderia está atuando lá dentro do Eldorado. Todas as discussões que a gente fazia no GAE, leitura de texto e tudo eles estavam participando normalmente com a gente. [...]

E- Quanto tempo durou isso, essa participação deles?

Estudante S - Até o início do hortão, [...] Ai como a gente estava envolvido com essa história, então esse hortão veio como uma luva, entendeu? Uma oportunidade de colocar em prática tudo aquilo que a gente aprendeu... [...] Então, esses meninos estavam muitos envolvidos e aí reforçou entendeu? Ai como a gente ficou trabalhando direto aqui, então, não teve, mas esse envolvimento nas reuniões mais a gente continuou o trabalho lá. [...] Também era muito desgastante, as atividades começavam 7:30 mais ou menos e acabava 10h da noite, 11h da noite. Então, voltar pro Eldorado era muito desgastante.” (E89Professor, Estudante S e Estudante P: 13-14)

A interação entre os estudantes e a “garotada” foi intensa e gerou laços³⁴⁴, mas o que os estudantes mais ressaltaram foi o processo de aprendizado junto com eles,

“Estudante S – Acho que tava todo mundo aprendendo junto, sabe. O grupo de estudantes da Rural e a garotada. O grupo de estudantes da Rural, a oportunidade de tá contribuindo numa área de produção. [...] Tudo aquilo que se estudava, tava praticando ali, e a garotada lá do assentamento. Junto. Eu me lembro de algumas cenas bastante interessantes, o André [estudante de Agronomia] pegava uma planta, chamava a garotada e falava: “olha só isso aqui tá acontecendo por isso, por isso, por isso”. O André tinha uma inserção, uma entrada com a garotada bastante interessante. [...] Chegava o final de semana tava todo mundo lá. Uns 10 alunos da Rural, a Kombi ia super lotada, e gente passava a manhã inteira, sei lá, o dia inteiro lá.” (E89Professor, Estudante S e Estudante P: 8)

Mas de acordo com o relato desses informantes, o controle sobre os jovens era forte,

“Professor – O Tadeu mantinha aquilo com uma certa rédea curta. Conflito tinha adoidado, só que tinha conflito...quem mantinha aquilo era o Tadeu.

Estudante S – É, o Tadeu. Mas era uma garotada muito nova sabe, pô o Breno tinha quantos anos? 12.

Estudante P – 11 anos, um dos mais novinhos.

³⁴⁴ O diálogo entre as duas ex-estudantes demonstra o grau de envolvimento dos estudantes com o assentamento, “Estudante S – A gente continuou freqüentando lá, ia em assembléias. Estudante P – Festividades. Estudante S – É, a relação que o grupo de estudantes da Rural tinha com o Eldorado era muito bom. Muito, muito bom. Estudante P – A gente criou laços assim de amizade. [...] Professor - A própria associação, eu me lembro que eu mesmo fiz a ata da situação da associação... [...] Estudante S - Era assim, assembléia a gente estava lá, festa a gente estava lá, casamento a gente estava lá. [...] Professor - Padrinho de casamento. Eu fui daquele rapaz que foi assassinado. [...] O Edson, mais a menina fez feira durante um tempo, antes de casar. [...] Estudante P - O que a gente está dizendo é que a gente criou esses laços, então participava disso também. Estudante S - Agora nas assembléias só quando eles convidavam ou se gostaria que o pessoal da Rural falasse alguma coisa, só assim. Senão, a gente só estava ali, sem manifestação nenhuma. Acabava assembléia batia papo visitava um produtor, pronto. Era só pra mostrar que a gente estava ali junto.” (E89Professor, Estudante S e Estudante P: 6 e 11)

Estudante S – [...] E o Tadeu cobrava uma responsabilidade assim, você tem que tá aqui todo dia e a garotada meio que, pó...

Professor – Botava pra fora os caras que não iam lá. Botava pra fora. [...] O Tadeu mandava em todo mundo, era dos marmanjos às crianças.

E - Isso que vocês estão falando das crianças, era boa essa relação com o Tadeu?

Professor - Dura...[...] O Tadeu dava esporro, um monte né, que eles não queria porra nenhuma, nem iam lá trabalhar. [...] Lembro que pegavam o dinheiro e iam à força, porque na realidade ninguém demonstrava vocação. Eu pelo menos não percebi ninguém né. Tanto que quando terminou o dinheiro, aí que eles se desinteressaram e sumiram todos, evaporaram.[...] ” (E89Professor, Estudante S e Estudante P: 8 e 17-18)

Essa fala reforçou que o corte etário não foi construído a partir de parâmetros como os utilizados em programas sociais para *jovens* como os baseados na definição da UNESCO. Parece ter vigorado a definição de *jovens*, como filhos e agregados, solteiros, que faziam parte da rede dos acampados. Assim, participaram o Breno que na época tinha 12 anos e Sílvio que tinha 18 anos. Mas essa narrativa também ressalta o uso da autoridade, por parte do Sr.Tadeu, como mecanismo de controle sobre o projeto. Em contraposição aos ex-estudantes, associam ao projeto, e à própria figura do Sr.Tadeu, o sentimento de *liberdade* que motivou a intensa participação,

“Estudante P – Que, que movia a gente né?(risos).

Estudante S – Eu sei lá. Era muito engraçado Elisa,tinha dia que a gente tava assim pô como... [...] Essa época foi uma fase muito boa, muito, muito boa. A gente tinha total liberdade lá dentro, sabe?! A gente tinha...quando o Tadeu falou: “Estudante S, você é mineira, né”? Eu disse: “sou”. “Você já viu fazer rapadura”? Eu falei “já, meu avô fazia”. “Então tá marcado, você vai fazer rapadura lá um dia”. [...] A gente foi.(risos).

Estudante P – Eu acho que a Estudante S falou uma coisa interesse... é liberdade né.

Estudante S – É. [...] Tudo que a gente tinha, vontade de fazer, o Tadeu dava total apoio e organizava o Eldorado inteiro. “Ó tá vindo um grupo aqui fazer melado e doce, não sei o quê.” E todo mundo fazia.

E – Todo mundo ia?

Estudante S – Todo mundo ia de lá e daqui também, da Rural também.” (E89Professor, Estudante S e Estudante P: 10)

Para Sr.Tadeu a principal motivação do projeto foi mostrar que poderiam *sobreviver ali dentro*. O campo de futebol foi projetado para depois que aprendessem a produzir. Em seu relato, a escolha do tipo de produção, no caso orgânica, teria sido dos *jovens*.

“Sr.Tadeu - [...] então quer dizer quando começamos esse projeto da horta eles [jovens] sentiram que dava, - “Oh, dá pra gente ganhar dinheiro”.

E – Você pensou na produção especificamente. Por que não fazer um projeto de lazer, por exemplo?

Sr.Tadeu – É porque é aquele negócio a gente se preocupava mais em mostrar pra eles que eles tinham como sobreviver lá dentro. Coisa mais dura né, o lazer vem depois, se a gente mostrar, conversando com eles eu falava assim “– Se a gente conseguir sobreviver aqui dentro a gente consegue um campo de futebol. O que a gente quiser. Agora se a gente não conseguir não adianta ter lazer”, aí eles “– É tá bom então vamos fazer o quê?” “– O que vocês querem fazer?” “– Vamos plantar igual o Emanuel planta e tal.” “– Orgânico? Então tá eu vou conversar com o Professor.” Nós conversamos com o Professor e a Professora consegui elaborar um projetinho né, fazer uma cabanazinha pra colocar muda, semente, material, compraram alguns equipamentos. A Associação entrou com horas trator, arame, e eles passaram a fazer essa feira aqui. Eles mesmo vendiam a mercadoria deles, eles mesmo dividiam o dinheiro.

E – Eles gerenciavam?

Sr.Tadeu – É, só a parte da produção tem que ficar pelo ao menos 30% pro próximo plantio, eles tiravam, [...] Aí fomos ampliando e conseguimos um leque de produção, diversificado e bastante porque até mandar pro CEASA tivemos que mandar porque produzimos muito.[...] chegava a levar pro CEASA por semana uns vinte volumes, vinte caixas né.[...] em dois hectares de terra. [...] Veio recurso [...] Banco do Brasil e deu certo e no ano seguinte a gente iria desenvolver. Aí muitos deles eu consegui trazer. Aí aproveitamos o Diego “– Pô o senhor vai me dar uma chance no trator.” “– Vou, mas depende de você.” Quer dizer eles tinham aquela ambição não de plantar, mas tinham de outras coisas. [...] Como ser tratorista, motorista.[...]” (E62Sr.Tadeu:39-40)

Sr.Tadeu avaliou as razões do término,

“Acabou primeiro por briga deles mesmo, começou a brigar entre si aí ficou só uns três ou quatro. Aí o Feliciano[cunhado da D.Emiliana, pai do Frederico] segurando, aí eu não tive condições de dar continuidade.” (E62Sr.Tadeu:39-40)

De acordo com o Sr.Tadeu, a saída do assentamento de muitos “jovens” e/ou do projeto, movido por outros interesses, seria uma das principais razões. Na fala que segue, dois elementos se destacam, a identificação de *jovens* com aqueles que faziam parte da rede dos acampados e a percepção de que *os jovens estão indo embora*, porque esses *jovens* estavam saindo do assentamento. E ainda uma subdivisão entre *jovens* e *menos jovens* no sentido de mais novos.

“Sr.Tadeu – Olha, por exemplo, uma pessoa que tentou se formar fora foi a Claudinha, nas Forças Armadas. O outro irmão dela também, mas não conseguiram não sei qual o motivo não passaram. O Marquinhos casou e foi trabalhar fora pra sustentar a família. O Humberto, - “Ah eu tenho que ganhar meu dinheiro fora. Saiu fora também. [...] Aí o Davi [pai da Denise] tava saindo do assentamento, o Dênis

saindo fora a Denise também, quer dizer começou... [...] Aí assim o que que tava ficando? Tava ficando só os mais jovens. Aí ficaria os sobrinhos da Emiliana, é quase uns oito, são muito crianças. Aí tinha os do Arquimínio,” (E62Sr.Tadeu:40-41)

Mas a avaliação dos próprios *jovens*, trouxe outros elementos para o debate. Claudinha e Célio, em uma entrevista realizada em sua casa descreveram o projeto, contaram como o Sr.Tadeu, o Professor e o Ernani (funcionário da EMBRAPA), trouxeram a idéia de *fazer um projeto dos jovens para fazer um hortão*. A definição de quem ia participar ocorreu durante uma reunião da APPME, em que o Sr.Tadeu apresentou o projeto e consultou os pais. Ou seja, o projeto teria passado pelo aval dos pais primeiro antes de ser apresentado oficialmente para os *jovens*. Temos mais uma vez a categoria e as ações que a envolvem atravessadas pelas relações familiares

“E – Tinha idade mínima?

Claudinha – 13 anos.

E – Tinha alguém casado?

Claudinha – Todos solteiros. Na Assembléia o Tadeu falou com os pais que falaram com a gente. Reunião no sábado seguinte.”

Segundo os entrevistados no começo eram 15, mas depois muitos saíram e só ficaram 10. Participaram Caio, Claudinha, Célio, Diego, Bernardo, Breno, Taís, Sílvio, Humberto, são os mais lembrados. A partir da decisão de que o projeto seria implantado, começaram a se reunir para organizar a sua realização. Claudinha lembrou que o Professor escolheu as *plantas*: alface, cebolinha, salsa, beterraba, berinjela, cenoura, abóbora, pepino. E que só sabiam plantar aipim, quiabo, maxixe e abóbora, porque ajudavam em casa. Contaram sobre as dificuldades iniciais para aprender a plantar e como era organizado o trabalho,

“Célio - O cara ensinava. No início deu o maior trabalho, a gente perdia muito. A maioria não sabia plantar.”

E – Como era o trabalho?

Célio – Dois eram responsáveis pela horta por dia, dos jovens. Eu fazia o trabalho dobrado, ajudava a Claudinha. [...] Quatro jovens ficavam separados para ir pra feira da Glória, dois por sábado. Juntava na sexta pro sábado de madrugada.

Claudinha – Lavava embalava.

Célio – Os jovens reuniam e decidiam quem ia pra feira.

Claudinha – Revezava, cada vez iam dois.” (E10Claudinha,Célio e Cristiano:1-2)

Célio foi o *encarregado* de organizar as turmas de trabalho. Escolhido por Sr.Tadeu teria sido aceito pelos *jovens*. Ele contou como esse papel gerava conflitos dentro do projeto, que se estendiam para as relações do cotidiano.

“Célio – Eu era encarregado de organizar as turmas de trabalho. Tinha uns que não gostava de levar ordem.

E – Quem escolheu você?

Célio – O Tadeu e o Ernani me escolheram para encarregado e os jovens votaram a favor.

E – E era bom ser encarregado?

Célio – Era bom mais ou menos. Lá eu dava ordem, aqui fora queriam me bater (risos) [...] Mas dava dinheiro. Foi bom, de vez em quando tinha discussão, mas acabava logo.” (E10Claudinha, Célio e Cristiano:1-2)

Mudar o nome do projeto foi uma das poucas formas de “subverter” a ordem do que estava pré-organizado.

“E – Como era o nome do projeto?

*Claudinha – Hortão **Assentadinho***

E – Quem escolheu o nome?

Claudinha – O nome não era esse, os jovens botaram apelido. Ia ser o hortão dos jovens, mas era muito sem graça.” (E10Claudinha, Célio e Cristiano:1-2)

Mas o relato foi carregado de um tom de nostalgia, em que expressaram pesar com o término do projeto. Outros *jovens* lembram do início do projeto, da organização do trabalho e do tempo que durou, como na fala do Breno que reforçou o fato de ser o mais novo do grupo,

“Breno – Na época foi o presidente que falou, foi o...

E – Você nunca tinha plantado?

Breno – Plantava aqui em casa [...]. Aí foi o presidente da época era o Tadeu. Ele falou que ia montar um hortão era de jovem.

E – Você tava com quantos anos? [...]

Breno – Eu tinha doze. [...] eu achava que era mais criança, mas no meio de Sílvio... [...] O mais novinho, Sílvio, o pessoal tudo de idade mais avançada e eu era o mais novinho.

E – Encarou lá?

Breno – Encarei.

E – Mas o pessoal fala muito de você dessa época.

Breno – Eu era bem novinho, eu adorei o Hortão.

E – Como é que era? Como é que funcionava?

Breno – Aí ficava todos os dias de frente e produzia muitas coisas, ah muito bom. Trabalhava todo mundo junto, animado pra caramba. [...]” (E04Breno e Bernardo:4-5)

O projeto parece ter reproduzido a divisão sexual do trabalho já existente nas famílias, classificada no grupo como *trabalho pesado* para homens, como capinar e carregar peso, e *trabalho leve*, para as mulheres, como empacotar as mercadorias para a feira.

“E – Vocês faziam tudo? Todo o processo ou tinha alguma divisão assim você fazia algumas coisas, mas não fazia outras?”

Breno – Eu fazia tudo, só as garotas que fazia as coisas mais leves.

E – O que eram as coisas mais leves?

Breno – Aguar, elas não podiam carregar peso e ficar se matando na enxada.[...]

E – E pra ir vender na feira como é que era? Quem que ia?

Breno – Nos primeiros dias foi Humberto e o Silvio e Tais... eu fui uma vez só. Lá na Glória a gente vendia pra caramba.

E – Gostou?

Breno – Gostei.[...]

E – Valia a pena?

Breno – Valia. [...]” (E04Breno e Bernardo:4-5)

O *Assentadinho* foi um espaço de sociabilidade e lazer, como na fala de Bernardo que definiu os amigos do assentamento como aqueles que participaram do *hortão*,

“Bernardo – Meus amigos, eram mais ou menos, tinham poucas pessoas. Amigo que falo são colegas que a gente convive é tinha os colegas do hortão só. [...].” (E04Breno e Bernardo:15)

Ao contrário do que foi relatado pelos organizadores, a renda, mesmo com o fim da ajuda de custo de R\$50,00, é considerada pelos *jovens* como razoável, como nas falas do Breno, da Claudinha e do Célio,

“E – E quanto dava de dinheiro pra vocês?”

Breno – Nos primeiros meses tinha tipo uma bolsa, R\$50,00. Aí depois de um tempo a gente produzia e vendia ficava de lucro. Aí não tinha dinheiro certo não às vezes que era vinte reais, outras vezes era quarenta.

E – Mas pra aquela época era dinheiro?

Breno – Era um dinheiro bom,[...]” (E04Breno e Bernardo:5)

A renda muitas vezes era revertida para a família, como contou Bernardo,

“E – E dava uma renda? Vocês recebiam alguma coisa?”

Bernardo – Dava, recebia.

E – O que você fazia com o dinheiro?

Bernardo – Eu ajudava minha mãe, às vezes ficava com dinheiro, aí minha mãe pedia [...] também não gastava em nada, aí minha mãe pedia e eu arrumava o dinheiro pra ela.” (E04Breno e Bernardo:15)

Ou em gastos com o consumo pessoal e a formação, como ressaltaram Claudinha e do Célio,

“E – Quanto tempo durou?”

Célio – Um ano.

E – O que vocês faziam com o dinheiro?

Célio – Comprava roupa, tênis.

Claudinha – Comprava roupa e ajudava a mãe, comprava material pra aula.[...] Todo mês eu dava R\$50,00. A gente fazia curso na aeronáutica e pagava R\$45,00 por mês.” (E10Claudinha e Célio:1-2)

A renda era controlada, segundo Célio, pelos próprios jovens, e o pagamento era mensal. Mas alguns pegavam mercadorias antes de serem mandada para feira, para levar para sua família, o que era descontado do que se recebia no mês. Em algumas famílias, o que aprendiam era praticado no lote, mesmo que com reações diferenciadas dos pais. Esse foi o caso da família do Célio e da Claudinha, que encontraram resistência do pai para que utilizassem as técnicas aprendidas na produção da família, diferente da reação da mãe, como no relato deles e de sua mãe, D. Carmosina. A reação do pai pode ser lida como a perda do controle sobre a produção e ameaça à sua autoridade, já que não sabia produzir com a nova técnica.

“Carmosina - É uma experiência muito boa e ele (Célio) trabalhou na horta, que o pessoal da Rural fez, foi muito bom.

E - Orgânica a horta né?

Carmosina - É. Ele me passou muitas coisas, aí ele fala assim – ‘Há! Mãe o produto assim é muito bom.’” (E08Cristiano e D.Carmosina:10)

“E – E o trabalho era igual ao de casa?

Célio – A gente não usava veneno. Aqui em casa usava.

E – E depois que vocês aprenderam tentaram fazer aqui em casa?

Claudinha – Ia fazer aqui em casa ele [pai] não quis. Brigou. Tuca dizia para não usar veneno. Ele não ouvia. Ela (mãe) plantava sem veneno e ele com. [Tinham plantações separadas].” (E10Claudinha e Célio:1-2)

Mas o término do projeto *Hortão* causou frustração e indignação. As avaliações das razões do fim do projeto variaram e parte dos entrevistados “culpou” o *desânimo* dos próprios *jovens*, como Diego que afirmou não concordar com o pagamento da bolsa de R\$50,00 e o fato do projeto, no início ter apoio material, com insumos, maquinário e transporte para a comercialização da Rural e da APPME. O fim dessas *ajudas* teria sido o fim do projeto.

“Diego – Olha o projeto da horta foi bom enquanto durou. Só que desde o início das conversas dele [presidente], a gente já vinha olhando estranho, porque ele relatou que a Professora com mais algumas ia bancar a gente com R\$50,00 por mês. Então isso daí ficou meio chato porque a gente ia trabalhar sendo pago [...] Ele falou que [...] depois desses três meses a gente ia receber o que a gente plantou né, ia ser vendido e tal. Então, você veja bem, as pessoas acabou de receber, durante esses três meses [...] então acabando muitas das pessoas iam ficar desanimadas, entendeu. Porque aquela

marmota ia acabando e tal, então muitas das pessoas desanimaram, foi o que eu imaginei, desanimou...

E – Você acha que nunca deveria ter tido o fixo?

Diego – Não. Tinha que ter o início da horta, mas com a idéia, nós vamos plantar e nos vamos colher, porque nós vamos colher. Então podia ser assim, o que a gente colher nós vamos ganhar, a gente vai plantar e vender e ganhar dessa venda [...] Porque você já imaginou você trabalhar sendo pago e depois acabar, fica muito desanimado porque a renda que nós tínhamos na venda era pouca. Então tinha que ter esse conhecimento desde o primeiro dia, entendeu? Foi muito bom, tinha muito jovem na horta agora nosso presidente né, Tadeu, ele colocava a gente, esforçava a gente trabalhar, e teve uma época que os jovens foram desanimando, desanimando porque... a gente recebeu muita ajuda também... uma coisa muito errada que eu achei porque a gente recebeu muita ajuda da Rural, muita ajuda mesmo...[...] e durante um período acabou e ficamos assim de mãos atadas sem saber o que fazer. Porque a gente recebia quase tudo de graça, e agora o que nos vamos fazer? Foi muito difícil. [...] porque a Associação ajudou a gente com todo o maquinário [...] até o presidente tava unido com a gente ali fazendo uma casinha que a gente guardava tudo ali, então o presidente com um caminhão pra baixo e pra cima [...] levar a mercadoria pra feira. O presidente chegou a levar sem cobrar nada que fosse, carga ou frete, então foi uma ajuda que a gente até acostumamos aí depois que acabou essas ajudas as plantações ficaram no mato né, [...] então quando acabou essa ajuda a gente ficou com as mãos atadas sem saber o que fazer.” (E11Diego:3-4)

No entanto, a grande reclamação foi a falta de diálogo e a decisão unilateral por parte da APPME, que decretou o término do projeto. Essa percepção é recorrente entre todos os jovens que participaram do projeto. Como nas falas do Breno, do Bernardo, da Claudinha e do Célio,

“Breno - [...] aí depois não sei porquê foi e acabou. [...] Ninguém entendeu, nenhum jovem entendeu o pessoal ficou meio... Aí depois Emanuel tipo botou os jovens pra fora pra ficar os coroas.

E – E ocuparam o espaço lá da feira.

Breno – Ocuparam o espaço que era nosso. Até hoje não sei onde foi parar o carrinho as bombas, as mangueiras, as enxada, muita coisa...[instrumentos e equipamentos que compraram com recursos da produção]

E – Tinha alguma produção na época que acabou?

Breno – Tinha ainda.

E – Vocês chegaram a reclamar em algum lugar?

Breno – Ninguém chegou.

E – Por quê?

Breno – Ah, porque era meio... Tinham medo de... Ninguém na época quis falar nada. [...]” (E04Breno e Bernardo:4-5)

“Bernardo – [...] Depois acabou esse projeto hortão,

E -Acabou como?.

Bernardo - Como acabou eu não sei, o Tadeu pegou os equipamentos ele pegou tudo. Nós compramos balança [...] com o dinheiro da gente aí depois o material todo ficou pro Emanuel, ficou pro Tadeu, acabou tudo virou uma bagunça só. [...] Tava indo tão bem. Todo o sábado a gente ia pra feira da Glória.[...]” (E04Breno e Bernardo:4-5)

“E – E por que acabou?

Célio – Acabou porque desarrumou. Saiu um e outro, ficaram só dez pessoas e era muito trabalho, não dava pra agüentar. O presidente (Tadeu) veio e tomou o hortão da gente e não explicou. A gente deixou 10 canteiros de plantação, maracujá, dez parreiras, e outros.

E - Mas como aconteceu?

Claudinha – O dono do sítio (Carlos) queria o sítio desocupado.

Célio – A gente fez um barraco e tinha produto plantado e ele não esperou colher. E não pagou o barraco e nem os produtos. Quem tava no projeto não reclamou. Os jovens não ligaram mais pra nada, não correram atrás de nada.” (E10Claudinha e tutuca:1-2)

Para Diego o ocorrido foi incompreensível, principalmente por não ter sido avisado.

Diego se percebia como um interlocutor junto ao presidente,

“Diego - Nesse período teve [...] uma festa aqui de casamento da Taís, que era filha do presidente, e a horta tava muito fraca. Todo o mundo, praticamente a metade já tinha saído [...] tinha muita coisa pra colher, embora tava mato e tal. [...] Então nesse casamento [...] teve uma festa lá em São João de Meriti na casa da minha irmã, então eu fiquei pra lá. Aí um dia antes eu conversei com o Tadeu, eu falei – ‘Tadeu a gente tá muito desanimado, a gente tem que tomar uma decisão e perguntei a ele o que que a gente ia fazer, o Edmilson, o próprio conselheiro tinha abandonado e tal. Então ele naquele momento de festa da Taís ele falou pra mim que era pra gente acalmar, esperar a festa passar que a gente ia reaver isso. Ia botar as coisas pra funcionar de novo. Então eu fiquei bem ansioso, se eu não me engano isso foi numa quarta-feira [...] eu vim a pé, na sexta-feira cedo, porque sexta-feira era dia de colheita, então eu vim na sexta-feira cedinho a pé cá pra dentro. Nisso que eu venho a pé que eu passei ali em frente a horta, estavam ali o Emanuel, o Jaques que é meu cunhado, o próprio Feliciano, o Flávio. E eles tavam lá com um nome do grupo já, eles já tinham formado um grupo, o nome do grupo deles era Bota pra Quebrar. Então eles invadiram praticamente a horta com a autorização, diz o Emanuel, do Professor. Porque era assim, aqui os jovens podia tá desanimado podia tá diferente, mas o que o Professor e a Professora tava lutando, ficavam sabendo de outra forma, o Tadeu como presidente, contava de outra forma. Então o que aconteceu [...] eu cheguei ali tava todo o mundo colhendo só que não tava ninguém da horta que era... Só tava eles. Então eu vim aqui em casa, me arrumei e fui pra lá, fiquei ajudando a colher. Só que eu sabia o temperamento do Emanuel como é que era, não me dava com o Emanuel. Então meu ritmo de trabalhar na horta sempre foi o mesmo, e eu relevei, não esquentei cabeça com eles pra saber o que que ia dar, até mesmo na esperança de trabalhar com eles. Bom se o jovem abandonou vamos tentar esse grupo agora. Eu não sei porque que eles invadiram, eu não sei porquê que eles estão aqui com esse nome, eu não sei, mas vamos ver, vamos tentar, e continuei. Nesse mesmo dia, eu descascando milho naquela

mesmo ritmo, naquele costume meu, o Emanuel começou na grosseria comigo, dizendo que eu tava fazendo as coisas erradas e tal [...]”(E11Diego:3-4)

O seu relato é marcante quanto à descrição do processo de reprodução da relação de autoridade paterna. Nesse momento os *jovens* não agiram como um coletivo. Vigoraram as relações de autoridade e aceitação das atitudes dos *adultos* como é costume na relação pai e filhos. Mesmo discordando do procedimento e mesmo dos argumentos, que reforçam a imagem de falta de compromisso atribuído aos *jovens*, não houve manifestação de protesto, nem mesmo de quem participou do projeto e se sentiu lesado,

“E – Em algum momento teve reclamação desse grupo, dessa questão da horta, em alguma reunião da Associação?

Diego – Dos jovens?

E – É.

Diego – Olha, reclamação não porque a gente nunca... Assim dependemos da força deles só do maquinário, que o presidente sempre bancava.

E – Mas vocês não chegaram a colocar – “Olha a gente tá aborrecido porque a horta que era nossa...”

Diego – Não porque nós não tivemos oportunidade.

E – Você acha que não tinha espaço pra isso?

Diego – Não, sinceramente não tivemos oportunidade para isso e só vinham problema pra cima de problema e o presidente relatou uma coisa que não tinha nada a ver. [...] Falaram que os jovens eram desanimados e tal, não tinha compromisso, então é uma coisa totalmente errada que ele fez, e ele assim como compadre do Emanuel, ele relatou pro Emanuel que os jovens tavam desanimados e passou tudo pro Emanuel, até mesmo uma balança de quatrocentos reais.

E – Que vocês compraram?

Diego – Nós compramos com o nosso dinheiro, ele passou pro Emanuel sem... E eu não poderia sozinho né?

E – Não teve nessa hora, você acha, talvez a união que dos jovens pra isso?

Diego – Não teve, não teve, realmente não teve.” (E11Diego:3-4)

Nesse processo e nos outros dois descritos anteriormente, se observa uma reprodução da autoridade paterna, mas em um novo registro – no caso do projeto *Assentadinho*, não na família, mas em um projeto para *jovens*. O deslocamento da relação autoridade paterna para um espaço construído como coletivo, corrobora a leitura de que a autoridade paterna permeia não só as relações filhos e pais, mas *jovens* e *adultos*, como vimos nos outros dois eventos narrados. A categoria é usada para classificar os participantes e assumem significados, que valorizam a capacidade de ação dos *jovens* diferente do registro nos espaços de reunião, onde há percepção da falta de respeitabilidade associada à categoria e a todos assim classificados. No discurso, o uso coletivo da categoria também se afasta de uma definição a partir da família

e da organização das relações tendo como eixo a autoridade paterna, como observado no lote, na família e mesmo nos processos eleitorais. No entanto, se os pais não parecem ter tido ingerência sobre o projeto, a divisão sexual do trabalho seguiu os padrões familiares e o Sr. Tadeu assumiu a posição da autoridade paterna trazendo para o espaço do grupo as relações que experimentam em outros contextos. Assim, no discurso há a construção da autogestão e a “cobrança” de que assumissem o processo produtivo – como um processo de aprendizagem para se tornarem produtores independentes. Mas o processo assistido pela universidade, somado à detenção da autoridade sobre o grupo por parte da APPME encarnada no Sr. Tadeu, é percebido pelos jovens como relações de dependência, e podem ser lidos como mecanismos de controle. Esse processo contribuiu para a associação nos discursos da imagem da categoria “jovem” à despreparo, desânimo, desinteresse, irresponsabilidade. O projeto pode ter contribuído ainda para a confirmação da falta de espaço de ação coletiva e mesmo individual daqueles identificados como *jovens* e ainda ter gerado a quebra de confiança entre os *jovens* e os *adultos* para futuros projetos. Aliado ao que vivenciam em outros espaços pode ter gerado a percepção de que os *jovens*, como um coletivo, não têm espaço nas instâncias de deliberação do assentamento e nem teriam autonomia para trabalharem como um grupo.

Terra Prometida: um acampamento do MST

“O jovem acampado pra pegar terra no nome dele, tem mais moral de falar do que um jovem que é filho de assentado.”
(Túlio, acampado, solteiro, 23 anos)

Um período curto, embora revelador, em um acampamento organizado pelo MST, se mostrou rico para fomentar e aprofundar o debate sobre a atuação dos que são chamados ou se auto-identificam como *jovens*, esbarrando novamente nos problemas de autoridade paterna, como os que observamos em Eldorado. Como descrevi na Introdução, algumas situações, quase acidentais, aliadas ao processo de trabalho de campo, geraram percursos inesperados, e encontros inusitados e reveladores.

Em julho de 2002 fui, representando a Associação Docente da Rural, apoiar a ocupação de uma área em Santa Cruz³⁴⁵. Nessa ocasião conheci Túlio, que como relatei na

³⁴⁵ A visita foi feita juntamente com a prof. Caetana e com dois estudantes representando o DCE/Rural. O acampamento já existia há mais de um ano do “*lado de fora da cerca*”. A área pública da Prefeitura do Rio de Janeiro e tinha sido trocada com o Governo Federal por outra área. Mas esperava a liberação pelo município

Introdução, me remeteu ao meu primeiro trabalho de campo em um assentamento rural (Sol da Manhã), por ocasião da minha dissertação de mestrado. Nesse primeiro contato decidi manter um acompanhamento das atividades estaduais do MST relacionadas ao tema “juventude”. Na época fui convidada a acompanhar o “Encontro dos Jovens do Campo e da Cidade”³⁴⁶. Informada de que o “responsável” pela juventude na direção nacional era o Gilmar Mauro, acertei uma entrevista com ele para o dia do Encontro. Essa entrevista trouxe elementos importantes para a problematização do que vinha analisando. Sua fala trouxe preocupações e demonstrou tensionamentos que vinha presenciando no assentamento,

*“Gilmar – Nós achamos que é uma prioridade muito grande do nosso trabalho desenvolver uma linha de atuação mais ativa e intensiva com a juventude. Não só dentro do Movimento Sem Terra como também fora. Por várias razões. Primeiro, internamente na verdade nós embora tenhamos sempre trabalhado com prioridade a juventude – a nossa militância é basicamente jovem – mas ainda há muito o que fazer. Porque na maioria dos assentamentos, depois que é assentado, os jovens geralmente perdem muito espaço. Porque do ponto de vista econômico geralmente os pais é que são assentados são eles que recebem os créditos etc...E a juventude acaba ficando com tarefas não tão importantes ou pelo menos não cumprindo com tarefas que poderia projetá-los, forma-los etc...Então a juventude fica relegada, aquele esquema de futebol e o acompanhamento político, a participação política acaba se restringindo às famílias e principalmente aos homens. Bom, como resolver isso é um desafio que nós estamos enfrentando agora. Nós necessitamos muitos militantes, muitos mais, e a juventude é a [...] raiz, tá numa fase inclusive de auto-afirmação. Ela é mais liberada, mais livre, está aberta, gosta de assumir tarefas, gosta de assumir responsabilidades. É preciso ser cobrada as suas responsabilidades, não é aquele negócio, - “Assume. Se der, tudo bem.” Isso não funciona, tem que cumprir tarefas mas ser exigido, cobrado como também elogiado. E nós achamos que isso nos daria um grande número de militantes que hoje está praticamente ocioso, cumprindo muito pouco essas tarefas, bom é um campo que nós queremos desenvolver e estimular a participação da juventude e trazer pra dentro do Movimento Sem Terra.
E – De que maneira?”*

devido a impostos atrasados, para ser desapropriada e as famílias serem assentadas. O MST optou por ocupar a área, após longa negociação, para acelerar o processo, e também para minorar as difíceis condições dos acampados.

³⁴⁶ O evento ocorreu simultaneamente em vários estados e pretendia, segundo Gilmar Mauro (Direção Nacional MST), “trazer o jovem da periferia. O jovem operário, o jovem que atua na Igreja, o jovem que faz Universidade, das escolas de segundo grau. E – Numa perspectiva de atuação mesmo, junto ao MST? G – Isso, junto com os jovens do MST, porque no nosso entendimento nós não devemos trazer jovens urbanos pra dentro do MST, isso não é o objetivo, não vai dar certo, são mundos diferentes, no entanto nós temos muito mais convergências do que divergências e misturar isso tudo pra gente discutir a problemática do nosso país de forma conjunta e de se tirar idéias de como a gente vai resolver os problemas brasileiros, é fundamental. Porque no meu modo de ver nós politizamos o debate, tu não tá juntando jovem pra fazer festa, tu tá juntando jovem pra discutir qual é o futuro que nós queremos pro nosso país.” (E43Gilmar Mauro:3)

Gilmar – As maneiras são as mais diversas possíveis mas desde uma organização maior dentro do assentamento que permita a integração da juventude em atividades políticas dentro do assentamento.

E – Quais seriam os nós no caso da participação política nos assentamentos, por exemplo, nos espaços de decisão?

Gilmar – Um dos nós é o modelo de assentamentos que nós temos hoje, infelizmente não é um modelo nosso, nós buscamos arrumar, ajeitar, estimular a cooperativa etc, etc... [...]” (E43Gilmar Mauro:1)

Assim, Gilmar Mauro apresentou um discurso que priorizava o problema *da falta de espaço* para a atuação dos *jovens* e traçou um perfil dos acampados, ressaltando um segundo problema, o peso da autoridade paterna, isto é, dos homens em relação às mulheres e aos “jovens” nos espaços de organização e decisão nos acampamentos e assentamentos.

“[...]Mas é um modelo ainda machista onde o chefe-de-família é quem predomina na própria organização interna. É desde os acampamentos, embora se estimule a participação das mulheres e da juventude ainda é predominante das pessoas adultas e homens. Eu acho pouca a iniciativa tanto da militância do Movimento Sem Terra como até mesmo dentro dos assentamentos e nós temos que mudar essa situação. [...]” (E43Gilmar Mauro:1)³⁴⁷

Em sua narrativa reforçou o “papel político” do *jovem* e caracterizou a categoria como mais *apta a aprender, mais livre para se envolver no movimento*, por não serem, na maioria dos casos, responsáveis pelos lotes. Nessa leitura a imagem da categoria “jovem” é associada a

³⁴⁷ Como resposta a esses problemas Gilmar afirmou que o MST propunha “[...]deixa eu te dar um exemplo do que nós estamos tentando criar lá em São Paulo. É o que estamos chamando de CECA, Centros Esportivos e Culturais dos Assentamentos, o objetivo primeiro é nós desenvolvermos um trabalho com todo o assentamento, elevar o nível cultural...[...] Mas outros tipos de esportes que [...] que sirva como aspecto também aglutinador, que envolva a comunidade. E no campo ideológico também né, investir na formação política ideológica de todo o conjunto do assentamento, mas aí dando prioridade mais pra juventude porque ela é mais aberta e o pai vai ter que ficar no lote né. Porque a lógica é essa. Mas os jovens podem sair, ele pode militar, ele pode cumprir tarefas fora. Pode vim a um Encontro, ficar uma semana que não tem nenhum problema. [...] E uma formação mais intensiva, não aquele cursinho, de vez em quando faz, mas uma formação mais intensiva e casada com tarefas concretas né. Que a capacitação do jovem se dá na medida que ele desenvolve atividade concreta, ele pode receber todo o conteúdo do mundo se ele não desenvolver aquilo, se ele não procurar fazer ele não vai aprender. [...] Claro que nunca vai fazer se não tiver espaço, se a gente não criar um espaço, então é preciso romper as barreiras que permita a juventude se integrar. [...] A idéia é que o processo de formação político ideológico que se vê, conhecer a nossa historia, conhecer a historia do Brasil, conhecer um mínimo de Economia, um mínimo de Filosofia pra você ter uma base pra poder interpretar essa realidade. E a medida que você interpreta essa realidade fica muito mais fácil intervir nela pra mudar. O processo de integração das pessoas né, se ele vai ser uma grande liderança, um grande militante é um processo de inserção no mundo na vida de uma pessoa. [...]” (Idem:3)

revolucionários e como condutores dos processos de mudança social, características inerentes como rebeldia, botar fogo, a juventude seria chave para a reprodução do próprio movimento.

“[...] Então historicamente nos movimentos sociais, nos movimentos de esquerda, não só no Brasil, mas no mundo todo, [...] incluir o revolucionário, a juventude tem uma participação decisiva, não é. São eles enfim que conduzem o processo. E nós achamos que todo esse modelo que foi aplicado no Brasil principalmente nos últimos dez anos jogou um papel muito forte do ponto de vista ideológico na juventude de desagregar, de desestimular a solidariedade, estimular o individualismo, o consumismo, a disputa né pelo mercado.[...] então como resgatar a solidariedade, como resgatar o espírito que o nosso problema não vai resolver se eu me qualificar tecnicamente. Nosso problema não é de qualificação técnica, inclusive nós precisamos resgatar o destino da juventude porque os modelos jogam pra você a responsabilidade do desemprego, [...] É porque você não se qualificou, você não estudou, é você o responsável [...] Isso tem reflexos psicológicos muito grandes na nossa juventude. Então o que a gente tá querendo é resgatar a auto-estima [...], resgatar a mística da juventude, essa coisa que é muito natural, muito espontânea na juventude que é, de rebeldia, de conspiração né, de desobediência civil, de botar fogo, de botar fogo no bom sentido no Brasil. Porque nós achamos que se não reacendermos o movimento de massa no nosso país nós estamos ferrados. Então um elemento importante pra reacender o movimento de massa é a juventude. Agora é o início sem querer cercear a juventude, até a tarefa política é um nome que alguns nem gostam porque dá a impressão de juventude tarefeira né. O que alguns partidos sempre fizeram, o Movimento Sindical também, - ‘Vamos pegar a juventude e dá um monte de tarefa porque é jovem mesmo ele vai.’ [...] Não é nesse sentido, é tarefa política no sentido de construir quais são alternativas ou quais são né, os caminhos e as grandes tarefas, não só pra juventude, mas as tarefas políticas pra nós nesse... [...] Quando eu entrei na direção nacional eu tinha 22 anos. [...] Tou com 35, já sai da direção, já voltei, já sai, já voltei. Eu iria também.” (E43Gilmar Mauro:3-4)

Perguntado sobre a possível “saída” massiva dos “jovens” dos assentamentos ele atribuiu, novamente, à falta de espaço nas instâncias de decisão dos assentamentos e de perspectiva econômica.

“Eu iria também, se eu não tivesse espaço né, se eu não tivesse perspectiva econômica, se eu não tivesse a possibilidade de me inserir, sei lá, de estudar, eu também iria embora.” (E43Gilmar Mauro:3-4)³⁴⁸

³⁴⁸ O entrevistado apontou algumas ações do MST na formação de “jovens militantes”, “[...] nós temos uma linha boa de trabalho com a juventude. Hoje nós estamos com 1700 pessoas, a grande maioria jovem e estudante em curso do MST. [...] Nós estamos com mais de 30 jovens em Cuba estudando. Nós estamos com muitos jovens nas Universidades preparando, enfim esse é um investimento que a gente tá fazendo. Agora ainda tem um potencial grande dentro dos assentamentos que pode ser utilizado, porque já é otimizar o nosso grande potencial no sentido de aproveitar todo o mundo e fora do MST também estimular essa participação mais efetiva da juventude.” (E43Gilmar Mauro:4)

Essa fala reforça a existência de um hiato entre o discurso do *movimento* e os processos que encontramos no acampamento, como veremos a seguir.

Algum tempo após ter conhecido o Terra Prometida e ter participado desse Encontro fui informada pela D.Emiliana da ida de seu sobrinho Frederico para o acampamento. O contato com o Terra Prometida se aprofundou neste contexto. Uma segunda visita foi realizada³⁴⁹, quando foi possível conversar com Waldemar (integrante da direção do acampamento), que colocou questões que reforçam a análise do Gilmar Mauro. Em sua fala a categoria aparece marcada pelo tensionamento *jovem X velho*.

“E – Uma liderança como o Vinicius [19 anos, participa da coordenação do acampamento], o pessoal mais velho respeita?”

Waldemar – Respeita, tem respeitado bastante. Embora ele está num processo de formação e comete alguns erros ainda e os velhos não perdoam né. Tipo assim, o fulano é uma liderança, enquanto está acertando eu estou com ele, ele errou já cai de pau porque ele é jovem. Por exemplo, se eu erro e um outro erra, o idoso, -“Ah não porque errou, porque não sabe...” Tem sempre uma saída. Mas se um jovem erra tá roubado, cai em cima pra matar mesmo, é a mais pura verdade. Porque a tendência é entrar numa disputa que não tem lógica de ser, só é disputa –“Eu tenho que provar pra ele que ele tem que me respeitar. Ele é jovem então ele tem que me respeitar, mas enquanto ele está fazendo certo, eu não posso questionar porque ele está fazendo certo. Na hora que ele erra é aí é que eu vou entrar pra mostrar pra ele que ele tem que me respeitar.” (E69Waldemar:3-4)

Assim, a “disputa” envolve a legitimação da autoridade dos *velhos* reproduzindo as estruturas hierárquicas da família nos espaços de decisão do acampamento. A *discriminação* em relação às mulheres e especialmente *jovens* também apareceu como preocupação. No caso dos *jovens* há forte reclamação quanto aos momentos que estão juntos, sem o controle ou a vigilância de *adultos*,

“Waldemar – Por isso que vinham muitos jovens aqui, porque as meninas também estão participando. Inclusive é outra coisa que eu tento trabalhar aqui, porque para os idosos, os jovens hoje só querem saber de sexo e mais nada né. Então quando tem um grupo de jovens e ainda mais à noite, e têm umas meninas no meio, eles já....Já teve varias discussões aqui que a Coordenação teve até que levar pra Assembléia. Que isso aqui tava uma orgia. Que os jovens ficavam até de madrugada na orgia aqui. Aí uma vez até me chamaram, eu estava na minha barraca, eu falei –“Antes de criticar, vamos verificar. Cheguei lá eles tavam jogando baralho e rindo, aí tomei um café...’ Tavam lá uns seis meninos e umas cinco meninas jogando baralho, dominó, e

³⁴⁹ O contato foi agilizado por um estagiário que participava do Projeto UNITRABALHO, conhecer os acampados e ser muito próximo ao MST.

rindo, contando piada, coisa de jovem. Só que estava falando um pouco alto demais e o pessoal queria dormir. Eu cheguei e, -“Oh, pode ficar aí mas fala baixo que o pessoal quer dormir.” Aí no outro dia foi o comentário que tava a maior orgia, -“Eu estive lá e não é nada disso.” -“Tu tá cego, você não viu?” -“Claro que eu vi!” Mas porque? Porque tem a questão da discriminação mesmo.

E – Se fosse só meninos não teria esse tipo de coisa?

Waldemar – Não, não tem.

E – O problema é quando tem menina no meio?

Waldemar – Quando tem menina no meio já aumenta um pouco.” (E69Waldemar:5)

Em seguida Waldemar me apresentou a “jovens” do assentamento, dentre eles Túlio, que eu já conhecia. Em outras duas visitas realizei entrevistas com cinco “jovens”, incluindo Frederico. Ao conversar com o Frederico, na primeira entrevista, ele parecia não querer ficar no acampamento. Mas, pouco tempo depois, em uma conversa informal na escola que freqüentava em Seropédica, ele não só tinha um firme propósito de ficar e conseguir o lote, como fez uma comparação entre a época do acampamento em Eldorado e o Terra Prometida. Para Frederico o Terra Prometida *é melhor, mais organizado*, principalmente na questão da vigília, que todos participam. No Terra Prometida *ouvem mais a gente*. Perguntei se ouvem mais os mais novos. E ele respondeu que *os jovens participam muito. As pessoas ouvem*. E relatou um caso: teria dito ao tio (que também é acampado) que os acampados precisavam começar a plantar, senão poderiam pensar que eles não queriam terra pra plantar. O tio colocou a questão no seu *núcleo de base*, que acatou a idéia e passou para o resto do acampamento e começaram a montar as cercas. Ele estava muito satisfeito com isso. Comparando com o acampamento em Casas Altas, afirmou que naquela experiência ninguém ouvia o que *eles* tinham pra dizer e que *os jovens fizeram uma organização separada, porque se tentasse falar alguma coisa nas reuniões, mandavam a gente se calar*. Com isso pararam de participar das reuniões. Já no Terra Prometida haveria *mais organizado, tem água limpa, tem comida, todos têm tarefas, tem grupo de vigília, no outro não*. Perguntado sobre a atuação dos *jovens* nas reuniões, se eles falam. Ele afirmou que os *jovens* costumam falar nas reuniões, que ele não fala porque é tímido, mas que *tem pouco jovem, no outro (Eldorado) tinha mais*.

A fala do Frederico traz elementos importantes. O que ele classificou como *mais participação*, envolveu uma proposta feita através do seu tio, o que reproduziu as relações através da família e da autoridade paterna, nesse caso na figura do tio. No entanto, o fato de o

tio apresentar sua proposta rompe com a situação descrita em Eldorado, onde os *jovens* não são ouvidos nem através de mecanismos como esses³⁵⁰.

Mas essa aparente participação dos “jovens” é mais tensa do que relatado por Frederico, como contou Túlio (23 anos)³⁵¹,

*“E – Você sente que nas instâncias do Movimento tem espaço pros jovens de fato? Vocês falam? São ouvidos? Vocês têm o mesmo status de um militante mais velho?
Túlio – Não. [...] Ele acaba sendo batido pelo mais velho. Quando ele dá uma idéia, mesmo que a idéia dele seja certa, primeiro faz a errada do mais velho pra depois fazer a certa dele. [...] Na coordenação eu, um pouco antes do Vinicius, era o mais jovem.” (E79Túlio:21)*

Ainda segundo Túlio, o fato de ser responsável pelo lote faz diferença. Ou seja, uma pessoa pode ser identificada como *jovem* e pretender ter um lote. Nesse caso, geralmente são homens e solteiros. Nesse caso a posição nos espaços de decisão parece mudar, esse *jovem* é ouvido. Assim, nesse contexto, pretender o lote, isto é participar do *movimento* sem a presença de uma autoridade paterna, diferencia o conteúdo de *ser jovem*. Essa situação nos remete à etnografia de Arensberg, e as nuances entre os conteúdos assumidos pela categoria em função da situação em relação à terra da família. No caso do Terra Prometida também observamos que há diferenças na percepção dos que são tratados como *jovens*, que estão na posição de filho ou agregado de um participante do *movimento*, e de *jovens* que estão “por conta própria”. Frederico, embora se apresente como interessado em ter terra, dividia a barraca com o tio, o que poderia interferir em como o percebiam, como na fala de Túlio, que também afirmou que a presença do Waldemar contribui para um maior espaço nas reuniões. Já sua ausência permite o fortalecimento da autoridade paterna,

“Túlio – É, mas quando a gente, pelo menos aqui no acampamento, o jovem acampado pra pegar terra no nome dele, ele tem mais uma moral de falar do que um jovem que é filho de acampado.

E – Esse não tem espaço?

Túlio – Tem espaço perante a coordenação e perante o Waldemar. O Waldemar ele [...] abre um espaço pra juventude. Mas se tiver uma reunião e o Waldemar não estiver presente e o jovem se inscrever a coordenação acha que não deve falar.

E – Ah, pode fazer isso de não deixar falar?

³⁵⁰ A exceção foi o caso do campo de futebol onde alguns *adultos* encamparam o pedido dos *jovens* o que não resultou na implantação da proposta.

³⁵¹ Aos 16 anos Túlio, que morava no Sol da Manhã, entrou para o *movimento* (MST). Participou de um acampamento na Fazenda do Salto (Barra Mansa), do Curso de Formação da Escola Nacional do MST e integrou a direção regional do MST/RJ. Ao entrar no acampamento ingressou na coordenação do acampamento.

Túlio – Ah ele fala, até fala, mas começa a cortar no meio do caminho ou quando espera falar depois dá um esporro. Então o jovem acaba se escondendo. [...]

E – Essa diferença que você fez, é quando é um cara solteiro que vai pegar seu lote e o filho de acampado. Você acha que o filho de acampado ele deixa de falar porque ele é jovem e aquele é um espaço de adulto ou porque os pais estão lá?

Túlio – Porque os pais estão lá, muitas vezes porque os pais estão lá, o Emanuel o pai dele é coordenador do núcleo e trabalha fora, então ele fica indo pelo pai. Quando tem uma reunião e o pai dele não está presente ele fala, pouca coisa ele fica meio envergonhado, mas ele fala. Quando o pai está presente tá arriscado nem ver ele na reunião, ele se afasta.” (E79Túlio:22)

A difícil participação das mulheres no acampamento foi ressaltada pelos jovens Yolanda, acampada (25 anos) e por Vinícius (da coordenação do acampamento, 23 anos),

“E – Quando você fala em jovem é mais ou menos a partir de que idade ou até que idade?

Vinícius – Nós pegamos de 25 pra baixo, porque tem uns de 25 aí que são jovens também, é 25 pra baixo, por aí.

E – Quatorze, quinze também?

Vinícius – É quatorze e quinze.

Yolanda – Mulheres existem poucas

Vinícius – Mulheres tem menos aqui, se tiver é menos de dez.

Yolanda – Cinco

E – E participam?

Yolanda – Não.

E – Nem das reuniões?

Yolanda – Mulheres não.

E – As mulheres de um modo geral não participam ou as jovens?

Yolanda – As mais novas. [...] As novas não, mas as mais velhas participam sim, porque tem a minha mãe, tem a Jane, tem a Marlene, participa sim.[...]

E – Você acha que tem uma tendência de elas não participarem mesmo por uma questão, ah o homem é que...?

Vinícius – Sim, como o homem não está acostumado a ver uma mulher nas discussões, nas reuniões, as mulheres tomando a frente em certas decisões, então isso é uma coisa que é difícil pra alguns homens ver acontecer isso. [...] Na coordenação do acampamento nós só somos homens.

Yolanda – Mas tinha uma mulher né?

Vinícius – Tinha, tinha uma mulher, não tem mais uma mulher. Então o que acontece, o homem acaba se enciumando, imagina a mulher na coordenação e ela tomando a decisão no acampamento, ajudando nas discussões e ele em casa, então ele não aceita isso.[...]

E – Isso já aconteceu?

Vinícius – Já aconteceu.

E – Com as mais jovens também?

Vinícius – Também, então é uma discussão mais de gênero mesmo.

E – O pai chega a proibir de participar?

Vinicius – Não o pai essa proibição não. Mas eu estou te falando assim, tem a questão de gênero que deve ser feito com o homem e a mulher por causa disso. Porque o homem tem esse machismo que deve ser quebrado e a própria mulher ainda tem um pouco de submissão ao homem. A questão de ter que aceitar as decisões que o homem toma. Então acaba sendo difícil pros dois, você fazer a mulher entender que ela tem um papel importante na sociedade que ela tem o direito de contribuir com as decisões a serem tomadas na vida família. Então ela deve entender isso e também aceitar isso. A discussão deve ser feita e é meio polemica de ser feita mesmo.” (E80Vinicius e Yolanda:10-11)

Através de seu relato percebemos elementos utilizados para caracterizar o “jovem”. Podemos afirmar que o que Túlio caracteriza como *desinteresse* do próprio *jovem*, aliado à imagem de *bagunceiro* construído pelos *adultos*, à autoridade paterna e à *discriminação com a mulher*, contribui para a difícil atuação do *jovem* nos espaços de decisão,

“Túlio– E é o que acontece, muitas vezes a assembléia, eu gostaria de ter na coordenação na época que estava na coordenação no momento de ter uma assembléia tendo todos os jovens e todos eles poderem se inscrever e falar. Só que acabava que não tinha assim o jovem não ia, não se interessava em ir. Às vezes chega no meio da assembléia fica lá sem falar nada, fica quieto.[...]

E – Qual é o tipo de crítica que o jovem recebe mais aqui dentro?

Túlio – Bagunceiro.

E – E o que quer dizer bagunceiro? O que incomoda os adultos hoje?

Túlio – Por exemplo, tem luz o jovem liga logo o som e bota alto, o jovem dorme tarde, então tudo é bagunça. [...]”(E79Túlio:22-23)

Vinicius, também apontou as *dificuldades* de estar na coordenação do acampamento e ainda os problemas enfrentados para “organizar” o *jovem*.

“E – Como é ser jovem na direção? O pessoal te respeita dentro do acampamento?

Vinicius – Aparentemente sim. Tem aqueles que não respeitam... nós temos desvios e vários preconceitos que nós herdamos da sociedade lá fora. Então às vezes é difícil a gente aceitar alguns tipo de coisa que acontece. Então tem uns que respeitam tem uns que não respeitam não, depende muito...

E – Por que você é mais novo?

Vinicius – Isso. Mas aí até pra evitar esse tipo de situação procuro falar aquilo que realmente tem que ser dito. Aquilo que realmente é a verdade e que deve ser feito então pra poder evitar esse tipo de situação mesmo. Procurar fazer o trabalho mais profissional mesmo. [...]

E – Mas aí vocês fazem reuniões separadas mesmo?

Vinicius – Isso, separadas porque os jovens, [...] tem que ter mais uma conversa bem mais dedicada, bem mais cuidadosa para que você possa efetivar o jovem ao trabalho.” (E80Vinicius e Yolanda:7 e 9)

Vinícius em sua narrativa traz elementos que nos remetem a construções da categoria em Eldorado e nas demais áreas estudadas naquela região. A associação da categoria ao *desinteresse, preguiça, não querem trabalhar na roça*, apareceu em seu discurso como um *preconceito dos camponeses*, no sentido dos que têm origem rural.

“Vinícius- O camponês, aquele que foi criado na roça, ele vê a situação hoje, a realidade de hoje, então ele acha que o jovem de hoje é, sei lá, mais preguiçosos vamos dizer. Então o próprio pai, o próprio acampado acaba discriminando o jovem porque acha que ele não é capaz de viver do campo, não é capaz de trabalhar, então acaba criando até um certo preconceito também com os jovens. [...]

E – E nessas reuniões por núcleos, mesmo tendo as reuniões dos jovens, os jovens vão? Chegam a acompanhar alguma coisa?

Vinícius – Alguns até que sim, mas os que participam mesmo das reuniões dos núcleos é mais aqueles quando o pai não está presente, eles vão mesmo não por espontânea vontade, mas porque o pai não vai e ele tem que ir.

E – E esses se colocam, falam ou ficam quietos o tempo todo?

Vinícius – A minoria fala.

E – Isso é uma coisa difícil né?

Vinícius – É difícil lidar.

E – E você acha que a dificuldade de ele falar tem haver com a autoridade do pai mesmo ou enfim não tem interesse...?

Vinícius – Também acho que a dificuldade com o pai mesmo.

E – A questão da autoridade do pai ainda é forte?

Vinícius – Essa coisa com o pai é muito forte e podemos entender também que não é uma coisa comum as pessoas falarem, o jovem falar o que pensa, se preocupar com a questão da política, se preocupar com as mudanças. Isso pro jovem é uma coisa que é difícil ele se interessar. Então quando se interessa acaba chocando alguns né. Então tem toda essa questão, nós fomos feitos pra não pensar, não falar também, apenas aceitar o que já veio aí é por isso que dá uma dificuldade das pessoas falarem o que pensam, questionarem, darem propostas.” (E80 Vinícius e Yolanda:7 e 9)

Mas dentre os chamados *jovens* os que faziam parte da coordenação do acampamento se diferenciavam, o que podia gerar tensões. A fala do Túlio revela que ele, mesmo quando fez parte da coordenação, reproduziu padrões de hierarquia marcados por ser *mais velho* em oposição a ser *mais novo*.

“Túlio – É, era difícil mas muitas vezes também eu deixava. Eu crucifiquei muito o jovem lá dentro. (EL- É?) É, de eu virar e falar, o Waldemar falava que eu agia com muita emoção né, às vezes eu dava esporro no jovem e o jovem vinha e me dava um esporro ali, é aquele negócio porque acha que eu sou mais velho. Eu sou jovem mas sou mais velho, acha que eu estou errado e sou igual aos outros, (EL- Entendi) aí me dá um esporro e chega na hora da coordenação em vez de eu defender ele eu acuso em vez de defender eu acabo defendendo ele e pelo desacato que ele teve a mim. Eu

acuso ele, não deixo passar eu acuso ele. Faço pior, ele já tem uma acusação e eu venho com outra eu acabava fazendo assim.” (E79Túlio:23)

Assim, as falas do Waldemar, Frederico, Túlio, Vinícius e Yolanda apresentaram uma complexa construção da categoria *jovem* nesse contexto. Há diferenças internas, entre os que estão ou fizeram parte da coordenação, como Túlio e Vinícius, em relação aos demais, e que ressaltaram a imagem de desinteresse do “jovem”. Mas para além das diferenças internas, as “queixas” se repetiram quanto à difícil participação em espaços de decisão e o acesso ainda mais limitado “da participação das mulheres” identificadas como *jovens*, o que nos remete aos problemas enfrentados por Dália quando ocupou a presidência da APPME, e os tipos de crítica que recebeu. Essa rápida passagem pelo Terra Prometida permitiu observar como “as queixas” são recorrentes, e ainda, como a categoria “jovem” reaparece caracterizada a partir de elementos também encontrados no Eldorado.

Mas um terceiro momento complementou esse quadro e expandiu o nosso olhar. No Encontro de Assentados e Acampados da Baixada Fluminense, em uma mesa de debate sobre o tema *Juventude*, composta por *jovens*, as “queixas” foram reforçadas³⁵². Josiane de Campo Alegre (Nova Iguaçu) deu início ao debate falando sobre as dificuldades que enfrentam no assentamento, que é composto, segundo ela, por 15% de *jovens*, a escola fica a 40 minutos, no município de Queimados, não há lazer e as drogas já fazem parte do cotidiano. Josiana acha que tem que incentivar manifestações culturais e que a tendência é a saída dos *jovens*, que já passam *o dia todo na rua estudando e trabalhando*. Claudinha reclamou da ausência do campo de futebol, da distância da escola e pediu que fizessem outros encontros como aquele. Mas outras falas foram mais específicas quanto à participação dos *jovens*, como as irmãs Josiane e Bia que reclamaram da *juventude isolada* sem espaço pra atuar e discutir dentro dos assentamentos e acampamentos. Josiane reforçou ainda, a falta de espaço de lazer, estudo e trabalho no acampamento *tudo é fora*.

³⁵² O Encontro contou com a participação de alguns assentados de Eldorado: Sr. Celso, Claudinha, D. Helena, Hugo e Elias (seus filhos). Do Assentamento Boa Esperança (Queimados) o Waldemar (liderança histórica da Baixada Fluminense), Sr. Arlindo (presidente da Associação) e a Luciana (militante do MST). Do acampamento Terra Prometida (Santa Cruz) participaram 4 acampados. Do Assentamento Campo Lindo (Nova Iguaçu) Bia, Josiane e Débora, também identificadas como militantes do MST, e como “*jovens*”. Da direção estadual do MST/RJ estavam o Celso, a Fernanda, o Denis, Luana e o Paulo Alantejano Chinelo. Eu e o prof. Canrobert Neto fomos convidados para representar a Rural e o Grupo de Trabalho Política Agrária (GTPA) da Associação Docente Universidade Rural. Participaram da mesa sobre juventude a Claudinha e o Hugo (filho do Sr. Haroldo) ambos da rede dos acampados, a Josiane (Campo Alegre), Luciana (Boa Esperança) e a pesquisadora (como coordenadora da mesa).

*“Bia - “A gente fala com a diretoria, mas ninguém ouve.”
Claudinha – “Eu não quero sair, mas quero que melhore.”
Bia – “O jovem assentado não tem espaço no campo e nem na cidade.”*

Celso, da direção estadual do MST, falou sobre a associação entre *agricultura e atraso*, o que contribui para a saída do jovem, e a oposição estudo e roça. Contou sobre a experiência da Cooperunião, onde crianças e adolescentes comercializam sua produção.

“Os jovens só se sentem valorizados quando participam de fato, coletivamente em ações concretas. Onde o jovem tem espaço de decisão ele fica, onde o pai decide tudo o jovem sai.”

Bia – “A escola reforça a imagem de rural como atrasado e a cidade como moderno. Os pais também não querem os filhos na roça.”

Débora - “Os jovens querem contribuir, mas não sabem como.”

Neste espaço a categoria não representou uma coletividade, mas uma categoria genérica, a partir do que poderíamos chamar de um senso comum sobre quem são os *jovens*, e ao mesmo tempo foi um espaço para a colocação de suas “queixas”. O debate trouxe novas questões e reforçou as já coletadas quanto ao dilema “sair e ficar”, como uma “síntese” das “queixas” recorrentes no assentamento e no acampamento. Essas muitas inserções da pesquisadora contribuíram para a percepção do forte tensionamento da autoridade paterna nos assentamentos e acampamentos rurais, onde os que são identificados como *jovens* carregam uma imagem marcada pelo *descompromisso* e *desinteresse*, associada à falta de legitimação como *rural*. As “jovens” sofrem ainda mais com a forte presença da autoridade paterna, e se a atuação dos *jovens* em espaços de direção e/ou decisão é conflituosa para os homens, para as mulheres é quase inexistente. As exceções que encontramos foram a Dália e a Claudinha, que vêm “confirmar a regra”, já que a participação da Dália gerou forte rejeição dos assentados e para Claudinha participar houve um intenso debate com seu pai, que autorizou sua entrada na diretoria. No entanto, na discussão sobre o campo de futebol, que ocorreu durante a gestão da qual fazia parte, seu pai não a considerava com força para defender a construção do campo *Não. Ela não serve pra isso*. Mas em um outro espaço, classificado como *religioso*, pelos que o freqüentam, vimos uma outra lógica de atuação dos identificados como *jovens*.

Grupo Jovem da Igreja Batista Boa Esperança - Grupo Jovens Pela Paz

A prática religiosa é intensa em Eldorado, tendo três filiações mais evidentes: Católica, Batista e Assembléia de Deus. Espacialmente o assentamento reproduz essa divisão,

principalmente entre assembleístas e batistas. A área onde está muito dos que compõem a rede dos acampados (área A) concentra os batistas, todos praticantes na mesma igreja, Igreja Batista Boa Esperança (localizada fora do assentamento, no bairro Boa Esperança em Seropédica). Construíram uma pequena igreja no assentamento para cultos durante a semana (nunca presenciei ou soube de culto realizado nesta igreja). A maioria é da mesma família cujo patriarca é seu Daniel, mas Eder faz parte dessa rede. Nessa área também se encontram católicos, que, aliás, estão espalhados por todo o assentamento e que fazem parte da rede dos acampados, freqüentam, principalmente duas igrejas no Centro de Seropédica, Sta Inês e Sta Terezinha³⁵³. Na área B, onde moram assentados da rede dos *meeiros* e da rede dos acampados, a maioria é assembleístas. Sr. Haroldo construiu uma igreja da Assembléia de Deus no seu lote, onde hoje são realizados cultos com a participação de assentados e da vizinhança próxima³⁵⁴. Um ponto recorrente é a participação de filhos de assentados em “grupos de jovens” das igrejas evangélicas³⁵⁵. Os “grupos de jovens” fazem parte da organização interna das igrejas evangélicas e católicas, e o que chama atenção é a intensa participação dos filhos de assentados, principalmente os da Igreja Batista. Esses também são os mais atuantes na associação e nas reuniões. As referências e usos do termo *jovem* apareceram amplamente associados a esse grupo. O Grupo Jovem da Igreja Batista se destacou pela intensa participação dos assentados e ex-assentados que o integravam, mas especialmente pelo evento que ora vou relatar.

Os primeiros contatos com os “batistas” foram no assentamento. Aos poucos percebi que boa parte da família do Sr. Daniel, que morava ou tinha morado em Eldorado, freqüenta a Igreja Batista Boa Esperança, mas, o que chama atenção, é a forte participação dos identificados como *jovens* em espaços religiosos denominados “Grupo Jovens”, nas igrejas evangélicas, ou Pastoral do Crisma, Pastoral da Juventude, na Igreja Católica. O Grupo Jovem da Igreja Batista Boa Esperança (GJIBBE) se destaca não só porque envolve um número importante de assentados (Diego, Cássio, Janaína, Jasmim) como de ex-assentados (Elton,

³⁵³ Existe, em menor número, outras filiações como uma família da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

³⁵⁴ Não poderei aprofundar a análise dessas redes, mas vale ressaltar que todos freqüentam igrejas fora do assentamento e mantêm intensa circulação em função dessa participação. Ver Damasceno, C.M.1994.

³⁵⁵ Apesar da Irmã Ivete ter organizado diversos encontros de jovens no começo da formação do assentamento, e de alguns filhos de assentados participam do Curso de Crisma e outras atividades voltadas para jovens na Igreja Santa Terezinha e na Igreja Santa Inês, ambas no km 49, não participam da Pastoral da Juventude e não há a presença da Pastoral da Juventude rural na região.

Deise, Jaqueline, seu esposo) e ainda Ester, enteada do Eder, mas, também, porque o grau de envolvimento é intenso. Estão sempre comentando sobre as atividades da Igreja e principalmente do grupo: ensaio do *louvor*, reuniões do GJ, culto jovem, visitas dos jovens a outros grupos e igrejas, estudos bíblicos, etc.³⁵⁶

Acompanhei várias atividades ao longo do ano 2002 e observei a intensa participação da família do Sr. Daniel em todos os espaços da igreja. São todos muito atuantes e ocupam papéis-chave na igreja, especialmente Diego, integrante da diretoria do Grupo Jovem e que toca nas *louvações*, e Vicente, que além de integrante do GJ, toca na Banda Alfa e participa intensamente da evangelização³⁵⁷.

Mas, em fevereiro de 2003 fui surpreendida em uma entrevista com a Ester, enteada de Eder, que tinha sido do GJ e fora responsável pelo Grupo de Coreografia, com a notícia da *divisão da igreja*. Ester estava contando o seu processo de expulsão³⁵⁸ e comentou,

“Ester – [...] um Grupo saiu da Igreja [...] um Grupo foi contra o Pastor saiu, foram excluídos.

E – Então você pode ser excluída porque você foi contra o Pastor?

Ester – Não, se você tem sua opinião contrária dele você não pode ser excluída. Porque o Grupo fez uma votação. Então o Pastor ficaria na Igreja ou o Grupo ficaria. Nessa a situação perante a Igreja toda. [...] O Pastor não queria – ‘Não, vamos votar

³⁵⁶ Ver nota 313.

³⁵⁷ Assim que entrei em contato com a GJ, Elton (genro do Sr. Daniel) era o presidente. Acompanhei sua passagem para a Classe dos Senhores e para o Grupo de Louvor formado por quatro homens. Sr. Daniel participa intensamente dos cultos. Sempre reverenciado é chamado para *louvar* no púlpito. Ele tem uma pasta com letras de *louvações* que gosta de cantar. Sempre que quer comandar a *louvação* leva a pasta para o culto. Suas filhas Diana e Délia *louvam* com ele.

³⁵⁸ Ester foi expulsa por ter vivido com seu marido sem se casar na igreja “Ester – Houve um probleminha na Igreja e eu saí do Grupo Jovem. [...] porque eu era casada, agora estou separada a vinte dias. [...] aí eu estava morando com ele, mas não era casada, aí começou a pressão. [...] Minha mãe é Diaconiza entendeu, quer que eu me case na Igreja, tem que casar. Aí eu estava fazendo parte do Grupo Jovem e não tinha cargo nenhum, mas eu cantava no Grupo Jovem entendeu, tanto que você me viu no ensaio... [...] Aí eu comecei a assumir cargo com o Grupo de Coreografia, não assumi assim, eu fiquei com o grupo, só que não tinha ninguém pra ficar nos ensaios e eu assumi, fiquei com as meninas, aí o pessoal começou a reclamar. E - Como é que ficaram sabendo que você não é casada, eles perguntam? Ester – Eles sabem. [...] Sabe, casamento é festa, alguma coisa né. [...] Aí eu peguei e deixei de fazer parte do Grupo de Coreografia e fiquei muito chateada porque eu estava muito animada com as meninas que participavam do grupo. As meninas estavam muito animadas comigo achavam que era um bom trabalho. Aí conversaram comigo que eu não poderia ficar, poderia ficar só se outra pessoa ficasse responsável e eu só assumisse os ensaios. Eu falei, “não porque ainda mais que eu vou estudar à noite, eu trabalho de dia” [...]. Aí me desanimei, já que eu não posso ficar na coreografia também não posso ficar no Jovem né? Se é errado, é errado. Aí peguei e saí também do Grupo Jovem. [...] E – Como eles te comunicam? [...] É público ou é pessoal? Ester – Não, conversam com você, todo mundo sabe, na verdade todo mundo sabe da sua situação. Se você é casada, se mora com alguém que não é casada, aí você tem que casar.” (E15Ester:5-6)

primeiro a minha permanência, depois a gente vota o Grupo.’ ‘Não a votação vai ser a seguinte: Se o Grupo sair o Pastor fica, se o Pastor...’

E – Teve muita gente do Mutirão que saiu nessa leva? Seu Daniel, e o Grupo Jovem como é que ficou?

Ester – Saíram... o Grupo ficou desfalcado. A gente sentiu muita falta porque o instrumentista saiu, o Diego. O Vladimir, a Igreja toda....

E– Melissa também?

Ester – A Melissa saiu agora..

E – Quem ficou?

Ester – Ficou, Soraia, Marcio, Vanessa, Cacá, Carlinhos, Danielle, Alen, esqueci de alguém? Leandro e Pricila só. O Grupo ficou bom. O Grupo continua bom.

E – Então o pessoal do Mutirão saiu quase inteiro.

Ester – Saiu.

E – Os jovens saíram todos?

Ester – Todos.

E – A Délia e a Jaqueline ficaram e a Iele e a Jasmim saíram?

Ester – Saíram.

E – Isso é comum assim quando separa uma parte da família ficar e uma outra parte sair?

Edna (mãe da Ester) – Nunca aconteceu isso, é a primeira vez. [...] Ah eu acho muito triste, fiquei sem entender como começou fazendo isso, a gente ficou meio assim, sei lá um vazio.[...]

Ester – Parente, saiu um parente nosso, um primo, da Igreja, o Vladimir, casado com a Michelle, é primo. [...] Ai é ruim porque se eles tivessem só saído, mas mantivessem contato, não, eles saíram e não querem contato nenhum. Eles não querem assim que a gente ligue pra eles. Eles ficaram chateados porque a Igreja foi contra eles [...] Ai foram à favor de um, e contra um grupo de vinte porque na época vinte pessoas foram excluídas. [...] ai a gente se abateu por isso né, a gente não entendeu, até a Michelle ficou, na época. [...] Mas ela não agüentou a pressão deles ficarem longe, ela aqui ele lá, ele chateado com o pessoal daqui. [...]” (E15 Ester:5-9)

Na semana seguinte fui conversar com Sr.Daniel e ouvi um relato surpreendente. Encontrei Sr.Daniel na varanda da sua casa. Como sempre me recebeu com muita alegria. Sr. Daniel é um dos assentados com quem conversava mais, o que permitiu uma abordagem sem rodeios sobre o problema. Ele então me contou sua versão da história.

Havia um irmão chamado Jorge que foi excluído pelas suas atitudes. Tinha dinheiro e ficava dando presentes pras meninas, até adolescentes, e pagando passagem pra elas, quando o acompanhavam pra uma missão em outras igrejas. Aquilo não estava certo. Já devia ter sido excluído antes. Ele só queria saber de ir pra igreja pra conversar e ficar do lado de fora da igreja. Então os jovens do grupo reclamaram e pediram pra ele ser excluído. Sr. Daniel acha que o pastor tava vendido pro Jorge, que comprou muitos equipamentos de som pra igreja e

fica lembrando disso a toda hora. Quer controlar as músicas, e os jovens que sabem comandar tudo aquilo, não gostaram. Sr. Daniel contou que não ia à igreja há três semanas, desde que um dia ele preparou um hino, e não foi chamado para cantar³⁵⁹. Nesse meio tempo ocorreu o conflito. Vicente e Diego conversaram com o avô e contaram o ocorrido,

“Aí o Claudinho e o Diego me contaram o que tava acontecendo e que queriam pedir a exoneração do pastor. Perguntei se tinham maioria, se não tivesse era melhor não fazer isso. Eles disseram que tinham. Fui à igreja só pra dar meu voto. Falei com o pastor, vim aqui só pra dar meu voto. Ele não sabia em que eu ia votar. Aí eu disse pra ele você não podia ter afastado os jovens com seis pessoas na assembléia. Os jovens são a árvore que dá fruto amanhã. Se a árvore não der fruto e nem servir pra nada você mete o machado, mas se dá fruto tem que cuidar. Ele não soube apagar o fogo antes que alastrasse. Ele é fraco não sabe como fazer tinha que ter apagado o fogo e cuidado dos jovens. A gente perdeu e foi proposta nossa exclusão, fomos saindo um a um. Mas ele achou que a gente ia pedir reconciliação, que a gente não tinha pra onde ir. Mas a gente já tá congregando no Zezinho [Na casa do pai do Vladimir, diretor do GJ e onde passou a morar com sua esposa Melissa. Localizada na rua 1 fica mais próximo do assentamento].”

Antes de eu ir embora, Sr. Daniel me convidou para participar de uma noite de pregação. O mais interessante desse relato foi a valorização do *jovem*, que tinha a ver com o espaço que ocupam na igreja. Essa fala de Sr. Daniel ia de encontro com ao forte exercício da autoridade paterna que exerce em seu lote descrito pelo seu filho Diego e seus netos.

Aceitei o convite para acompanhar o culto na casa do Y (pai do Vladimir do Grupo Jovem, esposo da Melissa). Ao chegar Diego e Vladimir vieram conversar comigo sobre o ocorrido, no começo, muito reticentes. Vladimir dizia que um membro da igreja tava fazendo coisas erradas e que o pastor estava encobrindo. Aos poucos foram contando o episódio. Vladimir foi procurado por uma ou mais adolescentes (não ficou claro) que contaram que estavam acontecendo coisas erradas. Ele, que ocupa um cargo abaixo do pastor, foi conversar com o próprio que lhe disse que se não houvesse provas não poderia fazer nada. *Não achei certo, esse tipo de coisa não pode deixar.* Contou que o mesmo membro vinha perseguindo outros irmãos. *Ele é diretor do som e quis tirar o Diego, que operava o som. Não pode. Foi a igreja que colocou o Diego lá, só a igreja pode tirar.* Reclamou com o pastor, que não tomou

³⁵⁹ “Sr. Daniel- Levei minha prancha, eu só levo a prancha quando vou cantar o hino, preparei em casa. O pastor tinha falado à tarde comigo, disse que ia cantar, mas não me deu oportunidade, ele tinha que ter me chamado e dito agora o irmão Daniel vai cantar um hino, mas não fez isso e não cantei. Fiquei três semanas sem ir pra igreja.”

providências. Em reunião foi contra o irmão Alair (responsável de acompanhar o Grupo Jovem) virar diácono. Um outro irmão propôs a exclusão desse membro e que o pastor que estava encobrindo tudo fosse afastado. Perderam de 22 a 28 votos e se retiraram. O grupo jovem vai ser rearticulado com os seis integrantes e uma adolescente que saíram da igreja³⁶⁰.

Esse evento apontou o grau de inserção daqueles que são identificados como *jovens* no cotidiano da Igreja, mas, principalmente, na sua estrutura e em espaços importantes de sua hierarquia. As questões que envolveram o enfrentamento com o irmão que estava cometendo ações consideradas *erradas* e com o próprio pastor, tinham como base as próprias normas, valores “morais”, que vigoram na igreja. O procedimento do Vladimir foi procurar o pastor para relatar o ocorrido e pedir que tomasse providências. Ao não fazê-lo, o pastor teria desrespeitado a própria hierarquia interna, uma vez que o Vladimir ocupava uma posição no topo da hierarquia, ainda que abaixo do pastor. Esse enfrentamento nos apontou dois elementos importantes, primeiro o fato de um *jovem* poder ocupar cargos no topo da hierarquia da Igreja, e, segundo, o fato de uma questão que envolvia, exclusivamente, *jovens* e *adolescentes*, mais ainda, que opôs a palavra deles contra a de um *adulto*, ganhar o apoio de outros membros da Igreja, totalizando vinte que foram excluídos. Mas, para a análise que vem sendo realizada ao longo da tese, um outro fator é central. O fato de a categoria “jovem” assumir conteúdos distintos no discurso de pessoas que fazem parte de redes que se sobrepõem. Assim, o próprio Diego que associou à falta de espaço para os *jovens* participarem, definições desse *jovem* como pouco interessado, e ainda assumiu uma postura de submissão no caso da horta orgânica, apareceu com uma atitude bem diferenciada no episódio relatado. Não só foi um dos que enfrentou aquilo e aqueles que considerava estarem *errados*, como contribuiu fortemente para convencer seu pai, que tinha um peso importante na Igreja, a apoiá-los. Outra “inversão” de conteúdos diz respeito ao próprio Sr. Daniel, que atribui ao *jovem* um papel central na construção da própria Igreja e seguiu uma avaliação de seu filho e de seu neto no episódio. O evento permitiu observar os mesmos “personagens” em situações e espaços sociais distintos e como a categoria assume conteúdos de acordo com o contexto onde está sendo acionado.

³⁶⁰ Estavam presentes, além dos jovens, o pastor da Igreja Matriz a qual pertencem agora, os pais do Vladimir e o Sr. Daniel e a D. Dolores. O Culto estava sendo realizado em uma parte coberta em frente à casa.

A categoria “jovem”: discursos e práticas em contextos “coletivos”

Os eventos tratados na primeira parte desse capítulo são fundamentais para observarmos como apesar do forte discurso sobre a importância deles na reprodução política do assentamento, enfrentam o peso da “autoridade paterna”, que delimita essa ação para o que os *adultos/mais velhos* consideram importante. A “autoridade paterna” permeia os diferentes espaços e redes sociais observados, e se reflete na “queixa” dos “jovens” quanto à sua autonomia de ação. Discursos e práticas distintos aproximam essas diferentes experiências, onde, com maior ou menor ênfase, apareceu, entre os informantes “jovens”, observações e “queixas” quanto a *não ser ouvido* em espaços coletivos, principalmente reuniões ou iniciativas das instâncias organizativas, tanto do acampamento, quanto do assentamento. A não participação em espaços onde o assentamento é discutido de forma mais coletiva pode estar ligada à imagem construída pelos *adultos*, principalmente chefes-de-família, do que vem a ser *jovem*, associada à falta de credibilidade para assumir papéis importantes por um lado; e por outro, como expressão da própria relação de autoridade paterna estabelecida no interior da família. Isso corrobora a imagem do “jovem” como “pouco confiável” e a necessidade de ser controlado, como tratado no capítulo anterior. Percebe-se assim a extensão da autoridade paterna sobre os diversos espaços de ação dos identificados como *jovens*.

No episódio das eleições da diretoria da Associação foi possível observar os que são chamados de *jovens* presentes no processo. Mas, apesar de críticos à forma como a APPME é conduzida pelos *mais velhos*, com *muitas brigas e pouca união*, não há nenhuma movimentação coletiva ou individual que expresse publicamente essas críticas. E, por fim, reproduzem o “voto” dos seus pais. Assim, há uma reprodução da forma como o “jovem” é percebido pelos *adultos* e pelos próprios “jovens”, que tendem ao não enfrentamento com os *adultos/mais velhos/pais*.

Por outro lado, observou-se uma prática na Igreja Batista Boa Esperança, onde a atuação dos *jovens* é percebida como importante, onde a maior parte de suas iniciativas e decisões de Grupo são respeitadas e onde se observa uma situação em que os “jovens” estiveram à frente de um processo de forte transformação na Igreja como um todo, que foi a sua *divisão*.

O fato ainda de termos observado nas áreas estudadas de que nem todos que carregam o perfil que identifica o indivíduo “jovem” são tratados ou apontados como tal, pelos adultos,

corroborou para a análise de que a categoria “jovem” é construída relacionalmente. Identidades construídas em espaços e redes sociais permeadas por processos históricos, organizações formais ou informais, mais ou menos fechadas, mas que identificam e se refletem na atuação de indivíduos concretos. Através desses diferentes espaços e redes sociais percebemos a categoria assumindo, de forma dinâmica, conteúdos e sendo aglutinadora de diferentes identidades, discursos e práticas.

CONCLUSÃO

O esforço empreendido ao longo desse trabalho foi o de analisar a categoria “jovem rural” no sentido da sua construção como categoria de pensamento, a partir de uma leitura de disputa de percepções sobre as relações pais/filhos e jovens/adultos. Mas essa construção também implica em visões sobre o mundo rural e urbano em que “jovens” e “adultos” estão imersos. Essa construção, por sua vez, incide e é interpenetrada por “jovem” como categoria social, materializada em contextos onde esta foi ou é acionada coletivamente. A etnografia da região permitiu observar como o termo *jovem* tem diferentes significados, que variam de acordo com quem estiver falando e em quais espaço de sociabilidade estão atuando. Como vimos, as percepções sobre o que é *ser jovem*, neste universo rural investigado, estão fortemente marcadas pelas relações familiares. O trabalho etnográfico desvelou que a construção da categoria a partir dessas relações atravessa as portas da casa e ganha a rua.

Entrecruzadas pelo dilema “ficar e sair”, mas principalmente pelo “peso” da autoridade paterna, as percepções sobre o “jovem” a partir das relações familiares, distinguem o “meu filho”, dos *jovens* do assentamento, mas nas duas construções esse “jovem” deve ser vigiado e controlado. Observamos como o peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote e está presente nas famílias, independente das redes às quais pertençam – *meeiros*, acampados ou outras. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os “jovens”, principalmente mulheres, que se estendem para o assentamento e aos espaços que freqüentam. Não se percebe o uso dos mesmos mecanismos sobre os que são identificados como *crianças*, onde vigora a preocupação exclusiva com a exposição à violência urbana.

Assim, “sair de casa” pode significar uma ruptura com a posição de dependência econômica e subordinação à família. Esse processo tende a ocorrer em etapas. Um primeiro momento é a freqüência à escola, que gera uma circulação “permitida”, o contato com novas redes de sociabilidade e amplia o debate sobre o “futuro”. Mas essa “saída” não altera construções familiares quanto à necessidade de controle desse “jovem”, ao contrário, ir à escola traz novas preocupações para os pais em relação aos filhos que passam a ficar fora do alcance dos seus olhos e das redes que permitem a vigilância continuada. Já o emprego externo, apesar de ter características similares à ida à escola quanto ao deslocamento, pode

transformar parcialmente as relações internas à família e a percepção sobre esse “jovem”. A diminuição da dependência econômica da família, e a sua contribuição para a composição da renda doméstica podem ser razões dessa percepção diferenciada, que, em alguns casos, resulta em maior autonomia de circulação para filhos, mesmo mulheres (como vimos em Chaperó), isto é, de forma menos controlada. Mas esses dois processos não representam necessariamente a saída de casa, que pode vir ocorrer de forma definitiva em função do casamento e do exército.

A imagem do “jovem” precisando de controle e constante vigilância, recorrente em toda a região, aproxima as percepções sobre os que são identificados como *jovens*. As relações familiares e demais redes sociais permitem um maior controle, especificamente nos espaços internos ao assentamento e nas outras áreas analisadas. Embora os filhos sejam citados como muito responsáveis, principalmente quando o tema é trabalho e estudo, existem inúmeros mecanismos de controle e forte associação dos que são percebidos como *jovens* no assentamento com a imagem de “pouco confiáveis”. Dessa maneira, reforça-se a imagem de jovem trabalhador e estudioso no discurso, mas, na prática, não há confiança para que ele possa circular autonomamente, ou *livre*. Embora a violência seja um elemento concreto e reconhecido por todos, o controle dos pais vai muito além da preocupação com a exposição à violência urbana. Isto não é apenas característica de um período, uma idade específica. O controle é exercido enquanto o “jovem” estiver vivendo com os pais, principalmente no caso das filhas, o que reforça a “saída” de casa e do assentamento como forma de alcançar autonomia (como tratado por Seyferth,1985; Bourdieu,1962; Arensberg e Kimball,1968; e Champagne, 1979).

A “proibição” do namoro e formas mais ou menos brandas de interdição de possíveis namorados, apareceu como uma marca de continuidade entre as gerações, embora com características diferentes. Alguns fatores foram citados como elementos de interdição, como o fato de um possível namorado e futuro marido ser separado (divorciado,desquitado), ser muito mais velho, ou uma namorada ser muito mais nova, o que teria gerado a “proibição” do namoro³⁶¹. Mas o controle sobre as filhas aparece como um elemento para além dessas interdições estendendo-se também ao namoro de uma forma geral. As formas de negociação,

³⁶¹ Outras razões de interdição foram coletadas, como diferenças sociais, situação de emprego do pretendente e mesmo conotações quanto à cor da pele. Não foi possível, nos marcos deste trabalho, aprofundar essas outras questões.

como tentar convencer o pai a aceitar o pretendente, ou, ainda, de transgressão, como o *namoro escondido* e a gravidez na condição de “jovem solteira”, podem significar um processo de busca de autonomia frente à autoridade paterna.

No entanto, observamos como essa relação de autoridade não se restringe ao âmbito doméstico, se estendendo para contextos coletivos no assentamento. E ainda, que não é uma relação localizada, pois a encontramos nos relatos dos *jovens* do acampamento Terra Prometida, e mesmo em relatos em outros contextos, como no I Congresso Nacional de Juventude Rural, no Encontro dos Jovens do Campo e da Cidade, e no Encontro dos Assentados e Acampados da Baixada Fluminense. No assentamento as eleições e as reuniões da APPME, e o projeto *Assentadinho* são exemplos dessa relação. Para se compreender a “cobrança” quanto à participação dos jovens no assentamento foi necessário um mergulho nos discursos e práticas nesses contextos.

Dois discursos que se confrontavam precisavam ser observados: o discurso dos adultos sobre o desinteresse dos *jovens*, e dos “jovens” quanto à desqualificação da sua participação nos espaços coletivos de decisão. Acompanhar algumas situações, como o caso Dália, e dois eventos, a disputa pelo campo de futebol e as eleições na APPME, permitiu uma análise desses processo de autoridade. No caso do campo de futebol observou-se um pleito coletivo dos “jovens”, que não foi atendido. Ao longo dos muitos episódios que envolveram a não-construção do campo, chamou atenção o fato dos “jovens” terem tido pouca participação nos debates que foram travados na APPME. Associado a um espaço de lazer – e talvez por isso menos valorizado pelos adultos do que os problemas enfrentados na produção – os argumentos contrários à construção do campo de futebol, no entanto, dizem respeito à perda de controle sobre a frequência ao assentamento. Isto é, a preocupação central pareceu ser com a manutenção dos mecanismos de controle sobre os “jovens”.

No caso das eleições se observou a participação massiva dos “jovens” “acompanhando” o voto de seus pais. Se este fato não foi alvo de debate entre os “jovens” durante a eleição, a entrevista com Diego mostrou classificações como *voto de dependência* que fortalecem a leitura de ser esse, também, um contexto para onde se estendem as relações familiares, principalmente a autoridade paterna. O fato de “jovens” assumirem cargos na direção da associação ser uma situação excepcional é mais um elemento que reforça essa leitura. O tipo de cargo assumido, principalmente secretária (o), que costuma ser tratado como

auxiliar de diretoria, é outro fator que evidencia o tipo de espaço de atuação dos jovens na APPME. Os relatos dos “jovens” sobre suas participações nas reuniões foram marcados pela desqualificação das suas intervenções. O caso Dália expõe de forma mais clara essa relação de autoridade. Ao assumir o cargo de presidente passou a ser tratada, pelos assentados adultos que integram a associação, com práticas de desqualificação similares a que classifiquei como “queixa” nos discursos dos “jovens”. Mesmo o projeto *Assentadinho* que propunha uma organização de auto-gestão, ou seja, pelos próprios *jovens*, sofreu a intervenção da autoridade paterna, seja no momento de definição de sua implantação, em que os pais e não os *jovens* foram consultados; seja na figura do Sr. Tadeu atuando na definição das principais etapas, mas principalmente na decisão unilateral de terminar o projeto.

A extensão da autoridade paterna para os espaços coletivos também foi notada nos relatos no Terra Prometida, onde mesmo *lideranças jovens* – reconhecidas como tal nas instâncias nacionais do MST – enfrentam a desqualificação nos espaços de organização interna por serem *jovens*, e, mais ainda, quando estão na condição de filhos. Nesse sentido, talvez a própria estrutura organizativa dos acampamentos e assentamentos reforce as posições de hierarquia da família e do papel do homem como responsável pelo núcleo familiar.

Paradoxalmente, os espaços religiosos ou organizados por agentes religiosos, se apresentaram como espaços mais autônomos, apesar de muitas vezes serem descritos como extremamente rígidos e moralmente controlados. Isto é, exigem um comportamento de seus integrantes, com normas de conduta pré-estabelecidas, gerando formas de controle e autocontrole³⁶². Ainda assim, tanto o convívio cotidiano, quanto os eventos nos espaços religiosos analisados foram associados a *poder falar*, e à *liberdade*. Estes espaços se apresentam nos relatos como sofrendo menos intervenção da autoridade paterna por aqueles que se identificam, ou são identificados, como *jovens*, em comparação com a casa e o próprio assentamento.

Assim, “ficar” ou “sair” do assentamento e das outras áreas rurais, diz respeito também a “ficar” ou “sair” da casa dos pais e do alcance da autoridade paterna. O forte controle sofrido

³⁶² Apesar das diferenças entre os espaços católicos e evangélicos o controle e a hierarquia das instituições aparecem nas descrições sobre os casos concretos analisados. Não poderei aprofundar mais a análise do material sobre os espaços católicos e demais espaços evangélicos, na medida em que foi necessário definir recortes. Mas os informantes católicos apresentam fortes reclamações sobre a hierarquia interna das igrejas locais. Ainda assim, alguns assentados freqüentam as pastorais e grupos jovens de forma autônoma em relação à freqüência da família à missa. De um modo geral são mais assíduos que seus pais.

pelas “jovens”, principalmente, como característica do exercício da autoridade paterna é um elemento importante na relação das filhas com o lote. A “saída”, geralmente em função do casamento, pode representar a busca de autonomia, mas não necessariamente a ruptura com as redes familiares, de vizinhança e de amizade consolidadas no assentamento. A “saída” muitas vezes é para um centro urbano próximo, mantendo uma rotina de visitas ao lote. Apesar de a maioria das “jovens” não se interessarem ou atuarem no lote, continuam a valorizar enfaticamente a *conquista da terra*.

Considerando as especificidades dos assentamentos rurais, assim como da produção familiar, há, como vimos, preocupações dos pais, dos *apoios*, e mesmo do poder público, quanto à reprodução das relações de produção familiar no processo de saída dos filhos de casa. Se, como vimos, essas preocupações estão diretamente relacionadas às difíceis condições de vida nos assentamentos, devemos olhar, também para os outros significados da saída dos “jovens”. Talvez se trate como excepcional a saída dos jovens do meio rural, sem considerar a possibilidade deles estarem “simplesmente” saindo da casa dos pais e construindo sua autonomia em relação à família. O problema pode estar menos nesse processo e mais nas dificuldades ou quase impossibilidade dos “jovens” solteiros, e mesmo casados, se estabelecerem no mesmo assentamento ou em outro próximo, na medida em que não há mecanismos de expansão do núcleo familiar. Para se permanecer no mesmo assentamento seria necessário pagar as benfeitorias para algum assentado que quisesse repassar o lote, capital que nenhum dos entrevistados mostrou ter disponível. Ainda assim, essa “solução” dependeria de razões adversas, na maioria das vezes, não desejadas pelos próprios assentados – a saída de uma família do assentamento. É importante frisar que apesar de observarmos o repasse de lotes, nenhum “jovem” apresentou, sequer em seu discurso, a intenção de se estabelecer no assentamento através desse mecanismo.

Apesar de se perceber a posição que os “jovens” ocupam neste espaço, o próprio dilema “ficar e sair” e a questão da herança e sucessão nos remetem à análise de “jovem rural” como uma categoria social pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo. Se, como pudemos ver, a escolha de um possível sucessor, e mesmo a terra (lote/*sítio*) como herança não apareceu como um “problema” no discurso dos pais e dos filhos em Eldorado, as percepções sobre o “jovem” como categoria social na reprodução da produção familiar e do assentamento estão no cerne da dualidade “ficar e sair”. Tanto “jovens” como adultos acionam

em seus discursos elementos que questionam viver no meio rural e que associam percepções que desqualificam “ser rural” – no sentido desenvolvido por Bourdieu (1977) através do conceito “classe objet”. Mas a categoria “jovem” aparece representada no risco da descontinuidade das relações familiares estabelecidas com a terra, caracterizada na imagem de desinteresse do *jovem pela roça*. As áreas observadas trazem para o debate as múltiplas formas e possibilidades de tratar a relação com a terra, onde se percebe que os diferentes processos de socialização influem na reprodução social das “heranças”. O valor simbólico da perspectiva de um filho(a) vir a ser responsável e futuro proprietário (a) do lote e dar continuidade à produção familiar no lote e no assentamento neste contexto, é interpenetrado por outros desejos, expressos nos discursos ambíguos dos pais, marcados pela possibilidade destes virem a ter um futuro menos “penoso”.

Esse processo também pode ser lido pela relação de tensão entre o interesse de grupo (família e/ou comunidade) e do indivíduo (o “jovem”), que tratamos no caso analisado, e que é um tipo de processo amplamente debatido (Bourdieu, 1962; Woortman, 1995; Aresnberg, 1968; Abramovay, 1998; outros). Peatrik (2003) analisa as regras e práticas dos indivíduos em um tempo social, que atravessa longos períodos, e um tempo individual, vivenciado de acordo com a classe de idade e classe geracional. Assim, as mudanças ocorrem no plano amplo atravessando gerações, mas também no plano individual.

A coleta de diferentes “queixas” quanto ao desinteresse dos “jovens” pela terra (Morro das Pedrinhas e Chaperó) e pela terra e pelo assentamento (Eldorado) foi reveladora. Observamos os significados dessas leituras sobre o *jovem* e de como os próprios “jovens” se percebem no processo. No caso dos “jovens” do Morro das Pedrinhas e daqueles que moram em Chaperó, em sua maioria da rede dos *meeiros*, parece haver um distanciamento na relação com a terra, como patrimônio produtivo, e à própria “identidade rural”. Já entre alguns “jovens” da rede dos acampados e mesmo outros que moram em Eldorado, se o patrimônio material, em si, não é ressaltado em suas narrativas, a relação com a terra como *conquista* e como um espaço produtivo (ainda que de difícil retorno financeiro) aparece com ênfase nos discursos. A identificação com um mundo rural é associada ao conhecimento da produção rural e é reforçada no discurso e na prática de filhos, principalmente homens – ou até mesmo de filhas que já saíram do assentamento – oriundos de áreas urbanas e que se diferenciam de pessoas que vivem na cidade pelo conhecimento adquirido na *roça*.

Temos assim o que poderia parecer, inicialmente, um paradoxo para a “tradição camponesa”: o fato de filhos de trabalhadores rurais, criados na *roça*, demonstrarem desinteresse pela terra e buscarem distanciamento da identidade rural; e filhos de origem urbana, apresentarem identificação com valores rurais, mesmo que com ressalvas e conflitos. Um caminho para compreender essa diferença foi observar como os relatos dos “jovens” estavam informados pelos seus distintos processos de socialização. Entre os filhos dos *meeiros* aparece a percepção do “tempo” vivido em uma área rural desvalorizada socialmente nos espaços urbanos que freqüentam, tanto nas referências estigmatizadoras sobre a sua população, quanto pela “exclusão” ao acesso a serviços públicos e mesmo privados. Já na rede dos acampados prevaleceu a narrativa do processo do *movimento de luta pela terra*, de ocupação do lote e as novas redes de sociabilidade formadas nesse espaço. Mas, também, foi valorizado o fato de a vivência no assentamento permitir a intensificação das redes familiares. No caso dos acampados a divisão sexual do trabalho pode ter interferido na participação dos “jovens” e especialmente das “jovens”, no lote, concorrendo com o processo vivenciado no acampamento. A leitura da atração do “jovem rural” pela vida urbana torna-se pouco adequada quando confrontada com essas distintas trajetórias.

A experiência no acampamento e as dificuldades enfrentadas exigiram práticas que muitas vezes eram novas, como na narrativa do Sr. Tadeu sobre seu próprio processo de aprendizado no *movimento de luta pela terra*. Este foi, sem dúvida, um momento privilegiado de socialização para os “jovens” e as crianças, onde as relações de autoridade e a organização do trabalho familiar, embora presentes, parecem ter se afrouxado. Pôde ser notado que as lembranças dos “jovens” sobre essa época ressaltaram a construção de redes de amizade, experiências de intenso sofrimento, mas também, processos de aprendizado e a descoberta de um mundo rural prazeroso. Essas percepções são marcadas pelo relato de ações e situações coletivas em que *brincavam, trabalhavam*, participavam de reuniões e encontros, *juntos*. Nessas narrativas, diferente das que observamos entre os adultos, a categoria *jovem* aparece como uma identificação coletiva que unifica a ação, podendo ser lida, nesse contexto, como “categoria social em construção”, ainda que não tenha se materializado em um grupo formal.

No entanto, a formação do assentamento e a organização das formas coletivas de representação excluíram os “jovens” das práticas de organização desse novo espaço, tratando o *jovem* como uma categoria social sobre a qual se deveria atuar. Essa construção reforça as

imagens em disputa. Ou seja, *não ouvirem os jovens* estaria calcado na percepção de pouca seriedade dos filhos por serem *jovens*. A ausência de grupos formais de jovens no assentamento e no acampamento pode significar o não-enfrentamento dessa disputa, nesse terreno. Por outro lado, a intensa atuação dos mesmos indivíduos em outros contextos, onde a categoria é materializada em grupos formais, como em grupos de jovens das igrejas, permite a leitura que reforça a auto-identificação e apreensão do termo *jovem* como categoria social configurando ações e representações sociais. No caso da IBBE a representação do *jovem* como categoria social é dominante e percebida positivamente, mesmo pelos pais que no espaço do assentamento não tratam “seus jovens” a partir dessa visão. O caso da divisão da igreja demonstra que a categoria nesse contexto é um “veículo” de ação que classifica quem assim é identificado como parte da estrutura da igreja, legitimado, portanto, para agir como os demais integrantes, inclusive assumindo cargos na sua hierarquia e disputando posições sobre como comandar a igreja.

O material etnográfico expõe as limitações e impedimentos da realidade enfrentada no campo pelas famílias e mesmo na cidade, pelos “jovens”, tanto para dar continuidade ao sonho da *terra*, quanto para buscar concretizar outros desejos, e ainda para possíveis conciliações dessas esferas. Os conflitos entre os sonhos e a realidade vividos por esses “jovens” e a dualidade “ficar e sair” do discurso dos pais são expressões de processos de mudanças que operam tanto no sentido amplo – nas relações econômicas e sociais que envolvem o mundo agrário brasileiro, e naquela região específica – quanto em uma maior atuação do indivíduo, principalmente dos chamados “jovens”, nas relações em família, na comunidade e nos universos rurais e urbanos. No entanto, essa percepção não deve ser lida como um processo de “individualização inerente à modernização” – como em Beck,1992 (apud Jentch e Bunett,2000). Ao contrário, as mudanças apontadas tanto no discurso, quanto nas práticas que envolvem pais e filhos, “jovens” e “velhos”, em Eldorado e nas demais áreas estudadas, estão, como vimos, ancoradas em antigas e novas redes sociais. E as “escolhas” que procuram equacionar os desejos e as inserções no mundo real, não estão apartadas desse “tempo social”, dos processos históricos que convergiram para a atual situação vivida por esses “jovens”. Neste sentido, a própria categoria “jovem” é construída e acionada, nessa e a partir dessa realidade, que muda constantemente, mas que mantém laços de continuidade, expressas, por

exemplo, nas relações familiares, nas atitudes com a terra, que podem ser lidas como formas de reprodução social do campesinato.

A construção da categoria “jovem” no espaço da família aparece no limiar dessas rupturas, mudanças e continuidades. As relações familiares no assentamento e nas demais áreas geraram uma forte rede de sociabilidade que os “jovens” vivenciam e reproduzem cotidianamente, mas que tendem a ultrapassar a partir da circulação externa. A organização do trabalho familiar esta calcada no trabalho do casal, conta com maior ou menor participação dos filhos. A valorização da escola e do trabalho externo, dentro de um contexto de condições econômicas desiguais, aliada às diferentes trajetórias familiares de acesso e manutenção da terra, gerou diferentes percepções e relações com a terra. Ao acionarem o termo *juventude* ou *jovem* em um sentido genérico, mas não necessariamente coletivo, os informantes (pais, filhos, avós, netos, sobrinhos, etc.) associam-no a mudanças, rupturas, e ao risco quanto à continuidade de expectativas coletivas, seja da comunidade, em um sentido mais amplo, seja da produção familiar. Ao reordenarem os discursos quando falam especificamente de um “jovem”, filho, filha, neto (a), sobrinho (a), ou de si mesmos, as transformações nas relações sociais aparecem de forma mais consolidada e em alguns casos, menos conflitantes. O desejo da família de que esse “jovem” tenha uma inserção diferenciada reforça um olhar que absorveu a possibilidade de outras formas de atuação desse indivíduo. Como primeiro corte, vimos que a diferença entre homens e mulheres nas relações familiares gera a “exclusão” dos “jovens” do processo de sucessão.

Mas, também, é possível observar que as percepções sobre essas formas de atuação diferem. Para as gerações mais velhas, significa um *futuro melhor*, mas uma provável ruptura com o seu modo de vida, com a reprodução da produção familiar e principalmente do lote/*sítio* como patrimônio familiar e produtivo. Já para os “jovens”, principalmente para uma parcela dos rapazes, significa a possibilidade de múltiplas inserções, a conjugação do desejo de manter o lote, e uma inserção na vida profissional, que pode significar um outro interesse ou simplesmente uma forma de garantir uma renda estável.

Neste sentido, permanecer no campo, diminuindo o chamado “êxodo rural” dos jovens, ou mesmo sua inversão no caso dos filhos de assentados oriundos de áreas urbanas, está menos calcado na construção da agricultura como alternativa profissional (como na definição de Mendras, 1984) e mais no peso simbólico da conquista da terra e dos valores engendrados

nos processos vividos por esses “jovens”. Na relação lote/trabalho externo atual, em oposição ao passado, percebe-se uma mudança de papel. Para as gerações anteriores tratava-se, como foi descrito, de uma estratégia de manutenção e reprodução da terra. Para a geração mais nova – e mesmo de acordo com o discurso dos informantes das gerações mais antigas sobre a realidade atual – esta relação tende a ser percebida como uma estratégia mais individual, onde a renda do trabalho externo pode ou não se integrar ao lote. Há uma certa naturalização da importância dessa renda – por parte dos filhos e que é valorizado pelos pais – na composição da renda para o sustento das necessidades da família (o que apareceu em quase todas as entrevistas de filhos que trabalham fora). Mas quanto ao investimento na produção este fica a critério dos próprios filhos. Não há uma cobrança explícita por parte dos pais nesse sentido. Em alguns casos, já se configura a construção de um patrimônio individual de filhos no lote da família (gado, cavalos e outros animais), nesses casos o patrimônio não é percebido como da família e sim do filho que o adquiriu.

Assim, a idéia da sucessão, com base no interesse e na aptidão, que paira sobre alguns rapazes e é reproduzido pelos mesmos, traz em seu bojo outra questão: a articulação da sucessão no lote com suas outras inserções e interesses. Essa “tensão” aparece tanto nos discursos dos pais, quanto nos dos filhos, sobrinhos, netos, por um lado, como preocupação de construção de alternativas melhores para o futuro frente à difícil realidade da produção familiar rural. Por outro, como “problema”: o fim do projeto de *luta pela terra*, que teria no “jovem” o principal protagonista para a sua continuidade. No entanto, há uma diferença clara na construção dessas preocupações. Para os pais essa articulação entre o lote e outros interesses foi caracterizada mais como uma escolha entre duas opções incompatíveis. Isso apareceu nos seus discursos, ao reforçarem a importância do estudo e da inserção em uma profissão para “seus” filhos e lamentarem que os *jovens não querem nada* nem com o trabalho na *roça* e nem com o lote. Mesmo apontando um possível sucessor, percebe-se uma leitura que configura uma ruptura da geração mais nova com as anteriores quanto ao projeto que valoriza a terra como conquista e meio de vida. Já alguns filhos (embora também reproduzam a percepção do desinteresse dos *jovens*), constroem no discurso, e procuram equacionar na prática, o processo de articulação entre a atividade externa (escola, trabalho) e o seu interesse pela terra

Entretanto, essa articulação não representa, necessariamente, um processo de formação de uma identidade de produtor rural como profissão. Se em médias e grandes propriedades, a tecnificação e um gerenciamento cada vez mais profissionalizado, podem liberar a necessidade da mão-de-obra familiar para a sua reprodução e, dessa maneira, permitir uma escolha da agropecuária como profissão – a de produtor rural, em um sentido de “administrador” (Mendras, 1984) e mesmo integrada a outros interesses profissionais – esse não é o caso da produção familiar estudada. A precariedade das condições de vida e da produção contribuem para uma inserção precoce dos “jovens” em atividades externas, rurais ou urbanas, com altas jornadas de trabalho e baixa remuneração, vindo a concorrer com um possível interesse em atuar no lote. Embora o sonho de cursar uma faculdade ou curso técnico em ciências agrárias seja forte – o que poderia apontar para a construção de carreiras profissionais que integrariam o lote a uma profissão – mais uma vez, as difíceis condições econômicas e o próprio sistema educacional mantêm essa possibilidade no plano dos desejos. E, os “jovens”, constroem, dessa maneira, a relação com a escolaridade (principalmente a conclusão do 2º grau) como um caminho para uma perspectiva profissional menos penosa do que o trabalho precário em que estão inseridos.

A integração com o lote aparece como uma relação à parte, principalmente no que diz respeito à escola. Mesmo nos casos/exceção quando o “jovem” assentado tem uma qualificação no campo das ciências agrárias, isso não gerou a formação de um “produtor profissional” e/ou um “técnico assentado”. Esse foi o caso de um ex-assentado, classificado por diversos informantes como um dos poucos *jovens solteiros* à época da ocupação e o único que era formado em técnico agrícola. Após os primeiros anos no assentamento – onde participou intensamente da organização interna e elaboração de projetos de produção para a APPME – ele realizou um concurso para o Incra e foi aprovado. Devido à interdição de se manter no cargo e a posse do lote, optou pelo emprego, passou o lote para sua mãe, e saiu definitivamente do assentamento e do meio rural. Assim, mesmo a opção por carreiras em ciências agrárias não representa, necessariamente, uma intensificação da relação com a terra, na medida em que as condições de vida e retorno financeiro da produção são muito precários. Essa situação reforça a análise de que a transformação dessa realidade não está nos marcos somente da ação individual, pois é fruto das relações de desigualdade no campo brasileiro e na história recente da região.

O acesso à escola – facilitado por uma nova valorização dos estudos, pelos pais e filhos que representou uma mudança gradual ao longo de gerações – que poderia contribuir para uma transformação das condições de vida local, cria percepções, por parte dos pais, contrários a permanência desses “jovens” no lote. A ruptura das mulheres da última geração, no que concerne ao interesse pela terra pode expressar uma tendência à desvalorização do trabalho das mulheres no lote, mas parece estar também relacionada à autonomia frente à autoridade paterna. Contudo, as escolhas de “sair” ou “ficar”, ou de criar formas de integrar diferentes inserções (no lote e fora dele) sem dúvida estão relacionadas ao crescimento da autonomia dos filhos no interior da família, se comparado à situação relatada pelas gerações mais antigas.

A leitura processual que observa as regras, os costumes e as negociações ao longo do tempo permitiu analisar diferentes atitudes e configurações nessa área. Qualificar melhor as “queixas” sobre os “jovens” nos levou a perceber como a categoria é acionada em diferentes contextos. A categoria “jovem” é interpenetrada por expectativas que incidem sobre olhares e percepções acerca do “passado”, “presente” e “futuro”. Mas, também, a análise permitiu “perseguir” as múltiplas inserções daqueles que são identificados e/ou auto-identificados como *jovens* e observar como se percebem.

A “cobrança” da permanência e continuidade dos “jovens” no campo como valorização e possível reversão do quadro de esvaziamento do meio rural – recorrente em algumas pesquisas recentes sobre o tema, e no âmbito das políticas públicas, como relatado na Introdução – deve problematizar esse olhar que percebe no “jovem” o ator heróico da transformação social. Foi possível observar como as relações da conquista e permanência na terra estão intrinsecamente ligadas às condições de sua reprodução como unidade familiar, e mais amplamente na própria reprodução da produção familiar. Esta inversão está presente na aparente contradição do discurso dos pais que defendem a “saída” dos filhos em busca de uma vida melhor, mas que, no entanto, lamentam a saída dos *jovens*. Ela se aproxima das “queixas” dos “jovens” por melhores condições de vida e da própria produção agropecuária. Essas “queixas” são centrais para a percepção de que a mudança dessa realidade demanda ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira.

O processo etnográfico demonstrou ser “jovem” uma categoria analítica que contribui para se pensar a disputa de conteúdos travada na construção de uma categoria social e de

pensamento. Neste sentido, permite percebermos processos que reforçam relações sociais marcadas pela hierarquia e autoridade, que envolvem a posição de pai/adulto/chefe de família e “responsável” pela terra em oposição a filho/jovem/solteiro. E traz para o debate sobre o tema *juventude*, os processos de disputa de uma categoria de pensamento como parte constitutiva da configuração de uma categoria social. Retomando o debate travado na Introdução dessa tese, “jovem” como categoria de pensamento carrega o “peso” da transitoriedade e, portanto, é tratado como categoria social sobre a qual se deve atuar e não percebida através das suas formas de se configurar como ator social.

Observar esses “jovens” trouxe para o debate sobre a categoria *jovem* as disputas, tensões e conflitos que marcam “ser jovem” nestes “novos” e “antigos” contextos rurais e que, espera-se, possa contribuir para se dialogar com outras realidades e experiências.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. W. B. "A Invenção da Migração", in *Palmeira, M. G. S. (coord.) Projeto Emprego e Mudança Sócio Econômica no Nordeste – Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, mimeo, 1977.
- ARENSBERG, C.M. & KIMBALL, S.T. *Family and Community in Ireland*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1968.
- BAILEY, F.G. *Gifts and Poison : the politics of reputation*. Oxford Basil Blackwell, 1971.
- BARNES, J.A. "Redes sociais e processo político", in FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- BARTH, F. "Os grupos étnicos e suas fronteiras", in *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BOTT, Elizabeth. *Famílias e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. "Celibat et condition paysanne", in *Etudes Rurales*, n.5/6, abril/setembro. Paris: Études Rurales, 5-6, pp. 32-109, 1962.
- _____. "Une classe objet." In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.17-18, p.2-5, nov. 1977.
- _____. "Ce que parler veut dire – "L'économie des échanges linguistiques." 1982
- _____. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRIGGS, Asa. "O conceito de lugar", : A humanização do meio-ambiente: Simpósio do Instituto Smithsonian. São Paulo: Cultrix, s.d. p.74-95.
- CHAMPAGNE, Patrick. "Jeunes Agriculteurs et vœux paysans: crise de la succession et apparition du "troisième âge", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Editions Minuit, n. 26,27 – mars – avril, 1979, pp. 83-107.
- CHAYANOV, A. V. "On the theory of non-capitalist economic systems", in *Peasant Livelihood – studies in economic anthropology and cultural ecology*. New York: St. Martin's Press, 1925.
- CASTRO, Elisa G. de. "'Estudos de comunidade': reflexividade e etnografia em Marvin Harris", in *Revista Universidade Rural, Série Ciências Humanas*. Seropédica: Editora Universidade rural, 2001. v.23, n.2: il.
- COULON, A. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995.
- DAMASCENO, Caetana M. "Do dom ao Voto: Ethos Religioso, Representação Política e Poder Municipal." In: *XXVIII Encontro Anual da ANPOCS (CD-ROM)*, 2004, Caxambú . XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú: ANPOCS, 2004.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, J. *The Established and the Outsiders*. Londres: Sage Publications, 1994.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- FORTES, M. "Introduction", in *Goody, J. (org) The Developmental Cycle in Domestic Groups*. Londres: Cambridge University Press, 1969.
- FUKUI, Lia Freitas Garcia. "Sertão e Bairro Rural: parentesco e família entre sitiantes tradicionais". São Paulo: Ed. Ática, 1979. (Ensaio: 58)
- GALESKI, B. *Basic Concepts of Rural Sociology*, 1972.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

- GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”, in FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- _____. “Prefácio”, in BOTT, E. *Famílias e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- GLUCKMAN, Max. e EGGAN, Fred. “Introdução”, in BANTON, Michael (ed.), *A.S.A. Monographs – vol. 4 The Social Anthropology of Complex Society*. Londres: Tavistock Publications, 1966.
- HEREDIA, Beatriz A. *Formas de Dominação e Espaço Social*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- _____. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MENDRAS, H. *La fin des paysans*. Arles: Actes Sud, 1984.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. Coleção Os Grandes Cientistas Sociais (organizadora Foracchi, M.M.). São Paulo: Ática, 1982.
- MARQUES, Ana Cláudia. *Intrigas e Questões – Vinganças de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- MARX, Karl. *Os 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Os Pensadores, ed. Abril.
- MAYER, Adrian C. “A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas.”, in FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- MEAD, Margaret. “*Coming of age in Samoa*”. Londres: Pinguin Books: 1969.
- MITCHELL, J. Clyde. “Theoretical Orientations in African Urban Studies”, in BANTON, Michael (ed.), *A.S.A. Monographs – vol. 4 The Social Anthropology of Complex Society*. Londres: Tavistock Publications, 1966.
- MOURA, M. M. *Os Herdeiros da Terra*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- OLIVEIRA Fº, João Pacheco. *As Facções e a Ordem Política em uma Reserva Tukuna*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília: UNB, 1977.
- OLIVEIRA Fº, João Pacheco. “*O Nosso Governo*”- *os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- PALMEIRA, Moacir. “Morada: a lógica da “plantation” tradicional”. In *Actes du XLIIè Congrès International des Américanistes*, vol. I, pp. 305-315, 1976.
- _____. “Política, Facções e Voto”, in *Goldman & Palmeira (orgs.) “Antropologia, Voto e Representação Política”*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- PALMEIRA, Moacir. & HEREDIA, Beatriz. “Os comícios e a política de facções”, in *Anuário Antropológico/94*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. pp. 31-94, 1995.
- PALMEIRA, M. e LEITE, S. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”, in *COSTA, L.F.C. e SANTOS, R. (orgs.) Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- PEATRIK, Anne-marie. “L’Océan des Ages”, in *L’Homme*, n.167-168, juillet/décembre, 2003, pp.7-23.
- ROSALDO, Renato. “Ilongot headhunting, 1883-1974”. Stanford: Stanford University Press, 1980.
- SALGADO, Martha Patricia Castañeda. “*Identidade Femenina y Herencia: aproximaciones a algunos câmbios generacionales.*” Miami: Latin American Studies Association, XXII Congresso Internacional, 16-18, 2000, mimeo.
- SEGALEN, Martine. *Mari et Femme dans la Société Paysanne*. Paris: Flammarion, 1980.

- SEYFERTH, Giralda. “Herança e Estrutura Familiar Camponesa”.in *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro:Museu Nacional/CAPES/UFRJ, n.52, maio,1985.
- STIRLING, Paul. *A Turkish Village*. Nova Yorque: John Wiley, 1966.
- THOMAS, W.I. e ZNAINECKI, F. *The Polish Peasant in Europe and America*. New York: Octagon Books. V.1. “The Peasant Family” e “Marriage”, pp. 87-128, 1974.
- VAN VELSEN, J. “A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado”, in FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- VINCENT, Joan. “A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes”, in FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- WAGLEY, Charles; AZEVEDO, T & COSTA PINTO, L.A. *Uma pesquisa sobre a vida social no Estado da Bahia* (with English text). Publicações do Museu do Estado n. 11. Secretaria de Educação e Saúde, Bahia, 1950.
- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da UNICAMP, 1995.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade – na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras:1990.
- WOLF, Eric. “*Sociedades Camponesas*”, Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- _____. “*Closed Corporate Peasant communities in Mesoamerica and Central Java*”
data
- WOORTMAN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*.São Paulo-Brasília: HICITEC/EDUNB,1995.

Bibliografia Juventude

- ABRAMO, H.W. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”, in PERALVA, A. e SPOSITO, M. (org.), *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.
- ABRAMOVAY, Ricardo *et alli*. *Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.
- ALVIM, Rosilene e GOUVEIA, P. *Juventude anos 90*. RJ: Gestão Comunitária/Contra Capa, 2000.
- AMIT-TALAI, Vered e WULFF, Helena (orgs.). “*Youth Cultures*” – a cross-cultural perspective. Londres e Nova York: Routledge, 1995.
- BAENINGER, R. “Juventude e movimentos migratórios no Brasil”, in *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998.
- BARREIRA, Cesar. (coord., et al) *Ligado na Galera – juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*. Brasília: Edições UNESCO, 1999.
- BECERRA, Cristián. *Consideraciones sobre la Juventud Rural de América Latina y el Caribe*. S/D, in website: <http://www.iica.org.uy/redlat/>
- BENEVENUTO, Mônica A. D.R. *Aparência e Estilo como elementos de Análise das Expressões de Juventude do Assentamento Rural Casas altas – RJ*. Tese de Doutorado, CPDA/UFRuralRJ, 2003.
- BERNSTEIN, Thomas. *Up to the Mountain and Down to the Villages – the transfer of youth from urban to rural China*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. “A Juventude é apenas uma palavra” in *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: arco Zero Limitada, 1983.

- BRITTO, S. (org.). *Sociologia da Juventude, I – da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- BRKIC, S & ZUTINIC, D. *Education of rural youth as the factor of exodus or professionalization of farming*. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural, mimeo, 2000.
- CARNEIRO, Maria José. “O ideal rurubano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais”, in *Texeira, F.C.; Santos, R.; Costa, L.F. (orgs.) Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares*. RJ: Campos, 1998.
- CASTRO, M. G. (Coord., et alii). *Cultivando vida desarmando violências*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.
- DESER/ Comissão de Jovens do Fórum Sul dos Rurais da CUT. *Perspectivas de Vida e Trabalho da Juventude Rural na Região Sul*. Convênio: CERIS/Fórum Sul dos Rurais da CUT/DESER, mimeo, 1999.
- DURSTON, J. *A Juventude Rural Excluída de América Latina: reduzindo a invisibilidade*. Apresentação no Congresso de la Asociacion Latinoamericana de Sociologia (ALAS), mimeo, 1997.
- _____. *Juventud Rural Ydesarrollo em América Latina: estereótipos e realidade*. Apresentado no Encuentro sobre Juventud Rural de INDAP IV Región, La Serena, Chile, 18 de dezembro de 1998. In website: <http://www.iica.org.uy/redlat/>
- ENGELBREKTSSON, U. *Tales of Identity- Turkish youth in Gothenburg*. Stockholm: CEIFO, 1995.
- FIUZA, Sílvia Regina Almeida. *Moralidade e sociabilidade: contribuição para uma antropologia da juventude*. PPGAS/MN/UFRJ, dissertação de mestrado, 1989.
- FLITNER, A. “Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude”, in *BRITTO, S. (org.), Sociologia da Juventude, I – da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- FORACCHI, M. M. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: EDUSP, 1972.
- GONÇALVES, Danyelle N. *Jovens na Política : animação e agenciamento do voto em campanhas eleitorais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC, 2001.
- JENTSCH, B. & BURNETT, J. *Experiences of rural youth in the “risk society”: the transition from education to employment*. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural, mimeo, 2000.
- LEVI, G. e SCHMITT, J. “Introdução”, in *História da Juventude*. SP: Companhia das Letras, 1996, (v. I).
- MAJEROVÁ, V. *Future of youth in Czech countryside*. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural, mimeo, 2000.
- MARESCA, Sylvain. *Lês Dirigeants Paysans*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.
- MARGULIS, M. “La Juventude es más que una plabra”, in *MARGULIS, M. (org.), “La Juventude es más que una plabra”*. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- MINAYO, M. C. (et al). *Fala Galera – juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- MISCHE, A. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”, in *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED. pp.134-150, 1997.

- NOVAES, Regina R. “Juventudes Cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais”, in Vianna, H. (org.) *Galeras Cariocas*. Rio de Janeiro: Contra Capa/ Gestão Comunitária /Instituto de Investigação e Ação Social, 1997.
- _____. “Juventude/ juventudes?”, in *Comunicações ISER*, n.50, ano 17. RJ: ISER, 1998.
- _____. *Caminhos cruzados: juventude, conflito e solidariedade*. RJ: ISER, 1996.
- OLIVEIRA, J. de C. (et al). “Evolução e características da população jovem no Brasil”, in *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD,1998.
- PERALVA, Angelina e SPOSITO, M. (org.) *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.
- SALLAS, A. L. F. (et al). *Os Jovens de Curitiba: esperança e desencantamentos*. Brasília: Edições UNESCO, 1999.
- CABRAL, S. “Uma etnografia da educação religiosa entre ‘adolescentes’ evangélicos, na cidade de Seropédica/RJ.” in II CPC/XVII Jornada de Iniciação Científica, Seropédica:UfruralRJ, *Resumos*, 2003.
- STOETZEL, J. “Os jovens na sociedade japonesa : uma identificação demográfica”, in BRITTO, S. (org.), *Sociologia da Juventude, I – da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- STROPASOLAS, Valmir L. *O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens*. Tese de Doutorado, Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC, 2002.
- THEVENOT, L. “Une Jeunesse difficile. Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. N. 26-27, março-abril. pp. 3-18, 1979.
- TORRENS, João. *Representação do rural e do urbano na juventude rural no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural, *mimeo*, 2000.
- VIANNA, H. (org.) *Galeras Cariocas*. Rio de Janeiro: Contra Capa/ Gestão Comunitária /Instituto de Investigação e Ação Social, 1997.
- VOX MERCADO MG. *Universo Valórico do Produtor Rural e de seus filhos*, (mimeo), 2000.
- WAISELFISZ, J. *Mapa da Violência : os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- _____. *Mapa da Violência II : os jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2000.
- WEISHEIMER, Nilson. *Estudos sobre os Jovens Rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico*. Nead/MDA,2004. (mimeo)
- WULFF, Helena. “Introduction: introducing youth culture in its own right: the state of the art and new possibilities.” In AMIT-TALAI, V. e WULFF, H. (orgs.) *Youth Cultures – a cross-cultural perspective*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1995.

Bibliografia Baixada Fluminense e Saneamento

- BELOCH, ISRAEL. *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. RJ: Record, 1986, 2ª ed.
- ENNE, ANA LÚCIA SILVA. *Lugar, meu amigo, é a minha Baixada”: memória, representações sociais e identidades*. Vol 1e 2, RJ, *memeo*. Tese de Doutorado: RJ: PPGAS/MN/UFRJ, 2002.
- FERNANDES, LEONARDO JEFFERSON. *O Remédio Amargo: as obras de saneamento na Baixada Fluminense 1890/1950*. Dissertação de Mestrado, RJ: CPDA/UFRuralRJ, 1998.
- GALJART, BRENO. *Itaguaí: old habits and new practices in Brazilian land settlement*. Wageningen: Center for Agriculture Publishing and Documentation, 1968.

GEIGER, PEDRO PINCHAS e MESQUITA, MYRIAN GOMES. *Estudos Rurais da Baixada Fluminense (1951-1953)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

GEIGER, PEDRO PINCHAS e SANTOS, RUTH LYRA. *Notas Sobre a Evolução da Ocupação Humana da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Geografia, 1955

GRYNSZPAN, MARIO *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de Mestrado, RJ: PPGAS/MN/UFRJ, 1987.

SOUZA, SONALI MARIA DE. *Da Laranja ao Lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Dissertação de Mestrado, RJ: PPGAS/MN/UFRJ, 2002.

Bibliografia Assentamentos Rurais

CARERINE, Cloviomar. “Devo não nego pagarei quando puder”: entendendo a inadimplência no assentamento Mutirão Eldorado. Projeto de dissertação de mestrado. CPDA/UFRuralRJ, maio de 2004.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre o Rural e o Urbano: dimensões culturais dos assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado PPGS/IFCS/UFRJ, dez, 1995.

_____. “Assentamentos entre o rural e o Urbano”, in Carneiro, M.J. (orgs.) *Campo Aberto – o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. “A Escolarização nos Assentamentos Rurais: uma caracterização comparativa”, in *Estudos Agricultura e Sociedade*, no. 12, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999.

_____. “Young Fellow e Old Fellow: a construção da categoria “jovem” a partir de um estudo de Arensberg e Kimball sobre família e comunidade na Irlanda.”, in *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2004, vol. 12 no. 2, p. 372-321

CHAVES, C.A. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra – um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

GIULIANI, G. M. e CASTRO, E.G. “Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro”, in *Estudos Sociedade e Agricultura*, julho, n.6. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Pp. 138-169, 1996.

GUANZIROLI, C.E. “Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária”, in *Assentamentos Rurais produção, emprego e renda - O Relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

LEITE, S. et al., *Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: Um estudo a partir de áreas selecionadas*. São Paulo: UNESP, 2004. (Estudos NEAD, n.6).

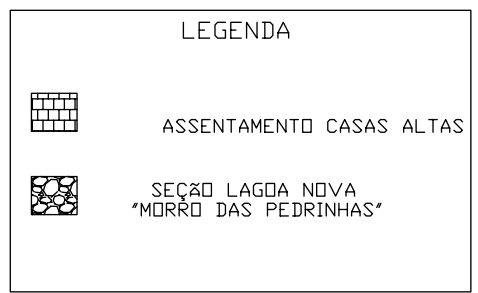
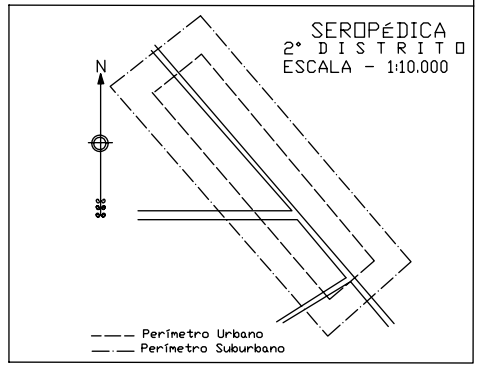
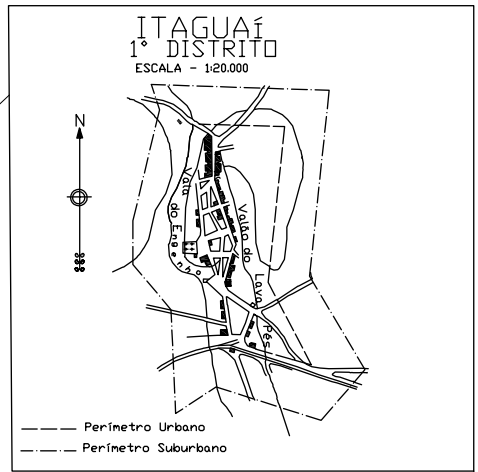
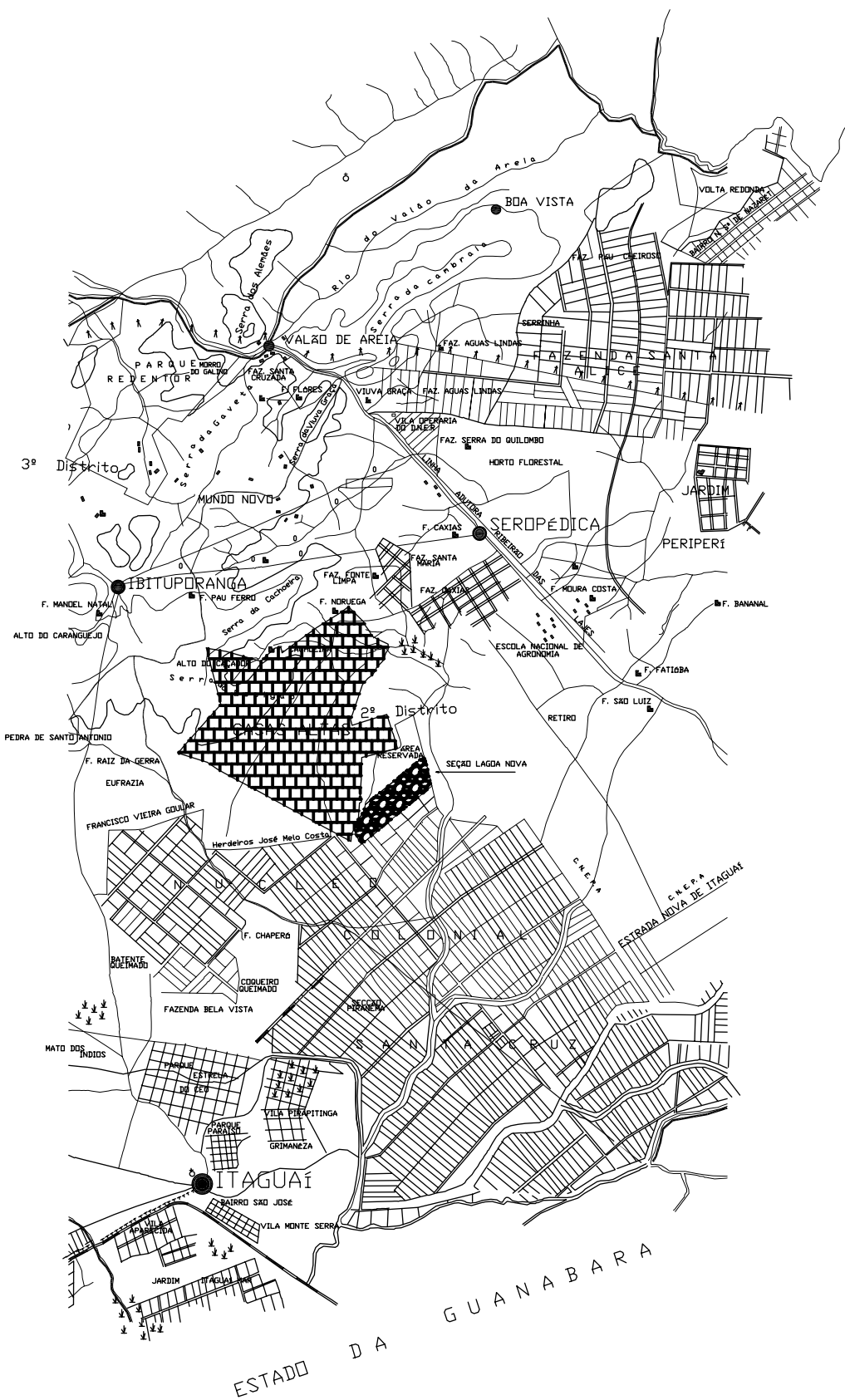
MEDEIROS, Leonildes Servolo de. “Sem Terra”, “Assentada”, “Agricultora Familiar”, condições sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: *GIARRACCA, Norma (compiladora), Uma Nova Ruralidade na América Latina?* Coleção Grupos de Trabalhos de CLACSO, 1º ed. Buenos Aires, 2001.

_____. “Sem Terra”, “Assentada”, “Agricultora Familiar”, condições sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros, in *GIARRACCA, Norma (compiladora), Uma Nova Ruralidade na América Latina?* Coleção Grupos de Trabalhos de CLACSO, 1º ed. Buenos Aires, 2001.

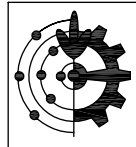
MEDEIROS, L.S. e LEITE, S.P., Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. *Revista Debates CPDA*, nº4, dez, 1997

MEDEIROS, Leonildes. *et al* (orgs.). *Assentamentos Rurais uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: UNESP editora. GUANZIROLI, C.E., 1994.

ANEXO 1



DETALHE RETIRADO DO ORIGINAL DO INCRA DESENHADO E 23/05/1960

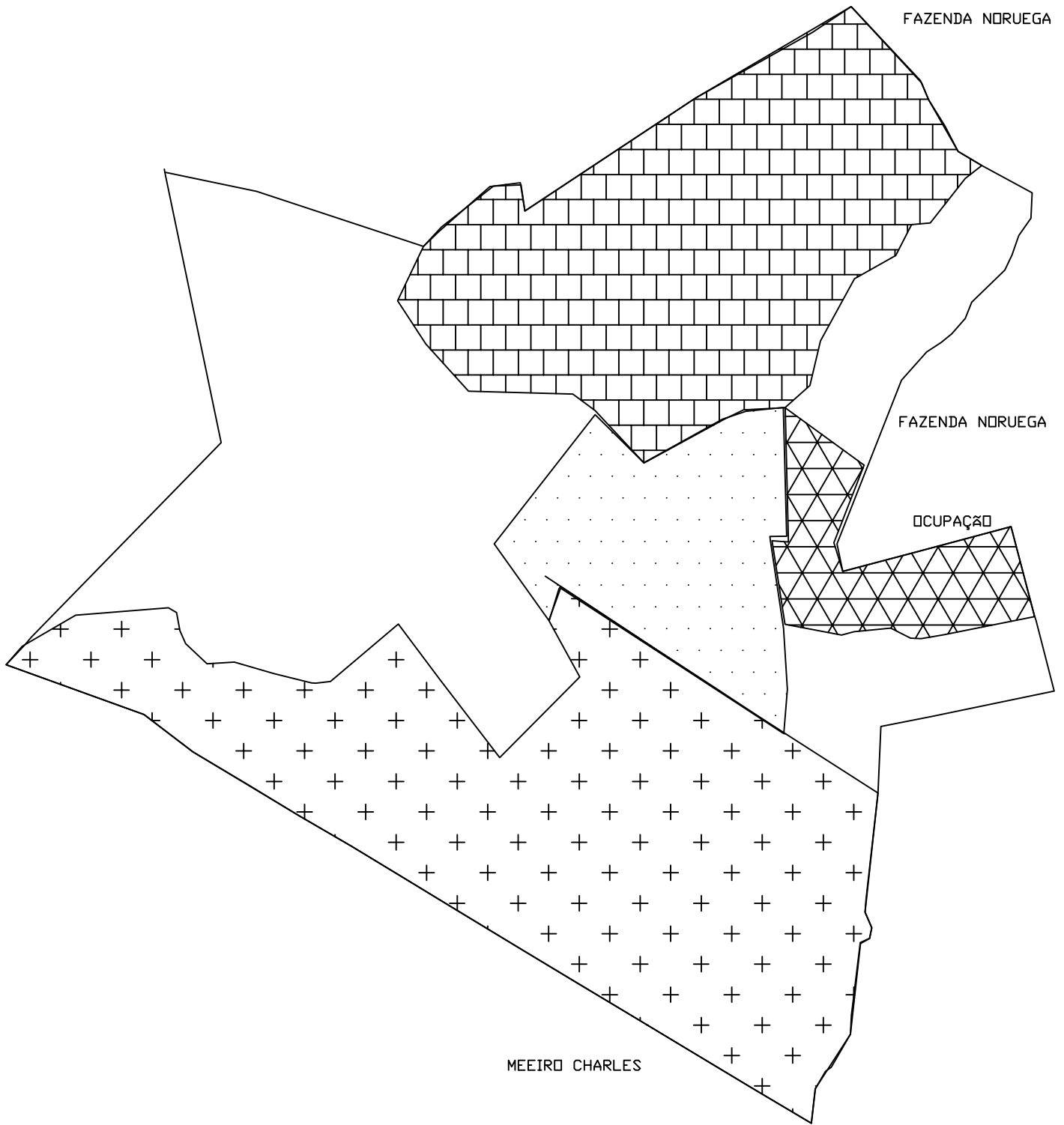


Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Instituto de Tecnologia
 Departamento de Engenharia
 Engenharia de Agrimensura

Setor de Vetorização de Cartas

MAPA 1#

Digitalização e Edição:
 Carla Cristina Bragança da Silva



LEGENDA

 GRILEIRO MANUEL MALUCO

 MEEIRO JORGE GARCIA

 ACAMPAMENTO

 MEEIRO CHARLES

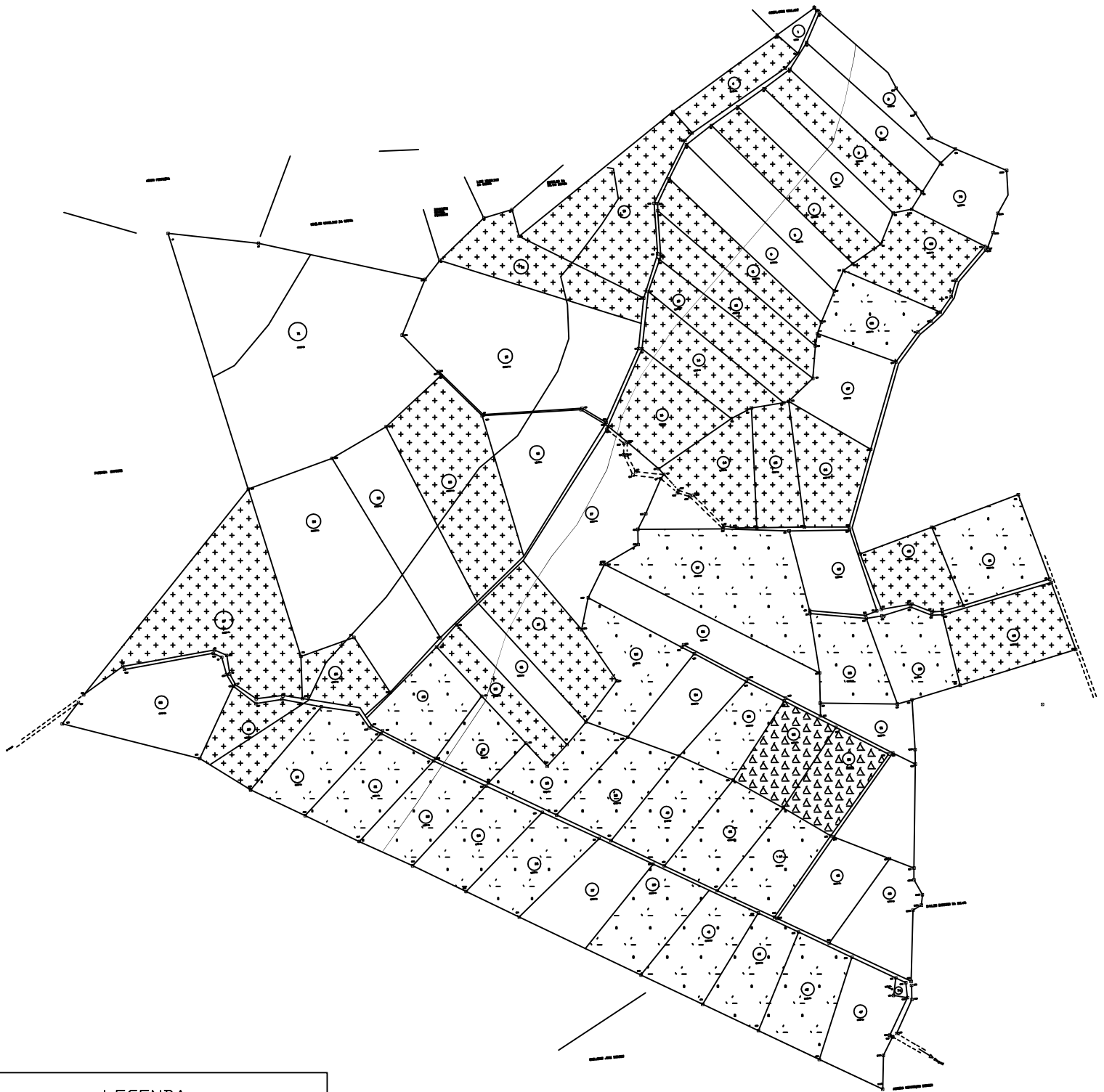


Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Instituto de Tecnologia
 Departamento de Engenharia
 Engenharia de Agrimensura

Setor de Vetorização de Cartas

Ocupação anterior ao assentamento


Digitalização: Everton Gomes
 Edição: Carla Cristina B da Silva



LEGENDA

 ARRENDATÁRIOS

 REDE ACAMPADOS

 REDE MEEIROS

 CURVA DE NÍVEL
(ELEVAÇÃO)

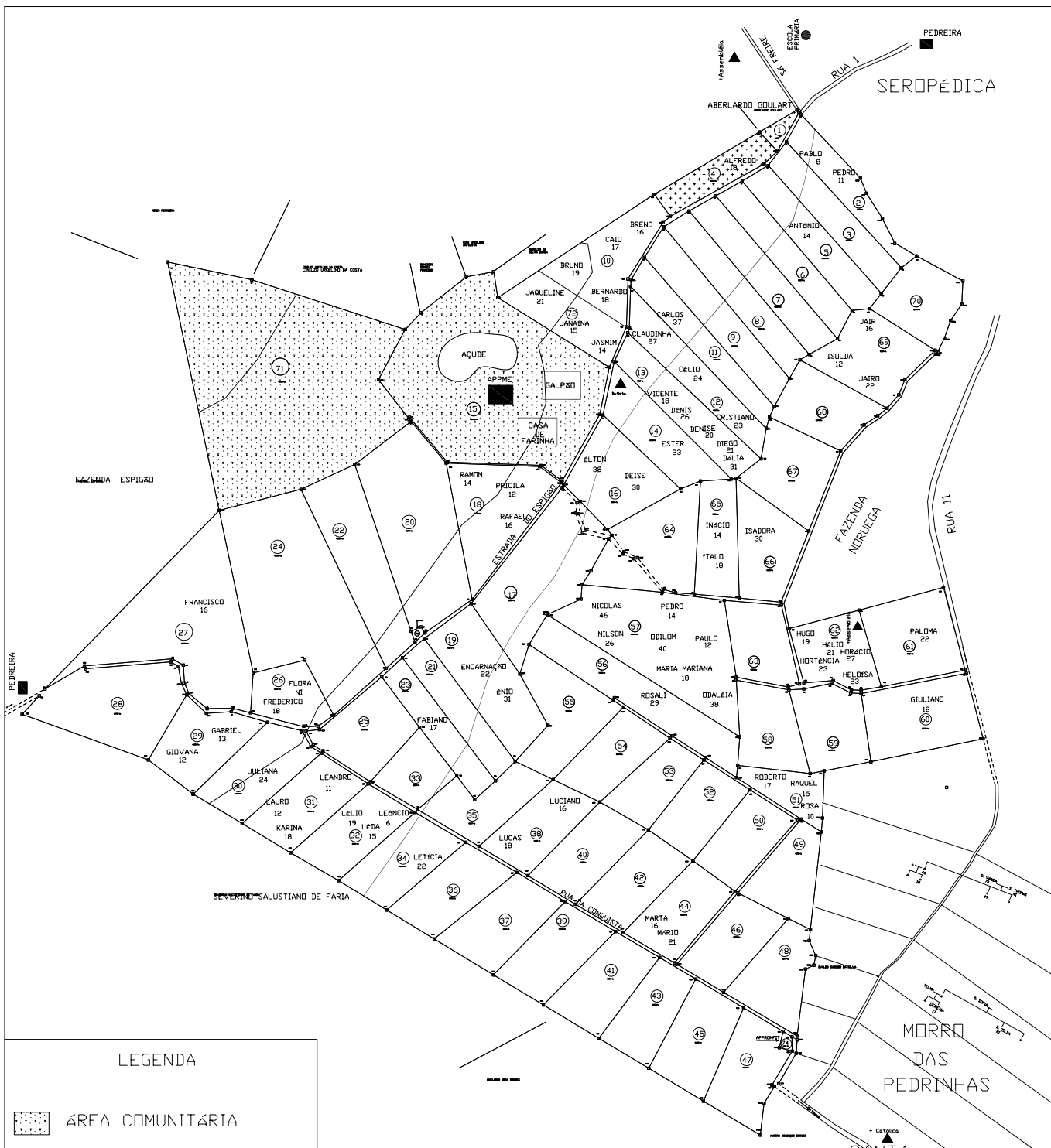


Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Tecnologia
Departamento de Engenharia
Engenharia de Agrimensura








Setor de Vetorização de Cartas


Redes de assentados

Digitalização: Everton Gomes
Edição: Carla Cristina B da Silva



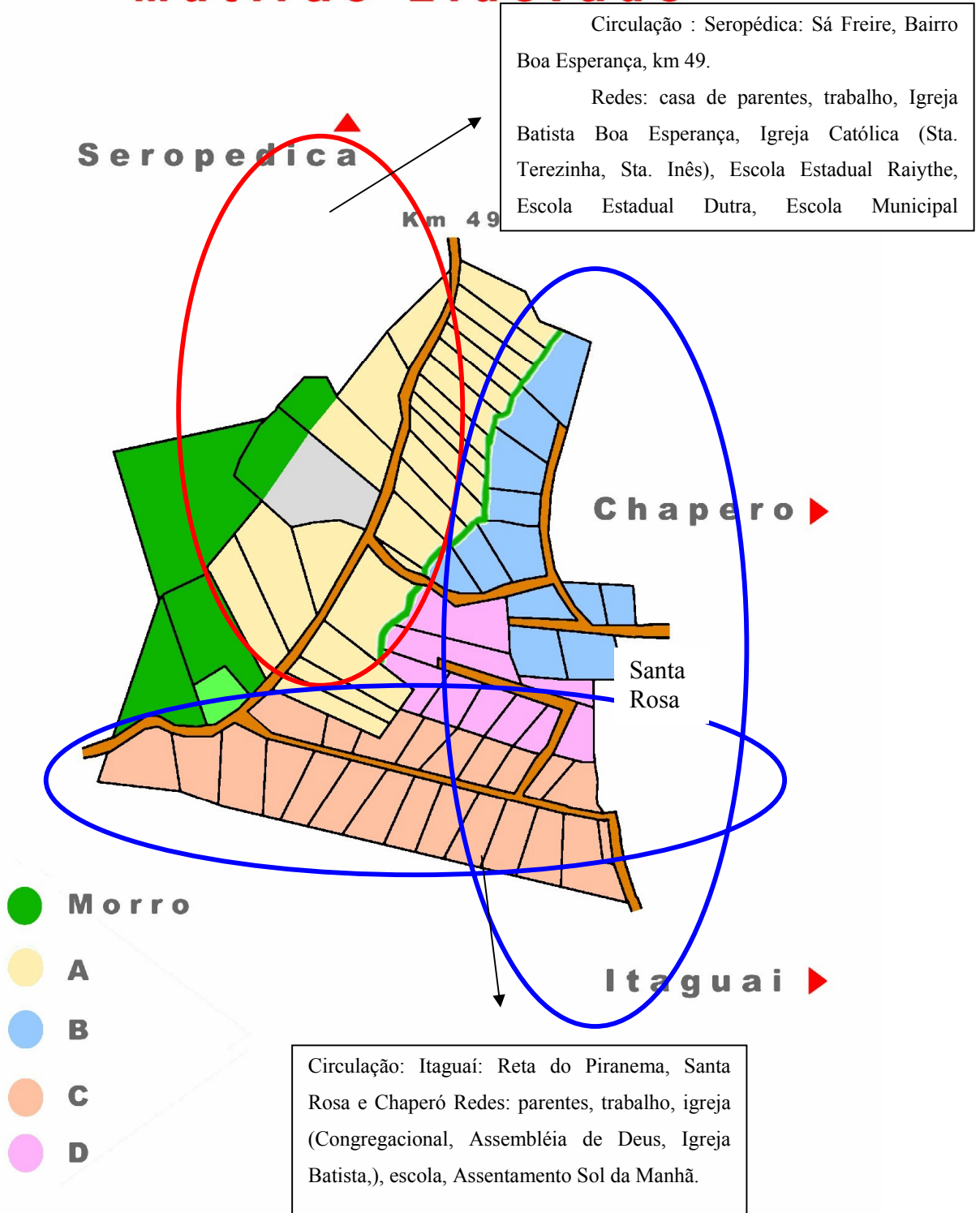
LEGENDA

-  ÁREA COMUNITÁRIA
-  LOTES ONDE HAVERIAM O POSTO DE SAÚDE E A ESCOLA
-  ELEVACÃO (CURVA DE NÍVEL)
-  JOVENS/FILHOS ENTREVISTADOS- IDADE
-  IGREJA
-  ESCOLA
-  PEDREIRA

	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Instituto de Tecnologia Departamento de Engenharia Engenharia de Agrimensura
	Setor de Vetorização de Cartas
Jovens/ Filhos Entrevistados - Idade	
Digitalização: Everton Gomes Edição: Carla Cristina B da Silva	

Mapa 5

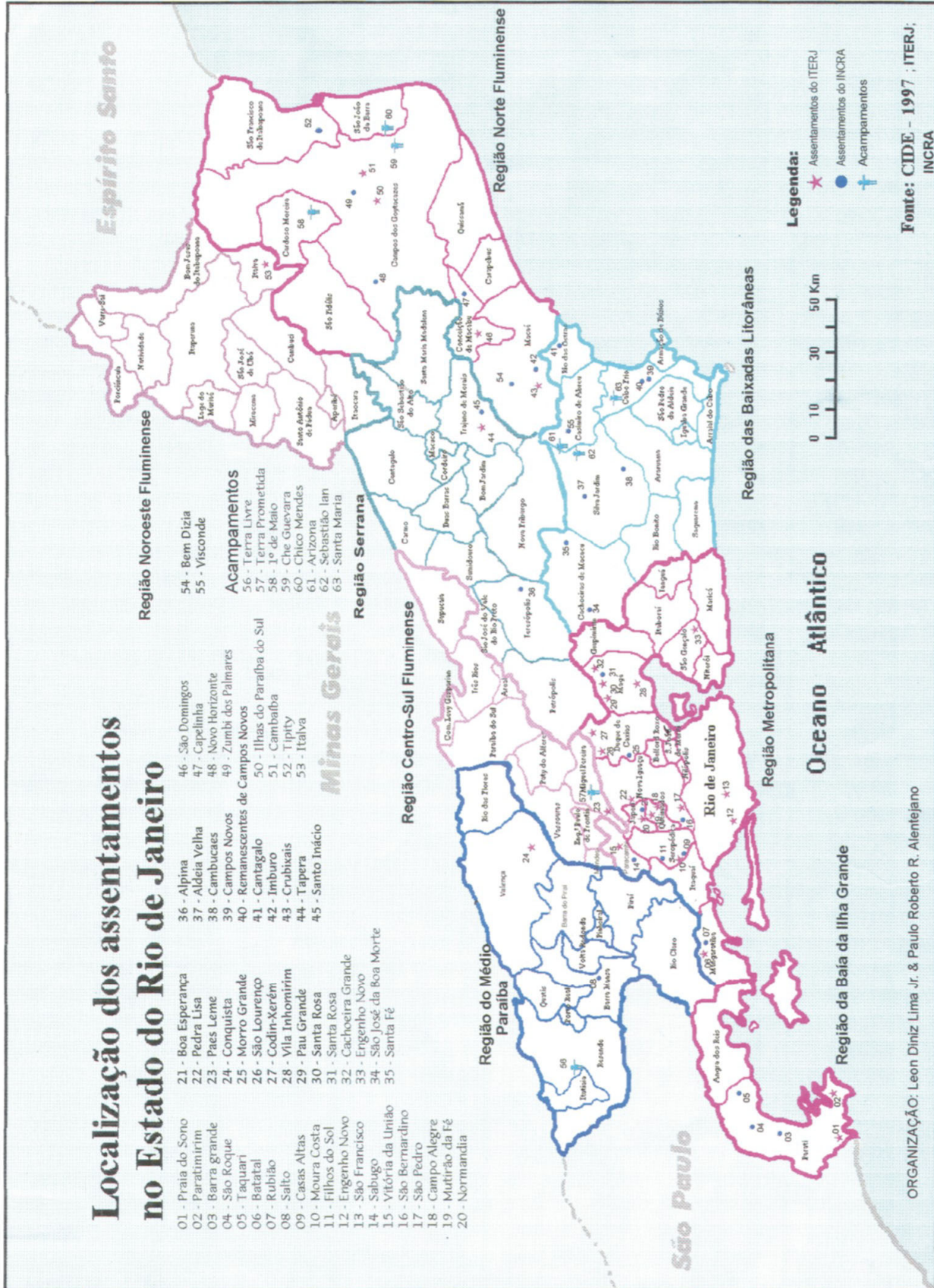
Mutirão Eldorado



Localização dos assentamentos no Estado do Rio de Janeiro

- 01 - Praia do Sono
- 02 - Paratimirim
- 03 - Barra Grande
- 04 - São Roque
- 05 - Taquari
- 06 - Batalal
- 07 - Rubião
- 08 - Salto
- 09 - Casas Altas
- 10 - Moura Costa
- 11 - Filhos do Sol
- 12 - Engenho Novo
- 13 - São Francisco
- 14 - Sabugo
- 15 - Vitória da União
- 16 - São Bernardino
- 17 - São Pedro
- 18 - Campo Alegre
- 19 - Mutirão da Fé
- 20 - Normandia
- 21 - Boa Esperança
- 22 - Pedra Lisa
- 23 - Paes Leme
- 24 - Conquista
- 25 - Morro Grande
- 26 - São Lourenço
- 27 - Codin-Xerém
- 28 - Vila Inhomirim
- 29 - Pau Grande
- 30 - Santa Rosa
- 31 - Santa Rosa
- 32 - Cachoeira Grande
- 33 - Engenho Novo
- 34 - São José da Boa Morte
- 35 - Santa Fé
- 36 - Alpina
- 37 - Aldeia Velha
- 38 - Cambucaes
- 39 - Campos Novos
- 40 - Remanescentes de Campos Novos
- 41 - Cantagalo
- 42 - Imbuuro
- 43 - Crubixais
- 44 - Tapera
- 45 - Santo Inácio
- 46 - São Domingos
- 47 - Capelinha
- 48 - Novo Horizonte
- 49 - Zumbi dos Palmares
- 50 - Ilhas do Paraiba do Sul
- 51 - Cambaiba
- 52 - Tiptity
- 53 - Itaiava
- 54 - Bem Dizia
- 55 - Visconde

- Acampamentos**
- 56 - Terra Livre
 - 57 - Terra Prometida
 - 58 - 1º de Maio
 - 59 - Che Guevara
 - 60 - Chico Mendes
 - 61 - Arizona
 - 62 - Sebastião Iam
 - 63 - Santa Maria



Legenda:
 ★ Assentamentos do ITERJ
 ● Assentamentos do INCRA
 † Acampamentos



Fonte: CIDE - 1997 ; ITERJ ; INCRA

ORGANIZAÇÃO: Leon Diniz Lima Jr. & Paulo Roberto R. Alentejano

ANEXO 2

ANEXO 3

TABELAS

1) Tabela – População “jovem” – 12-32 anos

Jovens que moram no assentamento						
12 a 32 anos						
	Feminino	%	Masculino	%	Total	%
NÃO	37	29,1	19	15,0	56	44,1
SIM	29	22,8	42	33,1	71	55,9
TOTAL	66	52,0	61	48,0	127	100,0

2.1) Tabela – Escolaridade 12-18 anos

Escolaridade	Sexo							
	Masculino	%	%/homens	Feminino	%	%/mulheres	Total	%
até a 4ª série	7	17,9	30,4	4	10,3	25,0	11	28,2
até a 8ª série	13	33,3	56,5	5	12,8	31,3	18	46,2
1 grau completo	1	2,6	4,3	0	0,0	0,0	1	2,6
2º grau incompleto	2	5,1	8,7	2	5,1	12,5	4	10,3
2º grau completo	0	0,0	0,0	2	5,1	12,5	2	5,1
3º grau incompleto	0	0,0	0,0	1	2,6	6,3	1	2,6
Não infor.	0	0,0	0,0	2	5,1	12,5	2	5,1
Total de 12 a 18 anos em diante	23	59,0	100,0	16	41,0	100,0	39	100,0

2.2. Tabela – Escolaridade 19-32 anos

Escolaridade	Sexo							Total	%
	Masculino	%	%/homens	Feminino	%	%/mulheres			
Nunca Frequentou	0	0,0	0,0	1	1,1	2,0	1	1,1	
até a 4ª série	10	11,4	26,3	11	12,5	22,0	21	23,9	
até a 8ª série	18	20,5	47,4	20	22,7	40,0	38	43,2	
1 grau completo	1	1,1	2,6	2	2,3	4,0	3	3,4	
2º grau incompleto	3	3,4	7,9	3	3,4	6,0	6	6,8	
2º grau completo	5	5,7	13,2	11	12,5	22,0	16	18,2	
3º grau completo	0	0,0	0,0	1	1,1	2,0	1	1,1	
Não infor.	1	1,1	2,6	1	1,1	2,0	2	2,3	
Total de 19 a 32 anos em diante	38	43,2	100,0	50	56,8	100,0	88	100,0	

2.3. Tabela de Frequência Escolar – 12-32 anos

	Estuda atualmente 12-32							NS	Total
	SIM	%/total	%/estuda	NÃO	%/total	%/não estuda			
Masculino	29	23,0	63,0	32	25,4	40,0	0	61	
de 12 a 18	21	16,7	45,7	2	1,6	2,5	0	23	
de 19 a 32	8	6,3	17,4	30	23,8	37,5	0	38	
Feminino	17	13,5	37,0	48	38,1	60,0	1	65	
de 12 a 18	12	9,5	26,1	3	2,4	3,8	1	15	
de 19 a 32	5	4,0	10,9	45	35,7	56,3	0	50	
Total	46	36,5	100,0	80	63,5	100,0	1	126	
de 12 a 18	33	26,2	71,7	5	4,0	6,3	1	38	
de 19 a 32	13	10,3	28,3	75	59,5	93,8	0	88	

3.1) Escolaridade – 15-24 anos

<i>Escolaridade</i>	Sexo							
	Masculino	%	%/homens	Feminino	%	%/mulheres	Total	%
até a 4ª série	7	11,1	23,3	6	9,5	18,2	13	20,6
até a 8ª série	14	22,2	46,7	13	20,6	39,4	27	42,9
1 grau completo	1	1,6	3,3	2	3,2	6,1	3	4,8
2º grau incompleto	5	7,9	16,7	3	4,8	9,1	8	12,7
2º grau completo	3	4,8	10,0	6	9,5	18,2	9	14,3
3º grau completo	0	0,0	0,0	2	3,2	6,1	2	3,2
Não infor.	0	0,0	0,0	1	1,6	3,0	1	1,6
Total de 14 a 24 anos em diante	30	47,6	100,0	33	52,4	100,0	63	100,0

3.2) Freqüência 15-24 anos

	Estuda atualmente						
	SIM	%/total	%/estuda	NÃO	%/total	%/não estuda	Total
Masculino	20	31,7	74,1	10	15,9	27,8	30
Feminino	7	11,1	25,9	26	41,3	72,2	33
Total	27	42,9	100,0	36	57,1	100,0	63

4) Escolaridade 41 anos ou mais

Escolaridade	Sexo							Total	%
	Masculino	%	%/homens	Feminino	%	%/mulheres			
Nunca Frequentou	7	7,7	12,7	8	8,8	22,2	15	16,5	
até a 4ª série	25	27,5	45,5	12	13,2	33,3	37	40,7	
até a 8ª série	10	11,0	18,2	4	4,4	11,1	14	15,4	
1 grau completo	2	2,2	3,6	2	2,2	5,6	4	4,4	
2º grau incompleto	3	3,3	5,5	2	2,2	5,6	5	5,5	
2º grau completo	4	4,4	7,3	2	2,2	5,6	6	6,6	
3º grau completo	1	1,1	1,8	1	1,1	2,8	2	2,2	
Não infor.	3	3,3	5,5	5	5,5	13,9	8	8,8	
Total de 41 anos em diante	55	60,4	100,0	36	39,6	100,0	91	100,0	

LISTA DOS ASSENTADOS, FILHOS, E DEMAIS INFORMANTES

REDE DOS ACAMPADOS 2001-2003 (* Famílias que saíram nesse período)					
Numeração	Lote	Nome Fictício	Idade Em 2003	Relação Familiar	Relação com o assentamento
1	4	Adolfo	56	Responsável	Assentado
2	4	Ana Alice	48	esposa	Assentado
3	4	Adalberto	30	Filho	Responsável lote 7
4	4	Apolônio	27	Filho	Não Mora
5	4	Alfredo	18	Filho	Assentado
6	4	Alan	32	Filho	Não Mora
7	5	Alberto	42	Responsável	Assentado (Irmão Carlos lote 65)
8	5	Alexandra	40	Esposa	Assentado
9	5	Antônio	14	Filho	Mora
10	5	Andresa	7	Filho	Mora
11	7	Adalberto	26	Responsável	Assentado (*)
12	7	Antônia	28	esposa	Assentado (*)
13	7	André	9	Filho	Assentado (*)
14	9	Batista	52	Responsável	Assentado
15	10	Bartolomeu	75	Responsável	Assentado
16	10	Bianca	NI	Esposa	Falecida
17	10	Bernardo	18	Filho	Mora
18	10	Brício	NI	Cunhado	Ex-assentado
19	10	Branca	NI	Concunhada	Ex-assentado
20	10	Breno	16	Sobrinho/Filho	Mora
21	10	Bruno	19	Filho	Mora
22	10	Cassiano	NI	Cunhado	Ex-assentado
23	10	Cassandra	NI	Concunhada	Ex-assentado
24	10	Caio	17	Sobrinho	Ex-assentado
25	10	Cássio	NI	Sobrinho	Ex-assentado
26	10	Carlota	NI	Sobrinho	Ex-assentado
27	11	Constância	NI	Responsável	Assentado
28	11	Carlos	37	Filho	Ex-assentado
29	11	Cacilda	37	Nora	Não assentada
30	11	Carlinda	5	Neta	Não assentada
31	12	Carmemosina	52	Responsável	Assentado
32	12	Celso	61	Esposo	Assentado
33	12	Cristiano	23	Filho	Mora

34	12	Claudinha	27	Filho	Mora
35	12	Célio	24	Filho	Mora
36	12	Cleber	12	Filho	Mora
37	13	Sr.Daniel	72	Responsável	Assentado
38	13	Dolores	62	esposa	Assentado
39	13	Dejanira	44	filho	Não assentada
39	13	Vicente	18	Neto	Mora
41	13	Delia	45	Filha	Ex-assentado
42	13	Davi	NI	Genro	Ex-assentado
43	13	Denis	26	Neto	Ex-assentado
44	13	Denise	20	Neto	Ex-assentado
45	13	Diogo	NI	Neto	Ex-assentado
46	13	Diego	21	Filho	Mora
47	13	Deise	30	Filho	Responsável Lote 16
48	13	Diana	43	Filho	Assentado Lote 72
49	13	Dália	31	Filho	Assentado Lote 20
50	13	Djalma	47	Filho	Não assentado
51	14	Éder	48	Responsável	Assentado
52	14	Edwige	NI	ex-esposa	ex-assentado
53	14	Elba	NI	filho	Falecida
54	14	Eduarda	19	filho	Não Mora
55	14	Edna	42	esposa	Não mora
56	14	Ester	23	Enteada	Não mora
57	16	Deise	30	Responsável	Assentado (*)
58	16	Édson	NI	marido	Falecido
59	16	Eliete	6	filho	Mora (*)
60	16	Élton	38	Marido	Mora (*)
61	16	Elói	1	filho	Mora (*)
62	16	Élio	11	enteado	Mora (*)
63	19	Emanuel	52	Responsável	Assentado
64	19	Emiliana	47	Mãe	Assentado (Irmã Fátima lote 26, Florinda lote 27)
65	19	Ênio	31	Filho	Não assentada
66	19	Enedina	NI	nora	Não assentada
67	19	Emílio	3	neto	Não assentada
68	19	Encarnação	22	Filho	Não Mora
69	19	Eugênio	NI	genro	Não assentada
70	20	Esteves	42	Responsável	Assentado
71	20	Eunice	NI	Ex-esposa	Ex-assentada

72	20	Eudora	12	Filho	Ex-assentado
73	20	Eugênia	09	Filho	Ex-assentado
74	20	Dália	31	2a esposa	Assentada
75	23	Florêncio	62	Responsável	Assentado
76	23	Fabiana	NI	Ex-esposa	Ex-assentado (Irmã Túlio Terra Prometida)
77	23	Fabiano	17	Filho	Mora
78	23	Fabício	NI	Filho	Ex-assentado
79	23	Fábia	NI	Filho	Ex-assentado
80	26	Feliciano	NI	Responsável	Último Responsável
81	26	Fátima	NI	Esposa	Ex-assentado
82	26	Frederico	18	Filho	Ex-assentado – Acampado Terra Prometida
83	26	Flora	NI	Filho	Ex-assentado
84	26	Felício	NI	Filho	Ex-assentado
85	27	Flávio	40	Responsável	Último Responsável
86	27	Florinda	35	Esposa	Ex-assentado
87	27	Francisco	16	Filho	Ex-assentado
88	27	Fred	8	Filho	Ex-assentado
89	27	Francis	5	Filho	Ex-assentado
90	27	Frida	8	Filho	Ex-assentado
91	29	Geraldo	40	Responsável	Assentado (*) (Cunhado Silvano)
92	29	Gardênia	36	Esposa	Assentado (*)
93	29	Giovana	12	Filho	Mora (*)
94	29	Gabriel	13	Filho	Mora (*)
95	29	Gerson	NI	Filho	Falecido
96	29	Gilberto	3	Filho	Mora (*)
97	60	Gino	47	Responsável	Assentado
98	60	Gisela	46	Esposa	Assentada
99	60	Giuliano	18	Filho	Mora
100	62	Haroldo	58	Responsável	Assentado
101	62	Helena	56	Esposa	Assentado
102	62	Heloisa	23	Filha	Mora
103	62	Heitor	25	Genro	Mora
104	62	Heleno	2	Neto	Mora
105	62	Helder	1	Neto	Mora
106	62	Hélio	21	Filho	Mora
107	62	Hugo	19	Filho	Mora
108	62	Heraldo	26	Filho	Não Mora
109	62	Humberto	25	Filho	Não Mora
110	62	Horácio	27	Filho	Não Mora

111	62	Hortência	23	Nora	Não assentado –Sol da Manhã
112	62	Heron	2	Neto	Não assentado
113	64	Iago	44	Responsável	Assentado
114	65	Igor	37	Responsável	Assentado
115	65	Idalina	37	Esposa	Assentado
116	65	Inácio	14	Filho	Mora
117	65	Ítalo	18	Filho	Não Mora
118	65	Inês	02	Filho	Mora
119	66	Ivan	62	Responsável	Assentado
120	66	Irene	60	Esposa	Falecida
121	66	Isadora	30	Filho	Não Mora
122	66	Isaura	32	Filho	Não Mora
123	67	Isaías	46	Responsável	Assentado
124	67	Ivete	33	Esposa	Não mora
125	69	Ivo	56	Responsável	Assentado
126	69	Ivone	45	Esposa	Assentado
127	69	Isolda	12	Filho	Mora
128	69	Jair	16	Filho	Mora
129	69	Jairo	22	Filho	Mora
130	69	Jane	21	Filho	Não Mora
131	69	Janete	33	Filho	Não Mora
132	72	Jaques	48	Responsável	Assentado
133	72	Diana	43	Esposa	Assentado
134	72	Janaína	15	Filho	Mora
135	72	Jasmim	14	Filho	Mora
136	72	Jaqueline	21	Filho	Não Mora
137	72	Jarbas	NI	Genro	Não assentado
138	72	Joseane	NI	Neta	Não assentado
139	72	Josie	NI	Neta	Não assentado

REDE DOS MEEIROS					
N.	Lote	Nome Fictício	Idade	Relação Familiar	Relação com o assentamento
140	25	Jaime	64	Responsável	Assentado (Chaperó)
141	25	Joana	58	Esposa	Assentado
142	25	Jobim	40	Filho	Não moram - S/I
143	25	Joseana	39	Filho	Não moram - S/I
144	25	Jonas	38	Filho	Não moram - S/I

145	25	Joaci	33	Filho	Não moram - S/I
146	25	Jéssica	24	Filho	Não moram - S/I
147	25	Josefina	26	Filho	Não moram - S/I
148	25	Jacy	21	Filho	Não moram - S/I
149	30	José	54	Responsável	Assentado (Morro das Pedrinhas)
150	30	Julieta	49	esposa	Assentado (Morro das Pedrinhas)
N.	Lote	Nome Fictício	Idade	Relação Familiar	Relação com o assentamento
151	30	Juliana	24	Filho	Não Mora
152	30	Julio	27	Filho	Não Mora
153	30	Jurandir	21	Filho	Não Mora
154	30	Taís	NI	Nora	Não Mora (Filha Zé de Lima)
155	31	Joaquim	47	Responsável	Assentado
156	31	Kelly	NI	ex-esposa	Não assentado
157	31	Karina	18	Filho	Não assentado
158	31	Laís	NI	ex-esposa	Não assentado
159	31	Lauro	12	Filho	Mora
160	31	Leandro	11	Filho	Mora
161	32	Laudelino	NI	Responsável	Assentado/Chaperó
162	32	Lélia	NI	Esposa	Assentada
163	32	Lélio	19	Sobrinho	Não moram
164	32	Leda	15	filho	Não moram
165	32	Leôncio	6	filho	Não moram
166	32	Lena	NI	filho	Não moram
167	32	Lenora	NI	filho	Não moram
168	32	Leonice	NI	filho	Falecida
169	33	Leônidas	59	Responsável	Assentado (Chaperó)
170	33	Leonor	43	Esposa	Assentado
171	33	Lian	30	Filho	Não Mora
172	33	Lício	20	Filho	Não Mora
173	33	Loyola	9	Filho	Mora
174	34	Lineu	63	Responsável	Assentado (Chaperó)
175	34	Lia	58	Esposa	Assentado
176	34	Letícia	22	Filho	Não moram
177	34	Licínio	34	Filho	Responsável - lote 43
178	34	Lindolfo	39	Filho	Não moram
179	34	Liliana	40	Filho	Não moram
180	35	Lourival	60	Responsável	Assentado (Chaperó)
181	35	Lola	37	Esposa	Assentado

182	36	Lisâneas	62	Responsável	Assentado (Chaperó)
183	36	Lívia	20	Filho	Não Mora
184	36	Lola	18	Filho	Não Mora
185	38	Lourêncio	42	Responsável	Assentado (Chaperó)
186	38	Lorena	35	Esposa	Não moram
187	38	Lucas	18	Filho	Não moram
188	38	Luciano	16	Filho	Não moram
189	38	Luanda	5	Filho	Não moram
190	38	Loreta	11	Filho	Não moram
191	38	Lucélia	3	Filho	Não moram
192	39	Lopes	56	Responsável	Assentado (Chaperó)
193	39	Lucila	54	Esposa	Assentado
194	39	Lucélio	30	Filho	Não mora
195	39	Lúcio	35	Filho	Não mora
196	39	Lucídio	33	Filho	Não mora
197	39	Ludolfo	NI	Filho	Não mora
198	39	Lucinda	25	Filho	Não mora
199	39	Lupércio	22	Filho	Não mora
200	39	Luzia	37	Filho	Não mora
201	39	Lucy	20	Filho	Não mora
202	39	Lurdes	14	Filho	Não mora
203	40	Ludovico	43	Responsável	Assentado (Chaperó)
204	40	Mabel	33	Esposa	Assentado
205	40	Lucineide	16	Filho	Não moram
206	40	Mafalda	16	Filho	Não moram
207	40	Lutero	9	Filho	Não moram
208	41	Maciel	41	Responsável	Assentado (Chaperó)
209	41	Magnólia	31	Esposa	Não moram
210	41	Máisa	6	Filho	Não moram
211	41	Magda	10	Filho	Não moram
212	41	Magno	2	Filho	Não moram
213	42	Manoel	47	Responsável	Assentado (Chaperó)
214	42	Maria Augusta	39	Esposa	Não Mora
215	42	Maciel	12	Filho	Não Mora
216	42	Manoela	20	Filho	Não Mora
217	42	Maria Erminia	16	Filho	Não Mora
218	42	Maria Luiza	5	Neta	Não Mora
219	43	Marcelino	34	Responsável	Assentado (Chaperó)
220	43	Mara	30	Esposa	Não Moram

221	43	Maiara	4	Filha	Não Moram
222	44	Marcio	44	Responsável	Assentado (Morro das Pedrinhas)
223	44	Marieta	42	Esposa	Não mora
224	44	Marta	16	Filho	Não mora
225	44	Mario	21	Filho	Não mora (genro Zé de Lima)
226	45	Martinho	61	Responsável	Assentado (Chaperó)
227	45	Marilena	60	Esposa	Não Mora
228	45	Maielma	22	Filha	Não Mora
229	46	Mateus	24	Responsável	Assentado (Chaperó)
230	46	Margot	21	Esposa	S/i
231	46	Marlon	05	Filho	S/i
232	46	Martim	02	Filho	S/i
233	46	Marli	1	Filho	S/i
234	50	Mauro	45	Responsável	Assentado (Arrendatário)
235	50	Mayara	34	Esposa	Não Mora
236	50	Maria Amélia	3	Filho	Não Mora
237	52	Matias	39	Responsável	Assentado (Arrendatário)
238	52	Maria do Rosário	31	Esposa	Não Mora
239	52	Melina	8	Filho	Não Mora
240	52	Maximiliano	3	Filho	Não Mora
241	53	Maurício	38	Responsável	Assentado (Santa Rosa)
242	53	Matilde	31	Esposa	Não Mora
243	53	Neuza	04	Filho	Não Mora
244	55	Milton	37	Responsável	Assentado
245	55	Mercedes	34	Esposa	Assentada
246	55	Nei	16	Filho	Não Mora
247	57	Newton	67	Responsável	Assentada (Piranema)
248	57	Nancy	63	Esposa	Assentada
249	57	Odilon	40	Filho	Não Mora
250	57	Odaléia	38	Adotiva	Não Mora - Santa Rosa
251	57	Pedro	14	neto	Não Mora - Santa Rosa
252	57	Nicolas	46	Sobrinho	Não Mora
253	57	Nilson	26	Sobrinho	Não Mora
254	57	Maria Mariana	18	Neta	Não Mora
255	57	Paulo	12	Neto	Mora
256	57	Olívio	45	Filho	Mora
257	58	Onofre	72	Responsável	Assentado (Chaperó)

258	59	Orlando	NI	Responsável	Assentado (Chaperó)
259	61	Oscar	57	Responsável	Assentado (Chaperó)
260	61	Ornela	NI	Esposa	Falecida
261	61	Paloma	22	Filha	Não assentado
262	61	Otacílio	NI	Filho	Não assentado
263	61	Otelo	NI	Filho	Não assentado

OUTRAS FAMÍLIAS					
N.	Lote	Nome Fictício	Idade	Relação Familiar	Relação com o assentamento
264	2	Otávio	36	Responsável	Assentado
265	2	Palmira	32	esposa	Assentado
266	2	Paolo	16	Filho	Assentado
267	2	Pedro	10	Filho	Assentado
268	2	Pablo	08	Filho	Assentado
269	18	Plínio	42	Responsável	Assentado
270	18	Penha	42	Mãe	Assentado
271	18	Perci	22	Filho	Não assentada
272	18	Perceu	21	Filho	Não assentada
273	18	Ramon	14	Filho	Assentado
274	18	Pricila	12	Filho	Assentado
275	18	Rafael	16	Filho	Assentado
276	21	Raimundo	28	Responsável	Assentado
277	21	Rafaela	29	Esposa	Assentado
278	21	Ranilda	1	Filho	Assentado
279	22	Raul	28	Responsável	Assentado
280	22	Rebeca	26	Esposa	Assentado
281	22	Renan	8	Filho	Assentado
282	22	René	6	Filho	Assentado
283	22	Raimunda	71	sogra	Assentado
284	28	Reinaldo	38	Responsável	Assentado
285	28	Renilde	25	Esposa	Assentado
286	28	Rigoberto	11	Filho	Assentado
287	28	Roberval	7	Filho	Assentado
288	28	Risa	4	Filho	Assentado
289	51	Ricardo	49	Responsável	Assentado
290	51	Rita	NI	Esposa	Assentado
291	51	Roberto	17	Filho	Assentado

292	51	Raquel	15	Filho	Assentado
293	51	Rosa	10	Filho	Assentado
294	56	Rodolfo	54	Responsável	Assentado (Chaperó)
295	56	Romana	54	Esposa	Assentado
296	56	Rosali	29	Enteada	Não assentada
297	56	Ruth	26	Enteada	Não assentada
298	63	Roque	35	Responsável	Assentado
299	63	Maria Júlia	38	Esposa	Não Mora
300	63	Marcos Vinícius	6	Filho	Não Mora
301	63	Maria Amélia	22	Filho	Não Mora
302	63	Maria Eduarda	20	Filho	Não Mora
303	63	Maria Ana	21	Filho	Não Mora
304	70	Rosita	NI	Responsável	Assentada
305	70	Rubens	NI	Esposo	Assentada
306	70	Rui	NI	Filho	Não mora
307	70	Rosemary	NI	Filho	Não mora

Ex - assentados				
N.	Nomes Fictícios	Idade	Relação Familiar	Relação com o assentamento
308	Tadeu	NI	-	Ex-Responsável
309	Suely	NI	Esposa	Ex-assentado
310	Táís	20	Filha	Ex-assentado
311	Simone	17	Filha	Ex-assentado
312	Sidney	5	Filho	Ex-assentado
313	Sílvio	NI	Cunhado	Ex-Responsável
314	Sergio	NI	-	Ex-Responsável
MORRO DAS PEDRINHAS				
N.	Nomes Fictícios	Idade	Relação Familiar	Relação com o assentamento
315	Sofia	83	Titular	Morro das Pedrinhas
316	Zilda			
317	Telma	NI	Nora	Morro das Pedrinhas
318	Serena	17	Filha	Morro das Pedrinhas
319	Vanda	70	Esposa	Morro das Pedrinhas
320	Thomas	NI	Esposo	Morro das Pedrinhas

ACAMPAMENTO DE SEM TERRA PROMETIDA				
N.	Nomes Fictícios	Idade	Relação com o acampamento	Participação em instâncias organizativas
334	Waldemar	NI	Futuro Responsável pelo lote	Coordenação do Terra Prometida
335	Vinicius	19	Futuro Responsável pelo lote	Coordenação do Terra Prometida
336	Túlio	23	Futuro Responsável pelo lote	Ex- Coordenação do Terra Prometida
337	Yolanda	25	Filha de Futuro Responsável pelo lote	Acampada

GRUPO DE JOVENS DA IGREJA BATISTA BOA ESPERANÇA				
N.	Nome Fictício	Idade	Relação familiar	Relação com o GJIBB
329	Melissa	23	Esposa	Presidente
330	Vladimir	26	Esposo	Integrante
331	Vanessa	23	Solteiro	Integrante (Coord. Grupo Adolescentes)
332	Wagner	24	Solteiro	Integrante
333	Zélia	NI	Solteiro	Integrante

OUTROS INFORMANTES			
N.	Nome Fictício	Idade	Entidade
320	Irmã Ivete	NI	CPT
321	Victor	NI	MST
322	Walter	NI	Incra
323	Samuel	NI	STR- Itaguaí
324	Professor	NI	Prof. UFRRJ
325	Professora	NI	Prof. UFRRJ
326	Estudante P	NI	Prof. UFRRJ
327	Estudante S	NI	Prof. UFRRJ
328	Deputado (PT)	NI	Dep Estadual do PT

ANEXO 4

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
“O DILEMA DOS JOVENS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS E SUA
INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO”**



**RELATÓRIO FINAL
(VERSÃO RESUMIDA)**

COORDENAÇÃO

Prof. Caetana Maria Damasceno

Prof. Elisa Guaraná

REDAÇÃO DO RELATÓRIO

Prof. Caetana Maria Damasceno

Prof. Elisa Guaraná De Castro

Cloviomar Cararine Pereira

Gelma Boniares de Cristo

Gilmara Gomes da Silva

Igor Pereira Conde

Olavo Brandão Carneiro

Valéria de Andrade Braga

**PROGRAMAÇÃO E COORDENAÇÃO
DO BANCO DE DADOS**

Daniel Ferreira da Silva

***Convênio UFRuralRJ/UNITRABALHO
Outubro de 2003***

Capítulo II

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DO ASSENTAMENTO ELDORADO³⁶³

2.1 – Caracterização Geral do Assentamento

O assentamento que tem 467,64 há é formado por 71 lotes – 69 ocupados com famílias assentadas e 2 destinados à área comunitária –, numerados de 2 a 72 e que têm, em média, 6,88ha³⁶⁴. [...]

Vejamos agora, no detalhe, os dados mais relevantes relativos à energia elétrica, à situação sanitária e de acesso à água e ao transporte. Quanto ao acesso à eletricidade, observamos que todas as famílias possuíam luz elétrica nas localidades onde moravam. Já em 200/2002 10% dos lotes ainda não possuíam acesso à eletricidade³⁶⁵. [...] Ainda assim, vale lembrar que, considerando a inexistência de rede elétrica quando do acampamento na Fazenda Casas Altas, no início da década de 1990, a sua recente instalação, foi uma grande conquista da comunidade, anos depois de assentada.

Contudo, o nosso estudo permitiu verificar que os demais problemas permaneceram e que mesmo alguns deles se agravaram, como no caso da água, hoje considerado o problema que mais afeta a vida das famílias, especialmente no que diz respeito às condições da produção. De fato, no momento mesmo em que realizávamos a pesquisa, o assentamento enfrentava grandes dificuldades relativas à seca que assolou a região durante dois anos consecutivos (2001/2002), deixando evidente a grande precariedade da infra-estrutura sanitária (água, esgoto, saneamento). Ainda assim, verificamos que, se no começo da formação do assentamento, segundo insistiram todos os informantes, a maioria das casas era de estuque

³⁶³ Para complementar a caracterização do assentamento utilizei passagens do Relatório da pesquisa UNITRABALHO. Esse relatório está em fase de edição e revisão final para a sua divulgação.

³⁶⁴ O lote 71 foi recentemente destinado, em parte, para reflorestamento. Com efeito, a área que hoje forma o assentamento Eldorado caracteriza-se por ter sido fortemente desmatada com vistas à formação de “pasto nativo” para a criação de gado extensivo.

³⁶⁵ Os dados da pesquisa são referentes aos anos 2000/2002. Para que a pesquisa captasse uma ou mais safras concluídas, optou-se por levantar informações para os anos de 2001/2002. As demais informações refletem o período de aplicação do questionário correspondente aos anos 2001/2002. Foram entrevistadas 68 pessoas responsáveis ou co-responsáveis pelos respectivos lotes. O banco de dados contém o resultado das informações prestadas por esses informantes.

(barro) ou madeira, sem banheiro ou água filtrada, hoje encontramos a maioria das casas de alvenaria, possuindo filtros e banheiro dentro de casa. [...]

No entanto, observamos que não existe sistema de esgoto e as fossas são, em muitos casos, a céu aberto. Não houve qualquer política de saneamento na área por parte dos órgãos governamentais competentes – como nos asseveraram todos os informantes.[...]

Observando os gráficos que apontam para as condições de moradia percebemos que estas pioraram, se comparadas com as condições em que viviam as famílias antes de se assentarem no Eldorado. Isso é verdade, principalmente no que diz respeito à água, pois foi possível notar que houve restrição no acesso e redução na qualidade da distribuição da mesma em relação à fase anterior à chegada no assentamento. Pode-se notar pela leitura dos Gráficos 3a e 3b, que o número de famílias que utilizam água da rede pública é hoje menor do que antes do assentamento e que a utilização do poço aumentou significativamente, representando atualmente a principal fonte de acesso à água. [...]

Gráfico 3a. – Acesso à Água (antes de morar no assentamento)³⁶⁶

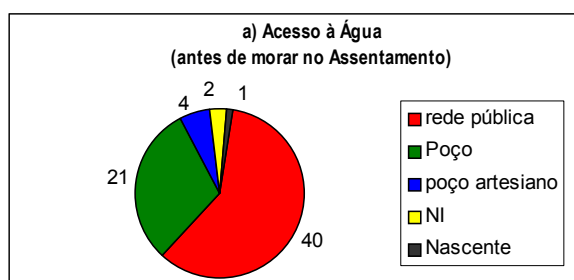
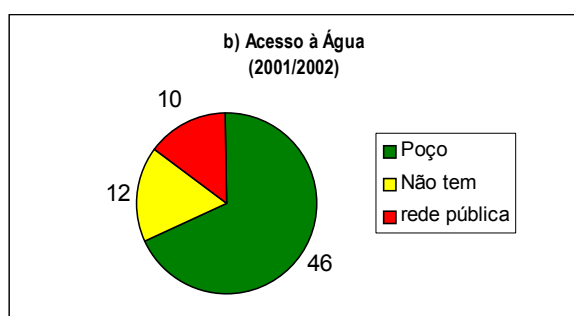


Gráfico 3b. – Acesso à Água (2001-2002)



[...]

2.4 – Características da Produção e da Comercialização Agropecuária

2.4.1. – A Utilização da Terra e a Produção Agrícola

O Mutirão Eldorado estabeleceu-se, inicialmente, como um forte produtor de culturas tradicionais na Baixada Fluminense, tais como aipim, quiabo, maxixe, milho e feijão. Nos anos de 1994 a 1997, os agricultores alcançaram um volume considerável de produção, chegando mesmo a receber da União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30, filiada às Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro SA (CEASA), o prêmio de safra recorde de quiabo, no ano de 1994/95. Atualmente, a diversidade tem sido mantida, mas a produtividade teve uma queda considerável, devido a problemas como a falta de água e de assistência técnica, detectados pelos próprios agricultores.

Entre outros fatores, o desmatamento limita as possibilidades de uma agricultura sustentável. Com efeito, a ausência de florestas e matas no assentamento e, conseqüentemente, de nascentes, é um fato facilmente observável. Como foi enfatizado anteriormente, a área é parte de uma região marcada pela criação bovina extensiva e foi duramente desmatada antes da chegada dos assentados. Esse fato influi diretamente na disponibilidade de água, mais especialmente, nos lençóis freáticos³⁶⁷, pois o escoamento superficial das águas das chuvas em terrenos desmatados é maior do que em terrenos florestados e, portanto não chegam ao lençol freático. Vale lembrar que graças a uma determinação do Inbra, os assentamentos são obrigados a ter 10% de sua área total destinados à reserva florestal. Embora a área de reserva do Eldorado ainda esteja muito abaixo (1,23%) do determinado pelo Inbra, isto não compromete as relações com aquele órgão, posto que se trata de um assentamento que já estava desmatado. Nossos dados mostram claramente esta realidade na medida em que há poucas áreas de reserva florestal no assentamento.

Ressaltamos que, por outro lado, os produtores do Eldorado não recebem nenhum tipo de orientação dos órgãos competentes quanto à adoção de uma política de reflorestamento. A falta de informação e de apoio oficial contribui para tornar o problema da falta d'água ainda mais agudo. Conseqüentemente, o reflorestamento, através de áreas de reserva ainda não se constitui numa prioridade. Assim é que, apenas oito lotes no assentamento afirmaram possuir área de reserva. A soma dessas áreas equivale a 5,75ha (1,23% da área total do assentamento

³⁶⁷ Lençóis de água subterrâneos situados em nível pouco profundo e passíveis de serem explorados por poços.

que é de 467,64ha). Apenas um entrevistado informou possuir área reflorestada em seu lote. [...]

Outra consequência da degradação ambiental anterior ao assentamento se expressa nas áreas que não podem ser aproveitadas nos lotes. Do total de 68 lotes, encontramos 20, representando 29% dos lotes. [...] Dentre os motivos apresentados, o mais comum foi o solo desfavorável (75%). Em segundo lugar, estão os que se reportaram à falta de recursos (15%) para melhorar as condições de produção. Reforçando este argumento podemos observar (ver Tabela 14 mais adiante), a pouca prática de correção do solo³⁶⁸ e de irrigação. Essas áreas improdutivas correspondem a 4,2% do assentamento (19,8ha). Ressaltamos mais uma vez que não houve atuação de assistência técnica contínua, voltada para essas questões.

Quanto à produção agrícola, conforme se pode notar no 84% da produção do assentamento é familiar (individualizada por lote). Quando a produção é coletiva, grande parte desta produção é feita fora do lote do produtor. Isto é, um grupo atua coletivamente “à meia”, em lotes que não são plenamente utilizados pelos próprios titulares, ou em uma área do lote de um dos membros do grupo. A maior parte da produção se faz nos lotes, poucos assentados plantam fora do assentamento. [...]

Apesar de todas as limitações do solo, da falta de água, da ausência de assistência técnica e de renda para investir na produção, observamos que os produtores do Eldorado conseguem manter a produção agropecuária. Nos 68 lotes pesquisados, como já foi dito, as principais culturas em volume produzido e por área cultivada são aipim, coco, milho, feijão, maxixe e quiabo (Gráficos 9, 10 e 11), que constituem a base da alimentação e da fonte de renda.

³⁶⁸ A correção do solo é uma técnica agrícola que visa diminuir a acidez do solo, através da aplicação e incorporação de calcário.

Gráfico 9 – Produção Agrícola (culturas mais importantes)

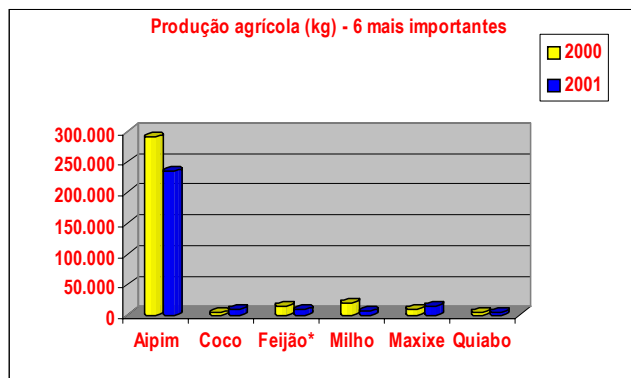
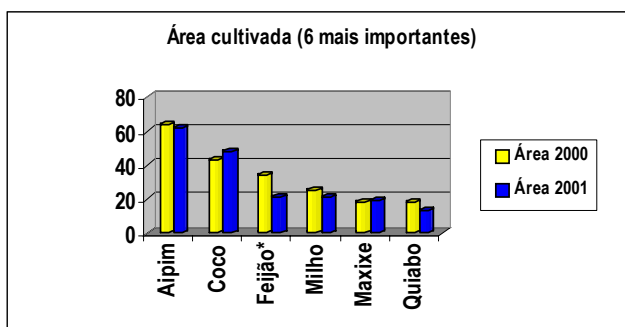


Gráfico 10 – Área Cultivada (6 mais importantes)



Desde a implantação do Eldorado o aipim foi a cultura privilegiada pelos assentados, posteriormente, procuraram diversificar as espécies cultivadas. Assim é que no período 2000/2001, 25 produtos diferentes foram cultivados, apesar das perdas (Tabela 9).

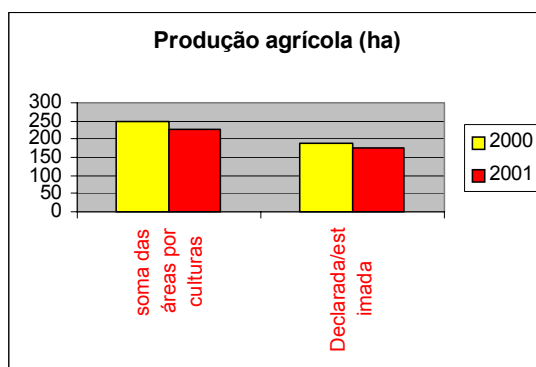
Tabela 9 – Perdas na Produção Agrícola

CULTURAS	Número médio de lotes que produziram no biênio 2000/2001	% sobre o Total de Lotes	Número médio de lotes com perda (2000 /2001)		% de perdas*	
			Parcial	Total	Parcial	Total
Abacaxi	3	4,4%	1	0	33%	0
Abóbora	9	13,2%	3	2	33%	22%
Abobrinha	3	4,4%	2	1	67%	17%
Aipim	39	57,4%	10	3	26%	8%
Arroz	2	2,9%	1	0	50%	0
Banana	7	10,3%	0	2	0	21%
Batata Doce	8	11,8%	2	1	25%	13%
Berinjela	4	5,9%	1	1	25%	13%
Café	1	1,5%	0	0	0	0
Cana	6	8,8%	1	2	17%	25%
Capineira	1	1,5%	0	1	0	50%
Cebola	1	1,5%	0	0	0	0
Cenoura	1	1,5%	0	0	0	0
Coco	34	50%	2	1	6%	3%
Feijão**	22	32,4%	4	5	18%	20%
Jiló	6	8,8%	2	1	33%	17%
Maracujá	1	1,5%	1	1	100%	50%
Maxixe	19	28%	4	4	21%	18%
Milho	17	25%	4	3	24%	15%
Pepino	1	1,5%	1	0	100%	0
Pimentão	6	8,8%	3	1	50%	17%
Pomar***	24	35,3%	2	1	8%	2%
Quiabo	22	32,4%	6	3	27%	14%
Tomate	1	1,5%	1	0	100%	0
Tomate cereja	1	1,5%	1	0	100%	0
Total Geral	239	-	52	28	22%	12%

*Culturas em cinza são as que obtêm posição de destaque na Produção. * % de perdas em relação ao total de lotes que cultivam o produto. **Esta categoria agrupa dados sobre feijão, feijão preto, feijão guandu e feijão Mauá. ***Esta categoria agrupa dados sobre acerola, fruta do conde, cítricos, mamão e outros.*

Observamos ainda que há uma certa regularidade quanto à área cultivada (de 2000 para 2001), como demonstrado no Gráfico 11. Do total da área do assentamento (467,64ha), quase 40% foi cultivada nos dois anos. Somada à área de pasto nos lotes (141 ha), cuja maior parte é utilizada para tal finalidade (e que será tratada adiante no item 2.4.3), temos uma ocupação de 331 ha, portanto, quase 2/3 da terra.

Gráfico 11 – Produção Agrícola 2000/2001 (Ha)



Nas tabelas 10 e 11 abaixo, estão dispostos os dados dos anos 2000 e 2001, com relação à produtividade dos principais alimentos cultivados no assentamento Eldorado.

Tabela 10 – Produtividade agrícola (2000)

Culturas	2000					
	Nº Lotes	Área (ha)	Produção (kg)	Produtividade*** Kg por hectare	Consórcio	Perda (n. lotes)
Aipim	39	64	290.595	4525	23	15
Coco *	29	43	3.100 (un.)	72 (un.)	13	2
Feijão **	24	34	14.685	430	19	8
Milho	14	25	19.985	813	11	4
Maxixe	18	18	9.490	529	15	10
Quiabo	23	18	4.940	282	10	12
Total	147	202	342.795	-	91	51

* O coco é mensurado por unidade. ** Todas as variedades. *** Quantidade produzida – com valores arredondados não considerando o consorciamento.

Tabela 11 – Produtividade agrícola (2001)

Culturas	2001					
	Nº Lotes	Área (ha)	Produção (Kg)	Produtividade*** Kg por hectare	Consórcio	Perda (n. lotes)
Aipim	39	62	234.264	3765	24	10
Coco *	38	48	9.350 (un)	193 (un.)	20	4
Feijão **	20	21	8.258	388	18	8
Quiabo	22	21	6.370	303	11	6
Milho	19	19	14.761	786	14	8
Maxixe	19	13	4.286	336	16	6
Total	157	184	277.289	-	103	42

* O coco é mensurado por unidade. ** Todas as variedades. *** Quantidade produzida – com valores arredondados não considerando o “consorciamento”.

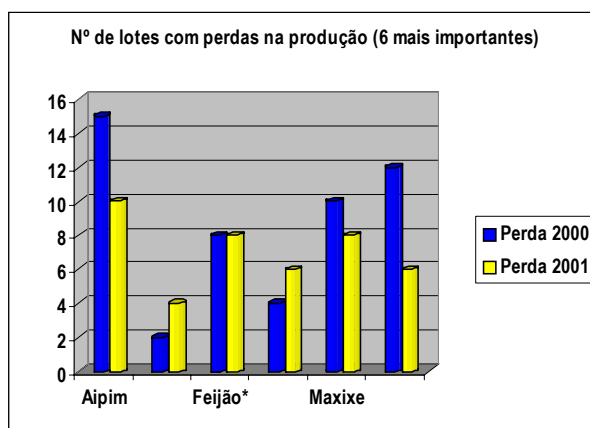
Comparando os dois anos pesquisados, o que se destaca é a queda de produtividade de alguns dos principais produtos no assentamento, de 2000 para 2001. Estudando os casos separadamente, podemos notar que a produtividade do aipim, em 2000, foi de 4.5 t, já em 2001, caiu para 3.7 t. Encontramos o mesmo no caso do feijão (de 430 kg para 388 kg), do milho (de 813 kg para 786 kg) e do maxixe (de 529 kg para 336 kg). Ao contrário, tivemos um aumento de produtividade das culturas do quiabo (de 282 kg para 303 kg) e do coco (de 72 para 193 unidades)³⁶⁹. [...]

Um dos principais problemas observados na agricultura é a perda de produção. Na Tabela 10, relativa à produtividade das seis culturas mais importantes, no ano de 2000, bem como na Tabela 9, relativa às perdas de todas as culturas, contemplando o biênio 2000/2001, podemos observar a intensidade dessas perdas. No caso do aipim, principal cultura do assentamento – que é resistente e geralmente não apresenta grandes problemas –, tivemos uma média de três lotes (8%) com perda total e de 10 lotes (26%) com perda parcial, perfazendo 34% do total dos lotes, em 2000/2001. Também houve perdas significativas em outras culturas, como pode ser observado nas mesmas tabelas.

Na safra 2000/2001, aproximadamente 1/3 dos produtores declararam algum nível de perda na produção de aipim, milho e feijão. Na cultura do maxixe e do quiabo, 44% e 40 % dos produtores, respectivamente, declararam algum nível de perda (Gráfico 12). Pode-se associar a isso a diminuição da fertilidade natural dos solos, problemas na conservação e na captação da água, desaparecimento dos animais e insetos benéficos, e falta de assistência técnica. [...]

³⁶⁹ Conforme visto pela equipe de pesquisa, a cultura do coco no Eldorado possui em torno de 5 ou 6 anos. Isso mostra que a cultura está em processo inicial de produção, podendo, em 2001, alguns pés terem tido a sua primeira safra. As variações na produtividade podem estar relacionadas com as intempéries climáticas (seca), somado à má captação de água; ocorrência de pragas; queda de preço de venda (acarretando um menor investimento em determinados produtos), dentre outros.

Gráfico 12 – N° de lotes com perdas na produção



Como, também se observa na Tabela 9, quase todas as culturas apresentaram algum nível de perda. As únicas culturas nas quais não foram observadas perdas foram as da cenoura, cebola e café, mas seu volume ainda é muito pequeno. A produção de coco apresenta problemas para se desenvolver, principalmente as mudas adquiridas com o crédito PROCERA junto à EMATER. Assim, a perda de produção aparece como um fator preocupante e que deve ser mais bem investigada no futuro.

Por último, em todas as culturas (exceto a do arroz), metade ou mais da metade dos produtores utilizam o consórcio, isto é, plantam duas ou mais culturas misturadas na mesma cova ou alternando linhas. No caso específico do aipim, 62% dos lotes o produzem de forma consorciada. O consórcio, além de garantir uma maior diversidade na produção, também contribui para o aumento da produtividade das culturas envolvidas, para um melhor aproveitamento do terreno e uso do solo, para a diminuição da erosão, além de outros benefícios.

2.4.2. – Máquinas, Equipamentos, Insumos e outras Tecnologias

Um fator marcante no assentamento é que um terço dos assentados não possui máquinas e/ou equipamentos no lote. Ressalte-se a existência de bombas d'água em 15% dos lotes, o que é uma solução limitada diante dos problemas de falta d'água e da necessidade de irrigação. O uso de carroças e similares é amplamente utilizado na produção. Outros equipamentos individualmente adquiridos e utilizados são os pulverizadores e as picadeiras. O uso de microtrator, trator e arado é uma prática comum e são equipamentos comunitários, adquiridos pelas associações. Nos anos de 2000 e 2001, no entanto, esses equipamentos sofreram com problemas de manutenção e estiveram menos disponíveis nos dois anos

pesquisados. Também encontramos outros tipos de máquinas e equipamentos: bomba de gasolina, caminhão, carreta, grade, máquina de caldo, plantadeira, rabiola, roçadeira, reboque, triturador de grãos. (Tabela12)

Tabela 12 – Máquinas e Equipamentos

Máquinas e Equipamentos					
Descrição	Quantidade de lotes	% Sobre o Total de Lotes	Forma de utilização		
			Individual	Coletivo	NS/NI/NP
Arado	2	2,9%	2	0	0
Bomba d'água	11	16,2%	9	1	1
Carroça/Charrete/Prancha	10	14,7%	9	0	1
Micro Trator/Tobata	5	7,4%	5	0	0
Picadeira	7	10,3%	7	0	0
Pulverizador/Borrifador	10	14,7%	9	0	0
Trator	7	10,3%	6	1	0
Nenhuma	23	33,8%	-	-	-

Quase a metade dos assentados (45,6%) não possui nenhum tipo de instalação na propriedade. As instalações mais frequentes são galinheiro(19%), chiqueiro (14,7%) e curral (17,6%). Também encontramos outros tipos de instalações: açude, barraca, barracão, barragem de peixe, cerca, cocheira, depósito, lago, poço, queijaria, reservatório, tanque para peixe.

As tecnologias e insumos (Tabela 14) mais comumente observadas são a adubação orgânica 72%, o uso de mecanização agrícola (64,7%) e a compra de sementes (um terço dos assentados). De todas essas tecnologias, a adubação orgânica é a mais utilizada, superando o uso da adubação química. Segundo pudemos observar, isto acontece tanto em função dos baixos custos (em muitos casos, o produtor utiliza-se do esterco dos animais de sua propriedade), quanto pelo conhecimento a respeito dos benefícios da adubação orgânica em relação à química por parte dos agricultores. [...] Do modo como a grande parte dos assentados produz, a mecanização agrícola é um fator extremamente importante para a produção.³⁷⁰ Mais da metade dos produtores utilizaram máquinas na preparação do terreno para o plantio. A compra de sementes faz parte do cotidiano dos agricultores do Eldorado, já a irrigação não é uma prática observada com frequência no Brasil e, muito menos no estado do Rio de Janeiro,

³⁷⁰ A maioria dos agricultores utiliza o modo de plantio 'convencional', muitas vezes dependendo da disponibilidade do trator para poder plantar. Diferentemente do chamado "plantio direto" que dispensa o uso do trator. Desse modo o trator torna-se uma ferramenta indispensável dessa maneira de produção.

devido ao seu alto custo de implantação e manutenção. No Eldorado, além do fator custo, há um fator que limita o emprego dessa tecnologia: a falta de água (que, aliás, é um problema em toda a região de Seropédica). A correção da acidez do solo é importante e tem sido objeto da atuação dos agricultores do Eldorado, pois na região a maioria dos solos tem baixo pH, necessitando dessa prática para poderem obter resultados satisfatórios na produção. Por sua vez, os cursos técnicos, em sua maioria realizados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, também auxiliam, capacitando os agricultores com novas técnicas, mais viáveis e rentáveis, aumentando a qualidade e a quantidade dos produtos. Grande parte dos entrevistados afirmou que utilizam o que aprenderam nos cursos, com êxito.

Tabela 14 – Uso de Insumos e de Tecnologias

Uso de Insumos e Tecnologias	SIM	%	NÃO	%	NI	%	NP	%
Compra de Semente	45	66,17	17	25,00	4	5,88	1	1,47
Uso de mecanização	44	64,70	4	5,88	3	4,68	17	25
Adubação Química	22	32,35	44	64,70	1	1,47	1	1,47
Adubação Orgânica	49	72,05	17	25,00	1	1,47	1	1,47
Defensivos	27	39,70	38	55,88	2	2,94	1	1,47
Irrigação	8	11,76	56	82,35	2	2,94	1	1,47
Correção do Solo	28	41,17	36	52,94	2	2,94	2	2,94
Curso Técnico	30	44,11	35	51,47	0	0	1	1,47
Assistência Técnica	4	5,88	64	94,11	0	0	0	0

Vemos com os dados da Tabela 14 que os assentados têm pouca experiência de investimento em algumas tecnologias. Se essas práticas fossem mais difundidas e se os assentados dispusessem de meios viáveis para a aquisição desses bens, haveria uma melhora significativa na produtividade dos lotes. A falta de assistência técnica apareceu como uma das principais queixas dos assentados, não só na pouca presença de técnicos da EMATER no assentamento, como na qualidade da assistência prestada. [...]

2. 4.3. – A Produção Pecuária

[...] a produção animal no assentamento, será tratada a partir de questões relativas às espécies criadas, sua evolução em três anos, área utilizada para a criação, manejo, alimentação, medidas de prevenção e tratamento de doenças e os tipos instalações empregados. Para tal foi necessário evitar as formas de valorização da grande produção (principalmente de gado bovino), superando pré-conceitos e julgamentos, buscando

compreender a realidade local e as razões das escolhas feitas pelos assentados. A pesquisa não abordou aspectos relacionados aos animais de companhia (caninos e felinos), pois não era seu objetivo, contudo, estes animais estão presentes em praticamente todos os lotes.

Como na produção agrícola, a produção animal no Eldorado é bastante diversificada, contrastando com o cenário produtivo do local antes do assentamento, marcado pela bovinocultura extensiva de corte. Encontramos diversas espécies avícolas, bovinos para leite e carne, eqüinos, suínos, caprinos, coelhos e peixes. Entre estas criações, destacam-se pelo papel econômico: galinhas, bovinos, eqüinos e suínos. Apesar de não ter um papel econômico importante, as criações de caprinos e de peixe indicam um movimento em busca de criações não convencionais, com marcante crescimento percentual do plantel (número de cabeças) de caprinos.

Entre os anos de 1999 e 2001 houve um aumento crescente de lotes nos quais a produção de animais se fortaleceu incluindo as mais diversas espécies. Houve, também, um aumento não linear dos plantéis, como mostra o Gráfico 14.

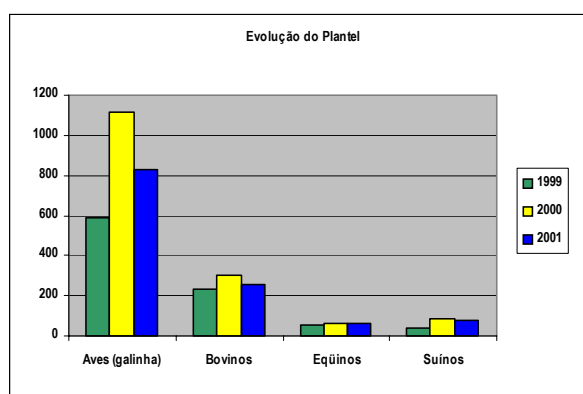
O número de famílias que criavam galinhas e suínos dobrou entre 1999/2001, já entre os criadores de eqüinos aumentou em 44% e bovinos 28,5%. Este aumento indica uma tendência do assentamento em ampliar a diversificação da sua produção pecuária e aumentar a exploração da produção animal. O crescimento do plantel de galinhas e de suínos se deve à maior facilidade de criação e ao menor custo destes animais. Isto ampliou as alternativas de fonte de proteína e de renda para a comunidade.

Conforme o Gráfico 14 no período 1999/2000 os bovinos apresentaram crescimento de 27% [...]. Para o período de 2000/2001, há um encolhimento expressivo, diminuindo em 15%. As razões dessa retração podem variar desde a alteração de investimento prioritário (quando não há reposição de animais), até as perdas por problemas sanitários ou de manejo (casos desse tipo foram, no entanto, pouco relatados). No caso dos criadores de bovinos, esse encolhimento pode representar uma descapitalização. Entre os anos de 1999, 2000 e 2001, não houve variação do número de famílias que se dedicavam a este tipo de criação, destas 35% produziram leite e 65% apenas engordaram os animais. Entre estes produtores havia aqueles que objetivavam vender para frigoríficos ou açougues e aqueles que criavam animais como reserva de poupança.

Os eqüinos apresentaram um crescimento inferior a 10% no período 1999/2000 e permaneceram praticamente estagnados em 2001. Esta baixa variação do plantel eqüino deve-se provavelmente ao fato de serem animais de trabalho e não de produção propriamente dita, o que os menos susceptíveis a mudanças de prioridades de investimento ou hábito alimentar da família.

Para as aves³⁷¹, encontramos, no período 1999/2000, um aumento de 90% do número de cabeças. Para o período subsequente (2000/2001) houve uma redução de 26% do plantel. As observações de campo indicam que problemas sanitários estejam entre as principais causas da diminuição do plantel. Considerando (conforme a Tabela 15) a importância da produção de ovos e carne das aves para consumo familiar (afinal, estes são os únicos produtos mais consumidos do que vendidos pelos assentados), essa retração pode ter como uma consequência importante a precarização da dieta das famílias.

Gráfico 14 – Evolução do Número de Cabeças de Animais de Criação



³⁷¹ Estamos tratando como aves, apenas as galinhas, não considerando peru, ganso, pato e d'angola.

Tabela 15 – Venda, Consumo e Troca da Produção da Pecuária

Categoria de comercialização	Unidade de Medida	Quantos lotes vedem	Quantos lotes consomem	Quantos lotes trocam
Ave (galinha)*	cabeça	6	9	0
Ave (pato)*	cabeça	2	0	0
Bovinos*	cabeça	16	1	1
Caprinos*	cabeça	3	0	0
Eqüinos	cabeça	4	0	0
Leite cru	litros	4	4	0
Queijo	quilos	7	4	0
Ovinos*	cabeça	1	1	0
Ovos	dúzias	6	13	2
Suínos*	cabeça	10	2	2
Tilápia	-	0	1	0

* Vendidos abatidos ou vivos.

Sobre a sanidade animal abordaremos questões relativas às medidas profiláticas (vacinação) adotadas com respeito a três das principais enfermidades que acometem a pecuária brasileira³⁷².

O combate à febre aftosa é a enfermidade que recebe maior atuação dos poderes públicos, envolvendo prefeituras, governos estaduais e federal. Entre os assentados há um explícito entendimento a respeito da importância de se combater a doença o que os faz procurar os órgãos públicos, no período da Campanha Nacional Contra Aftosa. Isto tem forte reflexo no assentamento onde em 84,4 % dos lotes se vacinam os bovinos, apesar de 90% não vacinar os suínos e outros ruminantes.[...] Já com relação à raiva e à brucelose – que não são alvo de campanhas de esclarecimento e vacinação em massa – foram observados índices muito baixos de vacinação nos lotes onde se criam todas as espécies (12% e 14% respectivamente). As observações de campo indicam, ainda, que a falta de informação e de recursos para priorizar medidas preventivas são as principais causas para estes baixos índices.

Apenas em 28% dos lotes com criação de bovinos e em 33% dos lotes com eqüinos, aplicavam-se outros tratamentos, como por exemplo, para carrapato, berne e endoparasitos. As

³⁷² O questionário sócio-econômico tratou a questão através de perguntas fechadas a respeito da raiva (que acomete ruminantes, eqüinos e suínos), da brucelose (que acomete ruminantes, suínos e ocasionalmente eqüinos e caninos) e da aftosa (que acomete ruminantes e suínos). Houve uma quarta pergunta aberta sobre outras doenças. Vale ressaltar que todas essas doenças são de notificação obrigatória ao Ministério da Agricultura e possuem programas de controle por parte do poder público.

observações de campo permitiram perceber, por outro lado, o uso inadequado de medicamentos que podem ocasionar danos aos assentados, ao meio ambiente e gastos desnecessários. Os dados demonstraram que as demais espécies não são alvo de freqüentes ações preventivas. Isto é preocupante principalmente no que diz respeito aos suínos, que possuem significativo peso comercial e são importantes transmissores de doenças para o homem.

Com relação às medidas profiláticas e curativas para as aves, apenas 17% dos entrevistados declaram ter usado algum medicamento nesta espécie. Observações de campo nos permitiram diagnosticar que os problemas sanitários nas aves são maiores do que indicaram essas declarações. Assim, considerando as queixas dos assentados e o resultado das nossas observações no campo, podemos afirmar que doenças clássicas de aves estão presentes no assentamento.³⁷³

Em geral observamos que o manejo dos animais (a forma de criação) recebe pouco investimento. O custo alto de medicamentos e de utensílios é um dos principais motivos para isso. Já a alimentação, o melhoramento genético e as instalações são ainda mais precários. A alimentação é o que existe disponível (pasto, culturas e sobras da produção agrícola) [...]. A seleção genética para melhoria da produção não é uma questão priorizada pelos assentados e as instalações são simples. Essas características são oriundas da conjugação da falta de assistência técnica e pouca capitalização. O que leva a uma produção e produtividade bem abaixo do potencial existente. [...]

Em Eldorado, a tradição de produção bovina extensiva praticada por grileiros antes do assentamento gerou, num primeiro momento, uma certa resistência entre os assentados. Contudo, recentemente vem sendo uma alternativa, conjugada com a agricultura e apontada como um tipo de produção de retorno mais regular, especialmente o leite e o queijo, e como seguro-reserva (poupança). Há a presença de animais para engorda que é, porém, tratada de forma constrangida pelos assentados. Atualmente, podemos verificar ser esta a criação de maior importância econômica no assentamento. Uma questão recorrente nos debates sobre o tema é se a produção bovina, seja para corte ou leite, é viável em assentamentos rurais. A

³⁷³ Tal suspeita é corroborada por estudos anteriores realizados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que afirmam ser o Estado do Rio endêmico para algumas doenças. Contudo, pela dinâmica de criação de aves no assentamento, há uma prática de não medicá-las ou fazê-lo com produtos naturais que nem sempre são declarados.

partir dos dados e da observação em campo constatamos, em primeiro lugar, que a produção existe e que os produtores buscam diferentes estratégias para torná-la viável e lucrativa. A nossa pesquisa constatou uma produção que se desenvolve apesar das imensas dificuldades apontadas ao longo desse relatório.

A criação bovina é extensiva, 32 lotes criavam bovinos no período analisado. No entanto, 44 lotes declararam ter área de pasto, perfazendo um total de 141 hectares. As observações de campo apontaram para a utilização de pastos de vizinhos dentro e fora do assentamento como uma prática habitual, o que permite um rodízio - mesmo que esporádico - de pastos. Levando-se em conta que predomina a criação individual, é notória a presença de relações de meação e trocas/aluguel de pasto.

À época da pesquisa, 11 famílias estavam envolvidas com a atividade leiteira bovina, produzindo em 2000 e 2001, aproximadamente 32.268 litros de leite e 1496 quilos de queijo. (Tabela 19) A ordenha é manual, com bezerro ao pé, uma vez ao dia, no horário da manhã, sendo feita, na maioria dos lotes por homens adultos, seja pelo chefe da família, ou por terceiros. [...] O sal fornecido aos animais é o sal grosso comum, a necessidade de suplementação mineral é desconhecida ou ignorada por 28% dos criadores de bovinos. Por outro lado, houve relatos sobre a falta d'água, a qual não permitia a administração de sal aos animais, pois "morreriam de sede". [...]

Tabela 19 – Produção e comercialização animal (2000-2001)

Categoria de comercialização	Unidade de Medida	Lotes que Produziram	Quantidade Total de Produção	Quantidade Comercializada*
Ave (galinha)	cabeça	13	161	122
Ave (pato)	cabeça	2	23	23
Bovinos	cabeça	18	90	86
Caprinos	cabeça	3	11	11
Leite vaca	litros	11	32.268	17.010
Queijo	kg	8	**1.496	1.334
Eqüinos	cabeça	4	14	14
Ovos	dúzias	14	1.596	752
Suínos	cabeça	12	54	49

* Houve lote que não soube informar a quantidade vendida. ** O cálculo para a fabricação do queijo foi de 8 litros por kg, totalizando 11.968 litros utilizados para a produção. **Obs.** Para o cálculo de produção foi considerado o número de animais (cabeças) cujo destino foi declarado pelos entrevistados (comercialização, troca ou consumo).

[...] Existe uma integração entre as produções animal e vegetal, que diminui custos e contribui para diminuir a dependência de insumos externos, aumentando a sustentabilidade da produção agropecuária no assentamento. Estas práticas podem ser melhoradas e potencializadas. Contudo, os dados levantados e expostos acima e as observações de campo apontam para um quadro que favorece a proliferação de doenças e até mesmo de epidemias, que podem comprometer a produção e afetar a saúde das pessoas.

Há uma generalizada reclamação a respeito da falta de assistência técnica (como será visto, no detalhe, mais adiante), além disso, ouvimos dos entrevistados vários relatos a respeito das consultas que frequentemente são feitas pelos produtores a vendedores do comércio agropecuário local sobre utilização de medicamentos, o que leva a práticas, muitas vezes, não apropriadas. [...]

2.4.5. – O Serviço de Assistência Técnica

Este é um tema que merece destaque³⁷⁴ devido ao fato de que a grande maioria dos lotes não dispõem, nem dispõe de assistência técnica, seja por parte de órgãos governamentais ou privados. A falta de acesso aos conhecimentos técnicos limita as possibilidades de auto-sustentabilidade, pois influi diretamente na qualidade e quantidade do produto final. A assistência técnica é, conseqüentemente, uma das principais demandas do assentamento, tendo sido requisitada pela maioria dos entrevistados.

Tabela 25 – Serviço de Assistência Técnica

Assistência Técnica	N.º Lotes	%
SIM	4	5,9
NÃO	64	94,1
TOTAL	68	100

Todos os produtores que informaram terem tido acesso à assistência técnica (Tabela 25), se referiram ao projeto da Emater/RJ, a qual, em 1994, intermediou a venda de mudas de coqueiro para vários lotes. Alguns desses produtores fizeram, então, uma avaliação muito negativa desse “serviço” ao nos informarem que tais mudas originaram plantas que não produzem satisfatoriamente se comparadas à de outros produtores do mesmo assentamento

³⁷⁴ Assistência Técnica nos assentamentos rurais é prevista no Programa Nacional de Reforma Agrária, como de responsabilidade do estado, podendo ser oferecida em parceria com instituições governamentais estaduais como a Empresa de Assistência Técnica Rural/EMATER, ou em programas federais específicos como o Projeto Lumiar, que teve curta duração (esse foi o último empreendimento de política de assistência técnica de âmbito nacional e foi encerrado em 2000).

cujas mudas tiveram procedência diferente. Este fato nos permite reafirmar que a assistência técnica é crucial para atividades produtivas que têm um importante papel no abastecimento local de alimentos.

A baixa produtividade e forte incidência de pragas, principais queixas dos assentados, foi associada, entre outros fatores, a falta da assistência técnica. A presença da nossa equipe de pesquisa, inicialmente, foi confundida com esse tipo de atuação. Espera-se, como desdobramento desta investigação, a realização de um projeto de extensão universitária voltada para uma maior autonomia dos produtores em face de questões pontuais, como recuperação de áreas degradadas, manejo dos mananciais de água do assentamento e integração da produção agropecuária. No entanto a universidade não substitui a atuação de técnicos especializados, que possam desenvolver uma política que integre os conhecimentos locais e disponibilize tecnologias atualizadas para enfrentar problemas crônicos.